CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA1ª À 8ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ªLEGISLATURA

ATA DA 1ª À 2ª REUNIÃO DA 3ª SESSÃO
LESGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

VOLUME 25
Nº 1
30 JAN. A 14 FEV. 2001

SECRETARIAESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS - SENADO FEDERAL
BRASÍLIA - BRASIL
2001

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado, v. 1 - nº 1 28-fev./15 mar. 1977 -
Brasília 1977 -
V. irregular

Volumes anteriores publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular.
Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-55, pela Diretoria de Publicações no período de 1956-maio 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.
Variações do título. Annaes do Senado do Imperio do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado, 1946 -

I. Brasil. Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Anais.

CDD 328.81005
CDU 328 (81) (093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais
Anexo I – 22º andar
Praça dos Três Poderes – Palácio do Congresso
70165-900 – Brasília – DF – Brasil

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora
(1999 / 2000)

PRESIDENTE:	Senador ANTONIO CARLOS MAGALHAES-PFL-BA
1º VICE-PRESIDENTE:	Senador GERALDO MELO-PSDB-RN
2º VICE-PRESIDENTE:	Senador ADEMIR ANDRADE-BLOCO-BA
1º SECRETÁRIO:	Senador RONALDO CUNHA LIMA-PMDB-PA
2º SECRETÁRIO:	Senador CARLOS PATROCÍNIO-PFL-TO
3º SECRETÁRIO:	Senador NABOR JÚNIOR-PMDB-AC
4º SECRETÁRIO:	Senador CASILDO MALDANER-PMDB-SC

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador EDUARDO SUPLICY-BLOCO-SP
2º Senador LÚDIO COELHO-PSDB-MS
3º Senador JONAS PINHEIRO-PFL-MT
4º Senadora MARLUCE PINTO-PMDB-RR

SENADORES À 51ª LEGISLATURA
4ª Sessão Legislativa Extraordinária
(2001)

ACRE	
Tião Viana	BLOCO
Marina Silva	BLOCO
Nabor Júnior	PMDB
ALAGOAS	
Heloisa Helena	BLOCO
Renan Calheiros	PMDB
Teotônio Vilela Filho	PSDB
AMAPÁ	
José Sarney	PMDB
Gilvam Borges	PMDB
Sebastião Rocha	BLOCO
AMAZONAS	
Gilberto Mestrinho	PMDB
Bernardo Cabral	PFL
Jefferson Peres	BLOCO
BAHIA	
Paulo Souto	PFL
Antonio Carlos Magalhães	PFL
Djalma Bessa	PFL
CEARÁ	
Luiz Pontes	PSDB
Lúcio Alcântara	PSDB
Sergio Machado	PSDB
DISTRITO FEDERAL	
Valmir Amaral	PMDB
José Roberto Arruda	PSDB
Lauro Campos	BLOCO
ESPÍRITO SANTO	
Paulo Hartung	BLOCO
Gerson Camata	PMDB
Ricardo Santos	PSDB
GOIÁS	
Maguito Vilela	PMDB
Íris Rezende	PMDB
Mauro Miranda	PMDB
MARANHÃO	
Bello parga	PFL
Edison Lobão	PFL
João Alberto Souza	PMDB
MATO GROSSO	
Antero Paes Barros	PSDB
Carlos Bezerra	PMDB
Jonas Pinheiro	PFL
MATO GROSSO DO SUL	
Ramez Tebett	PMDB
Lúdio Coelho	PSDB
Juvêncio da Fonseca	PFL
MINAS GERAIS	
José Alencar	PMDB
Arlindo Porto	PTB
Francelino Pereira	PFL
PARÁ	
Luiz Otávio	
Ademir Andrade	PSB
Jader Barbalho	PMDB
PARAÍBA	
Ney Suassuna	PMDB
Wellington Roberto	PMDB
Ronaldo Cunha Lima	PMDB
PARANÁ	
Álvaro Dias	PSDB
Osmar Dias	PSDB
Roberto Requião	PMDB
PERNAMBUCO	
Carlos Wilson	BLOCO
Roberto Freire	BLOCO
José Jorge	PFL
PIAUÍ	
Alberto Silva	PMDB
Freitas Neto	PFL
Hugo Napoleão	PFL
RIO DE JANEIRO	
Roberto Saturnino	PSB
Nilo Teixeira Campos	PSDB
Geraldo Cândido	BLOCO
RIO GRANDE DO NORTE	
Fernando Bezerra	PMDB
Geraldo Melo	PSDB
José Agripino	PFL
RIO GRANDE DO SUL	
Pedro Simon	PMDB
Emília Fernandes	BLOCO
José Fogaça	PMDB
RONDÔNIA	
Amir Lando	PMDB
Fernando Matusalém	PPB
Moreira Mendes	PFL
RORAIMA	
Mozarildo Calvacanti	PFL
Marluce Pinto	PMDB
Romero Jucá	PSDB
SANTA CATARINA	
Jorge Bornhausen	PFL
Casildo Maldaner	PMDB
Geraldo Althoff	PFL
SÃO PAULO	
Eduardo Suplicy	BLOCO
Pedro Piva	PSDB
Romeu Tuma	PFL
SERGIPE	
Maria do Carmo Alves	PFL
Antonio Carlos Valadares	PSB
José Eduardo Dutra	BLOCO
TOCANTINS	
Eduardo Siqueira Campos	PFL
Carlos Patrocínio	PFL
Leomar Quintanilha	PPB

COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA	
PMDB	26
PFL	21
PSDB	14
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)	13
PPB	2
PSB	3
PTB	1
Sem Partido	1
TOTAL	81

Í N D I C E T E M Á T I C O

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 1ª À 8ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª À 2ª REUNIÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
DE 30 DE JANEIRO A 14 DE FEVEREIRO DE 2001

V.25 Nº 01

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos Senadores Carlos Patrocínio e Geraldo Melo, como integrantes da Mesa durante o período em que exerceu a Presidência do Senado Federal. Sen. Antônio Carlos Magalhães. 312

AGRICULTURA

Consolidação do Estado de Tocantins como a nova fronteira agrícola do País. Sen. Carlos Patrocínio. 214

(ALCA)

Expectativas de que a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca, seja um instrumento benéfico para todos os países envolvidos, a propósito da reunião que terá o presidente George W. Bush com Fernando Henrique Cardoso para tratar do assunto. Sen. Lúcio Alcântara. 066

Defesa do adiamento da criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Sen. Eduardo Suplicy. 349

AMIANTO

Considerações sobre a inconveniência de lei sancionada pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, proibindo a fabricação, ingresso, comercialização e a estocagem dos produtos à base de amianto no Estado. Sen. Mauro Miranda. 225

Defesa do aproveitamento racional do amianto. Sen. Mauro Miranda. 225

ANÁLISE

Análise dos aspectos político e comerciais do contencioso Brasil x Canadá. Sen. Roberto Saturnino. 174

APOIO

Apoio à indicação do jornalista Fernando Barbosa Lima para presidir a Associação Cultural e Educacional Roquete Pinto. Sen. Roberto Saturnino. 088

APOSENTADO

Apelo ao Governo Federal para a criação de programas e políticas públicas, visando a reinserção dos aposentados na vida econômica e social do País. Sen. Romero Jucá. 285

CANADÁ

Leviandade da retaliação comercial patrocinada pelo Canadá; lembrando que o Brasil pode questionar, sob o mesmo argumento de natureza sanitária, o trigo transgênico canadense. Sen. Geraldo Melo. 300

Aplausos pela reação da sociedade brasileira ao embargo comercial adotado pelo Canadá. Sen. Carlos Patrocínio. 308

(CELP)

Apelo aos órgãos competentes para esclarecimento sobre a não aplicação dos recursos liberados para a Companhia Elétrica de Pernambuco – CELP, no início do ano passado, para execução do programa. Sen. Carlos Wilson. 274

CIGARRO

Elogios pela aprovação do projeto de lei que proíbe a publicidade de cigarro em locais públicos. Sen. Lauro Campos. 283

CINEMA

Registro da realização da 4ª Mostra de Cinema de Tiradentes, entre os dias 19 e 28 de janeiro, naquela cidade histórica de Minas Gerais. Sen. Francelino Pereira. 103

CIÊNCIA

Preocupação com os riscos da técnica da clonagem humana. Sen. Leomar Quintanilha. 376

CONGRATULAÇÕES

Congratulações à diretoria e aos associados do Esporte Clube Sírio de São Paulo, pela inauguração das novas instalações sociais. Sen. Romeu Tuma. 097

Congratulações ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, pelos seus 22 anos de existência. Sen. Lúcio Alcântara. 133

Congratulações ao Senador Júlio Eduardo pelo trabalho realizado durante o período em que substituiu a Senadora Marina Silva no Senado Federal. Sen. Eduardo Suplicy. 145

Congratulações ao pronunciamento do Senador Iris Rezende, na presente sessão. Sen. Maguito Vilela. 247

Congratulações ao Governo do Tocantins, pela iniciativa de investir recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT na educação

e qualificação profissional de quinze mil trabalhadores no Estado. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 290

Congratulações com a atual Mesa Diretora do Senado Federal, da qual S. Ex.ª é segundo secretário, pela condução dos trabalhos nos últimos quatro anos. Sen. Carlos Patrocínio. 308

Congratulações pelo transcurso dos 75 anos da Samello Calçados, empresa sediada na cidade paulista de Franca. Sen. Romeu Tuma. 312

CONGRESSO NACIONAL

Formalização da candidatura de S. Ex.ª à Presidência do Congresso Nacional. Sen. Jefferson Peres. 184

Elogios ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na questão da crise comercial com o Canadá. Sen. Romero Jucá. 285

Preocupação com o processo de eleição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Sen. Geraldo Melo. 300

Posicionamento contrário do Bloco de Oposição ao adiamento das eleições das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. Sen. Heloísa Helena. 307

Comentários ao processo de eleição das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. Sen. Carlos Patrocínio. 308

CONSIDERAÇÕES

Considerações sobre a regulamentação da tramitação de Requerimentos de informações pela Mesa Diretora. Sen. Eduardo Suplicy. 165

(COPEL)

Posicionamento contrário à possibilidade de privatização da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Sen. Roberto Requião. 101

(CPI)

Cobrança da instalação da CPI das ONG. Sen. Mozarildo Cavalcanti. 079

Importância do Disque Denúncia, criado pela CPI Mista destinada a investigar o crescimento do roubo de cargas no País. Sen. Romeu Tuma. 097

DEFENSORIA PÚBLICA

Precariedade da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Sen. Juvêncio da Fonseca. 129

Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que dá autonomia administrativa e financeira às defensorias públicas. Sen. Juvêncio da Fonseca. 130

Apelo ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que atenda às reivindicações dos Defensores Públicos daquele Estado. Sen. Ramez Tebet. 339

DEFESA CIVIL

Necessidade de uma política de Defesa Civil para prevenir situações de inundações e desabamentos como ocorridos em 24 municípios catarinenses. Sen. Casildo Maldaner. 259

DEMOGRAFIA

Necessidade de uma política demográfica para evitar o inchaço dos grandes centros urbanos. Sen. Edison Lobão. 223

DESPEDIDA

Discurso referente à sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Antônio Carlos Magalhães. 372

ECOLOGIA

Registro da intenção da Agência Japonesa de Cooperação – JICA, de implantar um corredor ecológico no cerrado brasileiro. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 372

ECONOMIA

Reflexão sobre o alijamento do Nordeste dos planos de desenvolvimento econômico, em prol da Região Centro Sul. Sen. Maria do Carmo Alves. 014

Acelerado processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Tocantins, com destaque para preservação ambiental. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 104

Considerações sobre a necessidade de aumentar o crescimento econômico brasileiro. Sen. Eduardo Suplicy. 169

Considerações sobre a próxima reunião do Comitê de Política Monetária – Copom, e a possibilidade de queda dos juros com retomada

do crescimento econômico do País. Sen. Paulo Hartung. 318

EDUCAÇÃO

Expectativas diante do Plano Plurianual de Educação, sancionado pela Presidente da República. Sen. Ricardo Santos. 046

Exaltação das iniciativas do Governo do Estado do Tocantins na área educacional, com destaque para a implementação da Universidade Interativa e do Projeto de Educação Continuada. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 054

Registro da ampliação do Programa Nacional de Bolsa-Escola, divulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sen. José Roberto Arruda. 299

Anúncio, pelo Presidente da República, de modificações no Programa de Bolsa Escola, na Lei nº 9.533, de 1997. Sen. Eduardo Suplicy. 325

ELOGIOS

Elogios à candidatura do Senador Jefferson Péres à Presidência do Senado. Sen. Júlio Eduardo. 074

Elogios ao programa Saúde da Família, implantado pelo Governo do Acre há mais de um ano. Sen. Tião Viana. 265

Elogios à atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães na presidência do Senado Federal. Sen. Eduardo Suplicy. 349

EMENDA CONSTITUCIONAL

Justificativa à apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, que reduz o recesso parlamentar em 30 dias por ano. Sen. Maguito Vilela. 210

ENERGIA

Realização do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins – PERTINS, que trouxe luz elétrica ao município de Mateiros, no Estado de Tocantins. Sen. Carlos Patrocínio. 260

Repúdio à paralisação das obras do Programa Luz no Campo em Pernambuco. Sen. Carlos Wilson. 274

Perspectiva de melhoria na Eletronorte com a reestruturação promovida pelo seu presidente, Dr. José Antônio Muniz Ramos, e assunção, pela Eletrobrás, dos sistemas Acre, Rondônia, Roraima e

Amazonas. Sen. Romero Jucá. 295

ESPORTE

Comentários à intenção do Ministro dos Esportes Carlos Melles, em ampliar o prazo de adaptação dos clubes à Lei do Passe e do tempo mínimo de vigência do primeiro contrato. Sen. Maguito Vilela. 377

Preocupação com as propostas de alterações na Lei do Esporte. Sen. Maguito Vilela. 377

ESTAGIÁRIO

Repúdio à contratação irregular de estagiários e aprendizes pelas empresas brasileiras, privando-os do processo de aperfeiçoamento e qualificação da mão-de-obra e, ainda, de quaisquer direitos estabelecidos pela lei. Sen. João Alberto Souza. 257

EXPECTATIVAS

Expectativas sobre o mandato do presidente norte-americano George W. Bush. Sen. Lauro Campos. 283

(FGTS)

Defesa da aprovação de projeto de lei que flexibiliza a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para aquisição da casa própria por qualquer sistema financeiro habitacional. Sen. Carlos Patrocínio. 148

FÓRUM

Registro da realização do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, marco para o movimento de mudanças no neoliberalismo. Sen. Roberto Saturnino. 040

Transcrição da Declaração Final do Fórum Parlamentar Mundial no contexto do Fórum Social Mundial, realizado recentemente em Porto Alegre/RS. Sen. Emília Fernandes. 134

(FPM)

Satisfação com a inclusão na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional de projeto de lei, de sua autoria, que amplia de cinco para dez anos o período para redução dos índices do Fundo de Participação dos Municípios – FPM a serem transferidos para os municípios que tiveram sua população reduzida segundo o último censo. Sen. Osmar Dias. 043

(FUNASA)

Premência no cumprimento de decisão judicial que determina a reintegração dos mata-mosquistos, pela Fundação Nacional de Saúde. Sen. Geraldo Cândido. 348

HIDROVIAS

Protestos contra o atraso imposto pelo Governo Federal na construção das eclusas de Tucuruí, obras fundamentais para hidrovia Araguaia-Tocantins. Sen. Ademir Andrade. 067

HOMENAGEM

Homenagem à cidade de São Paulo pelo transcurso de seu 447º aniversário. Sen. Romeu Tuma. 289

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Lauro Campos. 355

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. José Fogaça. 357

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. José Roberto Arruda. 359

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Roberto Requião. 359

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Geraldo Melo. 361

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Bernardo Cabral. 363

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Francelino Pereira. 364

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Edison Lobão. 365

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Pedro Piva. 366

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Arlindo Porto. 367

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Valmir Amaral. 367

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Mauro Miranda. 368

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Maguito Vilela. 369

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. José Alencar. 370

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. Sen. Djalma Bessa. 371

HOMENAGEM PÓSTUMA

Homenagem de pesar pelo falecimento do escritor mineiro, Vivaldi Wenceslau Moreira. Sen. Francelino Pereira. 011

Homenagem de pesar pelo falecimento do presidente da Academia Mineira de Letras, Vivaldi Moreira. Sen. Arlindo Porto. 049

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Tartarugalzinho, Sr. Adelino Gurjão e do escritor Osvaldino Raiol. Sen. Sebastião Rocha. 203

HORÁRIO DE VERÃO

Defesa do fim do horário de verão, destacando como solução para a demanda de energia elétrica o uso alternativo da energia solar. Sen. Carlos Patrocínio. 274

(IBAMA)

Aplauso à indicação do engenheiro Hamilton Nobre Casara para a presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. Sen. Moreira Mendes. 027

(IBGE)

Análise do trabalho intitulado “População jovem no Brasil”, da série “Estudos e pesquisas” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sen. Romero Jucá. 373

(ICMS)

Solidariedade aos trabalhadores autônomos transportadores de carga face ao aumento do ICMS sobre combustíveis adotado pelo governo do Estado de Goiás. Sen. Mauro Miranda. 163

IMPRENSA

Transcrição do artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Jefferson Péres é perigoso. É um homem decente”. Sen. Júlio Eduardo. 145

Homenagem ao jornal **Correio do Estado**, do Mato Grosso do Sul, pelo transcurso de seu 47º aniversário de fundação. Sen. Ramez Tebet. 224

Concordância com o teor do artigo da jornalista Dora Kramer, na coluna “Coisas da Política”, na edição de hoje, do **Jornal do Brasil**, no qual critica a utilização de grampo telefônico nas dependências do Congresso Nacional. Sen. Roberto Freire. 335

IMPUNIDADE

Indignação com a impunidade em episódio que culminou com a morte de cadete em treinamento militar. Sen. Geraldo Cândido. 240

INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA

Necessidade de apoio do governo federal ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 211

(INSS)

Satisfação com a conquista dos beneficiários do INSS, proporcionada com a sanção da Lei nº 10.099, de 2000, que dispensa da exigência de precatórios judiciários para recebimento de benefícios concedidos judicialmente no valor de até R$5.180,25. Sen. Luiz Pontes. 254

JAPÃO

Considerações sobre o Movimento dos Focolares, da 1ª Conferência Juvenil para o Futuro realizada no Japão. Sen. Ademir Andrade. 207

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Preocupação de S. Ex.ª com o processo de adequação do Estado do Tocantins aos limites de gastos públicos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 167

Justificativas à apresentação de requerimento de retirada de projeto de lei, de sua autoria, sobre a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando uniformizar mandatos dos dirigentes do Poder Judiciário com o exercício financeiro. Sen. Lúcio Alcântara. 235

MEDICAMENTOS

Satisfação com a criação da FARMATINS – Fábrica de Medicamentos do Tocantins, uma iniciativa do governo daquele Estado no sentido de proporcionar à população de baixa renda medicamentos mais acessíveis. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 258

MEDIDA PROVISÓRIA

Elogios à atitude dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados de incluir na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 472, de 1997, que regulamenta o uso de medidas provisórias pelo Presidente da República. Sen. Lúcio Alcântara. 008

(MERCOSUL)

Considerações sobre o conflito comercial entre Brasil e Canadá e a necessidade de reavaliação do Mercosul. Sen. Paulo Hartung. 295

(MME)

Defesa da vinculação da TVE e da Rádio MEC ao Ministério da Educação ou ao Ministério da Cultura. Sen. Roberto Saturnino. 088

Análise do Balanço Energético Nacional – BEN 2000, elaborado pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia. Sen. Romero Jucá. 255

(MPF)

Aplauso à atuação do Governo no episódio relativo à edição da Medida Provisória nº 2.088-35, que prevê penalidades aos procuradores do Ministério Público Federal. Sen. Bello Parga. 103

(MRE)

Justificativa à apresentação de Requerimento de Convocação do Ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre o contencioso Brasil x Canadá. Sen. Paulo Hartung. 173

Expectativa quanto ao comparecimento a esta Casa do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Lafer. Sen. Paulo Hartung. 295

(MS)

Considerações sobre a evolução da Aids no Brasil, conforme relatório elaborado pela Coordenação Nacional de DST e Aids, da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde. Sen. Romero Jucá. 055

Solicitação ao governo federal para exclusão do Estado de Mato Grosso do Sul como zona de risco de febre aftosa. Sen. Ramez Tebet. 139

Importância da parceria do Governo do Acre com o Ministério da Saúde. Sen. Tião Viana. 265

OFÍCIO

Leitura do Ofício nº 60/2001, solicitando o comparecimento do Presidente da República, no Congresso Nacional, para esclarecimentos sobre o Plano de Governo de 2001. Sen. Eduardo Suplicy. 399

ORÇAMENTO

Críticas pelo desequilíbrio orçamentário dos países com regimes neoliberais, sustentando a impossibilidade do pagamento da dívida externa pelo Governo brasileiro. Sen. Lauro Campos. 283

(PA)

Preocupação com a dengue na região de Tucuruí – PA. Sen. Ademir Andrade. 268

PARECER

Parecer nº 1, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública. Sen. Bernardo Cabral. 059

Parecer nº 2, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (estabelecendo que a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração da Lei Orgânica da Seguridade Social ou do seu regulamento, incidirá nas penalidades nela previstas). Sen. José Fogaça. 221

Parecer nº 3, de 2001 – Comissão Diretora, que dá Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998. Sen. Carlos Patrocínio. 237

Parecer nº 4, de 2001, da Comissão Diretora do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 668, de 2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações objetivando esclarecer questões levantadas pelo Relatório da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações, referente ao período compreendido entre 10 de agosto de 1999 e 31 de março de 2000. Sen.

Casildo Maldaner. 239

Parecer nº 6, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000. Sen. Geraldo Melo. 347

POLÍTICA

Registro da reunião da bancada do PMDB, que confirmou a unidade de seus membros na escolha do Senador Jader Barbalho para representar o partido na disputa pela presidência do Senado. Sen. Ney Suassuna. 050

Registro da viagem de S. Ex.ª em caravana pelo País, visando aferir o crescimento do Partido Verde no território nacional e destacando os trabalhos realizados pela comunidade ambientalista. Sen. Júlio Eduardo. 074

Satisfação com a integração do Partido Popular Socialista ao Bloco de Oposição no Senado Federal. Sen. Heloísa Helena. 307

PECUÁRIA

Aplausos ao requerimento de iniciativa do Senador Paulo Hartung, que solicita a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial à carne bovina brasileira. Sen. Carlos Patrocínio. 148

Justificativa à apresentação de Requerimento de convocação dos Ministros Pratini de Moraes, da Agricultura, e Celso Lafer, das Relações Exteriores, para expor as providências adotadas pelo Brasil frente à proibição de importação de carne brasileira por parte dos países integrantes do Nafta. Sen. Osmar Dias. 159

Abordagem sobre o embargo do Canadá, Estados Unidos da América e México à importação de carne brasileira. Sen. Osmar Dias. 180

Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para cobrar explicações ao governo do Canadá sobre a proibição de importação de carne bovina brasileira. Sen. Íris Rezende. 227

Considerações sobre a restrição à carne bovina brasileira como retaliação originada por disputas comerciais na comunidade internacional. Sen. Maguito Vilela. 247

Alerta sobre a necessidade de criação de mecanismos de defesa dos interesses nacionais, por ocasião da retaliação comercial imposta à carne brasileira pelo Canadá. Sen. Ramez Tebet. 303

(PET)

Defesa do Programa Especial de Treinamento – PET, face ao

processo de desmonte do programa, iniciado por órgãos vinculados ao Ministério da Educação. Sen. Romeu Tuma. 097

(PETROBRÁS)

Repercussão econômica para o Estado do Espírito Santo com a privatização da FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobrás. Sen. José Eduardo Dutra. 244

POBREZA

Considerações sobre o aumento da pobreza no País e no mundo, enaltecendo a importância do Fórum Social Mundial de Porto Alegre – RS. Sen. Carlos Patrocínio. 089

POLÍCIA

Solicitação ao Ministro da Justiça de providências no estado de Roraima, tendo em vista notícia veiculada sobre treinamento de policiais militares por traficantes. Sen. Romero Jucá. 198

(PR)

Denúncia grave de desvio de verbas por três administrações consecutivas de Maringá, Estado do Paraná. Sen. Roberto Requião. 024

Anúncio da apresentação de projeto de Resolução que institui o Prêmio João Calmon, destinado aos Prefeitos que conseguirem altos índices de freqüência escolar. Sen. José Roberto Arruda. 299

PRÊMIO NOBEL DA PAZ

Satisfação com a indicação da Pastoral da Criança da CNBB, para receber o Prêmio Nobel da Paz. Sen. Paulo Hartung. 154

PREOCUPAÇÃO

Preocupação com o surto de dengue averiguado no Estado. Sen. Geraldo Cândido. 240

Preocupação com a iminência de uma epidemia de dengue na cidade do Rio de Janeiro. Sen. Geraldo Cândido. 348

PRIVATIZAÇÃO

Críticas à decisão do Governo Federal que pretende privatizar parte da Eletronorte, conseqüentemente, a Hidrelétrica de Tucuruí. Sen. Ademir Andrade. 268

PROGRAMA RENDA MÍNIMA

Regozijo pelo anúncio da ampliação do Programa de Renda Mínima vinculado à educação, a partir da utilização de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Sen. Lúcio Alcântara. 292

PROJETO

Defesa de um projeto de desenvolvimento para o Pantanal mato-grossense. Sen. Ramez Tebet. 303

PROJETO SIVAM

Comentários sobre requerimento de informações encaminhado ao Ministro da Defesa, referente à participação da empresa Bombardier e suas subsidiárias no Projeto Sivam. Sen. Geraldo Melo. 300

PRONUNCIAMENTO

Pronunciamento inaugural de S. Ex.ª., salientando a preocupação com a má distribuição de rendas no país. Sen. Tasso Rosado. 052

REFLEXÃO

Reflexão sobre as causas das tragédias ocorridas no estádio de São Januário, na queima de fogos e no estúdio do programa Xuxa Park, no Rio de Janeiro. Sen. Geraldo Cândido. 240

REFORMA AGRÁRIA

Considerações sobre o processo de concentração fundiária no País. Sen. Carlos Patrocínio. 379

REGIÃO AMAZÔNICA

Defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia, em contrapartida ao movimento de internacionalização daquela área. Sen. Mozarildo Cavalcanti. 162

Reflexões sobre o desenvolvimento racional da Amazônia. Sen. Mozarildo Cavalcanti. 319

RELATÓRIO

Relatório da viagem oficial de S. Ex.ª a Líbia. Sen. Ney Suassuna. 050

Relatório da visita feita ontem, em São Paulo, ao Senador José

Sarney, submetido a procedimento cirúrgico. Sen. Eduardo Suplicy. 165

REQUERIMENTO

Requerimento nº 7, de 2001, solicitando a convocação do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional. Sen. Osmar Dias. 007

Requerimento nº 1, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Vivaldi Moreira, ocorrido no último dia 26 do corrente, em Belo Horizonte/MG. Sen. Antônio Carlos Magalhães. 024

Requerimento nº 2, de 2001, solicitando providências para identificação do beneficiário de cheque emitido pela Prefeitura Municipal de Maringá e depositado em nome do Instituto de Providência dos Congressistas, conforme apuração do Ministério Público do Estado do Paraná.Sen. Roberto Requião. 065

Requerimento nº 3, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito Municipal da cidade de Senador Guiomard, no Estado do Acre, Sr. Manoel Gomes Socorro da Silva, ocorrido na última quarta-feira. Sen. Nabor Júnior. 072

Requerimento nº 4, de 2001, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Tartarugalzinho, no Estado do Amapá, Sr. Adelino Gurjão, ocorrido no dia 20 de janeiro de 2001. Sen. Sebastião Rocha. 073

Requerimento nº 5, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. Sen. Ademir Andrade. 074

Requerimento nº 6, de 2001, solicitando a convocação do Ministro das Relações Exteriores, para, perante o Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, bem como, sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação. Sen. Paulo Hartung. 148

Requerimento nº 9, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. Sen. Edison Lobão. 236

Requerimento nº 10, de 2001, solicitando Votos de Pesar pelo falecimento do cientista político, escritor e filósofo amapaense, Osvaldino Raiol, ocorrido no dia 1º de fevereiro último. Sen. Sebastião Rocha. 252

Requerimento nº 11, de 2001, solicitando ao Ministro dos Transportes as informações que menciona. Sen. Carlos Wilson. 252

Requerimento nº 12, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. Sen. Geraldo Melo. 288

Requerimento nº 13, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista, Advogado e ex-Dirigente do PSB, José Rosa de Oliveira Neto, do Estado de Sergipe, ocorrido em 12 do corrente. Sen. José Eduardo Dutra. 325

Requerimento nº 14, de 2001, solicitando ao Ministro do Trabalho e Emprego as informações que menciona. Sen. Roberto Requião. 341

Requerimento Nº 14-A, de 2001, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000 – Complementar, que acrescenta dispositivo à Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro. Sen. Lúcio Alcântara. 372

RESPOSTA

Resposta ao Sr. Eduardo Suplicy, destacando sua exemplar atuação como parlamentar. Sen. Antônio Carlos Magalhães. 353

RIO SÃO FRANCISCO

Apoio à busca de uma solução definitiva para o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Sen. Ney Suassuna. 338

(RJ)

Votos de plena recuperação ao cantor e compositor do conjunto Paralamas do Sucesso, Herbert Vianna, acidentado ontem no Rio de Janeiro. Sen. Eduardo Suplicy. 153

RODOVIA

Precariedade das rodovias brasileiras, em especial no Estado do Piauí. Sen. Freitas Neto. 093

Recebimento de expediente do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, acerca das providências para amenizar os problemas nas estradas federais. Sen. Freitas Neto. 093

Premência na liberação de verbas destinadas à duplicação de Rodovias Federais no Estado de Goiás – BR 153, 365, 050 e 060. Sen. Mauro Miranda. 314

(RR)

Críticas a ação de algumas ONG, envolvidas em irregularidades na compra de terras indígenas no Estado de Roraima. Sen. Mozarildo Cavalcanti. 079

SANÇÃO

Satisfação pela sanção da lei que trata dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro – Oeste. Sen. Ramez Tebet. 034

SAUDAÇÃO

Saudações ao Senador Tasso Rosado. Sen. Juvêncio da Fonseca. 054

Saudação de despedida ao Senador Júlio Eduardo e de boas-vindas à Senadora Marina Silva. Sen. Heloísa Helena. 251

SAÚDE

Inovação da iniciativa da formação de profissionais de saúde, com a implantação de cursos de pós-graduação no Acre. Sen. Tião Viana. 265

SENADO FEDERAL

Censura pública ao Procurador Geral da União, Sr. Geraldo Brindeiro, acerca de ausência de resposta ao Poder Legislativo e de providências referentes a documentos enviados pelo Conselho de Ética do Senado Federal relativos aos Srs. Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Sen. Antônio Carlos Magalhães. 133

Balanço da atuação parlamentar de S. Ex.ª por ocasião de sua despedida do Senado Federal. Sen. Júlio Eduardo. 142

Sugestões aos candidatos à Presidência do Senado Federal. 169

Apelo aos candidatos à Presidência do Senado Federal para que compareçam ao Plenário para expor suas propostas, a exemplo do que fez o Senador Jefferson Péres, candidato do Bloco de Oposição. Sen. Eduardo Suplicy. 349

SESSÃO SOLENE

Registro da realização de sessão solene na Câmara dos Deputados, ontem, em homenagem ao Dia do Aposentado. Sen. Romero Jucá. 285

SIDERURGIA

Análise da produção siderúrgica brasileira e das restrições norte-americanas à importação do aço brasileiro. Sen. Ricardo Santos. 252

SIGILO BANCÁRIO

Defesa da possibilidade da quebra administrativa do sigilo bancário. Sen. Eduardo Suplicy. 165

SOLIDARIEDADE

Manifestação de solidariedade à família do delegado Oscar de Matos Neto, falecido no último dia 5, em São Paulo. Sen. Romeu Tuma. 242

(SP)

Realização, entre 16 e 19 de janeiro último, da 28ª edição da Couromoda, em São Paulo. Sen. Romeu Tuma. 312

SUCESSÃO

Desmentindo à notícia veiculada na imprensa sobre supostos entendimentos seus com senadores da oposição visando sua sucessão. Sen. Antônio Carlos Magalhães. 348

(SUDENE)

Preocupação de S. Ex. com a possível extinção da Sudene. Sen. Maria do Carmo Alves. 014

Apelo ao Ministro do Planejamento para que repasse os recursos necessários à Sudene, possibilitando a distribuição de água às regiões atingidas pela seca. Sen. Ney Suassuna. 338

(TO)

Referências às excepcionais condições de paisagem encontradas no Estado de Tocantins para realização de filmes. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 211

Cumprimentos à Prefeita de Palmas – TO, Sr.ª Nilmar Gavino Ruiz, pelo trabalho desenvolvido em prol da infância e juventude. Sen. Eduardo Siqueira Campos. 315

TRANSNORDERSTINA

Justificativas à apresentação de requerimento de informações ao Ministro dos Transportes sobre a privatização da ferrovia Transnordestina. Sen. Carlos Wilson. 251

(UFAL)

Parabeniza os 40 anos da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, transcorrido no dia 25 de janeiro. Sen. Renan Calheiros. 212

VIOLÊNCIA

Considerações sobre a escalada da violência no Brasil. Sen. Romeu Tuma. 242

Ata da 1ª Sessão Não Deliberativa em 30 de janeiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio Ademir Andrade, Eduardo Siqueira Campos e Juvêncio da Fonseca

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 5, DE 2001

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 15 a 24 de janeiro de 2001, para realizar visita de trabalho à Coréia do Sul, Indonésia e Timor Leste.

As visitas à Coréia do Sul e à Indonésia devem assinalar o renovado interesse brasileiro em aprofundar os laços de cooperação e amizade com aqueles países. A visita ao Timor Leste visa a reiterar o compromisso do Governo e da sociedade brasileira em apoiar o processo de reconstrução e de preparação para a independência do Timor Leste.

Brasília, 11 de janeiro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

Nº 6, de 2001 (nº 1.874/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor global de dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.076, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 7, de 2001 (nº 1.877/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 89, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial o valor de cinqüenta e dois milhões, cento e vinte e nove mil e quinhentos reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.079, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 8, de 2001 (nº 1.879/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 108, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de doze milhões, quinhentos e treze mil e setecentos reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos, sancionado e transformado na Lei nº 10.081, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 9, de 2001 (nº 1.880/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 109, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de sete milhões, quinhentos e trinta e sete mil reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos, sancionado e transformado na Lei nº 10.082, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 10, de 2001 (nº 1.881/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 111, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de duzentos e quarenta e nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.083, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 11, de 2001 (nº 1.882/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 114, de 2000-CN, que abre ao Orça-

mento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de quatrocentos e vinte e três milhões, seiscentos e vinte mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.084, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 12, de 2001 (nº 1.883/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 126, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e três reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.085, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 13, de 2001 (nº 1.884/2000, na origem), de 18 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 125, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de quinhentos e vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e quatro reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.086, de 18 de dezembro de 2000.

Nº 14, de 2001 (nº 1.886/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 61, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de quinhentos e vinte e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais, e reduz o Orçamento de Investimento, de diversas empresas do mesmo Grupo, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e quatro milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.087, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 15, de 2001 (nº 1.887/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 62, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo Eletrobrás, crédito especial o valor total de trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.088, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 16, de 2001 (nº 1.888/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 63, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor do Banco da Amazônia S. A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, crédito especial no valor de seis milhões, duzentos e oitenta e um mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.089, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 17, de 2001 (nº 1.889/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 65, de 2000-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de duzentos e quarenta milhões, duzentos e cinqüenta mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.090, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 18, de 2001 (nº 1.890/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 77, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de vinte milhões de reais, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.091, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 19, de 2001 (nº 1.891/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 90, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de dezessete milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos cinqüenta e reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.092, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 20, de 2001 (nº 1.892/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 96, de 2000-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de um milhão e quinhentos mil reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.093, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 21, de 2001 (nº 1.893/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 101, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de vinte e nove milhões e três mil reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orça-

mentos, sancionadoe transformado na Lei nº 10.094, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 22, de 2001 (nº 1.894/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 102, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de trinta e três milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e um reais, para reforçar dotaçõesconstantesdosorçamentosvigentes,sancionado e transformado na Lei nº 10.095, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 23, de 2001 (nº 1.895/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 106, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da IntegraçãoNacional,créditoespecialnovalordedozemilhões, setecentos e quarenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.096, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 24, de 2001 (nº 1.900/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (nº 4.767/98, na Casadeorigem),deiniciativadoPresidentedaRepública, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000.

Nº 25, de 2001 (nº 1.901/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2000 (nº 637/95, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para a Previdência Social, sancionado e transformado na Lei nº 10.099, de 19 dezembro de 2000.

Nº 26, de 2001 (nº 1.903/2000, na origem), de 19 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 135, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de cento e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e seis reais, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.100, de 19 de dezembro de 2000.

Nº 27, de 2001 (nº 1.907/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e um reais, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.102, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 28, de 2001 (nº 1.908/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de cento e dez mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.103, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 29, de 2001 (nº 1.909/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindoautógrafosdoProjeto de Lei nº 48, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de trezentos e trinta e três milhões, quinhentos e vinte mil e quatrocentos reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.104, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 30, de 2001 (nº 1.910/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindoautógrafosdoProjeto de Lei nº 50, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de trezentos e dois milhões, setecentos e quatro mil, seiscentos e quatro reais para reforçardotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.105, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 31, de 2001 (nº 1.911/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindoautógrafosdoProjeto de Lei nº 51, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e setenta e oito mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.106, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 32, de 2001 (nº 1.912/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 54, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e doMinistériodosTransportes,créditoespecialnovalor global de um milhão, trezentos e quarenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.107, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 33, de 2001 (nº 1.913/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de quinze milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e treze reais, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.108, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 34, de 2001 (nº 1.914/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 57, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito especial no valor de nove milhões, cento e cinqüenta e seis mil, duzentos e noventa e sete reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.109, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 35, de 2001 (nº 1.915/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 58, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de quatorze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.110, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 36, de 2001 (nº 1.916/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 59, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social Dataprev, crédito suplementar no valor total de vinte e dois milhões e cem mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.111, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 37, de 2001 (nº 1.917/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 64, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor de diversas empresas, crédito especial no valor de quatorze milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e nove reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.112, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 38, de 2001 (nº 1.918/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 66, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de quatrocentos e dezenove milhões e trezentos mil reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.113, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 39, de 2001 (nº 1.919/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 71, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.114, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 40, de 2001 (nº 1.920/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 80, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinqüenta e oito mil reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.115, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 41, de 2001 (nº 1.921/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 82, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de vinte e sete milhões e setecentos mil reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.116, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 42, de 2001 (nº 1.922/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 83, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de cento e sessenta milhões, sessenta mil e oitocentos e vinte e nove reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.117, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 43, de 2001 (nº 1.923/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 84, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de cinqüenta e oito milhões, oitocentos e oitenta mil reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.118, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 44, de 2001 (nº 1.925/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 87, de 2000-CN, que abre as Orçamento

de Investimento, em favor da BB-TUR Viagens e Turismo Ltda., crédito suplementar no valor total de duzentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.120, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 45, de 2001 (nº 1.926/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 88, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobrás, crédito suplementar no valor total de dois bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de novecentos e cinqüenta e nove milhões, setecentos e cinqüenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.121, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 46, de 2001 (nº 1.927/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 92, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobrás, crédito especial no valor total de dois bilhões, novecentos e vinte e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e setenta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.122, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 47, de 2001 (nº 1.928/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 93, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de quarenta e cinco milhões, cinqüenta e um mil e doze reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.123, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 48, de 2001 (nº 1.929/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 94, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de cinqüenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.124, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 49, de 2001 (nº 1.930/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 95, de 2000-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de doze milhões, oitocentos e cinqüenta e três mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.125, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 50, de 2001 (nº 1.932/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 99, de 2000-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de quatro bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.127, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 51, de 2001 (nº 1.933/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 103, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de sessenta e seis milhões, trezentos e cinqüenta e oito mil, cento e quarenta e três reais, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.128, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 52, de 2001 (nº 1.964/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 104, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de sete milhões, quinhentos e dez mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.129, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 53, de 2001 (nº 1.965/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 107, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor global de quatro milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e vinte e um reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.130, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 54, de 2001 (nº 1.966/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 110, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de um milhão, trezen-

tos e trinta e quatro mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.131, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 55, de 2001 (nº 1.967/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 112, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de vinte e seis milhões de reais, para reforço de dotação constante do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.132, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 56, de 2001 (nº 1.970/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 118, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de quatorze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinqüenta e nove reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.135, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 57, de 2001 (nº 1.971/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 119, de 2000-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, crédito suplementar no valor global de trinta milhões, novecentos e noventa mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.136, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 58, de 2001 (nº 1.973/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 121, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de sete milhões, trezentos e setenta e três mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.138, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 59, de 2001 (nº 1.974/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 122, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de seis milhões, trezentos e noventa e três mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.139, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 60, de 2001 (nº 1.975/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 123, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de quatorze milhões, cento e sessenta e nove mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.140, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 61, de 2001 (nº 1.976/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 128, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal, crédito especial no valor global de dez milhões, treze mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.141, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 62, de 2001 (nº 1.977/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 129, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de quarenta milhões, oitocentos e cinqüenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais, para reforço de dotação consignada ao vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.142, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 63, de 2001 (nº 1.978/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 130, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de dez milhões de reais, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.143, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 64, de 2001 (nº 1.979/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 131, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de trinta e nove milhões, seiscentos e quatro mil reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.144, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 65, de 2001 (nº 1.980/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 136, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de dez milhões de reais, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.145, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 66, de 2001 (nº 2.003/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto

de Lei nº 85, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor global de quatorze milhões, cento e oitenta e quatro mil reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.146, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 67, de 2001 (nº 2.004/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2000 (nº 3.837/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.147, de 21 dezembro de 2000.

Nº 68, de 2001 (nº 2.005/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2000, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, sancionado e transformado na Lei nº 10.148, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 69, de 2001 (nº 2.006/2000, na origem), de 21 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2000, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000.

Nº 70, de 2001 (nº 2.009/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 49, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de quinze milhões, trezentos e dez mil, novecentos e trinta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.151, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 71, de 2001 (nº 2.010/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 56, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Transportes e do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor global de dezesseis milhões, duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.152, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 72, de 2001 (nº 2.011/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 69, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de cinqüenta e um milhões, trezentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.153, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 73, de 2001 (nº 2.012/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 76, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de setenta milhões de reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.154, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 74, de 2001 (nº 2.013/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 78, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de dezenove milhões, onze mil, novecentos e vinte e nove reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.155, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 75, de 2001 (nº 2.014/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 78-A, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de um milhão, cento e cinqüenta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.156, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 76, de 2001 (nº 2.015/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 105, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de vinte e três milhões, cento e cinqüenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais, para reforço de dotações constantes

do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.157, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 77, de 2001 (nº 2.016/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 115, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e noventa milhões, novecentos e setenta e um mil, quinhentos e cinqüenta e nove reais, para reforço de dotações consignadas ao orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.158, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 78, de 2001 (nº 2.017/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 124-A, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de um milhão, quatrocentos e cinqüenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.159, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 79, de 2001 (nº 2.019/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 60, de 2000-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2000, em favor de diversas empresas, crédito suplementar, no valor total de sessenta milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de sessenta e seis milhões, oitocentos e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.160, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 80, de 2001 (nº 2.020/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 117, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de oitenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e um reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.161, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 81, de 2001 (nº 2.021/2000, na origem), de 22 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 124, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de dezenove milhões, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos, sancionado e transformado na Lei nº 10.162, de 22 de dezembro de 2000.

Nº 82, de 2001 (nº 2.100/2000, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1999 (nº 4.285/93, na Casa de origem), que altera a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

Nº 83, de 2001 (nº 10/2001, na origem), de 9 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2000 (nº 420/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, sancionado e transformado na Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001.

Nº 84, de 2001 (nº 12/2001, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2000 (nº 2.281/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município do Recife PE, sancionado e transformado na Lei nº 10.175, de 10 de janeiro de 2001.

Nº 85, de 2001 (nº 13/2001, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2000-Complementar (nº 77/99-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui estamos reunidos nesta primeira sessão do Senado Federal do período de Convocação Extraordinária do Con-

gressoNacional, e gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer aos Presidentes do Senado e da Câmara – Senador Antonio Carlos Magalhães e Deputado Michel Temer – que S. Exªs agiram muito bem quando fizeram constar da pauta da Convocação o exame da Proposta de Emenda Constitucional nº 472/97, que altera dispositivos da Constituição, mencionados nos arts. nºs 48, 62 e 84, que tratam das medidas provisórias: da sua edição, da sua apreciação pelo Congresso, das hipóteses em que são cabíveis, enfim, da edição de atos com força de lei por parte do Presidente da República.

Sr. Presidente, a oportunidade é tanto maior por estarmos sendo convocados extraordinariamente em decorrência desse instituto da medida provisória – inclusive sob grande crítica da imprensa e da opinião pública, particularmente no que tange à remuneração dos Congressistas e de toda a estrutura de funcionamento do Congresso Nacional convocado extraordinariamente. Nós estamos sendo convocados em decorrência de um princípio constitucional. Reza a Constituição que, quando for editada uma medida provisória e estiver o Congresso Nacional em recesso, ele deverá ser convocado para deliberar sobre aquela medida provisória.

Acontece que, quando da elaboração da Constituição de 1988, houve, por parte dos Constituintes, a idéia de eliminar a figura do decreto-lei, que estava desgastado, parecia um ranço do regime autoritário, embora já constasse sob outras formas em Constituições anteriores. Enfim, desejava-se substituir o decreto-lei por algo que fosse mais democrático, algo mais aceitável pela opinião pública e pelo próprio Congresso Nacional. Pelo próprio processo de elaboração da Constituição – a partir das subcomissões havia a idéia de se implantar o regime parlamentarista –, surgiu a figura da medida provisória, que é mais compatível com os sistemas de governo parlamentaristas. Assim, foi introduzida na Carta Magna.

Recordo-me bem – e tenho invocado freqüentemente este episódio – que o Deputado Michel Temer, então Constituinte, como eu fui, se insurgiu contra a medida provisória, alertando para os riscos que correríamos com esse instituto, que poderia se tornar pior do que a figura do decreto-lei. Primeiro, porque o decreto-lei não podia ser reeditado, o Congresso o aprovava ou não. Segundo, pelo fato de sua abrangência ser muito mais restrita, pois estava limitado a determinadas situações.

O pressuposto era o de que a medida provisória deveria atender a dois requisitos: urgência e relevância. Apenas se a matéria fosse urgente e relevante poderia ser disciplinada mediante medida provisória. Assim sendo, a medida provisória deveria ser uma providência de natureza excepcional; portanto, rara. Ou seja, somente seria cabível no caso de haver uma situação de emergência ou de relevância que necessitasse da edição de uma medida por parte do Presidente da República, com força de lei, que poderia ser ratificada ou não pelo Congresso Nacional, no prazo de 30 dias. Ora, desse modo seria perfeitamente lógico que o Congresso fosse convocado para se manifestar. Se o assunto era relevante e urgente, havia necessidade de que o Congresso se pronunciasse dentro do prazo de 30 dias.

O que aconteceu foi que a medida provisória se tornou um instrumento de utilização corriqueira, banal. Medidas provisórias foram editadas sobre os mais variados assuntos, quase nunca atendendo ao princípio da relevância e da urgência.

Por isso, estamos aqui nesta convocação extraordinária. É preciso, pois – e esta é a única resposta que o Congresso pode dar à opinião pública, à sociedade brasileira –, que votemos essa emenda constitucional que disciplina, regula e impede as reedições abusivas. Há medida provisória até do Plano Real, que ainda não foi votada. Alguém poderá dizer que a culpa é do Congresso Nacional, que não se reúne para deliberar. Essa é uma verdade parcial, é uma meia verdade. Por quê? Porque sabemos que o próprio Governo, o Poder Executivo, manobra para ficar reeditando as medidas provisórias, temeroso do confronto que possa haver e que da votação saia uma decisão que não seja de seu agrado. Então, evita as votações.

Em segundo lugar, o Congresso deve se reunir no prazo de cinco dias, a partir da publicação da medida provisória no **Diário Oficial**, contando inclusive sábado, domingo e feriado, para deliberar sobre a matéria. Contudo, não há condições operacionais para que a comissão mista constituída para tal fim se reúna, delibere, discuta e apresente emendas. As sessões do Congresso Nacional são sessões vazias, nas quais não se delibera por não haver **quorum**. Então, a única forma de se votar naquelas sessões é mediante acordo, consenso.

Nessa proposta de emenda constitucional – e foi uma decisão sábia –, prevê-se a análise e apreciação das medidas provisórias separadamente pela Câmara e pelo Senado, porque tudo que depende de sessão conjunta do Congresso Nacional ou é votado por acordo, de afogadilho, numa votação meramente

ritual, ou nunca é votado, porque as Casas não se reúnem. Basta que a Mesa informe, por exemplo, o número de vetos que estão pendentes de apreciação e que, a rigor, deveriam trancar a pauta. E, de fato, toda reunião do Congresso é extraordinária, porque as ordinárias, em princípio, não podem acontecer porque há um grande número de vetos que até hoje não foram apreciados.

Na minha opinião – e o Senado já deliberou sobre isso –, essas sessões do Congresso Nacional deveriam ficar restritas às mensagens do início da Sessão Legislativa e às reuniões solenes, evitando-se colocar matérias para apreciação conjunta, porque está provado que isso não funciona. Este é o único país onde, havendo duas câmaras, elas se reúnem conjuntamente para apreciar matérias como o Orçamento, medidas provisórias e outras tantas previstas na Constituição.

Emenda constitucional de minha autoria que acaba com essas sessões conjuntas foi aprovada por unanimidade no Senado. Isso não significará perda de poder da Câmara, que poderá deliberar tranqüilamente, reunida, para decidir essas questões, assim como fará o Senado. Haverá muito mais celeridade e possibilidades de discussões racionais que tragam luzes sobre o assunto, debates proveitosos sobre a matéria, e não aquelas sessões do Congresso Nacional que, realmente, não engrandecem o Poder Legislativo.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite-me um aparte, Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Com prazer, Senador Francelino Pereira. Ouço V. Exª.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Lúcio Alcântara, felicito V. Exª por inaugurar os debates, nesta Convocação Extraordinária, com um assunto extremamente relevante, pertinente às medidas provisórias. Essa instituição tem idade, é antiga e possui nomes diferentes. Expressa exatamente a natureza do funcionamento da instituição parlamentar e a natureza da funcionalidade da instituição executiva. O Congresso, por ser uma Casa dividida, composta de representantes de numerosos partidos políticos – hoje são mais de 20 –, termina tendo uma tramitação bastante lenta, que não dá resposta rápida à necessidade e à imperatividade de soluções imediatas. Esse é o fundamento das medidas provisórias e dos decretos-leis do passado, etc. Confesso a V. Exª que já pensei algumas vezes, e até reuni dados para conversar, no âmbito parlamentar, aqui no Senado, sobre esse problema. V. Exª tocou um pouco no assunto ao mencionar que alguns dizem que a responsabilidade é da instituição parlamentar. Disse ainda que há uma ponta de razão nisso. Creio que não é apenas uma ponta de razão. Na verdade, o Congresso não se reúne, não delibera sobre as medidas provisórias. Estamos aqui há alguns anos, e para as primeiras medidas que chegavam ao Congresso os partidos indicavam os componentes das comissões e marcavam o local da reunião para escolha do presidente e do relator da matéria. Numerosas vezes, fomos a esses locais para a assinatura desses expedientes e para a escolha do presidente e do relator. Na verdade, não aparecia ninguém, nunca apareceu. A responsabilidade maior pela não-tramitação é – não se pode negar – da instituição parlamentar. Não convém falar, porque o Congresso já é uma instituição bastante atormentada pela crítica do povo brasileiro, mas a medida provisória entra em vigor e depois perde o impacto. A conseqüência disso pode ser vista, como estamos vendo, no Congresso Nacional. O Poder Executivo está legislando ainda mais, porque edita a medida, reedita-a, aprimora-a, eliminando textos, acrescentando outros. Com isso, vai suprindo, de certa forma, a ausência e o desinteresse do Congresso Nacional. Portanto, digo a V. Exª que o projeto que está em pauta e que devemos votar agora é realmente uma medida excelente, mas não podemos esconder a nossa responsabilidade. Não há por que culpar especificamente o Governo Federal, o Presidente da República e excluir o Senado Federal e a Câmara do Deputados. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – A análise de V. Exª é perfeita. Concordo plenamente com ela. Penso que a culpa deve ser repartida entre o Congresso e o Poder Executivo, até pelo fato de que tudo que funciona em regime misto, na realidade, não funciona – está provado que esse sistema de sessões conjuntas do Congresso não funciona. Em segundo lugar, o número de medidas em vigor é grande – não o tenho de cabeça – que nem sempre são passíveis de apreciação pelo Congresso.

A resposta que podemos dar é votar esse projeto de emenda à Constituição, que restringe as possibilidades de edição de medida provisória, ou seja, os assuntos que poderiam ser legislados por essa via. Teríamos, então, um número menor para analisar separadamente, na Câmara e no Senado. Tenho certeza de que, se a apreciação fosse feita em separado, no Senado, não perderíamos esses prazos. O Senado não é melhor do que a Câmara; penso que aquela Casa também não os perderia. Agora, colocar os dois

em reunião conjunta é adotar um sistema que não funciona. Essa é a verdade.

Os candidatos à Presidência da Câmara estão anunciando que a primeira providência deles é regulamentar, modificar e disciplinar essa questão da medida provisória. O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil que acabou de ser eleito já disse que pretende questionar uma por uma junto ao Supremo Tribunal Federal. A sociedade deseja limitar esse poder do Presidente da República. Então, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, que já desfraldou tantas bandeiras aqui, como, por exemplo, a do Fundo de Combate à Pobreza – a emenda constitucional foi aprovada no Senado e, em seguida, na Câmara, foi promulgada e já está no texto da Constituição –, desfraldou também essa contra o abuso da utilização de medidas provisórias. Será que S. Exª e o Presidente Michel Temer vão deixar isso para os seus sucessores? O Presidente da Câmara é, como disse, um crítico da medida provisória desde a Constituinte; professor de direito constitucional, tem a seu favor essa posição que já adotara na Constituinte.

E faço um apelo também aos partidos da Oposição, que não aceitam determinados dispositivos da proposta de emenda à Constituição e, por isso, negam-se a dar **quorum**. Vamos votar, que é a forma mais democrática de resolver a questão. Se os que querem manter a proposta tal como saiu do Senado forem os majoritários, ela será conservada; se a Oposição fizer pedido de destaque e houver votos suficientes para alterá-la, esse será um resultado democrático. Agora, ficar como está é a pior solução.

Apelo aos dois Presidentes, que são os líderes das duas Casas – líderes institucionais e naturais, por sua competência, empenho parlamentar e legitimidade política – bem como aos partidos, a fim de que se ponham de acordo, a matéria vá a votos no Plenário e ali se decida conforme a tendência da maioria. No meu modo de ver, qualquer proposta que venha a sair daquela votação será melhor do que a situação em que nos encontramos. Estamos sob vexame: aqui reunidos para apreciação dessas medidas, apesar da indagação da opinião pública sobre a oportunidade, a conveniência, a legitimidade ética e moral dessa convocação. No entanto, estamos simplesmente cumprindo uma exigência constitucional. A medida provisória, que deveria atender a situações excepcionais, infelizmente se transformou em uma situação banal, corriqueira, com a qual estamos convivendo há alguns anos.

Fica, portanto, o registro da minha posição e o meu apelo para que as duas Casas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e os dois Presidentes não desperdicem a oportunidade de apreciarmos e votarmos essa proposta de emenda constitucional, justa e razoável. Em um Estado moderno, o Presidente da República ou o Chefe do Governo não pode ficar sem instrumentos que lhe permitam, em determinadas situações, adotar medidas prontas, imediatas, que não demandem o geralmente longo – e não poderia ser diferente – processo de tramitação no Parlamento.

Cito um exemplo: o Plano Real. Se não existisse medida provisória, não poderia haver o Plano Real, pois teria que ter sido enviado um projeto de lei ao Congresso Nacional, para alterar a moeda e criar a URV, e sabemos que isso não levaria a lugar nenhum; teria sido instalado o caos econômico, social e político. Há situações, então, em que a medida provisória é absolutamente pertinente, cabível. Não sou favorável ao seu uso indiscriminado, abusivo, que atenta contra o Parlamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Espero que, ao cabo dessa convocação extraordinária, tenhamos deliberado sobre essa proposta de emenda constitucional sob exame na Câmara dos Deputados e que consta da pauta dos nossos trabalhos durante esse período.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. S. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, venho falar de um fato que ocorreu em Minas e que merece a atenção desta Casa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ele só não chegou à Academia Brasileira de Letras pela sua opção natural de permanecer em Minas, à frente da Academia Mineira de Letras. Ali, ao longo de 40 anos, acabou por se tornar o símbolo desse quase centenário centro de cultura, respeitado nacionalmente.

Ele é Vivaldi Wenceslau Moreira, que morreu neste final de janeiro, no dia 27, mas que jamais deverá de desaparecer de nossa memória, pela notável e

rica herança literária que deixa para sempre – para Minas e para o Brasil.

Vivaldi será sempre lembrado com o mesmo significado que sugerem as palavras latinas do brasão da Academia Mineira de Letras: **Scribendi nullus finis**. Ou, em português, "O escrever nunca tem fim".

Se o escrever não tem fim, também não terá fim a vida desse grande brasileiro, toda ela consagrada ao ofício de escrever, perenizando idéias ou retratando vultos e feitos humanos.

O próprio Vivaldi Moreira nos conduz a essa certeza, com palavras suas, em uma entrevista à imprensa de Belo Horizonte. São palavras parecidas com o significado inscrito no brasão da AML.

> "Ninguém é imortal apenas por pertencer a uma Academia de Letras. Isso é uma ficção. Sou mais imortal pelos livros que deixo do que por fazer parte de uma instituição."

Com essa definição, Sr. Presidente, Vivaldi revela seu sentimento de total apego à literatura. Ele, que sempre lia três livros ao mesmo tempo, brindou a cultura brasileira com 20 livros – nenhum deles de ficção –, além de 5 mil artigos e 40 opúsculos, e muitas entrevistas e conferências.

Vivaldi foi Presidente da Academia Mineira de Letras, de 1975 a 1987, mas permaneceu no posto, como seu Presidente Perpétuo, por decisão unânime de seus companheiros de academia.

Esse mestre e escritor, que desaparece aos 88 anos, na verdade, continua entre nós. Sua obra o fará sempre lembrado como um dos nossos maiores intelectuais e também como um homem simples, como o **Menino da Mata** – do jeito de que ele gostava –, por ser natural de Tombos, o antigo Tombos de Carangola, na Zona da Mata mineira.

Conheço bem a sua terra natal, a cidade de Tombos, que represento nesta Casa com sentimento, amor e respeito. Mantenho um convívio permanente com o seu povo e com os seus líderes, com o sentimento que essa região da mata mineira devota ao seu filho mais ilustre.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Vivaldi Moreira foi também jornalista, servidor público, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Como escritor – sua grande paixão –, optava sempre pelos temas universais, adquiridos na vida acadêmica e também dos livros que leu: 7 mil ao todo.

Não obstante, ele não se esquecia jamais de retratar, com a força de seu texto, os temas mineiros, a começar pelo **Glossário das Gerais**, editado em 1991, com perfis de políticos e intelectuais de Minas Gerais.

Também é de Vivaldi a obra **Milton Campos – Política e Letras**, que todos nós aqui conhecemos, reeditada que foi no ano passado pelo Senado Federal por ocasião do centenário de Milton Campos.

Na sucessão dessa temática de Minas, ele também não deixou no esquecimento as cenas da terra natal – a sua querida Tombos –, retratada no livro **O Menino da Mata e seu Cão Piloto**.

É nesse texto que ele se revela um grande memorialista, ao desenhar um tempo de felicidade e alegrias vivido na Fazenda do Tanque. Nela, pelo seu apreço aos livros, chegou a formar uma pequena biblioteca de 3 mil volumes.

Uma biblioteca que não parava nunca de crescer, chegando, já em Belo Horizonte, a mais de 20 mil volumes, que ele, em vida, doou à Academia Mineira de Letras.

Srªs e Srs. Senadores, evoco com saudade o nome de Vivaldi Moreira, o intelectual e o mestre, o escritor apegado a Minas, de onde nunca pensou em sair para sempre.

Fora do Estado, ele viveu apenas um pequeno período no Rio. Mas logo retornou, com a justificativa, que ele expressou ao jornal **Hoje em Dia**, de que "Minas é o meio do mundo".

"Meio do mundo", na sua terna definição. Na sua intimidade, o próprio "mundo por inteiro", o lugar definitivo para viver.

A Minas, talvez por isso, ele deu o melhor de si. Mas não apenas como escritor. Foi também o servidor responsável, inclusive auxiliar de meu Governo, ele que, ademais, sempre foi um de meus melhores amigos. O funcionário exemplar, o amigo sempre presente e fiel.

O amor de Vivaldi Moreira à terra mineira e a Belo Horizonte era tamanho a ponto de ter declarado, numa entrevista à imprensa de Minas, que, "como César, na Bretanha, ateara fogo nos navios para dali não sair".

Esse apego de Vivaldi Moreira a Minas é descrito também em diferentes jornais: O Menino da Mata descansa, diz **O Estado de Minas**. No **Diário da Tarde**, uma matéria de capa, no Caderno 2, registra o Adeus ao Mestre, que o **Hoje em Dia** repete em palavras semelhantes, no Adeus ao Acadêmico.

Casado com a Srª Ibrantina Brandão Couto Moreira, que carinhosamente é chamada de Dona Brant, com ela Vivaldi teve cinco filhos: José Maria, Eduardo Vitor, Pedro Rogério, Maria do Céu e Ana Cristina.

No sepultamento do ilustre escritor mineiro, portanto na hora do adeus comovido, o historiador e ex-Senador Murilo Badaró definiu a trajetória de Vivaldi com a certeza de que a obra literária por ele deixada assegura sua perenidade.

A essa trajetória, como bem situou Badaró, "agrega-se a mais bela de todas as histórias que o mundo apresenta. A história das grandes dedicações, aquela representada na mais completa doação de seu corpo e de sua alma à Academia Mineira de Letras".

Murilo Badaró – que será o sucessor de Vivaldi Moreira na Presidência da Academia Mineira de Letras – lembrou que o escritor jamais levou para seus escritos a futilidade ou a ficção. Preferiu trilhar pela fidelidade "aos compromissos que assumiu, no curso de sua vida, com os valores nacionalistas e os sentimentos de liberdade, que são o apanágio da gente mineira. Sempre, o mais puro espírito de mineiridade estava em sua obra, nas atitudes e em tudo o mais a que era propelido a participar."

Termino, Sr. Presidente, com meu particular adeus a um grande mineiro. E solicito à Mesa que deste pronunciamento faça parte e passe a constar dos Anais do Senado também o discurso com que o Senador Murilo Badaró apresentou as condolências da Academia Mineira de Letras ao seu mais estimado membro. Vivaldo Moreira, escritor brasileiro, o Menino da Mata, mineiro de Tombos de Carangola.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

PRESIDENTE VIVALDO MOREIRA

MURILO BADARÓ

Ao discursar durante a inumação do Acadêmico e seu diletíssimo amigo Moacir Andrade você assim falou: "Não sei se terei condições psicológicas de manter esta nossa última conversa. Eis por que trouxe as palavras escritas e nem sei como poderei lê-las. Queria dizer-lhe palavras que viessem à mente, sem nenhuma preparação. Sem nenhum roteiro à frente, sem papel à mão. Verifico que não posso. Ninguém é capaz de conter a emoção diante do corpo inanimado de um ente querido".

Repito-as sob o impacto do mesmo temor que agora me oprime, de tornar-me impotente em face da forte emoção de que me acho possuído, ao contemplar seu corpo ser levado para a mansão dos mortos nesta Casa que foi sua vida, sua obra, sua grande paixão e seu grande amor. Cuidei-me, meu caro Presidente Vivaldo Moreira, de passar para uma lauda de papel, mesmo molhada pelas lágrimas que não consegui reter no recesso das pálpebras, a expressão dos sentimentos que envolvem todos os seus confrades, os membros da Academia Mineira de Letras, instituição a que deu o melhor de sua vida.

Cabe-me a dolorosa tarefa de dizer-lhe adeus em nome de nossa Academia Mineira de Letras, a Academia que você sempre considerou como sua segunda família. Faço-o em nome de seus componentes, todos com os corações ensombrados pela saudade e lanhados de mágoa.

Dizia Emerson, um dos seus autores prediletos, que as instituições são a sombra dos grandes homens. Esta Academia da qual foi o mais ilustre e acatado membro e Presidente Perpétuo, refletirá para sempre sua sombra, paradoxalmente expressa numa intensa luminosidade que seu espírito fez e fará pairar pela eternidade do tempo como uma auréola brilhante.

Minas Gerais acaba de ficar mais pobre em seu patrimônio moral e intelectual. Porque não assinalar, está também empobrecido o Brasil, igualmente desfalcado de um pensador esclarecido, um escritor de estilo primoroso, elegante e terso, guardião do erário da inteligência mineira, que como acaba de acentuar o Governo Itamar Franco na nota oficial do Governo de Minas lamentando tão grande perda para o Estado, "como poucos, soube vivenciar e exprimir as virtudes maiores do modo de ser da gente montanhesa".

Não é este o momento de à beira de seu leito mortuário, fazer uma análise crítica de sua obra literária, toda ela mesclada de atualíssimas observações sobre os homens e as coisas de nosso tempo, indicativas de um espírito atilado, atento às transformações que não o afastaram das matrizes fundamentais de sua sólida formação humanista, haurida na leitura dos clássicos e no estudo da história, dos quais extraiu seus pergaminhos de cultura, seu zelo para com a língua, sua intransigente inconformidade com os espíritos ligeiros e destituídos de profundidade.

Sua notável obra literária assegura sua perenidade. A ela se agrega a mais bela de todas as histórias que o mundo apresenta, a história das grandes dedicações, aquela representada na mais completa doação de seu corpo e de sua alma a esta Academia Mineira de Letras, a que entregou os melhores dias de sua vida até vê-la dotada de uma sede condigna e à altura de seu vasto patrimônio intelectual e moral.

Permito-me trazer à colação, para registro histórico, o depoimento constante da nota oficial expedida pelo Governador de Minas a que a pouco me referi, na qual Itamar Franco diz: "pude acompanhar, sobretudo como Presidente da República, seu empenho na implantação da sede da Academia e testemunhar a dedicação com que alcançou as metas traçadas. Elevalorizou a instituição e enriqueceu o acervo da casa com a doação de notável biblioteca. Ali sempre estará o vulto tutelar do autor e mestre". Esta proclamada verdade nós todos, seus confrades, temos o orgulho de certificá-la.

Você, caro Vivaldo, fez parte de uma requintada aristocracia do espírito que se vai rareando nos dias de hoje. Permaneceu fiel, não aos sonhos ingênuos da glória, mas, aos compromissos que assumiu no curso de sua vida com os valores nacionalistas e os sentimentos de liberdade que são o apanágio da gente mineira.

O mais puro espírito de mineiridade estuava em sua obra, nas atitudes e em tudo o mais a que era propelido a participar, pela fidelidade guardada consigo mesmo no religioso respeito para com a vida.

Alimentou seu espírito da melhor seiva nos exemplos herdados na Fazenda do Tanque, de onde hauriu os modelos que o serviram de fanal e guia, abastecendo-o dos fortes vigamentos

morais em que assentou, pela obstinação inteligente, a obra que superará as erosões provocadas pela impenitência do tempo.

Em palavras repassadas de emoção de agradecimento ao povo de Carangola, um recanto de seus amores, você sentenciou que "a inteligência e o trabalho dirigem a humanidade inteligência quer dizer clarividência visão clara das realidades circundantes da conjuntura para agir de acordo com ela. E depois, mãos à obra. Trabalhar, porque só o trabalho ajuda a viver, isto é, acumula provisão para a jornada, transforma-se em história e sem história não vivemos".

Trabalhar foi o seu destino na infatigável faina da elaboração intelectual tudo levado aos pincaros da inteligência da dignidade, da operosidade e da honradez. Sei que apreciava muito a parêmia de que a honra é a única palavra cujo singular e o plural jamais estão de acordo. É mais importante viver com honra do que com honras. Eis aí o segredo de sua importante vida de escritor intectual homem público, chefe de família e dirigente: sempre preferiu viver com honra a viver com honras por isso recebeu no curso de sua utilíssima existência a láurea mais elevada da dignidade intelectual, além do reconhecimento e o respeito dos coetâneos.

Minas sem você fica menor. Acabamos de perder uma mente poderosa, capaz das mais altas reflexões e das elaborações mais sofisticadas do espírito. São as letras mineiras que estão de luto. É a inteligência mineira que empobreceu.

Personalidade multifacetada. Vivaldi Moreira marcou sua presença pela inteligência e descortino. Advogado, jornalista, servidor público, ministro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, foram postos onde prestou os mais relevantes serviços a Minas e ao Brasil, dignificando-os pelo expressivo exemplo de probidade, inteireza moral e desinteresse pessoal.

Em seu consagrado memorial "O mesmo da mata e seu cão piloto" você dizia, na despreocupação dos dias felizes e risonhos vividos na Fazenda do Tanque, "não sentir estar costruindo a história de um homem simples, mas consciente diante das tarefas que lhe foram destinadas pela Providência". Em verdade, o homem simples transformou-se em símbolo de dedicação a Minas, em modelo de trabalhador infatigável na produção intelectual, arquétipo do cidadão e pai de família, líder espiritual de uma geração.

Por imperativo estatutário terei sobre meus ombros a enorme tarefa de sucedê-lo na presidência da Academia. Digo sucedê-lo, porque substituí-lo ninguém jamais conseguirá fazê-lo, tal a grandiosidade de sua obra, inscrita perpetuamente na memória das gentes e na dimensão das coisas eternas.

Esteja seguro de que não desonraremos seu nome e muito menos deslustraremos seu trabalho. Você há de ser sempre nossa inspiração e guia.

Você, meu querido amigo Vivaldo Moreira estará guardado no mais íntimo relicário de nossa afeição. Em nome da Academia Mineira de Letras abraçamos os membros de sua família, certos de que maior consolo não lhes poderia ser dado do que a gloriosa consagração que lhe tributam os mineiros nesta hora triste de despedida.

Vai e descansa em paz, querido amigo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Tem a palavra, por vinte minutos, a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho repetido neste plenário, em diversos pronunciamentos, e tenho ouvido também dos meus ilustres Pares, que a superação dos problemas causados ciclicamente pelas secas não está adstrito a eventuais obstáculos climáticos, mas à falta de uma firme decisão política. É plenamente sabido que as técnicas capazes de possibilitar a plena convivência com as secas são amplamente conhecidas e foram implantadas com absoluto êxito em vários países áridos e semi-áridos do mundo. Graças a essas técnicas essas regiões secas foram transformadas em imensos pomares produtores de alimentos, extirpando em definitivo a miséria de seus povos.

Na verdade, o que ocorreu no Brasil, em especial nos últimos cem anos, foi um total alijamento do Nordeste dos planos de desenvolvimento econômico, em prol do crescimento do Centro-Sul, por parte dos diversos presidentes e ditadores que estiverem à frente dos destinos nacionais. Claro que houve honrosas exceções, mas foram raríssimas.

Durante a primeira campanha eleitoral do atual Presidente, renasceu a esperança entre os nordestinos de que o nosso candidato seria uma dessas exceções históricas, que, no final do século, iria finalmente priorizar o Nordeste, onde vicejam mais de 50% da miséria absoluta nacional. O então Senador Fernando Henrique Cardoso justificava essas esperanças, seja pelo seu rico passado político, pelas teses sociais magnificamente defendidas em seus livros, pelo brilho do seu decantado saber de sociólogo mundialmente respeitado e sobretudo pelos seus compromissos a favor de uma sociedade igualitária.

É verdade que, logo após a posse, levamos o susto que deixou a todos nós, nordestinos, estupefatos, quando Sua Excelência recomendou aos brasileiros que se esquecessem do que ele havia afirmado em seu livros. Talvez por sermos originários de uma sociedade apegada a rígidas tradições, em que a palavra empenhada é pacto de honra a ser cumprido, não podíamos entender quem não assumia nem mesmos compromissos escritos. A partir daí, fomos descobrindo que nossas esperanças não correspondiam à triste realidade de uma administração que se revelou madrasta para os nordestinos.

Não sou leviana para admitir que tenha sido essa a intenção do Presidente. Admito que, no fundo, Sua Excelência cultiva as mais nobres idéias de desenvolvimento e justiça social para o povo brasileiro, mas não posso agredir os fatos, e, portanto, não há como negar que, provavelmente por influência de sua sofisticada assessoria, os problemas nordestinos, em

especial os do nosso semi-árido, não têm merecido a mínima prioridade. Ao contrário, excetuando esporádicas manifestações retóricas, este Governo tem devotado um pouco disfarçado alijamento às questões nordestinas. Primeiro, no decorrer deste Governo, não houve uma só obra marcante para a região; segundo, o Plano Real tem sido um fator ostensivo de concentração de renda nas regiões industrializadas; e finalmente, o Presidente fez questão de assinar o testamento de morte da Sudene.

Quanto aos efeitos do Plano Real no agravamento das desigualdades regionais já hoje as maiores do mundo moderno em cruel detrimento do Nordeste, por serem multiformes os seus tentáculos, seria mais apropriado falarmos sobre essa questão em outro momento.

Para fins de exemplificar o desprezo que tem sido conferido ao Nordeste nesses últimos seis anos de Governo, basta registrar que na Lei nº 9.532, de 1997, foi estabelecida a lenta e gradual morte da Sudene. Desafortunadamente, o Presidente desprezou o fato de que a Sudene é um símbolo para nós nordestinos, criada graças à clarividência de Juscelino Kubitschek . Basta citar que 57% do IPI recolhido na região e 27% do ICMS são provenientes de empresas que contaram, para a sua implantação, com recursos daquela agência de desenvolvimento. Acredito que prevaleceu ante o atual Presidente a farsa tão divulgada por influentes formadores de opinião do Sul-Sudeste, segundo a qual a região nordestina é um poço sem fundo a consumir grande parte dos subsídios do País, e, afinal, era preciso dar um fim a essa sangria.

Se Sua Excelência tivesse ouvido uma assessoria mais bem formada e corretamente informada, saberia que no Brasil, caso único no mundo, não são as regiões mais pobres que recebem a maioria dos subsídios nacionais. Aqui, surpreendentemente, funciona uma lógica de Robin Hood ao inverso: os pobres financiam os mais ricos! Para ser exata, enquanto para o Sul-Sudeste são destinados 51% do total nacional dos subsídios, para a região mais pobre do País, o Nordeste, são destinados tão-somente 9% deles. Ainda assim, o Senhor Presidente foi convencido de que os poucos subsídios que para lá iam deveriam ser extintos.

Deixo claro que desde aquela época o desejo da tecnocracia econômica do Governo era extinguir definitivamente a Sudene. Chegou-nos a notícia, na semana passada, de que o Sr. Ministro da Integração Regional já entregou ao Presidente um plano definitivo de extinção daquele órgão, transformando-o numa inócua agência de desenvolvimento. O pretexto, desta vez, é que foi localizado um foco de corrupção na Sudam. E o que tem a Sudene com a Sudam? Além do mais, é uma idéia estapafúrdia extinguir-se um órgão porque se descobriu que o seu diretor era corrupto. Em governos passados, já houve denúncias na própria Sudam de que o seu superintendente estava prevaricando, e o Presidente à época, hoje o nobre Senador José Sarney, demitiu o funcionário corrupto, fez uma intervenção no órgão e corrigiu as distorções. Agir de outra forma, Sr. Presidente, seria o mesmo que, pelo fato de eventualmente identificar-se um parlamentar corrupto, fechar o Congresso. O que de fato ocorre agora, como se diz no meu Sergipe, é juntar-se a fome com a vontade de comer. Já havia o plano maquiavélico de se extinguir a Sudene e a Sudam. O resto é puro pretexto que nós, parlamentares do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, numa reação firme e suprapartidária, temos mais do que o dever: temos a obrigação de derrubar esse atentado desrespeitoso contra os interesses das já tão discriminadas regiões menos desenvolvidas do País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Sua Excelência afirmava pesaroso aos parlamentares e aos governadores do Nordeste que o procuravam em busca de ajuda que gostaria muito, tanto quanto eles, de ajudar a região, mas não queria cometer erros do passado, investindo sem planejamento em obras e ações que não resultariam em estruturas definitivas que diminuíssem progressivamente os efeitos das secas futuras. Os governadores, cientes da inutilidade das frentes de emergência, acataram a idéia e partiram para um projeto que não apenas diminuísse vigorosamente os efeitos da seca, como também criasse um plano de desenvolvimento efetivo para a região.

O Plano "Novo Nordeste" era um plano abrangente de desenvolvimento auto-sustentável, montava uma sólida estrutura de recursos hídricos e, em especial, construía condições permanentes de convivência com as secas. Dentre outros benefícios, seriam gerados 3 milhões e 400 mil empregos permanentes; promoveria o assentamento de 100 mil famílias em lotes irrigados; 300 mil pequenas propriedades teriam suas áreas estruturadas para a convivência com as secas e, por fim, seriam criadas condições atraentes para, em parceria com o setor privado, ser implantado o maior pólo de fruticultura irrigada da América Latina.

Esse plano, Sr. Presidente, transformaria profundamente o Nordeste em termos sociais, alçando milhões de camponeses miseráveis à condição de classe média rural; nos aspectos geopolítico e econô-

mico, diminuir-se-ia o imenso fosso que separa as economias industrializadas do Sul-Sudeste da empobrecida nordestina; medidas relativas à infra-estrutura diminuiriam expressivamente os gastos do Tesouro Nacional nas próximas secas.

A pergunta natural que se faz é: e o custo de tudo isso? Seria em torno de R$12 bilhões divididos em dez anos. Aparentemente, o valor é expressivo, mas irrelevante, quando se sabe que cada ano de seca, segundo cálculos oficiais, promove um prejuízo de cerca de R$5 bilhões. Daí se conclui que o investimento programado seria inferior ao prejuízo de tão-somente três anos de secas. Ora, quando se sabe que neste século tivemos 22 anos de secas, conclui-se que o prejuízo proporcionado à Nação brasileira alcançou a fabulosa cifra de R$110 bilhões, sem considerar os danos incalculáveis de dezenas de milhões de enfermos e a morte pura e simples de pelo menos um milhão e meio de sertanejos.

Mas como tenho consciência de que números que envolvem o sofrimento ou mesmo o genocídio dos sertanejos não alcançam os ouvidos sensíveis de nossa soberba tecnocracia, vejamos outras comparações que lhe são mais familiares. O investimento equivaleria a apenas um quarto do aplicado pelo Proer para salvar banqueiros falidos ou, mais recentemente, o aplicado no saneamento do Banespa.

Entretanto, vale repetir: seria investimento totalmente autofinanciável e, ainda que não se levasse em conta esse fato, seria uma aplicação de recursos plenamente compensáveis pela economia que se geraria para o Tesouro Nacional em poucas secas futuras.

A entrega do projeto Novo Nordeste ao Presidente foi solene e contou com a presença de todos os governadores e parlamentares no Planalto. O cavalheirismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a sua justa reputação de grande anfitrião, foi impecável. Não faltaram entusiásticos elogios presidenciais à iniciativa dos governadores – "extremamente oportuna e patriótica", segundo suas veementes palavras –, além do seu firme compromisso de cobrar um urgente estudo da área econômica para encontrar meios para viabilizar os recursos.

A solidariedade de Sua Excelência encerrou-se com essa efusiva recepção. Nunca houve uma resposta oficial sobre o tema nem da área econômica nem de qualquer outro Ministério, nem muito menos do próprio Presidente – nem ao menos um gesto protocolar da área técnica pedindo explicações a respeito. O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que havia apresentado suas idéias durante a campanha e sobretudo pela sua rica biografia de político e escritor engajado com o social e o igualitarismo, procedeu da mesma forma como a esmagadora maioria de seus antecessores agiram com as prioridades do Nordeste, particularmente com as ações de prevenção permanente aos efeitos da seca: simplesmente arquivou o projeto. Quanto à viabilidade dos planos apresentados, os seus assessores nem se deram ao trabalho de afirmar: "não lemos nem gostamos". Simplesmente relegaram-no ao esquecimento.

Cabe aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma observação importante para que não pairem dúvidas ou interpretações de má-fé: a região nordestina não deseja nem pleiteia esmolas. Apesar de inteiramente alijada das prioridades dos projetos nacionais neste último século e meio de existência, quando todo o foco do poder esteve voltado para o desenvolvimento do Sul-Sudeste, a região nordestina tem resistido e se mostrado plenamente viável. E não tem sido fácil fazê-lo quando toda a legislação tributária nacional tem sido ostensivamente protecionista para as regiões produtoras e penalizadora para as consumidoras; quando as sedes das estatais, os centros de pesquisas e as grandes obras de infra-estrutura sempre se concentraram nas regiões industrializadas. Por outro lado, graças à política econômica implementada pelo governo militar e que seria surpreendentemente complementada durante o Plano Real, todo o sistema financeiro se concentrou no Sudeste e, em especial, em São Paulo.

Não obstante todo esse ostensivo favorecimento, o Nordeste tem dado mais à União do que dela recebe. Isso ficou exaustivamente demonstrado num estudo magnífico promovido pelo BNB, na década de 90, denominado "Nordeste: Entrada e Saída de Recursos". Trata-se de um estudo para se proceder a um levantamento detalhado, dentro de um período de tempo, para se estabelecer tudo que entrou da União e o que dela saiu. O período escolhido foi de 1980/85, pinçado aleatoriamente, mas se cuidando para que houvesse nele a existência de uma seca pelos seus efeitos negativos à região. O objetivo era comprovar se era verdadeira ou falsa a informação de que o Nordeste era um ônus econômico para a União.

Por conta disso foi realizado um estudo extremamente meticuloso durante aqueles anos, identificando-se em detalhes tudo o que entrara a qualquer título no Nordeste a partir do Tesouro Nacional, e tudo aquilo que saíra da região em benefício do país como um todo, desde os impostos, saldos de petróleo, enfim, todos os componentes que saíam da região.

O resultado foi altamente esclarecedor e definitivo. Mesmo considerando uma seca – naqueles

anos de 80 a 85 houve uma seca –, quando houve forte entrada de recursos a fundo perdido, o Nordeste deu mais do que recebeu à Nação brasileira em termos financeiros líquidos. O Nordeste deu aproximadamente US$1 bilhão por ano!

Portanto, é uma farsa que revela ignorância ou má-fé a afirmação de que a região nordestina é um ônus para os brasileiros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ter o Nordeste é um bom negócio econômico para o Brasil, ao contrário do que, repito, por ignorância ou má-fé, se propala quando se diz que a região é um ônus para o País. Isso sem computar o fato relevante de que na região está o berço da nacionalidade brasileira.

A propósito, é válido destacar que, ao longo de todo este século, o Nordeste foi superavitário na balança de pagamentos, ao contrário do Sudeste que, por décadas a fio, durante sua fase de industrialização, foi amplamente deficitário. Ou seja, os superávits do Nordeste, que exportava mais do que importava, foram imprescindíveis para a industrialização de São Paulo.

Por todos esses fatos, seja por razões geopolíticas, sociais ou econômicas, é justo que seja atribuída, finalmente, uma prioridade para o Nordeste, porque o desenvolvimento da região implicará a conquista de um vigoroso mercado interno para o Sudeste industrializado, bem maior e mais estável do que a parte externa do Mercosul. Da mesma forma que o desenvolvimento do oeste americano – região de clima muitíssimo mais hostil do que o nordestino – foi importante para as indústrias do leste e hoje se constitui na região mais dinâmica dos Estados Unidos.

Mas, em que pese toda essa lógica, não é isso que se vê. Os nordestinos continuam, neste começo de milênio, a ser tratados como o "patinho feio", no estabelecimento das prioridades nacionais.

A forma de encarar as secas na virada do século é exatamente a mesma de há 200 anos. Todos sabem como criar uma infra-estrutura de convivência com as secas. Mas não há decisão política para fazê-lo. O Governo atual encara os sertanejos do nosso semi-árido como uma sub-raça, que, no máximo, merece ações inúteis e humilhantes das frentes de emergência. Jamais houve um esforço como o dos norte-americanos na década de 30 com as suas regiões secas ou da empobrecida Índia da década de 60, que investiu na sua admirável Revolução Verde, extirpando a miséria de seu povo e transformando regiões bem mais adversas que as nossas em prósperos pomares de produção de alimento, onde empregam centenas de milhões de camponeses.

Por sua vez, a sofisticada tecnocracia do Plano Real age de forma semelhante a seus antecessores da época do Império, do Estado Novo e da ditadura militar, num total desprezo às questões nordestinas.

A questão que se coloca é: até quando nossos conterrâneos aceitarão a condição de párias? Até onde será possível se aceitar uma desigualdade regional, a maior das nações modernas, sem que comecem a crepitar as chamas do separatismo, como ocorre na Itália, onde o norte industrializado quer se separar do sul empobrecido? Ressalta-se: com uma desigualdade re gional bem menor do que a nossa. Os sinais, lamentavelmente, já começaram a aparecer. Recentemente, a revista **Veja** publicou uma pesquisa promovida pela Unesco, feita entre os estudantes do Paraná, que chegou à chocante conclusão de que mais de 52% da juventude estudantil do Estado defende o lema separatista "o sul é o meu país". Nota-se que a pesquisa foi feita numa faixa bem informada da população, que dentro de poucos anos estará no comando do Estado.

E o mais grave, Sr. Presidente: os fundamentos do Plano Real tendem a acentuar mais o já insuportável fosso econômico que separa as regiões mais pobres do Brasil das mais industrializadas. E o que afirmo aqui não se baseia em conjecturas vazias, mas em frios dados econômicos.

Muito obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª está inscrito, Senador Roberto Requião. V. Exª já havia feito a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que tomaram posse, no último dia 4 do corrente, os Senadores Tasso Rosado e Nilo Teixeira Campos. O Senador Tasso Rosado é o segundo suplente do Senador Fernando Bezerra e assume em virtude da renúncia tácita do Primeiro Suplente, Agnelo Alves, que assumiu o cargo de prefeito de Parnamirim, no Rio Grande do Norte. O Senador Nilo Teixeira Campos assume em virtude do afastamento do Senador Artur da Távola para exercer o cargo de Secretário de Cultura da cidade do Rio de Janeiro.

Os documentos referentes às posses são publicados na forma regimental.

São os seguintes os documentos encaminhados à Mesa:

TERMO DE POSSE

Às quinze horas do dia quatro de janeiro de dois mil e um, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal, compareceram perante o Sr. Primeiro Vice-Presidente, Senador Geraldo Melo, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo quarto do artigo quarto do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. **Jerônimo Tasso de Góis Rosado**, Segundo Suplente do Senador Fernando Bezerra, convocado em virtude da renúncia tácita do Primeiro Suplente no exercício da senatória, Senador Agnelo Alves, por haver assumido o cargo de Prefeito Municipal da Cidade de Parnamirim, Rio Grande do Norte; e **Nilo Teixeira Campos**, Primeiro Suplente do Senador Artur da Távola, que se afastou do mandato para exercer o cargo de Secretário de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Os Suplentes convocados apresentaram os respectivos diplomas e documentos previstos em lei. O Sr. Primeiro Vice-Presidente, Senador Geraldo Melo, solicitou aos empossandos que, de pé, prestassem o seguinte compromisso: "*Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.*" Prestado o compromisso, o Sr. Primeiro Vice-Presidente, Senador Geraldo Melo, declarou empossados nos respectivos mandatos de Senador da República os Srs. **Jerônimo Tasso de Góis Rosado**, pela Representação do Estado do Rio Grande do Norte, e **Nilo Teixeira Campos**, pela Representação do Estado do Rio de Janeiro, passando S.

Exªs a participar dos trabalhos da Casa. O Senador **Jerônimo Tasso de Góis Rosado** apresentou declaração de nome parlamentar de Tasso Rosado e filiação partidária ao PMDB. O Senador **Nilo Teixeira Campos** apresentou comunicação de nome parlamentar de Nilo Teixeira Campos e filiação partidária ao PSDB. O Sr. Primeiro Vice-Presidente, Senador Geraldo Melo, deu as boas-vindas aos empossandos, desejando-lhes uma feliz convivência entre seus Pares e sucesso no exercício dos seus mandatos. Em seguida, foi lido pelo Secretário-Geral da Mesa o presente Termo, que vai assinado pelo Sr. Primeiro Vice-Presidente e pelos empossandos.

Senado Federal, ~~em~~ 4 de janeiro de 2001.

Senador **Geraldo Melo**
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Senador Tasso Rosado

Senador Nilo Teixeira Campos

República Federativa do Brasil
Tribunal Regional Eleitoral
Rio Grande do Norte

Diploma

O Desembargador Ivan Meira Lima, Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, usando das suas atribuições legais, outorga o presente diploma a

Jerônimo Tasso de Góis Rosado
Eleito
2º Suplente de Senador

pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, da Coligação "Unidade Popular" (PMDB, PPB, PMN, PPS, PAN, PRN, PSD, PT do B e PRTB), tendo obtido 539.197 (quinhentos e trinta e nove mil, cento e noventa e sete) sufrágios, conforme consta na Ata Geral das Eleições de 4 de outubro de 1998, no Estado do Rio Grande do Norte, na forma dos artigos 197, IV e 215 e seu parágrafo único, do Código Eleitoral e artigo 81, e seu parágrafo único, da Resolução nº 20.103, de 3 de março de 1998, do Colendo Tribunal Superior Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 17 de dezembro de 1998.

Desembargador Ivan Meira Lima
Presidente

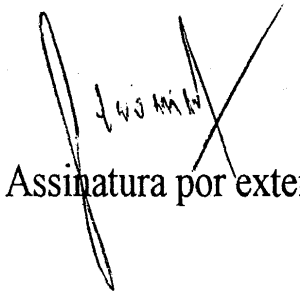
5-6/7/1

Em, 04 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Rio Grande do Norte, em substituição ao Senador Agnelo Alves, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PMDB/RN.

Atenciosas saudações



Assinatura por extenso

Nome Parlamentar: TASSO ROSADO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

O DESEMBARGADOR YOUSSIF SALIM SAKER, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 215, da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da Ata Geral da Sessão de 22 de novembro de 1994, expede o presente Diploma de SUPLENTE DE SENADOR a Nilo Teixeira Campos, eleito, sob a legenda PSDB-PL-PFL-PP, no pleito de 03 de outubro de 1994.

Rio de Janeiro, em 16 de JANEIRO de 1995

PRESIDENTE

Imprensa Oficial - RJ

Em,

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Rio de Janeiro, em substituição ao Senador Artur da Távola adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do P.S.D.B.

Atenciosas saudações

Assinatura por extenso

Nome parlamentar: Nilo Teixeira Campos

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago ao Plenário do Senado e ao conhecimento de V. Exª, na condição de Presidente do Senado e da Mesa neste momento, uma informação que me foi passada pelo Dr. Cruz, Promotor de Justiça na cidade de Maringá, Paraná.

Como todos sabemos – e o Senador Álvaro Dias é testemunha porque é de Maringá –, a prefeitura daquela cidade foi roubada por uma verdadeira quadrilha que, por três administrações municipais, manteve o mesmo Secretário da Fazenda. O furo passa de R$100 milhões, dos quais R$53 milhões já comprovados.

O papel do Procurador de Justiça é notável. Está agindo com critério, trabalhando muito, com isenção absoluta e não perdoando corrupto algum, de todas as correntes partidárias.

Como produto desse trabalho, consegui uma informação seriíssima que, sem a menor sombra de dúvida, redundará na cassação de um Deputado Federal do Paraná. Qual é esse Deputado? Não sei. Mas S. Exª pagou o IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas, já extinto, em 28 de janeiro de 1999, com o cheque da Caixa Econômica Federal nº 307.792, assinado pelo Secretário da Fazenda de Maringá, nominal ao IPC e desviado do Erário municipal, no valor de R$92.160. Repito, o cheque da Caixa Econômica é de 28 de janeiro de 1999 e seu nº é 307.792. Estou tentando descobrir com os liquidantes do IPC quem foi o beneficiário desse pagamento, que se originou em dinheiro desviado do Erário municipal da cidade paranaense de Maringá.

Neste momento, solicito o apoio de V. Exª, Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente do Senado, e do Senador Antonio Carlos Magalhães para que determinem aos nossos funcionários que identifiquem o beneficiário desse pagamento feito com cheque roubado da Prefeitura de Maringá. Isso é parte de um escândalo pesadíssimo de dilapidação. Estou encontrando algumas dificuldades para identificar o beneficiário, embora os promotores de Maringá já tenham localizado o depósito. O citado cheque foi depositado no Banco nº 001, Banco do Brasil, agência nº 2636, na conta nº 193.322-1.

No momento em que o beneficiário desse cheque for identificado, saberemos quem foi o associado do IPC que utilizou dinheiro público para quitar suas dívidas ou um empréstimo ou a complementação da aposentadoria.

Cumprimento o Ministério Público do Paraná, o Promotor Cruz, ressaltando esse trabalho magnífico que fazem, mesmo num momento em que algumas vozes da República pretendem dificultar o trabalho dos Procuradores de Justiça. A minha solidariedade com os Procuradores de Justiça por mais esse trabalho que prestam ao Brasil.

E eu espero que, rapidamente, identifiquemos e resolvamos o problema desse contribuinte do IPC, se ainda estiver no exercício do mandato, com a necessária e sanitária cassação do mandato.

Era esse o informe e a solicitação que queria fazer à Mesa. Os dados são oficiais do Ministério Público do Paraná.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Solicito a V. Exª que faça um requerimento com esses dados, para que possamos tomar as providências que V. Exª requer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2001

Senhor Presidente,

Faleceu no último dia 26 de janeiro, aos 88 anos, na cidade de Belo Horizonte, o escritor e homem público Vivaldi Moreira, que, à frente de que exerceu, sempre soube honrar Minas Gerais e o Brasil.

Formado pela antiga Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro, Vivaldi exerceu o jornalismo nessa cidade e em Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que atuou como Chefe de Gabinete do Secretário de Finanças Magalhães Pinto, no Governo Milton Campos, no período de 1947 a 1950.

Foi nomeado para o Tribunal de Contas do Estado, onde fez carreira, chegando a Ministro-Presidente. Foi Diretor-Geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais, no Governo Francelino Pereira.

Presidia a Academia Mineira de Letras há mais de 20 anos, tendo deixado vinte livros publicados, entre eles um perfil biográfico do Senador Milton Campos.

Nascido em 28 de setembro de 1912, na cidade de Tombos do Carangola, em Minas Gerais, Vivaldi Moreira era casado com D**.** Maria Ibrantina e pai de cinco filhos: Pedro Rogério, José Maria, Eduardo, Maria do Céu e Ana Cristina.

Em face do exposto, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com a tradição da Casa, as seguintes homenagens pelo seu falecimento:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências ao Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa e Academia Mineira de Letras de Minas Gerais, bem como à sua família, na pessoa de D. Maria Ibrantina.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2001. – **Antonio Carlos Magalhães – José Alencar – Arlindo Porto – Francelino Pereira.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uso a palavra, neste momento, para registrar a minha subscrição nesse requerimento de autoria do nobre Senador Presidente Antonio Carlos Magalhães, reconhecendo, sobremaneira, as ações do Dr. Vivaldi Moreira, nosso Presidente da Academia Mineira de Letras.

Inscrito que estou para fazer uma comunicação inadiável, farei registro de mais detalhes, mas quero dizer da alegria de subscrever esse requerimento, especialmente neste momento em que V. Exª rende as homenagens do Senado da República a esse grande mineiro, que, sem dúvida, deu parte da sua vida em prol das letras, da cultura, da política e do jornalismo.

Os meus cumprimentos a V. Exª pela iniciativa e a minha alegria de, como mineiro, estar aqui compondo esta Bancada e, com entusiasmo, recebendo as homenagens propostas por V. Exª.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero me associar e também subscrever esse requerimento pelo qual o Senado da República presta justa homenagem a esse grande brasileiro, o escritor Vivaldi Moreira.

Ele realmente foi um homem de vida pública exemplar, um cidadão que deixa saudade em todos aqueles que foram seus amigos , que o conheceram, que foram seus vizinhos. Vivaldi Moreira primava pelo comportamento como cidadão, como chefe de família e como intelectual. Foi eleito Presidente Perpétuo da Academia Mineira de Letras; deixou uma obra realmente muito rica de informações sobre grandes vultos da história de Minas Gerais e também de várias regiões, especialmente das regiões onde ele viveu.

Então, é muito oportuna a ocasião em que se presta uma homenagem a esse grande cidadão, e, obviamente, todos nós mineiros gostaríamos de nos associar a ela e subscrevê-la.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Abro uma exceção para fazer, em nome da Mesa, a minha homenagem a Minas Gerais, que acaba de perder um dos seus grandes vultos contemporâneos: o escritor e homem público Vivaldi Moreira. Dele pode-se dizer: viveu para os livros, viveu para a cultura. Em favor dela dedicou os melhores anos de sua existência e as maiores energias. Disso é testemunha toda Minas Gerais, muitas vezes o vi quando presidia há mais de 20 anos a sua Academia. Sua gestão foi tão profícua que os acadêmicos, por unanimidade, coisa rara neste País, deram-lhe o galardão de Presidente Perpétuo da Academia.

O ensaísta, o memorialista, o historiador Vivaldi Moreira era um humanista da linhagem que em Minas Gerais produziu João Pinheiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Gustavo Capanema, Milton Campos, Afonso Arinos e tantos outros. Com o coração na história e os olhos voltados para o futuro, interpretou, em seus vinte livros publicados, o mais genuíno sentimento das montanhas de Minas Gerais.

Há aqui nesta Casa colegas Senadores e co-estaduanos de Vivaldi com mais intimidade para discorrer sobre o tema, e certamente o farão, como ainda acabaram de fazer Arlindo Porto e José Alencar. No entanto, eu gostaria de destacar apenas um fato na rica trajetória pública de Vivaldi Moreira para dar a dimensão da sua grandeza e justificar esta homenagem. Refiro-me ao episódio da eleição inesquecível do Presidente Juscelino Kubitschek para a Academia Mineira de Letras. O caso foi que JK, candidato a uma vaga na Academia Nacional, buscava a eleição como um alento à tristeza por continuar banido, como o foi, da vida pública nacional. O sistema militar então reagiu e não deu espaço ao mais querido estadista brasileiro. JK foi derrotado por um voto, e um voto, in-

felizmente, de Minas Gerais. Mas de Minas veio a reação: de Vivaldi Moreira nasce a articulação para reconfortar o coração de Juscelino. Vivaldi conversara com dois eminentes homens públicos, seus colegas da Academia, Pedro Aleixo e Afonso Arinos, ambos meus colegas no Parlamento. Obtém deles o apoio para a eleição de JK para a Academia de Minas, aquela que não se dobra aos membros do poder de então. Os jornais anunciam a articulação. Vivaldi, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, é convidado a ir à agência do SNI em Belo Horizonte. Vai e diz: "Os acadêmicos, por unanimidade, vão eleger Juscelino". E o fazem, prestando ao ex-Presidente da República a derradeira homenagem, pois pouco depois ele desapareceria em um desastre de automóvel. Só este gesto de Vivaldi Moreira diz bem de sua dignidade, de seu elevado padrão moral, de sua coragem. Minas e o Brasil perderam um grande exemplo de dedicação à cultura.

Ao fazer, contristado, o registro do desaparecimento de Vivaldi, nos Anais do Senado, solidarizo-me com a dor da sua ilustre família e associo-me às justas homenagens que o povo mineiro tributa a esse grande mineiro desaparecido e, em particular, aos seus familiares, que acabam de ser nominados na moção que aprovamos. Mas, em particular, ao jornalista Pedro Rogério, que trabalhou comigo, que trabalhou aqui e em vários órgãos de imprensa nacionais, sempre se destacando pelas qualidades morais, bem herdadas do seu grande pai.

Daí por que entendia, como entendo, que o Senado haveria de fazer esta homenagem a esse grande mineiro, desconhecido de muitos, mas para os que o conheceram um dos maiores mineiros dos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB nº 005/01

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Casildo Maldaner, como membro titular, em substituição ao Senador Henrique Loyola, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES	**SUPLENTES**
José Fogaça	Pedro Simon
Casildo Maldaner	Amir Lando
Roberto Requião	Marluce Pinto

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Jader Barbalho,** Líder do PMDB.

OF. Nº 013/01 – GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória, nº 2.065-17 de 25 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	**SUPLENTES**
Djalma Bessa	Paulo Souto
Jonas Pinheiro	Francelino Pereira

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão,** líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 014/01 – GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória, nº 2.137-1 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	**SUPLENTES**
Jonas Pinheiro	Maria do Carmo Alves
Djalma Bessa	Mozarildo Cavalcanti

Atenciosamente, Senado **Hugo Napoleão,** líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 015/01 – GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.131-1 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	**SUPLENTES'**
Romeu Tuma	Freitas Neto
Juvêncio da Fonseca	Bello Parga

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão,** líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 016/01 – GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da

Medida Provisória, nº 2.129-5 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	SUPLENTES
Maria do Carmo Alves	Mozarildo Cavalcanti
Moreira Mendes	Geraldo Althoff

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, líder do PFL, do Senado Federal.

OF. Nº 017/01-GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.125-12 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Siqueira Campos	José Jorge
Freitas Neto	Jonas Pinheiro

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão,** Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 018/01-GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.122-2 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	SUPLENTES‘
Jonas Pinheiro	Paulo Souto
Moreira Mendes	José Agripino

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão,** Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 019/01-GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.105-15 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	SUPLENTES
Freitas Neto	José Jorge
Paulo Souto	Eduardo Siqueira Campos

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão,** Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 020/01-GLPFL

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.120-9 de 26 de janeiro de 2001, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

TITULARES	SUPLENTES
Romeu Tuma	Geraldo Althoff
José Agripino	Moreira Mendes

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão,** Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste início de trabalho nesta Casa, não posso me furtar ao dever de registrar um fato que muito honra todos nós de Rondônia e engrandece o nosso Estado.

Refiro-me à escolha do Dr. Hamilton Nobre Casara como novo Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama –, nomeado que foi para ocupar tão importante cargo pelo decreto presidencial de 16 de janeiro do corrente ano.

O engenheiro agrônomo Hamilton Casara, de 41 anos, filho de Rondônia, nasceu e viveu na floresta, mais precisamente em Laranjeiras, então Município de Guajará-Mirim, nas barrancas do Rio Guaporé. Por isso mesmo, mais do que ninguém, conhece bem de perto os problemas ambientais e os desafios que as populações estradicionais enfrentam. Entre as ações que lhe renderam notoriedade, posso destacar o fato de ter tido a coragem de denunciar a entrada em massa de madeireiras asiáticas na Amazônia, com o objetivo de devastar a floresta, e também de combater a ambição predadora dos madeireiros inescrupulosos, aqueles que só visam lucro e que não têm compromissos com o meio ambiente – que, quero ressalvar, são uma minoria.

O Dr. Casara é servidor de carreira do Ibama, formado pela Universidade Federal do Amazonas, e exerceu o cargo de Superintendente naquele Estado; desenvolveu atividades de implantação da produção da borracha nos seringais nativos, e de cultivo, também no Amazonas. Exerceu a função de Coordenador da Área

de Controle e Fiscalização na Superintendência de Rondônia; trabalhou na defesa da pesca no Estado do Rio de Janeiro; coordenou a área da fauna silvestre no Espírito Santo; coordenou também o plano emergencial de proteção ambiental em Mato Grosso, Rondônia e Acre, além de participar de vários projetos, como o de proteção e reprodução da lagosta, camarão e sardinha, no Estado do Rio de Janeiro, e o de ordenamento da atividade florestal, em Rondônia, entre muitos outros trabalhos que realizou, de relevante importância para a atividade ambiental no Brasil.

Casara assume o Ibama com a determinação de promover parcerias com a sociedade civil organizada, Estados e Municípios, visando desenvolver principalmente ações voltadas para a educação ambiental. Recentemente, ele reuniu, em Brasília, os 40 dirigentes do Instituto em todo o Brasil, para elaborar uma agenda de trabalho para 2001, quando uma extensa programação foi cumprida pelos representantes estaduais do Ibama e pelos diretores dos Centros de Pesquisa, com o objetivo de levantar as necessidades e demandas de cada um nas questões que envolvem o orçamento, ações prioritárias, implantação e consolidação de unidades de conservação, educação ambiental, fiscalização, recursos humanos e formação de conselhos temáticos, entre outros.

Para o novo Presidente, que tem cumprido as orientações do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, é de fundamental importância a elaboração de uma agenda que "nasça nas pontas" – como diz ele – e que permita à direção da instituição promover meios para o fortalecimento de suas unidades em todo o Brasil. Para ele é uma "regra simples mas muito importante do ponto de vista dos resultados".

As metas de Hamilton Nobre Casara estão em perfeita sintonia com a tendência ecológica, neste momento em que todo o planeta se volta para as nossas florestas e em que a preocupação em preservar o meio ambiente ocupa lugar de destaque na consciência de toda a humanidade, envolve o desmatamento e as queimadas, o combate ao tráfico de animais silvestres, a exploração irregular de madeira e a melhoria do controle institucional, que passa pela descentralização das ações e autonomia das representações estaduais. O objetivo é dar mais agilidade ao órgão.

Desde que assumiu a Presidência do Ibama, o Dr. Casara vem destacando a ação "tolerância zero" para os infratores e para o crime ambiental, fortalecendo os mecanismos de defesa para as reservas indígenas, para as reservas extrativistas, parques nacionais e demais áreas de proteção ambiental.

Verdadeiramente, Sr. Presidente, a escolha do Dr. Hamilton Nobre Casara para presidir o Instituto foi muito acertada. Com certeza todos sairam ganhando: Rondônia, o Brasil, a ecologia e o meio ambiente como um todo. Não tenho dúvidas de que Hamilton Nobre Casara fará um excelente trabalho à frente do Ibama, com a determinação e a seriedade que lhe são peculiares, elevando o nome do nosso País e melhorando a nossa imagem no exterior, no aspecto da preservação ambiental.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – Concedo um aparte a V. Exª, eminente Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Moreira Mendes, V. Exª traz à baila um assunto que, com certeza, é de interesse nacional, mas que para nós, rondonienses, tem um gosto muito especial, porque um filho de Rondônia ascende a um cargo tão importante de caráter nacional. Conheço de longa data a família Casara. É uma referência na história de Rondônia a ação dos Casaras. Dr. Hamilton, que agora assume esse cargo, além de um técnico competente, habilitado por todos os foros do Brasil e até do exterior, traz em si a senda dos pioneiros. E, mais do que a senda, traz a saga dos pioneiros. V. Exª cita a história de Américo Casara, esse arquiteto que inclusive ajudou a concluir a Basílica de São Pedro, deixou a Itália rumo ao Peru e ali também se integrou na construção de igrejas, de templos, sempre trazendo o conhecimento da arquitetura européia para o continente sul-americano. Aí realizou uma verdadeira epopéia, nos idos anos de 1910, quando desceu os Andes com 300 índios keitchuas e adentrou o território nacional; subindo o Rio Corumbiara ali instaura, no princípio do século, com toda a adversidade, um verdadeiro império, criando o Seringal Barranco Alto. Estendem-se por uma área de mais de 300 mil hectares as espinhas de peixe para extrair, nessa ordenha matinal, o látex. A par da atividade extrativa, também principia ali alguns rudimentos industriais para abastecer e dar auto-suficiência ao seringal, isolado no Vale do Guaporé, distante, quando se navegava apenas com os varejões. Essa é uma época distante mas que marcou. Se não bastasse o espírito pioneiro, além de integrar a vasta região a uma produção local, era ele, o Casara, que também, nessa época, esforçava-se por executar uma exploração madeireira racional. Na década de 40 ainda, o velho Américo Casara, arquiteto italiano, nada mais do que mil toros, extraídos da floresta, puxados por roldanas rudimentares, pelo rio Pimenta Bueno, encaminhou para Manaus. Nessa tarefa hercúlea, difícil à época, quero informar que, dos

mil toros, apenas 300 alcançaram o objetivo, o estágio final em Manaus. Esse era o espírito pioneiro de Casara, que excedeu os próprios limites, e constitui uma história fantástica da fibra dos pioneiros que enfrentaram todas as adversidades. É exatamente essa cepa, de quem conhece a Amazônia por dentro, na sua intimidade, que gerou o atual Presidente do Ibama, que, tenho certeza, saberá honrar Rondônia e o Brasil, sobretudo os princípios do meio ambiente, sem exageros, com o realismo de quem conhece a região. Não vai produzir um escólio abstrato, distante da realidade, mas atenderá, sobretudo, às demandas do nosso povo e da nossa terra. É preciso dizer que o meio ambiente deve, sim, ser protegido, mas, sobremodo, temos que partir do princípio de que o homem é a primeira preocupação ecológica; e aqueles que para lá foram plantaram o futuro e recolheram esperanças nas produções agropecuária e agrícola. Essa gente merece respeito, merece que se dê a ela a oportunidade de desenvolver o Brasil, Rondônia e a si mesma, e não uma política de perseguição, uma política que cada vez mais asfixia a possibilidade de produzir, como se tivesse decretado sobre os rondonienses o despejo total e irreversível. Contra essa visão tacanha, pequena, irrealista, queremos chamar à colação a experiência de quem nasceu, viveu, criou-se e foi abeberar-se na formação técnico-científica de fora, mas trouxe para Rondônia os ensinamentos da ciência, sobretudo sem perder os visos da realidade. Por isso, está de parabéns V. Exª ao ressaltar as qualidades e principalmente a nomeação de Hamilton Casara para Presidente do Ibama. Rondônia cresce, e o Brasil poderá certamente também extrair dessa figura humana o conhecimento necessário para, com equilíbrio, conduzir a política ambiental, especialmente na Amazônia. Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço a V. Exª o aparte, que certamente vem enriquecer o meu pronunciamento.

Quero lembrar aqui que esse grande arquiteto genovês Américo Casara especializou-se também em Oxford. Veio depois para o Peru e o Equador, onde conheceu D. Ema Rios, com quem se casou, e constituiu essa família tão numerosa e tão respeitada no Estado de Rondônia, que é a família Casara, de quem Hamilton Casara é neto, porque é filho de Américo Casara Filho.

Quero também dizer a V. Exª que concordo com o seu posicionamento de que o mais importante em toda essa história é o homem, sem que nos descuremos da defesa do meio ambiente. Nesse particular, o Dr. Hamilton Casara traz experiência, porque é um homem nascido e vivido na floresta amazônica e corre nas suas veias sangue comprometido com a Amazônia – sem se descurar do homem.

Portanto, ao finalizar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero dizer que estão de parabéns o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Sarney pela escolha do Dr. Hamilton Casara para a Presidência do Ibama.

De resto, deixo aqui registrado que nós, de Rondônia, somos orgulhosos do filho e temos certeza de que ele saberá conduzir os destinos do Ibama com competência e determinação.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me um aparte, Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Com o maior prazer, eminente Senador.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Eu gostaria também de me associar às palavras de V. Exª, quando registra a posse do novo Presidente do Ibama. Ressalto inclusive que essa posse representa para nós, da Amazônia, a possibilidade de visão de um outro tipo de formação da região. Quero registrar ainda que também foi convidado para compor a diretoria do Ibama o delegado do Ibama de Roraima, um funcionário de carreira, que deverá ser chefe de gabinete do diretor do Ibama. Portanto, verificamos que há motivação da nova diretoria em buscar o desenvolvimento auto-sustentado e a preservação da região, mas com o conhecimento da realidade da Amazônia. Associo-me às palavras de V. Exª e parabenizo o Presidente da República e o Ministro Zequinha Sarney pela escolha corajosa de um membro da Amazônia para dirigir o Ibama. Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço-lhe o aparte.

Concluo, Sr. Presidente, repetindo que certamente o Presidente Hamilton Casara, do Ibama, haverá de saber conduzir aquele órgão com competência e determinação, e sobretudo com compromisso com o meio ambiente.

Sr. Presidente, eu gostaria de requerer à Mesa que fosse transcrito nos **Anais do Senado** o inteiro teor do currículo do eminente Presidente nomeado Hamilton Casara.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

CURRICULUM VITAE

HAMILTON NOBRE CASARA

1. DADOS PESSOAIS

Nome: Hamilton Nobre Casara

Filiação: Américo Humberto Casara
Hilma Mejia

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Amazonas.

Estado Civil: Casado

Naturalidade: Guajará Mirim/RO

Carteira de Identidade nº: 419.448 SSP/AM

CPF nº: 114.170.722-53

Endereço Residencial: SQS 307 Bloc J Apto 303 – Asa Sul

Endereço Comercial: SAIN L4 Norte – Edifício Sede do IBAMA

Telefone: (61) 316 1001 Fax: (61) 322 1058

Email: casara@sede.ibama.gov.br

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- IBAMA – Presidente, Decreto de 16 de janeiro de 2001.
- Servidor do quadro permanente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, exerceu o cargo de Superintendente do IBAMA no Estado do Amazonas/AM.
- Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Amazonas.
- Desenvolveu atividades de implantação à produção da Borracha nos Seringais ativos e de cultivo no Estado do Amazonas no período de março de 1980 a 1985.
- Exerceu a função de Coordenador da Área de Controle e Fiscalização na Superintendência do IBAMA/RO, no ano de 1990.
- Trabalhou no Defeso da Pesca no Estado do Rio de Janeiro em 1990.

- Coordenou a área de Fauna Silvestre do IBAMA/ES - 1990 a 1991.
- Coordenou o Plano Emergencial de Proteção Ambiental nos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre – 1989.
- Coordenou a Área Técnica de Floresta na Superintendência do IBAMA/MS.
- Exerceu a função de Superintendente do IBAMA/RO, no período de 1991 a 1993.
- Participou na elaboração de normas relacionadas ao ordenamento das atividades Florestais nos Estados de Rondônia e Amazonas.
- Participou na realização de levantamentos para a criação de Unidades de Conservação, em especial das Reservas Extrativistas no Estado do Amazonas.
- Participou do Curso Conceito Ecológico para tomadas de Decisões promovido pelo Instituto de Pesquixa da Amazônia.

Essas atividades permitiram a incorporação de novas experiências na gestão ambiental de vários Biomas Brasileiros, permitindo um maior entendimento entre a necessária interação do binômio – Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, com perceptíveis observância das variáveis ecológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais que compõem o sistema.

3. CURSOS MINISTRADOS

- Noções básicas sobre Ecologia, Recursos Naturais e Conservação da Natureza.
- Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros.
- Diversidade Biológica como Recursos Naturais.
- Cursos de Agentes Ambientais Voluntários nas Calhas dos Rios Juruá, Solimões, Japurá, Jutaí e Amazonas.
- Curso sobre Tecnologia de Pescado.

4. PARTIPAÇÃO EM PROJETOS

- Projeto de Proteção aos Quelônios da Amazônia, no Vale do Rio Guaporé, Estado de Rondônia.

- Projeto de Apoio aos Seringueiros no Estado de Rondônia.
- Projeto de Proteção e Reprodução de: lagosta, camarão e sardinha / Rio de Janeiro.
- Projeto de Ordenamento da atividade florestal, com ênfase em manejo florestal, reflorestamento e extenção ambiental / Rondônia.
- Projeto de Ordenamento e Apoio ao Manejo Florestal e manejo de fauna, Estado de Mato Grosso do Sul.
- Projeto de apoio a implantação do pólo de reflorestamento no Estado de Rondônia.
- Projeto de implementação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto/RO.
- Projeto de implementação da Reserva Extrativista do Médio Juruá/Amazonas, Médio Solimões e Médio Madeira.
- Projeto de Manejo aos Ambientes Aquáticos com as comunidades do Médio Juruá/Amazonas, Médio Solimões e Médio Madeira.

5. PROGRAMAS E PROJETOS EM ANDAMENTO

- Projeto de apoio ao Manejo de Recursos Aquáticos/AM.
- Apoio ao Programa Corredores Ecológicos/AM.
- Projeto de Proteção aos quelônios da Amazonia.
- Apoio ao Projeto de suporte ao Manejo Florestal na Amazônia.
- Apoio ao Projeto de Manejo dos Recursos da Várzea na Amazônia.
- Programas de Formação de Agentes Ambientais Voluntários/AM.
- Projeto Pé de Pincha desenvolvido em conjunto com a Universidade do Amazonas e Comunidades no Estado do Amazonas e Pará.
- Projeto de Criação de Tartaruga em cativeiro / Amazonas e Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciarmos o recesso parlamentar, uma comissão mista, integrada por Senadores e Deputados, encarregada de examinar medida provisória da lavra do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a respeito dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, comissão que tive a grande honra de presidir, depois de trabalho incansável, depois de reuniões diversas com as autoridades econômicas do Governo Federal, especialmente no Ministério da Fazenda, depois de ouvir entidades representativas dos setores produtivos de quase todas as unidades da Federação que compõem as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, resolveu apresentar um projeto de conversão alterando a medida provisória, procurando adequá-la à realidade dessas regiões, para que realmente esses fundos constitucionais pudessem – e possam – atingir a sua verdadeira finalidade, qual seja a de diminuir as desigualdades regionais e sociais, incentivando o setor produtivo e, com isso, criando empregos e renda para os brasileiros. Portanto, esse projeto de conversão foi submetido à apreciação constitucional do Presidente da República.

Sr. Presidente, hoje assomo à tribuna justamente para saudar o Presidente da República, o Ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra, assim como todos os Parlamentares que colaboraram para que fosse publicada, com a sanção do Presidente da República, a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que alterou para melhor – volto a afirmar – as regras então vigentes para esses fundos constitucionais, os quais, por sua vez, sempre foram atropelados por encargos financeiros insuportáveis para as classes produtora e industrial, principalmente para os pequenos agricultores, para o homem que trabalha no campo. Os encargos financeiros eram tão elevados, que, quando trabalhamos no projeto de conversão – presidi a Comissão Mista de Senadores e Deputados –, constatamos que estavam parados nos respectivos estabelecimentos de crédito recursos da ordem de R$3 bilhões, os quais estavam à disposição das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, mas que os "tomadores" desses recursos não os buscavam porque não tinham coragem de pagar os pesados juros, os encargos financeiros elevados que certamente pesariam sobre aqueles que tinham vontade de tomar esses empréstimos junto aos estabelecimentos bancários e aplicá-los no setor produtivo brasileiro.

É verdade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que tempos atrás houve um grande avanço quando se eliminou a correção monetária existente nos fundos constitucionais. Mas os juros chegavam à casa dos 16% – incompatíveis, portanto, com a realidade brasileira –, fazendo com que esses recursos, que são produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, ficassem paralisados no Banco da Amazônia, no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil, este último gestor administrativo dos recursos destinados à Região Centro-Oeste.

Sr. Presidente, trabalhamos incansavelmente. E, por parte da Comissão, foi encontrada uma solução que, quase na sua inteireza, foi aceita pelo Presidente da República. Hoje – para dar uma idéia ao Senado da República com relação às operações agrícolas –, os maiores juros não ultrapassam a taxa de 10,75% ao ano, enquanto que, na medida provisória anterior, esses juros chegavam a 16%, conforme afirmei.

Hoje são beneficiários desse projeto de conversão, sancionado pelo Presidente da República, aqueles que podem ir ao Pronaf: os mini, os pequenos, os médios e os grandes produtores, bem como as operações industriais, agroindustriais, de infra-estrutura, de turismo, incluindo-se aí o comércio e os serviços. Em conseqüência, deu-se o rebate de até 25%; favoreceu-se a região semi-árida do Nordeste; permitiu-se a renegociação dessas dívidas; concederam-se abonos – que chegaram a atingir a casa dos 15% – àqueles que pagassem esse empréstimo em dia.

Portanto, agora, depois de 12 anos, esses fundos constitucionais, que foram criados pela Constituição de 1988, estão à altura de cumprir a finalidade constitucional de ajudar na distribuição de renda deste País, de ajudar os agricultores, de favorecer a criação de agroindústrias nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos atuais são compatíveis para incrementar essa fantástica indústria de turismo do Brasil, que é uma dádiva da natureza.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqueles que como eu lutam há muitos anos para que esses recursos, poderosíssimos instrumentos para se alcançar o desenvolvimento regional, possam ser utilizados na eliminação de desigualdades regionais, a qual se constitui num objetivo nacional permanente, con-

forme consta na Constituição brasileira, ficamos satisfeitos!

Venho, então, a esta tribuna para comemorar, para festejar efetivamente a criação daquilo que foi uma luta dos Constituintes de 1988.

Às vezes há acontecimentos que me deixam pensativo. Em 1988, presidi a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco –, instituição responsável pelos estudos e planejamentos do desenvolvimento regional do Centro-Oeste. Nessa época, no Congresso Nacional, Parlamentares estavam reunidos, e a Sudeco deu importante colaboração. Esses fundos só existiram graças à união das Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses fundos sofreram oposição aqui. Com muito custo e depois de muito esforço é que se conseguiu inserir no texto constitucional esses recursos, para que pudessem essas três Regiões do País, alavancadas pelo setor produtivo, contribuir para o melhor bem-estar social da nossa população.

Nesta oportunidade, cumprimento o Presidente da República pela sanção dessa lei. Também quero ressaltar a luta travada por um companheiro nosso do Senado Federal, que foi Vice-Presidente da Comissão que tive a honra de presidir. Refiro-me ao Senador Jonas Pinheiro, aqui presente, com quem conversei pelo telefone tão logo, no dia 12 de janeiro, o **Diário Oficial** publicou a sanção presidencial dessa lei referente aos fundos constitucionais, a qual – volto a afirmar – constitui-se no mais poderoso instrumento que essas regiões possuem para ajudar o crescimento do nosso País.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner, concederei um aparte a V. Exª brevemente.

Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que a economia brasileira está em crescimento. O IBGE divulga que, no campo da agricultura, por exemplo, a safra agrícola do Brasil atingiu a cifra de 83 milhões de toneladas. É verdade que é um crescimento pequeno: representa 0,93% da safra anterior. No entanto, sem dúvida alguma, com esses fundos, o avanço do setor agrícola no Brasil será muito mais forte, tal qual desejamos e lutamos há muito tempo. Fico contente com isso.

Venho a esta tribuna porque precisamos fazer justiça àqueles que trabalham, desde aqueles que votaram os fundos constitucionais em 1988 até aqueles que não se cansaram, em uma luta de 12 anos, para fazer com que os juros e encargos financeiros se tornassem compatíveis para o setor produtivo do Brasil.

Falo, neste momento, como homem do Centro-Oeste, por Mato Grosso do Sul. Esses fundos, sem dúvida alguma, vão ajudar e apressar o crescimento e o fortalecimento da economia dos Estados do Centro-Oeste; farão surgir as agroindústrias, tão sonhadas pelo meu Estado; farão com que os agricultores tenham mais condições de plantar, de adquirir máquinas agrícolas, a fim de poderem trabalhar a terra e produzir os alimentos indispensáveis para gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida.

Dessa forma, o que prevê a Constituição Brasileira está agora se realizando. E isso serve de exemplo, porque demonstra que não podemos parar, que, quando temos um objetivo e o perseguimos, quando lutamos com tenacidade, mais dia, menos dia, a vitória surge, as coisas acabam acontecendo.

Concedo a V. Exª, Senador Casildo Maldaner, o aparte que V. Exª solicitou.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Reafirmo, Senador Ramez Tebet, que não é a primeira vez que V. Exª ocupa a tribuna para pregar o princípio da descentralização do desenvolvimento no Brasil. Creio que os fundos constitucionais chegam – e aí estão – para proporcionar um desenvolvimento equânime no Brasil, para que haja harmonia, para que as regiões menos protegidas sejam mais amparadas. E essa tese de V. Exª prevalece – ou vale – não apenas em função do que dispõe a própria Constituição. No meu Estado, Santa Catarina, que não é privilegiado pelo fundo constitucional, sempre defendi a tese da descentralização do desenvolvimento, a qual também deve prevalecer. Também defendo que se criem mecanismos internos para que o desenvolvimento seja harmonioso e equânime nos demais Estados da Federação, o que também vale para o Brasil. E para quê? Para que se evitem – tenho batido várias vezes nessa tecla – os três grandes problemas das metrópoles deste País: o da infra-estrutura, o da moradia e o da segurança. Todos os dias – e é notório isso –, no sentido figurado, dos jornais parece escorrer sangue. É em função da violência que ocorre durante a noite e da falta de segurança que isso acontece nas grandes metrópoles. Se partirmos para a descentralização do desenvolvimento, proporcionando mais emprego, educação, lazer e saúde à população, faremos com que as pessoas que foram para as grandes metrópoles tenham a vontade de voltar para o lugar de onde vieram. Se isso acontecer – e existem os fundos constitucionais que asseguram esse princípio –, se o

BNDES começar a seguir essa linha, ajudando a fomentar a descentralização do desenvolvimento para os novos projetos, mesmo os de empresas que já estão estabelecidas em grandes centros, iremos ocupar mais equanimemente o território brasileiro e ajudaremos a encontrar as soluções. Por isso, quando V. Exª vem à tribuna no dia de hoje para abordar novamente essa tese, temos que cumprimentá-lo. É por esse caminho que temos de buscar as grandes linhas mestras. Por isso, mesmo no meu Estado, onde não há grandes metrópoles, prego a descentralização. Inclusive, hoje a maior cidade catarinense não é a capital. Mesmo assim, há necessidade de descentralizar o desenvolvimento no meu Estado. No Brasil, então, não há a menor dúvida em relação a isso. Por isso, Senador Ramez Tebet, os nossos cumprimentos a V. Exª. Creio que, no momento em que o Brasil acordar para essa questão, estaremos resolvendo ou ajudando a resolver os grandes problemas sociais do nosso País.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner, agradeço a V. Exª pelo aparte, que abrilhanta o meu modesto pronunciamento.

Nós dois pensamos da mesma forma. Quantas vezes temos conversado! Penso que o desenvolvimento deste País passa pelo interior. É preciso realmente sacudir esse Brasil do nosso interior. É claro que as grandes metrópoles estão amplamente saturadas, não suportam mais. Está na hora de os investimentos acontecerem no interior deste Brasil. É preciso ter essa consciência interiorana, no sentido de olhar para as grandes metrópoles, ocupadas como estão, com verdadeiros arranha-céus, com o ar inteiramente poluído, irrespirável. A onda de violência, como V. Exª acentuou, aumenta cada vez mais. Só poderemos fazer um Brasil igualitário se formos para o interior, se esses incentivos forem destinados ao interior, se ocuparmos os espaços vazios deste Brasil. Assim, não tenho dúvida de que o Brasil vai caminhar num ritmo que todos desejamos, a fim de que todos encontrem o verdadeiro bem-estar social.

V. Exª sabe que, desde que cheguei nesta Casa, luto pelo desenvolvimento regional, pelo desenvolvimento do interior. Por que estou hoje nesta tribuna para festejar? Esses fundos constitucionais – volto a afirmar – foram criados desde 1988 e até hoje não atingiram a sua verdadeira finalidade. Agricultores industriais que tomaram dinheiro dos fundos constitucionais estão inadimplentes, são devedores do Banco do Brasil, muitos perderam inclusive as suas propriedades. Mas, agora, da forma como essa lei foi hoje sancionada pelo Presidente da República, diminuindo consideravelmente os juros dos fundos constitucionais, tenho certeza de que os produtores e os investidores estarão encorajados a buscar esses recursos e aplicá-los em benefício de seu trabalho, para produzir, para gerar trabalho e renda, para aumentar a produção deste País, seja no setor agrícola, seja no industrial.

Quando falo, dou ênfase à destinação desses recursos às regiões agrícolas, talvez porque eu venha de um Estado que ainda luta por sua industrialização, pois lá ainda há poucas indústrias. É um Estado produtor de matéria-prima, mas não pode continuar vendo a nossa riqueza ir para os grandes centros e depois voltar a um custo elevado. O meu Estado quer ter condições de industrializar aquilo que produzimos dentro do nosso território.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores – volto a afirmar –, isso é de transcendental importância para todos nós no momento em que estamos vendo a competitividade dos produtos brasileiros. É preciso ressaltar isso mesmo. Vejam o caso do Brasil, que está fabricando aviões, disputando com o Canadá. E o Canadá agora está vencendo essa disputa por meio de subsídios governamentais, porque as aeronaves brasileiras produzidas por nós aqui estão competindo com países do Primeiro Mundo.

Então, temos que embalar essa idéia. O Brasil só encontrará uma saída por meio do crescimento econômico. Quem tem dúvida disso? O Brasil não pode permanecer estagnado, com uma economia eminentemente monetarista. É preciso conceder juros compatíveis para que o setor produtivo brasileiro, que é dotado de alta capacidade e vem se aprimorando tecnologicamente a ponto de os nossos produtos terem condições de competitividade no mercado internacional, possa promover um país mais justo, mais voltado para o social. Chega de dizer que nosso Brasil é um país rico, é extraordinário, mas profundamente injusto. Continuaremos com as nossas riquezas, mas poderemos dizer que estamos melhorando, que este País está se tornando mais justo, que a violência está diminuindo, que o desemprego, se Deus quiser, vai diminuir consideravelmente. Mas tudo isso só acontecerá com um crescimento econômico impulsionado pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço essa saudação a esses Fundos Constitucionais porque, particularmente, estou ligado a essa luta desde 1988, quando presidia a Sudeco. E como é bom ver uma luta de muitos anos ser agora coroada de êxito. Isso

significa que não podemos nos abater pelas dificuldades, pelos obstáculos. Muito ao contrário, quando existem dificuldades, obstáculos, espinhos em nosso caminho, devemos, cada vez mais, encontrar forças e continuar lutando para remover obstáculos e atingir nosso objetivo.

Esta Casa representa a Federação, portanto, não podemos permitir que um Estado seja muito rico e outro, muito pobre.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Ramez Tebet, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço com prazer V. Exª, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Ramez Tebet, junto com V. Exª, faço os agradecimentos. Quanto à referência à minha pessoa, fiz a minha obrigação. V. Exª já falou muito bem sobre o avanço obtido com o programa dos Fundos Constitucionais. Realço que não estamos apenas resolvendo o futuro, com juros mais adequados às atividades financiadas pelos Fundos Constitucionais, mas também o passado, porque foi possível compor a dívida com juros mais baixos a partir do dia 14 de janeiro do ano 2000, bem como alongar, por mais 10 anos, o período de carência. Senador Ramez Tebet, na esteira desses agradecimentos, lembro a Casa Civil, parceira da Comissão Mista presidida por V. Exª, o Ministro Aloysio Nunes, que esteve ao nosso lado no momento do veto a algumas ações desenvolvidas pela Comissão. Agradeço a Presidência do Congresso Nacional que, numa sessão tumultuada, permitiu a votação do projeto de conversão da medida provisória, particularmente, ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que, reconhecendo que alguns aspectos regimentais dificultavam, permitiu nova votação para que o projeto de conversão recebesse a sanção presidencial. Essa foi a última matéria votada no ano passado, já nos instantes finais da sessão, exatamente na noite do dia 28. Nesses agradecimentos, ressalto a atitude do Congresso Nacional, que soube avaliar a importância da votação do projeto. Repetindo o que foi dito por V. Exª: foram 12 anos de espera para que os Fundos Constitucionais tomassem o rumo adequado. Senador Ramez Tebet, alguns ainda poderão dizer que a taxa de juros de 8,75% para os pequenos e médios produtores agrícolas poderá ser alta no contexto de baixa inflação, em torno de 3%. Contudo, o projeto de lei de conversão foi bastante inteligente ao prever que, quando a TJLP variar 30% para mais ou para menos, a taxa de juros também poderá variar. É possível que, nos próximos meses, em função do dispositivo previsto na lei, possamos ter taxa de juros mais baixa, porque a TJLP está variando abaixo do vigorava por ocasião da votação do projeto de lei de conversão. Senador Ramez Tebet, V. Exª, Presidente da Comissão, o Relator, Deputado Francisco Garcia, e todos os Deputados e Senadores que participaram da Comissão, que, teimosamente, votou a medida provisória, merecem os aplausos do País, principalmente das três regiões contempladas com os Fundos Constitucionais. Agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro, o seu aparte é muito importante, não só porque V. Exª é um dos maiores entusiastas dos Fundos Constitucionais como também, ao perceber que eu estava deixando algumas lacunas, agradeceu ao Congresso Nacional na pessoa de nosso Presidente, fez referência ao Relator, Deputado Francisco Garcia, cumprimentou todos os membros da Comissão e ainda salientou que essa foi a última matéria a ser apreciada, no dia 28 de dezembro, no apagar das luzes, mas, sem dúvida alguma, uma das mais importantes votadas pelo Congresso Nacional.

Como V. Exª lembrou, foram 12 anos de espera. Se esses juros estão a 8,75% e ainda há gente reclamando, o projeto de conversão foi muito sábio, porque a variação da TJLP poderá fazer com que esses juros baixem ainda mais.

O importante é que avançamos, tornamos esses Fundos viáveis, o que não significa que iremos parar nossa luta em defesa das nossas regiões, em defesa até, mais para frente, do aprimoramento desses Fundos. Mas, em verdade, precisamos deixar claro e tomar consciência de que só através do crescimento econômico, promovendo-o no interior deste País, aproveitando as nossas terras férteis e a industrialização daquilo que os nossos Estados produzem, tornaremos o nosso País mais justo e melhor para todos os brasileiros.

Senador Jonas Pinheiro, agradeço o aparte de V. Exª, ele coroa nosso esforço e nosso trabalho na consecução desse objetivo que também contou com a sensibilidade do Ministro Fernando Bezerra e do Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, quero hoje, desta tribuna, dar notícia à Casa da realização, em Porto

Alegre, do grande Fórum Social Mundial que se encerra hoje e que recebeu por parte da imprensa e da mídia em geral, a meu juízo e a de todos os que lá estiveram, uma cobertura que nem de longe retrata a importância e a dimensão daquele conclave.

Reuniram-se em Porto Alegre, numa organização impecável, que praticamente não teve falhas, mais de dez mil pessoas representando mais de 120 países, realizando cerca de 200 eventos entre palestras, depoimentos, debates, seminários de vários tipos, oficinas, numa diversidade, numa multiplicidade que abrangeu praticamente todo o temário econômico, social e político que agita a humanidade hoje, e o noticiário que correu pela imprensa esteve muito aquém de relatar a importância desse evento.

Por esta razão, entendi que devia vir a essa tribuna dizer das minhas impressões e passar aos nobres Colegas que não tiveram a oportunidade de lá estar o que foi esse acontecimento que, acredito firmemente, há de constituir um marco histórico, Srs. Senadores, nesta luta pela transformação da humanidade, deixando para trás o paradigma, o modelo neoliberal, para evoluir, e para melhor, na busca de uma solução que diga respeito aos interesses e anseios do povo em geral, dos povos do mundo, quanto à realização dos seus ideais.

O que caracterizou esse fórum e o que ele expressou de forma absolutamente clara e indelével foi um sentimento muito profundo e arraigado, contrário ao neoliberalismo, à globalização neoliberal, essa globalização financeira dos interesses dos grandes banqueiros. Um sentimento a favor de uma revisão desse paradigma, de que é perfeitamente possível mudar esse modelo não obstante todos os dias ler-se na imprensa brasileira e na mundial – pelo menos dos países ricos do mundo – que não há outra alternativa, que este modelo aí está porque não existe outro melhor, que todos têm de se conformar com ele, com pequenas modificações e concessões, mas não com mudança geral nas diretrizes.

O que se verificou lá é a certeza de que, ao contrário dessa afirmação, as alternativas existem, sim, e passam por uma mudança de paradigma na própria organização das sociedades e não apenas das economias. Um modelo que esteja baseado na cooperação, no planejamento e na solidariedade e não na competição, na concorrência, no mercado livre, na retração do Estado, enfim, em todas as regras de desregulamentação geral da economia, que têm prevalecido em prejuízo profundo da maioria da população do planeta, especialmente dos países menos desenvolvidos ou de produtividade mais baixa do que os líderes econômicos mundiais.

A realização desse fórum foi um verdadeiro marco histórico. Houve uma compreensão diferente dos brasileiros, especialmente dos brasileiros ligados ao repúdio ao neoliberalismo, a compreensão de que é transcendental, fundamental, essencial a construção de alianças internacionais nesta luta.

E ali estava o convencimento disso. Não podemos ter a arrogância de achar que, sozinhos, superaremos enormes dificuldades, não obstante o Brasil ser um país de grandes dimensões, não obstante estar ainda na periferia, mas naquela periferia mais próxima do centro, que já dominou processos tecnológicos tão importantes, que tem uma elite intelectual muito sadia e fértil em idéias. Não obstante a dimensão do seu mercado, a dimensão do seu território, a dimensão dos seus recursos naturais, esta é uma luta muito difícil, Srs. Senadores. É uma luta que enfrenta poderes inimagináveis até o momento da história mundial que estamos vivendo.

Os brasileiros compreenderam que é necessário aliar-se não só aos países do Terceiro Mundo. Evidentemente, o nosso olhar volta-se para os países latino-americanos, especialmente para países da América do Sul, pela proximidade, pela analogia nos problemas, pelas raízes culturais que partilhamos. O fato é que temos que nos aliar a países mais ricos, participando de suas economias e recebendo apoio de seus partidos políticos. Esses aliados estão finalmente aparecendo, como, de fato, apareceram no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com uma nitidez muito estimulante para nós. Eles também estão sendo prejudicados. Suas populações, as camadas mais modestas de sua população estão sofrendo – evidentemente não tanto quanto a nossa população – os efeitos nefastos da injustiça consagrada por essa globalização neoliberal, comandada pelo Sistema Financeiro Internacional.

Nobres Colegas, de tudo o que se debateu nesse grande acontecimento, o Fórum de Porto Alegre, destacaram-se certos consensos que retratam posições capazes de unificar essa aliança internacional de forma objetiva, pois não bastam proclamações, declarações de intenções ou diagnósticos coincidentes ou intenções manifestadas. É preciso estabelecer certos pontos de luta bem objetivos que possam desencadear em todos os países simultaneamente, com forças maiores ou menores, dependendo das Organizações de cada Estado, essa luta simultânea e coincidente em torno de determinados aspectos que

constituíramo Consenso de Porto Alegre. Já não queremos falar no Consenso de Boston, nós queremos falar no Consenso de Porto Alegre. E o que foi o Consenso de Porto Alegre? Vou explanar uma visão de observador, pessoal. É claro que a Carta de Porto Alegre, que deve estar sendo hoje entregue a público, é que vai coroar e definir realmente a listagem desses consensos. Mas posso garantir que entre esses consensos estão, com toda a certeza, primeiro uma necessidade de revisão das dívidas dos países mais pobres, dos países do Terceiro Mundo, uma revisão com critérios de justiça e não financeiros, critérios de banqueiros, os critérios que conhecemos e que têm sido aplicados sobre o nosso processo de endividamento gerando os estrangulamentos que atravessam a nossa economia, a economia do Brasil como a de tantos outros países.

É preciso que esse assunto seja levado a organismos internacionais, a tribunais internacionais de caráter financeiro, de caráter até penal se for o caso, porque esse processo de endividamento envolve ações que tiveram muito a ver com o desrespeito de natureza moral e ética por parte de governantes que assumiram dívidas dos seus povos para com esses organismos internacionais e de outros governantes que usaram esse processo para se enriquecerem pessoalmente e depositarem seus frutos nesses paraísos fiscais. Essa revisão da dívida, segundo critérios de justiça e não de banqueiros, constituiu um consenso, e estou certo de que ganhará dimensão cada vez maior, com aliados muito expressivos, presentes e fortes nos próprios países mais ricos.

Um segundo ponto que também se mostrou unânime foi a luta pela instituição de uma tributação sobre movimentação financeira em todo o mundo. É claro que deve ser uma tributação aplicada em todo o mundo, com uma mesma taxa – que tem de ser muito reduzida – algo em torno de 0,1% das aplicações. Essa tributação ganhou a denominação de Taxa Tobin, porque foi sugerida pelo grande economista James Tobin, e terá como efeito benéfico, em primeiro lugar, o arrefecimento da movimentação financeira meramente especulativa, porque uma taxa mínima que não afeta as aplicações financeiras de médio e de longo prazos afeta – aumentando significativamente os custos – aquelas operações de 24 horas, aquelas operações que se caracterizam como eminentemente especulativas. Essas vão sofrer com a imposição dessa taxa, por mínima que seja. Mas as aplicações de médio e de longo prazos, que não têm caráter especulativo, não sofrerão absolutamente nada com a imposição dessa taxa. Ela, por si só, vai gerar um fundo estimado entre US$100 bilhões e US$200 bilhões por ano e superar em muito a movimentação do Banco Mundial, do Fundo Monetário, o próprio conjunto de operações das entidades financeiras internacionais.

A instituição desse fundo obrigará, necessariamente, pela sua dimensão, a que o mundo revejatodo o sistema financeiro internacional. Essa reivindicação de reformulação, de reestruturação do sistema financeiro internacional, das entidades financeiras multilaterais, Banco Mundial, FMI, etc., que tem sido de vários países, entre os quais o Brasil – o Presidente da República tem expressado isso – se não tiver um fato que a induza, que obrigue a sua realização, será relegada a planos secundário e a prazos cada vez mais esticados e nunca ocorrerá porque não é do interesse do grande capital financeiro internacional. A criação de um fundo de desenvolvimento dessa natureza e dessa dimensão terá de ser administrado por uma entidade internacional efetivamente representativa de todos os países e não de um comitê representativo dos países mais ricos do mundo e dominadores do sistema internacional. Esse fundo, sim, levará necessariamente, à constituição, à reformulação de todo o sistema financeiro internacional.

Um terceiro ponto de consenso, Sras e Srs. Senadores, é o repúdio, a declaração de guerra aos chamados paraísos fiscais, que são verdadeiros paraísos da bandidagem financeira internacional e valhacoutos das aplicações financeiras resultantes de corrupção, de tráfico de drogas, de lavagem de dinheiro, enfim, de toda a sorte de operações inconfessáveis que, usando mil subterfúgios, escapam para esses paraísos fiscais – no Brasil, por exemplo, ocorrem por meio desses mecanismos de conta CC-5 –, onde assumem imediatamente um caráter de sigilo absoluto. Na medida em que isso ocorre, ficam essas operações protegidas de qualquer tipo de investigação, inclusive criminal.

Na Suíça é uma prática secular. Infelizmente, deu o primeiro exemplo e nunca foi incomodada por nenhuma das grandes potências bélicas do mundo. Por quê? Porque todos tinham interesses depositados nesse paraíso fiscal histórico. Já há quem proponha o fim do sigilo bancário na Suíça, como o Deputado socialista Jean Ziegler. Evidentemente, houve uma reação muito forte, porque aquilo se constituiu em uma verdadeira razão de existência da própria Nação. Mas o fato é que esse valhacouto de bandidagem financeira não pode continuar. O exemplo da Suíça

multiplicou-se. Hoje, existem paraísos fiscais em todos os continentes em número cada vez maior, revelando que o volume da corrupção, do dinheiro roubado e do tráfico de drogas aumentou enormemente e está dando ensejo à sustentação dessa miríade de paraísos fiscais pelo mundo afora.

Evidentemente, à medida que se combatem os paraísos fiscais – como se expressou muito bem no fórum de Porto Alegre –, luta-se também contra o sigilo bancário, que é a sua sustentação. Combate-se ainda a idéia de que o sigilo bancário possa ser invocado como um dos princípios inerentes aos direitos fundamentais do ser humano e como se esse tivesse o mesmo tratamento que tem, por exemplo, o sigilo de correspondência e a inviolabilidade do lar. Nada disso. Sigilo bancário é uma proteção especial para aqueles que não têm como confessar a origem das suas operações financeiras por serem espúrias.

Outro fator de consenso é uma luta sem tréguas contra o desemprego, que é o flagelo do mundo. O direito ao emprego é uma das garantias essenciais da democracia. Não se pode pensar em existência do regime democrático sem essa garantia tampouco sem políticas de pleno emprego praticadas pelos respectivos governos nacionais. O direito ao emprego é a contrapartida do direito de propriedade; como se pode afirmar o direito de propriedade se não se afirma de maneira eficaz e efetiva a sua contrapartida, o outro lado, que é o direito ao emprego? Isso também ficou muito claro pelo empenho generalizado na consolidação de uma aliança contra o desemprego em todas as partes do mundo.

Finalmente, eu gostaria de ressaltar que, permeando todos esses pontos de consenso que foram se formando e todo esse sentimento de repúdio ao neoliberalismo, o que se materializou com muita clareza foi uma decisão de constituir uma luta também sem trégua contra todas as formas de corrupção ou de falta de transparência. Sem tergiversação, em Porto Alegre, ficou demonstrada a necessidade imperiosa dos princípios morais, da ética na política, nas transações internacionais e nas transações financeiras como afirmação de uma nova democracia.

Esta democracia que aí está admite subterfúgios e todo tipo de negociação das quais o povo não toma conhecimento. Admite também uma delegação inatingível para o povo e o chama a fazer as suas escolhas eleitorais de quatro em quatro anos e após isso o exclui de todas as decisões tomadas em seu nome e muitas vezes contra seu interesse e, fundamentalmente, contra o interesse da maioria. Esse tipo de democracia já não cabe no sentimento ético da humanidade, que estava representada em Porto Alegre. A escolha desse local para a realização do fórum não ocorreu por acaso, mas porque Porto Alegre é uma cidade que tem tradição de prática de uma democracia que está enfrentando essa falta de transparência e essa falta de participação. É uma democracia que está se afirmando pela participação, pelo chamamento do povo a participar das decisões.

Então, essa exigência da ética nas operações políticas, nas operações econômicas, nas operações financeiras e nas relações internacionais, ficou posta como um consenso mais forte que todos. Queremos uma mudança na qualidade da democracia, que veio para ficar, sim. A democracia, sim, é uma das exigências dos direitos fundamentais da pessoa humana, mas é preciso aperfeiçoá-la, porque essa que está aí é falsa, manipulada pelos grandes interesses, manipulada pela mídia, que, afinal de contas, se submete aos interesses financeiros e econômicos, deixando inteiramente à margem a população consciente, a população organizada, a população que nem sabe como reclamar, porque não lhe abrem os caminhos de participação e de reclamação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Com muito prazer, ouço V. Exª, que lá esteve, para dar uma idéia do número de Colegas nossos que lá estiveram e que não consegui encontrar, tal a multidão que acorreu à portaria.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Mesa lembra aos aparteantes e ao Senador Roberto Saturnino que o tempo de S. Exª já se esgotou há quatro minutos e há oradores cobrando seu tempo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Eu pediria brevidade aos aparteantes, porque, praticamente, já encerrei minha fala.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero saudar V. Exª pelo pronunciamento. V. Exª ressaltou muito bem o espírito do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em contraponto ao Fórum Mundial de Davos. Pudemos observar ali um estado de espírito muito diferente daquele que preside o encontro de Davos, onde se encontram pessoas convidadas pelas mil maiores empresas multinacionais, que financiam o encontro. Apesar de falarem sobre a qualidade de vida da humanidade, o que se observa é que estão muito mais interessados no exame dos fatores que valorizam as ações daquelas empresas. Estão interessados em saber quais os fatores que fa-

rão o valor das ações subir ou descer, enquanto que em Porto Alegre tem-se em vista, sobretudo, a qualidade de vida do ser humano e os direitos à cidadania. V. Exª sintetizou muito bem as proposições que fizeram parte das centenas de reuniões, as quais causaram dificuldades aos que ali foram com entusiasmo, pois não podiam comparecer, ao mesmo tempo, a todas as salas de reunião, seja na PUC, seja na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. Exª descreveu muito bem o espírito do Fórum, que deverá repetir-se cada vez com maior força. Todas as pessoas que ali compareceram–estadistas, senadores, deputados e prefeitos de outros países das Américas e da Europa, assim como representantes da Índia, da África do Sul e de países dos mais diversos continentes– foram unânimes em ressaltar a qualidade do Fórum Social Mundial. Com respeito aos seis pontos que V. Exª assinalou, obviamente todos objeto de grande consenso, ressalto que...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – E que não esgotam o temário.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Exato. No Fórum de Porto Alegre observou-se que ganha maior força a proposição da Attac (Associação para a Taxação das Transações Financeiras e Ajuda aos Cidadãos). Estiveram presentes tanto o fundador da Attac, Bernard Cassen, como o seu Presidente, Sr. Rene Passet, com o qual tive a oportunidade de interagir num dos simpósios internacionais, ao qual compareceram representantes das Filipinas e da Central Sindical da África do Sul. Aqui houve mais um consenso – permita-me agregá-lo àqueles que V. Exª transmite –, pois os quatro oradores, inclusive eu, falaram da relevância de o quanto antes, no século XXI, ser assegurado em todas as nações o direito a uma renda básica incondicional, isto é, não importa a origem, a raça, o sexo, a condição civil ou socioeconômica; todas as pessoas, em breve, em cada nação, deverão receber uma quantia mensalmente, como um direito inalienável, até mesmo sem indagações. Foi destacada a importância desse instrumento para atingir o outro objetivo que V. Exª bem assinala, qual seja o do emprego. Os trabalhadores de todo o mundo terão maior liberdade de escolha, maior poder de barganha, sabendo de antemão que a cada período terão possibilidade de partilhar da riqueza de sua nação, recebendo uma renda como um direito à cidadania. A partir daí, cada um obterá aquilo que conseguir por seu trabalho, talento, criatividade, dedicação, e assim por diante. Cumprimento V. Exª pela forma como destacou a importância do Fórum Social Mundial, organizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que felicito, com a colaboração de várias organizações não-governamentais e de movimentos sociais que ali contribuíram para o êxito do encontro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, o enriquecedor aparte de V. Exª, que esteve lá e sentiu, como eu, tudo o que se passou, acrescentando, entre os consensos, esse ponto fundamental, qual seja, o direito à renda mínima que cada cidadão do mundo deve ter resguardado, inclusive os brasileiros – principal luta travada por V. Exª aqui. Agradeço muito sua participação e o enriquecimento que V. Exª deu ao meu pronunciamento.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Concedo o aparte ao Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminente Senador Roberto Saturnino, eu não poderia deixar de trazer uma palavra de congratulações pelo pronunciamento de V. Exª. Todas as vezes que V. Exª ocupa a tribuna desta Casa, demonstra-nos a todos sua aguda sensibilidade social, com uma preocupação sempre voltada aos problemas das pessoas menos favorecidas. Por esta razão, quero levar-lhe meu abraço de congratulações. V. Exª abordou, entre os pontos arrolados, o relativo ao sigilo bancário. Eu gostaria de preparar – e tentarei fazê-lo – uma proposição a partir da qual estabelecêssemos dispositivos legais que obrigassem a todo homem público, no exercício de cargo público, eletivo ou não...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Perfeitamente, Excelência: "eletivo ou não". Muito bem!

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – ...a abrir seu sigilo bancário. Por quê? Por uma razão muito simples: um homem público não pode ter sigilos. Quando assumimos uma atividade pública, somos levados a apresentar a nossa declaração de bens e de renda, o que, contudo, não é suficiente. Cito o meu caso pessoal: sou empresário de origem – e continuo exercendo a atividade – e sou também um Senador da República. Penso, pois, que esse dispositivo legal que pretendo propor deve alcançar também a todas as empresas que estiverem sob o controle de homens públicos, as quais terão, via de conseqüência, o sigilo bancário aberto, tanto da pessoa física, como das pessoas jurídicas que detém. O Congresso Nacional precisa estar sempre atento às iniciativas que pos-

sam aperfeiçoar e fortalecer o regime a que pertencemos. Com relação ao problema da democracia que desejamos, lembro-me muitas vezes – especialmente agora, nestes tempos em que se privatiza qua se tudo – do tempo em que o Presidente Getúlio Vargas, sentindo que o Brasil precisava se industrializar, tomou duas medidas fundamentais durante o período do chamado Estado Novo: a criação da CSN e a instalação do Senai. O Estado, presente, por um lado, criou uma indústria siderúrgica, que é atividade básica, e, por outro, criou uma escola de formação profissional para a industrialização do País. Concomitantemente, sabendo da dimensão dos recursos minerais brasileiros, aquele Governo criou também, ainda no período do Estado Novo, a Companhia Vale do Rio Doce, buscando transformar esses recursos naturais em riquezas. Vejam, pois, a mão do Estado. Hoje, estamos acreditando que o Estado pode desaparecer.

O SR ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senador, eu ainda acrescentaria uma terceira iniciativa do Presidente Getúlio Vargas nesse sentido: a criação do BNDES, percebendo a necessidade de uma entidade de financiamento a longo prazo.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Isso ocorreu no período de 1950 a 1954, quando também foi criada a Petrobras. Então, vejam V. Exªs que o Presidente Getúlio Vargas, por meio dessas iniciativas, mostrou que a economia, ainda que possa e deva ser desenvolvida pelo setor privado, não pode prescindir da participação do Estado em determinadas ocasiões, setores e até regiões. Sabemos que em nosso País, de dimensões continentais, encontra-se parte da floresta Amazônica, sendo que a fração brasileira é gigantesca, onde, provavelmente, encontram-se 15% dos recursos hídricos do planeta Terra. Ali há uma das maiores faixas de fronteira: 1600 km de fronteira somente com a Colômbia. Então, se de um lado é claro que o Brasil precisa ocupar a Amazônia, de outro, é evidente que, por meio apenas da iniciativa privada, sem o braço do Estado, não teremos como viabilizar atividades até mesmo no campo turístico para a Amazônia, isso para não falarmos das atividades ligadas à exploração de recursos minerais e também da própria floresta Amazônica, que pode ser explorada racionalmente – e por que não? Assim, é claro que não queremos o Estado em determinadas atividades que sejam próprias do setor privado. Não queremos o Estado como hoteleiro, por exemplo; não queremos o Estado como fabricante de roupa – e não é porque estejamos atuando nesse ramo –, mas o Estado não é eficiente nesses ramos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – E não há por quê.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Exatamente. Mas não queremos o Estado absolutamente fora de tudo. Por exemplo: o Estado não pode estar ausente do campo da energia e até das telecomunicações. Sempre fui contra, por exemplo, a privatização de usinas hidrelétricas, assim como fui contra a privatização do sistema de telecomunicações no Brasil. Estamos vendo que não houve nenhuma vantagem nisso. Agora, a verdade é que o Estado tem dado provas de sua incompetência. É bom que se lembre, por oportuno, que praticamente todos os bancos estatais faliram, ou por péssima capacidade administrativa, ou por problemas de improbidade no trato da coisa pública. Não podemos continuar a conviver com essa impunidade que tomou conta do Brasil. Penso que esse encontro de Porto Alegre e aquele de Davos se complementam, porque as atividades empresariais que foram objeto de tratativas em Davos também só podem ter um objetivo: o homem. O objetivo de todas as atividades é, obviamente, social, pois as empresas, ainda que privadas, são frações da economia, representada que é, por empresas dos setores primário, secundário, terciário e da própria infra-estrutura. Empresas que representam essa economia. Precisamos de uma economia próspera, forte e independente para que tenhamos recursos para educação, para saúde pública, para saneamento e para segurança, uma vez que, sem recursos, não se faz nada disso. Para que essa economia seja próspera, forte e independente é preciso que suas frações o sejam. Essas frações são as empresas grandes, pequenas, médias, minúsculas, micros, estatais ou privadas. Temos que acabar com a impunidade no Brasil. O Fórum de Porto Alegre traz um recado importantíssimo: o objetivo social. Nós todos, qualquer que seja a atividade em que estejamos, temos de estar preocupados com os objetivos sociais. O Papa João XXIII, em sua Encíclica **Mater et Magistra**, disse que sobre cada propriedade recai uma hipoteca social. Isso significa que também sobre cada direito recai um dever. É uma metáfora. Nós temos aqui o poder de estar mos representando o povo ou a Federação no Congresso Nacional, e sobre esse nosso poder e direito recai uma hipoteca social. Um dever, um compromisso, uma dívida social. Eminente Senador Saturnino Braga, concluindo o meu aparte – pelo que agradeço a V. Exª , reitero o meu abraço de congratulações por tudo isso que V. Exª representa no Senado. Nós, quando o ouvimos, passamos a admirar cada vez mais o Rio de Janeiro,

que o gerou. E que nos enviou V. Exª para o engrandecimento desta Casa.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Muito obrigado, nobre Senador José Alencar. Para mim, é um estímulo de proporções enormes ouvir de V. Exª essas expressões.

Sr. Presidente, encerro em um minuto. Antes, porém, quero agradecer o aparte, a contribuição e a colaboração de V. Exª, Senador José Alencar. Quero me colocar junto de V. Exª na proposição de abertura do sigilo bancário de qualquer pessoa que entre na vida pública neste País, seja ela eleita ou não, no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. É preciso que a movimentação bancária de quem assume função pública tenha também publicidade.

Agradeço as expressões lúcidas de V. Exª a respeito da necessidade da presença do Estado, pontual e estratégica em determinados momentos, para cuidar da promoção do desenvolvimento, algo que não se dá espontaneamente. Não podemos confiar na espontaneidade do mercado porque ela não funciona. É preciso atividade do Estado dentro do bom senso, a que V. Exª se referiu muito bem, um Estado democrático, mas que esteja presente neste momento.

Fiz esse pronunciamento para dar notícia à Casa do Fórum de Porto de Alegre. Concordo com V. Exª quando diz que estava faltando o contraponto do Fórum de Davos, cuja importância não vamos negar, mas que tinha uma determinada ótica. Faltava o contraponto com uma perspectiva mais voltada para a questão social, que não necessariamente decorre com espontaneidade do crescimento econômico. No Brasil, houve uma demonstração disso. Porto Alegre ficou sendo o contraponto de Davos, que segue a rota do consenso de Washington. Estamos estabelecendo outro consenso: o consenso de Porto Alegre, desse diálogo, da composição do pensamento resultante do Fórum. Não é mais um pensamento único. Porto Alegre mostrou que não mais existe o pensamento único que toda nossa imprensa pretende revelar. Isso dará frutos. Certamente, o Fórum de Porto Alegre foi um marco não só na História do Brasil, mas também na história do mundo, tendo em vista as transformações que estão em perspectiva.

Sr. Presidente, agradeço muito a benevolência de V. Exª. e encerro o meu pronunciamento.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Que foi realmente grande, Senador Roberto Saturnino: vinte e quatro minutos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se amanhã, dia 31 do corrente, quarta-feira, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por cessão minha, pois era o Senador inscrito neste momento.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer, Sr. Presidente, a cessão de V. Exª. e a aceito, porque vou tratar de um assunto de relevância, mas vou fazê-lo de forma rápida, porque sei que há outros oradores aguardando a oportunidade para usar da palavra.

O motivo que me traz à tribuna é o desejo dos prefeitos do Paraná e de todo o País que governam cidades pequenas, que perderam população no último censo do IBGE e que estão condenadas a ter diminuídos os seus fundos de participação, o FPM. Com isso reduze-se, de forma drástica, a receita desses Municípios, podendo até inviabilizá-los administrativamente.

Em nome dos desses prefeitos, venho à tribuna agradecer a sensibilidade que tiveram o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senado Federal, que concordaram em incluir na pauta de votação desta convocação extraordinária o Projeto de Lei n.º 116, de minha autoria. Embora aprovado por unanimidade pelos Senadores, em 2000, o projeto foi retirado da pauta da última sessão da Câmara dos Deputados, ainda ao final do referido ano, porque a Oposição, naquele instante, assim preferiu para avaliar os impactos da proposição em todos os Municípios.

Na Câmara dos Deputados, o próprio PT, que, naquela oportunidade, solicitou a exclusão de pauta da citada matéria, concordou que o projeto fosse votado e aprovado, pois observou que é impossível para os municípios que perderam população conviver com a realidade imposta pela Lei Complementar n.º 91, de 1997, que estabelece os critérios de redução do FPM, num prazo de cinco anos, com vigência a partir de pri-

meiro de janeiro de 2000. Já entrou, pois, em vigor no ano passado.

Estamos propondo que a redução dos índices do FPM, isto é, do coeficiente de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, seja feita em dez anos, e não em cinco. Isso significa matematicamente que os municípios, em vez de terem a redução de 20% por ano do FPM, terão a redução de 10% ao ano, o que lhes permitirá adaptar-se a essa realidade dura. É verdade, eles não têm redução de despesa, mas redução de receita. Continuam com todos os dispêndios normais da folha de pagamento, da manutenção da máquina administrativa e das obrigações que todos os municípios têm na área social. Portanto, continuam eles com todas as despesas.

Sr. Presidente, são 1.745 municípios no Brasil que perdem muita receita. Para esses municípios pequenos, o FPM representa, em muitos casos, 80% da receita total. É evidente que essa redução drástica levará esses municípios, em cinco anos, à insolvência e à completa incapacidade de continuarem administrando e cumprindo suas administrações básicas.

É uma questão de justiça e muito mais: é uma questão de preservar esses municípios funcionando. Caso não se vote imediatamente e se postergue essa decisão, os municípios vão continuar perdendo receita todos os meses. Perdem receita porque perderam população, em alguns casos porque tiveram a divisão de seus municípios e a criação de distritos que foram transformados em municípios. Em outros, porque já não apresentam as condições mínimas para a geração de empregos e a sobrevivência das pessoas onde elas nasceram e gostariam de viver, que, na busca de outras oportunidades, invariavelmente procuram grandes centros. Normalmente, elas procuram as regiões metropolitanas para onde vão carregando consigo os problemas e o desemprego, disputando o emprego já difícil para os trabalhadores que vivem nessas regiões metropolitanas.

Então, esse projeto não vai beneficiar apenas os municípios pequenos, mas também os grandes. Com melhores condições de administrar os seus municípios, os prefeitos poderão manter as pessoas no interior, empregadas. O Senador Arlindo Porto, que já foi Ministro da Agricultura e um bom Ministro, sabe, sem dúvida nenhuma, que a maior causa do êxodo rural é a agricultura da pequena propriedade que não se viabiliza, porque falta um planejamento para isso. O êxodo rural tem sido o grande fator de expulsão das pessoas dessas cidades pequenas, que buscam outras oportunidades nas cidades grandes, em especial nas regiões metropolitanas.

Então, a nossa proposta, que foi aprovada pelo Senado onde os Senadores entenderam bem a sua importância, é exatamente para evitar que esses municípios continuem perdendo população e aumentem seus problemas, pois já não conseguem criar as condições mínimas para que as pessoas continuem vivendo neles.

Discute-se muito a descentralização do desenvolvimento, a necessidade de se levar ao interior do País e dos Estados o fomento e o estímulo ao crescimento. Pois aqui está uma grande oportunidade para que a Câmara dos Deputados, agora, ainda, durante a convocação extraordinária, vote esse projeto para permitir que os 178 Prefeitos do Paraná, representados aqui por alguns Prefeitos, que se fazem presentes na tribuna ao lado, representando a Associação dos Municípios do Paraná; que todos os Municípios pequenos do Brasil e aqueles que, médios ou grandes, também perderam população, possam ter corrigida essa medida que, no meu entendimento, foi um equívoco porque, sem dúvida nenhuma, vem criando problemas aos municípios.

Tenho alguns dados nesse sentido. Na região noroeste do Paraná, temos Municípios como Altônia, que percebia uma receita, uma quota anual do Fundo de Participação dos Municípios de R$3,57 milhões. Essa quota cai, se obedecida a regra atual, para R$2,293 milhões, portanto, perde aquele município R$764 mil num ano, o que para um Município do porte de Altônia é um impacto enorme. O Município de Iporã, por exemplo, da Prefeita Cidinha aqui presente, de um repasse de R$3,439 milhões passaria a receber R$1,911 milhão; perderia R$1,528 milhão.

Eu disse aqui aos Prefeitos que muitas vezes eles brigam junto aos Parlamentares para conseguir uma emenda de R$50 mil, R$100 mil e estão perdendo R$1,5 milhão num ano, devido a uma medida adotada numa lei complementar que, no meu entendimento, cometeu um grande equívoco e uma grande injustiça. Foi essa lei complementar um fator de estímulo ao abandono desses Municípios e estimulou ainda mais o êxodo de parte desses municípios para as regiões metropolitanas.

No Estado de V. Exª, Senador Arlindo Porto, de Minas Gerais, são 207 municípios classificados nessa lista que perdem receita. Por exemplo, no Estado da Bahia, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do total de 414 municípios, 202 municípios perderão receita e, por isso, precisam que essa medida seja ado-

tada imediatamente. Dos 76 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, do Senador Juvêncio da Fonseca, que preside a sessão neste instante, 24 perderão receita e poderão ser inviabilizados.

E digo mais: para esses municípios que perdem receita, porque perderam população, o impacto é muito grande, porque R$30 mil, R$40 mil para esses municípios significam muito. Por exemplo, o Prefeito do Município de Goio-erê, aqui presente, Antônio Bernardino Sena, disse-me que o município perdeu no ano passado e poderá perder em um ano, em R$9 milhões de arrecadação, R$1,2 milhão. Isso significa 13% da arrecadação, incapacitando o município, muitas vezes, até de pagar a folha de pessoal, quanto mais investir em saúde, educação, segurança pública e na área social, onde os municípios estão sendo muito cobrados pelas pessoas que vivem lá. E para os municípios grandes receberem o repasse – e são poucos os municípios que o receberão, são basicamente aqueles localizados na região metropolitana – dessa redução de receita que ocorrerá para os municípios pequenos, isso pouco significará, porque R$30 mil, R$40 mil para uma cidade de porte grande pouco significam na sua receita, mas representam a vida para os municípios que estou aqui defendendo neste momento.

Por isso, assomo à tribuna para agradecer ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, e ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, a sensibilidade que tiveram de incluir na pauta da convocação extraordinária esta matéria que poderá ser votada ainda nesta semana, se Deus quiser.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Osmar Dias, eu gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade dessa comunicação. Sabemos o trabalho de articulação feito por V. Exª a partir do momento do anúncio da convocação, para que fosse incluída na pauta dos nossos trabalhos. V. Exª representa o Paraná, um grande e importante Estado, e vem defender os interesses dos municípios. Sabendo da sua origem e da convivência especialmente com os pequenos Municípios do Estado do Paraná, naturalmente defendendo o interesse do Brasil de modo geral, enfatizo, além dos pontos já levantados por V. Exª, a nossa responsabilidade de fazer com que as mudanças possam ser implementadas com seriedade e respeito aos gestores públicos. Já fui Prefeito Municipal e, como tal, conheço as dificuldades que encontram os prefeitos no dia-a-dia das suas atividades. Pude ver de perto as transformações realizadas, percebendo que as leis que às vezes são votadas por nós no Congresso e pelos Srs. Deputados Estaduais têm freqüentemente reflexo imediato e, depois, difícil de ser implementado. Nós mesmos, no ano passado, tomamos uma atitude séria – apoiada por V. Exª – que foi a votação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os critérios e as ações empreendidas foram por vezes objeto da incompreensão de alguns, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal vem para fixar critérios, normas e regras para os gestores públicos. E a proposta apresentada por V. Exª inclusive facilita o cumprimento da mencionada Lei. Como exigir que os Srs. Prefeitos possam cumpri-la se outra legislação impõe a redução da sua receita? Não há como equilibrar essas contas. Não é fácil reduzir a despesa. Temos um processo de estabilidade do funcionalismo. A despesa de pessoal é estável; não se consegue, por mais que se tenha energia na condução da gestão pública, fazer essa redução com os compromissos que são feitos com a Previdência Social. A maioria dos Municípios fez uma negociação com a Previdência Social de dívidas de anos e anos que estavam acumuladas assim como as do FGTS. Enfim, com essa medida, atitude e articulação de V. Ex.ª estamos dando condição de governabilidade, de os Prefeitos especialmente dos pequenos municípios, daqueles que já perdem a sua arrecadação, a sua renda interna do seu município, de circulação de menos receita pela queda da população, isso vem contribuir para que eles possam corrigir os rumos da gestão pública e, em especial, cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Cumprimento e louvo a iniciativa e conquista de V. Ex.ª de incluir na nossa pauta dessa convocação extraordinária.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arlindo Porto.

Agradeço a sensibilidade de V. Ex.ª principalmente por ter sido Prefeito e saber da importância que significará para os Prefeitos de quase mil e oitocentos Municípios deste País.

Não será importante para os prefeitos, mas o será para a população desses municípios. Sofre a população quando o Prefeito se vê inviabilizado por falta de recursos. E FPM para os municípios pequenos significa a vida porque refere-se a 70%, 80% da receita. Enfim, a maior parte dela.

Quero aqui registrar de fato, em nome dos Prefeitos, e fazer justiça com o Prefeito Same Saab, de Iretama, no Paraná, que presidia a Associação dos

Municípios do Paraná. Foi quem iniciou esse movimento, quem colocou a proposta em minhas mãos, para que eu apresentasse o projeto no Senado – e o fiz. O atual Presidente da Associação, Sr. Sérgio Steptjuk, deu continuidade à luta para que o projeto fosse aprovado. E muitos prefeitos envolveram-se na luta e aqui estão defendendo seus direitos e os direitos daqueles que vivem em seus municípios.

É este também o papel do Legislativo, ou seja, o de interpretar dificuldades como a dos prefeitos neste momento e buscar, em conjunto, as soluções para ajudá-los lá na administração dos Municípios. Em cada município do seu Estado, em cada município do Estado do Senador Juvêncio, em cada município do meu Estado estão as pessoas que nos mandaram para cá, e elas estão exigindo, neste momento, que o Parlamento, que o Senado Federal tenha sensibilidade com alguns pontos. Um deles é a ética na política, assunto muito enfatizado na eleição dos atuais prefeitos. E a questão ética deve ser sempre ressaltada desta tribuna e ressaltada no comportamento de todos nós que representamos a população dos nossos Estados, no Senado Federal.

Outra questão importante, ao lado da ética, é a necessidade de criarmos as condições para que a Lei de Responsabilidade Fiscal possa ser obedecida pelos prefeitos. É muito fácil exigir dos prefeitos que cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal sem dar-lhes as condições para cumpri-la. E esta, sem dúvida nenhuma, é uma das medidas que, aprovada na Câmara – e tenho certeza de que a Câmara a aprovará ainda esta semana – proporcionará aos 1.745 municípios e seus respectivos prefeitos condições de adaptarem-se à lei e atenderem às demandas sociais daqueles que representam no Executivo municipal.

Quero comunicar, para encerrar, que apresento uma emenda importante para os municípios brasileiros. O art. 1º da Medida Provisória n.º 2.022 – 17, de 23 de maio de 2000, diz o seguinte: "Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações e responsabilidades dos municípios...". Estou propondo que seja inserido: "...dívidas municipais contraídas junto aos fundos estaduais". Essas são dívidas impagáveis e que estão sendo descontadas pelo Tesouro direto do caixa do repasse dos municípios. Isso, somado ao Fundo de Participação, já reduzido nesses municípios pequenos, torna inviável a administração municipal.

A emenda que estou propondo beneficia os 1.745 municípios, beneficia 100% dos municípios brasileiros, beneficia 100% dos municípios paranaenses. Espero ter apoio dos Senadores para votarmos essa medida provisória durante a convocação extraordinária e conto com o apoio dos Deputados para que essa emenda seja aprovada, para o bem das Administrações Municipais, das populações e das comunidades. Todos sofrem a falta de condições que apresentam hoje os municípios do País.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância. Registro, finalmente, os agradecimentos públicos dos prefeitos municipais e dos cidadãos brasileiros ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, por fazer incluir na pauta de convocação matéria tão importante.

Muito obrigado! (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Eduardo Siqueira Campos e Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Ricardo Santos, por 20 minutos. Em seguida, o Senador Arlindo Porto, para uma comunicação inadiável.

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao iniciarmos, neste ano, nossas atividades, por convocação extraordinária, decidimos abordar o tema relativo à educação, tendo em vista principalmente a aprovação do Plano Plurianual de Educação pelo Congresso Nacional e que acaba de ser sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O Plano em questão reforça a necessidade de uma ação política sistemática do Congresso Nacional para assegurar, nos Planos Plurianuais, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos Anuais, a alocação adequada de recursos e a explicitação de metas que visem a alcançar os objetivos centrais nele fixados, sintetizados na melhoria contínua dos indicadores de educação do País.

Compartilhamos do ponto de vista de autoridades e estudiosos do setor que consideram os investimentos em educação – em todos os níveis de ensino –, fundamentais para assegurar nossa competitividade no mercado globalizado e garantir o crescimento econômico sustentável.

Certamente teremos poucas chances de repetirmos índices de crescimento elevados observados no passado sem que investimentos substanciais em

educação acompanhem a elevação da taxa de investimento em capital fixo na economia brasileira.

Mais importante ainda é destacarmos a relevância da educação para a construção da cidadania. Nenhuma iniciativa de desenvolvimento social e humano, visando à promoção da cidadania, pode prescindir da educação como condição básica para a inserção das pessoas em seu grupo social e sua participação ativa na vida política e econômica do País. Foi por essa razão que, em junho do ano passado, quando retornamos ao Senado Federal, enfatizávamos a necessidade de uma forte articulação entre o cerne da política econômica e as políticas sociais básicas e compensatórias.

As razões já expostas nos induzem a aprofundar a análise da relevância da educação para o desenvolvimento e a avaliar, de forma sumária, os resultados até agora alcançados com os novos rumos que as ações educacionais vêm tomando no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, a partir dessa análise, traçar algumas linhas propositivas à guisa de contribuições ao aperfeiçoamento das políticas educacionais em curso.

Dentro de nossa linha de pensamento, compartilhamos do ponto de vista do Dr. Cláudio de Moura Castro, de que "a educação é o combustível do crescimento econômico e da competitividade no mercado globalizado". Nessas circunstâncias, a qualidade do conhecimento da população é, seguramente, um componente diferenciador estratégico, em que a mão-de-obra capacitada, por meio de um processo de "aprendizado permanente", permite a incorporação de progresso tecnológico e gerencial nas organizações.

Parte significativa da população brasileira já assimilou a relevância da educação de qualidade para ocupar melhor espaço no mercado de trabalho. Essa é a razão do atual crescimento da demanda por educação, especialmente nos níveis médio e superior, pressionada por estudantes egressos do ensino fundamental, decorrência da ênfase dada pelo Poder Público à educação básica.

A partir do pressuposto de que a sociedade "demanda" mais educação, em quantidade e qualidade, e de que o Poder Público e o setor privado procuram responder a essa necessidade, passemos à análise de alguns indicadores educacionais disponíveis, para destacar os avanços até agora alcançados e os obstáculos que ainda faltam ser superados para o alcance de melhores níveis educacionais da população.

A abordagem analítica e programática da educação tem selecionado o analfabetismo e o número médio de anos de estudo como evidência da situação educacional, até mesmo para comparações internacionais.

Inegavelmente, continuamos exibindo taxas relativamente elevadas de analfabetismo e reduzidos níveis médios de anos de estudo da população economicamente ativa, até mesmo quando nos comparamos com países da América Latina. Mas os avanços recentes nesses indicadores são extraordinários. Saímos de uma taxa de 20% de analfabetos, em 1991, no Brasil, para a população de 15 anos ou mais, para alcançarmos 13,5%, em 1999.

Há que se destacar a elevação da taxa de escolarização líquida no ensino fundamental, próxima da universalidade, chegando a alcançar 96,2% da população de 7 a 14 anos, em 1999. O progresso alcançado no ensino fundamental não pára nesse indicador. Verificou-se uma melhoria no fluxo escolar, dentro do esforço de reduzir a distorção idade-série por meio de programas especiais de aceleração da aprendizagem. Hoje, a distorção idade-série concentra-se nas últimas séries do ensino fundamental, mas sua taxa vem caindo de modo significativo e sistemático, evidenciando a resposta ao esforço público de correção desse problema.

Tais indicadores permitem concluir que os ganhos quantitativos verificados no Governo Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito à educação básica, foram substanciais, devendo-se concentrar atenção, nos próximos anos, no grande desafio de aperfeiçoar cada vez mais a qualidade do ensino.

No âmbito do ensino médio certamente verificou-se, em fins da década de 80 e início de 90, a maior distorção do sistema educacional. Nesse período, apenas metade da população de 7 a 14 anos matriculada no sistema terminava o primeiro grau; com isso, o segundo grau – hoje ensino médio – não apresentava demanda suficiente para sua expansão. Nos últimos cinco anos, entretanto, o crescimento do ensino fundamental exerceu forte pressão sobre as matrículas do ensino médio, que apresentaram as maiores taxas de crescimento em todo o sistema de ensino. Mesmo assim o ensino médio e o profissionalizante, considerados conjuntamente, apresentam taxas de escolarização líquida da

população de 15 a 17 anos de 32,6%, ou seja, cerca de um terço da taxa de escolarização observada no ensino fundamental. Neste sentido, ainda temos muito que avançar no desenvolvimento do ensino médio, tanto em termos de ampliação do número de vagas quanto em qualidade. Esta é a razão maior da prioridade conferida, pelo Governo Federal, a esse nível de ensino, expressa nos objetivos de ampliação da rede escolar e de sua adequação qualitativa à realidade presente.

Ressaltamos também a atenção especial que vem sendo dada ao ensino por meio da implantação de centros escolares de educação profissional e da reforma da educação profissional, visando consolidar a integração entre a educação e o trabalho, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Mesmo já atingindo a casa dos 8 milhões de alunos no ensino médio e profissional, somente agora iniciamos os cursos pós-médios de curta duração, não obstante os sinais de mercado para essas categorias de mão-de-obra indicarem forte crescimento da demanda a partir do início da década de 90, com as primeiras iniciativas rumo à abertura econômica na economia brasileira.

Quanto ao ensino superior, observa-se que a ampliação do número de vagas e sua diversificação estão ainda em desvantagem, comparativamente ao crescimento recente das taxas de matrícula do ensino médio. As matrículas no ensino superior, que totalizam, atualmente, cerca de 2,2 milhões de estudantes no Brasil, representam aproximadamente um quarto do total de alunos matriculados no ensino médio, o que permite identificar, claramente, um gargalo na oferta de vagas no ensino de nível superior, tendo em vista as perspectivas de crescimento da demanda por parte dos egressos do ensino médio. Mesmo com a expansão do ensino superior convencional – que vem contando com a expressiva contribuição do setor privado – torna-se imperioso acelerar a implementação dos programas de ensino superior a distância, considerando o vasto território nacional, o contingente estancado aguardando a oportunidade de realização desses cursos e as inegáveis desigualdades regionais e individuais de renda que, certamente, constituem-se em obstáculos sérios no acesso ao ensino superior.

Para o Estado do Espírito Santo, a situação educacional, embora com suas diferenciações peculiares, pode ser considerada, no conjunto, um espelho da situação nacional. Nossa taxa de analfabetismo, em torno de 13%, é equivalente à nacional e manifesta-se, também, diferenciada regionalmente, onde, nas áreas rurais, equivale ao dobro daquelas verificadas nas áreas urbanas (11% contra 20,5%), com maiores incidências nos municípios do interior de menor nível de renda.

Da mesma forma, no Estado do Espírito Santo, ainda não foram equacionadas, em sua plenitude, a municipalização do ensino fundamental e a estadualização do ensino médio públicos. Temos o desafio de ampliar e diversificar o ensino profissional, o que, de resto, também é uma necessidade de âmbito nacional, cujo encaminhamento de solução encontra-se em curso, dentro do Programa de Desenvolvimento do Ensino Profissional.

No âmbito da Educação a distância, e visando dar respostas mais rápidas à formação de professores no Espírito Santo, os Parlamentares capixabas incluíram uma emenda de bancada no Orçamento Geral da União, com valor de R$4,5 milhões, objetivando a estruturação e o funcionamento dos Centros Regionais de Educação Aberta a Distância, com a participação da Universidade Federal e do Centro Federal de Educação Tecnológica, ambos do Espírito Santo. A expectativa é a de que esses Centros venham a se constituir em importante investimento na formação de professores e de outros profissionais.

Das reflexões e análises que vêm sendo feitas por estudiosos sobre a educação no Brasil, cabe enfatizar a posição quase unânime de que o grande desafio que se coloca para a melhoria de qualidade da educação básica – envolvendo o ensino fundamental e médio – está na qualificação e formação de professores. Mesmo porque a Lei de Diretrizes e Bases determina que até 2007 todos os professores do ensino básico tenham formação superior. Aos atuais 600 mil professores sem formação de nível superior, atuantes no ensino básico, deverão ser acrescidos aqueles que serão contratados com a necessária e inadiável expansão do ensino médio.

No período 1995/99, o número de professores, no Brasil, aumentou 9,6% no ensino fundamental e 35,7% no ensino médio. E a qualificação dos professores, segundo relatório do Ministério da Educação, já apresenta, de 1995 para 1999, alguns resultados animadores, como decorrência do esforço governamental, especialmente do Governo Federal e dos Estados:

– o número de professores com curso superior completo, no ensino fundamental, aumentou em 24%;

– o número de docentes com formação superior completa no ensino médio aumentou 45,3%;

– o número de professores leigos e com curso médio no ensino fundamental vem, conseqüentemente, reduzindo-se proporcionalmente.

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, da análise que procedemos relativa à educação, gostaríamos de ressaltar a importância de algumas propostas já contempladas no Plano Nacional de Educação e sugerir novas ações no âmbito da educação pública no País, a fim de ampliar a abrangência e melhorar a eficácia do sistema público de ensino. Entre o primeiro grupo de propostas, destacaríamos:

– a promoção de investimentos em infra-estrutura educacional, com prioridade para o ensino médio e fundamental, considerando que os fundos setoriais de ciência e tecnologia e o chamado Fundo Verde-Amarelo, aprovados pelo Congresso Nacional no ano passado, já contemplarão, em parte, investimentos nas universidades e centros de pesquisa no País;

– o fortalecimento da integração entre a educação e o trabalho no ensino profissional, com atenção, inclusive, aos cursos pós-técnicos de curta duração;

– a diversificação dos cursos superiores, ofertando novos cursos identificados pelas necessidades do mercado e a ampliação das vagas no ensino superior;

– a criação de mecanismos que protejam o acesso dos estudantes mais pobres nos cursos superiores, procurando corrigir o elitismo nas universidades públicas;

– a promoção de investimentos na qualificação continuada de professores, em todos os níveis de ensino, particularmente para aqueles efetivos voltados ao ensino médio e profissional;

– a implantação definitiva em todo o território nacional da educação a distância, tanto para dar respostas mais rápidas à formação de professores quanto para oferecer outros cursos de formação profissional.

Como novas propostas de aperfeiçoamento para o setor educacional público, recomendamos:

– o estímulo à participação do setor privado no esforço de concessão de bolsas-escola a famílias de estudantes pobres nas áreas de influência de grandes empresas e instituições, de modo articulado e complementar às ações do poder público;

– a inserção das instituições civis de educação, sem fins lucrativos e consideradas de utilidade pública, em programas de educação profissional, inclusive assegurando acesso aos recursos públicos, visando, com a diversificação dos cursos, melhores condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho;

– a concepção e a implementação de programas especiais de educação e profissionalização dos jovens de 15 a 24 anos, em situação de risco social, jovens esses já não alcançados pelo sistema formal de ensino.

Por último, é preciso reconhecer que, depois de um longo período de estagnação da educação no Brasil, que vai dos anos 80 a meados da década de 90, estamos, inegavelmente, avançando a passos largos.

Muito desse avanço se deve à competência e dedicação do Ministro Paulo Renato Souza, a quem prestamos nossa homenagem neste momento. Contudo, as conquistas não sinalizam para uma acomodação. E isto o Ministro mesmo reconhece. A educação sempre foi e sempre será um tema permanente da agenda política: todos devemos contribuir para a construção de uma sociedade integrada e mais justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Arlindo Porto, para uma comunicação inadiável por cinco minutos.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a consciência do dever cumprido, a certeza de que a cultura e as letras de meu Estado – Minas Gerais – estão mais pobres, o rol de relevantes serviços prestados a Minas, aos mineiros e ao Brasil, a bela família que fica órfã de um chefe e um grande líder e conselheiro, nada disso supera a dor que tomou conta de todos nós pelo falecimento do efetivamente imortal e inesquecível acadêmico Vivaldi Moreira, Presidente da Academia Mineira de Letras.

Na próxima quinta-feira, estaremos participando da missa mandada celebrar por seus familiares e amigos, na tradicional Igreja do Carmo, em Belo Horizonte, quando todos só teremos como assunto re-

lembrar grandes passagens da vida de Vivaldi Moreira, um homem ímpar, dedicado, leal, fiel às suas mais caras tradições, natural de Tombos, cidade da Zona da Mata mineira, onde nasceu há 88 anos para valorizar a vida, o jornalismo que honrou, a política que viveu com dignidade e sabedoria, a literatura que encantou e a Academia da histórica Rua da Bahia, instalada no nobre e imponente "Solar dos Borges da Costa", amplamente valorizada por tudo que ali aconteceu desde que Vivaldi o tornou sede das Letras de Minas.

Fez bem o Governador Itamar Franco ao homenagear esta grande figura, decretando luto oficial por três dias no Estado, decidindo em nome de todos os mineiros que sempre reconheceram a sabedoria e as virtudes pessoais desse Acadêmico que fez história e é parte da vida mineira dos últimos, pelo menos, 60 anos.

Há 63 anos, Vivaldi Moreira bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e se iniciou no jornalismo, que nunca abandonou, na verdade, no **A Notícia**, mas foi em Belo Horizonte que cresceu nessa atividade, fundando a revista da Associação Comercial de Minas e trabalhando no extinto **Folha de Minas**, um marco da imprensa mineira, na época. Pouco depois, aos 35 anos, foi ser chefe de gabinete do então Secretário de Finanças José de Magalhães Pinto, mais tarde Deputado Federal, Senador, Governador do Estado e Senador, que honrou e presidiu esta Casa. Indicado para membro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Vivaldi Moreira ali aposentou-se em 1980, após brilhante e marcante trabalho.

E os livros de Vivaldi, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores?

Foram vinte!

Eleito Presidente da Academia Mineira de Letras, há 38 anos, exerceu esse cargo com tal eficiência, dinamismo, ousadia e criatividade que sua gestão confundiu-se com a própria Instituição, hoje vivendo a sua maioridade e respeitada no mundo da intelectualidade como a mais autêntica casa de cultura das Minas Gerais. E o fato mais marcante da sua coragem e destemor foi quando indicou o nome do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, durante o regime militar, cassado e odiado pelos comandos dominantes à época, para ocupar uma cadeira na Academia, logo após o nome dele ter sido discriminado e derrotado para ocupar lugar semelhante na Academia Brasileira de Letras.

Fica comprovado que, realmente, Vivaldi Moreira foi um ser humano inigualável, imortal para as letras, a política e o jornalismo mineiros, razão porque todos devemos homenageá-lo quando nos deixa, levando conforto à sua família e incorporando o seu nome definitivamente entre os que, neste País, souberam valorizar a vida e sua obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ney Suassuna, por vinte minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje o PMDB teve uma reunião histórica à qual compareceram todos os seus membros, exceto um. Dos vinte e cinco Senadores presentes ao evento, vinte e três sufragaram o nome de Jader Barbalho para concorrer à Presidência do Senado Federal.

Há pouco saímos de uma reunião da nossa Executiva, na qual tomamos outras decisões importantes que vão refletir na unidade do Partido, permitindo que possamos ter cada vez mais consolidada essa união e que o PMDB, mediante o trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, seja instrumento de luta para o desenvolvimento do País.

Congratulo-me com o Partido, que dá uma mostra de unidade, fé e perseverança. Muitos têm apostado contra isso, mas hoje estão verificando que fizeram uma aposta errada.

A unidade traz um novo impulso e nós haveremos, nesta Casa junto com o PSDB, na Câmara junto com o PSDB, mas com muitas outras siglas, haveremos de construir a vitória no próximo dia 14.

Esse era um registro que queria fazer inicialmente, Sr. Presidente, e queria aproveitar o restante do meu tempo para dizer que fomos representando o Governo brasileiro à Líbia e lá nos encontramos um espaço gigantesco aberto ao nosso País. Ouvimos duas horas de palestra, de conversa com o Líder Kadafi, uma hora em um dia e meia hora no dia seguinte. Ele gostaria que o Brasil ocupasse todo o espaço possível, espaço que hoje é ocupado pelas nações que hoje ele rotula de colonialista, países que invadiram o território da Líbia, mataram muitas pessoas, que abusaram das mulheres, que escravizaram o povo e que hoje, ouvi isso de muitas autoridades lá, eles são obrigados a manter acordos ou intercâmbios, mas que gostariam de ver esses países substituí-

dos por uma Nação igual. E essa nação eles reputam e colocam como o Brasil, como também eles não querem, também taxativo o Líder Kadafi e disse: "Eu não quero que haja espaço aqui para os imperialistas." E me perguntou: "O senhor passou pelo Palácio do governo que ocupava?" Eu disse: Passei, sim. Ele disse: "O senhor viu o que fizeram?" Os americanos bombardearam inteiramente o palácio, com bombas incendiárias, e uma filha dele morreu. Ele não morreu, porque não estava lá na ocasião, razão pela qual ele ainda hoje utiliza tendas que mudam de lugar constantemente. É sempre um conjunto grande de tendas e ele pode estar em qualquer uma daquelas tendas, o que dificulta ações como essa. Ele dizia: "Eu também não quero ter intercâmbio com esse povo. Eu queria que o Brasil ocupasse o espaço aqui e, mais que isso, que o Brasil usasse a Líbia como ponte para fazer comércio com os demais países da África, que hoje já fazemos."

E é verdade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Hoje, a Líbia investe maciçamente em inúmeros países, fazendo hotéis, projetos agrícolas. Dessa forma, há uma porta aberta para quase toda a África negra. Isso é muito importante e pode ser de muita valia para o Brasil. Temos oportunidades de implantar indústrias lá em parceria com os líbios e, de lá, vender os produtos para toda aquela África. São seiscentos milhões de habitantes no total. É realmente importante para nós.

No caso específico da Líbia, é um país que hoje tem, no seu orçamento plurianual, US$35 bilhões para investimentos. Eles querem fazer investimentos em **joint venture** no nosso País e querem que façamos no dele. Há muito espaço.

Esta semana mesmo, depois dessa viagem, eles já compraram açúcar e estão comprando cevada. Enfim, estão dando início a um comércio que já foi de US$2 bilhões e que hoje está reduzido a alguns milhões de dólares.

Após o meu apelo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu falar com o Presidente Muammar Khadafi ao telefone por mais de 20 minutos, ocasião em que marcaram uma agenda. Virão ao nosso País representantes do Governo, um grupo de empresários líbios, pessoas da área do petróleo, enfim, toda uma elite comercial e burocrática. Nós também deveremos levar àquele País empresários para dar prosseguimento a esse primeiro encontro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tratamento que eles querem dar ao Brasil, o tratamento que lá recebi, deixou-me muito feliz. A carta que levei do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Presidente Khadafi foi muito bem recebida. Há um espaço muito grande para o Brasil. Para que se tenha idéia, no ano passado, tivemos uma diferença na balança de pagamentos de US$700 milhões negativos. Se estivéssemos na plenitude do relacionamento com a Líbia, teríamos US$2 bilhões como resultado do comércio entre os dois países, que dariam tranqüilamente não só para cobrir o déficit como também para gerar superávit.

O interesse é muito grande, e penso que chegou o momento de esquecermos as dificuldades do passado, até pela abertura que se verifica. A Líbia é um país que não tem rios. A água de que dispõem hoje é subterrânea. Eles descobriram no deserto lagos soterrados a quase 2000 m, que ficaram enclausurados em vários níveis 50 m, 200 m, 400 m – água suficiente para 300 anos de uso pelo País. Estão fazendo um projeto de US$20 bilhões para trazer a água de lá para cá. Fomos contratados para perfurar esses poços, mas tivemos um problema: quando estávamos perfurando o centésimo poço, houve uma série de desmoronamentos. Eles procuraram fazer um acerto, uma vez que a geologia havia sido feita por outra empresa, mas demos azar. O Presidente Collor extinguiu a empresa Braspetro, que estava fazendo as perfurações. Paramos o projeto pelo meio.

Surpreendentemente, Srs. Senadores, fomos para Paris e entramos na Justiça contra a Líbia. Na primeira sentença, foram US$400 milhões contra nós, e ainda existe a possibilidade de esse valor chegar a US$800 milhões. Esse foi um dos entraves ao nosso comércio. O Presidente líbio, Muammar Khadafi, concorda em retirar dos tribunais essa ação apesar de já ter ganho um dos itens e sentarmos à mesa para encontrarmos, como irmãos, uma solução que ative rapidamente o nosso mercado.

Sr. Presidente, tal ação foi extremamente produtiva. É um subproduto da atividade da Comissão de Assuntos Econômicos, e creio que outros países seguirão essa medida. A América Central já está querendo comprar uma quantidade enorme de ônibus usados nossos, abrindo, dessa forma, outro comércio, como também o comércio das casas populares.

Essa foi uma contribuição que a Comissão de Assuntos Econômicos deu ao Senado da República e à República, e já podemos dizer que parte do sucesso está sendo colhido pela encomenda feita ao

Brasil nesta semana, pelo governo líbio, de dezenas de toneladas de açúcar e de cevada.

Portanto, neste retorno, ressalto a minha alegria não só pela unidade do PMDB hoje concretizada, mas também pelo sucesso alcançado por nós nessa viagem, que permitiu ao Brasil essa abertura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Rosado por 20 minutos.

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade para fazer a minha apresentação a esta Casa e aos Srs. Senadores.

Sou do Rio Grande do Norte, ocupando a segunda suplência do Sr. Ministro Fernando Bezerra, pois a primeira era preenchida pelo Senador Agnelo Alves, que se elegeu Prefeito da Cidade de Parnamirim. Nessa condição, assumo a primeira suplência, e o Senador Fernando Bezerra ocupa o Ministério da Integração Nacional. Então, passo efetivamente, a partir de agora, a pertencer aos trabalhos desta Casa.

Sou do interior do Rio Grande do Norte, precisamente da Cidade de Mossoró, que já teve a oportunidade de dar ao Senado Federal quatro filhos seus. Quatro mossoroenses já ocuparam esta Casa. Primeiramente, o Dr. Gerônimo Rosado Maia, meu tio. Posteriormente, Dr. Duarte Filho, médico digno e honrado da minha cidade, também teve a oportunidade de ocupar assento neste Senado. Presentemente, tenho aqui um conterrâneo e contemporâneo que considero quase como irmão meu, o Senador José Agripino Maia. E agora, em minha pessoa, passo a ser o quarto filho mossoroense a trabalhar nesta Casa, e espero que Deus me dê oportunidade de fazer um trabalho tão profícuo e tão importante como os que aqui me antecederam.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Tasso Rosado, V. Exª é muito bem-vindo. Eu, como paraibano e vizinho de V. Exª, recebo com muita alegria um primo, porque nossas famílias ainda são aparentadas e aqui será o segundo primo. Primeiramente, o Senador José Agripino; agora, V. Exª. Fico muito feliz de ver que o representante do Rio Grande do Norte é pessoa experimentada nos embates políticos e auguro a V. Exª todo o sucesso. Conte com a nossa bancada, a da Paraíba, assim como tenho certeza de que contará com a do Rio Grande do Norte. Além disso, também contará com o apoio de todo o Senado da República. Embora sendo suplente recém-chegado, V. Exª, em curtíssimo prazo, vai brilhar, porque sei de sua capacidade e de sua argúcia. Por isso, recepciono-o com as boas-vindas, na certeza de que V. Exª reforça a Bancada do Nordeste e é um peso pesado que vai nos ajudar. Certamente, teremos muitas alegrias com a sua presença.

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. É muito importante para mim ser saudado por um primo tão inteligente e competente quanto V. Exª.

Sou um homem de formação empresarial. Realmente, tive todo o meu trabalho, toda a minha vida dedicada à vida de empresário. Mas sou um empresário que desde cedo começou a pensar diferente. Acompanhou-me a vida toda o pesadelo de assistir a irmãos meus, conterrâneos meus, brasileiros desempregados, passando fome. E agora quis o destino que, da segunda suplência, eu pudesse chegar a ocupar uma cadeira nesta Casa.

Acredito que isso deve ter sido a vontade de Deus, que permitiu que eu realizasse um sonho, que eu transformasse o pesadelo da minha vida em um sonho de felicidade, de alegria, e que aqui eu pudesse dar minha contribuição para combater o desemprego, a fome e a miséria. O Brasil é um país riquíssimo, apenas não aprendeu ainda a distribuir bem as suas rendas e riquezas.

Tenho um princípio comigo: lutarei até os últimos dias da minha vida, lutarei constantemente para democratizar a riqueza e jamais tentar socializar a miséria. Não admito que se tire de um para dar a outro, porque isso seria uma inversão de valores. Dentro da democracia, dentro do regime capitalista, é necessário, é fundamental até a ascendência, que uns ganhem mais do que outros; o que não podemos permitir é que essa diferença seja tão gritante que uns sejam ricos e outros miseravelmente pobres.

O capital mudou um pouco a sua filosofia, desvirtuou-se. Anteriormente, tinha o objetivo principal de promover o progresso e o desenvolvimento. Parece-me que, com a capitulação do regime comunista, o capitalismo começa a perder o seu próprio rumo,

com desigualdades sociais tão grandes e imensas não só entre as pessoas, Sr. Presidente, mas também entre as nações.

É necessário que repensemos o capitalismo para que realmente ele possa sobreviver. Espero que, com o desenvolvimento tecnológico, não seja beneficiado somente o capital.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN) – Ouço o aparte do Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fiz uma brincadeira com o Senador Ney Suasuna e peço-lhe desculpas. Como V. Exª faz o seu discurso com alegria, mostrando a sua visão empresarial voltada para o social, não poderia deixar de saudá-lo. V. Exª será um grande representante do Estado do Rio Grande Norte neste Congresso. Nesta Casa praticamente não há divisões regionais. Trata-se de uma unidade quase familiar. De coração, como paulista, saúdo V. Exª, tendo a certeza de que, como representante do Rio Grande do Norte, V. Exª substitui um grande Senador, que, por caminhos políticos, foi eleito Prefeito, e vem a esta Casa dar o brilho da sua inteligência. Tenho certeza de que será, sem dúvida alguma, um Senador que terá todo o carinho dos demais Membros desta Casa. Boa sorte para V. Exª.

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma. V. Exª é uma pessoa que o Brasil todo aprendeu a admirar. É muito importante a sua intervenção, que me encoraja cada vez mais na luta das teses que pretendo aqui defender.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN) – Ouço o aparte do Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Tasso Rosado, do Rio Grande do Norte, mais especificamente da cidade de Mossoró, apresento também as minhas saudações, as boas-vindas a esta Casa. Já tive a oportunidade de manter um primeiro contato com V. Exª hoje pela manhã, na reunião da Bancada, quando V. Exª fez um pronunciamento brilhante e esclarecedor, deixando a sua posição muito transparente com relação ao nosso Partido. V. Exª estréia agora na tribuna do Senado com a mesma competência e com o mesmo vigor ideológico. V. Exª, já no primeiro dia, marca uma posição irretocável nesta Casa. O nosso Líder já o saudou, mas, em nome do PMDB e dos Senadores de Goiás, também apresento a V. Exª as melhores boas-vindas e desejo que tenha muito êxito em sua missão. Realmente, vibro quando vejo um Senador jovem chegar a esta Casa e dizer da sua intenção de lutar em favor do combate à fome e à miséria, por uma melhor distribuição de renda. É disso que o Brasil precisa. Seja bem-vindo, que faça um bom trabalho e que possa realmente marcar sua posição, com a responsabilidade de substituir dois extraordinários Senadores: o Senador Agnelo, que deixa saudades nesta Casa, por ter ido cumprir a missão de administrar a sua cidade; e o Senador Bezerra, que brilhou por pouco tempo na Casa e que está desempenhando um trabalho extraordinário no Ministério.

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela. É muito importante receber o seu apoio, porque o Brasil inteiro admira a Região Nordeste, e é importante que estejamos todos unidos nessa missão.

Sr. Presidente, o desenvolvimento tecnológico não deve somente beneficiar o capital, mas o próprio trabalho. Dentro de um capitalismo moderno, não tenho como verificar nem admitir que trabalho e capital sejam elementos antagônicos. Eles deveriam ser parceiros, trabalhar em conjunto – o capital e o trabalho –, numa luta só, para que realmente o homem fosse o nosso principal objetivo.

Tenho quase certeza, pelos pronunciamentos dos Senadores, que todos têm em comum o objetivo, a ansiedade e a vontade de transformação deste País. Esta Casa talvez seja o foro adequado para que eu possa realizar esse meu sonho.

Junto a minha voz à de todos os Senadores, para que realmente possamos lutar juntos, de uma única maneira, com um único pensamento, sempre voltado para o cidadão, para o bem-estar da família.

Tenho como uma das principais idéias a redução da jornada de trabalho, mas esta não se caracteriza simplesmente em reduzir a jornada de trabalho sem um objetivo complementar. Defendo a tese de redução da jornada de trabalho para seis horas, para que a empresa possa produzir e faturar mais. Já o funcionário, trabalhando somente seis horas, terá o segundo expediente para reciclar-se, para preparar-se para o novo tipo de indústria que surge por meio da tecnologia. Poderá também o operário melhor dedicar-se à sua família. Assim, teremos a

família brasileira muito mais bem preparada e educada.

Estaríamos, desta maneira, imediatamente, dando nossa contribuição para a redução do desemprego, sem necessidade de investimento e, ao mesmo tempo, criando um mercado de trabalho que tanto interessa ao empregador. Para o empresário não é importante, nem necessário e nem útil ver uma pessoa desempregada, brasileiros marginalizados, sem condições, sem poder de compra e sem poder ter uma vida digna.

Por isso, dentro desse meu raciocínio, acredito que encontraremos um novo rumo para o capitalismo brasileiro e, quem sabe, até servir de exemplo para o mundo inteiro. Mas essas mudanças necessitam de um debate amplo e profundo, porque requer reformas e modificações tanto na legislação trabalhista brasileira como na Previdência Social.

Aqui, apenas lanço a idéia, que terá ressonância pela qualidade dos Senadores desta Legislatura. Tenho certeza de que conseguiremos admitir a possibilidade desse debate amplo.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e espero que em outros momentos a minha intervenção possa ser mais esclarecedora. Espero também que possamos respeitar este grande País que a natureza nos deu, e que nós, homens, sejamos mais justos para com nossos compatriotas. Tenho certeza de que, dentro dessa nova mentalidade, haveremos de transformar esta Pátria naquilo que realmente desejamos: o grande país do futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Exercendo eventualmente a Presidência desta Casa, saúdo o Senador Tasso Rosado. Temos certeza de que o Senado Federal vai se enriquecer muito com a presença de V. Exª, do Rio Grande do Norte e de sua querida cidade de Mossoró.

Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Estado do Tocantins vem implantando uma autêntica revolução no setor educacional, não apenas levando o acesso aos bancos escolares a toda a população na faixa etária correspondente, como também promovendo a informática na Educação, modernizando os padrões do ensino público.

Após a luta que culminou com a criação da Universidade Federal do Tocantins, o Governo do Estado dá mais um passo fundamental no campo educacional, com a implementação da Universidade Interativa.

Trata-se, Senhor Presidente, de um verdadeiro salto quântico tecnológico na Educação, e que, já a partir do próximo ano, será implantado com o funcionamento do Projeto de Educação Continuada.

Esse projeto prevê cursos de treinamento, qualificação, capacitação e especialização em todos os níveis profissionais via satélite. Atingirá todos os cento e trinta e nove municípios tocantinenses.

Seus principais meios de transmissão serão rádio e a televisão (TV Educativa), que, em salas virtuais, ensejarão que um contingente de milhares de pessoas que não tiveram oportunidade de estudar ou de complementar os seus estudos, o façam agora, com esses novos instrumentos educacionais.

Essa universidade do futuro – de um futuro que já chegou no Tocantins – será viabilizada pelo Governo do Estado em parceria com a Universidade de Palmas.

Em uma unidade federada novíssima, como é o caso de nosso Estado, que ainda se ressente com a falta de profissionais adequadamente qualificados, essa iniciativa é da maior importância, pois, seguramente, um grande número de trabalhadores especializados será formado, tendo plenas condições de exercer seu ofício competentemente.

Em todo País, projeto semelhante só existe no Estado do Paraná, mas o programa tocantinense será ainda mais avançado, tornando-se um modelo nacional.

Em um primeiro momento, será ministrado um curso superior de Magistério, alcançando quatro mil professores, que posteriormente será ampliado a outras áreas.

Todos sabemos que, sem educação, é impossível conduzir este País a seu grande destino.

Por isso, essa iniciativa é digna de ser louvada, estando de parabéns o Governo do Estado do Tocantins por medida de tal envergadura.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no Brasil, se os anos 80 deste século ficaram conhecidos, pelos analistas econômicos, como a "década perdida", para os profissionais de saúde pública eles foram marcados como os anos da ascensão incontrolada da Aids. De fato, até 1990 ou 1991, a taxa de variação da incidência da epidemia entre os brasileiros não parou de crescer, dando a impressão de que poderia vir a atingir, em pouco tempo, proporções alarmantes. Nos seis anos entre 1986 e 1992, por exemplo, essa taxa mais que decuplicou, saltando de menos de um caso em cada 100 mil habitantes para cerca de 10 casos em 100 mil.

A mortalidade elevada — de cerca de cem por cento dos infectados, naqueles primeiros anos — provocou um grande alarma no mundo todo, de que resultou um esforço inédito de pesquisa visando à descoberta de sua causa, e de uma cura para a doença. Uma vez conhecido o agente infectante, o retrovírus HIV, as pesquisas voltaram-se para os meios de curar ou pelo menos controlar a doença. Porém, mais importante ainda, passou-se a conhecer sua via de transmissão — o sangue — e os principais grupos de comportamento mais expostos ao risco de se infectar: os homossexuais masculinos, os usuários de drogas injetáveis que partilham seringas e as pessoas que necessitam de transfusões sangüíneas.

O conhecimento das vias de transmissão é mais importante que as pesquisas no sentido de descoberta de uma cura porque, ao lado do fato de a eliminação do vírus até hoje não se encontrar no horizonte, ele mostra o caminho a ser seguido para uma política de prevenção. Primeiro, fez-se clara a necessidade do controle de qualidade do material dos bancos de sangue; em segundo lugar, a necessidade de campanhas de esclarecimento que incidissem sobre os outros grupos de risco, nomeadamente, os homossexuais e os usuários de drogas injetáveis, de modo a reduzir a disseminação da infecção.

Por outro lado, desde a descoberta do HIV, significativos progressos têm sido obtidos no controle da doença. O chamado "coquetel" — administração balanceada de um conjunto de medicamentos — prolongou a sobrevida das pessoas atingidas pela Aids. Cabe lembrar que, hoje, o perfil dessas pessoas é muito diferente daquele dos primeiros tempos, pois a epidemia se difundiu muito para além dos grupos de risco originalmente atingidos.

Tornou-se possível ao setor de saúde dos governos, assim, uma política de controle da epidemia fundada em dois pilares: por um lado, a ação preventiva, por meio de campanhas de esclarecimento e da promoção do sexo seguro; por outro lado, a ação médica social, de assistência aos doentes sem condições de arcar com os custos do tratamento. No Brasil, dessa política de controle da epidemia da Aids incumbe-se a Coordenação Nacional de DST e Aids, da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde.

Trata-se, por certo, Senhoras e Senhores Senadores, de um dos mais bem sucedidos de nossos órgãos de Estado voltados para políticas sociais. Organismos internacionais consideram o programa brasileiro um exemplo para países pobres ou em desenvolvimento, porque conseguimos reverter os prognósticos sombrios do início da década dos 90, segundo os quais estaríamos hoje com índices de infecção semelhantes ao de países africanos, onde a epidemia já alcança a maior parte da população.

Aqui, bem ao contrário, a taxa de incidência já começou a declinar, como resultado de uma política bem conduzida de controle da infecção. No lado das medidas médico-sociais, cem por cento dos pacientes de Aids estão sendo atendidos com a administração do "coquetel". Com isso, o número de óbitos caiu 54 por cento nos últimos quatro anos, e o gasto com hospitalizações e com aposentadorias por invalidez reduziu-se significativamente. No lado das medidas preventivas, deve-se registrar o fato de que o consumo de preservativos vem crescendo à taxa de 30 por cento ao ano, demonstrando o bom resultado das campanhas de esclarecimento.

Todo esse sucesso indica que estamos no caminho certo e que precisamos perseverar nessa política. Isso, porém, tem um custo, grande parte do qual é coberto por recursos captados de fontes externas, como o Banco Mundial — Bird. Um acordo de empréstimo foi feito com o Bird para a implementação do Segundo Projeto de Controle das DSTs e Aids — Aids II, que inclui parcerias de órgãos dos três níveis de governo com diversas instâncias da sociedade civil organizada.

Vale a pena mencionar aqui alguns dos dados constantes do Relatório de Implementação do Aids

II, endereçado ao Bird pela Coordenação Nacional de DST e Aids. A primeira constatação refere-se ao fato de que a incidência de Aids, inicialmente restrita aos grandes centros do Sudeste e do Sul do País, difundiu-se por todos os Estados, tendo sido registrados casos da doença em quase 60 por cento dos municípios brasileiros. Mais preocupante ainda é o fato de que, embora as maiores taxas de incidência ainda estejam localizadas nas grandes cidades e nas metrópoles, a velocidade de crescimento dessas taxas é muito maior hoje nos pequenos municípios, de menos de 50 mil habitantes.

Uma outra constatação é a de que a via de contágio que vem crescendo relativamente ao conjunto é a da transmissão heterossexual, estando estabilizados os percentuais relativos de transmissão homossexual e por uso de drogas injetáveis. Disso resulta uma incidência progressiva entre mulheres: se, no início, havia 24 homens infectados para cada mulher, hoje esta razão está em dois para um. Esse fato é da maior gravidade, porque dele decorrem dois flagelos terríveis: a transmissão vertical, isto é, da mãe grávida infectada para o feto, e o crescimento do número de órfãos de mães vítimas da Aids, estimados em cerca de 30 mil em todo o Brasil.

Crianças doentes ou órfãs de mãe, eis um dos resultados mais funestos da epidemia. Elas precisarão de atenção especial de saúde, de abrigo e de educação para ter acesso a seus direitos de cidadania.

Além de atingir cada vez mais a população feminina, o perfil social da incidência da Aids também vem mudando. Esse fato pode ser medido pelo índice de anos de escolaridade dos infectados, porque essa é, como se sabe, uma variável muito correlacionada, em nosso País, ao nível de renda. Pois bem, Senhor Presidente: se, entre 1980 e 1985, mais de quarenta por cento dos infectados tinha nível superior, esse índice hoje está em torno dos cinco por cento. O contrário se deu com os percentuais dos analfabetos e das pessoas com até oito anos de escolaridade: de menos de trinta por cento entre 1980 e 1985, esse índice saltou, hoje, para mais de setenta por cento.

Esses dados mostram quais são os públicos sobre os quais devem se voltar as atenções e os investimentos dos programas de combate à Aids do Governo. É no público de baixa renda e nas mulheres que se encontra a maior fragilidade, sobretudo por desinformação.

No entanto, ao lado do financiamento proveniente do Bird, precisamos entrar com nossa contrapartida de recursos próprios. Embora desde 1998 o Ministério da Saúde venha realizando cem por cento do orçamento final aprovado para a área de DSTs e Aids — com bons resultados sociais, como visto —, este ano houve uma redução de 85 por cento do orçamento original, de 116,3 milhões para 14,8 milhões de reais. Esse corte comprometia gravemente os programas de combate às DSTs e à Aids, ao prejudicar a compra de testes laboratoriais, as campanhas educativas, os serviços de atenção aos portadores da doença e a aquisição de preservativos para distribuição gratuita ao público de baixa renda.

Para compensar essa perda, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem de número 1424, de 06 de outubro, com um Projeto de Lei solicitando a abertura de crédito suplementar no valor de 146,1 milhões de reais, dos quais 101,5 milhões destinam-se a recompor o orçamento do Projeto Aids II. Esse Projeto de Lei, que recebeu aqui a designação de PLS 45/2000, já foi aprovado e encaminhado à sanção. Fizemos a parte que nos cabia, aqui no Senado Federal, conscientes da importância do controle das DSTs e da Aids e do sucesso dos programas governamentais nessa área.

Muito, porém, resta a fazer, porque não podemos descansar enquanto a vitória completa não for obtida contra o retrovírus. Sem falarmos na atenção constante que merecem, do ponto de vista epidemiológico, as DSTs em geral. Nossa obrigação continua no acompanhamento desses programas e na atenção permanente às necessidades de verba para sua continuidade, nos próximos anos. Não tenhamos dúvidas: no quadro geral das políticas sociais brasileiras, sempre sob acusações de má gestão dos recursos públicos escassos, trata-se de uma linha de ação bem sucedida e relativamente barata, se considerarmos os custos de não implementá-la – basta ver, nesse sentido, a situação de vários países africanos, hoje considerada desesperadora pelos organismos internacionais ligados à saúde.

Cabe ainda um elogio à Coordenação Nacional de DST e Aids, e a seu Coordenador, Paulo R. Teixeira, pela condução bem sucedida de seus programas e pelo bem apresentado e fundamentado Relatório de Implementação do Programa Aids II, que me foi enviado.

Embora seu destinatário seja o Bird, como parte do cumprimento dos acordos de empréstimo, o relatório é muito claro e legível. Os dados nele contidos fornecem a qualquer leitor uma visão acurada da evolução da epidemia da Aids no Brasil, de sua situação atual e dos planos de seu enfrentamento para os próximos anos.

Esperemos que o sucesso continue.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Comparecem os seguintes Srs. Senadores:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Julio Eduardo – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

30-1-01
Terça-feira

11h – Senhor Ricardo Alarcón, Presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular de Cuba

14h:30 – Sessão não deliberativa do Senado Federal

ATO CONJUNTO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL

DESPACHO

Acolhendo manifestações das Diretorias-Gerais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e tendo em vista:

a) a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.797-0, publicada no **Diário da Justiça** de 13 de outubro de 2000;

b) a decisão do Superior Tribunal de Justiça no processo nº 5.324/00;

c) a decisão do Ministério Público da União conforme o despacho do Procurador Geral da República de 8 de dezembro de 2000;

d) que os órgãos acima citados já efetivaram a incorporação, dos efeitos financeiros das referidas decisões, aos vencimentos de seus servidores, inclusive com o pagamento de parcelas atrasadas,

AUTORIZAMOS a incorporação da diferença decorrente da conversão dos salários pela Unidade Real de Valor — URV, a partir de abril de 1994, no percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito pontos percentuais), nos vencimentos dos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o pagamento das parcelas em atraso, estas a serem quitadas acompanhando o procedimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 29 de janeiro de 2001. – **Antonio Carlos Magalhães,** Presidente do Senado Federal – **Michel Temer,** Presidente da Câmara dos Deputados.

Ata da 2ª Sessão Não Deliberativa em 2 de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 87, DE 2001
(Nº 126/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências a retirada do Projeto de Lei nº 10, de 1996 (nº 724/95 na Câmara dos Deputados), que "Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal", enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 783, de 19 de julho de 1995.

Brasília, 30 de janeiro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00035 – MJ

Brasília, 31 de janeiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência proposta de retirada do Congresso Nacional do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1996, (nº 724/95, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo, que "Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal", que se encontra em tramitação no Senado Federal, tendo em vista o reexame da matéria pela Comissão por mim constituída para efetuar estudos sobre o Código Penal – Parte Geral e Lei de Execução Penal, constituída pela Portaria nº 466, de 7 de junho de 2000, consubstanciados em Projeto de Lei nº 3.473/2000, sob exame do Congresso.

Respeitosamente, – **José Gregori**, Ministro de Estado da Justiça.

A Mensagem nº 87, de 2001, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 246/2000, de 12 de dezembro passado, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 550, de 2000, do Senador José Eduardo Dutra;

Nº 257/2000, de 28 de dezembro passado, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 581, de 2000, do Senador Geraldo Cândido;

Nº 261/2000, de 28 de dezembro passado, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 600, de 2000, do Senador Carlos Wilson;

Nº 713/2000, de 22 de dezembro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 585, de 2000, do Senador Eduardo Siqueira Campos;

Nº 714/2000, de 22 de dezembro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 558, de 2000, do Senador Romero Jucá;

Nº 715/2000, de 22 de dezembro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 549, de 2000, da Senadora Heloísa Helena, comunicando a impossibilidade de prestar as informações, por não dispor dos dados solicitados;

Nº 716/2000, de 22 de dezembro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 553, de 2000, do Senador Lúcio Alcântara;

Nº 1.214/2000, de 15 de dezembro passado, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 545, de 2000, do Senador Pedro Simon;

Nº 9/2001, de 23 de janeiro passado, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando as

informações em resposta ao Requerimento nº 561, de 2000, do Senador Roberto Saturnino; e

Nº 19/2001, de 9 de janeiro passado, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 611, de 2000, do Senador Ronaldo Cunha Lima.

As informações e os esclarecimentos foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Nº 41/2001, de 22 de janeiro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações referentes ao quesito nº 1 do Requerimento nº 547, de 2000, da Senadora Heloísa Helena, e solicitando a prorrogação por mais 30 dias do prazo para encaminhamento das demais informações, tendo em vista a complexa operacionalização de recuperação dos dados referentes aos quesitos nºs 2 a 5 do Requerimento em questão.

As informações parciais foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento aguardará, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação das informações.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nº 2/2001, de 4 de janeiro passado, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 573, de 2000, da Senadora Heloísa Helena.

As informações encontram-se à disposição da Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

PARECER Nº 1, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública.

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 45/98 (nº 1.668-B, de 1996, na Casa de origem), de iniciativa do Executivo, que "Altera o Título XI do Código Penal – CP, que trata dos crimes contra a Administração Pública".

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende as seguintes alterações para o texto daquele Título e do art. 517 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal:

1 – modificar a pena prevista para o crime rubricado como "excesso de exação" (§ 1º do art. 316 do CP), de "reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa", para "reclusão, de dois a oito anos, e multa";

2 – acrescentar parágrafo único ao artigo que trata do crime definido como "facilitação de contrabando ou descaminho" (art. 318 do CP), aumentando a pena de um terço, quando o delito "tem por objeto a introdução, no território nacional, de armas ou munições";

3 – modificar a rubrica do art. 321 do CP, de "advocacia administrativa", para "patrocínio indevido";

4 – introduzir dois parágrafos no artigo que tipifica o crime "violência arbitrária" (art. 322 do CP), prevendo que a pena deve ser aplicada "independentemente das sanções civis e administrativas" e que o juiz, "considerando a gravidade do fato ou a reiteração do agente na prática do crime", poderá "decretar, fundamentadamente, a perda do cargo, emprego ou função pública, qualquer que seja o montante da pena privativa de liberdade aplicada";

5 – introduzir a expressão "ou circunstância" na tipificação do crime definido como "violação de sigilo funcional" (art. 325 do CP), aumentar a pena cominada, que é de "detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave", para "reclusão, de um a quatro anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave" e acrescentar ao referido artigo parágrafo único que tipifica o delito de "informação privilegiada" incidindo nas mesmas penas quem pratica as ações a que se referem os incisos I e II do novo parágrafo;

6 – introduzir no referido Título XI do Código Penal o crime de "improbidade", definido como a utilização ou permissão de utilização indevidas de "atos, programas, obras, serviços ou campanhas, custeados

pelos cofres públicos" ou de "bens ou equipamentos", em benefício próprio ou de terceiro;

7 – acrescer ao art. 344 do CP parágrafo único, tipificando o delito de "coação indireta", definido como promoção de campanha na mídia, "com o propósito de constranger" autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo;

8 – alterar o **caput** do art. 359 do CP, introduzindo um novo crime, rubricado como "Desobediência a mandado judicial" e definido como não cumprir ou retardar o cumprimento de mandado judicial para satisfazer sentimento ou opinião pessoal;

9 – acrescentar parágrafo único ao mesmo art. 359 com texto idêntico ao do **caput** atual;

10 – introduzir parágrafo único no art. 517 do Decreto-Lei nº 3.698, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – dispondo que, oferecida a denúncia em processo de crime praticado na condição de funcionário público, a autoridade judicial poderá, fundamentadamente, afastar o acusado do cargo ou função, até quatro meses, sem prejuízo da remuneração.

II – Discussão

A proposição não contraria disposições constitucionais. No geral, ela objetiva aprimorar a legislação penal. Há nela algumas iniciativas de mérito. No entanto, apresenta vícios de juridicidade, de doutrina do direito, de equilíbrio sistêmico da lei penal e de técnica legislativa, que merecem reparos.

Inicialmente, a ementa refere-se, tão-somente, a alterações propostas ao Título XI do Código Penal. Entretanto, oferece, também, proposta de alteração a outro diploma legal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Seria melhor que uma observação a esse respeito fosse incluída na ementa.

Concordamos com a qualificação sugerida para o crime de facilitação de contrabando ou descaminho (parágrafo único do art. 318). Entretanto, entendemos que armas e munições de uso permitido devessem ser tratados como qualquer outro artigo ou objeto.

O descaminho desse tipo de armamento raramente ocorre. Além disso, julgamos que a pena cominada para esse delito (reclusão de três a oito anos, e multa) já é suficientemente rigorosa, particularmente se compararmos com a aplicada ao cidadão comum pela prática do mesmo delito (reclusão, de um a quatro anos). Ao contrário, o contrabando de armas, munições e explosivos, de uso restrito ou proibido, neles incluídos aqueles de uso característico das Forças Armadas, esse, sim, tem servido ao crime organizado para o cometimento de crimes de grande potencial ofensivo à sociedade e ao Estado. Para esse tipo de delito, concordamos com um aumento da pena, visando a torná-la compatível e adequada com aquela cominada para esse injusto penal no art. 12 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (contrabando de armamento privativo das Forças Armadas), que é de três a dez anos de reclusão.

A mudança da rubrica do crime de "advocacia administrativa" para "patrocínio indevido", sob o argumento de ajustar-se "melhor ao conteúdo do tipo", não nos parece oferecer qualquer contribuição válida à norma jurídica. Ao contrário. O conceito da primeira expressão já está, historicamente, e de forma satisfatória, sedimentado entre nós, e sua alteração só concorreria para gerar situações de erro e dúvida, além de demandar, desnecessariamente, tempo para a assimilação de seu significado.

A iniciativa pretende introduzir dois parágrafos no art. 322, que tipifica o delito violência arbitrária. Argumenta que objetiva "...cessar a controvérsia sobre sua vigência frente à Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965", que "cuida de modalidades de abuso de poder, praticado no exercício da função, anteriormente contemplado pelo art. 350 do Código Penal". Diz, ainda, que "por isso, não absorveu nem esgotou as hipóteses possíveis de violência arbitrária nas quais o funcionário age não com mero abuso ou excesso de poder mas com evidente exorbitância, extrapolando a função, sem apoio na lei".

Ora, se analisarmos com atenção a Lei nº 4.898/65, que "Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade", veremos que ela não cuida, somente, de algumas modalidades de abuso de poder, contempladas pelo art. 350. Ela pretende definir todos os atos que tipificam abuso de poder, incluindo entre eles, a nosso ver, indubitavelmente, o ato típico descrito como violência arbitrária no art. 322. E assim o faz, quando estabelece:

"Art. 3º Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

.....

i) à incolumidade física do indivíduo;

....."

Parece-nos claro que esse atentado, cuja característica é a violência, é aquele praticado no exercício de função ou a pretexto de exercê-la, exatamente como tipificado no art. 322 do CP (violência arbitrária).

Sob forma que nos parece confusa, a argumentação da proposta procura provar o contrário e tenta estabelecer diferença entre "abuso e excesso de poder", que ela relaciona com **abuso de poder,** e "evidente exorbitância" (de poder), que julga ligada à **violência arbitrária**. Para nós, essas expressões têm significados absolutamente idênticos. Quando diz, ainda, que a exorbitância de poder também se diferencia, por ser praticada "sem apoio na lei", parece esquecer que o abuso e o excesso de poder também o são, caso contrário não poderiam ser considerados abuso e excesso.

Como a Lei nº 4.898/65 dispõe, entre outras matérias, sobre a sanção penal dos atos típicos que definem o abuso de poder, entendemos que esse dispositivo revoga, tacitamente, o art. 322 do CP. Isso posto, não caberia proposta que visasse à sua alteração.

A proposição poderia sugerir a alteração da lei acima citada. Entretanto, somos de opinião que as modificações sugeridas são inadequadas.

A primeira (§ 1º) é **despicienda**, porque a aplicação da pena independentemente das sanções civis e administrativas está consagrada na doutrina do nosso direito. A segunda (§ 2º) propõe a aplicação da norma penal diferentemente do disposto no art. 92 do CP (efeitos genéricos e específicos da condenação), que prevê como efeito da condenação "a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, nos crimes praticados com **abuso de poder** ou **violação de dever** para com a Administração Pública **quando a pena aplicada for superior a 4 (quatro) anos"** (grifo nosso).

A proposição apresenta, como sugestão, a aplicação da medida "qualquer que seja o montante da pena privativa de liberdade", mas só para o crime tipificado como violência arbitrária. Por que só nesse caso? Esse tratamento diferenciado criaria uma situação de desequilíbrio na lei penal.

Por outro lado, não concordamos com a extensão da medida a todos os crimes contra a administração pública. Julgamos que o dispositivo em vigor é adequado.

Não obstante, consideramos que a sanção imposta na Lei nº 4.898/65 é muito leve para crimes cometidos com violência ou grave ameaça. Sugerimos, então, a introdução, nessa lei, de circunstância qualificadora.

As alterações propostas ao art. 325 do CP, criam, novamente, situação de desequilíbrio na dosagem da sanção penal. A iniciativa introduz dois novos tipos criminais (parágrafo único, incisos I e II), que descrevem atos injustos claramente mais graves que o do **caput** e para os quais comina pena bem mais rigorosa (o dobro) do que a prevista na norma em vigor. No entanto, na consolidação dos dispositivos, unifica as penas pela mais rigorosa.

Além disso, no segundo tipo criminal proposto, define delito praticado por particular contra a administração pública, o que é incompatível com o capítulo onde está inserido o artigo: "dos crimes praticados por funcionário publico contra a administração em geral".

Observamos, também, em relação ao inciso I do artigo proposto, que informações privilegiadas podem ser, ou vir a ser, geradas em órgãos e entidades da administração pública além daquelas citadas no texto.

Consideramos, ainda, equivocada a expressão "para não afetar o mercado financeiro ou operação a ele relativa, ou ainda o preço da mercadoria, bens e serviços". Ela expressa interesses (objetos jurídicos) da vítima ou ofendido, não cabendo, pois, como elemento de tipo criminal.

Embora concordemos, no mérito, com o acréscimo dos referidos incisos ao art. 325, entendemos necessário modificar a técnica legislativa e a redação, para corrigir os vícios apontados.

Concordamos, no mérito, com a criação do novo tipo criminal rubricado pela proposta como "improbidade". Entretanto, ele não pode tomar a numeração de outro dispositivo existente (art. 326 do CP), que versa sobre ato típico de natureza diferente – "Violação do sigilo de proposta de concorrência"". Opinamos, também que, por sua natureza, ficaria melhor colocado entre os atuais arts. 317 e 318.

Além disso, sugerimos algumas correções no texto, para torná-lo mais claro, adequado e abrangente. Em primeiro lugar, a supressão, no **caput**, da expressão "o funcionário público", porque é desnecessária. Depois, a substituição da palavra "atos" por "eventos", no inciso I, e da expressão "de repartição pública" por "da administração pública", no inciso II.

A alteração sugerida para o art. 344 do CP (coação no curso do processo), inicialmente, também constitui vício de dosagem de pena. O tipo base define um delito cometido por meio de violência ou grave ameaça, crime muito mais grave que o novo introduzido pela alteração. Não poderiam, portanto, conduzir à mesma sanção penal.

No entanto, mais grave que esse engano é o fato de o novo dispositivo nos parecer absolutamente ineficaz de sua aplicação poder levar à contradição do direito fundamental da liberdade de expressão. Como poderíamos demonstrar, num tribunal, que o objetivo de uma campanha seja "constranger testemunha ou perito, ou influir na atuação de juiz, jurado...", e não a simples expressão apaixonada de opinião ou o exercício do direito de manifestação? A luz desse novo dispositivo pretendido, os partidários e adversários do General Pinochet, engajados em intensa campanha promocional, pela imprensa e diante do parlamento inglês, contra e a favor de sua libertação, estariam enquadrados nesse ato típico?

A nosso ver, o novo **caput** proposto para o art. 359 do CP inclui o ato típico definido no dispositivo que, pela proposta, passou a ser parágrafo único. Logo, vemos o parágrafo único como desnecessário. Observamos, ainda, que é desnecessária a referência à rubrica dos crimes, se ela não foi mudada ou criada.

III – Voto

Pelo exposto, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998, observada a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 – CCJ (Substitutivo)

Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública, o art. 517 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – e o art. 6º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Título XI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 312. ....."

.....

"Art. 316. .....

§ 1º .....

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

..... (NR)

"Improbidade

Art. 317–A. Praticar ato de improbidade, considerando-se como tal, para os efeitos penais:

I – utilizar, autorizar ou permitir a utilização de eventos, programas, obras, serviços ou campanhas, custeadas pelos cofres públicos, para promoção pessoal ou de terceiros;

II – utilizar, autorizar ou permitir a utilização de bens ou equipamentos de propriedade da administração pública ou sob sua guarda, em desacordo com a lei ou regulamento:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave"

"Art. 318. .....

Parágrafo único. A pena será aumentada de um terço, se o crime tem por objeto a introdução, no território nacional, de armamento, munição ou explosivo de uso restrito ou proibido." (NR)

"Art. 325. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

....." (NR)

"Informação privilegiada

Art. 325–A. Revelar ou facilitar que se revele conteúdo de medida administrativa, política ou econômica, de atribuição da Presidência da República, de Ministério, do Banco Central do Brasil, ou de qualquer órgão ou entidade da administração pública, que deva permanecer em sigilo até sua divulgação oficial pela autoridade competente:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave."

"Art. 333–A. Fazer uso, com o fim de obter vantagem econômica, de informação pela qual se revele ou se facilite a revelação do conteúdo de medida a que se refere o art. 325–A:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave."

"Desobediência a mandado judicial

Art. 359. Deixar de cumprir ou retardar, injustificadamente, o cumprimento de mandado ou decisão judicial de que é destinatário, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos." (NR)

Art. 2º O art. 517 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 517. .....

Parágrafo único. Oferecida a denúncia, o juiz poderá, fundamentadamente, afastar o réu do exercício do cargo ou função, durante o processo, pelo prazo máximo de quatro meses, sem prejuízo da remuneração, quando a gravidade do fato, a prática contumaz de delitos da mesma natureza, ou a conveniência da instrução criminal assim o exigirem." (NR)

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

§ 1º .....

.....

§ 6º Se o crime for praticado com uso de violência ou grave ameaça:

Pena – detenção, de seis meses a três anos."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 31 de janeiro de 2001. – **José Agripino**, Presidente – **Bernardo Cabral**, Relator – **José Eduardo Dutra – Francelino Pereira – Édison Lobão – Alvaro Dias – Lúcio Alcântara – Jefferson Péres – Bello Parga – Romeu Tuma – Amir Lando – Roberto Requião.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (*)

Código Penal

.....

Art. 92. São também efeitos da condenação:

I – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo:

a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 1 (um) ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública;

b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos;

II – a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos a pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado;

III – a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

Parágrafo único. Os efeitos de que trata este artigo não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

.....

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em conseqüência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

.....

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

.....

Art. 350. Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso de poder:

Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre o funcionário que:

I – ilegalmente recebe e recolhe alguém a prisão, ou a estabelecimento destinado à execução

de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança;

II – prolonga a execução de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de executar imediatamente a ordem de liberdade;

III – submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

IV – efetua, com abuso de poder, qualquer diligência;

.....

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

.....

Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

§ 1º A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

a) advertência;

b) repreensão;

c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;

d) destituição de função;

e) demissão;

f) demissão, a bem do serviço público.

§ 2º A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização de quinhentos a dez mil cruzeiros.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

a) multa de cem cruzeiros a cinco mil cruzeiros;

b) detenção por dez dias a seis meses;

c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

§ 4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autónoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

.....

LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983

Define os crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento, e dá outras providências.

.....

Art. 12. Importar ou introduzir, no Território Nacional, por qualquer forma, sem autorização da autoridade federal competente, armamento ou material militar privativo das Forças Armadas:

Pena: reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização legal, fabrica, vende, transporta, recebe, oculta, mantém em depósito ou distribui o armamento ou material militar de que trata este artigo.

.....

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. Nº 002/01 – LPSDB

Brasília, 30 de Janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de proceder a substituição do Senador Artur da Távola pelo Senador Nilo Teixeira Campos, como titular, na composição do PSDB nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Relações Exteriores e como suplente da Comissão de Assuntos Sociais.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Sérgio Machado,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2001

Senhor Presidente,

Em face das informações do Ministério Público do Estado do Paraná, de que houve um cheque da Prefeitura de Maringá, de nº 307.792, de 28 de janeiro de 1999, no valor de R$92.160,00 (noventa e dois mil, cento e sessenta reais) à época, depositado no Banco do Brasil, agência 2636, na conta nº 193322-1, em nome do IPC, requeiro que se proceda à identificação do beneficiário do referido cheque.

Justificação

As razões que fundamentam o presente requerimento foram apresentadas em pronunciamento por mim proferido, na sessão do Senado Federal, realizada nesta data.

Sala de Sessões, 30 de janeiro de 2001. – Senador **Roberto Requião.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago ao Plenário do Senado e ao conhecimento de V. Exª, na condição de Presidente do Senado e da Mesa neste momento, uma informação que me foi passada pelo Dr. Cruz, Promotor de Justiça na cidade de Maringá, Paraná.

Como todos sabemos – e o Senador Alvaro Dias é testemunha porque é de Maringá –, a prefeitura daquela cidade foi roubada por uma verdadeira quadrilha que, por três administrações municipais, manteve o mesmo Secretário da Fazenda. O furo passa de R$100 milhões, dos quais R$53 milhões já comprovados.

O papel do Procurador de Justiça é notável. Está agindo com critério, trabalhando muito, com isenção absoluta e não perdoando corrupto algum, de todas as correntes partidárias.

Como produto desse trabalho, consegui uma informação seriíssima que, sem a menor sombra de dúvida, redundará na cassação de um deputado federal do Paraná. Qual é esse deputado? Não sei. Mas S. Exª pagou o IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas, já extinto, em 28 de janeiro de 1999, com o cheque da Caixa Econômica Federal nº 307.792, assinado pelo Secretário da Fazenda de Maringá, nominal ao IPC e desviado do Erário municipal, no valor de R$92.160,00. Repito, o cheque da Caixa Econômica é de 28 de janeiro de 1999 e seu nº é 307.792. Estou tentando descobrir com os liquidantes do IPC quem foi o beneficiário desse pagamento, que se originou em dinheiro desviado do Erário municipal da cidade paranaense de Maringá.

Neste momento, solicito o apoio de V. Exª, Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente do Senado, e do Senador Antonio Carlos Magalhães para que determinem aos nossos funcionários que identifiquem o beneficiário desse pagamento feito com cheque roubado da Prefeitura de Maringá. Isso é parte de um escândalo pesadíssimo de dilapidação. Estou encontrando algumas dificuldades para identificar o beneficiário, embora os promotores de Maringá já tenham localizado o depósito. O citado cheque foi depositado no Banco nº 001, Banco do Brasil, agência nº 2636, na conta nº 193.322-1.

No momento em que o beneficiário desse cheque for identificado, saberemos quem foi o associado do IPC que utilizou dinheiro público para quitar suas dívidas ou um empréstimo ou a complementação da aposentadoria.

Cumprimento o Ministério Público do Paraná, o Promotor Cruz, ressaltando esse trabalho magnífico que fazem, mesmo num momento em que algumas vozes da República pretendem dificultar o trabalho dos Procuradores de Justiça. A minha solidariedade aos Procuradores de Justiça por mais esse trabalho que prestam ao Brasil.

E eu espero que, rapidamente, identifiquemos e resolvamos o problema desse contribuinte do IPC, se ainda estiver no exercício do mandato, com a necessária e sanitária cassação do mandato.

Era esse o informe e a solicitação que queria fazer à Mesa. Os dados são oficiais do Ministério Público do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – De acordo com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, o requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual terá o prazo de duas reuniões ordinárias para emitir parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lúcio Alcântara, por permuta com o Senador Paulo Hartung.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a imprensa e o próprio porta-voz do Palácio do Planalto informaram que o novo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, convidara o Presidente Fernando Henrique Cardoso para um encontro em Washington, que deverá se concretizar antes da reunião prevista para ocorrer no Canadá sobre a formação da Associação de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Como sabemos, esse movimento pela criação da Alca teve início no governo do Presidente George Bush, a chamada "Iniciativa para as Américas", que constitui um movimento em prol de uma associação de livre comércio dos países da América. Sobre isso, tem havido vários movimentos nos diversos países integrantes das Américas e um grande debate em torno não só da oportunidade da criação dessa associação de livre comércio, mas também da data de quando isso deveria ocorrer.

Há a sensação de que essa associação de livre comércio só poderá se dar se realmente vier a produzir resultados benéficos para todos os países, grandes, pequenos, ricos e pobres, por meio da intensificação do comércio entre eles. O Presidente Fernando Henrique tem deixado isso muito claro, até tangenciando a questão do prazo para a implantação da Alca. Diz que há interesse dos Estados Unidos em precipitar a sua formação, enquanto os outros países – o Brasil à frente – desejam discutir mais e estabelecer bases mais sólidas para esse entendimento, antes de darem efetivo início a essas atividades. O Presidente defende o fortalecimento do Mercosul e o entendimento dos Estados Unidos com esse bloco de países que vem se estruturando há alguns anos e de que fazem parte, hoje, o Brasil, o Uruguai, o Paraguai, a Argentina, e, como membros associados, a Bolívia e o Chile.

A própria concretização de um acordo especial dos Estados Unidos com o Chile, nos mesmos moldes daqueles que já realizou com o Canadá e o México, para a formação do Nafta, não deixou de constituir um abalo na estratégia de fortalecer o Mercosul a fim de obter uma negociação mais razoável com os Estados Unidos. O que esperamos é que essa Alca não seja apenas um instrumento de consolidação da hegemonia americana. A pujança da economia americana muitas vezes tem contribuído para gerar um sentimento, entre os líderes dos Estados Unidos, autoritário em relação aos demais países.

Então, vejo que nesse encontro o Presidente Fernando Henrique poderá colocar claramente perante o Presidente Bush os interesses brasileiros, os interesses do Mercosul. O livre comércio não pode se constituir apenas num instrumento de consolidação da hegemonia econômica das maiores potências; pelo contrário, deve ser um instrumento de ascensão econômica dos demais países. Enquanto os Estados Unidos pregam essa integração, praticam o protecionismo em relação a produtos produzidos no Brasil e em outras países, o que praticamente veda o mercado a essas outras economias. É contra isso que temos nos insurgido. Agora mesmo temos uma batalha com o Canadá, na Organização Mundial do Comércio, em relação a empresas fabricantes de aeronaves. E aí fica muito claro que o Canadá dá incentivos, estímulos financeiros a essas empresas, até deixou óbvio que aumentaria o valor desses incentivos para assegurar o mercado para aquela empresa em detrimento da empresa brasileira, a Embraer.

Hoje os jornais dão notícia de que os Estados Unidos apresentam uma reclamação perante a Organização Mundial do Comércio sobre a nossa lei de patentes no que se refere à produção de medicamentos e mencionam especificamente os medicamentos contra a Aids. O Brasil tem um dos melhores e mais bem-sucedidos programas contra a Aids no mundo. Não sou eu quem diz, mas a própria Organização Mundial de Saúde já reconheceu isso em reunião em Genebra. Pois bem, esse programa é extremamente oneroso porque esses medicamentos são muito caros. O Brasil está fabricando esses medicamentos, mas agora os americanos ingressam com um reclamação na Organização Mundial do Comércio alegando que a nossa lei de patentes viola esses acordos internacionais. No entanto, os funcionários brasileiros já descobriram que existe dispositivo idêntico ou semelhante na legislação americana que trata da chamada importação compulsória de medicamentos.

Ora, sendo assim, essa relação de livre comércio entre esses países só poderá se estabelecer numa base sólida e construtiva se realmente houver justiça e eqüidade nessas relações comerciais.

Esperamos que esse convite que o Presidente Bush fez ao Presidente Fernando Henrique seja muito mais do que um mero gesto de cortesia.

O Presidente Bush visita o México, recebe o Primeiro-Ministro do Canadá em Washington e, em seguida, o Presidente brasileiro. Claro que a primazia aos canadenses e aos mexicanos é perfeitamente explicável, porque se trata de dois países que integram o Nafta e que têm com os Estados Unidos uma longa fronteira. Mas essa deferência ao Brasil, ao Presidente Fernando Henrique, tem que se traduzir em gestos concretos.

O Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador brasileiro em Washington, tem desenvolvido uma série de estudos que mostram realmente o alto grau de protecionismo da economia americana.

Então, sem esse entendimento não se pode embarcar numa formação precipitada da Alca, que certamente adviria em prejuízo para o Brasil e para a economia brasileira.

Ficamos aguardando esse encontro dos dois presidentes e temos a expectativa de que essa reunião possa produzir uma base de acordo e de entendimento que resulte, de fato, favorável também ao Brasil e aos demais países das Américas para a formação dessa Área de Livre Comércio das Américas, a Alca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ricardo Santos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Eduardo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Hartung, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senador abdica da sua inscrição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Djalma Bessa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Souto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, por 20 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, embora o tempo esteja muito tumultuado no Congresso Nacional, em função da disputa pela Presidência desta Casa – e, neste momento, saúdo o nosso candidato à Presidência do Congresso Nacional, Senador Jefferson Péres, do PDT, como candidato das Oposições –, quero trazer um assunto de interesse da nossa Região, Senador Jéfferson Péres, ao conhecimento da população e apresentar um requerimento que deverá esclarecer muitas das indagações hoje levantadas pelo povo do Norte do Brasil, especialmente do Pará.

A hidrovia Araguaia-Tocantins, que atravessa, no sentido sul-norte, dois terços do território brasileiro, é um eixo de transporte fundamental para a economia brasileira e de grande significado na integração das regiões do País. A implantação da hidrovia desperta grandes esperanças nas populações do Centro-Oeste e da Amazônia oriental. Os rios que a for-

mam, o das Mortes, o Araguaia e o Tocantins, cruzam os Estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará. Esses rios serão os condutos principais do desenvolvimento desses Estados à medida que a hidrovia for se tornando uma realidade.

O Estado do Pará sediou o porto de jusante da hidrovia Araguaia-Tocantins, na Vila do Conde, no ponto onde se encontram a foz do Tocantins e a Baía de Marajó. É evidente que Vila do Conde, próximo a Belém, está destinado a tomar impulso e a tornar-se o grande portão de saída para a exportação dos produtos de uma vasta região brasileira, a área de influência das bacias do Araguaia e do Tocantins. Vila do Conde é hoje o porto que atende à exportação do alumínio produzido pela Albrás – Alunorte.

Também no Pará, a cerca de 300km ao sul de Belém, situa-se a obra-chave da hidrovia: a transposição do desnível do rio Tocantins em Tucuruí. A obra consiste na construção de duas grandes eclusas e do canal intermediário entre elas, permitindo que os comboios de navegação da hidrovia vençam um desnível de 64 metros, existente entre o reservatório de Tucuruí e o rio Tocantins, que continua o seu curso a jusante da barragem.

As obras de transposição do desnível de Tucuruí vêm sofrendo atrasos sucessivos por falta de atenção suficiente do Governo Federal, que permitiu o descontrole do seu cronograma de liberação de recursos. Está seriamente ameaçada a meta traçada para a operação das eclusas de Tucuruí no final de 2002, na mesma ocasião em que deverá entrar em operação a segunda casa de força de Tucuruí projeto em construção acelerada, denominado Tucuruí 2.

É bom lembrar que por ocasião da construção da barragem de Tucuruí, nos anos 70 e início dos anos 80, quando se formou o reservatório de Tucuruí e se implantou a primeira casa de força, cuidou-se de projetar as obras de transposição do desnível. Na verdade, o Governo teve de ceder às pressões de vários setores à época e determinou à Eletronorte responsável pela obra a inclusão do sistema de transposição da barragem, resultando na modificação do projeto original e do orçamento de investimento. Até 1984, a construção das eclusas seguiu o mesmo ritmo das obras da hidrelétrica. A partir daí sofreu enorme desaceleração, sendo paralisada totalmente em 1989.

Na verdade, Srªs e Srs. Senadores, no Governo só funciona o que interessa aos grandes e aos poderosos. O Governo construiu e inaugurou a hidrelétrica que, atualmente, fornece energia à Albrás–Alunorte; à Alcoa, no Maranhão; e ao Projeto Carajás, mas não foram construídas as eclusas da hidrelétrica de Tucuruí. Só os dois primeiros projetos a que me referi – já repeti isso aqui muitas vezes – consomem 40% da energia produzida na hidrelétrica e dão um prejuízo anual à Eletronorte de US$200 milhões, relativos aos subsídios que recebem por orientação do Poder Executivo, e não da própria Eletronorte, que, na verdade, está sofrendo o prejuízo. Até porque a Companhia Vale do Rio Doce, à época, tinha como alternativa escoar o minério de ferro das jazidas de Carajás através do rio Tocantins o que seria mais lógico, um transporte mais barato – até um porto do litoral do Pará. Entretanto, acabou prevalecendo outra alternativa: o transporte de minério de ferro por ferrovia até o porto de Ponta da Madeira, no Maranhão.

Com a construção de Tucuruí 2, o Governo Federal, por pressões políticas da região, estabeleceu um novo cronograma. Assim, a hidrelétrica foi feita e projetada, e as eclusas e a hidrovia deveriam ser terminadas na primeira fase da hidrelétrica, que tem 4 milhões e 300 mil megawatts de fornecimento de energia. Não o fez, não cumpriu com a sua obrigação. Houve, então, o início da construção da segunda fase. Então, por pressão nossa, por pressão política, o Governo se comprometeu a construir as eclusas concomitantemente à segunda fase. E, mais uma vez, estamos correndo o risco de não ver isso se concretizar. E os orçamentos mudam a cada ano, porque os prejuízos são enormes.

Com a construção de Tucuruí 2 – repito o Governo Federal, por pressão política da região, estabeleceu um novo cronograma para as obras de transposição, que se estendia de 1998 a 2001, com dispêndios totais previstos de cerca de R$248 milhões, incluindo aí equipamentos e obras civis a preços de 1997. Diga-se de passagem que o orçamento inicial da obra, quando projetada, era de apenas R$90 milhões e pulou para R$248 milhões. Atrasos diversos, a crise cambial e a inflação acumulada levaram à formulação de um novo cronograma, que se estende até o final de 2002 e totaliza R$375 milhões.

E, sobre isso, é bom lembrar que, durante a campanha de 1998, o Presidente Fernando Henrique apoiou dois candidatos no meu Estado. Fui candidato, Senador Jefferson Péres, pelas Oposições, pelo PT e pelo PSB, e o Senador Jader Barbalho e o atual Governador Almir Gabriel foram os candidatos do Governo. Sua Excelência assumiu o compromisso em palanque, com os seus dois candidatos ao lado, de concluir as eclusas de Tucuruí no seu Governo. O projeto, de fato, está incluído no Programa Avança Brasil. Po-

rém, o desembolso dos recursos para sua efetivação não vem ocorrendo da forma necessária.

A conclusão das obras de transposição até o final de 2002, acompanhando o cronograma de Tucuruí 2, é de suma importância, pois a simultaneidade dos dois empreendimentos permite notáveis economias, com o uso compartilhado de instalações comuns, como canteiro de obras e vila residencial. O atraso nas obras das eclusas significa a perda dessas sinergias, grandes gastos adicionais e a frustração das esperanças que dezenas de milhões de brasileiros depositam na hidrovia Araguaia-Tocantins.

Mas o Governo Fernando Henrique e a sua equipe econômica não vêm considerando nada disso. Tomando por base dados da Consultoria de Orçamento do Senado, a soma do que foi efetivamente gasto em 2000 com o que está previsto para o Orçamento de 2001 equivale ao que deveria ter sido investido no ano passado.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Ademir Andrade, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Concedo com muita satisfação o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Ademir Andrade, embora se trate de uma questão específica do Pará, é um problema da nossa região e interessa, portanto, ao País inteiro. Eu entendo que se concedam subsídios no fornecimento de energia elétrica para o complexo mínero-metalúrgico de Barcarena, porque energia elétrica é um insumo de grande peso no custo da produção de alumínio. Sem subsídio, talvez ficasse antieconômica a produção de alumínio no Pará. Entretanto, Senador Ademir Andrade, não entendo que, paralelamente, não se tenha acelerado a construção das eclusas de Tucuruí, tão importantes na abertura da hidrovia como também na construção do linhão de Tucuruí. Durante muito anos, verificou-se um absurdo, como V. Exª sabe melhor do que eu: Tucuruí, com uma enorme capacidade ociosa, fornecia para as usinas de alumínio, as usinas metalúrgicas de lá, enquanto cidades inteiras do Pará, ao longo da calha do rio Amazonas e no sul, tinham problemas de energia elétrica. Passaram-se alguns anos para que o Governo se dispusesse a construir aquele linhão. E, agora, outra obra que vem sendo adiada desde os anos 80 e continua sendo tratada sem prioridade pelo Governo. Senador Ademir Andrade, V. Exª esteja certo de que, de minha parte – e creio que da parte de toda a Bancada do Amazonas –, a bancada paraense contará com todo o nosso apoio para fazer gestões junto ao Governo Federal no sentido de que esses recursos orçamentários não sejam contigenciados e os próximos orçamentos – de 2002 e seguintes – contenham dotações orçamentárias que levem à conclusão rápida dessa obra tão importante para a nossa região.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Eu gostaria apenas de esclarecer que a indústria de alumínio, ou seja, o beneficiamento da bauxita, que é transformada em alumina e depois em alumínio, é, evidentemente, uma indústria poluente. São necessários cuidados e investimentos muito grandes para que se possa realizar essa transformação. Trata-se de uma indústria que utiliza basicamente energia. O mundo desenvolvido resolveu implantar suas indústrias aqui levando esses fatos em consideração, ou seja, em primeiro lugar, porque a energia aqui é mais fácil e mais barata; em segundo lugar, porque evita-se a poluição nos seus países, nos países que mais compram esse minério.

É lamentável constatar a existência de um incentivo de US$200 milhões ao ano; é um incentivo exagerado. Veja V. Exª que previam-se inicialmente no Orçamento para a construção das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí apenas US$45 milhões. Hoje, chega-se a quase US$200 milhões, que é o equivalente a um ano de incentivo às indústrias de alumínio Albrás, Alunorte e Alcoa, no Maranhão.

Estamos sem essas eclusas, que trazem desenvolvimento ao nosso País. Os cálculos dos nossos técnicos, Senador Jefferson Peres, mostram que a produção agrícola brasileira, com a implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins, poderia crescer 30%. Veja V. Exª: 30%! Além disso, a produção do Centro-Oeste brasileiro, que hoje desce para o Paraná para ser exportada para os países do hemisfério norte, poderia ser transportada por um custo muito menor se fosse utilizada a hidrovia Araguaia-Tocantins. Os governos brasileiros têm sido sempre subservientes às determinações dos chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo, e o Presidente Fernando Henrique não é exceção à regra, cedeu sempre às pressões externas e não cumpriu as suas obrigações com o Brasil.

Estudos técnicos indicam que seria preciso ter investido no ano passado, para manter o ritmo necessário às obras das eclusas, uma dotação de 109 milhões de reais. No entanto, foram gastos apenas 18 milhões. Para este ano, o Governo fez constar em sua proposta orçamentária apenas 100 milhões. A propósito: todos os anos é a Bancada federal do Pará ou é a Bancada da

Região Norte que coloca recursos para as eclusas de Tucuruí, mas no ano passado o aperto na votação do Orçamento de 2001 foi tão grande que, pela primeira vez, o Governo colocou 100 milhões e os Parlamentares reduziram esses recursos para R$90 milhões. Ainda assim, o Governo está falando em cortes.

Essa tentativa do Governo de ir levando em fogo lento o sistema de transposição de desnível do Tucuruí trará resultados desastrosos. Haverá custos adicionais decorrentes da desmobilização seguida de remobilização futura, da manutenção e guarda e da ociosidade das instalações já implantadas, da perda de serviços de escavações e terraplanagem já executados no canal intermediário e nas eclusas e perda de sinergia criada pela simultaneidade das obras da hidroelétrica da transposição.

Portanto, Sr. Presidente, o atraso que está sendo imposto à construção das eclusas de Turucuí é uma irresponsabilidade deste Governo. E digo mais: essa atitude traz em seu bojo uma ilegalidade flagrante. O Código de Águas, em vigor desde 1934, exige que o responsável pelo barramento de um rio navegável restabeleça as suas condições originais, inclusive em relação à sua fauna. Baseado nesse argumento, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, também do meu Estado, ingressaram com uma representação junto ao Ministério Público contra as Centrais Elétricas do Norte do Brasil buscando obrigar o Governo a concluir as obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí no mesmo prazo da duplicação da usina, prevista para 2002.

A argumentação utilizada por essas entidades na representação junto ao Ministério Público contra a Eletronorte – argumentação com a qual concordo inteiramente – está baseada no Código de Águas, considera que o uso das águas públicas não pode prejudicar a navegação.

Sei que a culpa não é da Eletronorte. A culpa é do Governo Fernando Henrique, mas não há contra quem representar senão contra quem está responsável pela execução da hidrelétrica, que, no caso, é a Eletronorte.

Também uma portaria da antiga Sudepe, hoje encampada pelo Ibama, determina a obrigatoriedade de se construir uma escadaria na barragem para a subida dos peixes à montante do rio à época da desova, o que ocorre apenas nas cabeceiras do rio. Portanto, o Governo, além de estar atrapalhando o desenvolvimento da região ao retardar a execução do projeto que permitirá a navegação e o escoamento da produção agrícola, só para citar um exemplo, está também cometendo um crime ambiental – um péssimo exemplo. É a velha prática autoritária do "faça o que mando, mas não faça o que eu faço".

É de significativa importância essa representação feita pela OAB e pelo CREA do Pará. É a sociedade civil cobrando dos governantes aquilo que é correto e de direito. Esperamos que o Ministério Público, que tem procurado ouvir as autoridades do Poder Executivo estadual e federal, não demore a decidir sobre o ajuizamento da ação contra a Eletronorte.

É preciso também, Sr. Presidente, que haja pressão desta Casa para que o Governo não venha a contingenciar os recursos alocados no Orçamento Geral da União para 2001 para que as obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins, especialmente para a conclusão das reclusas de Tucuruí, além de alocar mais recursos, possibilitando que, de fato, se conclua a obra no mesmo prazo em que se pretende concluir a segunda etapa de Tucuruí.

Para finalizar, comunico que estou apresentando um requerimento de informações ao Ministro dos Transportes com o objetivo de conhecer o cronograma atual para realização da obra das eclusas de Tucuruí e mensurar a prioridade que o Governo pretende dar daqui para frente ao assunto. Além disso, quero saber com exatidão o que já foi gasto e o que se projeta gastar para a sua conclusão.

Acredito, Srs. Senadores, que precisamos unir forças para evitar um desastroso adiamento da implantação do corredor Araguaia-Tocantins, o que trará danosas conseqüências à economia e ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste e da Amazônia Oriental.

Faço um especial apelo à Bancada do Pará no Congresso Nacional. Mas não só à bancada do Pará, pois a hidrovia Araguaia-Tocantins atende interesses de quatro Estados brasileiros – Pará, Goiás, Mato Grosso e Tocantins – e une três grandes rios da nação – o Rio das Mortes, o Rio Araguaia e o Tocantins –, permitindo o transporte de toda a produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro.

Portanto, é necessária ampla mobilização em favor da dotação orçamentária, exigindo-se uma condução técnica e economicamente séria da implantação do sistema de transposição do desnível de Tucuruí. Essa obra é de essencial importância para a nossa região e para o nosso país.

Para dirimir todas as dúvidas sobre a matéria, quero que o Governo informe de maneira clara ao Congresso Nacional e à sociedade as seguintes questões.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos art. 215, I, **a** e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro dos Transportes Eliseu Lemos Padilha as seguintes informações sobre a construção das eclusas de Tucuruí:

1) Qual foi o custo, em dólar, previsto para a construção das eclusas de Tucuruí e seus canais à época da elaboração do projeto original, quando ainda estava em construção a primeira fase da hidrelétrica de Tucuruí? Quero que o Governo confirme se o valor previsto era de US$45 milhões e hoje, devido aos atrasos e às irresponsabilidades, estamos chegando ao custo de US$200 milhões.

2) Por que as eclusas de Tucuruí não foram construídas junto com a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí, como inicialmente previsto?

3) Quanto foi gasto para manter o fechamento das comportas durante o período da não-construção das eclusas e na construção da parede de concreto que substituiu o fechamento móvel das comportas em função do seu desgaste? Senador Jefferson Péres, chegou-se ao absurdo de, devido ao desgaste das comportas previstas para serem retiradas na conclusão das eclusas, construir uma parede de concreto de mais de dois metros de extensão, que será quebrada no momento em que as eclusas forem feitas.

Em relação ao cronograma de execução da obra de construção das eclusas de Tucuruí, solicita-se informações detalhadas sobre:

4) Qual o cronograma inicial de execução da obra e os custos totais previstos, considerando que desde o ano de 1996 foram alocados recursos no Orçamento Geral da União para esse fim? Quem alocou esses recursos foi a Bancada do Pará e não o Governo Federal. Pela primeira vez, o Governo Federal está injetando recursos próprios, mesmo após promessa do Presidente, feita em palanque, em 1998, e não cumprida até hoje.

– Qual é o cronograma atual para a execução da obra?

– Em que fase está a execução da obra e quanto tempo falta, de fato, para o seu término?

– Quanto foi gasto na execução da obra, desde o seu início até o ano de 2000? Discriminar ano a ano.

– Quanto será necessário para a sua conclusão?

Quero, também, que sejam identificadas as empresas contratadas para a execução da obra das eclusas de Tucuruí e que me seja enviada cópia da íntegra dos contratos.

Como o Governo é obrigado a responder a esta Casa, poderemos dirimir todas as dúvidas e mostrar à opinião pública que o Governo está escondendo a verdade e não está cumprindo os seus compromissos. Esperamos, dessa forma, forçar o Governo a alocar mais recursos, acelerar a obra para que ela seja concluída juntamente com a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí.

Em próxima sessão, tratarei de assunto relacionado a esse, a privatização da hidrelétrica de Tucuruí, também ligado à questão da hidrovia Araguaia-Tocantins.

Era essa a manifestação que desejava fazer. Agradeço à Presidência pela tolerância do tempo ultrapassado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2001

(Do Sr. Senador **Ademir Andrade**)

Solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a construção das Eclusas de Tucuruí.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, **a** e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha, as seguintes informações sobre a construção das eclusas de Tucuruí:

1) Qual foi o custo, em dólar, previsto para a construção das eclusas de Tucuruí e seus canais quando da elaboração do projeto original, quando ainda estava em construção a primeira fase da Usina Hidrelétrica de Tucuruí?

2) Porque as eclusas de Tucuruí não foram construídas junto com a obra da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, como inicialmente previsto?

3) Quanto foi gasto: **a**) para manter o fechamento das comportas durante o período da não construção das eclusas? **b**) na construção da parede de concreto que substituiu o fechamento móvel das comportas, em função do seu desgaste?

4) Em relação ao cronograma de execução da obra de construção das eclusas de Tucuruí, solicita-se informações detalhadas sobre:

_ Qual o cronograma inicial de execução da obra e os custos totais previstos, considerando que desde o ano de 1996 foram alocados recursos no Orçamento Geral da União para este fim?

_ Qual é o cronograma atual para a execução da obra?

_ Em que fase está a execução da obra e quanto tempo falta, de fato, para o seu término?

_ Quanto foi gasto na execução da obra, desde o seu início até o ano de 2000? Discriminar ano a ano.

_ Quanto será necessário para a sua conclusão?

5) Identificar a(s) empresa(s) contratada(s) para a execução da obra das eclusas de Tucuruí? Enviar cópia da íntegra do(s) contrato(s).

Justificação

A hidrovia "Araguaia Tocantins" é uma obra de grande importância para o desenvolvimento do País, especialmente para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Quando ainda estava em construção a hidrelétrica de Tucuruí, foi planejado também a construção das eclusas de Tucuruí. Naquela época a obra representava um valor muito menor do que hoje representa a sua construção. Porém, o Governo realizou a construção da hidrelétrica de Tucuruí atendendo, principalmente, aos interesses das indústrias de eletrointensivo e aos grandes projetos instalados na região, abandonando, naquele momento, a construção da hidrovia e das eclusas, desconsiderando a sua importância estratégica para o nosso desenvolvimento.

O atraso na construção das eclusas de Tucuruí tem gerado custos adicionais e desperdício do dinheiro público. Só para tomar como exemplo, há 5 anos foi feita uma barreira de concreto, com custos altíssimos, para conter as águas do rio, considerando que as comportas já estavam deterioradas. Com a construção das eclusas essa barreira será destruída.

Os sucessivos atrasos no cronograma de construção das eclusas de Tucuruí, além de retardar os benefícios que a obra possibilitará ao País, representa um aumento de custos para sua construção, sobretudo por seguir ritmo descompassado em relação a construção da segunda fase da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Em que pese as promessas do governo federal de concluir as eclusas no mesmo tempo em que se conclua a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, inclusive promessas feitas em palanque pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no período da reeleição, o cronograma de desembolso para a realização da obra vem sofrendo atrasos brutais e neste ano de 2000 a obra permaneceu praticamente paralisada. Os recursos previstos no Orçamento para 2001, de 100 milhões de reais, representa o valor que foi previsto para o ano de 2000, que não foi liberado.

Portanto, o presente pedido de informação tem como objetivo, além de saber o que já foi gasto e o que se pretende gastar com a obra, conhecer o cronograma atual para sua realização e mensurar a prioridade que o governo pretende dar daqui para a frente.

Sala das Sessões, Senador **Ademir Andrade.**

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2001

Requeiro, na forma regimental, a aprovação de moção de pesar pela morte do Prefeito Municipal de Senador Guiomard, Acre, Manoel Gomes Socorro da Silva, ocorrida na última quarta-feira.

Requeiro, ainda, que seja dada ciência dessa manifestação do Senado Federal à família do extinto e à comunidade enlutada, por meio de seus representantes na Câmara Municipal de Senador Guiomard.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2001. – Senador **Nabor Junior.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior para encaminhar a votação.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com grande pesar que registro, da tribuna do Senado Federal, o falecimento do Prefeito Manoel Gomes Socorro da Silva, ocorrido na última quarta-feira, dia 31 de janeiro, em sua cidade, Senador Guiomard, no Acre.

Manoel Gomes, nome pelo qual era particularmente conhecido por todos os seus munícipes, exerceu o primeiro mandato de Prefeito até o dia 31 de dezembro último, e, logo em seguida, assumiu o segundo mandato, em decorrência da sua reeleição para aquele cargo. E o fato de ter sido reeleito Prefeito de um importante município do meu Estado, distante 25 quilômetros da capital, Rio Branco, demonstra o reconhecimento e a aprovação ao seu desempenho no cargo, no período de 1997 a 2000.

Manoel Gomes Socorro da Silva era advogado militante no Município de Senador Guiomard. Homem de índole totalmente afeita ao diálogo, tranqüilo, não tinha inimigos políticos; em toda a sua vida, dedicou-se, basicamente, à sua profissão de advogado e às suas responsabilidades como Prefeito de Senador Guiomard, sem prejuízo de ser um extremado chefe de família.

Por isso, todos lamentamos vê-lo, de repente, colhido – ainda relativamente moço – pelo fulminante infarto do miocárdio, que ocasionou o seu óbito.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero deixar consignadas as minhas sentidas condolências à família enlutada, ao povo generoso de Senador Guiomard e a todos aqueles que desfrutavam do convívio e da amizade do Prefeito Manoel Gomes Socorro da Silva. E, em respeito a seu talento e sua dedicação às causas do povo, requeri à Mesa que fosse consignado nos Anais do Senado Federal um voto de profundo pesar por esse infausto acontecimento e que fossem transmitidos à família enlutada e ao povo de Senador Guiomard, por intermédio da Câmara Municipal, os sentimentos de pesar do Senado Federal.

O Sr. Júlio Eduardo (Bloco/PV – AC) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Júlio Eduardo, com muito prazer.

O Sr. Júlio Eduardo (Bloco/PV – AC) – Agradeço pela sua consideração, Senador Nabor Júnior. O Prefeito Manoel Gomes que, com sua reeleição, comprovou sua aceitação popular, visto que não existe atestado maior do que esse, sempre teve uma conduta política serena. Levou o desenvolvimento a Senador Guiomard e teve uma inserção popular muito grande. Foi nosso parceiro na Frente Popular do Acre no seu primeiro mandato, o que foi muito importante para que o nosso projeto caminhasse e crescesse no Estado. Mesmo que estivesse em São Paulo, na porta do Incor, o episódio não teria outro desfecho. E essa situação é decorrência de uma história tristemente amazônica, o fato de ser portador de cirrose hepática, devido à hepatite B, doença endêmica no nosso Norte. A cirrose, por todas as alterações que causa, leva a uma instabilidade circulatória que faz com que os portadores dessa doença fiquem mais sensíveis às alterações miocárdicas e, portanto, candidatos mais prováveis ao infarto. Esses fatores serviram para que esta doença endêmica, a hepatite, levasse precocemente uma pessoa com qualificação profissional honrada, uma importante aceitação popular – razão de sua carreira política –, aos patamares superiores do Universo. Solidarizo-me, portanto, com a manifestação de pesar de V. Exª, reafirmando que o Estado do Acre perde um político sereno, que certamente teria um grande futuro. Porém, seu exemplo servirá para a classe política local. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a interferência de V. Exª no meu modesto pronunciamento, para emprestar a sua solidariedade, o seu pesar, pelo prematuro falecimento do Prefeito Manoel da Gomes da Silva, que integrava os quadros do Partido da Frente Liberal e também a coligação MDA – Movimento Democrático Acreano, bandeira hoje levantada em conjunto por meu meu Partido, o PMDB, pelo PPB e pelo PFL.

Fica, então, aqui, Sr. Presidente, o registro do falecimento do Prefeito do Município de Senador Guiomard, no Estado do Acre, Manoel Gomes Socorro da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

As Srªs. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa providenciará o envio do voto de pesar solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2001

Requero nos termos do disposto no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Votos de Pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Tartarugalzinho, no Estado do Amapá, Senhor Adelino Gurjão, ocorrido no dia 20 de janeiro último.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Mesa cumprirá a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2001

Solicita informações ao Ministro dos Transportes, sobre a construção das eclusas de Tucuruí.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, **a** e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha, as seguintes informações sobre a construção das eclusas de Tucuruí:

1) Qual foi o custo, em dólar, previsto para a construção das eclusas de Tucuruí e seus canais quando da elaboração do projeto original, quando ainda estava em construção a primeira fase da Usina Hidrelétrica de Tucuruí?

2) Porque as eclusas de Tucuruí não foram construídas junto com a obra da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, como inicialmente previsto?

3) Quanto foi gasto: **a**) para manter o fechamento das comportas durante o período da não-construção das eclusas? **b**) na construção da parede de concreto que substituiu o fechamento móvel das comportas, em função do seu desgaste?

4) Em relação ao cronograma de execução da obra de construção das eclusas de Tucuruí, solicita-se informações detalhadas sobre:

– Qual o cronograma inicial de execução da obra e os custos totais previstos, considerando que desde o ano de 1996 foram alocados recursos no Orçamento Geral da União para este fim?

– Qual é o cronograma atual para a execução da obra?

– Em que fase está a execução da obra e quanto tempo falta, de fato, para o seu término?

– Quanto foi gasto na execução da obra, desde o seu início até o ano de 2000? Discriminar ano a ano.

– Quanto será necessário para a sua conclusão?

5) Identificar a(s) empresa(s) contratada(s) para a execução da obra das eclusas de Tucuruí. Enviar cópia da íntegra do(s) contrato(s).

Justificação

A hidrovia "Araguaia–Tocantins" é uma obra de grande importância para o desenvolvimento do País, especialmente para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Quando ainda estava em construção a hidrelétrica de Tucuruí, foi planejado também a construção das eclusas de Tucuruí. Naquela época a obra representava um valor muito menor do que hoje representa a sua construção. Porém, o Governo realizou a construção da hidrelétrica de Tucuruí atendendo, principalmente, aos interesses das indústrias de eletrointensivo e aos grandes projetos instalados na região, abandonando, naquele momento, a construção da hidrovia e das eclusas, desconsiderando a sua importância estratégica para o nosso desenvolvimento.

O atraso na construção das eclusas de Tucuruí tem gerado custos adicionais e desperdício do dinheiro público. Só para tomar como exemplo, há 5 anos foi feita uma barreira de concreto, com custos altíssimos, para conter as águas do rio, considerando que as comportas já estavam deterioradas. Com a construção das eclusas essa barreira será destruída.

Os sucessivos atrasos no cronograma de construção das eclusas de Tucuruí, além de retardar os benefícios que a obra possibilitará ao País, representa um aumento de custos para sua construção, sobretudo por seguir ritmo descompassado em relação à construção da segunda fase da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Em que pese as promessas do Governo Federal de concluir as eclusas no mesmo tempo em que se conclua a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, inclusive promessas feitas em palanque pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no período da reeleição, o cronograma de desembolso para a realização da obra vem sofrendo atrasos brutais e neste ano de 2000 a obra permaneceu praticamente paralisada. Os recursos previstos no Orçamento para 2001, de 100 milhões de reais, representa o valor que foi previsto para o ano de 2000, que não foi liberado.

Portanto, o presente pedido de informação tem como objetivo, além de saber o que já foi gasto e o que se pretende gastar com a obra, conhecer o cronograma atual para sua realização e mensurar a prioridade que o Governo pretende dar daqui para a frente.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2001. – Senador **Ademir Andrade**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Eduardo. S. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, investido da condição de Senador da República, foi-me favorecida a oportunidade de, nesse período de recesso parlamentar, fazer uma verdadeira caravana por Estados das várias regiões do nosso País, cumprindo o meu dever como representante do Partido Verde no Senado.

Essa caravana permitiu-nos mapear a situação atual do Partido Verde, que conseguiu, nas últimas eleições municipais, ampliar os votos verdes do País em dez vezes. O PV é ainda um Partido pequeno, de grandes idéias, e tem apresentado um crescimento que tem de ser observado, administrado, com vistas a uma inserção cada vez maior na sociedade brasileira, na participação da discussão política do País.

Tive a oportunidade de, em todas as regiões, aceitar convites para infelizmente presenciar uma série de crimes ambientais cometidos sob várias formas e em vários lugares – citarei alguns exemplos a seguir. No entanto, também tive o grande prazer de visitar parlamentares e prefeitos eleitos pelo Partido Verde. Por exemplo, fui à cidade de Goiás Velho, onde vereadores verdes foram eleitos e hoje são parceiros consistentes e combativos na luta para que esse município goiano receba definitivamente o título de tombamento pelo patrimônio da humanidade.

No campo dos crimes e problemas ambientais, os exemplos que trago se iniciam por um município do Rio Grande do Norte, o Município de Macau, especificamente a comunidade de Diogo Lopes. Nessa região costeira, um crime ambiental de grandes proporções levando-se em conta as características produtivas da região vem acontecendo. Com inacreditável ousadia, os devastadores chegaram ao ponto de fazer uma queimada em seis hectares de manguezal. Já tínhamos observado vários tipos de agressões à vegetação costeira, mas nunca imaginamos que pudessem queimar uma área de manguezal, uma área de preservação permanente, onde, dadas as suas características, não seria viável projeto de qualquer outra forma de produção.

Chegando a Diogo Lopes, tive o prazer de conhecer o Prefeito de Macau, José Antônio. Trata-se de um prefeito do PMDB que me impressionou pela qualidade de sua formação profissional e também pela sua inserção social. Participei, juntamente com o Prefeito José Antônio, alguns vereadores e secretários municipais, de uma reunião na qual discutimos a possibilidade de uma ação conjunta, ampla, suprapartidária, para conseguir o impedimento desse tipo de atitude criminosa – tratamento que todos os casos ligados a agressões ao meio ambiente deveriam ter.

Essa não é uma incumbência do Partido Verde, mas de toda a sociedade e de toda a classe política. Com esse convite recebido, enquanto participávamos de uma reunião da Executiva Nacional do Partido Verde em Natal, para lá nos dirigimos a fim de reforçar o poder local nas suas ações. Assim também foi feito em várias regiões do País. Nessa área do Município de Macau, também tive o prazer de conhecer o trabalho do Pe. Antônio Murilo, que consegue levar a sociedade a discussões evolutivas. Impressionou-me o nível de consciência que essa comunidade extrativista, pesqueira, demonstrou na discussão que promovemos no local. Pudemos verificar, in loco, o tipo de agressão ao meio ambiente. E lá acabei recebendo um título – talvez não muito condizente com o cargo que ocupo – que me foi dado com muito carinho pela comunidade: Senador Caranguejeiro.

Neste momento, eu gostaria de registrar meu agradecimento ao Dr. Hamilton Casara, atual Superintendente do Ibama, que, de uma maneira pronta e imediata, fez com que a fiscalização daquele órgão agisse no Estado do Rio Grande do Norte no sentido de ajudar no embargo e impedir que esses crimes continuassem. Sei que o que aconteceu no Município de Macau, infelizmente, não é um fato isolado, mas tenho certeza de que todas as comunidades organizadas poderão estar monitorando o seu meio ambiente e realizando ações para fazer com que esse exemplo se irradie.

Trago esse exemplo da participação que tive a convite da comunidade e onde pude, de alguma forma, contribuir. Espero que ele possa ser difundido para que outras comunidades se sintam encorajadas a participar da defesa do meio ambiente.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – V. Exª está-se referindo a um assunto inerente ao meu Estado e citou uma agressão ao meio ambiente. Eu gostaria de saber, no contraponto, o que adviria dessa queimada nos manguezais. Porque, por trás disso, deve estar um projeto econômico, e, no equilíbrio de um ecossistema, temos de levar em consideração que a figura mais proeminente é o homem em si. É importante, então, que se promovam o equilíbrio ecológico e a preservação do meio ambiente, levando em consideração também a tentativa de sempre melhorar a qualidade de vida do povo nordestino.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Agradeço a V. Exª pelo aparte. Tenho em mãos, inclusive, um relatório da devastação do meio ambiente nas áreas das comunidades de Diogo Lopes e Barreiras, documento esse que solicito à Mesa que seja considerado como lido e incluído neste pronunciamento. Essa preocupação de V. Exª é a preocupação de todos nós. Não somos preservacionistas por si só. Mas, neste caso específico, temos algumas considerações. Primeiramente, a área de manguezal é uma área de preservação permanente, sendo assim, não existe nenhum projeto que possa ser mais importante do que isso.

Do que pude observar, com o meu pouco conhecimento sobre a região, no próprio Município existem outras áreas que poderiam sediar projetos como o da carcinicultura ou outros projetos importantes para a região. Até porque Macau foi um Município de destaque nacional na produção salineira – produção que está em decadência – e essas áreas de salina poderiam, inclusive, ser utilizadas. Dentro do Município identificamos outras áreas onde poderiam acontecer projetos como esse da carcinicultura, mas não precisaria ser numa área de manguezal, como vinha acontecendo. Neste caso, fica aberta uma discussão que considero fundamental.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Permite-me V. Exª mais um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Pois não.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – V. Exª falou que a indústria salineira está decadente, mas ela não pode ser substituída por uma outra atividade econômica porque o Brasil inteiro prescinde do sal que é produzido no Rio Grande do Norte, único Estado brasileiro que tem condições climáticas favoráveis para produzir toda a necessidade do País. O manguezal não é um ecossistema que esteja em extinção, ao contrário, todo o nosso litoral é beneficiado pelos manguezais, constituindo-se numa beleza a parte na nossa região. Mas acredito, sim, que poderia muito bem ser cedido um pouco dos manguezais para a prática de qualquer atividade econômica que pudesse melhorar a renda dos habitantes da região, sem comprometer os manguezais da nossa terra.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Agradeço a contribuição de V. Exª, mas manifesto a minha total discordância com esse argumento, visto que, por ser um sistema extremamente frágil, a destruição dos manguezais é de difícil solução.

Trago outro exemplo importante a esta Casa. Visitei, no Rio de Janeiro, o aterro sanitário de Gramacho, no Município de Duque de Caxias, com capacidade para 130 hectares de lixo e que recebe, por dia, 9 mil toneladas de lixo produzido pelo Estado do Rio de Janeiro e pelas regiões afins que não têm outra área preparada para esse destino. Conheci a área e as tecnologias empregadas para administrar o difícil destino de resíduos sólidos e pude identificar que esse crime ambiental continuado, que se iniciou em 1976, acontece às margens da Baía de Guanabara, margeada por dois rios importantes da região. Uma área dessa dimensão e com a quantidade de lixo que recebe diariamente já sofreu fissura, o que poderia, na sua continuidade, impedir a desembocadura desses dois rios e causar uma situação de calamidade para a região circunjacente.

Vários foram os protocolos de intenção no sentido de definir um limite para esse tipo de ação que vem sendo realizada nesse aterro sanitário, mas também muitas transações vêm sendo tentadas, de uma maneira que considero inconseqüente, no sentido da prorrogação desse problema. O problema do lixo é um problema sério, complexo, que exige investimentos de menor ou maior monta. Mas apenas deixar o lixo longe dos olhos não é uma solução, o problema se agrava dia a dia.

No Rio de Janeiro, também pude visitar a Companhia Estadual de Gás, onde fui recebido pelo seu Diretor Manuel Pino e o seu assessor Olavo Rufino. Observei como vem sendo utilizado, de forma cada vez mais ampliada, o gás natural. Tenho certeza de que, dentro dos modelos de produção energética que existem no Brasil e no mundo, o gás natural é uma de suas formas menos poluentes. E, no nosso País, há uma condição de excelência na produção de gás natural, mas, infelizmente, na sua imensa maioria, vem sendo só queimada na atmosfera. Fiquei feliz em ver que temos projetos que hoje caminham no sentido de diminuir a emissão de gás de efeito estufa no nosso País.

Participei ainda da assinatura do convênio entre a Petrobrás e o Governo do Rio de Janeiro com o objetivo da prevenção e combate do vazamento de óleo na Baía de Guanabara e outras regiões das plataformas.

Em São Paulo, tive a honra de participar do aniversário do Município. Inclusive, deixo aqui registrado o meu elogio pela recuperação dos lampiões do pátio do colégio, que agora funcionam com gás natural, demonstrando como a tradição pode estar aliada a situações atuais – forma inteligente de administrar os

recursos energéticos. Com isso, agradeço o convite do Dr. Luís Awazo, assessor da companhia de gás local, que me proporcionou essa oportunidade.

Em São Bernardo do Campo, São Paulo, participei da posse do Presidente Nacional do Partido Verde, Dr. Luiz Penna, como assessor do prefeito. Também participei de uma reunião com os parlamentares verdes paulistas, que conseguiram, naquele Estado, na última eleição, um milhão de votos.

Em Belo Horizonte, participei do primeiro encontro dos verdes de Minas Gerais, com a presença de prefeitos e parlamentares eleitos. Discutimos forma de atuação conjunta, definimos projetos ambientais importantes para a região e, com isso, ampliamos a forma verde de agir e a atuação política. Com certeza, houve uma troca que foi muito produtiva, para que, em Minas Gerais, também, o Partido Verde cresça.

Trouxe exemplos que pude vivenciar, oferecidos pela condição de estar aqui, no Senado da República. Esses exemplos setoriais são importantes para imaginarmos a situação do País como um todo.

Em todas as regiões por onde andei, por meio de conversas, discussões com pessoas dos mais variados níveis sociais, pude observar uma sociedade que se sente um pouco órfã de classe política. Mais do que eu gostaria, fui chamado para opinar e conversar sobre a situação da disputa pela Presidência no Senado Federal. A sociedade sente-se órfã porque não pode participar do debate, visto que programas não foram apresentados, a disputa acontece em nível de acusações mútuas e, com isso, não se define uma plataforma, um perfil de quem seria ideal para presidir o Senado e o Congresso Nacional.

Essa discussão foi inclusive vivenciada em regiões de centros urbanos e até em regiões rurais. Nesse sentido, quero aqui elogiar a iniciativa do Bloco de Oposição nesta Casa, que, demonstrando competência política e compromisso com a sociedade, apresenta a candidatura do Senador Jefferson Péres. S. Exª, além de ser de uma pessoa preparada, qualificada para presidir esta Casa, apresenta uma plataforma. Essa era uma cobrança que a sociedade vinha fazendo e que o Bloco da Oposição conseguiu empreender de maneira elogiável. Tenho certeza de que, assim, os Partidos que compõem o Bloco da Oposição reafirmam, mais uma vez, o seu compromisso com a sociedade e com o povo que nos elegeu.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer no momento.

Muito obrigado pela atenção.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JÚLIO EDUARDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

RELATÓRIO DA DEVASTAÇÃO AO
MEIO AMBIENTE NA ÁREA DAS COMUNIDADES
DE DIOGO LOPES E BARREIRAS

Objetivo:

O presente relatório visa apresentar a sociedade o processo de devastação nos manguezais de Diogo Lopes, distrito do Município de Macau/RN, reivindicar do Governo do Rio Grande do Norte uma intervenção dos órgãos ligados à defesa do meio ambiente, mobilizar a comunidade local, para que se impeça de uma vez por todas a destruição desse ecossistema vital para a nossa população.

Histórico:

Município de Macau

Conforme trabalho realizado pelo censo demográfico de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, a população de Macau em 1990, era de 25.925 habitantes, sendo a maioria (75,80%) residente na zona urbana e 24,20% na zona rural. Em 1996, o índice baixou para 24.378 habitantes, passando os residentes na zona urbana ao total de 76,20% e na zona rural 23,80%. Desta população, 11.893 são homens e 12.485 são mulheres, 48,78% e 51,22% respectivamente (Contagem Populacional de 1996 – IBGE). A sua densidade demográfica é de 34,66 habitantes/km^2 e a população municipal apresenta um crescimento negativo, havendo uma predominância de jovens entre 0 e 29 anos.

A base econômica do município é a exploração do sal, além da exportação deste produto industrializado, é formada, também pela exploração do petróleo e por extensa área de manguezais e litoral, onde os pescadores desenvolvem a pesca de peixes, crustáceos e moluscos. Deste ecossistema onde o mangue tem importância fundamental, retiram o seu sustento sem depredações as marisqueiras, pescadores de caranguejos de peixes e de outras espécies, sendo beneficiadas diretamente nesta atividade centenas de famílias e indiretamente outros tantos, podemos afirmar que a maior base econômica do distrito de Diogo Lopes é a pesca artesanal, destacando-se as espécies de voador, sardinhas, tainha e outros, tendo a maioria destas espécies o mangue como seu berçário natural.

Apesar deste potencial não há uma política de desenvolvimento para este setor. Os pescadores artesanais enfrentam diversas dificuldades como: falta de incentivo governamental (subsídios e projetos), pesca predatória, que exercida por pescadores e empresas de pesca atinge a reprodução das espécies, áreas de pesca privatizadas pelas empresas salineiras, agressões ao meio-ambiente, falta de beneficiamento do pescado que o valorize e mais recentemente o desenfreado investimento na carcinocultura

que sem nenhum cuidado ao ambiente vem ameaçando as populações nativas e o seu meio de sobrevivência.

A natureza da região costeira do Rio Grande do Norte, especialmente no distrito de Diogo Lopes, município de Macau, vem ultimamente sofrendo incontáveis agressões que comprometem todo o ecossistema marinho e fluvial da região, pois os manguezais entrecortado por braços de mar constitui num berçário natural onde ocorre a reprodução de inúmeras espécies marinhas, responsáveis pelo sustento de centenas de famílias que tem na atividade pesqueira e marisqueira sua única fonte de renda.

A carcinocultura tem se constituído nos últimos anos no Rio Grande do Norte como uma das cadeias produtivas de grande valor econômico e de interesse relevante no mercado internacional ocasionando uma corrida desenfreada aos manguezais de todo o Estado.

Sabemos do que já ocorreu no litoral oriental do RN, quando praticamente todos os manguezais foram privatizados e invadidos por grupos econômicos, cercados e explorados de forma predatória pondo fim a atividade pesqueira. Como exemplo podemos citar a morte dos caranguejos de Canguaretama e a instalação de quase treze quilômetros de cerca que impedem a entrada de pescadores nos manguezais. Caranguejos e pescadores são animais em extinção no Rio Grande do Norte.

Alguns grupos interessados na carcinocultura ainda não perceberam a importância da defesa do ecossistema local para a proteção do seu próprio investimento, e para sua continuidade futura. Se destrói os mangues e rios não haverá mais camarão no futuro.

Senão vejamos os fatos:

a) Na área salineira de Soraya Honório, recentemente arrendada com o propósito de criação de camarões, segundo o pescador Marigildo Montenegro foi jogado material químico nas gamboas do rio tubarão que acarretou na morte de diversas espécies de peixes, siris e mariscos.

b) Na Ilha dos Cavalos, encravada dentro do manguezal, um grupo de trabalhadores liderados por Eronildes Torres da Silva, , devastou e ateou fogo nos mangues, além de haver escavado valas, que segundo os cálculos dos fiscais do IBAMA a área atingida foi de aproximadamente 60.000 m^2 esta ação teve início por volta do mês de novembro, porém por ser dentro do manguezal, a comunidade só tomou conhecimento no dia 27 de dezembro de 2000. Segundo esses mesmos trabalhadores, o serviço pertence a uma pessoa conhecida como Chico Goiano.

c) O Sr. Severino Ramos Viegas Pereira realizou escavações no seu terreno, retirando as dunas e parte desta areia foi jogada no rio tubarão próximo ao manguezal.

d) Em Barreiras distrito de Macau/RN, está sendo removidas dunas e se construindo paredões de areia para contenção de água do rio tubarão, os mesmos se estendem próximo ao manguezal. Durante este processo foi derrubado mais de 30 pés de coqueiros.

e) As pessoas físicas e jurídicas aqui instaladas o fizeram sem licença ambiental e os poderes constituídos não exigiram dos mesmos nenhum estudo de impacto ambiental.

Desenvolvimento:

O que está ocorrendo no distrito de Diogo Lopes, Município de Macau/RN é um verdadeiro desrespeito à Constituição Brasileira, em artigo 225 que prevê que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações".

Os agressores parecem não saber que "quem autorizar aterros em manguezais, quem fizer o transporte de materiais para os manguezais, quem ocupar as dunas, retirar areias, já cria uma situação de perigo para esses bens ambientais. A Lei Federal Nº 7.803/1989, dando nova redação ao art. 15 da Lei Nº 6.938/1981 quer prevenir o dano e pune esses crimes com dois a quatro anos de reclusão (Machado, 1991).

Os depredadores dos manguezais de Diogo Lopes estão também confrontando e desrespeitando o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte que baseia sua estratégia no conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como "o processo de mudança e elevação das oportunidades sociais que compatibilize, no tempo e no espaço, o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e da eqüidade social".

Além disso esses agressores da natureza passaram por cima do art. 145 da Lei Orgânica do Município de Macau que diz: "Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e a comunidade, o dever de defendê-lo, harmonizando-o racionalmente com as necessidades do desenvolvimento socioeconômico no município".

O que foi feito

– No dia 27 de dezembro de 2000, a diretoria da ADECODIL (Associação de Desenvolvimento Comunitário de Diogo Lopes), fez uma visita no local, depois de receber denúncias de pescadores de que a área da Ilha dos Cavalos estava sendo devastada. Foi constatado que realmente a área havia sofrido séria devastação seguida de queimadas (Conforme fotos em anexo).

– No dia 28 de dezembro de 2000 a Colônia de Pescadores de Diogo Lopes Z-41 denunciou a agressão ambiental ao IDEMA/RN (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente).

– Ainda no dia 28 de dezembro de 2000 a ADECODIL apresentou denúncias à Promotoria Pública e à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Macau/RN.

– Posteriormente à denúncia, no dia 2 de janeiro de 2001, uma comitiva de cerca de 50 moradores da comunidade de Diogo Lopes esteve na ilha para impedir a devastação que já estava em estágio de escavação de valas, quando foi registrado fotograficamente a agressão ambiental.

Em seguida a Prefeitura Municipal de Macau enviou um fiscal, que fez uma notificação de embargo da obra para o trabalhador responsável Eronildes Torres da Silva.

No dia seguinte um fiscal do IBAMA de Mossoró/RN compareceu à região aplicando uma advertência verbal ao Eronildes Torres da Silva.

No dia 10 de janeiro de 2001 uma representação da comunidade, formada por 20 membros denunciou a devastação na imprensa, em especial ao **Diário de Natal** e **Tribuna do Norte** (Conforme anexos). No mesmo dia essa representação foi à Delegacia do Patrimônio da União a fim de obter informações sobre a legalidade da área devastada, apresentando a mesma denúncia. Ainda no mesmo dia a representação foi ao IDEMA/RN, onde apresentou as denúncias, solicitando a esse órgão que a região fosse transformada em área de preservação ambiental. Em seguida a comissão se dirigiu-se ao IBAMA, onde entregou um abaixo-assinado da comunidade reivindicando providências urgentes para impedir a devastação da região e preservação da área.

No dia 13 de janeiro de 2001 a comunidade recebeu a visita do senador Júlio Eduardo (PV/Acre), do prefeito municipal José Antônio Menezes e de representantes da Câmara Municipal de Macau, que visitaram a área com o objetivo de presenciar a devastação. O Senador já tomou medidas cabíveis ao assunto, se propondo a apresentar no Senado a agressão ambiental que está ocorrendo na região.

O que queremos:

Sensibilizar as autoridades competentes, IDEMA/IBAMA, Patrimônio da União, para que possam tomar medidas para garantir a preservação da área; Solicitar ao Ministério Público abertura de um processo contra os agressores do meio ambiente;

– Solicitar ao Governo do Estado, através do IDEMA, uma inspeção ambiental nas empresas já instaladas na área e nas obras que estão em andamento no local;

– Apelar à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte para que se crie uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os danos ambientais aos manguezais do Estado, em especial, o ecossistema de Diogo Lopes;

– Sensibilizar a imprensa e a Opinião Pública para a importância da preservação do mangue e do ecossistema;

– Que não se autorize a construção de viveiros de camarões em áreas de manguezal, quando esses impliquem em desmatamento da vegetação de mangue;

– Que o desenvolvimento da carcinocultura no Estado se dê de forma sustentável, respeitando a natureza, obedecendo aos preceitos da Agenda 21. Conforme o Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN "O desenvolvimento sustentável deve contemplar o homem, em primeiro lugar, suas condições de vida e relações sociais, que são a razão de ser do planejamento e da estratégia de desenvolvimento".

Conclusão:

Com a mobilização desenvolvida pela comunidade de Diogo Lopes a devastação no mangue foi impedida, mesmo estando evidente que outros projetos estão sendo desenvolvidos à margem da estrada do distrito de Barreiras, com destruição de dunas e aterramento do rio Tubarão para construção de paredes de retenção de águas.

Mesmo com toda a fiscalização da comunidade o risco da continuação da devastação é eminente e preocupante, devido a área ser de grande extensão e de difícil acesso, além de ser uma área distante das sedes nas quais se localizam os órgãos fiscalizadores.

Com este relatório a comunidade de Diogo Lopes e adjacências esperam que os órgãos competentes tomem medidas que proiba definitivamente a devastação do mangue sob qualquer alegação ou para qualquer finalidade.

Diogo Lopes, 20 de janeiro de 2001. _ Associação de Desenv. Comum. De Diogo Lopes _ ADECODIL.

Entidades de apoio e solidariedade a Comunidade:

Colônia de Pescadores Z-41
Fundação A-man-gao
Escola de Artistas de Diogo Lopes
Fundação de Assistência Social Oscar Paulino
Escola Estadual Isolada de Diogo Lopes
Escola Municipal José Ribeiro da Costa
Escola Municipal Luzia Bonifácio de Souza
Escola Municipal Maria da Salete
Centro Social José Arão de Santana
Capela de São Francisco _ Paróquia de Macau
Associação de Mulheres Luiza Gomes
Comissão de Justiça e Paz

Durante o discurso do Sr. Júlio Eduardo, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, ao longo desses dois anos de mandato como Senador pelo Estado de Roraima, tenho feito sucessivas denúncias a respeito da atuação de organizações não-governamentais em todo o Brasil, mais especificamente na Amazônia e no Pantanal. Porém, ressalto a intensidade com que algumas organizações, de maneira muito especial, atuam em relação à questão das reservas indígenas e ecológicas na Amazônia, a ponto de, em alguns Estados, como no meu, áreas pretendidas pela Funai atingirem 57% da área do meu Estado.

As áreas destinadas às reservas ecológicas, aos parques ambientais, parques nacionais e outros, complementam esse quadro, restando, portanto, de área livre para o Estado de Roraima apenas 12% da sua área territorial. Não é diferente no Amazonas, um Estado que tem 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados e que possui atualmente 21% da sua área pretendida apenas para reservas indígenas, fora as reservas ecológicas, ambientais, etc.

Na verdade, se observarmos sob uma luz isenta essa questão, temos que fazer pelo menos alguns comentários. Primeiro: o comando dessas organizações não-governamentais, que hoje dominam as questões indígena e ambiental no País, tendo à frente o **Greenpeace**, a WWF e outras subsidiárias na região, causa realmente algum espanto. Porém, mais do que nessa área ecológica, ambiental, indigenista, de repente, como brasileiros, ficamos muito admirados de ver como os países que dominam o mundo, o chamado G-7 – que nos seus países acabaram com o meio ambiente – continuam produzindo poluição de maneira assustadora, a ponto de países industrializados, como os Estados Unidos, não assinarem e não executarem as decisões da Declaração de Kyoto. Mas, no Brasil, de repente, viraram os patronos, os benfeitores e os zelosos guardiães das nossas florestas, das nossas reservas minerais e dos nossos indígenas. Não vejo esse tipo de cuidado com outros problemas. De repente, em um sistema financeiro e de poder político, nos quais o único idioma é o inglês, essas instituições não-governamentais querem fazer com que os nossos índios continuem falando o tupi-guarani, o macuxi e o wapixana, que não servem nem para eles mesmos se entenderem.

E o mais grave, Sr. Presidente, além dessas instituições que comandam órgãos federais como a Funai e o Ibama, fora dessas áreas institucionais existem organizações que estão atuando à sorrelfa, inclusive comprando terras, conforme denúncias existentes no Pará. Em Roraima, houve a constatação de que uma organização não-governamental, intitulada Amazônia, comprou, de posseiros e ribeirinhos, no sul do meu Estado, uma área equivalente a 172 mil hectares – pelo menos é a área registrada no cartório do Amazonas. É interessante que eles compraram terras em Roraima e foram registrá-las no Estado do Amazonas, fugindo de qualquer tipo de controle dos cartórios do Estado de Roraima.

A Assembléia Legislativa do Estado fez uma CPI, constatou essas irregularidades, denunciou-as, recomendou providências e até hoje nenhuma providência concreta foi de fato tomada por parte do Ministério Público Federal ou Estadual.

Ano passado, apresentamos um requerimento no qual solicitávamos uma CPI das ONGs, justamente para identificar ONGs sérias, que tratam, por exemplo, da questão da criança e do aidético e aquelas que se interessam muito pela biodiversidade da Amazônia, pelos minerais, pela água e que estão camufladas.

Recebi, Sr. Presidente, do Promotor de Justiça Substituto de Roraima, uma correspondência denunciando, claramente, que, na região do Rio Japueri, a Associação Amazônia, ONG dirigida por um argentino e por um italiano, além dos 172 mil hectares que já "comprou" de posseiros, está forçando os moradores que ainda não lhe venderam suas terras a saírem de lá.

Diz S. Sª:

> Sr. Senador,
>
> Apraz-me cumprimentar V. Exª, ao tempo em que, conhecendo seu trabalho em defesa dos interesses da Amazônia, em especial do Estado de Roraima, encaminho cópias de denúncias de ribeirinhos noticiando que a **Associação Amazônia** vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do **Rio Juaperi**, impedindo que os mesmos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.
>
> Na oportunidade, informo que as referidas denúncias ocorreram por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante ao Baixo Rio Branco, período de 13 a 25 de novembro de 2000, e que já foram expedidos ofícios solicitando providências junto à Procuradoria da República e à Polícia Federal no Estado de Roraima.
>
> Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de alto apreço e distinta consideração.
>
> **Ricardo Fontanella**, Promotor de Justiça Substituto.

S. Sª anexa várias declarações dos ribeirinhos a respeito e, por fim, dá notícia de um cidadão francês chamado Cedric de Giraudy Du Grey, portador de visto de turista e passaporte da Comunidade Européia, que estaria filmando na região com equipamento profissional, com certeza para vender seu trabalho às televisões européias e norte-americanas, tirando, portanto, de maneira pirata, uma coisa que poderia, inclusive, render dividendos para aqueles moradores.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres, com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, qual é a titularidade das terras ocupadas por essa ONG? V. Exª disse que essa organização teria comprado as benfeitorias dos posseiros. As terras estão registradas, no Incra, como propriedade dessa ONG? Essas terras são de domínio dessa organização? O que a CPI realmente apurou? Essa ONG exerce atividade econômica na área, ou diz apenas que a utiliza como reserva ambiental? Realmente, não conheço o problema em toda a sua extensão e gostaria que V. Exª me esclarecesse, porque isso nos preocupa, a nós, do Amazonas, tanto quanto aos roraimenses.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Jefferson Péres, a CPI da Assembléia Legislativa do Estado constatou que essa organização apenas registrou os recibos de compra das terras num cartório no Amazonas, mas não o fez no Incra. Portanto, toda a operação foi feita de maneira duvidosa. Não há registro certo, por exemplo, da origem dos recursos para a aquisição dessas terras, assim como a respeito da sua utilização, que, segundo a organização, seria para a preservação do meio ambiente.

É de se admirar, Sr. Senador, que, tendo o Ibama várias reservas ecológicas ambientais em Roraima, essa instituição "compre" terras justamente numa área incluída nos 12% que, como eu falei, restam ao Estado, e, de posse do seu registro, esteja coagindo os moradores, ribeirinhos e extrativistas, que não lhes venderam as suas terras.

Portanto, essa denúncia, feita por um Promotor de Justiça, é muito séria porque se, por um lado, essas instituições forçam o Governo Federal, por intermédio da Funai, do Ibama, etc, a fazer grandes reservas, de maneira a inibir qualquer tipo de desenvolvimento sustentado naquela região, como está na moda dizer, agora, paralelamente, fazem esse tipo de ação nefasta. Há pouco tempo, li no jornal que, de maneira semelhante, foi feita a aquisição de uma gleba enorme no Pará, mas estou, especificamente, trazendo a documentação de uma autoridade com fé pública, um Promotor de Justiça Substituto do Estado, que, ao fazer uma viagem da Jornada da Justiça Itinerante, constatou essa realidade.

Ao registrar mais essa denúncia no Senado, quero pedir ao Governo Federal que tome providências, porque, no âmbito estadual, o Promotor já está começando a fazê-lo. Como o Senado representa os Estados e cuida de lhes dar condições de se defender nessas ações, inclusive no caso de entidades estrangeiras, é preciso que instalemos a CPI das ONGs, o que, infelizmente, não ocorreu no ano passado, para que se façam um raio x e um diagnóstico preciso, regulamentando-se a ação dessas instituições no País.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Complementando, congratulo-me com V. Exª por haver renovado o requerimento de criação da CPI, porque está em tempo de se separar o chamado joio do trigo. Existem ONGs realmente sérias, existem ONGs de picaretageme existem ONGs a serviço de interesses que não sabemos quais são. Creio que a Comissão Parlamentar de Inquérito servirá para fazer essa separação e isso será muito útil para todo o País, mas principalmente para a nossa Região. Parabéns pelo seu novo requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, entendo que a maioria das ONGs que conhecemos é formada por pessoas que têm bons propósitos e preocupam-se com a distribuição justa da riqueza mundial e a preservação do meio ambiente, merecendo o nosso respeito e toda nossa consideração. Exceções existem, é claro, mas, na sua maioria, essas entidades são altamente respeitáveis. No entanto, acredito que alguma delas cometem excessos quanto ao seu conhecimento técnico a respeito de determinadas matérias, ou quanto a sua visão política, como, por exemplo, ocorre com as ONGs que, hoje, manifestam-se contra a implantação da hidrovia Araguaia/Tocantins, ou o asfaltamento da Transamazônica e da Rodovia Santarém/Cuiabá, entre tantas outras obras na Região Norte, na nossa Ama-

zônia. Creio que uma decisão do Governo seria uma forma muito mais simples e fácil de resolver todos esses problemas. Primeiramente, as ONGs deveriam trabalhar nesse sentido, porque, da forma como atuam, terminam tendo contra si toda a sociedade. No momento em que uma organização não-governamental, por melhores propósitos que possa ter, se manifesta contra a conclusão da hidrovia Araguaia/Tocantins, o asfaltamento da Santarém/Cuiabá ou da rodovia Transamazônica, ela coloca contra si todos os moradores da região. As ONGs deveriam somar-se a nós e ao interesse do povo, exigindo do Governo uma posição definitiva sobre as suas questões. Por exemplo: por que no Governo de Fernando Henrique, e em todos os Governos que o antecederam, até hoje não se concluiu a demarcação das terras indígenas? Por que as organizações não-governamentais, assim como nós, não exigem do Governo o cumprimento da determinação Constitucional, para que se demarquem, de uma vez por todas, as reservas indígenas do nosso País, impedindo qualquer tipo de acesso a essas áreas por parte dos exploradores, tanto dos de madeira como dos de minerais, a não ser por consentimento dos próprios índios ou da Funai ou pelo que é permitido por lei? O segundo ponto é o seguinte: se queremos preservar, temos que determinar o que e o quanto preservaremos. Se entendermos que as reservas florestais nacionais existentes são poucas, em primeiro lugar temos que vigiá-las e protegê-las. Além disso, há necessidade de um maior número de funcionários do Ibama para desempenhar tal função, assim como é preciso obter os recursos federais necessários para o efetivo cumprimento da lei. Mas com isso o Governo não a cumpre! Em segundo lugar, se é pouco o que já está preservado, por que não criamos mais reservas florestais? Por que não fazemos um debate sobre a matéria a fim de tornarmos reserva aquilo que essencialmente precisa ser tido como reserva na Amazônia? O Governo – desculpem-me a expressão – age de maneira imbecil e inconseqüente ao modificar leis. Por exemplo, hoje, o proprietário rural tem que preservar 80% de sua propriedade. Nunca vi algo tão idiota e imbecil quanto isso! Como que, em uma área de 500 hectares, 400 hectares serão preservados e apenas 100 hectares poderão ser trabalhados? Então, se existem áreas que precisam ser preservadas, vamos defini-las e não transformá-las em peneiras, a exemplo do que ocorre na Amazônia, onde cada proprietário tira um pedaço de sua área. Isso tem ocorrido até nos assentamentos rurais do Ministério da Reforma Agrária. Num assentamento, o Governo deveria determinar a área comum, que seria preservada e pertenceria a todos os assentados, cabendo a cada um explorar o total de sua área. No entanto, o Governo permite que cada um explore uma parcela e, no final, faz uma peneira na floresta, acabando com a flora, a fauna. O Governo age erradamente, e as organizações internacionais não compreendem qual é a saída. Talvez esses erros ocorram por desconhecimento sobre a matéria e por falta de vivência prática na nossa região. Creio que essas ONGs deveriam se somar aos interesses da sociedade brasileira, do povo trabalhador que vive na Amazônia. O Governo deveria demarcar definitivamente as terras indígenas, preservar as reservas florestais e até ampliá-las se necessário fosse. O Governo não deveria criar essas leis idiotas, que, na verdade, não são respeitadas, como é o caso da recente medida provisória que se transformou em lei e que determina que o proprietário deve preservar 80% da sua área. Ninguém respeita isso. Além do mais, o Ibama não tem condições de fazer essa fiscalização na nossa Amazônia, até porque se trata de um órgão falido, sem recursos e com poucos funcionários. O Governo fala tanto em meio ambiente e não cumpre com suas obrigações! Hoje fiz um discurso sobre as eclusas de Tucuruí. O Governo barrou um rio e não permite a procriação dos peixes, porque os que estão a jusante não podem ir a montante. Faz quinze anos que esse rio foi barrado. No entanto, a lei proíbe o barramento de qualquer curso d'água no nosso País. O Governo descumpriu a lei e até hoje não fez as eclusas de Tucuruí. Penso que as ONGs pecam por excesso, por desconhecimento e por falta de tática e estratégia de luta nos seus propósitos. Ressalvo que os seus propósitos são, na maioria, importantes e merecem nosso respeito. Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Ademir Andrade, defendo a instalação da CPI das ONGs. Concordo com V. Exª no sentido de que a maioria dessas organizações não-governamentais efetivamente tem bons propósitos. Trata-se daquela velha história: quando a esmola é grande o santo desconfia.

Essas organizações, originadas na Inglaterra e na França, financiadas por corporações internacionais, discursam em defesa do meio ambiente e da causa indígena. Inclusive, chegou-se ao ponto de, no Estado de Roraima, a Funasa, um órgão do Ministério da Saúde, fazer um convênio com uma organização não-governamental ao invés de, por exemplo, cele-

brar convênio com o Exército, que há muito está nas regiões de fronteira atendendo àquela população.

Mais longe ainda chegaram essas instituições – e aqui vou citar como exemplos o Cimi e o Sine –, que mobilizaram a população indígena do Município de Uiramutã, na fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, no sentido de que não fosse construído ali um quartel do Exército. Vejam V. Exªs: chegamos a esse ponto! E a Nação, muda e surda, assiste ao avanço dessas instituições.

A parceria com a sociedade civil, com o terceiro setor, deve ser feita de forma que os interesses nacionais e o comando da coisa pública estejam de fato nas mãos do Governo. O Governo não pode abrir mão desse comando e entregá-lo a essas instituições, que, como disse V. Exª, ditam como e o que se deve ou não fazer em determinadas áreas.

Senador Ademir Andrade, debater e discutir a conveniência ou não do que deve ser feito em determinada região é válido, mas entregar a essas instituições o comando da questão ambiental e indigenista do País, coincidentemente na Região Amazônica, é bastante preocupante, principalmente se olharmos o que está ocorrendo na Colômbia. O descaso do Governo colombiano com a sua Amazônia culminou com o domínio do narcotráfico na região e com o surgimento da guerrilha, misturando-se essas duas facções – guerrilha e narcotráfico –, pois dizem os guerrilheiros que não estão envolvidos. Na verdade, naquele país, há uma balbúrdia, inclusive estimulada por países poderosos, os quais hoje estão comandando a Colômbia e amanhã poderão estar dentro do Brasil, justamente porque estão plantando essa semente da discórdia.

É preocupante o fato de o Exército brasileiro estar impedido de construir um quartel na fronteira em uma área estratégica – é bom ressalvar que a Venezuela e a Guiana têm uma questão de litígio por uma área de terra na fronteira com o Brasil – tendo em vista uma liminar de um juiz federal.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, não tive o privilégio de ouvir o pronunciamento de V. Exª desde o início. Ouvi a intervenção do eminente Senador Ademir Andrade, quando S. Exª abordava a questão das organizações não-governamentais. Pareceu-me que o tema abordado por V. Exª foi a necessidade de investigação das ações das ONGs no Brasil. Louve-se a atitude de V. Exª! Louve-se a atitude das organizações não-governamentais que se inspiram no desejo e na necessidade da preservação ambiental! Ninguém mais do que os produtores brasileiros se interessa em preservar o meio ambiente. Quem deseja matar a sua "galinha dos ovos de ouro"? Porém, na verdade, é imperativa essa investigação, para saber quais são os interesses efetivos que se escondem nesse escudo de preservação ambiental. Não podemos ficar em atitude contemplativa, verificando o potencial produtivo que tem o País, em razão da preocupação exclusiva em se preservar o meio ambiente. Aliás, a natureza está aí para ser explorada de forma sustentável. E o homem faz parte do ecossistema; ele não pode ser marginalizado. Então, é importante o que V. Exª traz para a discussão no Senado. Ainda há pouco, tomamos conhecimento – e fiz um registro nesta Casa sobre o assunto – de um expediente de uma organização não-governamental dirigido a diversas autoridades brasileiras, inclusive ao Ministério das Relações Exteriores, com o propósito de admoestá-las sobre a intenção de ampliar a produção de soja no Brasil e de utilizar os rios como uma modal viária. Ora, o que as organizações não-governamentais estrangeiras têm para poder interferir na autonomia do nosso País? Não vamos admitir isso! Concordo com V. Exª e pretendo auxiliá-lo no seu trabalho.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço a V. Exª, Senador Leomar Quintanilha.

Sr. Presidente, para finalizar, ressalto o registro que fiz acerca da correspondência que me enviou o Promotor de Justiça do Estado de Roraima. Até que enfim alguém da área oficial, do Judiciário pelo menos, toma uma iniciativa concreta ao pedir a apuração do caso! O que se está querendo fazer aqui não é uma prévia condenação de nenhuma organização não-governamental. O que se quer é justamente fazer a investigação, para, como disse o Senador Jefferson Péres, separar o joio do trigo. Creio que devem ter prioridade as instituições efetivamente nacionais, e aquelas estrangeiras que pretendem agir no Brasil que o façam, desde que seja para ajudar e não para assaltar o Brasil, tendo em vista que já há fatos comprovados de biopirataria.

Nesse caso, Senador Jefferson Péres, em Roraima, já existem denúncias de que essa instituição está fazendo contrabando de peixes ornamentais, entre outras coisas.

Precisamos defender a nossa Amazônia, para que não ocorra o que aconteceu com a Amazônia da Colômbia e o que está acontecendo com a Amazônia do Peru.

Portanto, devemos deixar claro que a Amazônia é brasileira e que somos nós que iremos definir quem e de que forma deverá atuar em sua defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Ofício nº 5/01– /PJ/CCI

Caracaraí, 10 de janeiro de 2001

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr. Mozarildo Cavalvanti

MD. Senador da República no Congresso Nacional

Brasília

Senhor Senador,

Apraz-me cumprimentar Vossa Execelência, ao tempo em conhecendo seu trabalho com defesa dos interesses da Amazônia, em especial do Estado de Roraima, encaminho cópias de denúncias dc ribeirinhos noticiando que a Associação Amazônia vem invadindo terras de Outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do Rio Juaperi, impedindo que os mesmos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Na oportunidade, informo que referidas denúncias ocorreram por ocasião da jornada da Justiça Itinerante ao Baixo Rio Branco, período de 13 a 25.11.2000, e que já foram expedidos ofícios solicitando providências junto à Procuradoria da República e à Polícia Federal no Estado de Roraima.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de alto apreço e distinta consideração.

Ricardo Fontanella, – Promotor de Justiça Substituto.

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 22 de novembro de 2000, na Vila de Itaquera, município de Rorainópolis/Roraima, perante o Promotor de Justiça Substituto da Justiça itinerante, compareceu o Sr. Rozan Dias da Silva, brasileiro, solteiro, natural Manaus/AM, nascido em 09-11-69 declaro que reside na Vila Itaquera há sete anos, que existe uma área de terras próxima ao Rio Xixiau, próximo Rio Japeri, em nome da Associação Amazônica e administrada pelos Gringos, que querem fechar o Rio Japeri, que querem mandar e estão mandando no Rio Japeri, que qualquer membro da comunidade está proibido de entrar na área, que o limite são as placas dc sinalização, que os gringos estão invadindo a área pertencente a Roraima, que não podem pescar, nem caçar, nem tirar castanha, nem tirar varas, que a Associação saiu e invadiu a área da Comunidade em aproximadamente 1 hora e vinte minutos de voadeira. Que o limite era inicialmente o Rio Alalau e há dez anos fecharam o nosso rio que é o Japeri. Que já tentaram entrar em contato com a Funai. Que a Funai usa voadeira para indagar as pessoas na área, que rendo para onde vai, o que faz, que tipo de peixe pega... que a Funai diz que não manda mais nos índios. Que a comunidade não quer que os índios saiam da sua área e nem invadam terras que não sejam delas. Que o chefe de administração dos índios é José Maria. Que da Associação Amazônica é um estrangeiro de nome Cris. Nada mais a declarar.

Rozan Dias Silva, **Ricardo Fontanella, –** Promotor de Justiça Substituto.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos 22 de novembro de 2000, na Vila de Itaquera, município de Rorainópolis/Roraima, perante o Promotor de Justiça Substituto da Justiça Itinerante, compareceu o Sr. Manoel Ribeiro Marinho, brasileiro, solteiro, natural de Rio Branco/Acre, nascido em 26-03-1949, declarou que: reside na Vila Palestina há três anos, mas que vive na região há mais de trinta anos, que existe uma área de terras próximo ao Rio Xixiau, próximo ao Rio Japeri, em nome da Associação Amazônica e administrada pelos Gringos, que querem fechar o Rio Japeri. que querem mandar e estão mandando no Rio Japeri, que qualquer membro da comunidade está proibido de entrar na área, que o limite são as placas de sinalização, que os gringos estão invadindo a área de pertencente a Roraima, que não podem pescar, nem caçar, nem tirar castanha, nem tirar varas, que a Associação saiu e invadiu a área da Comunidade em aproximadamente 15 Kilômetros, que a área é administrada pelos gringos, estrangeiros, que controlam os índios, e que tem o apoio da Funai. Que não deixam falar com a Funai, que a Funai passa todo o dia em frente a Vila. Que não sabe o nome do administrador na região. Que os índios agridem e atiram flechas nos moradores. Que o Pastor Lúcio, que mora em Moura/AM., foi pego pelos índios e fizeram ele beber tucupi, agrediram e marcaram ele de flecha na orelha e que teve de vir pelo mato, que quebraram o barco e o motor e jogaram no fundo do rio. Que tentaram denunciar a Funai, mas informaram que quem manda na área são os índios. Que nesta localidade os brancos da região não podem se aproximar para caçar, pescar e quebrar castanha, ameaçam de morte, que já pegaram barcos de pesca dos moradores. Que no Beira dão do Japeri não tem lei. Que os estrangeiros vem e empatam tudo. Não deixam as pessoas viver. Que na região tem notícias de abusos de exploração ilegal de caça, pesca e madeira. Que vários lagos estão sendo cheios de malhadeira toda semana. Que os pescadores vem de Manaus tirar o peixe da região. Que o Ibama não pára nas comunidades, que quando vem é nas carreiras. Nada mais a declarar.

Manoel Ribeiro Marinho, **Ricardo Fontanella, –** Promotor de Justiça Substituto.

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 22 de novembro de 2000, na Vila de Itaquera, município de Rorainópolis/Roraima, perante o Promotor de Justiça Substituto da Justiça Itinerante, compareceu o Sr. Raimundo Nonato Dias Silva, brasileiro, solteiro, portador da CTPS nº 44428 Série 000011–AM natural de Manaus/AM., nascido em 31-8-1965, declarou que: reside na Vila de Itaquera com oito meses, mas que vive na região há mais de dez anos, que existe uma área de terras próximo ao Rio Binauau e Xixiau, afluentes do Rio Japeri, em nome da Associação Amazônica e administrada pelos Gringos, que o limite são as placas de sinalização, que os gringos estão invadindo a área, que já foi convidado a sair da área próxima ao local denominado Lago do 28, sairam e invadiram a área da Comnunidade em aproximadamente 15.000 metros, que a área é administrada pelos Gringos, estrangeiros, que controlam os índios, e que tem o apoio da Funai. Que tentaram denunciar a Funai, mas informaram que quem manda na área são os índios. Que nesta localidade os brancos da região não podem se aproximar para caçar, pescar e quebrar castanha, ameaçam de morte, que já pegaram barcos de pesca dos moradores. Que muitos moradores são associados da Associação, mas que diversas outras pessoas podem testemunhar o abuso e a grilagem de terras na região. Nada mais a declarar.

Raimundo Dias da Silva, **Ricardo Fontanella, –** Promotor de Justiça Substituto.

OFÍCIO Nº 125/00/PJ/CCI

Caracaraí, 25 de novembro de 2000

Senhor Procurador-Chefe,

Cumprimentando-o, encaminho para conhecimento e providências que entender cabíveis, cópias de documentos e Termo de Declarações tomadas com o Sr. Cedric de Giraudy Du Grey, cidadão Francês, com Passaporte da Comunidade Européia nº 920295013338 – República Francesa, validade 9-3-2005, com Visto de Turista com entrada no Brasil em 19-10-2000, residindo temporariamente na sede da Associação Amazônia, encontrado em 22-11-2000, na localidade de Itaquera, margem direita do rio Juaperi, Município de Rorainópolis, por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante naquela região.

São fortes os indícios no sentido de que mencionado estrangeiro estaria com visto de turista realizando trabalho profissional, portando uma Câmera Filmadora Profissional CANNON XL 1, de aproximadamente U$25.000,00 e registrando supostamente imagens de pessoas adultas e crianças, bem como da fauna e flora da região do Xixuaú e Juaperi, com 28 fitas de vídeo, em provável realização de documentários, com flagrante violação ao art. 9º e seguintes da Lei nº 6.815/95.

Esclareço que o referido estrangeiro foi encontrado acompanhado do nacional Luiz Maria Pinheiro, enfermeiro, portador do RG nº 1494642-4, nascido em 22-4-50, natural de Belém-Pará e residente à Rua Salva, 205 – Bairro Valparaíso, Manaus/AM.

De outra sorte, encaminho também, três depoimentos colhidos na comunidade de Itaquera noticiando que a Associação Amazônia vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do rio Juaperi, impedindo que os ribeirinhos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Igualmente, consta que na localidade de Caicumbi, médio Jufari, líderes da Comunidade denunciaram que um estrangeiro suíço vem fazendo pressões para que saiam da vila, vez que se diz proprietário de toda a área, testemunhados pelo Capitão PM/RR Ronan Marinho e o 2º Tenente do Exército Márcio Weber.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de apreço e consideração. – **Ricardo Fontanella,** Promotor de Justiça Substituto.

OFÍCIO Nº 124/00/PJ/CCI

Caracaraí, 25 de novembro de 2000

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o, encaminho para as providências de sua alçada o Termo de Apreensão de 28 (vinte e oito) Fitas DVC, Termo de Declarações e demais documentos apreendido com o Sr. Cedric de Giraudy Du Grey, cidadão Francês, com Passaporte da Comunidade Européia nº 920295013338 – República Francesa, validade 9-3-2005, com Visto de Turista com entrada no Brasil em 19-10-2000, residindo temporariamente na sede da Associação Amazônia, encontrado em 22-11-2000, na localidade de Itaquera, margem direita do rio Juaperi, Município de Rorainópolis, por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante naquela região.

Os indícios apresentados são fortes no sentido de que mencionado estrangeiro estaria com visto de turista realizando trabalho profissional, portando uma Câmera Filmadora Profissional CANNON XL 1, de aproximadamente U$25.000,00 e registrando supostamente imagens de pessoas adultas e crianças, bem como da fauna e flora da região do Xixuaú e Juaperi, com 28 fitas de vídeo, em provável realização de documentários, com flagrante violação ao art. 9º e seguintes da Lei nº 6.815/95.

Esclareço que o referido estrangeiro foi encontrado acompanhado do nacional Luiz Maria Pinheiro, enfermeiro, portador do RG nº 1494642-4, nascido em 22-4-50, natural de Belém-Pará e residente à Rua Salva, 205 – Bairro Valparaíso, Manaus/AM.

De outra sorte, encaminho também, três depoimentos colhidos na comunidade de Itaquera noticiando que a Associação Amazônia vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do rio Juaperi, impedindo que os ribeirinhos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de apreço e consideração. – **Ricardo Fontanella,** Promotor de Justiça Substituto Integrante da Justiça Interina da Região do Baixo Rio Branco.

Autoridades federais e estaduais apuram irregularidades na Amazônia

UM GRUPO DE ESTRANGEIROS SE APOSSOU DE UMA ÁREA DE 172 MIL HECTARES, NA FRONTEIRA DO AMAZONAS COM RORAIMA

A venda de títulos de preservação do meio-ambiente no exterior a partir de terras griladas não é exclusividade da Forever Green, organização não-governamental acusada de irregularidades pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Liderados pelo argentino Héctor Daniel Garibotti, um grupo de estrangeiros se apossou de uma área de 172 mil hectares - um pouco maior que o município de São Paulo, na fronteira do Amazonas com Roraima, e utilizam a região, segundo a conclusão de uma CPI estadual, para obter recursos do exterior sob o argumento de defender a natureza.

"Os moradores originais da região estão perto da escravidão. Não podem passar informações sobre nada do que acontece lá. Há um controle muito forte sobre os ribeirinhos", afirmou o deputado Antônio Feijão (PSDB-AP), integrante da CPI de grilagem das terras públicas, que também investiga o caso.

O caso provocou a abertura de uma CPI na Assembléia Legislativa de Roraima

Denominada "Associação Amazônia", a entidade fundada por Garibotti se utiliza da terras que pertencem à União e ao Estado de Roraima. A entidade possui escritórios na Itália e na Dinamarca. O caso provocou a abertura de uma CPI na Assembléia Legislativa de Roraima.

De acordo com as investigações da CPI estadual, os integrantes da "Associação Amazônia" convenciam os moradores ribeirinhos, que não tinham títulos de propriedade, a venderem suas terras por valores que não chegavam a R$ 15 mil. "Eles pegaram oito agricultores, compraram a documentação da posse e expandiram as terras para os 172 mil hectares", disse Antônio Feijão (PST-AP).

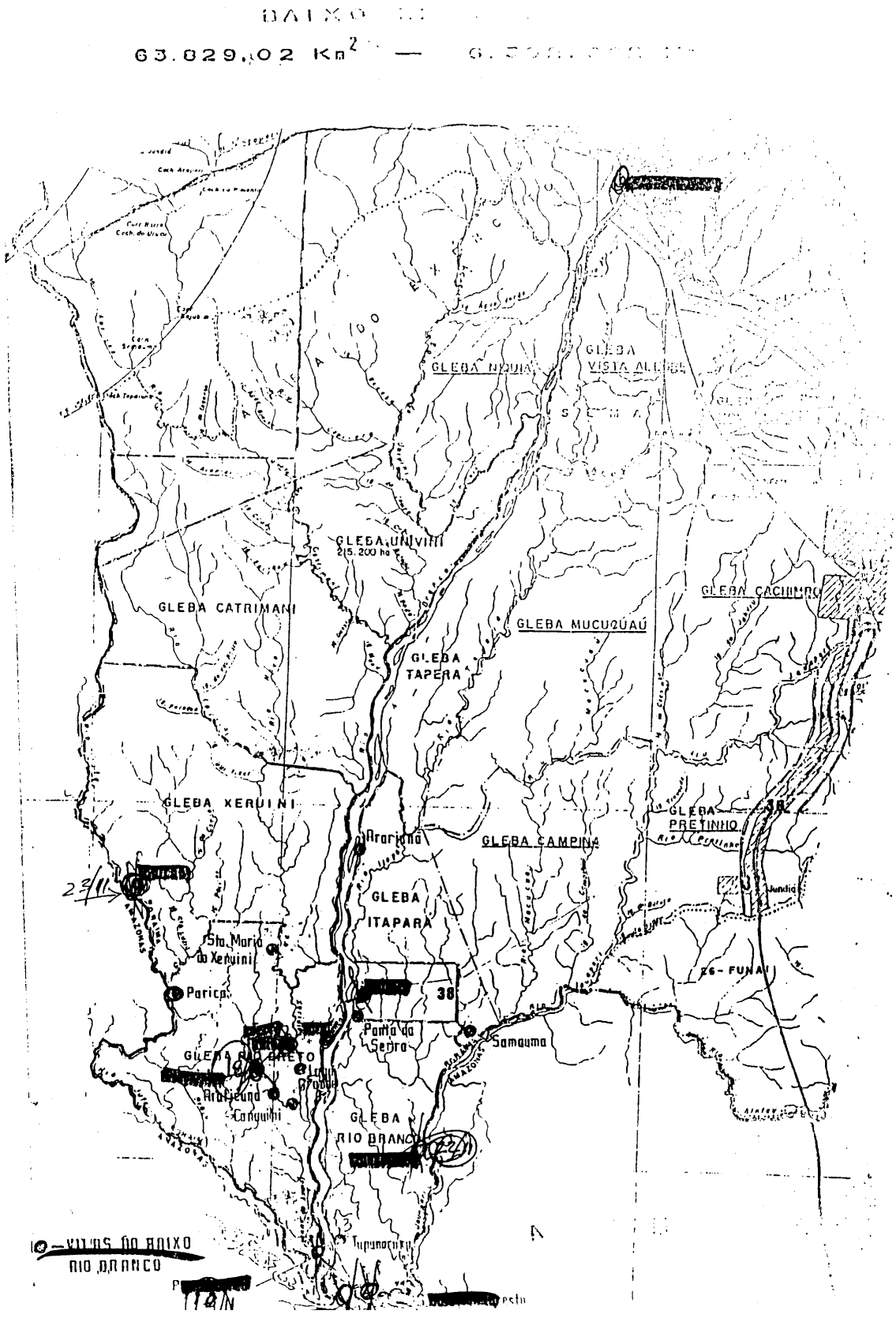
Héctor Garibotti, de acordo com a CPI, teria como sócio o italiano Paolo Roberto Imperiali, que pagou R$ 70 mil apenas pela demarcação das terras. Os outros sócios seriam Christopher Julian Clark e Erik Falk. Na lista de entidades que já fizeram doações para a "Associação Amazônia" estão o Banco Casa Rural, da Itália e a Fundação Kielsworth Gualemba, da Dinamarca. O local já mereceu reportagens da RAI, italiana, e da BBC de Londres.

"As operações financeiras desta natureza não têm o controle do Estado brasileiro, e assim sendo, seus autores estão ingressando com recursos financeiros no território nacional de forma ilegal, caracterizando sonegação fiscal", afirmou a conclusão do relatório da CPI.

Quando depôs na CPI estadual, Héctor Daniel afirmou que não sabia que as terras da "Associação Amazônia", fundada em 1991, eram públicas. "A "Associação Amazônia" não é um pretexto para proteger as terras do senhor Paolo Roberto Imperiali. É para a preservação e a desenvolvimento sustentável", disse. O argentino também não considerou a área da ONG de tamanho excessivo. Os deputados de Roraima acharam o depoimento de Héctor à CPI contraditório "caracterizando, exclusivo, além de falso testemunho, possível descaminho, quando de entrada de recursos financeiros no país".

"A Comissão entende que a Associação está invadindo terras públicas e tentando adquiri-las através de interpostas pessoas, o que é proibido pela Constituição Federal, Artigo 188", diz o relatório final da CPI da assembléia estadual.

A "Associação Amazônia" possui um site na internet onde o terreno é denominado Projeto Jufari. "Estes empreendimentos são guiados pela idéia de que a atual contradição entre a integração econômica e a proteção dos recursos naturais deve ser superada com um plano de manejo auto sustentável", afirma o texto na internet.


63.829,02 Km²
GLEBA NIQUIA
GLEBA VISTA ALEGRE
GLEBA UNIVINI
215.200 ha
GLEBA CATRIMANI
GLEBA CACHIMBO
GLEBA MUCUCUAÚ
GLEBA TAPERA
GLEBA XERUINI
GLEBA PRETINHO
GLEBA CAMPINA
Arariana
GLEBA ITAPARA
Sta. Maria do Xeruini
Parica
38
Ponta da Serra
Samauma
GLEBA RIO BRETO
Araticuna
Canguini
GLEBA RIO BRANCO
26 - FUNAI
Tupunacuna
VILAS DO BAIXO
RIO BRANCO

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, por permuta com o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de tudo, quero agradecer a V. Exª pela gentileza da permuta.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, toma posse hoje como Presidente da Associação Cultural e Educacional Roquete Pinto, Acerp, entidade que congrega a **TVE** do Rio de Janeiro, a **Rádio MEC** e a **Radiobrás**, o eminente jornalista Fernando Barbosa Lima.

Manifesto o meu regozijo e cumprimento o Presidente da República por essa escolha tão feliz. Trata-se de um profissional do ramo, muito respeitado, experiente, competente e exemplar também sob o ponto de vista ético e moral.

Assim é, Sr. Presidente, que se levanta no meu espírito e no espírito dos servidores das entidades que compõem a Acerp a esperança de correção de uma série de equívocos que têm sido cometidos ultimamente e que têm resultado em grandes descontentamentos entre funcionários antigos e idealistas, que se viram, de uma hora para outra, demitidos, tendo seus programas atingidos por decisões sem nenhuma justificação e que, a meu ver, decorrem exatamente do fato de a direção dessa Associação ter sido entregue a pessoas que não têm a vivência do setor nem a experiência e a maturidade que o jornalista Fernando Barbosa Lima possui.

Há também o fato de a Associação estar equivocadamente localizada na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que é um órgão de informação e de propaganda do Governo. Não se trata, portanto, de um órgão de natureza cultural, que, afinal de contas, é a missão precípua das entidades que estão sob a responsabilidade da Acerp.

O erro da localização e o equívoco na escolha de pessoas para a direção da Associação têm resultado em uma série de erros, muitos dos quais tenho aqui comentado. Fiz pronunciamento a respeito dessa localização equivocada e continuo sustentando a opinião de que o correto seria a Acerp e as entidades que a compõem, a **TVE** e a **Rádio MEC**, estarem sujeitas à orientação ou do Ministério da Cultura ou do Ministério da Educação, como tradicional e historicamente ocorreu no passado.

No caso da **Rádio MEC**, por exemplo, houve uma doação ao Governo Federal, por parte de seu proprietário, o eminente brasileiro, idealista e pioneiro da comunicação Roquete Pinto, mas sob condições rígidas de que essa emissora jamais fugisse de suas atribuições eminentemente de natureza cultural, que nunca pudesse servir a fins políticos. Mas, na verdade, a Assessoria de Comunicação da Presidência da República é uma entidade eminentemente política, situada no centro do Governo Federal, destinada a promover a imagem do Governo – o que é lícito, devemos reconhecer. Mas não é lícito submeter a essa entidade outras emissoras que tenham caráter eminentemente – eu diria exclusivamente – cultural. É o caso da **Rádio MEC** e da **TVE**.

Assim, Sr. Presidente, continuo sustentando a idéia e levando ao Senhor Presidente da República e aos Ministros da Educação e da Cultura a sugestão ou mesmo a solicitação de que haja uma revisão nessa localização, para que essas emissoras voltem a desfrutar da orientação e mesmo da proteção de um Ministério de natureza cultural para cumprirem bem a sua missão, que é extremamente importante.

Sr. Presidente, preocupa-me muito, por exemplo, a situação da **Rádio MEC**, que é uma emissora tradicional, com um grande número de ouvintes fiéis, que ficam ligados quase o dia inteiro em sua programação e que sentiram profundamente a retirada do ar de programas de informação e de notícias, que eram transmitidos de duas em duas horas. Eram programas informativos que tinham como finalidade e objetivo a formação da cidadania. Havia também programas destinados aos deficientes visuais, que sintonizavam a emissora exatamente para se proverem de informações e de formação que não poderiam obter por outro meio.

E essa emissora, de caráter eminentemente cultural, por conseguinte sem fins lucrativos ou interesses econômicos, produzia tais programas com muita competência e seriedade. E eis que esses programas foram retirados, as pessoas foram demitidas. Felizmente, houve uma reversão dessa decisão por intermédio de liminar concedida pela 21ª Vara Federal, que repôs no ar esses programas. Porém, os servidores e, principalmente, os ouvintes continuam ameaçados de severem sem essa contribuição importante

que a **Rádio MEC** presta na área de formação da cidadania e de informação ao povo em geral.

Sr. Presidente, assim como acontece com a **Rádio MEC**, também na **Radiobrás** e na **TVE** tem havido muito descontentamento e muitos desacertos, mas, com a nomeação, com a designação do jornalista Fernando Barbosa Lima, há uma expectativa minha muito profunda de que esses desacertos sejam finalmente corrigidos, de que tudo entre nos eixos. Porém, continua a opinião de que essa entidade deveria estar submetida ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Educação, e nunca à Secretaria de Comunicação, um órgão de informação, promoção e propaganda das ações do Governo Federal.

De forma que fica aqui a minha mensagem de confiança no jornalista Fernando Barbosa Lima e nos funcionários, de um modo geral, dessa entidade, e também o meu apelo ao Senhor Presidente da República – cumprimento-o pela escolha – para revisão da localização dessa entidade e sua submissão a um desses Ministérios, de Cultura ou Educação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta manhã para fazer algumas considerações a respeito do aumento da pobreza em nosso País e em todo o mundo, mas sobretudo para destacar o fosso, que se vem tornando cada vez maior, entre aqueles que muito têm e aqueles que nada têm.

E, nesse particular, gostaria de enaltecer a realização, em Porto Alegre, na última semana, do Fórum Social Mundial, que, segundo a imprensa, teria sido realizado como um protesto ao Fórum Econômico Mundial, que ocorria, simultaneamente, em Davos, na Suíça.

Quanto ao francês José Bové, ele jamais deveria ter causado prejuízos materiais ao povo brasileiro e, no caso, a uma multinacional, a Monsanto, destruindo uma lavoura de soja supostamente transgênica, mesmo porque os transgênicos têm sido debatidos nesta Casa. Eu mesmo já tive oportunidade de mostrar o meu posicionamento sobre o tema, que é de alerta às autoridades que militam na área, que elaboram os projetos da soja e de outros alimentos transgênicos.

O Fórum Social Mundial, Sr. Presidente, teve uma importância muito grande: a de mostrar ao mundo – porque, segundo estimativas, ali estiveram representadas cerca de 122 nações – que, hoje, não se pode dissociar a questão econômica da questão social. E sendo necessário fazer uma opção, a questão social é muito mais importante do que a econômica.

Tenho visto manifestações de vários Parlamentares nesta Casa e na outra Casa do Congresso Nacional e quero acreditar que providências serão tomadas, para, de uma vez por todas, mudarmos as políticas públicas em nosso País e, quem sabe, em todo o mundo. Se a globalização não for bem compreendida e utilizada, trará conseqüências funestas para o nosso País e também reverterá em prejuízo para as grandes potências mundiais. Hoje, estamos assistindo a isso. A elite política brasileira terá que mudar, e o momento é este.

Nós, que tivemos o privilégio de atravessar o século, o milênio, temos de enxergar que é preciso começar a elaborar e a praticar políticas públicas voltadas para as camadas mais necessitadas da sociedade.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço, com muita honra, o aparte do nosso querido candidato à Presidência do Senado, o nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, nobre Senador Carlos Patrocínio. Concordo inteiramente com V. Exª. O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, tirando as manifestações radicais e o lado folclórico, que o transformou numa verdadeira festa em alguns momentos, parece-me um contraponto necessário ao Fórum Econômico de Davos. Nada pior do que o pensamento único. Nélson Rodrigues, numa frase famosa, já disse que "toda unanimidade é burra". Da mesma forma que a eclosão do marxismo e dos movimentos sindicais na Europa, que reformou e humanizou o capitalismo em todo o mundo, o pensamento discordante, a ser expresso doravante, anualmente, em um fórum paralelo a Davos, será muito útil para que se chegue à conclusão ditada pela racionalidade e mencionada por V. Exª da tribuna: de que não há como dissociar o econômico do social nem como pensar em soluções para problemas sociais sem responsabilidade no

ajuste macroeconômico. No entanto, pensar que apenas com as forças do mercado a resolução dos problemas econômicos se traduzirá automaticamente na solução dos problemas sociais, principalmente na periferia mais pobre do globo, evidentemente é uma ilusão. É preciso que essas vozes se façam ouvir – agora, felizmente, num fórum apropriado, a realizar-se anualmente. Concordo, portanto, inteiramente com V. Exª, em seu pronunciamento. Parabéns!

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte sempre lúcido e muito orientador de V. Exª, nobre Senador Jefferson Péres. V. Exª resume, com toda técnica e conhecimento, aquilo que está realizando, aquilo que deveremos realizar doravante.

Espero que, conseguindo chegar ao topo desta Casa, como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, repositório das esperanças do povo brasileiro, V. Exª esteja voltado para essa questão, que haverá de monopolizar as atenções nos primórdios deste ano, deste século.

Devemos louvar a atitude do nosso querido Presidente Antonio Carlos Magalhães, que fez muita coisa boa como Presidente desta Casa, sobretudo o projeto de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que espero seja um instrumento importante. Eu disse, na oportunidade da apresentação do projeto, que "erradicar" é uma palavra radical, que não conseguiremos erradicar a pobreza, mas podemos fazer muito para que nossos irmãos sejam cada vez menos pobres.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª, que, parece-me, foi um dos participantes do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) **–** É verdade, nobre Senador. Tive a oportunidade e o privilégio de estar presente, de participar, de ser um dos apresentadores de temas naquele evento, que efetivamente constituiu um marco na história. Não é pretensão, nobre Senador, dizer que é um marco não só na história do Brasil, como do mundo, porque o que verificamos lá foi a eclosão de um sentimento que é mundial e não mais do Terceiro Mundo somente, foi o basta ao neoliberalismo, a sua arrogância, a suas crueldades, à especulação desenfreada que ele provoca, à concentração de riqueza, poder e soberba nos centros financeiros internacionais. Há um sentimento mundial de repúdio e o desejo de declarar encerrado esse episódio, de reverter essa tendência para algo que seja mais humanístico e consentâneo com a própria evolução da humanidade, com os seus anseios maiores. V. Exª tem toda razão quando ressalta a importância da presença de representantes dos países mais ricos do globo no fórum – não apenas dos países chamados menos desenvolvidos ou subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo –, o que significa que é viável uma aliança que compreenda também grupos de pressão, movimentos sociais, setores mais fortes de opinião daqueles países que abrigam as sedes do grande capital financeiro internacional. Até mesmo na Suíça há um Deputado, Jean Ziegler, que propôs o fim do sigilo bancário naquele país. Imagine V. Exª o absurdo que constitui para a tradição suíça essa proposição. Mas ela revela exatamente esse sentimento, esse estado de espírito da humanidade como um todo: que não é mais possível continuar com os processos que dão prioridade absoluta à eficácia financeira e deixam de lado os anseios da humanidade, as exigências da Justiça, da ética e da transparência nas relações. Realmente, foi um evento da maior importância. Quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa que toma de comentar esse evento e de saudá-lo como um acontecimento da maior importância, assim como desejo cumprimentar também o Senador Jefferson Péres – nosso candidato à presidência da Casa – pelo seu aparte. Quero cumprimentá-los, enfim, pela iniciativa, pela oportunidade e lucidez das palavras de V. Exªs a respeito dessa grande realização que foi o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. Daqui para a frente, haverá de ser ele também permanente, sempre em contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Parabéns, cumprimento efusivamente V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sou eu quem cumprimenta V. Exª por esse aparte tão importante, eminente Senador Roberto Saturnino. V. Exª ilustrou o desejo da sociedade mundial hoje ao dizer que um representante da Suíça está propondo a quebra do sigilo bancário em seu país, que talvez seja aquele que mais se beneficie desse sigilo. Os olhos e as atenções de todo o mundo estão voltados para aquilo que devemos empreender no decorrer deste novo século: políticas públicas voltadas para a diminuição, cada vez maior, da diferença entre o muito pobre e o muito rico.

Durante o mês de outubro, o Banco Mundial promoveu, aqui em Brasília, o Fórum sobre o Desenvolvimento, que teve como tema central "O Ataque à Pobreza".

Durante os três dias do encontro, representantes do Governo Federal, parlamentares, lideranças da sociedade civil, representantes de governos estrangeiros, membros de organizações internacionais não-governamentais e estudiosos do assunto procuraram definir um caminho mais eficaz a ser seguido daqui para a frente na luta pela diminuição da miséria e da concentração de renda em nível mundial.

É importante ressaltar que, apesar das declarações de boas intenções muito comuns nesses encontros e das poucas ações concretas empreendidas pelos países mais ricos para diminuir as gritantes injustiças nas áreas mais pobres do mundo, o debate sobre a diminuição das desigualdades sociais tem aumentado o grau de conscientização sobre o problema e levado à conquista de algumas vitórias importantes. Há pouco citamos o exemplo do Fórum Social Mundial.

Todavia, no caso particular do nosso País, onde não existem guerras, revoltas, conflitos étnicos ou terremotos, e onde a produção anual de bens e serviços está entre as dez maiores do mundo, a miséria e a desagregação social causam tremor e nos envergonham perante o mundo.

Igualmente chocante é a situação da distribuição da renda nacional, que quase não se tem alterado ao longo dos anos, e que coloca o Brasil em posição aviltante, mesmo entre os países mais subdesenvolvidos do planeta.

Em 1999, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o 1% mais rico da população detinha 13,8% da renda total, enquanto os 50% mais pobres ficavam com 13,5%. A disparidade social brasileira é tão chocante e absurda que um rico recebe mais do que 50 pobres.

Em 1988, o coeficiente de Gini, índice que serve para medir o grau de concentração de renda, era de 0.613 para a economia brasileira. É importante ressaltar que, comparado com o índice de 1998, que foi de 0,575, na verdade, em 10 anos, observamos que progressos não foram alcançados. Cumpre relembrar que quanto mais próximo de 1 (um) for o coeficiente de Gini pior é a distribuição de renda.

O **apartheid** social que amargamos mostra igualmente que o tão propalado ecumenismo étnico brasileiro, cantado em prosa, verso e música por muitas figuras proeminentes de nossa vida cotidiana, não passa de uma grande invenção da mídia e das próprias elites. Verdadeiramente, desde o início da nossa história, ele sempre foi uma doce ilusão de cunho paternalista, criada deliberadamente para alimentar os sonhos daqueles que acreditam ser possível sair do submundo e galgar com facilidade os quase intransponíveis degraus da cidadania, da fama e da riqueza.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a realidade salarial praticada no Brasil é a testemunha mais importante de que a nossa sociedade é extremamente cruel, preconceituosa e profundamente excludente. A média de vencimentos mensais é de 2,61 salário mínimos entre pardos, 2,71 entre negros e 5,6 entre brancos. Por outro lado, quando se fala em nível educacional, os dados são igualmente marcantes. Enquanto um branco tem, em média, 7,5 anos de escolaridade, os negros e os pardos passam apenas 5,1 anos na escola. Por sua vez, o analfabetismo vitima 21,6% dos negros, 20,7% dos pardos e apenas 8,4% dos brancos.

No contexto latino-americano, a situação social do Brasil também não é das mais brilhantes. Os índices de mortalidade infantil continuam bastante elevados, ou seja, 37 óbitos por mil nascimentos, enquanto o México apresenta um índice de 24,65 por mil nascidos.

No campeonato dos casos de dengue, doença do subdesenvolvimento transmitida pelo mosquito **Aedes aegypti**, ao contrário dos pífios resultados que conseguimos nas Olimpíadas de Sidney, somos brilhantes, já ganhamos várias medalhas de ouro e até o final deste ano outras virão.

O Brasil é o país da América Latina com mais casos de dengue registrados no ano 2000. A medalha foi concedida pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), após a divulgação em Washington do seu relatório anual. Segundo a Opas, até o final de dezembro do ano passado, não faltariam atletas da dengue no Brasil. Segundo suas previsões, quando os sinos repicassem nos primeiros momentos do século XXI, o nosso País registraria, no contexto latino-americano, um novo recorde de dengue. Até o início deste ano, a entidade estimava que mais de 249 mil pessoas estariam contaminadas pela doença, das quais quase 3 mil seriam vitimadas pela forma mais violenta de sua manifestação, que é a chamada dengue hemorrágica. Hoje, há um novo tipo de dengue, do tipo 3, como existe a hepatite C.

Não podemos nos esquecer de que nesse trágico e vergonhoso campeonato, nossos adversários mais perigosos não chegam sequer a ameaçar o nosso favoritismo como campeões da doença no continente. El Salvador, Honduras e Paraguai, países de baixo nível de desenvolvimento econômico nas Américas, ocupam essas posições. Os dois primeiros já declararam estado de emergência por causa da epi-

demia da dengue. Enquanto isso, o Paraguai, que ocupa a segunda posição na América Latina, resiste em seguir o mesmo caminho, mas pode ser a próxima bola da vez, com 24.282 registros da doença. Mesmo assim, os paraguaios não devem sentir vergonha porque, como já dissemos, o Brasil é o campeão absoluto e, até o final de setembro deste ano, já apresentava 171.831 casos de dengue, segundo os dados da Opas.

Recentemente, o jornal **Folha de S.Paulo** divulgou dados de uma pesquisa que mostra o crescimento da pobreza no Brasil, principalmente no primeiro ano do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que são realmente muito preocupantes. O referido estudo é do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, órgão do Ministério do Planejamento, e foi coordenado pela pesquisadora Sônia Rocha, ligada à instituição. Segundo o estudo, em 1999, o contingente de pobres brasileiros ganhou a adesão de mais 3,1 milhões de pessoas. Esses novos pobres não tinham renda sequer para comprar comida e roupa, sem falar, é claro, na falta total de capacidade para enfrentar gastos com saúde e educação. A pesquisa mostra igualmente que, em 1998, o percentual de pobres no Brasil representava 33,4% da população. Todavia, em 1999, esse percentual subiu para 34,9%, representando, em números absolutos, cerca de 55 milhões de pessoas, pessoas muito pobres em nosso País. É importante não esquecer que o número de pobres existentes no Brasil é maior do que as populações de Portugal e Espanha juntos; supera a metade de toda a população do México; atinge quase a população da França, hoje de 59 milhões; e é bem maior do que as populações da Argentina, Uruguai e Paraguai somadas, que formam conosco o tão sonhado Mercosul, que esperamos seja um organismo muito importante para a economia regional.

Segundo dados do próprio Palácio do Planalto, em 1998, 21,4 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza, ou seja, não tinham renda nem para se alimentar decentemente. Segundo a pesquisadora Sônia Rocha, mesmo com uma ligeira queda do número de indigentes de 1998 para cá, como já vimos, o número de pobres em nosso País aumentou no mesmo período.

Finalmente, o estudo é unânime em apontar os efeitos perversos da globalização e a crise cambial como os responsáveis diretos pelo aumento de nossa pobreza e pela anulação dos ganhos sociais conseguidos principalmente no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não podemos mais fazer vista grossa ou relegar a segundo plano os graves problemas sociais que vivemos neste final de século. A miséria e a pobreza estão necessitando de um ataque frontal e precisam ser enfrentadas e minimizadas a curto prazo. O que está acontecendo hoje nas ruas de Recife, nas áreas rurais do nosso País, nas favelas, nos presídios e mesmo nos bairros mais nobres das grandes cidades, não pode espalhar-se. Do contrário, as instituições perderão o controle, e o Estado sucumbirá.

O Ministro Malan afirmou, em sua intervenção no fórum contra a pobreza, realizado em Brasília, que o Brasil sempre foi um país com muitos pobres e continuará assim ainda por muito tempo. Não creio que tenhamos mais condições de esperar séculos para resolver uma questão que podemos superar em apenas duas décadas, se tivermos responsabilidade. Assim, se pensamos realmente em um futuro melhor, já poderíamos começar desde agora – e o fórum foi importante para isso – a carrear os recursos que necessitamos para transformar o Brasil em uma sociedade desenvolvida economicamente, socialmente justa e plenamente democrática. Só com uma parte do dinheiro que jogamos a cada ano no lixo, seríamos plenamente capazes, em médio prazo, de tirar quase todo o povo brasileiro da miséria social vergonhosa em que vive.

Um País que arrasta atrás de si uma miséria do tamanho da nossa não pode ambicionar qualquer desenvolvimento econômico e muito menos ocupar uma posição de respeito nas Américas e no resto do mundo.

E, para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de solicitar aos eminentes Senadores que, nesta eleição próxima da Câmara e do Senado, o bom senso prevaleça. Ontem, o dólar atingiu o seu valor mais alto nos últimos tempos, R$1,99, e a Bolsa de São Paulo caiu mais de três pontos, e tudo se debita à intranqüilidade que existe no País hoje em função das eleições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Sr. Senador, apenas peço a sua benevolência para fazer um breve aparte.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª com muita honra, e a benevolência será do Presidente.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Carlos Patrocínio, eu gostaria de, antes do encerramento, mais uma vez registrar a minha admiração e

os meus cumprimentos pelo discurso de V. Exª, pela importância, pela densidade, pela oportunidade até mesmo desse chamamento à responsabilidade que V. Exª faz aos Senadores no final do seu pronunciamento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço a V. Exª e ao Sr. Presidente.

Isso é o que esperamos desse meu primeiro discurso no limiar do século XX e do terceiro milênio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao se encerrarem os trabalhos legislativos de 2000, no dia 27 de dezembro, recebi do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, correspondência relativa a pronunciamento em que analisei o estado das rodovias que cortam o território piauiense. Nessa mensagem, o Aviso GM/MT nº 1.696, comunicava-me o Ministro Eliseu Padilha providências tomadas para a melhoria das condições da malha rodoviária.

De acordo com o Ministro, já se realizara licitação para completa restauração da BR-497, trecho Picos-Paulistana-Divisa PI-PE, previa-se a licitação de fase de programa de restauração que inclui a BR 316-PI, trecho Teresina-Picos-Divisa PI-PE, e ainda a intensificação dos serviços de conservação de pista, tendo em vista a melhoria das condições de trafegabilidade das rodovias federais no Estado do Piauí.

Tenho, efetivamente, denunciado freqüentemente, desta tribuna, o mau estado das rodovias brasileiras. Suas condições, infelizmente, têm efetivamente se deteriorado, tornando cada vez mais concreta a possibilidade de que em breve regiões inteiras vejam-se privadas de transporte rodoviário. Não falo sem provas. A quinta versão da Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional do Transporte, uma pormenorizada avaliação das condições das rodovias brasileiras, foi divulgada no final de dezembro e constatou não só que a situação geral havia piorado mas também que a degradação do sistema fora maior em determinadas regiões, particularmente no Nordeste. Realizada no segundo semestre de 2000, a Pesquisa Rodoviária avaliou 43.283 quilômetros de estradas, cerca de 500 quilômetros mais do que o constatado na edição anterior da pesquisa, de 1999. Desse total, 38.571 quilômetros correspondem a rodovias federais pavimentadas e os demais 4.712 a estradas estaduais. Incorporo a este pronunciamento os quadros que mostram essa situação dramática.

A pesquisa anterior mostrava que o estado de conservação das rodovias pesquisadas estava péssimo, ruim ou deficiente em 77,5% de sua extensão. Desta vez, as rodovias nessas condições chegam a 80,3%. As rodovias em bom estado, que atingiam 19,7% do total, agora são apenas 18%. As julgadas em ótimo estado caíram de 2,8% para míseros 1,7%.

Em números absolutos, dos 42.815 quilômetros pesquisados, 34.736 podem ser considerados em estado deficiente, ruim ou péssimo, contra 33.303 em 1999. Apresentam-se em bom estado 7.803 quilômetros, quando em 1999 eram 8.412, e estão em ótimo estado 744 quilômetros, quando no ano passado eram 1.200. Observa-se, dessa forma, que se generaliza a deterioração. Esvai-se a pequena melhora que se verificara em 1999 em relação a 1998.

A constatação que surge de imediato é a de que estamos assistindo a uma verdadeira dilapidação do patrimônio nacional. As rodovias que a falta de conservação faz desaparecer constituem produto de impostos e taxas pagos com enorme sacrifício pela população brasileira. Deveríamos estar zelando pelo resultado desse sacrifício, fazendo o mínimo que se espera de qualquer administrador: preservar o que recebeu.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esses dados falam por si. A destruição das rodovias deste país prejudica a totalidade de seus cidadãos. A conta da construção da malha rodoviária foi paga por todos os brasileiros e, infelizmente, todos também pagarão pelo descaso dos gestores de seu patrimônio.

No entanto, alguns suportam ônus ainda maior que os demais.

Como brasileiro, indigne-me ao observar o quadro revelado pela Pesquisa Rodoviária. Como nordestino e como piauiense, revoltei-me. É que, se as condições das rodovias mostram-se dramáticas em todo o país, no Nordeste a destruição se acentua. No Piauí ainda mais.

Pode-se constatar com clareza essa situação ao se verificar que, das dez piores rodovias brasileiras, nove cortam o Nordeste. Aliás, são justamente as nove piores de todo o território nacional. Oito têm todo o seu traçado em terras nordestinas.

Em contrapartida, das dez melhores, nove cortam as regiões Sul e Sudeste. O Nordeste conta com apenas um pequeno trecho dessas dez estradas, o que liga a BR-101, na Bahia, a Teófilo Otoni, em Minas Gerais. A rodovia restante a integrar esse seleto

escalão está na Região Centro-Oeste, ligando Brasília a Cuiabá.

Nada tenho contra a existência de boas rodovias no Sul e no Sudeste. Pelo contrário, gostaria que apresentassem excelente conservação – o que nem nessas regiões ocorre, conforme demonstra a pesquisa. O recomendável, porém, seria que todas as estradas do país recebessem a atenção indispensável para a preservação da sua trafegabilidade.

No Nordeste, comprova a Pesquisa Rodoviária, a degradação acelerou-se. E o Piauí foi um dos estados mais afetados por esse processo perverso. Pasmem: dessas dez piores rodovias do País, cinco estão em território piauiense. Das três piores, duas cortam o Piauí. Das cinco piores, três servem nosso Estado.

Ainda mais doloroso: houve sensível deterioração em relação à situação apurada em 1999. A ligação entre Teresina e Barreiras, na Bahia, era a quinta pior do país em 1999. Hoje, de acordo com a Pesquisa Rodoviária 2000, é a vice-campeã de destruição. A ligação Picos–Salgueiro manteve-se em terceiro lugar. O percurso entre Teresina e Petrolina, pelas BR-222 e BR-343, saltou do 14º para o 4º lugar. A Teresina–Fortaleza sequer estava no conjunto das dez piores do ano passado, quando ocupava o 19º lugar. Agora está em 9º e o 8º é ocupado pela BR-020, entre Fortaleza e Picos.

Na análise pormenorizada que a Pesquisa Rodoviária faz de cada estrada, constata-se que a avaliação está correta, precisa. Tome-se como exemplo a ligação Teresina-Barreiras. A pavimentação está ruim ou péssima em 506 quilômetros, o que representa 46,4% do total. Está deficiente em outros 434. Apenas 150 quilômetros podem ser considerados em ótimo ou bom estado. A sinalização é ruim ou péssima em 95,4% da rodovia, 1.040 quilômetros.

O relatório sobre as condições da estrada diz tudo: "O pavimento apresenta longos trechos totalmente destruídos. Está recapeado sem remendos. O estado do pavimento exige baixíssima velocidade de trânsito. Na sinalização horizontal, a pintura das faixas é inexistente. A sinalização vertical está ausente em todo o percurso. Foram encontrados animais na pista em boa parte do percurso".

Trata-se de rodovia extremamente importante para a economia regional. A própria Pesquisa Rodoviária observa que a carga nela predominante é de produtos agrícolas, seguida por produtos industrializados. A verdade é que em todo o país, e principalmente nas regiões em que as estradas mais se deterioram, o custo do transporte de carga eleva-se exponencialmente em função das más condições de tráfico. Infelizmente, o peso das rodovias em nossa matriz de transportes é muito grande, implicando elevado grau de dependência de nossa economia em relação às condições das estradas. Como as deficiências na conservação duplicam ou mesmo triplicam a duração prevista para determinados percursos, a destruição das rodovias termina por representar um alto custo para o transportador e, em conseqüência, para o consumidor.

O gasto de combustível também cresce em proporções elevadas. Ao anunciar os resultados da pesquisa, o presidente da Confederação Nacional do Transporte, Clésio Andrade, mostrou a dimensão desse problema: de acordo com seus cálculos, um caminhão que transite pelas estradas brasileiras tem um aumento entre 20 a 30% no consumo de combustíveis.

Esses custos são ampliados ainda mais pelos danos causados aos veículos – particulares, de transporte de passageiros ou de transporte de carga – pelas falhas de conservação das rodovias; multiplicam-se esses custos. A reposição de componentes nos veículos ou de veículos das frotas representa um gasto ainda maior ao determinar a paralisação ou a suspensão dos seus trabalhos.

É evidente que essa situação representa, ao lado dos problemas econômicos, extremo desconforto para a população, especialmente a de menor renda, que não tem outras opções para viajar e que, com freqüência, precisa usar as rodovias para se deslocar aos locais de trabalho. Nas áreas metropolitanas e mesmo nos pólos médios de industrialização ou de serviços, o percurso entre moradia e trabalho costuma dar-se por meio de rodovias. O tempo de deslocamento se estende por tempo muito superior ao que seria normal. As estradas esburacadas, desgastadas, semi-destruídas, tornam os percursos mais demorados e mais difíceis.

É interessante observar também o que ocorreu com as rodovias privatizadas. A elas se atribuiu, com razão, a pequena melhoria constatada entre o levantamento realizado em 1999 e o anterior, em 1998. Desta vez, registrou-se um recuo nesse processo. Por exemplo, a Via Dutra, que ocupava o primeiro lugar, está hoje em segundo, com 200 quilômetros, ou 49% do total, considerados deficientes.

Constataram-se, nesse e em outros casos, carências na gestão das rodovias hoje controladas por empresas privadas. Embora boa parte delas permaneça entre as melhores do país, não se justifica qual-

quer retrocesso, em especial quando se sabe que a sua qualidade se deve à existência de pedágio que a própria Confederação Nacional do Transporte considera elevado e que, em conseqüência, onera a produção. Citando uma vez mais o Presidente Clésio Andrade, "a CNT é favorável à privatização, mas considera exageradas as atuais taxas de pedágio". Afinal, a população já paga numerosos tributos e entre as finalidades dessa receita está também a construção e preservação de rodovias.

O simples fato de que as rodovias privatizadas estejam entre as melhores do País, por si positivo, implica uma constatação dolorosa. A lógica do mercado estimula o interesse do setor privado pelas rodovias que cortam as regiões economicamente mais fortes do País e, por isso mesmo, essas estradas ainda se encontram em melhor estado de conservação. O contrário ocorre nas regiões mais pobres: Norte e Nordeste. É de se pensar, portanto, que as condições da malha rodoviária acentuarão o impulso, cada vez mais perceptível, para o alargamento do abismo histórico entre as regiões ricas e as regiões pobres deste País.

Sr. Presidente, a omissão dos responsáveis pelo patrimônio rodoviário brasileiro está conduzindo à sua perda. Está impondo custos maiores aos consumidores internos e aos exportadores, que deixam de obter as divisas de que o Brasil tanto precisa. Está atormentando a população que precisa do transporte rodoviário para se locomover, em especial para trabalhar. Está colocando óbices praticamente intransponíveis para o desenvolvimento nacional. E está, por fim, aprofundando os desníveis, já imensos, entre os ricos e pobres neste País.

Os piores trechos das rodovias brasileiras estão localizados na região Nordeste. Nove entre dez das mais deterioradas estradas do País cortam o território nordestino. Esse quadro, nítido já nas pesquisas rodoviárias anteriores, agravou-se sensivelmente na versão 2000 desse estudo.

Os dados da Pesquisa Rodoviária de 1999 proporcionavam-nos o consolo de que, considerando-se o conjunto da malha rodoviária brasileira, podia-se identificar alguma melhora nas condições de tráfego. De um ano para cá, registrou-se movimento contrário. As estradas voltaram a deteriorar-se. Todo o País perde com isso.

As regiões mais pobres perdem ainda mais. Não apenas suas rodovias são as que apresentam mais significativo e acelerado processo de deterioração, como inexiste esperança de melhora. Os dados da Pesquisa Rodoviária contribuem para aumentar ainda mais essa preocupação.

De um lado se mostra que as melhores rodovias, ainda que em estado pior que o registrado no ano passado, são as que passaram pelo processo de privatização. Inexiste interesse, por parte do setor privado, em adquirir o controle e a gestão das estradas do Nordeste. O retorno dos investimentos tende a ser menor. De outro lado, alegando carência de recursos, o Poder Público pouco fez para reverter a situação das rodovias localizadas nas regiões Nordeste e Norte.

Uma vez mais, portanto, a Pesquisa Rodoviária da CNT confirma, com informações provenientes de um cuidadoso levantamento de campo, uma constatação que todo o povo do nosso Nordeste faz há longo tempo e que venho denunciando sem trégua. Comprova-se que não apenas o Governo está permitindo a dilapidação de um patrimônio que é de todo o povo brasileiro como, ao permitir que isso ocorra, está contribuindo para aprofundar ainda mais as desigualdades regionais. Compreendo os problemas de natureza orçamentária que afetam o Ministério dos Transportes e reconheço os esforços do Ministro Eliseu Padilha para fazer frente aos graves desafios que encontrou na Pasta. Mas a população quer respostas.

A quem denuncia, quem critica, quem aponta erros administrativos costuma-se cobrar que aponte soluções. Neste caso, a solução é simples. Não depende, como se tornou moda dizer, de se apontar novas fontes de renda ou de se criarem novas – vale dizer, aumentar a já extorsiva carga tributária que pesa sobre os brasileiros. A solução, no caso, é muito simples. Basta que o Governo governe. Os impostos são pagos hoje pelos contribuintes na suposição, elementar, de que servirão ao menos para manter o patrimônio construído, no passado, pelos impostos então cobrados. Que isto seja feito.

Agradeço a atenção do Ministro dos Transportes, ao mesmo tempo em que manifesto o desejo de que as providências por S. Exª comunicadas em seu aviso consigam, senão solucionar, ao menos amenizar os problemas enfrentados pelos que dependem das rodovias brasileiras. Espero, como todos os cidadãos deste País, que uma ação efetiva e um esforço cada vez maior do Poder Público consigam reverter o processo mostrado nas sucessivas pesquisas sobre as condições das estradas em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FREITAS NETO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Evolução do Estado de Conservação do Pavimento

(%)

Conceito	Anos			Variações	
	1997(A)	1999(B)	2.000(C)	(B-A)	(C-B)
Ótimo	10,4	32,5	20,2	22,1	(12,3)
Bom	4,9	29,7	13,8	24,8	(15,9)
Deficiente	63,7	27,5	48,0	(36,2)	20,5
Ruim	17,8	7,7	14,7	(10,1)	7,0
Péssimo	3,2	2,6	3,3	(0,6)	0,7

Piores Ligações em 2000

Ligações	BR	Colocação em 2000	Colocação em 1999
1. Açailândia MA – Miranda do Norte MA	**222**	**1º lugar**	**4º lugar**
2. Teresina PI – Barreiras BA	**316-343-140-324-135**	**2º lugar**	**5º lugar**
3. Picos PI – Salgueiro PE – Lagoa Grande PE	**232-316-122**	**3º lugar**	**3º lugar**
4. Teresina PI – Petrolina PE	222-343	4º lugar	14º lugar
5. Salvador BA – Paulo Afonso BA	110 – BA(1)093	5º lugar	1º lugar
6. Belém PA – São Luís MA	316	6º lugar	6º lugar
7. Maceió AL – Salgueiro PE	316-423	7º lugar	2º lugar
8. Fortaleza CE – Picos PI	020	8º lugar	7º lugar
9. Teresina PI – Fortaleza CE	222-343	9 º lugar	19º lugar
10. Rio Verde GO – Itumbiara GO	452	10º lugar	25º lugar

Obs.: (1) - Refere-se as rodovias estaduais.

As Melhores Ligações em 2000

Ligações	BR	Colocação em 2000	Colocação em 1999
1. São Paulo SP – Uberaba MG	**SP(1)330-050**	**1º lugar**	**2º lugar**
2. Rio de Janeiro RJ – São Paulo SP	**101-116**	**2º lugar**	**1º lugar**
3. Curitiba PR – Porto Alegre RS	**376-101-290**	**3º lugar**	**7º lugar**
4. Brasília DF – Uberaba MG	040-050	4º lugar	17º lugar
5. BR 101 BA – Teófilo Otoni MG	418	5ºlugar	26º lugar
6. Paranaguá PR – Foz do Iguaçu PR	277	6º lugar	4º lugar
7. São Paulo SP – Curitiba PR	116	7º lugar	10º lugar
8. Brasília DF – Rio de Janeiro RJ	050-040	8º lugar	18º lugar
9. Belo Horizonte MG – São Paulo SP	381	9º lugar	8º lugar
10. Brasília DF – Cuiabá MT	060-364	10º lugar	25º lugar

Obs.: (1) - Refere-se as rodovias estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª será atendido na forma regimental.

A palavra está franqueada aos Srs. Parlamentares. (Pausa)

Os Srs. Senadores Romeu Tuma, Ronaldo Cunha Lima, Roberto Requião, Francelino Pereira, Bello Parga e Eduardo Siqueira Campos enviaram discurso à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no final do ano passado, tive a honra e a alegria de participar de um ato de afirmação num futuro ainda mais grandioso para o Esporte Clube Sírio, tradicional entidade de São Paulo. Ao presenciar a inauguração de sua nova e imponente sede social, senti-me como se presenciasse uma festa em minha própria casa, tantos são os laços afetivos que a ele me ligam há muitos anos. E exultei ao ver encerrar-se, com pompa e brilho, a edificação daquilo que milhares de associados, entre os quais me encontro, consideram como extensão do próprio lar.

A emoção e o simbolismo do ato de inauguração avultaram porque resultou dos esforços de cinco diretorias consecutivas e do decisivo apoio dos associados, especialmente duzentos abnegados que participaram da Campanha "Cinco em Um". Ao antecipar o pagamento da taxa de manutenção correspondente a cinco anos, permitiram a conclusão das obras com recursos próprios do clube, neste segundo mandato do querido amigo e Presidente Roberto Cabariti.

Dez anos de trabalho denodado foram necessários para se chegar àquele momento. E, ao final, nos reunimos para apreciar e comemorar os resultados do projeto arquitetônico de um ilustre e antigo associado, Dr. Sami Bussab, Diretor Executivo da Fundação Para o Desenvolvimento da Educação, do Governo do Estado de São Paulo.

A exemplo de todas as grandes realizações coletivas, a nova sede sócio-administrativa também não decorreu de uma única concepção. Resultou do sonho acalentado pela Comissão de Obras do Sírio e consolidado no Plano Diretor de 1990, que fixou as necessidades associativas e norteou o pensamento do ilustre arquiteto. Disse-me ele que a prioridade, naquela época, era o atendimento de exigências sociais e culturais, pois as obras anteriores haviam privilegiado o setor esportivo. Assim, num edifício que obedece à arquitetura contemporânea, mas sem abandonar os padrões preexistentes no clube, temos agora um centro de convivência composto de auditórios, salas de estar, reunião, xadrez, estudos para crianças e cursos para adultos, taule, escritórios das diretorias cultural, social e esportiva etc. Também toda a parte administrativa nele foi alojada estrategicamente, de maneira a permitir o acesso de pessoas, não pertencentes aos quadros sociais, sem necessidade de passar pelas dependências destinadas aos sócios. Aliás, as novas instalações administrativas foram construídas de acordo com padrões modernos destinados a abrigar serviços feitos com tecnologia digital em plenitude.

Se for verdadeiro o aforismo de Gibran Khalil Gibran, quando diz que "o trabalho é o amor tornado visível", o que temos ali é a visualização do amor devotado por gerações de associados ao Esporte Clube Sírio, durante os últimos 83 anos. Um amor que começou a 17 de julho de 1917, quando, em seu aniversário, Milhem Simão Racy ganhou a Presidência da entidade então fundada, durante festa que jovens imigrantes sírios e libaneses lhe ofereciam num quarto de pensão da rua Augusta. Foi esse amor transformado em paixão que fê-los, logo depois, alugar as instalações da Rua do Comércio, onde a agremiação funcionou até 1920.

Tem razão o ilustre arquiteto da Nova Sede Sírio 2000 quando diz que, até a elaboração do Plano Diretor de 1990, a ênfase estava nas atividades esportivas. Durante os primeiros anos de vida, o Sírio fazia-se presente nas praças de esportes do antigo Germânia, hoje Pinheiros, e do Floresta, depois rebatizado com seu verdadeiro e antigo nome: Espéria. Também o Parque Antártica – então chamado de Companhia Antárctica – ligou-se à história do Sírio, pois o primeiro treino de futebol nele aconteceu, em 12 de agosto de 1917. Foi em setembro desse ano que se instituiu o distintivo do clube, com o monograma utilizado até os anos 70.

Até ficar mundialmente famoso, com a conquista do título mundial de basquete, em 1979 – troféu representado por uma das estrelas amarelas do atual emblema –, o Sírio percorreu longo trajeto de lutas, superou dissabores e obteve muitas glórias, depois de uma derrota no futebol, por 3 a 2, diante da equipe dos Cronistas Esportivos, no campo do Floresta, a 20 de janeiro de 1918. Derrota que só serviu para reforçar o brio do time e levá-lo a conquistar, no mesmo ano, o campeonato da 2.ª Divisão.

A apoteose no basquete chegou em 1979, testemunhada por 8 mil pessoas no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, dia 6 de outubro, quando o Sírio derrotou o Bosna, da Iugoslávia, arrebatou a copa

"William Jones" e sagrou-se campeão mundial. Nossa equipe era dirigida por Cláudio Mortari e a excelente atuação de Oscar Schmidt, então com 21 anos, foi decisiva para a vitória. Oscar fez 42 pontos, incluindo dois lances livres que empataram o jogo em 88 a 88 e produziram a prorrogação, na qual vencemos por 100 a 98. Ainda naquele ano, o Sírio também foi campeão paulista e brasileiro, repetindo o feito nos campeonatos brasileiros de 83 e 89.

Com a entrega das novas instalações, a Diretoria acrescentou onze mil metros quadrados construídos ao patrimônio social, incluindo as garagens, para uso dos três mil sócios titulares e seus quatro mil dependentes, bem como dos veteranos já remidos, por certo os maiores vetores do amor como foi exaltado por Gibran. E lembrar que em 1918, com um ano de atividade, o "Sport Club Syrio" tinha 150 associados! Este número cresceu rapidamente nos dois anos seguintes e a sede social precisou ser transferida para um conjunto da Rua Florêncio de Abreu, ao mesmo tempo em que o Parque São Jorge era alugado para servir de sede esportiva. Ainda no princípio de década de 20, o clube comprou uma área de 45 mil metros quadrados na Ponte Pequena, Zona Norte, local preferido pelas demais agremiações paulistanas à época. Nesse espaço, pôde instalar a sede social-desportiva, com quatro quadras de tênis, uma de basquete, um campo de futebol e um lago utilizado nos esportes náuticos.

No final dos anos 40, começaram a surgir as atuais instalações, tornadas famosas com o nome de "A Jóia do Aeroporto", na região adjacente a Congonhas, hoje entre as mais valorizadas no País. O vertiginoso crescimento de São Paulo fizera a área urbana expandir-se em direção à Saúde, distrito que, no início do século, começara a ser povoado por imigrantes italianos e portugueses, espalhados por chácaras e fazendas. Nos anos 30, parte desses terrenos fora loteada e vendida à população por um preço atraente. Com isso, muitas famílias lá foram morar e fizeram o comércio florescer. Imigrantes alemães e japoneses contribuíram para o adensamento populacional da região, nas décadas de 50 e 60. Clubes tradicionais deslocaram suas sedes da Zona Norte para a Sul, no rastro daqueles segmentos da população. O Esporte Clube Sírio seguiu essa tendência. Em 1949, a diretoria vendeu as instalações da Ponte Pequena e, já então com o apoio de alguns sócios abnegados, adquiriu vários lotes de terreno no "Caminho do Aeroporto", uma área total de 56 mil metros quadrados, onde o clube continua a funcionar.

Em 1950, aconteceram as primeiras edificações, de acordo com o plano diretor elaborado pelo arquiteto Ícaro de Castro Mello, com a participação de Roberto Burle Marx. E, de maneira notável, o Sírio começou a influenciar o rápido desenvolvimento imobiliário de toda a região próxima à Avenida Indianópolis, o que o integrou ainda mais na sociedade. Conquistas esportivas sucederam-se, tornando-o cada vez mais conhecido nacional e internacionalmente. Tanto que a segunda estrela amarela de seu emblema representa a vitória do tenista William Kiriakos, campeão do mundial infantil em 1985. Ao mesmo tempo, a imponência das novas instalações contribuiu para enobrecer aquela parte da cidade, como palco de intensa atividade social promovida pelo Sírio. Feiras beneficentes, "shows" internacionais, espetáculos teatrais consagrados, conferências de renomadas personalidades, tudo contribuiu para a merecida fama da agremiação.

Especificar quanto foi investido na nova sede é extremamente difícil. Mas, calcula-se que a edificação representa, em valores imobiliários vigentes na região, acréscimo patrimonial superior a 10 milhões de reais.

Nominar todos os que se engajaram na odisséia de 83 anos é obviamente impossível, mas creio que possam ser representados, sem exceção, pelos líderes que, desde a providencial festa de aniversário, em 1917, exerceram a Presidência do Esporte Clube Sírio. Por isso, louvo esses dirigentes, invocando seus nomes:

Milhem Simão Racy, Fares Dabague, Adib Azem, Antônio Salem, Roberto M. Elias, Cairalla Moherdaui, Nabih Abdalla, Eduardo Salem, Ernesto A. Abdalla, Salim R. Jorge, Eduardo S. Tamer, Michel Nahas, Afif Cury, Chedid Jafet, Waldomiro Maluhy, Antônio J. Riskallah, Walid Yazigi, Lourenço Chohfi, Ramon Semin, Nagib Jafet, Fuad Koraicho, Samir T. Bunducki, Álvaro Lotaif, Nabih C. Sallum, Mário R. Riskallah, Eduardo Eucif Esper, Victor Nacim Abbud e Roberto Cabariti.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, minha paixão e meu entusiasmo pelo Esporte Clube Sírio levaram-me a promover o registro destes fatos nos anais do Senado da República, uma vez que, a meu ver, já estão integrados à História de meu Estado. Mas, fi-lo também porque a visão daquela obra portentosa orientou-me para outro pensamento do cultuado Gibran:

"Tudo o que vês é miragem.

Procures a essência que não se vê".

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não posso

deixar de trazer à reflexão deste Plenário aquilo que considero um dos maiores paradoxos da atual política educacional. Todos nós sabemos, as avaliações o demonstraram e os meios de comunicação já o difundiram à exaustão que a qualidade é, atualmente, o grande dilema da educação brasileira. Apesar disso, recentes medidas governamentais, que tentam desativar experiências bem sucedidas de busca de qualidade no ensino, parecem ignorar a principal demanda educacional do País.

Em relação à educação básica, sabe-se que já estão quase totalmente superadas as dificuldades de acesso e que sua universalização é uma realidade. Entretanto, recentes resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostram uma tendência geral para a queda, particularmente nos testes de Português e Matemática.

Quanto ao ensino superior, as avaliações têm demonstrado a necessidade de investir na qualificação dos docentes, promover a atualização de métodos e processos pedagógicos, incentivar a produção didático-científica e a implantação e expansão de projetos e experiências destinados a estimular a melhoria do ensino, a integração da formação acadêmica com a atividade profissional e a formação de profissionais críticos e atuantes.

Exatamente com esses objetivos, foi criado, em 1979, pelo Professor Claudio de Moura Castro, então Diretor-Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES –, o Programa Especial de Treinamento – PET, destinado a incentivar, nas Instituições de Ensino Superior – IES – o surgimento de grupos de estudo que se dedicassem ao trabalho intelectual em tempo integral, sob a orientação de um professor tutor, num ambiente que favorecesse o envolvimento, a participação e a troca de idéias e experiências entre alunos e professores.

Hoje, o PET está instalado em 59 universidades brasileiras, com 315 grupos em funcionamento, envolvendo, aproximadamente, 3.500 bolsistas. Trabalha com as três vertentes da atividade universitária: ensino, pesquisa, extensão. Cada grupo PET, que conta com 12 alunos e um professor tutor, forma cidadãos que aprendem, durante três anos, a trabalhar em equipe e a irradiar para os demais colegas o espírito de liderança e o compromisso com a geração de conhecimentos para a solução dos mais diversos problemas.

A renovação dos bolsistas é feita anualmente por meio de processo seletivo, quando da saída daqueles que concluem a graduação. Para ser tutor, o professor também passa por seleção. Em vista disso, a maioria dos tutores são aqueles que mais se destacam nas faculdades, estando, portanto, envolvidos em várias outras atividades e projetos, o que enriquece os participantes e gera grupos de excelência.

Em 1997, foi realizada uma pesquisa ampla para avaliar a influência do PET na graduação, uma vez que o desempenho dos grupos já era aferido periodicamente. A pesquisa, coordenada pela Professora E. Galbachevsky, do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP, apontou resultados relevantes, assim sintetizados: "... o PET é um programa bem-sucedido no que se refere aos seus alunos e bolsistas. As oportunidades de treinamento oferecidas pelo programa são ímpares, mesmo quando comparadas com outros programas até certo ponto similares".

No ano seguinte, um grupo de docentes designados pela CAPES procedeu a outra avaliação, cujos resultados, divulgados em abril de 1999, destacavam vários pontos relevantes, entre os quais enfatizamos: melhoria substancial nos cursos de graduação em que o PET se instalou; contribuição notável para promover a proximidade dos alunos com a faculdade e para fazer reaparecer o papel da instituição universitária para os estudantes; otimização da estrutura curricular, refletindo o espírito da Lei de Diretrizes e Bases; fundamental para a implementação de ações dirigidas à comunidade, principalmente aquelas voltadas para o Ensino Fundamental e Médio; formação de profissionais mais bem preparados para integrar a comunidade científica ou as áreas profissionais e empresariais em seus campos de formação.

Em seu parecer final, a Comissão considera: "... o PET é uma das iniciativas mais consistentes e produtivas no sentido de estimular os estudantes e melhorar a qualidade do ensino de graduação no País..."; "... o PET melhora o desempenho global do curso no qual se insere, tanto no que tange à eficiência na formação dos estudantes quanto no que se refere à maior produtividade dos professores..."; "Como uma das prioridades do País, no âmbito educacional, é melhorar a formação superior, um dos mecanismos mais eficazes, instalado no momento, é, sem dúvida, o Programa Especial de Treinamento".

Ao iniciarmos este pronunciamento, falávamos, Senhoras e Senhores, de um paradoxo. Antes de anunciá-lo, porém, fornecemos os elementos que lhes permitissem avaliar sua dimensão e gravidade.

Apesar de todos os aspectos positivos apontados a respeito do PET e, embora as duas avaliações

promovidas tenham sido amplamente favoráveis à sua continuidade e ampliação, inexplicavelmente, os órgãos vinculados ao Ministério da Educação iniciaram um processo de desmonte do programa, que só não teve êxito devido ao amplo apoio que o programa tem recebido dos mais diversos setores da sociedade.

Em 1997, tentaram reduzir o número de bolsistas de 12 para 6, mas, devido a pressões e manifestações em contrário, não realizaram esse intento. A seguir, decretaram que o PET encerraria as atividades em 31/12/99. Apesar de muito esforço, não conseguiram o objetivo. Vencidos no mérito de seu propósito, começaram as manobras no campo da formalidade. Retiraram o PET da CAPES e passaram para a Secretaria de Ensino Superior – Sesu, que não deu continuidade às avaliações anuais.

Várias outras ações foram levadas a efeito no sentido de minar as bases do programa. Retiraram as Taxas Acadêmicas, que eram recursos essenciais para aquisição de equipamentos, livros e material didático. Não foi mais destinada bolsa de mestrado para o melhor petiano de cada grupo, assim como foi cortada a possibilidade de solicitação de professor recorrente. Para não pagar os tutores, a Sesu tem-se servido dos mais diferentes argumentos, todos sem sustentação.

Inegavelmente, o que está ocorrendo é uma ação deliberada por parte do Ministério da Educação para extinguir o PET, o que, convenhamos, é uma política totalmente contrária à construção da Nação Brasileira, haja vista que esse programa foi avaliado como de excelência para o nosso sistema educacional.

Como não podemos acreditar, Sras. e Srs. Senadores, que essa ação deliberada e sistemática seja fruto de idiossincrasias ou caprichos, somos levados a admitir que o comportamento do Ministério da Educação, em geral, e da Secretaria de Ensino Superior, em particular, revelam uma preocupação excessiva com a questão quantitativa, deixando em segundo plano a qualidade das ações empreendidas. Uma das razões que se pode perceber para justificar esse comportamento prende-se à preocupação generalizada de produzir indicadores sociais capazes de justificar as políticas adotadas.

Assim, é notória a ênfase que vem sendo dada a alguns programas sociais, principalmente na área de educação, capazes de produzir, rapidamente, as esperadas mudanças estatísticas dos indicadores, sem que possa ser percebida uma efetiva preocupação com as transformações profundas que a sociedade necessita e espera de seus governantes. Assim, o PET, enquanto um programa de qualidade, voltado à formação de cidadãos conscientes e de lideranças, sofre a discriminação por não poder produzir os índices quantitativos, de cunho estatístico, esperados pelas autoridades nacionais e pelas agências financeiras internacionais.

Outra explicação para as medidas assumidas contra o PET seria considerá-las dentro de um contexto mais amplo de enfraquecimento da universidade pública gratuita – a principal atingida, como forma de fugir da crise financeira, retirando os investimentos no ensino superior, até forçá-lo, quem sabe, a uma inevitável privatização.

De qualquer forma, é um contra-senso. O Governo revela uma preocupação imediatista, conjuntural, comprometendo, com isso, áreas vitais para o desenvolvimento do País, sem o concurso das quais não enfrentaremos a crise do futuro, mesmo que superemos as dificuldades financeiras do momento.

Algumas áreas não podem sofrer cortes sob a alegação econômica, pois a interrupção de seus projetos não só compromete as possibilidades de retomada no futuro, como ocasiona perdas irreparáveis no que já se investiu. É o que acontece com o desenvolvimento de recursos humanos qualificados. É um trabalho que exige continuidade e que acarretará, se interrompido, muito mais prejuízo que economia. Não se trata somente do destino pessoal de algumas centenas de jovens, mas da possibilidade de o País passar a contar com um quadro de profissionais capazes de alavancar o seu desenvolvimento.

Sras. e Srs. Senadores, a morte anunciada do PET fere a autonomia universitária, compromete a expansão quantitativa do ensino superior e neutraliza os esforços empreendidos para a melhoria da sua qualidade. Atinge, portanto, os três pilares sobre os quais, atualmente, assenta-se a demanda da universidade pública brasileira.

Nesse sentido, é necessário colocar em evidência a sensibilidade que o Congresso Nacional tem tido em relação aos efeitos positivos que um programa do tipo do PET tem trazido à sociedade. Graças à ação decisiva de Deputados e Senadores, o PET tem sobrevivido. Se estivesse apenas sujeito ao humor momentâneo dos responsáveis pela execução das políticas públicas, há muito teria desaparecido. Com isso, teria deixado de existir, também, todo um processo educativo de formação de cidadãos atentos e mobili-

zados em defesa dos interesses maiores de nossa sociedade.

Assim, ao tempo em que aproveito este momento para fazer um apelo ao elevado senso de espírito público do Ministro Paulo Renato de Souza, pessoa digna dos nossos efusivos aplausos pela destacada forma com que vem conduzindo as questões atinentes ao Ministério da Educação, e que certamente sinalizará para a melhor solução para esse assunto, subo a esta Tribuna para conclamar todos os colegas Senadores e Senadoras a cerrarem fileiras em defesa do Programa Especial de Treinamento, independentemente de filiação partidária ou adesão ideológica, mas no atendimento dos anseios de toda a comunidade acadêmica, da expectativa de futuro de jovens dedicados e dos altos interesses da Nação Brasileira.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nessa história de equívocos que caracteriza o processo de privatizações à brasileira, talvez o pior de todos os capítulos esteja para acontecer: a anunciada privatização da Companhia Paranaense de Energia, a Copel. Nenhuma das tantas justificativas – falsas ou verdadeiras, mais aquelas que estas – que sustentaram por tantos anos os discursos dos privativistas, poderia ser sacada para ajudar o governador Jaime Lerner e seus formuladores a convencer que a privatização da Copel é necessária. Apenas deslumbrados e fundamentalistas neoliberais, que têm a privatização como um dogma, poderiam apoiar a iniciativa.

A empresa paranaense não se enquadra em nenhum daqueles graves e mortais pecados que teriam marcado as empresas estatais, mundo afora. Justo o oposto. A Copel é extremamente lucrativa, enxuta, eficiente e reconhecida no mundo todo como uma das empresas mais avançadas no setor de geração e distribuição de energia hidrelétrica. Uma empresa-modelo, não apenas no Paraná ou no Brasil.

Assim sendo, por que privatizar a Copel? A resposta é muito simples: o governo arruinou as finanças paranaenses e agora quer queimar a única estatal que restou para fazer caixa e quitar débitos com fornecedores, alguns deles há quase um ano sem receber.

A única forma de fazer isso é vender a Copel. O Banestado já se foi, levado por um escândalo de R$7,5 bilhões; a Sanepar, quase que inteiramente vendida; a Ferroeste tomou o mesmo caminho, e nem as estradas ficaram livres da investida privativista. No entanto, tudo o que foi apurado nesse loucoleilão não reverteu em benefício para a sociedade paranaense e já foi levado pela má administração, irresponsabilidade e etc.

Basta! Os paranaenses não podem manter-se impassíveis diante deste assalto ao erário, mais este atentado contra um patrimônio formado com tanto sacrifício e agora sendo dilapidado pela incompetência, improbidade e ganância. Precisamos reagir. E dez são as razões para que façamos um amplo movimento em defesa da Copel.

A Copel é lucrativa. Em seus 46 anos de existência sempre deu lucro. Um ótimo lucro. No ano passado, de janeiro a setembro, sem contar os meses de alto consumo de energia elétrica, que são outubro, novembro e dezembro, a Copel deu um lucro líquido de R$288,7 milhões de reais. Foi o melhor desempenho entre as principais empresas de energia do país. Para comparar, nesse mesmo período, a gigante paulista Força e Luz lucrou R$28,2 milhões; a privatizada Light teve um prejuízo de R$80,7 milhões e a vizinha Celesc ficou no vermelho, com R$3,2 milhões de prejuízo.

A Copel é uma empresa saudável. O seu patrimônio líquido vem crescendo vigorosamente nos últimos anos. Até setembro do ano passado, ele já chegava perto dos R$5 bilhões de reais, com um dos mais baixos graus de endividamento entre as empresas energéticas do país. A Copel tem participação significativa em 18 empresas. Por exemplo, ela tem 45% da Tradener, comercialização de energia; 51% da Compagás, distribuição de gás; 41% da Sercomtel, telefonia fixa; 45% da Sercomtel Celular; 24,5% da CNI-Onda, provedora da Internet. Todas essas empresas, igualmente, são saudáveis e lucrativas. As ações da Copel são negociadas nas Bolsas de Valores no Brasil e em Nova York, o que torna a empresa conhecida e possuidora de grande capacidade de alavancagem de recursos no mercado internacional, bem como capacitada a conseguir parceiros estratégicos para investimentos de interesse dos paranaenses.

A Copel é tecnologicamente a mais avançada empresa de energia do Brasil nas áreas de geração, transmissão e distribuição. E essa performance é internacionalmente reconhecida. Desde a sua fundação, ela se preocupou com a formação de recursos humanos, atuando em conjunto com a Universidade Federal do Paraná e outros centros de estudos e pesquisas. O Latec, um dos laboratórios especializados criados pela Copel, é hoje um dos mais completos da América Latina. Isso possibilitou a formação de uma

elite de engenheiros paranaenses altamente capacitada a desenvolver novas tecnologias, tornando os processos da Copel produtivos e competitivos, como também possibilitou o surgimento de um grande número de empresas paranaenses fornecedoras do setor energético no país. A tradição de investir em novas tecnologias colocou a Copel como a primeira empresa do setor, no Brasil, a pesquisar alternativas para a produção de energia, depois da crise do petróleo, no início da década de 70. O conhecimento que ela acumulou na busca de fontes alternativas de energia é reconhecido no mundo todo. E esse conhecimento é também um patrimônio dos paranaenses. Ele não tem preço e não pode ser alienado de forma tão irresponsável como pretende o atual governo. Com a privatização da empresa, os centros de formadores de mão-de-obra especializada e difusores de tecnologia serão esvaziados e transferidos para os estados ou países sedes do capital comprador da Copel.

A Copel tem uma estrutura administrativa e funcional enxuta. Ela é um exemplo de estatal que mantém um quadro de funcionários altamente qualificado e na medida certa de suas necessidades. O concurso público para admissão de empregados é uma regra rigorosamente levada em conta.

A Copel é produtora da única matéria-prima tradicional – energia elétrica – que continuará sendo estratégica e consumida intensivamente no novo milênio. A adoção de um novo padrão tecnológico, baseado na microeletrônica e pela incorporação dessa tecnologia aos produtos, fará com que empresas e famílias demandem largamente o consumo de energia elétrica. A Copel é uma das poucas empresas brasileiras com capacidade instalada para fornecer, na quantidade e na qualidade, a energia exigida. E esse pode ser um diferencial, para que o Paraná fomente e atraia investimentos industriais.

Os investimentos feitos pela Copel, ao longo de sua história, somam perto de R$14 bilhões. Esses investimentos já foram feitos e pagos em quase sua totalidade. O que a empresa produz é lucro. Quer dizer, as hidrelétricas construídas pela Copel demandaram um alto volume de investimentos. Depois de prontas, elas se pagaram e hoje dão um grande lucro. Para que essas hidrelétricas funcionem e gerem lucro basta uma única coisa: que chova. Os novos investimentos privados, na área de energia, estão direcionados para sistemas de retorno em menor espaço de tempo, como as termoelétricas a carvão ou a gás. Esses investimentos estão obtendo privilégios governamentais, como ter as tarifas indexadas ao dólar, visto que suas matérias-primas – não renováveis e poluentes – são importadas. Por outro lado, essa indexação garantirá lucros fantásticos, nos próximos anos, às empresas energéticas que utilizam recursos hídricos – renováveis e não poluentes – cujo principal custo é a armazenagem da água nos lagos das barragens. No caso da Copel, esses custos já estão em grande parte amortizados.

O que o governo do Paraná pretende privatizar é essa fantástica perspectiva de lucros. Permanecendo uma empresa estatal, a Copel tem todas as condições de continuar investindo para que seja uma empresa rentável, tecnologicamente avançada e altamente competitiva. Ao contrário do que acontece com algumas empresas estatais de energia elétrica, a Copel não teme a abertura de mercado e a competição. Pelo contrário, deve sair mais fortalecida nessa nova realidade.

A Copel, nessas quase cinco décadas de existência, graças aos seus magníficos lucros, foi usada por todos os governos estaduais para promover o desenvolvimento econômico e social do Paraná. Ela sempre foi um exemplo de como deveria ser uma empresa estatal: eficiente, lucrativa e totalmente voltada aos interesses da população.

Graças à Copel, o Paraná desenvolveu um fantástico programa de eletrificação rural e urbana. No campo, a energia elétrica levou o conforto e o progresso a todas as localidades. Principalmente o pequeno agricultor pode ter acesso a implementos agrícolas modernos, aumentando a produtividade. A oferta abundante de energia elétrica favoreceu o desenvolvimento industrial paranaense. Graças a esse diferencial, o Paraná pode atrair investimentos e desenvolver unidades industriais competitivas. Nas cidades, ainda, todos os habitantes tiveram os benefícios da eletricidade. Registre-se que os subsídios sociais dos governos paranaenses para a eletrificação rural e urbana foram retirados pelo atual governo.

Privatizada, a Copel vai vender energia aonde o preço for mais atrativo, não necessariamente no Paraná, muito menos nas pequenas comunidades de nosso interior. Ela não terá interesse em praticar uma política tarifária que estimule a competitividade das empresas paranaenses, que fomente a atividade econômica, com o aumento da renda, do emprego e da arrecadação de tributos no Estado. Assim, o governo estadual perde a capacidade de adotar uma política que faça da energia elétrica um instrumento de desenvolvimento econômico e social, distribuindo-a a todos os pontos do Paraná, por mais remota e humil-

de que seja a comunidade. A nossa agricultura, cujo avanço muito se deve à democratização do acesso à energia elétrica, certamente vai sofrer as conseqüências da nova realidade.

A Copel está na casa de cada um dos paranaenses. Ela está nas ruas, nas fábricas, nas propriedades rurais. Sua energia, há quase cinqüenta anos, ilumina nossa vida e movimenta o progresso da nossa sociedade. A Copel é nossa. Desfazer-se dela é correr o risco de vermos instalada no Paraná a mesma cobiça pelo lucro, que está levando os consumidores de Estados onde o setor foi privatizado, ao desespero. Basta! A Copel é nossa.

Senador **Roberto Requião,** Presidente Estadual do PMDB– PR – **Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Antônio Anibelli, Edson Strapasson e Ademir Bier,** Deputados Estaduais do PMDB do Paraná.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, terminou neste último sábado a 4ª Mostra de Cinema de Tiradentes.

Durante nove dias, essa charmosa cidade histórica de Minas, que completa este ano 299 anos de existência, se transformou na capital do cinema brasileiro e abriu o calendário anual de eventos cinematográficos do País.

O Auto da Compadecida, de Guel Arraes, foi eleito pelo público o melhor longa-metragem. Entre os curtas, as escolha do público foi para Invenção da Infância, de Liliana Sulzbach. O melhor vídeo foi Secos e Molhados, de Armando Mendzz. Esses trabalhos preferidos do público receberam o troféu Barroco.

A mostra acontece u do dia 19 ao dia 28 de janeiro. Ela vem sendo organizada, desde sua primeira edição, em 1998, pelo jovem casal de empreendedores Raquel Hallak d'Angelo e Quintino Vargas, diretores da empresa Universo Produções, sediada em Belo Horizonte.

Em 1998, 6.400 pessoas atenderam à 1ª Mostra, que apresentou 87 filmes, divididos entre seis curtas, 17 longas e 64 vídeos.

Em 1999, o público subiu para 10.800 pessoas, e 82 filmes foram exibidos, sendo 27 curtas, 22 longas e 33 vídeos.

No ano 2000, o público foi quase três vezes maior do que em 1999, chegando a 28.470 pessoas. O número de filmes subiu para 110, sendo 42 curtas, 29 longas e 39 vídeos.

E o público continuou a crescer, chegando, este ano, a 33.950 pessoas, o que atesta, mais uma vez, o grande sucesso da Mostra de Tiradentes e garante sua posição, alcançada no ano anterior, de maior evento dedicado exclusivamente ao cinema brasileiro.

O objetivo principal da Mostra sempre foi a formação de público. Daí a exibição gratuita, seu caráter não competitivo, o foco na produção recente e a despreocupação com o ineditismo.

A esse primeiro objetivo se agregou, no ano passado, a idéia de promover o retorno do cinema às cidades do interior. Hoje no Brasil, só existem cinemas em cidades com mais de 300 mil habitantes, salvo raras exceções, e nas capitais.

A eficiência, a ampla divulgação, a seriedade e a clareza de princípios com que a Mostra de Tiradentes vem sendo conduzida atraíram à cidade importantes produtores, diretores, investidores, grandes atores e atrizes.

Estiveram lá, na abertura do festival, o senhor Ângelo Osvaldo, secretário da Cultura de Minas Gerais, representando o governador Itamar Franco; o senhor Otávio Elísio, secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, do Ministério da Cultura; e o senhor Francisco Weffort, ministro de Estado da Cultura.

Muito obrigado.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores:

Os órgaos de imprensa divulgaram que os integrantes do Ministério Público Federal ofereceriam representação contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade. A tanto, seriam movidos pelo fato de o Chefe do Poder Executivo reeditar, em 28 de dezembro último, a Medida Provisória nº 2.088-35, que acusam de retirar-lhes as condições necessárias de trabalho, até mesmo impedindo a defesa da sociedade.

No entendimento da Associaçao Nacional do Procuradores da República, esses profissionais têm a obrigaçao de "investigar e processar aqueles sobre quem pesa a suspeita de improbidade administrativa". Portanto, cometeriam crime de prevaricação no caso de as ações desse tipo não serem apresentadas, "toda vez que uma autoridade é suspeita de ter atuado de má-fé contra a administraçao pública", ou de ser omissa.

A representação seria lastreada no art. 85 da Constituiçao Federal, que aponta como crime de responsabilidade do Presidente da República os atos contrários ao livre exercício do Ministério Público.

Em tal hipótese, seria da competência do Congresso Nacional o exame da acusação e a abertura do respectivo processo de **impeachment**.

Os Procuradores do Ministério Público Federal insurgiram-se contra o texto da citada Medida Provisória nº 2.088-35, modificativa da Lei de Improbidade Administrativa, especialmente em face de prever, "num ato de arbítrio", a penalidade de multa aos que impetrassem ações, tidas como improcedentes, contra autoridades públicas.

Um já muito conhecido Procurador, com surpreendente indignação, chegou a avaliar que "o Governo não está interessado em combater a corrupção".

O Governo, todavia, assevera que a Medida Provisória "não é uma retaliação contra a atuação dos Procuradores". Garante a sua constitucionalidade e que está também amparada pelo Código de Processo Civil, ao prever a possibilidade de multa e de ação por perdas e danos contra os Procuradores "que atuarem com má-fé ou com evidente abuso de suas altas prerrogativas".

Por sinal, o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1999, de iniciativa do Presidente da República, procura estabelecer sanção para o caso de revelar o magistrado, o membro do Ministério Público, do Tribunal de Contas, a autoridade policial ou administrativa, ou permitir, indevidamente, que cheguem ao conhecimento de terceiro ou dos meios de comunicação fatos ou informações de que tenha ciência em razão do cargo e que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas.

A verdade é que o objetivo do Governo era apenar o procurador, o delegado ou a autoridade responsável pela acusação da improbidade administrativa de funcionário público, em processo considerado improcedente. Isso significa que os servidores do Estado só poderiam ser acusados do cometimento desse crime mediante ações judiciais formalizadas com documentos comprobatórios.

Essas ações, de que trata a Lei nº 8.429, de 1992, seriam instrumentos de defesa da moralidade no serviço público. Porém, segundo o Ministro da Justiça, "têm sido propostas de forma indiscriminada", criando obstáculos para a atividade administrativa, "em razão do constrangimento dos administradores constantemente chamados a responder imputações infundadas".

Daí se concluir que, de fato, há, de se pôr termo ao condenável excesso que caracteriza a atuação de alguns Procuradores. O semanário **Veja**, a esse respeito, comentando o "tipo de massacre moral que a medida provisória" procura impedir, assinala que "quase todo mundo já percebeu – inclusive a imprensa, que prefere silenciar sobre o assunto com receio de perder acesso às informações – que os procuradores têm tido uma atuação leviana em alguns casos.

Há vezes em que apresentam denúncia apenas com base em uma notícia de jornal, que eles mesmos trataram de deixar vazar por baixo do pano.

É como um jornal divulgar uma denúncia hoje e, no dia seguinte, publicar a notícia de que um procurador 'vai investigar o assunto', num círculo de compadrio entre repórteres e procuradores que, muitas vezes, arrasa reputações com base em indícios frágeis. Se a 'denúncia' é fraca, esquece-se dela dias depois, mas o 'denunciado' já passou pelo constrangimento de ter o nome vinculado a uma tramóia.

Esses fatos não impediram, no entanto, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em gesto de aplaudida boa-vontade, determinasse o cancelamento da sanção pecuniária. Assim, o Ministro José Gregori, da Justiça, já anunciou que, na próxima edição da Medida Provisória nº 2.088-35, será suprimido o parágrafo onze, do artigo terceiro, que impõe a multa de até 151 mil reais aos Procuradores da República que promoverem ações consideradas improcedentes contra as autoridades públicas.

Apesar disso, insistem a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e um partido de oposição em dar continuidade ao confronto, oferecendo ao Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, contra a Medida Provisória, fundamentando o pleito com o argumento principal de que o ato do Governo pode gerar grave insegurança no seio do Ministério Público, "fato que poderá inibir o ajuizamento de grande número de ações".

Dessa forma, resta-nos apenas reconhecer e aplaudir a correta atuação do Governo, no comentado episódio. E esperar que os Procuradores do Ministério Público, no prosseguimento de suas elevadas funções, venham a desprezar o açodamento com que, até agora, vêm levantando suspeitas e formulando acusações descabidas contra autoridades da Administração, sem se dar conta de que, assim procedendo, podem lançar na vala comum dos malfeitores quem, efetivamente, está acobertado pelo manto da inocência.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os que visitam o Estado do Tocantins ficam surpresos

com o acelerado processo de desenvolvimento socio-econômico que tem como palco a mais nova Unidade da Federação.

Em verdade, em virtude de uma estratégia inteligente e criativa de desenvolvimento, o Governo daquele Estado vem atraindo investimentos nacionais e estrangeiros.

Só que, Senhor Presidente, e esse é o aspecto que desejamos enfatizar nesta oportunidade, a atração de recursos para o Tocantins não é promovida a qualquer custo, a qualquer preço. Há uma preocupação ecológica, no sentido de ser preservado o meio-ambiente, os recursos naturais do Estado.

A experiência ocorrida em outras unidades federadas, ou mesmo em outros países, nos conscientizou para o fato de que o desenvolvimento com poluição, com degradação do meio-ambiente, não vale a pena, pois acaba causando a destruição do bem mais precioso que todos possuímos, que é a vida.

No Tocantins, há uma preocupação central, em todos os projetos econômicos lá instalados, no sentido de que a natureza não seja agredida. Muito ao contrário, que seja preservada ou restaurada.

A propósito, é objetivo do Governo do Tocantins tornar-se um centro da ecoindústria e referência no segmento de reciclagem e compostagem.

Todos sabemos que uma das grandes questões de nosso tempo é a da reciclagem, eis que materiais e embalagens não degradáveis acabam por contaminar o meio ambiente, além de configurar um prejuízo econômico inestimável, sempre que não reciclados.

Pois bem, confirmando seu pioneirismo em tantos setores, o Tocantins dispõe de legislação, consubstanciada na Lei nº 1 095, de 1999, que isenta de cem por cento do pagamento de ICMS as operações internas de saída de aparas de papel, papelão, sucatas de metais ferrosos ou não ferrosos, plásticos, resíduos de plásticos, vidros, cacos de vidros e aparas de vidros destinados à reciclagem.

Além disso, os negócios que se instalarem no Estado voltados à reciclagem desses materiais, assim como a montagem de usinas de compostagem de resíduos orgânicos, gozarão da mesma isenção total do ICMS.

Trata-se, a nosso ver, de iniciativa das mais relevantes, significando que nosso Estado busca o desenvolvimento sustentável, prestigiando a ecoindústria.

Fazemos este registro, Senhor Presidente, para mostrar que o Estado do Tocantins quer, sim, investimentos que aumentem seu desenvolvimento socioeconômico, mas que, ao mesmo tempo, não agridam o meio-ambiente, como é o caso da ecoindústria.

Trata-se de um exemplo importante para todo o País e que deve ser seguido, pois sem equilíbrio ecológico nenhuma forma de vida será possível.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

ATO DA MESA Nº 1, DE 2001(*)

Regulamenta a tramitação de requerimento de informação.

A Mesa do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista a edição da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, em especial o disposto em seus arts. 4º e 8º, no uso de sua competência expressa nos arts. 215, I, **a**, e 216, III, **in fine**, do Regimento Interno, resolve:

Seção I
Dos Requerimentos de Informações
Disposições Gerais

Art. 1º O Senador ou Comissão poderão apresentar requerimento de informação, dirigido a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora.

§ 1º O requerimento de informação deverá ser dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão.

§ 2º As informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

Art. 2º O requerimento de informação não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

II – pedidos referentes a mais de um Ministério.

(*)Republicado para inclusão de sugestões do Senador Eduardo Suplicy, alterando a redação do § 1º, do art. 8º, e do **caput** do art. 9º.

Art. 3º Lido na Hora do Expediente, o requerimento de informação será despachado à Mesa, para decisão, no prazo de quinze dias úteis.

§ 1º O requerimento será distribuído pelo Presidente a um relator, que, para apresentar o seu relatório, terá a metade do prazo da Mesa.

§ 2º Aprovado o requerimento pela Mesa, serão solicitadas à autoridade competente as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer.

§ 3º O requerimento aprovado parcialmente será encaminhado à autoridade contendo apenas os quesitos deferidos.

§ 4º Se as informações requeridas estiverem disponíveis no Senado ou tiverem sido prestadas em resposta a pedido anterior, o requerimento de informação será considerado prejudicado.

§ 5º O requerimento de informação rejeitado será arquivado, feita a comunicação ao autor.

§ 6º Nos casos dos §§ 3º a 5º, será feita comunicação ao Plenário.

§ 7º O Presidente poderá, **ad referendum** da Mesa, deferir o requerimento de informação.

Art. 4º As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Art. 5º Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 1º A Mesa poderá, antes de declarar a ocorrência do fato a que se refere o **caput** deste artigo, decidir pela reiteração do pedido de informações, cujo atendimento, nesse caso, deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias.

§ 2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas.

Art. 6º O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao requerimento de informação.

Art. 7º No caso de o requerimento abranger informação de caráter sigiloso, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Seção II deste Ato.

Seção II

Dos Requerimentos de Informações Sigilosas referentes a Operações de Instituições Financeiras (LC nº 105, de 2001)

Art. 8º Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

§ 1º O requerimento, de iniciativa de Senador ou Comissão, deverá conter, na medida do possível, dados como nome do titular, número da conta, instituição financeira, agência, período da movimentação financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas.

§ 2º O requerimento poderá ser dirigido a:

I – Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República;

II – presidente de instituição financeira privada, ou a de entidade a ela equiparada, ou a seu preposto;

III – gerente de agência de instituição financeira privada.

§ 3º Quando as informações pretendidas devam ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou por instituição financeira pública, o requerimento deverá ser dirigido ao Ministro de Estado a que estiver subordinado ou vinculado o órgão informante.

§ 4º Nos termos do § 1º, do art. 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, são consideradas instituições financeiras, para os efeitos deste Ato:

I – bancos de qualquer espécie;

II – distribuidoras de valores mobiliários;

III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários:

IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

V – sociedades de crédito imobiliário;

VI – administradoras de cartões de crédito;

VII – sociedades de arrendamento mercantil;

VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;

IX – cooperativas de crédito;

X – associações de poupança e empréstimo;

XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros;

XII – entidades de liquidação e compensação;

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 5º As empresas de fomento comercial ou **factoring**, para os efeitos deste ato, são equiparadas às instituições financeiras.

Art. 9º Lido na Hora do Expediente, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, no prazo máximo de duas reuniões ordinárias da Comissão.

Parágrafo único. O parecer da CCJ será lido na Hora do Expediente, publicado no **Diário do Senado Federal** e em avulsos.

Art. 10. O requerimento será incluído em Ordem do Dia para deliberação do Plenário do Senado Federal, respeitado o interstício de que trata o art. 280 do Regimento Interno.

§ 1º Para a aprovação do requerimento em Plenário é necessária a maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos Senadores.

§ 2º Aprovado o requerimento, serão solicitadas as informações à autoridade ou à instituição financeira competente, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer.

§ 3º Aplica-se ao requerimento de informação sigilosa referente a operações de instituições financeiras, no que couber, o disposto nos §§ 2º a 6º do art. 3º e nos arts. 4º a 6º deste ato.

Art. 11. A correspondência do Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal encaminhando o pedido de informações deverá mencionar expressamente:

I – a data da sessão em que o requerimento foi aprovado;

II – a informação de que o requerimento foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal;

III – que as informações prestadas e os documentos enviados serão mantidos em sigilo;

IV – a informação de que o prazo máximo para a resposta será de trinta dias; e

V – a transcrição, na integra do art. 10 da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Parágrafo único. Juntamente com a correspondência do Senado, será encaminhada cópia integral do requerimento de informação sigilosa.

Art. 12. Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, quando o destinatário for Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, proceder-se-á nos termos do disposto no art. 5º deste Ato.

§ 1º – Quando o destinatário for uma das pessoas de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 8º, se as informações não houverem sido prestadas no prazo de trinta dias, o Senado encaminhará o caso ao Ministério Público, para a adoção das providências cabíveis.

§ 2º – O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas.

Art. 13. Aos Senadores e às Comissões, no exame e utilização das informações e documentos sigilosos, aplicam-se as regras específicas sobre a matéria estabelecidas no Regimento Interno e em Resoluções conexas.

Art. 14. Além da observância das regras mencionadas no artigo anterior, o Senador, requerente ou não, para ter acesso e manusear as informações requisitadas nos termos desta Seção, deverá assinar termo de responsabilidade, com o propósito de resguardar o indispensável sigilo.

§ 1º – O termo a que se refere este artigo ficará nos autos e dele constará a advertência contida no art. 10 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

§ 2º – O Senador não requerente das informações sigilosas, para ter acesso a elas deverá, mediante requerimento fundamentado, solicitar ao Presidente a transferência do sigilo.

Art. 15. O disposto nesta Seção aplica-se aos documentos recebidos em caráter secreto, confidencial ou reservado.

Art. 16. O Arquivo do Senado Federal deverá reservar estante especial para a guarda dos documentos a que se refere esta Seção.

Art. 17. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. São revogados do Atos da Comissão Diretora do Senado Federal n˚s 14, de 1990, e 22, de 1991.

Sala de Reuniões, 30 de janeiro de 2001. – **Antônio Carlos Magalhães** – **Geraldo Melo** – **Ronaldo Cunha Lima** – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior** – **Casildo Maldaner** – **Eduardo Suplicy.**

(*) EMENDAS

Ato da Comissão Diretora Nº 017 /2000

Autoriza o estabelecimento da REDE DE RETRANSMISSORAS DA TV SENADO EM SINAL ABERTO e dá outras providências.

A Comissão Diretora do Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica autorizado o estabelecimento de uma rede de retransmissoras da TV Senado a operar em sinal aberto em todo o território nacional, nos termos da Portaria nº 235, de 2 de dezembro de 1998, do Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. Integrarão a rede de retransmissoras da TV Senado entidades públicas ou privadas mediante contrato de cooperação e retransmissão, sem ônus para o Senado Federal.

Art. 2º Fica aprovado o Regulamento da **REDE DE RETRANSMISSORAS DA TV SENADO EM SINAL ABERTO - REDE SENADO DE TELEVISÃO.**

Art. 3º A receita proveniente da cessão de produtos e serviços oferecidos pela Secretaria de Comunicação Social do Senado será creditada no Fundo do Senado Federal - FUNSEN, de forma identificada que permita seu uso posterior, exclusivo, pela própria Secretaria de Comunicação Social.

Parágrafo único. O Diretor-Geral providenciará a inclusão, no orçamento do FUNSEN, de programa de trabalho que permita a execução do disposto neste artigo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 2000.

REGULAMENTO
DA
REDE DE RETRANSMISSORAS DA TV SENADO EM SINAL ABERTO

REDE SENADO DE TELEVISÃO

CAPÍTULO I
DAS GENERALIDADES

Art. 1º Fica instituída, nos termos deste Regulamento, a **REDE DE RETRANSMISSORAS DA TV SENADO EM SINAL ABERTO - REDE SENADO DE TELEVISÃO.**

Art. 2º A Rede Senado de Televisão é integrada pela geradora em UHF da TV Senado, em Brasília, e por entidades que, sob Contratos de Retransmissão, operarão, em todo o território nacional, Serviços de RTV da TV Senado, nos termos da legislação em vigor, em especial o Decreto N.º 2.593, de 15 de maio de 1998 e os documentos legais que vierem sucedê-lo ou alterá-lo.

Art. 3º O Senado Federal concederá autorizações, por meio de Contratos de Retransmissão, a entidades públicas ou privadas, nos termos da legislação em vigor, para que operem Serviços de RTV da Rede Senado de Televisão.

§ 1º O Senado Federal deverá dar prioridade, sem prejuízo da qualidade de retransmissão do sinal da TV Senado, ao estabelecimento de Contratos de Retransmissão com Casas Legislativas.

§ 2º Não se tratando do disposto no parágrafo primeiro, o Senado Federal deverá dar prioridade, sem prejuízo da qualidade de retransmissão do sinal da TV Senado, ao estabelecimento de Contratos de Retransmissão com entidades públicas.

§ 3º O Contrato de Cooperação e Retransmissão terá prazo indeterminado, não cabendo às partes pagar indenização de qualquer espécie quando de sua extinção a qualquer título, que se dará mediante ato justificado.

Art. 4º Caberá ao Senado Federal a solicitação de autorização de Serviços de RTV junto ao Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do encaminhamento e manutenção das autorizações de Serviços de RTV deverão ser objeto de ressarcimento ao Senado Federal, por parte das Operadoras de Serviço de RTV da Rede Senado de Televisão.

Art. 5º As entidades integrantes da Rede Senado de Televisão somente poderão retransmitir a programação da TV Senado.

CAPÍTULO II
DA FINALIDADE

Art. 6º A Rede Senado de Televisão tem por finalidade ampliar o alcance de transmissão da TV Senado de modo a garantir ao cidadão o direito constitucional de acesso à informação.

Parágrafo único. São objetivos específicos da Rede Senado de Televisão:

I - divulgar, em todo o território nacional, em sinal aberto, a atividade legislativa e parlamentar desenvolvida no âmbito do Senado Federal e Congresso Nacional;

II - facilitar ao cidadão exercer seu direito de acompanhamento à fiscalização, sem restrições, das atividades desenvolvidas pelos parlamentares que ele elegeu;

III – contribuir para a elevação do nível de informação e da qualidade de vida da sociedade brasileira, veiculando programas de caráter educativo, cultural e científico;

IV - fomentar o intercâmbio e a troca de experiências entre as instâncias federal, estaduais e municipais do Poder Legislativo.

CAPÍTULO III
DAS DEFINIÇÕES

Art. 7º Para efeito deste Regulamento, são adotadas as seguintes definições:

I - **Estação Geradora:** é o conjunto de equipamentos, dispositivos, acessórios e instalações prediais incluindo os estúdios, destinados a gerar, processar e transmitir os sinais de sons e imagens da emissora.

II - **Estação Retransmissora**: é o conjunto de equipamentos (receptor, transmissor e acessórios) e instalações prediais, necessários para captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los, simultaneamente, para recepção pelo público em geral.

III - **Operadora Autônoma de Serviço de RTV da Rede Senado de Televisão**: é a entidade autorizada pelo Ministério das Comunicações a operar um Serviço de RTV e que retransmite os sinais da TV Senado. Por ter se constituído em data anterior à vigência deste Regulamento detém, ela própria, a autorização do Serviço de RTV.

IV - **Operadora de Serviço de RTV da Rede Senado de Televisão**: é a entidade autorizada pelo Senado Federal a operar uma autorização de Serviço de RTV para retransmissão dos sinais da TV Senado. Nestes casos, o Senado Federal é quem detém a autorização do Serviço de RTV expedida pelo Ministério das Comunicações.

V - **Termo de Adesão**: é o documento firmado entre o Senado Federal e a instituição que pretende tornar-se uma Operadora de Serviço de RTV da Rede Senado de Televisão. Este documento estabelece compromissos preliminares, além da manifestação das partes de que pretendem firmar um Contrato de Cooperação e Retransmissão.

VI - **Contrato de Cooperação e Retransmissão**: é o documento firmado entre o Senado Federal e a instituição que, assim, torna-se uma Operadora de Serviço de RTV da Rede Senado de Televisão. Por meio deste documento são estabelecidas as bases, competências, direitos e obrigações das partes para que seja dado início à atividade de retransmissão do sinal da TV Senado.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8 Compete à Subsecretaria TV Senado:

I - Planejar, propor, montar e veicular programação especialmente voltada às comunidades municipais;

II - Coordenar a produção de programas de treinamento à distância voltados às comunidades municipais;

III - Propor a assinatura de convênios de cooperação técnica com entidades públicas e privadas visando a cessão, co-produção, aquisição de programas de interesse das comunidades municipais;

IV - Definir, coordenar e executar procedimentos que garantam a qualidade da programação oferecida pela Rede Senado de Televisão.

V - Manter o cadastro de entidades com as quais os Senado Federal firmou ou firmará Termos de Adesão e Contratos de Retransmissão;

VI - Cumprir e fazer cumprir as cláusulas dos Termos de Adesão e Contratos de Retransmissão;

VII - Gerir os Contratos de Retransmissão.

§ 1º Para o cumprimento das competências previstas neste artigo, a Subsecretaria TV Senado utilizará subsidiariamente seu Manual de Procedimentos e de Redação.

Art. 9 Compete à Subsecretaria de Técnica e Eletrônica:

I - Definir, coordenar e executar procedimentos que garantam a qualidade técnica do serviço ofertado pela Rede Senado de Televisão;

II - Definir e executar os procedimentos para a obtenção e manutenção de autorizações de Serviços de RTV junto ao Ministério das Comunicações;

III - Fornecer informações técnicas a entidades que manifestem interesse em integrar-se à Rede Senado de Televisão;

IV - Analisar e instruir para decisão superior os aspectos técnicos de propostas de adesão de entidades à Rede Senado de Televisão.

Art. 10 Compete à Advocacia do Senado:

I - Analisar e dar parecer quanto a processos relativos a propostas de assinatura de Termos de Adesão e Contratos de Retransmissão.

Art. 11 Compete ao Diretor da Secretaria de Comunicação Social:

I - Definir a política estratégica a ser adotada na direção da Rede Senado de Televisão;

II - Recomendar sejam firmados Termos de Adesão e Contratos de Retransmissão;

III - Recomendar sejam firmados convênios de cooperação técnica com entidades públicas e privadas visando a cessão, co-produção, aquisição de programas de interesse das comunidades municipais;

IV - Coordenar a operação da Rede Senado de Televisão, através da estrutura da Secretaria de Comunicação Social e suas subsecretarias;

V - Responder, em última instância, mediante provocação das operadoras de RTV da Rede Senado, e com base em parecer da Subsecretaria TV Senado, questionamentos relativos à execução de Termos de Adesão e de Contratos de Cooperação e Retransmissão.

Art. 12 Compete ao Diretor-Geral do Senado:

I - Submeter propostas de Termos de Adesão e Contratos de Retransmissão para apreciação e autorização do Presidente do Senado Federal;

II - Celebrar Termo de Adesão com entidade pública ou privada visando posterior Contrato de Cooperação e Retransmissão;

III - Celebrar Contrato de Cooperação e Retransmissão com entidade pública ou privada visando sua integração à Rede Senado de Televisão;

IV - Celebrar convênios de cooperação técnica com entidades públicas e privadas visando a cessão, co-produção, aquisição de programas de interesse das comunidades municipais.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 A Secretaria de Comunicação Social estabelecerá e dará divulgação a normas que garantam a qualidade técnica do serviço ofertado pela Rede Senado de Televisão.

Art. 14 A partir da vigência deste Regulamento somente serão autorizados Contratos de Retransmissão para a implantação de Operadoras de Serviços de RTV da Rede Senado de Televisão.

Parágrafo único. Não será admitida a implantação de Operadoras Autônomas de Serviços de RTV da Rede Senado de Televisão, exceto quando se tratar de entidades que, já operando como Serviço de RTV de outras estações geradoras, decidam migrar para a Rede Senado de Televisão.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 001, DE 2001

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao período de setembro a dezembro de 2000, na forma do anexo, nos termos dos arts. 18, 19 e 71 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 2001.

ANEXO I

(Ato da Comissão Diretora nº 001/2001)

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2000

LRF, arts. 54 e 55 R$

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA LIQUIDADA	
	Últimos 12 meses	Até o Quadrimestre
A) DESPESA DE PESSOAL (1)(*)	674.243.711,23	674.243.711,23
ATIVOS	440.105.105,50	440.105.105,50
INATIVOS E PENSIONISTAS	234.138.605,73	234.138.605,73
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (artigo 18, § 1º)	0,00	0,00
B) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (**)	145.110.650.000,00	145.110.650.000,00
C) PERCENTUAL DESPESA/RCL	0,46%	0,46%
D) LIMITE PRUDENCIAL (2)	0,82%	0,82%
E) LIMITE LEGAL (3)	0,60%	0,60%

(*) Fonte: SIAFI

(**) Fonte: Portaria STN nº 21, de 24 de janeiro de 2001.

(1) Calculada na forma do caput do art. 18, excluídas as despesas previstas nos incisos I e III do § 1º do art. 19, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000

(2) e (3) Limites calculados, respectivamente, de acordo com o parágrafo único do artigo 22 e o art. 71, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

MARTHA LYRA NASCIMENTO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO II

(Ato da Comissão Diretora n 001/2001)

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a".

R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ATIVO DISPONIVEL	57.025.787,82	PASSIVO CONSIGNADO	1.526.419,33
Disponibilidade Financeira	57.025.787,82	Depósitos de Diversas Origens	533.368,52
Caixa	0,00	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	825.745,94
Banco	57.025.787,82	Outras Obrigações Financeiras	167.304,87
Conta Movimento (Conta Única)	6.982.572,64		
Depósitos em Trânsito em 31 de dezembro	2.868,17		
Limite de Saque com Vinculação de Pagame	48.392.752,08		
Contas Vinculadas	648.747,47		
Aplicações Financeiras	998.847,46		
SUBTOTAL	57.025.787,82	SUBTOTAL	1.526.419,33
INSUFICIÊNCIA	0,00	SUFICIÊNCIA	55.499.368,49
TOTAL	57.025.787,82	TOTAL	57.025.787,82

Fonte: SIAFI

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

MARTHA LYRA NASCIMENTO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO III

(Ato da Comissão Diretora nº 001/2001)

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2000

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b". R$

PODER/ÓRGÃO	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS		DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS		
LEGISLATIVO					
SENADO FEDERAL	825.745,94	11.413.409,97	27.527.974,88	55.499.368,49	0,00
TOTAL	825.745,94	11.413.409,97	27.527.974,88	55.499.368,49	0,00
		38.941.384,85			

Fonte: SIAFI

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

MARTHA LYRA NASCIMENTO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO IV

(Ato da Comissão Diretora nº 001/2001)

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2000

LRF, art. 72. R$

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 1999	EXERCÍCIO DE 2000
Receita Corrente Líquida - RCL (A)	124.300.787.000,00	145.110.650.000,00
Serviços de Terceiros (B)	71.125.920,91	85.473.105,53
COMPROMETIMENTO DA RCL COM SERVIÇOS DE TERCEIROS (B/A) - %	0,06	0,06

Fonte: SIAFI, Portarias STN nºs 468/2000 e 21/2001

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

MARTHA LYRA NASCIMENTO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ata da 3ª Sessão Não Deliberativa em 5 de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Carlos Patrocínio e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 368/2000-MMA/GM

Brasília, 28 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Ofício nº SF/1.437/2000, de 18 de outubro de 2000, em que Vossa Excelência encaminha exemplar do **Diário do Senado Federal** nº 155, de 6 de outubro de 2000, que publica o Relatório Final da Comissão Temporária criada por iniciativa do Senador Roberto Freire, no qual se recomenda a urgente criação de Comitês de Bacias Hidrográficas, nos termos definidos pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Dentre os dispositivos da Lei nº 9.433, a "Lei das Águas", alguns dos mais importantes dizem respeito à participação da sociedade no processo decisório da gestão de recursos hídricos. Esta participação acontece principalmente no Comitê de Bacia Hidrográfica, coração do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Lei das Águas, promulgada em janeiro de 1997, teve, inicialmente, regulamentado o capítulo referente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, devido à sua importância para o funcionamento do Sistema. Ressaltam-se as dificuldades técnicas e legais para regulamentar o restante da matéria, dada a complexidade dos assuntos tratados.

Uma das inovações da referida lei é que a sociedade deve se organizar para a formação dos Comitês, modificando a prática do passado, onde o Poder Executivo implantava os Comitês, sem a participação dos diferentes agentes interessados no uso dos recursos hídricos.

Por outro lado, a falta da regulamentação da lei retardou a formação de Comitês, lacuna que veio a ser sanada pela edição da Resolução nº 5, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo diretrizes gerais para este fim.

Com essa medida, além de quatro Comitês criados anteriormente à Lei das Águas, que estão sendo reformulados para adequá-los às disposições da referida lei, propostas de criação de Comitês estão sendo estudadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tem a atribuição de aprová-los. Dentre eles, destacam-se os Comitês das Bacias dos rios Doce, Mucuri, Jucuruçu e Buranhém.

As áreas referidas no Relatório Final da supracitada Comissão pertencem, principalmente, às Bacias dos rios Mundaú e Una, em análise na Secretaria de Recursos Hídricos deste Ministério, com vistas à formação dos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, o que, todavia, ainda demandará algum tempo, tendo em vista que a formação e implementação de um Comitê de Bacia Hidrográfica é um processo de mobilização e articulação envolvendo vários segmentos da sociedade.

Vale dizer, Senhor Presidente, os efeitos de enchentes e desmoranamentos não encontram na criação de Comitês de Bacia a solução de curto prazo. A imediata reversão desses efeitos se dá por ação dos órgãos de Defesa Civil que atuaram no sinistro apontado no ofício de Vossa Excelência.

Para conhecimento de Vossa Excelência, encaminho, em anexo, o Despacho do Senhor Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos, deste Ministério, datado de 27 de dezembro de 2000.

Atenciosamente, – **José Sarney Filho**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O aviso lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 426, de 2000.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Aviso nº 256/MME

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº SF/1.309, de 13 de setembro de 2000, que trata do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 185/95, destinada a apurar denúncias veiculadas na Imprensa Nacional sobre a atividade de mineração no Brasil, transmito a Vossa Excelência as seguintes informações:

1 – Quanto ao item 5 das recomendações do Relatório – o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM absteve-se de implementar a recomendação constante do referido item, em virtude do cumprimento da legislação mineral brasileira em vigor. Nesse item, foi recomendado, por solicitação das Cooperativas e Sindicatos de Garimpeiros, que se fizesse análise e revisão de dados constantes nos Relatórios de Pesquisa das áreas requeridas pela MS Mineração Ltda. Cabe assinalar que tal procedimento não é previsto na legislação. O Relatório de Pesquisa é analisado por técnico do DNPM, habilitado para tal, não sendo permitida ingerência externa de qualquer natureza.

2 – Quanto ao item 6 das recomendações do Relatório – não houve descumprimento do item II dos Alvarás de Pesquisa referentes aos Processos de Mineração nºs 880.391/87 e 880.393/87. Quanto à questão do não-cumprimento do Acordo de Ordenamento entre a MS Mineração Ltda. e as Cooperativas de Garimpeiros, cumpre informar que tal Acordo, na verdade, foi uma tentativa de entendimento entre as partes envolvidas, não cabendo ao DNPM exigir o seu fiel cumprimento, por não ser de sua alçada legal este tipo de procedimento.

(Fls. 2 do Aviso nº 256/MME, de 28 de dezembro de 2000.)

3 – Quanto ao item 7 das recomendações do Relatório – a Lei nº 7.805/89, que cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), estabelece que as Cooperativas de Garimpeiros terão prioridade nas áreas onde estejam atuando, desde que a ocupação tenha ocorrido nos seguintes casos:

I – em áreas consideradas livres nos termos do Decreto-Lei nº 227/67 (Código de Mineração);

II – em áreas requeridas com prioridade, até a entrada em vigor desta lei; e

III – em áreas onde sejam titulares de lavra garimpeira. No item em questão, não ocorreu nenhuma das três situações elencadas na lei. A Cooperativa dos Garimpeiros de Rondônia Ltda. protocolizou o requerimento de PLG nº 880.139, em 1989. A Cooperativa Mineradora dos Garimpeiros de Rondônia Ltda., com o requerimento de PLG nº 880.034, deu entrada no ano de 1992. Entretanto, as áreas pretendidas pelas duas cooperativas, objeto das PLG citadas, já tinham sido requeridas, desde 1987, para pesquisa por parte da MS Mineração, posteriormente sucedida pela Empresa Brasileira de Estanho S.A. – EBESA, Processos nºs 880.391/87 e 880.393/87. Os respectivos Alvarás foram expedidos em 1988.

Tendo em vista a complexidade da situação existente na região, foi firmado um Acordo de Ordenamento, em 1990, entre a Ebesa e as cooperativas, visando disciplinar a explotação do jazimento e conseqüentemente reduzir os conflitos sociais ali constatados.

As concessões de lavra (referentes aos Processos nºs 880.391/87 e 880.393/87) foram outorgadas à Ebesa, em 1991, para produzir e comercializar o produto da lavra na região de Bom Futuro. A titular dos direitos minerários exigiu, por força do mencionado Acordo de Ordenamento: que a continuidade das atividades extrativas dos cooperados, ficassem subordinadas ao seu Plano de Aproveitamento Econômico, aprovado pelo DNPM e ao respectivo Plano de Controle Ambiental; e que parte da produção das cooperativas fosse comercializada pela Ebesa para adquirentes indicados e escolhidos pelos cooperados.

Posteriormente, as cooperativas optaram por questionar judicialmente os títulos minerários, outorgados pelo Governo Federal (DNPM e Ministério de Minas e Energia) à Ebesa, sob alegação de que teriam o benefício da prioridade constitucional, para o recebimento das concessões de lavra. Tais ações, até o momento, continuam tramitando no Poder Judiciário, sem a participação do DNPM.

(Fls. 3 do Aviso nº 256/MME, de 28 de dezembro de 2000.)

4 – Quanto ao item 8 das recomendações do Relatório – sobre a questão ambiental – o DNPM tomou todas as providências, solicitando que a Cooperativa Mista dos Garimpeiros do Centro Leste de Minas Gerais – COOGEMIG, permissionária, apresentasse ao DNPM a correspondente Licença Ambiental, o que foi realmente efetivado (cópia anexa).

Quanto ao descumprimento dos termos de acordo inserido no processo de outorga da Permissão de Lavra – no período de 8-10-96 a 17-10-96, o

DNPM realizou vistoria **in loco** e constatou que a COOGEMIG estava sob nova direção e com novos compromissos sendo firmados, com os membros da antiga Associação dos Garimpeiros de Nova Era, para realização de lavra conjunta e retirada de ações movidas por ambas as partes perante o Poder Judiciário.

Atenciosamente, **Rodolpho Tourinho Neto,** Ministro de Estado de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O aviso lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 185, de 1995.

Sobre a mesa avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 1.587 – GP/TCU

Em, 27 de dezembro de 2000

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 281-11/2000-PRES, dessa procedência, informo a Vossa Excelência que em virtude dos apontamentos resultantes da CPI do Judiciário, levantados por essa Casa Legislativa, este Tribunal exarou a Decisão nº 1056/2000-TCU-Plenário, determinando à Unidade básica competente desta Corte de Contas, entre outras providências, a apuração dos fatos inéditos ou que necessitem de maior aprofundamento e o encaminhamento de cópia dos documentos que não se referem a órgãos jurisdicionados ao TCU aos Tribunais de Contas correspondentes.

Por oportuno, encaminho a V. Exa. cópia da referida Decisão Plenária, do relatório e voto que a precedem, bem como dos encaminhamentos dela decorrentes.

Atenciosamente, **Iram Saraiva**, Presidente.

Aviso nº 3-GP/TCU

Em, 2 de janeiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao OF.281-11/2000 – PRES, dessa procedência, informo à V. Exª as ações de fiscalização empreendidas por este Tribunal em relação aos fatos constantes do resumo da correspondência acima citada, relativamente ao Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região, e que foram ou estão sendo apurados nos seguintes processos:

– TC-350.130/1995-7 – Tomada de Contas Especial do TRT – l6ª Região, instaurada pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Maranhão, em observância ao item 8.1 da Decisão nº 250/95-TCU-Plenário, após apuração de irregularidades na concessão de diárias a servidores do TRT, motivada por denúncia do Sindicato de Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado do Maranhão – SINTRAJUFE/MA, originária do TC-021.295/1994-8, ao qual este foi juntado. Processo no Gabinete do Procurador-Geral do TCU desde 4-12-2000 com proposta de mérito.

– TC-350.296/1995-2 – Denúncia contra ato do Presidente do TRT – 16ª Região que demitiu o Sr. Paulo Roberto Rios Ribeiro, então Presidente do SINTRAJUFE. Argüição de ilegalidade do ato. Invocação do art. 55, § 2º, da Lei nº 8.443/92 (Orgânica do TCU). Ato contraditado objeto de ação judicial. Pela Decisão nº 155/95 – TCU – Plenário, foi decidido conhecer da denúncia para, no mérito, considerar que foge à competência deste Tribunal pronunciar-se ou determinar providências em relação aos fatos específicos suscitados na denúncia, enquanto a questão estiver "sub-judice." Processo encerrado.

– TC – 350.040/1993-1 – Denúncia contra o Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região. Decisão nº 085/95 – Ata 9 – Plenário, do Tribunal, determina ao órgão destinar as funções gratificadas, criadas pela Lei 7.819/89, tão-somente a servidores de cargo de provimento efetivo de seu Quadro Permanente de Pessoal. STF comunica deferimento, em parte, do mandado de segurança número 22321, impetrado pelo Tribunal Regional do Trabalho – 16ª Região, contra a decisão do TCU, anulando as decisões nºs 531/94, 085/95 e 241/95, na parte em que determinaram ao TRT – 16ª Região "que destine as funções gratificadas, criadas pela Lei nº 7.819, de 15 de setembro de 1989, tão-somente a servidores de cargos de provimento efetivo de seu Quadro Permanente de Pessoal" (Processo TC-001.172/1998-0). Processos encerrados.

– TC-018.730/1996-5 – Denuncia contra o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a respeito de contratação indevida da Empresa Curso Reciclagem LTDA., para ministração de cursos na área jurídica. Pela Decisão 439/98 – Plenário – Ata 27/98, o Tribunal, diante das razões expostas pelo Relator, decide considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. Processo encerrado e juntado ao

TC-350.174/1997-0 (Prestação de Contas de 1996 do TRT – 16ª Região).

– TC-013.225/1997-9 – Denúncia sobre irregularidades no preenchimento de cargo de confiança, consistindo em nomeação de parente de magistrado para ocupação de cargo em comissão na Junta de Conciliação e Julgamento de Barra do Corda/MA. Impetrado Pedido de Reexame da Decisão nº 566/98, do TCU, que determinou revogação do ato de nomeação, sendo negado o seu provimento. Novamente o órgão se insurge contra referida Decisão do TCU, ingressando com Embargos de Declaração, não sendo conhecida a petição por não preencher os requisitos de legitimidade, visto estar firmada por Juiz sem competência para representar o TRT – 16ª Região junto a Tribunais Superiores. O TRT acata Decisão e revoga o ato de nomeação questionado. Processo encerrado.

Respeitosamente, **Humberto Guimarães Souto**, Presidente.

Aviso nº 4 – GP/TCU

Em, 3 de janeiro de 2001

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 281-11/2000-PRES, dessa procedência, informo a Vossa Excelência que, com relação à denúncia contra o TRT 18ª Região, que versa sobre a ilegalidade de concessão de licença-prêmio a magistrado, relacionada no documento nº 013646-99 dos apontamentos resultantes da CPI do Judiciário, levantados por essa Casa Legislativa, este Tribunal já se manifestou a respeito nos autos do TC 325.205/1994-9, conforme Decisão nº 299/1995-TCU-Plenário, cuja cópia, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentaram, segue anexa.

Atenciosamente, **Humberto Guimarães Souto**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os avisos lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Ofício nº 112/2000/Gab

Florianópolis(SC), 19 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em conformidade com o que determina a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, art. 2º, parágrafo único, o breve relatório e atual fase do processo-crime nº 2000.72.00.001926-0, em que são denunciados Paulo Afonso Evangelista Vieira e outros, que teve origem nos fatos apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, nos anos de 1995 e 1996", que teve curso no Senado da República, o seguinte:

1) A denúncia foi recebida em duas oportunidades, ou seja, em 16-5-2000 e 7-8-2000;

2) os interrogatórios dos denunciados ocorreram nas datas seguintes:

22-6-2000 – Fábio Barreto Nahoum, Mauro Enrico Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon (conforme esclarecido adiante);

23-8-2000 – Nival do Furtado de Almeida e Wagner Baptista Ramos;

20-9-2000 – Paulo Sérgio Galotti Prisco Paraíso e Oscar Falk;

22-9-2000 – João Carlos Von Hohendorff, Maurício Luiz Pasqualini, Fernando Ferreira de Mello Júnior; e

25-9-2000 – Paulo Afonso Evangelista Vieira, Marco Aurélio de Andrade Dutra e Francisco José Grossi, Jairo da Cruz Ferreira.

Relativamente ao co-denunciado Napoleão Xavier do Amarante, seu interrogatório designado inicialmente para o dia 20-9-2000, foi suspenso por medida liminar no **Habeas Corpus** nº 2000.04.01.110148-9/SC, sendo que, ao final, foi denegada a ordem no mencionado **habeas corpus**, pela Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal da Quarta Região, vencida a Juíza Ellen Gracie Northfleet, hoje Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Em decorrência, foi designada a data de 18-12-2000, para o interrogatório de Napoleão Xavier do Amarante, ao qual este não compareceu, alegando motivo de saúde, sendo designada, em substituição, nova data, ou seja, 19-1-2001.

No que se refere aos co-denunciados Fábio Barreto Nahoum, Mauro Enrico Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon, estes se negaram a responder as perguntas de seus interrogatórios, sob a alegação de que somente o fariam após definida a competência, o que ocorreu através da Exceção de Incompetência e, em decorrência foi designado o dia 9-2-2002, para referido ato processual (interrogatórios).

Atualmente, pois, o processo-crime em questão se encontra aguardando as audiências designadas e antes referidas.

Saudações, – **Celso Wigger,** Juiz Federal Substituto, Vara Federal Criminal, Circunscrição Judiciária de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 1.101, de 1996.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Ofício GPR/Nº 9.007/2000

Brasília/DF, 13 de outubro de 2000

Senhor Presidente,

Em atenção e resposta ao Ofício nº 280-4/2000 – PRES, datado de 3 do corrente, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para informar-lhe que os elementos ali referidos foram prontamente encaminhados à Corregedoria de Justiça deste Tribunal, para as devidas providências, na forma da lei e do Regimento Interno desta Corte.

Atenciosamente, – Desembargador **Edmundo Minervino**, Presidente.

Ofício nº 590/00 – FCO
Procedimento nº 64.106.0/2 – TJ
(favor utilizar esta referência)

São Paulo, 15 de dezembro de 2000

Senhor Senador,

Por delegação do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça (artigo 116, inciso XIV, da Lei Orgânica do Ministério Público e Portarias 1219 a 1222/00) e em atenção ao ofício SF/1485/00, de 20 de outubro de 2000, informo a Vossa Excelência que foi instaurado procedimento nesta Procuradoria Geral de Justiça para apurar irregularidades nas adoções internacionais ocorridas na comarca de Jundiaí, sendo autuado sob nº 17.802/98-PGJ, encaminhado ao Egrégio Tribunal de Justiça e distribuído ao Desembargador Mohamed Amaro, sob nº 64.106.0/2 — TJ, encontrando-se, atualmente, em diligências.

Restrito ao exposto, apresento a Vossa Excelência nossas respeitosas homenagens.

Ricardo José Negrão Nogueira, Procurador de Justiça.

Ofício GP nº 839/2000

Vitória/ES, em 28 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, formulada através do OF.280-8/2000-PRES, de 3-10-00, quando foi encaminhada relação de documentos protocolados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento n° 118/99 – CPI do Judiciário -, e cuja apreciação foi julgada de competência deste órgão, remeto, em anexo, as informações prestadas pelo Exmo. Sr. Juiz do 1º grau, Dr. Benício Ferrari.

Na oportunidade, renovo meus votos de elevada estima e superior consideração.

Atenciosamente, – Desembargador **Geraldo Corrêa da Silva**, Presidente.

OFÍCIO Nº 06/2001 – PRE

Cuiabá, 15 de janeiro de 2001

Sr. Senador Presidente do Senado Federal:

Em cumprimento ao disposto na Lei 10.001/2000, art. 2º, parágrafo único, remetemos a comunicação prevista, relativa ao procedimento administrativo de apuração dos fatos objeto da CPI do Judiciário.

Antes de mais, temos o dever de observar que a sistemática de fiscalização e apuração de faltas dos magistrados brasileiros está prevista na Lei Complementar nº 35/79, Lei Orgânica da Magistratura Nacional, art. 27 e seus incisos, que estipula uma fase preliminar e anterior à instauração do processo administrativo. Por determinação legal, o magistrado acusado possui quinze dias para apresentação de defesa prévia e posterior remessa à sessão para deliberação do Tribunal Pleno acerca da abertura ou não de processo disciplinar contra o magistrado Portanto, no caso do Judiciário de Mato Grosso, que possui apenas 20 (vinte) membros e não detém Órgão Especial para este fim, é o Tribunal em sua composição Plenária que decide se instaura ou não o processo administrativo apuratório e penalizador contra, na hipótese, os Desembargadores e o Juiz mencionados na "CPI do Judiciário" do Senado Federal.

Nesta esteira, recebido o relatório da "CPI do Judiciário" pelo anterior Presidente do Tribunal, em janeiro de 2000, o processo ficou paralisado por quase cinco meses. Lamentavelmente, tão somente após o triste falecimento do Exmo. Des. Presidente que nos antecedeu é que pudemos dar o impulso procedimental necessário.

Foram os autos, então, remetidos por esta Presidência ao Plenário do Tribunal, isto em 22-5-2000, objetivando a que o colegiado deliberasse acerca da notificação dos envolvidos para apresentação de defesa prévia, tudo visando futura instauração ou não de processo administrativo. Como pairavam dúvidas à respeito da competência do Tribunal na apreciação

dos fatos imputados ao magistrados, na ocasião firmamos o posicionamento de que o próprio Poder Judiciário Estadual local detinha a competência para apurar, orientar e penalizar seus membros no que concerne a esfera administrativa e tinha, ainda, o dever funcional de atuação dos desembargadores que o compõe (vide manifestação de fl. 963/966-TJ, em anexo).

O Pleno decidiu, na sessão de 15-6-2000, então, iniciar procedimento disciplinar contra os 3 desembargadores e o juiz acusados e, cumprindo o art. 27 da LOMAN (LC 35), concedeu 15 dias para apresentação de defesa prévia, como estipulado (decisão – fl. 967-TJ, acostada – Ofícios de intimação – fls. 969, 970 e 972-TJ).

Houve, outrossim, dificuldades na tentativa de intimação do Juiz acusado, consoante se vê das certidões de fls. 974, 975-TJ, despacho de fl. 976-TJ e certidão de fl. 1073-TJ, todos anexados, o que contribuiu para o adiamento da almejada sessão do Tribunal Pleno.

Após recebidas as defesas dos magistrados esta Presidência formulou relatório/histórico dos fatos e das provas atinentes, cumprindo o § 2º do mencionado artigo da LOMAN, e, em sessão plenária extraordinária, em 16-11-2000, ofertou-o aos demais pares.

Entretanto, deliberou o Plenário que o relatório/histórico, apesar de referir-se a um só procedimento originário, o documento final da CPI deste E. Senado Federal, posteriormente a ser desmembrado em quatro processos administrativos distintos, determinou que esta Presidência, antecipada e primeiramente, desmembrasse o histórico em quatro peças distintas (certidão fl. 1142-TJ).

A providência foi realizada (vide despacho juntado – fl. 1141-TJ) e, em sessão administrativa extraordinária seguinte, em 23-11-2000, remetermos novamente o histórico, agora desmembrado para cada acusado. Contudo, dado o grande número de feitos judiciários contenciosos da sessão ordinária precedente, dado ainda o adiantado da hora — a sessão começou à 14:00 e terminou às 21:00 horas – o Pleno entendeu adiar a apreciação do feito para uma nova sessão.

Assim, extraordinariamente na quarta-feira seguinte, dia 29-11-2000, às 8:00 horas da manhã – o Poder Judiciário Estadual tem funcionamento ordinário a partir das 12:00 horas – esta Presidência intentou nova apreciação do relatório da CPI com fins de deliberação acerca da abertura de processo administrativo ou não e, caso positivo, na escolha de um relator.

Uma vez mais, entretanto, vimos frustrada a decisão, vez que dos desembargadores presentes, oito deles colocaram-se suspeitos na apreciação do pleito (vide certidão – fl. 1145-TJ).

Convocamos o Tribunal novamente e realizamos outra nova sessão extraordinária, agora em 14-12-2000, visando a desejada deliberação. Não obstante, o julgamento fora adiado ante a constatada falta de quorum legal previsto (certidão de fl. 1150-TJ).

Como o Tribunal do Mato Grosso é composto de 20 (vinte) membros, resta-nos a expectativa de análise no Tribunal Pleno pelos 12 (doze) desembargadores restantes, medida obstada ante o início do recesso e férias forenses do ano de 2000, que vai de 20 de dezembro passado a 1º de fevereiro de 2001. O Tribunal neste período funciona apenas administrativamente e com a Câmara Especial de férias, composta de 3 (três) desembargadores.

Corremos contra o tempo e contra os impasses e obstáculos burocráticos e exigências legais, todos eles, sabemos, atuando contra os fatos e as penalizações dos culpados, como requer a opinião pública, o Senado Federal, o interesse público e como almeja esta Presidência do TJMT.

Não obstante os percalços, é certo que o Tribunal de Justiça, cumprindo sua função constitucional, da qual jamais de olvidou, tem empreendido esforços na consecução do poder/dever fiscalizador e penalizador de seus membros.

Sendo o que nos reservava o momento, colhemos o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Cuiabá, 15 de janeiro de 2001. – Des. **Muniz Feguri**, Presidente do Tribunal de Justiça – MT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF/PGJ/Nº 1.580/00

Vitória, 27 de dezembro de 2000

Referência: Processo MP-9.618/00

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme comunicação dessa Casa exarada no Ofício nº 281-12/2000 – PRES, cópia anexa, que disponibiliza a documentação protocolada perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Reque-

rimento nº 118/99 – CPI do Judiciário, informamos Vossa Excelência que foi designado por esta Procuradoria-Geral de Justiça como membro competente, devidamente qualificado e habilitado para as apreciações necessárias, o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça, Doutor Fernando Zardini Antonio, que dirigir-se-á ao Senado Federal para examinar a documentação em questão.

Atenciosamente, **José Maria Rodrigues de Oliveira Filho**, Procurador-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

A documentação solicitada já foi encaminhada à autoridade requerente.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF/GSESC/8/01

Brasília, 30 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Após um período em que estive licenciado para exercer o cargo de Secretário do Governo do Estado do Tocantins, reassumi o meu mandato no dia 27 de junho de 2000, participando naquele dia dos trabalhos desta Casa e da Comissão Mista de Orçamento, conforme cópia do livro de presença já enviada à Secretaria-Geral da Mesa. Contudo, não registrei a minha presença no painel eletrônico, motivo pelo qual solicito a retificação do registro, no qual consta a minha ausência naquele dia.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada ao assunto, valho-me do ensejo para renovar minhas expressões de elevado apreço e consideração. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 0104-L-PFL/2001

Brasília, 26 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.082-40, de 25 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Corauci Sobrinho

Suplente:

Deputado Chico Sardelli

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

Ofício nº 0110-L-PFL/2000

Brasília, 26 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.090-18, de 25 de janeiro de 2001, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo **– TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante",** em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Aldir Cabral

Suplente:

Deputado Ciro Nogueira

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

Ofício nº 0113-L-PFL/2001

Brasília, 26 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.093-21, de 25 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira da Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Roberto Pessoa

Suplente:

Deputado Pedro Pedrossian

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

Ofício nº 0124-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecerà Medida Provisória nº 2.088-36, de 26 de janeiro de 2001, que "Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976**,** 8.112, de 11 de dezembro de 1990**,** 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Marcos Cintra

Suplente:

Deputado César Bandeira

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio liveira,** Líder do PFL.

Ofício nº 125-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.097-36, de 26 de janeiro de 2001, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Luiz Moreira

Suplente:

Deputado Santos Filho

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 126-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.101-28, de 26 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Rubem Medina

Suplente:

Deputado Chico Sardelli

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

Ofício nº 138-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.113-27, de 26 de janeiro de 2001, que "Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Yvonilton Gonçalves

Suplente:

Deputado Paulo Marinho

Atensiosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 139-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.114-75, de 26 de janeiro de 2001, que "Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivos à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996" (Fundo de Amparo ao Trabalhador), em substituição aos anteriormente indicados.

Titular:

Deputado César Bandeira

Suplente:

Deputado Roberto Pessoa

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0141-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.116-15, de 26 de janeiro de 2001, que "Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novem bro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências," em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Francisco Rodrigues

Suplente:

Deputado Adauto Pereira

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 0153-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.131-1, de 26 de janeiro de 2001, que "Dispõe sobre a reestruturação da remuneração de militares das Forças Armadas, altera as leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de de zem bro de 1980, e dá ou tras pro vi dências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Werner Wanderer

Suplente:

Deputado Paes Landim

Atenciosamente, Deputado **InocêncioOliveira,** Líder do PFL.

Ofício nº 0160-L-PFL/2001

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.137-1, de 26 de janeiro de 2001, que "acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências," em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado **Luciano Pizzatto**

Suplente:

Deputado **Pedro Fernandes**

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (.Carlos Patrocínio) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

S. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta data com extrema preocupação, uma preocupação do povo de Mato Grosso do Sul.

Recebi carta de um amigo, defensor público, que relata a precariedade da Defensoria Pública em meu Estado, a qual passa por momentos difíceis, situação agravada pela discrepância entre o que se diz e o que se pratica. Desta tribuna, freqüentemente, tenho trazido as informações necessárias para que o povo analise o que se passa em meu Estado.

Vejam o caso da Defensoria Pública. Há 35 anos, em 1965, fui nomeado defensor público da Comarca de Campo Grande e posso dizer a V. Exª, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores que essa função foi a que mais me enriqueceu o espírito, justamente porque é por meio da Defensoria que o Estado estende o seu braço para os desassistidos da prestação jurisdicional, os pobres, os sem-teto, os sem-terra, os sem-justiça. Sem a Defensoria Pública todos eles ficam ao desabrigo de seus direitos, da confiança e da convivência social com justiça. A Defensoria Pública é o instrumento maior do Estado solidário, do Estado que pretende fazer a inclusão social daqueles que não participam da produção, daqueles que não participam dos frutos da sociedade. Defensoria Pública, Promotoria Pública e Magistratura compõem um tripé, instrumento básico para a convivência democrática.

Em meu Estado a Magistratura é exemplar. A prestação jurisdicional pelos juizes e pelo Tribunal de Justiça é de primeira linha, é reconhecida nacionalmente. O Ministério Público, da mesma maneira, é equipado e desenvolve um trabalho exemplar, que dignifica e honra o nosso povo e mostra como uma estrutura realmente bem organizada pode oferecer à população serviços confiáveis que melhoram a qualidade e dão tranqüilidade à população.

Percebemos, em âmbito nacional, que o Ministério Público tem sido um instrumento muito forte para restabelecer a dignidade, para restabelecer a probidade no serviço público e para denunciar fatos irregulares, visando o aprofundamento da busca da verdade para que a Nação tenha momentos de desenvolvimento com justiça social.

A Magistratura e o Ministério Público, que trazem confiança à população, são instrumentos básicos para o exercício do Estado Democrático de Direito. Também assim deveria ser a Defensoria Pública. O promotor representa o Estado acusador, que representa a sociedade e denuncia as irregularidades e os corruptos, os que estão às margens da lei; o defensor, cargo também exercido por advogado, como carreira exclusiva, não pode, de forma nenhuma, exercer qualquer outra profissão. A Defensoria Pública também é parte importante desse processo e dessa estrutura, pois é por meio da prestação de serviço da Defensoria Pública, auxiliar da prestação jurisdicional do Estado, que os menos assistidos, os desassistidos, os sem-teto, os sem-terra e os sem-justiça encontram esperança.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Exª concede-me um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Ouço V. Exª.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Exª está ferindo um tema de grande importância e fala com conhecimento de causa, pois, como anunciou, foi defensor público na Comarca de Campo Grande. Acompanhei esse drama durante certo tempo. A Constituição de 1988 organizou a Defensoria Pública, inclusive a Federal, absorvendo aqueles antigos auditores militares. Foi nomeado, então, um cearense, o Dr. Jurandir Porto, que era auditor militar, como chefe da Defensoria Pública. A lei, aprovada aqui, recebeu vários vetos do Presidente da República, e, na verdade, houve uma dificuldade muito grande para que a Defensoria Pública se organizasse. O relacionamento do defensor público com o Ministro da Justiça à época, o hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, ficou muito comprometido. O Dr. Jurandir Porto acabou pedindo exoneração. Depois, aprovamos também aqui no Senado – e V. Exª, salvo engano, já era Senador à época uma lei que permite até fazer convênios entre a Defensoria Federal com os Estados, chegando-se ao ponto de contratar, eventualmente, escritórios para esse trabalho. Para concluir, e não comprometer o discurso de V. Exª, devo reafirmar que o problema é saber como fica o pobre, o desvalido, aquele que não tem quem fale por ele. A lei diz que não há feito sem a participação do advogado. O que acontece é que quem não pode pagar um advogado tem apenas a Defensoria. É o caso dos Sem-Terra, daqueles que têm o seu direito trabalhista desrespeitado. Enfim, é aquele que precisa da atenção da Justiça para fazer um testamento, para tratar das questões de órfãos e assim por diante. V. Exª está abordando um assunto importante. Fala-se muito em Justiça, em reforma do Judiciário, recursos, prazos, transparência no Judiciário, mas temos de dar condições às partes. Dizem que justiça tardia não é justiça. Para a justiça sem patrono há a Defensoria Pública. Solidarizo-me com V. Exª e espero que esse discurso ecoe junte aos Governos Estaduais e ao Governo Federal para organizar e dar condição de funcionamento à Defensoria. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço o aparte lúcido e oportuno do Senador Lúcio Alcântara que enriquece meu discurso.

Senador Lúcio Alcântara, enquanto o Ministério Público em meu Estado, com muita justiça, tem toda estrutura de trabalho, recebe três vezes mais o salário do defensor, tem sala equipada, estruturada, computador, estagiários pagos, os defensores do meu Estado, caso se instalem numa comarca, recebem uma sala vazia, sem sequer uma secretária ou um estagiário, sem computador, com salário de um terço do salário do promotor de Justiça. O Estado se arma e se organiza para a defesa do social, mas preparando muito mais o braço do Estado acusador do que o Estado defensor. O pobre, o desassistido fica sem instrumentos para fazer prevalecer o seu direito, a sua cidadania, Sr. Presidente, porque a Defensoria Pública não está organizada, não está estruturada. O defensor é quase que um pária do sistema jurisdicional oficial do Estado – isso onde existe Defensoria Pública.

No meu Estado, temos Defensoria há 40 anos. São Paulo não tem. Veja o descuido dos homens públicos. Veja o descuido do Estado. São Paulo, o carro-chefe do País, a locomotiva econômica do País, não tem Defensoria Pública, talvez até por causa dis-

so é que haja rebeliões em presídios, pois o defensor público está presente no presídio. Se vence uma pena, ele está requerendo o livramento rápido, a soltura rápida do réu. Se tem outros benefícios da execução penal, o defensor está lá, justamente para requerer esses benefícios, seja livramento condicional da pena, seja **sursis**, sejam todos aqueles benefícios que se dá na época de Natal, e o presidiário acaba tendo confiança de que o Estado está presente, junto com ele, na defesa dos seus direitos.

Como São Paulo não tem, talvez seja uma das grandes razões para que tantas rebeliões existam naquele Estado.

No meu Estado, a Defensoria é eficiente, embora seja tão desprestigiada com a prestação de milhares e milhares de ações em favor da pobreza, mas acontece que o Governador, que é de um Partido que se diz Partido da inclusão social, da defesa dos direitos dos pobres, daqueles que estão à margem do processo da cidadania. O Governador, inclusive, fez escrever um artigo no jornal **Gazeta Mercantil** do dia 26, referindo-se ao:

Governo da Inclusão: O Resgate da Dívida Social, o desenvolvimento com justiça social, o compromisso com a inclusão social por meio do combate à fome e à miséria deixaram de ser peças retóricas eleitoreiras usadas pela elite para se perpetuar no Poder. Transformaram-se em prioridade da gestão do Governo Popular de Mato Grosso do Sul.

Transformaram-se nisso coisa nenhuma, porque, se o Governador do PT tem abandonado a Defensoria Pública, a qual está há dois meses sem receber os vencimentos e há dois anos sem adquirir as diárias, deixando-a desassistida dos instrumentos de trabalho, sem sala, sem equipamento, sem material adequado, conclui-se que não deseja, mediante o braço defensor do Estado, a inclusão dos pobres no Mato Grosso do Sul. Do contrário, já estaria trabalhando intensamente para que a Defensoria alcançasse essa desigualdade com relação à Promotoria de Justiça.

Observe, eminente Senador Ramez Tebet, meu querido companheiro do Mato Grosso do Sul, fala-se inclusive no Estado que, com essa propalada Reforma Administrativa, vai-se reduzir o número de defensores de pouco mais de 100 para 33, embora a folha de pagamento daqueles profissionais não chegue a R$400 mil por mês. Conforme declarou o Secretário de Comunicação Social do Governador, só em nível de imprensa, pagaram-se recentemente, R$700 mil por mês, o que é um absurdo, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Juvêncio da Fonseca, quero aplaudir V. Exª, que está, nesta tribuna, abordando um assunto de grande relevância para Mato Grosso do Sul, um Estados que, em matéria de oferecer justiça aos menos favorecidos, aos necessitados, possui uma excelente Defensoria Pública. V. Exª foi um dos primeiros defensores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Era advogado de ofício. Talvez por isso V. Exª fala com esse entusiasmo e com essa paixão, porque V. Exª tem a sua vida cultivada nessa semente benéfica e altruísta de distribuir justiça, principalmente aos menos favorecidos. É triste ver o que está acontecendo lá, é triste ver que se pretende diminuir o número de defensores públicos. Não acredito que isso vá acontecer, porque, de acordo com a legislação, o Governo estadual do PT não vai ter condições para tanto. Mas ele submete os defensores públicos ao que V. Exª está abordando e ao sacrifício enorme do não-recebimento dos seus vencimentos, como submete todo o funcionalismo do Estado a algo verdadeiramente diferente do que está por aí: ao pagamento à prestação dos seus salários. Poderíamos até compreender isso, não fosse o discurso de proclamação de que as finanças de Mato Grosso do Sul foram restabelecidas, que houve aumento de arrecadação de R$50 milhões para quase R$100 milhões. O empréstimo no Banco do Brasil é feito pelo funcionário. Nunca vi isso. Não aparece o Governo do Estado. Está tudo no fio do bigode. Se acontecer alguma coisa, é o funcionário público que vai pagar ao Banco do Brasil, e os juros são de 2,9%. Senador Juvêncio da Fonseca, não quero tirá-lo da trilha do seu excelente pronunciamento, quero apenas parabenizá-lo. Continue, porque a classe dos defensores públicos de Mato Grosso do Sul e toda a Justiça está a espera desse pronunciamento, que V. Exª tem muita autoridade para fazer. Meus cumprimentos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, V. Exª conhece de perto esse problema e é um testemunho importantíssimo para o meu discurso. Recebi uma carta cheia de emoção do defensor público Andrew Robalinho Silva Filho, cujo vencimento em seu holerite, após 10 anos no exercício da função, é de R$2.860,00. O defensor ingressa no quadro com o salário de R$2.000,00 e há uma legislação que permite – e aí o aparte do Senador Lúcio Alcântara foi eluci-

dativo – que a Ordem dos Advogados faça convênio com a Defensoria Pública, onde não há defensor. Nos casos da substituição por um advogado dativo, respeitam-se honorários na base da tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, não é dativo, mas, sim, pago.

O Defensor Andrew Robalinho Silva Filho mandou-me justamente a certidão de uma audiência ocorrida no dia 6 de janeiro deste ano, em que o juiz fez a substituição, solicitando um advogado dativo. O juiz fixou os seus honorários em R$500,00 só para aquela audiência. Disse o juiz da assentada que aquela decisão serviria de carta de sentença para que a OAB ou o advogado pudesse executar o Estado em R$500,00 por audiência. Cada defensor faz milhares de audiências por dia.

Além disso, Senador Lúcio Alcântara, há um convênio internacional com cinco países, por meio do qual o Brasil, com a sua estrutura, presta serviço gratuito, por intermédio das defensorias, para os filhos desses cinco países no Brasil. Não damos conta sequer do brasileiro, e o Estado ainda tem a petulância de fazer convênios internacionais para que a Defensoria, tão desvalorizada e abandonada, ainda preste serviço internacional de solidariedade.

Sr. Presidente, deixo aqui a minha palavra de solidariedade e a minha presença na Defensoria Pública não só de Mato Grosso do Sul, mas de todo o Brasil. Não posso compreender que o Estado solidário e democrático de direito possa prescindir de uma Defensoria Pública – como não pode prescindir de um juiz nem de um promotor. É um tripé de existência de estrutura institucionalizada que é a sobrevivência da sociedade.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Juvêncio da Fonseca, não gostaria que V. Exª encerrasse o pronunciamento sem que o cumprimentasse. V. Exª levanta um assunto que é a preocupação de todos os brasileiros que se entristecem com o quadro da Justiça em nosso País, que, se já é carente de modo geral, o é especialmente nessa perna do tripé que V. Exª mencionou, isto é, a Defensoria Pública – precisamente aquela perna que deve servir e serve, nas suas limitações, à população mais carente e oprimida. É como se essa sociedade, na verdade, funcionasse a favor dos grupos dominantes e das populações mais abastadas, que têm os melhores defensores do País mediante pagamentos às vezes até muito elevados, mas que deixam de fora, nessa ausência de cobertura, aqueles segmentos mais necessitados da população. Desse modo, ao fazer esse pronunciamento, V. Exª está levantando a atenção da Casa e a preocupação de todos nós para que essa deficiência seja, de uma forma ou de outra, eliminada ou, senão, reduzida ao máximo. V. Ex.ª não só aborda a situação de seu Estado, assunto que, evidentemente, conhece melhor do que eu, como também transcende tal situação e aborda a questão no âmbito nacional. Quero cumprimentá-lo, na oportunidade, pela substância de seu pronunciamento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço ao Senador Roberto Saturnino pelo aparte que enriquece o meu discurso. Senador, já na Câmara dos Deputados, foi votada, quase por unanimidade, uma Proposta de Emenda à Constituição que dá autonomia administrativa e financeira às Defensorias Públicas. Está no Senado Federal esta PEC, sob número 29, de 2000, e certamente vamos recebê-la com muito carinho, com o desejo, na verdade, de consertar a Defensoria Pública através do Congresso Nacional.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Certamente vai V. Ex.ª contar com o apoio de todos nós nesta luta pela aprovação, o mais breve possível, dessa emenda tão importante

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS).– O meu pronunciamento tem também o grande objetivo de nem só trazer o problema ao conhecimento de todos os Pares, mas também de falar sobre essa PEC que está ingressando no Senado Federal e já deve estar nas comissões. Vamos esperá-la aqui com boa vontade, com o desejo de que façamos justiça aos defensores públicos, porque são eles que levam aos desassistidos, aos desesperançados, aos sem justiça, a confiança do exercício da cidadania. Por isso, concitamos os nossos Pares à consciência, para que essa perna institucional da República seja reconstituída, fortalecida para que possamos concorrer, mais uma vez, para a inclusão social daqueles que não fazem parte da verdadeira cidadania brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Lúcio Alcântara por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo fazer o registro do aniversário do Instituto de Desenvolvimen-

to Agrário do Ceará, o Idace, que está completando 22 anos de existência.

Estou sendo homenageado, nesta tarde, pelo que tenho feito, no sentido de fortalecer e apoiar o Programa de Reestruturação Agrária do Ceará, a cargo desse instituto, com a orientação, o apoio e o estímulo do Governador Tasso Jereissati.

O seu titular, Engenheiro Agrônomo Antonio Bezerra Peixoto, tem desenvolvido um grande trabalho sob a orientação do Secretário de Desenvolvimento Agrário, Dr. Pedro Sisnando.

Todos sabemos que o problema fundiário é de uma grande complexidade. O governo do Presidente Fernando Henrique já mostrou por mais de uma vez as áreas que foram desapropriadas, as famílias que foram assentadas ao longo do seu governo, muito mais do que nos governos anteriores, até mais do que a soma dos governos anteriores. Não obstante, o problema persiste, o problema remanesce. Há sempre a necessidade de identificarmos novas formas de atuação nessa área. E o Ministro Raul Jungmann tem sido, realmente, criativo, talentoso, obstinado nesse trabalho. E o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Idace, tem desenvolvido algumas ações que serviram, inclusive, de exemplo, sendo, depois, adotadas pelo Governo Federal.

Sabemos que a desapropriação para fins de reforma agrária, por força da Constituição, é atribuição do Governo Federal, da União. Os Estados e Municípios não podem fazer desapropriação para fins de reforma agrária. Isso tem sido um complicador, porque os processos são prolongados, há uma dificuldade muito grande de se atuar nessa área, devido à centralização dos processos, que se arrastam na Justiça durante anos. Muitas vezes, depois, chega-se a valores muito altos, que não correspondem ao valor de mercado da terra, conflitos, retardamento no processo de desapropriação.

Então, uma das coisas que têm ajudado no caminho dessa equação do problema da reforma agrária é a sua descentralização. Nesse caso, o Ceará tem o que mostrar, porque o Idace conseguiu, por meio do Projeto São José – projeto apoiado, financiado pelo BID –, desenvolver algumas ações fundiárias baseadas, principalmente, em opções dos trabalhadores, dos sem-terra, que se reúnem, se organizam, identificam áreas onde gostariam de ser assentados, para então o Governo do Ceará negociar com os proprietários, com base em valor de mercado. Esse processo tem sido feito pacificamente. Foi isso que estimulou o Programa Cédula da Terra, do Governo Federal, e o Banco da Terra, que votamos aqui. Era um projeto do Senador Esperidião Amin, que estava praticamente arquivado, por ser inconstitucional na forma em que estava posto. O ex-Senador Esperidião Amin, hoje nosso Governador de Santa Catarina, me pediu que assumisse a relatoria do projeto, e conseguimos, numa parceria com outros Senadores e com o Poder Executivo, com a Presidência da República, chegar a uma fórmula que desaguou no chamado Banco da Terra, que permite a aquisição da terra a juros subsidiados, nos preços de mercado para os parceleiros, os rendeiros e os posseiros, trabalhadores sem terra.

Assim, Sr. Presidente, ao concluir, congratulo-me com as ações que o Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo na área fundiária, obedecendo às orientações do Governador Tasso Jereissati, por meio do Idace – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará –, dirigido pelo agrônomo Antônio Bezerra Peixoto, que tem demonstrado como é possível realizar a reforma com baixo custo financeiro, com pouca tensão, com a participação direta dos sem-terra, de forma harmônica, contemplando os que possuem vocação para a agricultura, os que têm intimidade com a terra. É um modelo bem sucedido, também em andamento no Ministério do Desenvolvimento Agrário, por parte do Governo Federal, e que, tenho certeza, tende a se consolidar cada vez mais. A prática mostrará o que deve ser ajustado, o que deve ser corrigido. Mas existe o caráter descentralizador, a aproximação com os alvos do Programa de Reforma Agrária.

De forma que esperamos que, ao cabo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, isso esteja definitivamente implantado e tenhamos dado grandes passos em relação à reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra pela ordem, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ausente da Presidência, sinto-me à vontade para solicitar a V. Exª que reitere o pedido feito ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre o que a Comissão de Ética lhe enviou a respeito dos Senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães.

O Procurador da República já deveria ter usado os seus Procuradores para dar uma resposta a esta

Casa e à Comissão de Ética. Neste caso, estou censurando publicamente o Procurador Geraldo Brindeiro pela ausência de resposta ao Poder Legislativo, que lhe enviou em abril toda a documentação para ser examinada, a respeito dos Senadores citados.

Faço este protesto público em relação ao Procurador da República, pedindo que a Mesa se dirija a S. Exª para que responda à Comissão de Ética pelo menos com os dados que a Procuradoria já deve ter a esta altura. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunicará ao Presidente de ofício, na ausência de V. Exª, Senador Geral do Melo, à Mesa da Comissão Diretora do Senado Federal e ao Conselho de Ética, a solicitação feita por V. Exª para que as providência sejam tomadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço que V. Exª envie meu discurso ao Procurador-Geral da República, pois é mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à eminente Senadora Emilia Fernandes, por permuta com o Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

S. Exª dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estávamos próximos ao plenário, conversando sobre alguns assuntos importantes, de interesse do nosso País, como as articulações que acontecem agora, principalmente neste momento, em relação ao Congresso Nacional e ao próprio Brasil.

Mas faço um registro sobre o evento que se realizou em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro, em Porto Alegre, no meu Estado do Rio Grande do Sul, o Fórum Social Mundial, que sem dúvida marcou a vida da humanidade neste início do Século XXI, em sua busca de igualdade, justiça e paz.

Pela primeira vez na história recente, movimentos sociais, partidos políticos, autoridades executivas, parlamentares, órgãos da imprensa democrática, como o jornal **Le Monde**, da França, e lideranças de diversas áreas reuniram-se para discutir a situação do planeta, estabelecendo uma nova relação entre a sociedade civil organizada, governos e partidos políticos que não concordam com a situação em que se encontra o nosso planeta.

Contrapondo-se a Davos, na Suíça, que sediou o Fórum Econômico Mundial, encontro do super poder financeiro do Mundo, como faz há trinta anos, Porto Alegre plantou a semente da construção da busca de alternativas ao atual modelo neoliberal, criminoso, excludente e anti-social. E isso ficou claro até mesmo nas imagens públicas do evento divulgadas pela imprensa mundial. Enquanto na capital gaúcha imperou a ordem, a organização, a confraternizaçãoe o clima de liberdade, em Davos, transformada em um campo de guerra, reinou a violência, a repressão e a censura.

Saudado por homens e mulheres do mundo inteiro, o Fórum contou com poucas estranhas reações contrárias, como a do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de lideranças do campo popular que criticaram o evento, demonstrando um inexplicável incômodo. As declarações públicas, especialmente as do Presidente, transpareceram um sentimento de estar prejudicando o País com a realização do evento. Trata-se de uma reação natural daqueles que se locupletam diretamente da política neoliberal, mas incompreensível diante da grandeza do Fórum e da importância dos assuntos nele tratados.

Alguns podem discordar, mas tenho a convicção de que esses cinco dias de reuniões e debates serão lembrados por muito tempo, como um marco histórico de mudanças, que inexorável e rapidamente a humanidade vai viver.

A escolha do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, e mais exatamente Porto Alegre, a capital gaúcha, como sede do evento, exerceu muito bem o seu papel de anfitriã e foi motivo de orgulho e, mais do que isso, de reconhecimento do compromisso concreto e prático que temos com as causas sociais.

Historicamente, mas de forma especial, mais recentemente, temos construído uma forte consciência social e um profundo espírito de cidadania que se contrapõem concretamente ao neoliberalismo, dos quais muito se orgulham o povo gaúcho e fazem de Porto Alegre, de forma especial, um exemplo de administração participativa já reconhecida além das fronteiras do Brasil.

Mais contente ainda ficamos diante da resolução final do Fórum, que decidiu realizar sua segunda edição, em 2002, também em Porto Alegre, deferência que vem somar-se à nossa tradição de gente des-

temida, guerreira e, acima de tudo, desbravadora, que se faz presente sempre que a história nos cobra o compromisso de lealdade com a defesa de nossa gente e com o Brasil.

Em centenas de debates, oficinas, palestras e eventos culturais, o Fórum Social Mundial evidenciou o que temos denunciado: o neoliberalismo levou a sociedade a perder o sentido de comunidade e de solidariedade e, com isso, a afastar-se de valores essenciais como o respeito à vida, à fraternidade e à justiça.

Se outros modelos, a exemplo da experiência socialista, incorreram em erros, e precisam ser revistos, está claro também que a política neoliberal não é alternativa para o desenvolvimento humano. Ao contrário, a sua política de supremacia do lucro a qualquer custo, do super poder do capital especulativo tem resultado no aviltamento do Estado e das instituições nacionais, na exclusão social e na destruição do meio ambiente.

Com isso, nunca foi tão profundo o fosso da desigualdade entre ricos e pobres, que aumentou mais de setenta vezes nos últimos anos, dificultando a verdadeira integração dos povos no caminho do desenvolvimento universal solidário.

O Brasil, citando nosso caso particular, tem sido um dos principais prejudicados pela política neoliberal, que subjuga o País à especulação financeira, desnacionaliza seu potencial produtivo, estatal e privado, compromete a capacidade de investimento, especialmente no social, e destrói o poder aquisitivo nacional. Prova cabal dessa realidade, além dos indicadores sociais negativos, é o próprio Orçamento Geral da União, que destina a maioria dos recursos aos "juros e encargos da dívida pública" em detrimento de investimentos em saúde, educação, habitação, reforma agrária e proteção ao meio ambiente, por exemplo.

Apenas para sintetizar a profundidade do custo social imposto pela dívida da União, o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, aprovado nesta Casa e pelo Congresso Nacional, tem previsão de recursos que não chegam a 5% dos valores a serem consumidos com juros neste próximo exercício fiscal. Tais números não deixam dúvidas de que a questão social é decorrente do processo econômico em curso no mundo, como ficou claro nos debates do Fórum e como tal deve ser tratada, não devendo sua abordagem ser limitada a medidas compensatórias imediatistas e sem a profundidade necessária.

As políticas sociais devem ser vistas como parte essencial do processo econômico, que deve considerar, antes de mais nada, o bem-estar das populações, o suprimento de suas necessidades básicas, enfim, sua realização como sociedade humana.

Com gente de todos os cantos do mundo inter-relacionando-se, debatendo, trocando idéias e, principalmente, construindo alternativas, o Fórum Social Mundial inovou a iniciativa da sociedade civil internacional, destacou o sentimento de que é possível transformar a atual realidade.

Além das propostas concretas, todos que lá estiveram saíram com a certeza de que vale à pena ter esperança no presente e no futuro da humanidade, que espera por dias melhores e acredita que um outro mundo é possível.

Algumas idéias já foram colocadas em prática; outras, como o Orçamento Participativo, estão lançadas; ainda outras, como a Taxa **Tobin** sobre as transações financeiras, estão em discussão. Mas é preciso avançar. É urgente, por exemplo, a necessidade de equação das dívidas dos países pobres e em desenvolvimento, no sentido de buscar a reversão do atual quadro de absoluta e intocável prioridade de pagamento em detrimento de investimentos no setor social.

Os Parlamentos devem questionar essa relação. Chamamos a atenção disso lá quando tivemos oportunidade de nos posicionar. Os Parlamentos precisam questionar sim essa relação, conclamando as sociedades para um debate que, apoiado na transparência e na ampla divulgação dos valores envolvidos, redimensione essa relação perversa, priorizando o atendimento das necessidades primordiais das populações, principalmente as mais carentes.

Outra medida também fundamental é o combate à corrupção, que tem patrocinado o tráfico de influência, o pagamento de comissões ilegais para a obtenção de negócios e ainda ajustar interesses particulares em processos eleitorais internos de diversos países.

O Fórum teve vários temas em debate. Destacamos a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo; a Reforma das Instituições Financeiras Internacionais; a Criação da Taxa sobre os Movimentos de Capitais; a Declaração de Ilegalidade dos Paraísos Fiscais e ainda a Definição de Nova Regra para o Comércio Mundial.

Entre as diversas atividades, duas se destacaram e queremos aqui registrar: o Fórum de Autoridades e o Fórum de Parlamentares. A primeira reuniu lideranças de várias instâncias do Poder Executivo do mundo inteiro e nela prevaleceu o debate sobre a qualidade de vida nas cidades, as dificuldades, restrições administrativas e conseqüentes prejuízos à po-

pulação, impostos pelo neoliberalismo, bem como a relação democrática com os cidadãos.

O Fórum Parlamentar, do qual participei, contou com a presença de mais de 400 Parlamentares de vários países, assim como vários Senadores vindos de outros Estados do Brasil e que honraram o Rio Grande do Sul com suas presenças. Naquele Fórum Parlamentar avaliou-se o papel desempenhado pelos Legislativos, as razões do seu descrédito na maioria dos países e suas novas tarefas frente à nova situação política, econômica e social.

Nos debates, em geral, ressalto a marcante participação das mulheres, que, vindas de diversos países e continentes, afirmaram a importância de estimular, apoiar e fortalecer a luta pela igualdade, que passa pela participação feminina tanto no Parlamento, quanto nas demais instâncias de Poder, assim ampliando presença nos centros de decisão.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Nobre Senadora, cumprimento V. Exª por começar seu oportuno e brilhante pronunciamento salientando que o Fórum de Porto Alegre marcou a vida da humanidade, constituindo-se num marco na história não só do nosso País, do nosso continente, mas da humanidade. Se somos mais prejudicados do que os países ricos, na verdade, todos os povos do mundo estão se sentindo oprimidos, prejudicados e furtados pela predominância, pela hegemonia, pela imposição das regras por parte do sistema financeiro internacional, que é o grande ganhador no processo de globalização neoliberal. Também cumprimento V. Exª por ter ressaltado que a escolha de Porto Alegre não seguiu uma regra política ou de prevalecimento dessa ou daquela corrente, pois presidiu essa escolha o fato de que um dos reclamos principais dessa luta contra o neoliberalismo é a reforma da própria democracia, com a evolução no sentido de dar maior participação nas decisões políticas às populações organizadas, e o Estado do Rio Grande do Sul constitui um exemplo avançado desse processo no nosso País e no mundo. Quero louvar o pronunciamento oportuno e brilhante de V. Exª e quero aproveitar para repudiar frontalmente alguns articulistas, alguns comentaristas que pretenderam desqualificar esse grande fórum, que, como disse V. Exª, constitui um marco para a humanidade, que pretenderam desqualificá-lo em razão de um episódio absolutamente menor e quase folclórico quando o líder camponês francês, José Bové, arrancou, em frente a uma empresa, umas mudas de plantas transgênicas. Provavelmente não se sabia – nem ele nem os que lá com ele estiveram – que se tratava de pesquisa; imaginava-se que fosse produção e, como produção, seria ilegal. Numa demonstração simbólica de repúdio a produções de transgênicos, foram lá e arrancaram algumas mudas, mas foi um episódio absolutamente menor diante daquele quadro mundial, daquele quadro que marca a história da humanidade, como ressaltou V. Exª, que foi a realização dos debates, dos pronunciamentos, dos depoimentos, enfim, de tudo aquilo que constituiu esse grande fórum que, agora, definitivamente, coloca, perante o mundo, que não existe mais o pensamento único e que Davos não é a sede da sabedoria econômica mundial. Há Porto Alegre, contraponto de Davos, que afirma o social sobre o lucro financeiro e o bem-estar da humanidade contra os interesses de uma minoria que comanda o mercado financeiro internacional. Meus cumprimentos a V. Exª pelo pronunciamento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada, ilustre Senador Roberto Saturnino. V. Exª abrilhantou o Fórum Social Mundial com a sua presença, participação e idéias, principalmente mostrando o compromisso assumido a partir da sociedade civil organizada, que escolheu Porto Alegre para sediar o Fórum. Porto Alegre, ao contrário do que algumas pessoas tentaram dizer, não foi designada por partido político ou por administrações do nosso Governo, do Estado ou da Capital. Escolheu-se Porto Alegre para esse mister pelo seu exemplo da construção democrática e de participação da sociedade civil, que tem acontecido na capital gaúcha nos últimos doze anos, como se pode constatar a cada ano eleitoral.

Lembramos também que a mídia, inclusive a imprensa conservadora que existe no nosso Estado e fora dele, divulgou, antes do evento, uma manifestação de desprezo e de menosprezo e depois teve que fazer um reconhecimento público, em decorrência do sucesso, do número significativo de presentes; mais de dez mil pessoas, vindas dos mais diferentes recantos do planeta, foram lá dar a sua manifestação, contar o quanto essa política, que só visa o lucro, o capital, o econômico, está excluindo e empobrecendo a nossa gente, dificultando a vida dos nossos países. Essas pessoas mostraram, com depoimentos, com documentos, com as manifestações de mulheres, negros, índios, jovens, estudantes, administradores,

parlamentares, que vão continuar a fazer críticas, para alertar as populações, que, sem se darem conta, vêm renovando políticas, como infelizmente aconteceu no Brasil, mas que há uma alternativa para o desenvolvimento econômico associado à questão social. As pessoas têm e continuam com a esperança de construir uma alternativa diferente. Foi isso, basicamente, o que Porto Alegre assinalou como referência para o mundo e que vai se reafirmar a cada dia. Uns saíram com documentos formais, como nós, Parlamentares, que saímos com uma declaração, mas o compromisso de todos que lá estiveram é um, muito forte e muito consistente: não vamos calar a nossa voz e vamos clamar por justiça, por politização, pelo esclarecimento das nossas comunidades, mostrando que há necessidade urgente de se resgatar esse compromisso nacional que parte de cada país e que vai unir principalmente os países pobres, os mais explorados, aqueles mais oprimidos para que realmente se diga que vale a pena continuar lutando. Há alternativa sim, desde que haja boa vontade.

O Senador Tião Viana nos pede um aparte, nós o concedemos e já nos encaminhamos para o encerramento, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Emilia Fernandes, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento que comemora com o Brasil esse encontro tão oportuno, em que setores da sociedade brasileira puderam participar, reunindo países de diversos continentes e abraçando aquilo que de mais importante tentamos construir ao longo dos anos e que ficava à margem, devido a interesses políticos, por equívocos de condução política e por razões ideológicas, que era exatamente o horizonte da ética social. Esse fórum mundial foi capaz de mostrar que podemos nos unir pelo horizonte da ética social colocada em primeiro plano, que se contrapõe de maneira direta à hipocrisia patenteada, expressada de maneira tão ampla por países dominantes, que esquecem o desenvolvimento humano como um pressuposto da dignidade. Fico olhando e lembrando o papel, a importância desse encontro de Porto Alegre, que reúne no limite sul da nossa pátria uma possibilidade de o nosso Brasil fazer essa reunião, que traz a esperança, o respeito à pessoa humana e, acima de tudo, coloca a necessidade do novo, um novo que não seja mágico, mas um novo que possa olhar para cinqüenta anos atrás da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dizer que não há necessidade de se pensar muito, apenas de se cumprir com o horizonte da ética social, em primeiro plano. Acredito ser o pronunciamento de V. Exª um grito para que o Brasil jamais retome esse sentimento inaceitável de que 35 mil crianças morrem todos os dias no Planeta vítimas da fome ou de causas evitáveis. E por trás disso, há as políticas públicas, as chamadas políticas de desenvolvimento, que muitas vezes colocam a força da corrupção como uma força motora intransponível por aqueles que acreditam na ética e num novo modelo de relações entre os povos. O Brasil tem todas as condições de falar de maneira diferente. É hoje vítima de uma pressão externa de ordem econômica perversa no Canadá quanto à situação das empresas aéreas, de construção de aviões e quanto à política de exportação de alimentos também com o governo americano. A política protecionista reafirmou-se depois do Encontro de Davos e de um Encontro do Fórum Mundial. Entretanto, espero que o nosso País seja outro depois desse encontro e que, com essas lições, se conscientize sobre a necessidade de ter a sua personalidade colocada no lugar que merece: de líder do Cone Sul e de líder global que poderá compartilhar muito bem desse horizonte chamado ética social. Parabéns e muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada, Senador Tião Viana. Incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Exª, que tem a visão muito clara e muito lúcida da importância de se construírem países desenvolvidos também com a atenção ao social.

Sr. Presidente, ao fim dos debates do fórum parlamentar, foi aprovado um documento, que solicito seja transcrito na sua íntegra nos Anais do Senado Federal. Pelo seu conteúdo, peço apenas dois minutos para lê-lo, porque, sem dúvida, quero fazer das suas palavras a síntese do sentimento de alegria e de emoção por ter participado desse momento histórico e, de forma especial, pelo fato de ele ter ocorrido em minha terra, o Rio Grande do Sul:

> FÓRUM PARLAMENTAR MUNDIAL – DECLARAÇÃO FINAL:
>
> O Fórum Parlamentar Mundial acontece pela primeira vez em Porto Alegre, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2001, no contexto do Fórum Social Mundial (FSM), do qual participaram centenas de organizações sindicais e associativas. Aos milhares, delegados e delegadas vindos de muitos países vieram afirmar que existem, sim, alternativas a essa ordem neoliberal inumana que encarna o Fórum Econômico Mundial de Da-

vos, convocado, como em todos os anos, no fim de janeiro, na Suíça. Nós, Parlamentares, afirmamos nossa solidariedade com os movimentos sociais e democráticos reunidos na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, País símbolo de tantos combates progressistas.

Um ano após as mobilizações de Seattle, o FSM foi a oportunidade para medir o dinamismo das resistências cidadãs e populares à mundialização neoliberal para traçar novas perspectivas de ação solidária e, da mesma forma, para medir as conseqüências desastrosas para a democracia e as condições de vida de setores crescentes da população – ao Sul e ao Leste, mas também ao Norte –, políticas impulsionadas pelas instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio ou o G7.

Estamos diante de apostas sociais e ambientais de importância crescente em escala realmente mundial – um dado fundamental do nosso tempo, reconhecido oficialmente desde a conferência do Rio, de 1992. Não se poderiam assumir tais apostas, como a dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ou da livre circulação das pessoas e, ao mesmo tempo, assegurar um desenvolvimento sustentável em todos os continentes sem reforçar a cooperação internacional. Mas esta cooperação, para ser eficaz, não pode ficar sob a guarda do capitalismo, sob a pressão das finanças.

Ao momento da recolonização econômica do mundo, nosso apoio ao Fundo Social Mundial não deve ficar sem amanhã. Corresponde à nossa responsabilidade de Parlamentares em busca de maior transparência e participação da sociedade civil, nos mais amplos debates, em tudo o que se refere à negociação e ratificação dos convênios internacionais. É nosso papel, como Parlamentares, sustentar a ação dos sindicatos e associações com finalidade social, democrática ou ambiental que se engajam unidas na viabilização de alternativas à ordem neoliberal. É nosso papel agir permanentemente com essas organizações para que seus combates tenham uma verdadeira tradução legislativa.

Associamo-nos em particular às campanhas em curso: contra os mecanismos imorais da dívida e pela abolição da dívida dos países pobres; pela taxação dos movimentos especulativos de capitais com a instauração de uma taxa "Tobin"; pela supressão dos paraísos fiscais; por uma profunda reforma da Organização Mundial do Comércio e das instituições financeiras internacionais; pelo respeito aos objetivos ecológicos da Agenda 21; contra o patenteamento dos seres vivos; para que a Marcha Mundial das Mulheres tenha êxito, contra a discriminação, a violência e pela dignidade das mulheres.

Queremos atuar pelo respeito à soberania democrática e popular, priorizando os objetivos de desenvolvimento humano diante da multiplicação dos acordos de livre mercado e da liberdade crescente do capital em detrimento dos direitos sociais e ecológicos. Rechaçamos a mercantilização e a privatização dos bens e serviços públicos necessários para responder às necessidades dos povos.

Para esta finalidade, constituiremos uma rede internacional de Parlamentares para coordenar nossa ação sobre esses temas em nossas respectivas assembléias para sustentar com mais eficácia a ação dos movimentos sociais e cidadãos que são os nossos interlocutores para concretizar soluções alternativas, porque acreditamos que um outro mundo é possível.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2001.

Esta foi a carta do Fórum Parlamentar Mundial, que queremos registrar.

Dessa forma, agradecendo, concluímos a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para a abordagem de dois assuntos com uma mesma motivação. Venho a esta tribuna para falar sobre a sanidade e o comércio da carne bovina. Venho em defesa do Mato Grosso do Sul, do Brasil. Venho pedir providências às autoridades brasileiras, ao Governo brasileiro, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério das Relações Exteriores, porque, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto se reveste de muita gravidade e vem causando prejuízos econômicos ao Brasil.

Com referência a Mato Grosso do Sul, todos sabem que, em 1999, um surto de febre aftosa atingiu uma parte do rebanho bovino, parte pequena, é verdade, do rebanho bovino do Estado de Mato Grosso do Sul. Tivemos um foco de febre aftosa no Município de Naviraí, mas soubemos reagir a esse foco, que prejudicou e ainda vem prejudicando os interesses da economia sul-mato-grossense.

A Delegacia Federal de Agricultura fez o que lhe competia. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Iagro, ligado à Secretaria de Produção, mediante uma ação eficiente e com apoio dos produtores rurais, agiu imediatamente e debelou o foco.

O gado que veio contrabandeado do Paraguai foi incinerado. Todas as medidas de ordem sanitária foram tomadas pelas autoridades competentes do Estado. Houve até mesmo o fechamento das fronteiras, por meio de barreiras sanitárias estrategicamente montadas.

E agora esta Casa precisa louvar e prestar uma homenagem aos que participaram desse trabalho de cooperação, desse trabalho conjunto, que contou com o apoio decisivo das Forças Armadas na fiscalização das fronteiras internacionais durante todo o ano de 2000. Cumpre salientar também que as etapas sorológicas foram convenientemente cumpridas para a obtenção do **status** de área livre de febre aftosa com vacinação.

Em 10 de janeiro do corrente ano, o relatório feito pelo Estado de Mato Grosso do Sul foi aprovado pelas autoridades do Governo Federal pertencentes ao Ministério da Agricultura. No dia 26 de janeiro, o mesmo relatório foi aprovado, com louvor, pelo Instituto Internacional de Epizootia, na França.

Todavia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar de todos os esforços e de todas as vitórias, nosso Estado parece não obter a compreensão do Ministério da Agricultura. Outros Estados, que como Mato Grosso do Sul foram declarados zonas livres da febre aftosa, tiveram suas fronteiras liberadas. O gado em pé do Rio Grande do Sul e de outros Estados pode transitar por todo o território nacional; mas, incompreensivelmente, o Ministério da Agricultura não libera a fronteira do nosso Estado com os Estados vizinhos. Pior: não dá explicações. Comporta-se como se fosse o dono do mundo. Não explica nem ao Parlamento nem ao Governo do Estado por que Mato Grosso do Sul ainda parece estar condenado a ser considerado zona de risco.

Por que isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores? Já fomos injustiçados anteriormente, por mais de um ano. O surto surgiu em Naviraí, com gado contrabandeado do Paraguai; o Paraguai sempre foi considerado zona livre; Naviraí, no meu Estado, dista 60 km do Estado do Paraná, e todos nós – Parlamentares sul-matogrossenses, entidades de classe, a Famasul e a Acresul, o Governo do Estado oferecemos soluções no sentido de que isolássemos apenas a área afetada. Nem isso foi aceito pelo Ministério da Agricultura. E apesar de Naviraí volto a repetir estar a uma distância de 60 km do Paraná, aquele Estado continua zona livre, enquanto outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, distantes de Naviraí 300 ou mais quilômetros, não tiveram o mesmo tratamento.

Qual a explicação técnica para isso? Alguma coisa existe não tenho dúvidas em afirmar isso. E quero dizer ao Ministério da Agricultura porque me cumpre falar em nome daqueles que produzem no meu Estado, em nome da economia de Mato Grosso do Sul que há boatos inconfessáveis que não ouso dizer aqui desta tribuna; mas, se necessário for, teremos que divulgá-los. O que se propala hoje no Estado é que parece que há um boicote para atender interesses inconfessáveis. Quando nós, os Parlamentares, estamos entre os produtores do meu Estado, eles nos perguntam por que não pedimos providências e querem saber o que está havendo contra Mato Grosso do Sul. Será que é porque possuímos o maior rebanho bovino deste País, com cerca de 23 milhões de cabeças? Por que não dão uma satisfação à coletividade sul-matogrossense?

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há boicote interno! Ao mesmo tempo, lemos nos jornais, aliás, temos convicção de que existe um boicote internacional contra produtos brasileiros. Imaginem a luta comercial que está havendo entre o Brasil e o Canadá por causa das aeronaves brasileiras produzidas pela

Embraer, a preços altamente competitivos. Isso tem provocando uma reação do Canadá, que fabrica o mesmo produto e tenta inibir as exportações brasileiras.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, será que um assunto não está ligado ao outro? Tenho a plena convicção de que sim. Por isso, a propósito da fala da Senadora Emilia Fernandes sobre a reunião de Porto Alegre, quero repetir aqui o que tenho afirmado sempre: Senadora, senhores membros do Senado brasileiro, o Brasil tem que se precaver mesmo, porque este é o país das potencialidades, das riquezas! Temos riquezas imensas, estamos avançando, mas a globalização não nos deixa avançar mais. A globalização é irreversível – sei disso –, mas ela tem se mostrado cruel com os países pobres e com os países em desenvolvimento!

Que lá entre eles se faça isso contra nós, tudo bem! Mas que meu Estado seja apenado pelo Ministério da Agricultura sem explicação é intolerável! Como representante do Estado, mereci a confiança do povo sul-matogrossense. Fui eleito para defender os interesses de Mato Grosso do Sul, promovendo seu progresso e a melhoria da qualidade de vida da nossa população. Por isso, não podemos aceitar esse boicote sem erguer nossa voz, sem protestar, sem falar abertamente ao Ministério da Agricultura! Ir lá não adianta mais, pois os técnicos estão numa redoma de vidro, não querem dar satisfação a ninguém, não explicam seus atos aos Parlamentares, ao Governador do Estado, à sociedade brasileira!

Diante disso, é preciso que a sociedade brasileira tome conhecimento de que não estamos de braços cruzados. Queremos agir, queremos lutar! Precisamos fazer com que o Ministério da Agricultura ouça nossas reivindicações e enxergue melhor um Estado como Mato Grosso do Sul, dando satisfações aos pecuaristas, aos produtores rurais, aos criadores.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, isso não ocorre em nenhum Estado da Federação brasileira. O Ministério da Agricultura pode confirmar que os produtores, os pecuaristas e os criadores de Mato Grosso do Sul continuam cumprindo rigorosamente com seus deveres. Por que o rebanho do Mato Grosso do Sul não pode ir para São Paulo e para o Paraná, se já é um gado livre de febre aftosa, se a vacinação é feita de forma regular? Qual é a explicação que se dá para esse fato? Será que são os contratos comerciais firmados em dólar para exportação que fazem com que o preço em Mato Grosso do Sul seja inferior ao preço pago, por exemplo, nos frigoríficos em São Paulo? O que está havendo?

Faço essas perguntas em defesa da classe produtora do Estado do Mato Grosso do Sul, para que o Ministério da Agricultura responda ao Estado o que está havendo. Somos um Estado que renegociamos a nossa dívida e estamos pagando-a regularmente ao Governo Federal. O Estado passa por sérias dificuldades financeiras, e esse fato altera a sua economia, desestimula os que produzem. É preciso dar explicações claras. Não basta que os técnicos entendam o que está havendo, é a sociedade que precisa compreender.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um surto de vaca louca. O gado brasileiro é herbívoro e não carnívoro. Como se explica esse boicote do Canadá, acompanhado pelos Estados Unidos e pelo México? Guerra internacional. Vamos defender o Brasil! Não é possível que eu tenha de defender Mato Grosso do Sul dentro do Brasil. Isso não! O Brasil tem de defender Mato Grosso do Sul. Não há necessidade de o Estado do Mato Grosso do Sul procurar defender-se ou buscar explicações para o que está ocorrendo. Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul é o único Estado da Federação brasileira que hoje tem o gado amarrado, sem poder se locomover. Como nós, Senadores da República, podemos aceitar isso?

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PFL – MS) – Senador Ramez Tebet, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca .

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PFL – MS) – Senador Ramez Tebet, solidarizo-me com seu discurso, com seu protesto e com sua desconfiança com relação a tudo o que está acontecendo contra o Estado do Mato Grosso do Sul no que se refere ao gado. Um dos motivos é termos o maior rebanho de gado bovino deste País, quase 25 milhões de cabeças. Esse boicote vem da indústria farmacêutica de vacinas, da competição desleal de outros Estados com poder político muito mais forte que o de Mato Grosso do Sul. Quando houve um surto de aftosa em Naviraí, bloqueou-se o Estado inteiro – 360 mil quilômetros quadrados –, quando esse bloqueio poderia ter sido feito numa fazenda ou num município. Se o Estado de Mato Grosso do Sul não estivesse separado do Estado de Mato Grosso, esse território de bloqueio iria até a fronteira com Amazonas? Os fatos estão incompreendidos, e o Ministério da Agricultura, como disse V. Exª, fala dos organismos internacionais de controle da aftosa, mas não justifica o que está ocorrendo, com seriedade, com fatos, com argumentos sólidos, fortes, para que possamos entender. Não nos conformaremos nunca, pois nada é explícito, claro nem

transparente para nós. O pronunciamento de V. Exª extrapola os interesses de Mato Grosso do Sul e adota uma postura diferente, que está despertando nesta Casa, de defesa dos interesses nacionais. O Estado precisa ser mais solidário com seu povo, precisa ser um Estado de direito democrático, não um Estado de defesa de órgãos internacionais, que fazem de tudo neste País. Enquanto isso, vemos nossa economia exaurindo-se por falta de uma presença política mais forte. O pronunciamento de V. Exª traz a certeza de que o Senado Federal e o Congresso Nacional aperfeiçoam-se na defesa dos interesses nacionais. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª conhece o assunto melhor que eu, e, com números, o assunto fica melhor explicado. Comecei o meu discurso realmente indignado. Cheguei no meu Estado e vi as pessoas perplexas, porque o Ministro da Agricultura promete abrir a fronteira e nunca o faz. A promessa não é cumprida.

Estarreceu-me também a falta de explicação dos técnicos da Ministério da Agricultura para as autoridades da Governo do Estado, que vêm lutando junto conosco em defesa da economia de Mato Grosso do Sul.

É um argumento forte o do Senador Juvêncio da Fonseca, porque citou números. O Estado do Mato Grosso do Sul tem quase 360 mil quilômetros quadrados, que foram bloqueados. Naviraí está a apenas 60 quilômetros do Paraná. A febre aftosa, cujo contágio se faz pelo ar, só é levada pelo vento para o lado do Mato Grosso do Sul. Para o outro lado ela não vai. O vento é tão forte que só carrega o vírus para o Mato Grosso do Sul.

Será que isso é correto? Qual é a explicação para isso? Não deram uma explicação. Estamos esperando pacientemente, e não cumprem a palavra. O Estado faz um esforço enorme e obtém um relatório aprovado com louvor na França. Outros Estados brasileiros ficam com suas fronteiras inteiramente abertas, e Mato Grosso do Sul, não.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Fazendo soar a campainha.) – Nobre Senador Ramez Tebet, o seu tempo já se esgotou, e V. Exª ainda deverá conceder alguns apartes. Peço que conclua seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com a compreensão de V. Exª, concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Ramez Tebet, só cabe uma palavra neste aparte: solidariedade. V. Exª tem defendido seu Governo com a veemência que lhe é característica e com a correção necessária. Daqui a muitos anos, quando V. Exª não mais quiser concorrer ao Senado, haverá de carregar cicatrizes do dever cumprido. Faço este simbólico e solidário aparte desprendido de qualquer conotação de amizade. O Estado de V. Exª, Mato Grosso do Sul, não merece o que certas autoridades estão fazendo. Meus cumprimentos, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Bernardo Cabral, agradeço imensamente a sua solidariedade. Embora V. Exª diga que não, sei que ela vem pela nossa amizade. Sei que V. Exª aparteia porque também é um intransigente defensor do seu Estado. Já ouvi V. Exª tantas vezes aqui ouvi V. Exª, com seu sentimento patriótico, defender os interesses da Amazônia, região ameaçada pelo mundo inteiro. De sorte que recolho o aparte de V. Exª com emoção, porque parte de um Senador que tem demonstrado um sentimento cívico na defesa dos interesses da região amazônica e do Brasil.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Ramez Tebet, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Exª, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Nobre Senador, não poderia deixar de cumprimentá-lo e também expressar a minha solidariedade, pois V. Exª cumpre o dever de defender os interesses e a economia do Estado que representa. Entendemos perfeitamente, por todo o arrazoado de seu discurso desassombrado e inteligente, que há razões inconfessáveis para determinar o procedimento, o comportamento das autoridades federais na área da agricultura, prejudicando o Estado do Mato Grosso do Sul. Meus parabéns, meus cumprimentos. Quero acrescentar, Senador Ramez Tebet, também fazendo coro ao que V. Exª se referiu, que nós brasileiros temos o direito e até o dever de desconfiar de certos comportamentos, certas decisões de outros países, que tentam prejudicar de uma forma ou de outra a economia brasileira. Entidades fiscalizadoras que são rigorosas, entidades européias que se dedicam à fiscalização sanitária têm reconhecido no Brasil o esforço no combate da febre aftosa, e nunca se levantou nenhuma desconfiança da existência do chamado mal da vaca louca no País. Por que então, de repente, os três países que compõem o Nafta – e que querem levar o Brasil a aceitar a Alca – Área de Livre Comércio das Américas,

contra os nossos interesses – aproveitam-se não se sabe de que razões para restringir, proibir a exportação de carne brasileira para os seus mercados? Essa questão é absolutamente irrespondível. Nobre Senador, temos o direito e o dever de desconfiar de razões inconfessáveis, de natureza política ou mesmo impositiva sob o ponto de vista dos grandes interesses dominadores do mundo. Uma vez mais, parabenizo V. Ex.ª pelos seus pronunciamentos, que se caracterizam exatamente por essa independência, por esse dever de defesa do seu Estado e do nosso País, pelo desassombro e pelo brilhantismo com que se comporta na tribuna.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, a experiência de V. Ex.ª é a comprovação de que temos realmente por que desconfiar do comportamento daqueles países. Se um homem da sua envergadura desconfia disso, imagine eu, recém-chegado ao Senado da República.

Todos sabem que o mal da vaca louca surgiu na Inglaterra. Quando se fala em crescimento da economia brasileira, começam a dizer que o Brasil não enviou documento para provar que aqui não há esse mal, isso ao lado de um boicote que a Embraer está sofrendo, uma vez que o Canadá tem condições de subsidiar a empresa que fabrica os aviões.

Esse é o mundo da globalização cruel a que me referi. Eu sei que não podemos lutar contra a globalização, mas podemos lutar dentro do mundo globalizado, defendendo o que é nosso. Mas se a defesa do que é nosso perante essas nações mais adiantadas nos é difícil, volto para o meu Estado.

Defender o Brasil dentro das nossas fronteiras não é difícil. Mato Grosso do Sul precisa de boa vontade. Faço um apelo ao Ministério da Agricultura em nome da economia do meu Estado. Vim a esta tribuna, Sr. Presidente, impulsionado pelo que tenho ouvido dos produtores do meu Estado e das entidades de classe. Sabe o Senado da República que sou oposição ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, mas neste capítulo o Governo de Mato Grosso do Sul cumpriu o seu dever. Resta ao Ministério da Agricultura reconhecer isso e deixar de causar prejuízos ao Estado de Mato Grosso do Sul. Temos que lutar para continuar exportando.

O comércio da carne rende ao Brasil, atualmente, cerca de US$800 milhões, a exportação de carne brasileira para o exterior. Vamos defender nosso mercado, mas vamos defender com justiça as coisas dentro do Brasil.

Quanto à questão a que me referi, ela é incompreensível, Sr. Ministro da Agricultura. Portanto, peço a atenção de V. Exª para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Eduardo. (Pausa.)

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dentro de dois dias, com o auspicioso retorno da Senadora Marina Silva aos trabalhos desta Casa, encerrarei o período de quatro meses durante o qual procurei cumprir, com entusiasmo e sincero esforço, o dever político e cidadão implícito na suplência, de manter contínua e ativa a representação delegada pelo povo do Acre.

Esta ocasião, portanto, é de despedida, de reflexão e de avaliação das lições que aqui aprendi, como também de prestação de contas ao Brasil e ao Acre das minhas ações no exercício do cargo de Senador da República.

Inicio com algumas palavras sobre meu Partido, o Partido Verde. Coerente com nossa história e filosofia, animou-nos o objetivo de, durante este breve mandato, ajudar a manter vivas na pauta do Congresso as discussões sobre sociedade, meio ambiente e direitos humanos, temas tão bem expressos no mandato da Senadora Marina Silva. Coincidentemente, minha chegada a esta Casa aconteceu no momento em que o PV saía das urnas, em novembro último, com muita energia, recebendo dez vezes mais votos do que na eleição anterior.

Esse sinal de fidelidade dos ideais verdes na sociedade brasileira animou-nos a colocar mãos à obra para crescer e corresponder politicamente à evidente expectativa de que sejamos, de fato, uma expressão das novas propostas e novos movimentos que hoje fermentam o desejo de mudança, no mundo todo, para um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado, tanto do ponto de vista social quanto do ecológico. A partir de meu posto neste Senado procurei colaborar para dinamizar ao máximo esse momento especial do Partido Verde. Cumpri valiosa agenda de contatos nacionais e internacionais, negociando alianças com forças sociais e políticas afins. Incentivei e participei da discussão partidária interna, indis-

pensável para pensar o presente e o futuro, ganhar quadros, abrir novas frentes e formar lideranças. Asseguro que o fato de o PV ter tido o seu primeiro Senador nessa fase contribuiu positivamente para esse processo de reciclagem e fortalecimento partidário. Quando isso ocorre, independentemente do Partido, é sempre um bom fruto do Parlamento e resultado de grande interesse para a população, visto que se reforçam estruturas democráticas, se agitam águas paradas e se abrem espaços para maior participação, parcerias e troca de idéias.

Entre os temas específicos que pude tratar durante esse breve período, destacarei três.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senador Júlio Eduardo, neste momento em que V. Exª usa a tribuna para fazer um balanço desse período em que ocupou, como suplente da Senadora Marina Silva, a vaga no Senado Federal, registro a enorme alegria de ter convivido com V. Exª. Quem nos assiste pode pensar que essa alegria origina-se na amizade, no convívio pessoal, mas infelizmente isso não foi possível. Entretanto, essa satisfação vem da contribuição que V. Exª trouxe a esta Casa nos debates a respeito de cidadania, democracia, meio ambiente. Assisti a duas excelentes intervenções de V. Ex.ª no plenário desta Casa. Uma delas dizia respeito à Região Amazônica e, naquela oportunidade, nos foi apresentado um ponto de vista novo, atualizado, que para nós, Parlamentares de outras regiões do País, configurou-se de muita valia. Por isso, reitero a V. Ex.ª, ao povo acreano e ao povo brasileiro que nos assiste neste momento que foi muito bom conviver com V. Exª. Espero que prossiga na vida pública e ocupe outros espaços importantes, porque V. Ex.ª tem, seguramente, muito a contribuir com a política de qualidade que precisamos construir no Brasil. Parabéns! Tenho certeza de que o povo brasileiro ganhou muito nesse pequeno período de participação de V. Exª na vida parlamentar brasileira. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Presenteado por tão carinhoso aparte, agradeço a sua bondosa manifestação e o exemplo que V. Ex.ª representou para mim na minha atuação.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Pois não, Exª.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Júlio Eduardo, também quero participar deste momento em que V. Exª deixa o mandato originalmente pertencente à Senadora Marina Silva. Externo a minha admiração, reafirmo o meu respeito e amizade pelo trabalho que V. Ex.ª desempenhou tanto a favor do Parlamento brasileiro como da juventude e da sociedade brasileira, que deseja ter no meio ambiente um horizonte novo, envolvendo estabilidade entre o presente e o futuro. Não é possível mais imaginarmos a pós-modernidade, a contemporaneidade sem uma política de meio ambiente definida para os povos deste planeta. V. Ex.ª, de maneira muito especial, apresentou esse debate e aprofundou a questão indo de encontro ao conteúdo e à forma do trabalho legislativo que a Senadora Marina Silva desenvolve de maneira tão sublime nesta Casa. Somente quero dizer-lhe que retornará ao nosso Estado, ao Acre, levando uma nova visão de vida, adquirida no Parlamento brasileiro, dividindo com a juventude e com toda a sociedade brasileira a importância de um profissional reto, coerente e honesto, capaz de olhar o amanhã de maneira desprendida e a favor do desenvolvimento humano e ambiental. Sem dúvida alguma, a sua passagem no Senado Federal reafirma a possibilidade de se fazer política decentemente, coerentemente, a possibilidade da construção de um mundo melhor, de um novo amanhecer para o nosso País. O que fica de mais importante ao longo de sua passagem pelo Senado Federal é o elo que tentou estabelecer com a juventude, mostrando que ela em que se apegar. V. Exª visualizou um horizonte a compartilhar com as futuras gerações e a possibilidade de construção de um país diferente, verdadeiro, onde matar, mentir, roubar não sejam mandamentos aceitos por aqueles que vivem em sociedade. Um país onde a idéia de ser fanático pela verdade ou de esquecê-la não seja o elemento fundamental, mas, sim, a razão, a coerência, o equilíbrio do homem como alguém que pode viver uma idéia de felicidade em sua passagem pelo nosso planeta. Imagino que V. Exª ganha do Brasil, ao deixar o mandato, um "muito obrigado" e o desejo de retorno, no futuro, às Casas Legislativas do Brasil. V. Exª é um condutor da política de saúde para este País, para o nosso Estado. É o que mais espero. Acredito, também, que as mulheres terão muita alegria no reencontro com V. Exª, ginecologista e obstetra, e, sem dúvida alguma, os bebês, quando olharem o mundo pela primeira vez, verão em V. Exª um profissional de qualificação e elevada personalidade médica, que os acolherá com

carinho e respeito, confirmando o sentido da sua profissão. Muito obrigado e muito êxito.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Senador Tião Viana, grande amigo, agradeço esse aparte na certeza de que a proximidade do nosso ideário é muito grande. A forma como V. Exª atua no Parlamento brasileiro serve como uma diretriz para nós todos aqui ou em qualquer outra Casa Legislativa. Muito obrigado.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Júlio Eduardo, deixo também o meu depoimento da excelente impressão que V. Exª causou a todos nós nas intervenções feitas durante esse curto período em que substituiu a Senadora Marina Silva. Árdua missão, grande responsabilidade, que V. Exª cumpriu muito bem. Quero deixar aqui registrada a minha admiração. V. Exª, em todos os momentos, revelou senso de responsabilidade da representação e interesse pelas coisas do seu Estado e do nosso País e ainda uma independência muito grande em relação a comprometimentos menores de natureza política. Enfim, V. Exª deixou em todos nós uma sensação de enobrecimento da Casa. Dito isso que expressa efetivamente um sentimento meu, e acredito que seja de toda a Casa, resta esperar que V. Exª ainda nos brinde com seu retorno a esta Casa o mais breve possível, para continuar colaborando com as causas de interesse do povo brasileiro e do seu Estado.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Senador Saturnino Braga, o meu agradecimento a suas palavras é imenso, até porque, antes de ter o prazer de representar o Estado do Acre, vivi politicamente o nosso Rio de Janeiro, e a minha admiração por V. Exª é anterior a tudo isso. Agradeço a V. Exª pelas palavras, porque sei da consistência e da experiência que, certamente, reunidas com a bondade, o fizeram proferir. Muito obrigado.

Dos três temas que gostaria de citar, o primeiro deles é aquele que figura no topo da agenda de preocupações de meu partido, de ambientalistas em geral e de governantes conscientes em todo o mundo: as ameaças de escassez de água e os riscos de poluição que atingem os depósitos disponíveis, especialmente para abastecimento humano. No Brasil, esse problema tem sido objeto de intensas negociações, principalmente na última década, resultando na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos e na lei que criou a Agência Nacional de Águas.

Mas ainda restam pontos importantes a serem regulados, pontos que geram conflitos de entendimento e prejuízo público. É o caso dos aqüíferos que ultrapassam os territórios dos Estados e envolvem águas subterrâneas. Para avançar nessa matéria, apresentei proposta de emenda constitucional, acatando sugestões da área técnica do Ministério Público Federal, com o objetivo de eliminar dúvidas quanto à titularidade dessas águas, definindo-as como de domínio da União. A mudança trará maior segurança jurídica e responsabilidade administrativa ao gerenciamento dos recursos hídricos e à outorga de direitos sobre águas subterrâneas. Essa é uma contribuição que tenho a honra de deixar em trâmite no Legislativo e que aqui será, estou certo, muito enriquecida pela discussão técnica e política da qual continuarei participando como cidadão e militante.

O segundo tema é o da própria Amazônia e, em especial, do Acre, que procurei manter em destaque neste plenário e nas comissões. Evidenciei não apenas problemas, mas sobretudo as soluções que emergem da importante fase de transição que forças responsáveis da região procuram direcionar para um futuro sustentável, de economia inteligente e, certamente, um desenvolvimento social e ambientalmente justo. Nesse sentido, reafirmo o papel das entidades representativas da sociedade civil, de setores do Governo Federal (a exemplo do Ministério do Meio Ambiente), de governos estaduais como o do Acre e do Amapá, de prefeituras de capitais como Belém e de pequenos municípios, que formam uma rede de esforços para propor alternativas realmente amazônicas, porque idealizadas no conhecimento técnico e científico da natureza, no respeito à população local e sua sabedoria, no melhor uso da solidariedade global e na convicção de que há vida e esperança fora dos modelos tradicionais predadores e excludentes.

O terceiro tema que nesse período mobilizou inúmeras reuniões e seminários dos quais participei representando o Senado e o Acre foi o das mudanças climáticas globais. Importa atentar para suas interações com os modelos de produção e consumo dominantes no mundo e também com a necessária proteção da biodiversidade e da própria integridade do Planeta, ameaçada por descontroles artificialmente produzidos pelo excesso de poluição.

Estar diretamente inserido nessas negociações e rodadas técnicas foi, para mim, um fator de crescimento pessoal e político. Reforçou-me a certeza de

que, na situação de grave e progressiva quebra do equilíbrio ambiental pela qual passa o Planeta, a mais ingente ameaça não é ecológica, é a resistência do poder político, insensível, a agir para além dos interesses particularistas, gananciosos e mesquinhos. Mais importante para o mundo do que a capacidade tecnológica para responder aos desafios e ameaças que os próprios seres humanos criaram é a capacidade de cada um de nós representados e representantes de mudar a política, tirá-la do julgo das razões econômicas que costumam privilegiar tão poucos e colocá-la sob a égide da ética e dos valores humanos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Senador Júlio Eduardo pela sua intensa participação nesses meses em que substituiu e muito honrou a cadeira do Senado da Senadora Marina Silva, uma das melhores surpresas da história do Senado Federal, posto que a referida Senadora tem demonstrado aqui como é possível trazer o conhecimento da floresta, das coisas da Amazônia e do Acre, defendendo tão bem o sentimento da cidadania e, nas suas palavras, da "florestania". Ao substituir a Senadora Marina Silva, durante o período em que S. Exª precisou cuidar da saúde, representando o Partido Verde pela primeira vez aqui no Senado, V. Exª soube honrar muito bem sua missão. Como membro do Partido dos Trabalhadores, gostaria de dizer que tenho grande afinidade com o Partido Verde e com sua postura de defesa da Amazônia, das florestas, dos manguezais. O PV defende o direito à cidadania e a preservação do ambiente inteiro, como nos fala Leonardo Boff. V. Exª nos trouxe um grande conhecimento, inclusive como médico, companheiro do Senador Tião Viana, que é um batalhador na área da saúde, e ressaltou sua condição de médico especialista no nascimento dos novos seres. Quero dizer que o outro representante do Partido Verde no Congresso Nacional, o Deputado Fernando Gabeira, é uma das pessoas com quem tenho a maior afinidade. Muitas vezes participei, juntamente com o Deputado Fernando Gabeira, de ações em defesa da cidadania, da democracia e de uma melhor qualidade de vida, como os membros do Partido Verde costumam defender. Quero também cumprimentar e saudar o crescimento do Partido Verde em todo o Brasil nas últimas eleições municipais. Muito obrigado por sua colaboração junto ao Senado Federal.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Ilustre Senador Eduardo Suplicy, agradecendo de coração o seu aparte, quero salientar que essas considerações, vindas de uma pessoa de tamanha bagagem político-cultural, muito me honram e certamente servirão de estímulo para continuarmos, com várias formas de parceria, a caminhar juntos em direção a uma sociedade mais justa, em que todos acreditamos.

Muito obrigado.

Essas considerações vêm a propósito de reflexão que me ocupa nos últimos dias a respeito do sentido propriamente político de minha experiência no Senado: aquele que diz respeito à observação e à vivência como parte das múltiplas funções e responsabilidades do Poder Legislativo para com a Nação e cada um de seus cidadãos. Em primeiro lugar, afirmo que nesses 120 dias cresceram meu respeito e admiração por aqueles que aqui trabalham – parlamentares, técnicos e funcionários – e trabalham muito, para dar conta de uma agenda móvel, sempre crescente, ao sabor dos radares sociais, culturais e econômicos, no poder da República mais exposto, mais transversal, mais aberto.

Vi-me da ampla perspectiva nacional que nos tira de nossas cidades, rios, aldeias e mostra que efetivamente existe um Brasil de teias e ramificações nem sempre claras, nem sempre bem entendidas, mas fortes e inescapáveis, por mais que queiramos cuidar do nosso pedaço ou acreditar que ele é um mundo à parte. Aqui, senti-me um instrumento de soluções gestadas no debate, um elo possível de integração plena da diversidade. E também constatei, de um posto privilegiado, porque dentro do coração do engenho político brasileiro, quão dramaticamente é aquela mudança ética, metodológica e conceitual na política de que tratava há pouco. Refiro-me ao processo, em curso, de escolha dos novos dirigentes do Congresso, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não quero me alongar em considerações a respeito, mas cito artigo de Elio Gaspari, que li na **Folha de S.Paulo,** sob o título "Jefferson Péres é perigoso. É um homem de cente", do qual solicito transcrição nos Anais desta Casa.

Identifico-me com a argumentação do artigo e vejo nela o cerne das reflexões mais gerais que levo comigo para o Acre e para minha prática política cotidiana. Levo aguda a consciência de que a mudança já está em curso, mas pelas mãos da sociedade, visível na exigência ética que ficou clara nas últimas eleições, no peso e na consistência do trabalho mostrado por entidades organizadas no Fórum Social Mundial

de Porto Alegre e em tantos outros sinais, como a vinda de três Parlamentares do Partido Verde da Suíça para participar do Fórum em Porto Alegre, aos quais muitos daqueles que se consideram profissionais da política preferem fazer ouvidos surdos, olhos cegos e coração morto.

Grande engano! O poder formal parece sólido, mas tende a ignorar quando o formigueiro que lhe está sob os pés começa a se mexer em outra direção e a cavar o enorme buraco no qual o soterrará. A direção em que as formiguinhas da sociedade brasileira caminham hoje é o de uma mudança estrutural da ação política, que não só tem a ver com a formação de novas redes de tomada de decisão e novos foros de legitimidade da ação pública, como tem a ver com a exigência de novos perfis para os postos de representação do sistema democrático.

Por isso, é tão oportuno o artigo de Gaspari, do qual quero citar o seguinte trecho inicial: "O Governo não admite a possibilidade de uma vitória de Péres. Não a admite porque ele é o candidato da Oposição. Pena. O Planalto está mobilizado contra a decência. A figura miúda, meticulosa e seca do Senador amazonense tem essa única característica. É um homem decente." E de minha lavra qualificado competente e preparado.

E mais adiante, à guisa de conclusão: "(...) a teia de interesses que equilibra a aliança governista chegou a tal decadência que a cada remendo corresponde nova goteira. Havendo um candidato de oposição com a marca da decência, o Presidente da República reagiu a uma ação do PFL ameaçando demitir pessoas que o Partido indicou. Se Fernando Henrique as nomeou porque eram competentes, não pode demiti-las por vingança. Se as nomeou acreditando que eram competentes, e elas se revelaram ineptas, já deveria tê-las demitido há muito tempo.

O Governo pode ficar tranqüilo, as chances de Jefferson Péres vir a ser eleito Presidente do Senado são praticamente nulas. Agora, a aliança governista não tem por que temer esse homem decente, mas deve se lembrar que em 2002 terá de bater a porta da choldra para pedir os votos".

Esse é o texto de Elio Gaspari.

Despeço-me do Senado, mas não da política do cotidiano, das ruas, dos ideais do meu Partido, da lealdade à minha consciência. Volto transformado pela experiência das lições que aqui recebi, orgulhoso de ter aqui, pela primeira vez, representado o Partido Verde e ter revalidado em mim e em muitos companheiros a certeza dos rumos que nosso ideário aponta.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço o apoio de todos e a compreensão muitas vezes necessária para ajudar esse "verde" Senador a entender os meandros do Congresso. Parafraseando mote muito em voga entre os ambientalistas há muitos anos, que dizia "seja maduro, defenda o verde", eu digo: estou maduro, continuo cada vez mais verde.

Agradeço a todos, Senadoras e Senadores, a acolhida carinhosa que aqui tive.

O privilegiado e denso aprendizado e a oportunidade de, como cidadão brasileiro, viver a excelência da condição de realização nesta magna Casa legislativa me reveste do dever de testemunhar para a sociedade brasileira o ritmo intenso e prolongado de trabalho no Senado Federal, que, produtivo e consistente, honra o papel de representação dos Estados brasileiros.

O Partido Verde, na primeira passagem por esta Casa, agradece o espaço oferecido pelos ilustres Senadores e o respeito à sua atuação enquanto Partido. Além disso, com a volta da nobre Senadora Marina Silva, sente-se representado e continua à disposição do Parlamento.

A perpetuação do sucesso dos representantes da Federação é o desejo do cidadão brasileiro Júlio Eduardo e o do seu Partido. Eternamente grato pela oportunidade dessa magnitude, despeço-me desta tribuna com os agradecimentos já proferidos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Concedo, com prazer e honra, o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Júlio Eduardo, vim do meu gabinete para expressar a V. Exª minha satisfação com nosso convívio, meu prazer em trocar idéias com V. Exª Manifesto minha admiração por ver com que espírito, talento e amor V. Exª ocupou a tribuna do Senado em defesa dos seus ideais, em defesa do seu Estado, o Acre. Desejo-lhe muita felicidade. V. Exª bem representou seu Estado nesta Casa. Várias vezes ouvi atentamente seus pronunciamentos, todos eles coerentes e voltados para o bem comum. Isso é muito importante, Senador Júlio Eduardo. V. Exª vai deixar um vazio aqui. Queria dizer-lhe que esse convívio foi muito agradável. Não só eu mas também os seus Colegas e o Senado da República vão lembrar-se com carinho da sua passagem pelo Senado. V. Exª cumpriu com brilhantismo o seu mandato. Assumiu no lugar da Senadora Marina Silva, que agora retornará. Po-

demos dizer que S. Exª é eficiente e V. Exª. também o é. No dia em que S. Exª tiver que se ausentar novamente, o Estado do Acre não perderá nada, por que V. Exª está à altura da defesa dos interesses daquele Estado. Um abraço.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Agradeço, emocionado, a sua declaração, que, é claro, vem revestida de toda bondade já reconhecida, mas serve como estímulo para que eu sempre possa contribuir, de alguma forma, com os debates, mesmo que em posições diferentes, porém sempre tentando elevar a discussão.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Gostaria de contar com a bondade do Presidente, para ouvir o Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminente Senador Júlio Eduardo, em pouquíssimas palavras, gostaria de cumprimentar V. Exª e, sobretudo, o Estado do Acre. V. Exª se desincumbiu como poucos da sua missão de substituir a eminente Senadora Marina Silva e representar aquele grandioso Estado da Federação brasileira. Permita-me apenas dizer que estamos aqui, neste momento, entre a cruz e a espada: de um lado, satisfeitos com o retorno da eminente Senadora Marina Silva; de outro, muito tristes com o regresso de V. Exª ao seu consultório no Estado do Acre.

O SR. JÚLIO EDUARDO (Bloco/PV – AC) – Sou-lhe muito grato pelo carinho expresso em tão bondosas palavras. De acordo com o que pensa o Partido Verde, também no dia-a-dia do consultório, estaremos contribuindo politicamente com a sociedade. Tenho certeza de que, enriquecido de participações, experiências e troca de idéias com uma pessoa de sua envergadura, voltarei mais engrandecido à minha atuação profissional.

Reitero os agradecimentos a todos. Nada disso teria acontecido da forma distinta como vivenciei se não tivesse sido possível contar com a qualidade da assessoria do gabinete com que fui presenteado e, evidentemente, com a compreensão amiga de todos os Srs. Senadores, especialmente do meu sempre parceiro, Senador Tião Viana, e da minha competente e maravilhosa Líder, Senadora Heloisa Helena.

Agradeço à Bancada do Acre, ao Deputado Federal Marcos Afonso, que muito me auxiliou a honrar o nosso querido Acre nesta Casa, pois pude absorver um pouco da sua grande experiência.

Reitero que estou muito grato por ter podido participar desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JÚLIO EDUARDO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Elio Gaspari

Jefferson Péres é perigoso. É um homem decente

Há dois candidatos à presidência do Senado: Jader Barbalho e Jefferson Péres. O governo não admite a possibilidade de uma vitória de Péres. Não admite porque ele é o candidato da oposição. Pena. O Planalto está mobilizado contra a decência. A figura miúda, meticulosa e seca do senador amazonense tem essa única característica. É um homem decente.

Aos 68 anos, é ave rara. Não há um único funcionário no governo federal nomeado a seu pedido. Recusa-se a endossar até mesmo indicações da bancada. (Bem que poderia ter evitado a nomeação de uma cunhada para seu gabinete.) Viveu como professor de economia da Universidade Federal do Amazonas. Tem mais de 35 anos de serviço, recusa-se a requerer aposentadoria. Defende a política econômica do governo com mais ardor que a maioria do Ministério de FFHH. Sustenta que o presidente do Banco Central deve ter mandato, programa e metas. Em 1997, relatando as contas do governo, demonstrou que ele havia reduzido os gastos na área social. Rebarbou os doces pedidos para retirar suas restrições.

Personagem anticlimático, é capaz de participar da sabatina de um presidente do Banco Central dizendo que aquela sessão de perguntas e respostas era um teatro praticamente inútil: "O Senado finge que tem poderes e que participa do processo quando pode muito pouco e participa quase nada." Foi nomeado para a comissão especial que tratou do caso Eduardo Jorge e avisou: "Isto aqui não vai dar em nada, por falta de instrumentos legais". Deu em nada.

Pode-se ver a marca da decência de Péres nas coisas que ajudou a fazer funcionar. Trabalhou para regulamentar os planos de saúde e defendeu a entrada de empresas estrangeiras no mercado. Apoiou a proibição da propaganda do tabaco e propôs que ela fosse estendida ao álcool. Visitado pela turma das cervejarias, foi a público: "A pressão da indústria da bebida é maior que a dos fabricantes de cigarro." Relatou o trabalho da comissão que pediu a cassação do mandato de Luiz Estevão. Foi dele a iniciativa de obter do Senado a repreensão dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho pelos bate-bocas que produziram no plenário.

Para o Planalto e para a coligação governista, Jefferson Péres não pode presidir o Senado porque é de oposição. Esse argumento é forte, mas até agora os doutores do governo só conseguiram produzir Jader Barbalho. Vale lembrar que a base de sustentação política da ditadura chegou a um impasse quando o melhor candidato que conseguiu produzir chamou-se Paulo Maluf. Graças a isso deu-se o milagre de Tancredo Neves. Como lembra o senador Roberto Freire: "O que está acontecendo hoje em Brasília é a marcha da insensatez."

Jefferson Péres está na oposição, não é de oposição. Distanciou-se do governo por decência. Começou a fazer política nos anos 50 e foi candidato a vereador em Manaus, com o apoio velado do Partido Comunista. Quando veio a ditadura, retraiu-se. A maneira como conta isso é um bom retrato de sua personalidade:

"Eu não tinha vocação para herói. Fiquei com medo de perder o meu emprego na universidade e abandonei qualquer militância política."

Péres reemergiu em 1988, filiando-se ao PSDB, que fazia oposição à política úmida do morubixaba Gilberto Mestrinho. Foi um caso raro de vereador que foi para o Senado sem escala na Câmara. Deixou o partido em 1999, depois que os tucanos aliaram-se ao governador Amazonino Mendes, herdeiro de Mestrinho em troca dos votos para a aprovação da emenda da reeleição. Saiu do PSDB tocado pela mesma decência que levou Mário Covas e FFHH a saírem do PMDB de Orestes Quércia.

O PFL poderá criar uma alternativa a Jader Barbalho achando um novo candidato em outro partido. Parece coisa fácil, mas a teia de interesses que equilibra a aliança governista chegou a tal decadência que a cada remendo corresponde nova goteira.

Havendo um candidato de oposição com a marca da decência, o presidente da República reagiu a um chilique do PFL ameaçando demitir as pessoas que o partido indicou. Se FFHH as nomeou porque eram competentes, não pode demiti-las por vingança. Se as nomeou achando que eram competentes e elas se revelaram ineptas, já deveria tê-las demitido há muito tempo.

O governo pode ficar tranqüilo. As chances de Jefferson Péres vir a ser eleito presidente do Senado são praticamente nulas. A aliança governista não tem por que temer esse homem decente, mas deve-se lembrar que em 2002 terá que bater à porta da choldra para pedir-lhe votos.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência do Senado se congratula com o Senador Júlio Eduardo pelo excepcional trabalho que aqui realizou durante o tempo em que substituiu a Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2001

Com fulcro no art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a convocação do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para, perante o Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2001. – Senador **Paulo Hartung**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 9 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, inicialmente, de enaltecer o requerimento recém-apresentado pelo eminente Senador Paulo Hartung.

Gostaria de fazer algumas considerações a respeito dessas retaliações do Canadá em relação à carne brasileira. Faz-me lembrar, Sr. Presidente, a famosa fábula de La Fontaine, Lupus et Agnus – O Lobo e o Cordeiro –, em que o lobo, com vontade de devorar o cordeiro que bebia a água à jusante ao lobo, diz que o cordeiro estava sujando a sua água, ao que o cordeiro respondeu: "Como posso estar turvando a água se elas correm de ti para os meus goles?"

Sr. Presidente, é isso que está ocorrendo hoje na globalização. O Brasil – isso já foi decantado aqui principalmente na tarde de hoje – está envidando todos os esforços para se livrar das epizootias, sobretudo da febre aftosa. O meu Estado, o Tocantins, recentemente, recebeu a láurea, o certificado de ser já um Estado livre de febre aftosa com vacinação, pelo trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado através das suas diversas instâncias e sobretudo pelos pecuaristas que querem ver o Brasil sendo o maior exportador de carne do mundo já que o Brasil possui o maior rebanho de gado comercial do planeta. Quando estamos encetando todos os nossos esforços para nos vermos livres de algumas zoonoses, sofremos essa retaliação. No mesmo caminho seguem os Estados Unidos e o México, integrantes do Nafta, o grande grupo econômico que envolve esses três países. Portanto, meus aplausos ao requerimento do eminente Senador Paulo Hartung.

Sr. Presidente, tenho certeza de que o Ministro Celso Lafer terá muito trabalho para dirimir todas as questões relativas a esses boicotes no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Conhecemos o

principal motivo desse problema, apesar de as nossas autoridades diplomáticas procurarem minimizá-lo, mesmo porque são diplomatas. No entanto, sabemos que as retaliações têm a sua maneira, ou seja, têm o seu vínculo com a questão do desenvolvimento da tecnologia brasileira, sobretudo na área da aviação de passageiros para vôos regionais.

Portanto, inicio o meu discurso cumprimentando o Senador Paulo Hartung e todos aqueles que aqui trataram desse assunto e que certamente haverão de tratá-lo ainda.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Carlos Patrocínio, quero associar-me ao seu comentário e à sua solidariedade à iniciativa do Senador Paulo Hartung. Temos de estar juntos nessa luta da Nação brasileira e do povo brasileiro. É evidente que há um propósito nisso tudo: levar-nos de joelhos a aceitar a imposição da Associação com a Alca, enfim, levar a nossa economia a um estágio de destruição que seria impensável há algum tempo. Não foi sequer levantada qualquer suspeita acerca dessa moléstia da vaca louca no Brasil. Os atos de resposta que o Brasil tem dado a essas doenças em nosso gado têm sido reconhecidos por entidades européias absolutamente rigorosas. Isso é um mero pretexto para garrotear um pouco mais a nossa economia e a nossa capacidade de exportação e elevar a nossa dependência aos nossos capitais internacionais, levando o Brasil a uma posição de submissão. Esperamos que o Sr. Ministro Celso Lafer, como disse V. Exª, tenha competência para reagir. O Itamaraty tem uma tradição de negociação reconhecida historicamente no mundo todo, ou seja, dispõe de capacidade. Infelizmente, o referido órgão tem estado infelizmente coarctado na sua ação pelas autoridades fazendárias do Brasil, que pretendem impor à Nação um bom comportamento em relação às exigências do sistema financeiro internacional. Mas todos nós, Senadores, devemos nos juntar e unir as nossas vozes à do Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, à do Ministro da Agricultura, que está lá lutando, enfim, às vozes das autoridades que desejam defender a economia e os interesses do Brasil, razão pela qual cumprimento V. Exª pelo pronunciamento. Aproveito para conclamar todos os ilustres e nobres colegas a, juntos, defendermos esta causa, que exige de nós um comportamento digno da confiança que o povo brasileiro em nós depositou. Parabéns, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, eminente Senador Roberto Saturnino. Sei que a preocupação que expendo neste momento é de todos nós. O Senado Federal, por meio de sua Comissão de Relações Exteriores e de seu próprio Plenário, certamente haverá de tomar as providências necessárias e dará todo o apoio ao eminente Chanceler brasileiro Celso Lafer.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Concede-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço com satisfação V. Ex.ª.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Carlos Patrocínio, eu também queria, neste momento, externar minha solidariedade pelo seu discurso, pelo seu ponto de vista, que é o de todos nós. Essa retaliação contra produtos nossos, esse lançar no mar uma suspeita para o resto do mundo todo – capacidade que têm especialmente os Estados Unidos e o Canadá, que são líderes na economia mundial – vai nos trazer dificuldades por muitos e muitos anos. Foi profundamente lamentável, irresponsável e humilhante para nós. Estaremos juntos, eu tenho certeza, o Senado Federal, o Governo brasileiro, toda a Nação, para restabelecer a dignidade e o direito que temos de ter, de troca, de igual para igual, especialmente de produtos agrícolas, agropecuários. Por isso, felicito-o pelo seu pronunciamento hoje, feito com muita firmeza, e, como o Senador Roberto Saturnino, endosso esse ponto de vista de V. Ex.ª, que é de todos nós. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, eminente Senador Mauro Miranda.

Eu poderia dizer que a imprensa brasileira não é muito discreta. Vários embaixadores afirmam que, no exterior, o que se ouve normalmente são notícias desairosas com relação ao nosso País. Certa vez, eu estava na Itália e o Embaixador em Roma nos disse que saíra na televisão algo a respeito do Brasil, o caso do soldado Rambo, que tinha atirado e matado uma pessoa em São Paulo. Mas ninguém jamais ouviu falar, de maneira alguma, pela imprensa nacional sobre a questão da vaca louca em nosso País. Sabemos que está assolando vários países da Europa e que não estão consumindo carne. Seria exatamente a oportunidade de exportarmos o nosso boi verde, o boi orgânico, o nosso boi ecológico criado a pasto e, talvez, o melhor boi do mundo. Mas é por isso que vêm essas retali-

ações. Certamente, os outros países querem se aproveitar do momento da vaca louca e impedir que o Brasil se torne o grande exportador de carne do mundo.

Sr. Presidente, gostaria ainda de enfocar outro assunto na tarde de hoje.

Solicito, desta tribuna, a atenção da egrégia Câmara dos Deputados para o Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, de minha autoria, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, em reunião realizada no dia 15 de dezembro próximo passado.

O projeto, ora submetido à apreciação daquela Casa legislativa para o exercício de sua função revisora das matérias originalmente discutidas e votadas no Senado Federal, cuida de abrir a possibilidade de movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aquisição de moradia própria em qualquer sistema de financiamento habitacional.

Merecendo o projeto a aprovação da colenda Câmara Baixa de nosso Parlamento e a sanção do Chefe do Executivo Federal, o inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passará a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:
>
> .....
>
> VII – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor do financiamento imobiliário, concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional, desde que o adquirente não possua outro imóvel de sua propriedade, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS.
>
> ....."

A alteração legislativa que tomei a iniciativa de propor faz-se necessária porque, na conformidade da legislação atualmente vigente, o trabalhador só pode utilizar o saldo de sua conta vinculada ao FGTS para aquisição de moradia própria caso o imóvel seja financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) ou obedecendo às suas condições.

A prática tem demonstrado, contudo, ser perniciosa essa restrição imposta pela legislação específica, mormente em face da diversificação econômica que se tem observado ao longo dos últimos anos. Trata-se, com efeito, de restrição injustificada à liberdade individual que, ademais, acarreta repercussões negativas sobre o sistema econômico como um todo.

O objetivo fundamental da proposição legislativa em tela, portanto, é facultar ao trabalhador vinculado ao regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a livre utilização do saldo de sua conta vinculada para adquirir a casa própria.

Afora o evidente sentido de eqüidade ínsito à inovação legislativa proposta – haja vista a inexistência de motivo válido a justificar a limitação da possibilidade de acesso aos recursos da conta vinculada à adesão a um determinado modelo de financiamento –, deve-se também ressaltar seus salutares efeitos sobre o sistema econômico de um modo geral. Evidentemente, ampliando-se as possibilidades de aquisição de moradia pelos trabalhadores, assegurar-se-á maior dinamismo para o setor da construção civil, situação que repercutirá paralelamente no aumento do nível de emprego.

Não se deve olvidar, ainda, a recente instituição do Sistema de Financiamento Imobiliário, (SFI), criado em 1997. Levando-se em consideração a implantação desse novo sistema voltado para financiar a aquisição da casa própria, a alteração legislativa que propus e que tive a honra de ver aprovada pelo Senado Federal adquire importância ainda maior, na medida em que propicia um incremento do mercado imobiliário, por meio da ampliação das possibilidades de acesso do trabalhador à moradia.

Com efeito, devo mencionar que a necessidade de eliminar a restrição constante na legislação do FGTS atualmente vigente já havia sido anteriormente percebida. Na legislatura anterior, o então Senador Epitácio Cafeteira havia apresentado proposta sobre essa mesma matéria.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o problema habitacional é, sabemo-lo todos, uma das mais graves questões sociais enfrentadas por nosso país. A recente Campanha da Fraternidade 2000, realizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e tendo como tema "Dignidade Humana e Paz", focalizou a realidade dos moradores de rua como uma das situações limite que configuram grave violação da dignidade do ser humano.

De fato, o problema é muito sério. As pesquisas apontam que o número de sem-teto vivendo nas calçadas, praças ou viadutos, na região metropolitana do Rio de Janeiro, aumentou cerca de 400% no perío-

do entre 1991 e 1997. Já em São Paulo, essa população cresceu 17% em apenas dois anos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Pois não, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Carlos Patrocínio, não poderia ficar indiferente ao seu pronunciamento de grande alcance social. V. Exª fere, com a capacidade de sempre, um problema social de extrema gravidade para o País e que tem ocupado a atenção de todos nós nesta Casa, que é a questão da moradia, da casa própria, mas que tem em V. Exª um expoente. Já por várias vezes, além de apresentar projetos, V. Exª tem alertado desta tribuna para aquilo que deve ser uma conquista do trabalhador brasileiro, daqueles que não têm teto, seja de uma forma ou de outra. Um dos pontos que V. Exª cita é a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Se é um dinheiro do trabalhador, não há aplicação melhor para ele do que na habitação, do que na saúde. V. Exª faz muito bem em sempre trazer à consideração da Casa esse problema habitacional. V. Exª me permita a força da expressão, Senador Carlos Patrocínio: "quem recebe uma chave para entrar numa casa, recebe a chave da felicidade". Na última sexta-feira, compareci a uma inauguração na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Emílio, e quando entregaram a chave para uma moradora, ela disse: "Recebi a chave da felicidade, meu Deus. Há quantos anos eu estou esperando essa oportunidade de ter um teto para mim e para a minha família". E outro ponto que V. Exª salienta muito bem é que nós sabemos que o incremento dos recursos para a construção da casa própria, para a construção civil, em suma, contribui também grandemente para o emprego. O setor da construção civil talvez seja a maior fonte de emprego deste País. Cumprimento V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o Senador Ramez Tebet, que lança luzes mais uma vez ao meu modesto pronunciamento.

Eminente Senador Ramez Tebet, alguns de nós já estamos nos acostumando a ouvir e ver o programa do SBT, do inteligentíssimo Sílvio Santos, o **Show do Milhão**. O desejo de 95% dos participantes, Senador, é o da casa própria. Pessoas já no ocaso da vida, com rugas, cabelos castanhos encanecidos pelo tempo. Os casais que lá aparecem quase que invariavelmente, quando perguntados sobre o que gostariam de ganhar, respondem que é a casa própria. Então, esse é talvez o mais importante apelo da sociedade brasileira. E o FGTS é do trabalhador. Se for para adquirir imóvel, ele tem que ter esse direito, não só pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Referindo-se à questão das favelas, o texto-base da Campanha da Fraternidade 2000 aponta que seu surgimento, da noite para o dia, nas cidades brasileiras, constitui "exemplo visível da degradação que atinge as condições de moradia de nosso povo". Os cortiços, por seu turno, de acordo com aquele texto, "constituem outra forma degradada de morar a que são submetidas grandes parcelas da população de nossas grandes cidades".

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1995, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1 milhão de moradias brasileiras estavam localizadas em favelas. A maior parte da população favelada continuava concentrava nas grandes cidades, como em São Paulo, com 29,8% do total, e no Rio de Janeiro, com 24,8% do total. Uma outra informação que bem revela a precariedade das condições de habitação em grande parte das metrópoles brasileiras é a de que 51% da produção de cimento no Brasil destina-se à construção informal, ou seja, de barracos, de favelas, que não pagam impostos.

O chamado "déficit habitacional", indicador de difícil conceituação, pode ser estimado minimamente em 5 milhões de moradias. É importante lembrar, contudo, que a demanda social nem sempre se refere a uma nova unidade de moradia, mas a condições adequadas de habitação: melhores condições de salubridade, acesso a serviços públicos ou mesmo segurança jurídica para a posse do imóvel ocupado. Por esses critérios de "habitabilidade", os números do "déficit" podem alcançar 12 ou até 15 milhões de moradias.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ter um lar é um direito inerente à cidadania, porque não há como garantir efetivamente as demais prerrogativas sociais se o elementar direito à habitação não for efetivo. Como assegurar aos brasileiros seu direito à saúde, à educação ou à segurança sem que disponham, antes, da proteção de um teto? Como proteger a maternidade e a infância se gestantes e crianças não dispuserem sequer de um abrigo?

Atento a essa realidade, o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 601, de 1998, de autoria do eminente Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Carlos Patrocínio, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Com muita honra, Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª traz hoje a esta Casa dois temas muito importantes. Já tive oportunidade de aparteá-lo quando tratava do primeiro assunto, que se referia à retaliação do Canadá e dos Estados Unidos contra a nossa economia, especialmente contra os Estados mediterrâneos, onde temos como suporte a agropecuária. Agora, V. Exª traz o tema da moradia, que apaixona todos nós, e também um dos mais graves que o Brasil tem de enfrentar. Há pouco tempo, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, dizia que o enfoque principal deveria ser dado ao estudo do estatuto das cidades, do meio urbano. Até hoje, infelizmente, Sua Excelência, que tem realizado grandes conquistas na área econômica, na estabilidade da moeda, não definiu bem a sua política habitacional urbana. V. Exª vem, neste momento, trazer este tema tão importante, que é também o tema da campanha da CNBB, para chamar a atenção de nós todos para esse trabalho. Louvo o trabalho de V. Exª. Esta Casa já cumpriu a sua tarefa de marcar, na Constituição, a moradia como direito do cidadão. Agora precisamos, com recursos orçamentários, com programas de longo prazo, acabar com esse déficit de moradias existente. No Brasil, há 12 milhões de pessoas sem ter onde morar. Louvo a oportunidade do seu discurso. Estaremos do lado de V. Exª nessa luta, juntamente com o Congresso Nacional, para exigir uma política educacional bem definida para este País. Tenho certeza de que isso é possível, já que temos a telha, o tijolo, a ferragem, o cimento, enfim, tudo o que é preciso, como também a mão-de-obra. Basta uma ação política forte, um desejo imenso para convocar toda a sociedade a participar de um mutirão a favor da moradia e, assim, teremos mais justiça social no Brasil. Obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Mauro Miranda, e jamais poderia concluir um pronunciamento dessa natureza, sem citar o grande feito de V. Exª no Congresso, ao apresentar a Proposta de Emenda Constitucional nº 601, de 1998, que, na Constituição, confere como direito sagrado, ou consagrado, a moradia digna para todo brasileiro.

O Senador Mauro Miranda possibilitou que se incluísse a moradia entre os direitos sociais expressamente contemplados pela Carta Magna. O consenso obtido, já que a proposição foi aprovada por unanimidade dos parlamentares presentes à sessão, demonstra claramente a importância que a sociedade brasileira atribui ao direito à moradia.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Senador Carlos Patrocínio, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir as ponderações do nosso mais novo colega, que já demonstrou sua preocupação com as questões sociais, o eminente Senador Tasso Rosado.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – É exatamente por isso que acompanho com tanta atenção seu pronunciamento, nobre Senador. V. Exª realmente está levantando nesta tarde dois problemas de relevância para o futuro do nosso País. Primeiro o problema da exportação, da retaliação que o Canadá nos impõe, que faz com que o Itamaraty passe a ter uma política mais agressiva e não simplesmente defensiva e aceitando tudo que nos impõe lá de fora. Hoje a nossa economia está fortalecida e é com muito orgulho que vejo que ela, hoje, tem condições de negociar lá fora, frente a frente, procurando as melhores soluções para o Brasil, e não ficando à mercê das imposições, como era no passado. Foi importante a recuperação da nossa economia, é importante o fortalecimento do real para que no exterior também possamos nos impor economicamente. Cada vez mais me emociono com seu pronunciamento, nobre Senador, quando levanta um fato fundamental para o cidadão, que é a moradia. O direito à moradia é o início do resgate da própria cidadania. Um homem que não tem um teto para abrigar sua própria família também não tem vontade nem desejo de viver nem de reivindicar outras coisas. É importante que o Brasil se volte cada vez mais, nobre Senador, à moradia, para que seja realmente o primeiro passo para o resgate da cidadania do povo brasileiro. Não sei o tempo que permanecerei nesta Casa, pois substituo o eminente Ministro Fernando Bezerra, mas gostaria que todo o tempo em que permanecer esteja voltado ao combate permanente e constante da pobreza e da miséria. É importante que comecemos por aí, exatamente pelas palavras de V. Exª neste seu pronunciamento tão belo. Vamos diminuir o déficit habitacional para que este País realmente possa servir de orgulho para todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, Senador Tasso Rosado, e sei que V. Exª estará ombreado com aqueles que haverão de lutar

sempre pelas causas sociais, sobretudo as mais importantes.

Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que a garantia do direito a uma habitação condigna não é a única questão social enfrentada pelas medidas que vêm estimular a construção civil. Um outro gravíssimo problema social é minorado quando se consegue garantir maior dinamismo a esse segmento da economia. Refiro-me, evidentemente, à angustiante problemática do desemprego, pois, como é do conhecimento geral, a construção civil é um ramo da economia que emprega intensivamente mão-de-obra. E – igualmente importante – emprega, de forma majoritária, trabalhadores com menor nível de qualificação, exatamente aqueles que são mais facilmente dispensados e que mais encontram dificuldades para obter uma nova colocação no mercado de trabalho.

São abundantes as estatísticas que demonstram a relevância desse segmento da economia para a geração de empregos. Segundo o Sindicato da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon – DF) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), para cada 100 milhões de reais de investimentos na construção de moradias populares são gerados 17 mil e 800 empregos, um quarto deles sendo diretos.

Estou convicto de que o Projeto de Lei que apresentei à consideração do Congresso Nacional, e que já mereceu a aprovação desta Casa, é de suma importância, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista econômico.

Ao abrir a possibilidade de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para aquisição de moradia própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, o Projeto de Lei nº 586, de 1999, vem facilitar o acesso da família brasileira a esse bem que, mais do que qualquer outro, lhe traz segurança e tranqüilidade. A medida garante, ao mesmo tempo, maior dinamismo para o setor da construção civil, contribuindo de forma relevante, portanto, para o incremento do nível de emprego.

São os motivos pelos quais solicito à Egrégia Câmara dos Deputados especial atenção para o Projeto de Lei do Senado nº 586/99.

Sr. Presidente, temos assistido à celeuma em torno da eleição das Presidências das duas Casas do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, principalmente, vimos a proclamação da independência dos pretensos candidatos à Presidência daquela Casa. Espero que, com o Deputado Inocêncio Oliveira, com o Deputado Aécio Neves ou com quer que esteja presidindo a Câmara dos Deputados – sem que deixemos de dar toda atenção aos projetos oriundos do Executivo –, o Congresso Nacional, sobretudo a Câmara dos Deputados, retome sua prerrogativa principal de legislar, olhando de maneira especial os inúmeros projetos de lei dos Senadores que lá se encontram dormitando sem merecer a atenção devida daquela Casa. É o que esperamos e pelo que apelamos ao futuro Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe pela benevolência e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Antes de passar a Presidência ao Senador Carlos Patrocínio, informo ao Plenário e a todo o Senado que o cantor Herbert Vianna, que, infelizmente, sofreu grave acidente com seu ultraleve no dia de ontem, está sendo submetido desde as oito da manhã – portanto, há mais de oito horas – a uma cirurgia para a retirada dos fragmentos da décima segunda vértebra, que estão comprimindo sua medula. O estado do cantor ainda requer grande cuidado. O edema no cérebro está aparentemente controlado, mas seu estado de saúde ainda causa muita preocupação, segundo o Sr. Alfredo Cardoso, Diretor-Geral do Hospital Copa D'Or, onde está sendo realizada a cirurgia.

Quero aqui externar, certamente em nome do Senado, os votos da mais plena recuperação a Herbert Vianna, principal cantor e compositor do conjunto de Brasília, Paralamas do Sucesso. O grupo, formado em 1980, funde o **rock** com o **ska** e o **reggae** jamaicanos, músicas latino-americanas, carimbo, além de diversos ritmos brasileiros. É autor de **Lanterna dos afogados**, **Meu erro**, **Nada por mim**, **Quase um segundo**, **Alagados**, que falam dos problemas sociais a que V. Exª e muitos dos Senadores estavam aqui referindo-se.

Permita-me, numa homenagem a Herbert Vianna, ler um pequeno trecho da música **Alagados:**

> Todo dia, o sol da manhã vem e nos desafia;
>
> Traz do sonho pro mundo;
>
> Quem já não queria;
>
> Palafitas, trapiches, farrapos, filhos da mesma agonia;

E a cidade, que tem braços abertos num cartão postal;
Com os punhos fechados da vida real;
Lhe nega oportunidades;
Mostra a face dura do mal...

Refrão

Alagados, reach down!
Favela da maré;
A esperança não vem do mar;
Nem das antenas de TV;
A arte de viver da fé;
Só não se sabe fé em quê;
A arte de viver da fé;
Só não se sabe fé em quê...

Tenhamos fé! Vamos todos torcer para que Hebert Vianna, que perdeu sua esposa, possa recobrar-se.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tema da minha primeira intervenção nesta tribuna do plenário do Senado este ano é seguramente motivo de orgulho para cada um de nós brasileiros: falo da indicação da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), para receber o Prêmio Nobel da Paz de 2001.

Não se pode deixar de reconhecer que o Governo Federal foi muito feliz em sua iniciativa de indicar a Pastoral da Criança para o Nobel neste que é o Ano Internacional do Voluntariado. Em 19 anos de atividades, e contando com 145 mil voluntários em todo o nosso País, a Pastoral da Criança conquistou respeito mundial pelos resultados do seu trabalho nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de idade, e de prevenção da violência em ambientes familiares, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades. São acompanhadas mais de 1,6 milhões de gestantes e crianças carentes menores de seis anos em mais de três mil municípios brasileiros.

Graças ao trabalho dos voluntários, a Pastoral conseguiu reduzir, no âmbito das crianças assistidas pela entidade, a mortalidade infantil a menos da metade da média nacional que era, de acordo com o Unicef, em 1999, de 34,6 mortes para cada conjunto de mil crianças nascidas vivas. Entre as milhares de crianças atendidas, a taxa não passa de 17 mortes para cada grupo de mil nascidas vivas. Se forem levadas em conta apenas as crianças com até um ano de idade que recebem acompanhamento da Pastoral, o número cai para 12 óbitos para cada grupo de mil nascidas vivas. Com isso, por ano, cerca de cinco mil crianças deixam de morrer no Brasil, graças a esse importante trabalho da Pastoral da Criança.

A entidade também obteve resultados expressivos quando se fala em desnutrição. Entre as mais de 1,5 milhão de crianças que contam com a assistência da Pastoral, apenas 7% são desnutridas, porque a média nacional é de 16%. Esse resultado é muito bom, especialmente porque constatamos que a entidade atua exclusivamente em bolsões de miséria e de pobreza, onde tanto a mortalidade infantil quanto a desnutrição estão muito – mas muito mesmo – acima da média nacional.

Todo o esforço da Pastoral da Criança parte do princípio de que a solução dos problemas está na solidariedade humana, organizada e animada em rede, com objetivos bens definidos. Os principais agentes desse trabalho são as lideranças comunitárias, especialmente mulheres, que representam mais de 90% desse corpo de voluntariado, incumbidas de multiplicar os ensinamentos que receberam.

A Pastoral – e este é um dado extraordinário – gasta menos de R$1,00 por criança/mês, considerando custos com administração, produção e distribuição de material educativo, treinamento e acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas nas comunidades. No ano passado, os recursos da Pastoral somaram US$8,5 milhões, que vieram de instituições governamentais e não-governamentais. O custo total é inferior ao custo de um hospital de porte médio no nosso País.

Mesmo sendo uma organização vinculada à CNBB, a Pastoral é autônoma e pode com isso desenvolver um trabalho ecumênico, garantindo o acompanhamento de crianças e familiares, independentemente de religião, raça, cor ou opção política.

Entre lideranças e pessoal de capacitação da Pastoral, há pessoas de diversas religiões e aquelas que inclusive não professam fé alguma. A história da Pastoral está na revista **IstoÉ** desta semana, em uma bela reportagem – e eu gostaria de solicitar sua trans-

crição nos Anais do Senado –, com o seguinte título: "Santa Doutora – A história da incansável Zilda Arns, fundadora da pastoral que atende 1,5 milhão de crianças e concorre ao Nobel da Paz".

A história da Pastoral teve início em 1982, durante um encontro entre o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo de São Paulo, e o Diretor Executivo do Unicef na época, James Grant, em Genebra. Este convenceu Dom Paulo de que a Igreja poderia fazer um trabalho para ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam de doenças que poderiam ser evitadas por um simples trabalho de prevenção, tais como a desidratação causada pela diarréia, tratada com soro oral, considerado na época um dos maiores avanços da medicina. Na volta ao Brasil, Dom Paulo juntou-se a sua irmã, médica pediatra e sanitarista, Drª Zilda Arns Neumann e a Dom Gerardo Majella Agnel, então Arcebispo de Londrina, no Paraná, e hoje Arcebispo Primaz de Salvador, para colocar em prática aquela belíssima idéia.

Assim, em setembro do ano seguinte, a Pastoral iniciava suas atividades na cidade de Florestópolis, no Paraná, aplicando uma metodologia própria de união da fé com a vida, tendo como objetivo a criança, seu contexto familiar e a comunidade onde ela vive. Hoje, a Pastoral da Criança tem como ações básicas o apoio integral às gestantes, incentivo ao aleitamento materno, vigilância nutricional, alimentação enriquecida usando-se produtos locais, utilização da fitoterapia com remédios caseiros, controle de doenças diarréicas e respiratórias, odontologia para bebês, programas de vacinação de crianças e gestantes, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de acidentes domésticos e da violência contra crianças em ambiente familiar, entre outras iniciativas de valorização da vida humana, fator muito importante numa sociedade como esta em que vivemos no presente.

Quando voltamos os nossos olhos principalmente para os grandes centros urbanos do País, vivenciamos miséria, exclusão e muita violência. Quem se debruçou nos dados do censo do IBGE constatará que mais de 80% da nossa população vive em cidades e vislumbrará um processo de periferização dessas cidades. Nessas periferias, os indicadores sociais – entre eles a mortalidade infantil – significam 5, 10 ou 20 vezes os índices de mortalidade infantil em relação aos centros dessas cidades onde moram a classe média e as classes mais abastadas.

Por isso, um trabalho como esse merece o nosso apoio e sobre ele devemos lançar uma certa luz. Num país de tantas dificuldades, de tantas carências e de tanta exclusão, ele põe uma luzinha no final do túnel, dando-nos uma esperança de que, com solidariedade, amor, afeto e militância, ainda conseguiremos transformar este país num país de todos os brasileiros.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Com muito prazer, Excelência.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Paulo Hartung, quero me solidarizar com V. Exª em seu pronunciamento e, principalmente, me unir a V. Exª na exaltação do trabalho que faz à Pastoral da Criança, principalmente na figura da Drª Zilda Arns Neumann. Na verdade, esse talvez seja o maior exemplo de instituição não-governamental que faz um trabalho sério, de alcance social invejável e que tem atacado exatamente o problema básico deste País, que é o descaso com as crianças. Um país como o nosso, onde o índice de mortalidade infantil se coloca entre as nações de um modo muito vergonhoso, é de se exaltar e, por isso, digno de indicação realmente para o Prêmio Nobel da Paz esse trabalho da Pastoral da Criança. Portanto, parabéns pelo oportuno pronunciamento que faz e pela abordagem muito certa.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Muito obrigado. Acolho com prazer o aparte de V. Exª. A Pastoral da Criança atua especialmente, como eu disse anteriormente, na periferia das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano quanto no meio rural e também atua nas áreas indígenas. Aqui cabe um parêntese para falarmos da situação caótica das periferias das regiões metropolitanas do País, que abrigam 42 milhões de habitantes, revelada pela pesquisa do IBGE que se tem e também pela reportagem da revista **Veja**, dias passados.

Essa matéria é muito interessante e mostra um retrato de crime, desemprego e miséria avolumando-se nos entornos das grandes metrópoles brasileiras com crescimento populacional de 30% nos últimos 20 anos. Trinta por cento nessas regiões contra 5% nas áreas mais ricas dessas metrópoles.

Por conta da falta de políticas públicas e da desatenção do Governo com o descontrolado êxodo ru-

ral, a situação, Sr. Presidente, na minha visão, a de um ex-prefeito de capital, tende a se agravar nos próximos anos, aumentando ainda mais o abismo entre ricos e pobres em nosso País.

Esse assunto sobre a crise urbana que estamos vivendo no País tenho procurado debater nesta Casa e procurarei voltar a abordar este ano, ainda com mais profundidade. O problema inclui a falta de água tratada nas residências urbanas, a falta de coleta e tratamento de esgoto, a falta de um transporte coletivo decente, a favelização que se tem anteriormente. Voltarei a cobrar do Governo Federal ações concretas para os centros urbanos do nosso País.

Farei uma ressalva que aprofundarei depois. Não sei se esses novos prefeitos deveriam estar gastando o precioso tempo no questionamento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Talvez uma ação muito mais importante dos novos prefeitos seria cobrar do Governo Federal políticas públicas para os centros urbanos, cobrar o resultado desse Plano Nacional de Segurança, que praticamente não saiu da gaveta, cobrar políticas, como disse anteriormente, na área de saneamento. Hoje temos um grande impasse nessa área.

Volto, Sr. Presidente, ao tema central do meu pronunciamento, que é essa indicação da Pastoral da Criança para o Prêmio Nobel da Paz, dizendo que a Pastoral está presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Ela atua, como disse no início do meu pronunciamento, em mais de três mil municípios. Para ser mais claro, em 3.277 municípios, ou seja, 59% das nossas cidades, entre líderes comunitários, coordenadores e membros da equipe de treinamento, envolve um esforço voluntário.

Pessoalmente, acredito no trabalho do voluntariado na solução de graves problemas sociais que temos no País. O Governo tem um papel a cumprir, mas a sociedade deve se mobilizar para participar do esforço no sentido de resolver gravíssimos problemas sociais, como a questão do atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. O Governo, sozinho, não resolve. Precisamos do Governo, da família, da comunidade, da sociedade envolvida. E um trabalho com esse da Pastoral da Criança... Enche de alegria o nosso coração ver que essa fruta está ao alcance da nossa mão, basta que nós, brasileiros, saibamos esticar o nosso braço na direção certa.

Sr. Presidente, há projetos complementares da Pastoral visando à melhoria da qualidade de vida das famílias acompanhadas, com destaque para programas de geração de emprego e de renda desenvolvidos a partir de um trabalho de capacitação para as atividades escolhidas pelas próprias famílias. São empreendimentos dos mais variados, como confecções, padarias, hortas, criação de animais, prestação de serviços entre tantos. Outros projetos suplementares, como a alfabetização de jovens e adultos, participação de lideranças comunitárias nas instâncias municipais de controle social de serviços públicos, como é o caso de Conselho Municipal de Saúde, de Educação e assim por diante. Isso é um treinamento de formação de homens e mulheres para a convivência na sociedade, trabalho de saúde mental, rodas de conversas, segurança alimentar, planejamento familiar, esses trabalhos suplementares, comunicação social, apoio a pessoas de terceira idade, rede de comunicadores solidários à criança.

A Pastoral da Criança, Sr. Presidente, é uma proposta concreta de que, com um gesto, com uma ação solidária, é possível promover justiça social num país como o nosso, de tantas desigualdades e de enormes exclusões.

Infelizmente, quero dizer desta tribuna aqui, solidariedade é decisivo, mas insuficiente. É preciso haver ações concretas e conjuntas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Nesse aspecto, a reportagem de capa da revista **Veja**, focalizando o caos urbano existente, há algumas semanas, é uma demonstração de que foi acumulado nos últimos anos – é bom que se diga – um enorme descaso governamental com os problemas urbanos e sociais no Brasil.

Por tudo que foi dito, Sr. Presidente, ressalto a importância do trabalho da Pastoral e da sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz. Soube pelas revistas, no final de semana, que tal indicação contou com o trabalho importante do Ministro José Serra, por quem tenho grande admiração e por seu trabalho no Governo Federal. Gostaria de parabenizá-lo por esse importante gesto.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Pois não, nobre Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Paulo Hartung, V. Exª traz um testemunho muito forte com relação à Pastoral da Criança, órgão ligado à CNBB, com um apelo social intenso e um espírito de humanismo imenso. V. Exª aborda muito bem a questão do voluntariado, do trabalho da sociedade como um todo. Não existe solução apenas por parte do Governo, como disse muito bem V. Exª Outro caso atrelado a isso tudo é o caos urbano. A revista **Veja** publicou reportagem, há quinze dias, sobre o caos das grandes cidades. Esta Casa e o Congresso Nacional estão aqui para estudar a questão do Estatuto das Cidades. No meu tempo, por exemplo, na época de 1963, corríamos da Polícia porque vínhamos discutindo a reforma agrária e a reforma urbana. A reforma agrária, de qualquer forma, foi se sustentando e ficou; mas a reforma urbana foi deixada de lado. Ninguém se preocupou em analisar com profundidade o problema dos grandes centros urbanos, que agravam a vida de cada cidadão, especialmente das crianças. V. Exª explana muito bem esse conjunto todo de problemas, que afeta especialmente as crianças nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. E os índices confirmam isso. Parabenizo V. Exª por ter levantado esse tema nesta Casa com tanta ênfase, com tanta competência. E peço a V. Exª que trabalhemos juntos neste ano para que o Estatuto das Cidades saia do papel. Ele já está no Congresso Nacional há muito tempo. Quem sabe o buscamos para o Senado, para darmos nossa contribuição, e que ele floresça aqui com pelo menos um projeto de longo tempo, para trazer mais equilíbrio social às grandes cidades brasileiras. Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS ES) – Senador Mauro Miranda, agradeço a V. Exª pelo aparte, que acolho com prazer e satisfação.

O Estatuto das Cidades é realmente um ponto importante deste debate. Ele está hoje na Câmara dos Deputados, e espero que seja votado naquela Casa no início deste ano, para que possamos fazer a tramitação final, tendo em vista que o projeto nasceu aqui no Senado. Mas falta governo nas cidades brasileiras, falta a presença do Governo Federal – isso é muito claro.

Creio que há três ou quatro ministérios nessa Esplanada que poderiam muito bem ser acoplados em dois ou talvez até em um ministério. Falta um ministério que cuide da política urbana no Brasil, já que mais de 80% da população brasileira mora em cidades. Por isso, insisto neste debate, pois creio que falta política para os centros urbanos. Não se tem uma política federal clara para transporte coletivo urbano, nem para saneamento, este que é um ponto fundamental para a saúde pública e para a vida das nossas crianças, como também para o próprio trabalho da Pastoral da Criança.

Portanto, acolho com carinho o aparte de V. Exª.

Sr. Presidente, meu tempo está encerrado, mas gostaria apenas de concluir meu pronunciamento.

Em todo o mundo, Sr. Presidente, cresce a cada dia o envolvimento da sociedade na solução dos problemas sociais, até mesmo nos países desenvolvidos, ou melhor, principalmente nos países desenvolvidos. Nós é que precisamos aprender sobre a questão do voluntariado. É uma nova mentalidade que vai superando a cultura do "promessismo" populista que não cabe mais em nossos dias , a cultura do individualismo, a visão de que o Governo vai resolver tudo sozinho.

A realidade que a Pastoral encontra em cada uma das cidades mostra um País em que a concentração de renda e a miséria são incompatíveis com o estado de desenvolvimento econômico que atingimos, ou seja, o País se desenvolveu, mas não possibilitou que seus filhos compartilhassem desse desenvolvimento. Tal situação revela, Sr. Presidente, a postura de um Governo – deste e de outros que insiste em permanecer no imobilismo, sem fazer chegar ao conjunto da sociedade oportunidades iguais para uma vida digna e cidadania plena.

A Pastoral da Criança, portanto, é um exemplo para todos nós de que com poucos recursos – citei que uma criança consome por mês menos de R$1,00 –, mas com responsabilidade social e solidariedade, é possível amenizar as enormes mazelas sociais que temos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª pela tolerância com o tempo e aos Senadores pelos apartes que recebi.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO HARTUNG EM SEU PRONUNCIAMENTO.

BRASIL

TRATO A pediatra deixa o pequeno Gabriel à vontade

PERFIL

SANTA DOUTORA

LUIZA VILLAMÉA E HÉLCIO NAGAMINE (FOTO) – *Curitiba*

A história da incansável Zilda Arns, fundadora da pastoral que atende 1,5 milhão de crianças e concorre ao Nobel da Paz

Mal pegou nos braços o rechonchudo Gabriel, de três meses, a pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann foi tirando a camisa e as meias do garoto. "Você é muito mais bonito do que essas roupas", brincou a médica, numa casa da Vila Rigone, na periferia de Curitiba. Suave, mas decidida, Zilda não levou nem um minuto para executar a tarefa, sob o olhar complacente da mãe do bebê. Livre das roupas no dia de sol forte e muito calor, Gabriel pareceu ainda mais sorridente. Ele é uma das mais de 1,5 milhão de crianças atendidas pela Pastoral da Criança, organização não-governamental vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que atua em 3.277 dos 5.507 municípios brasileiros. Para chegar a 32 mil comunidades espalhadas por todos os Estados, Zilda conta com um exército de 145 mil voluntários. É gente dos mais remotos grotões que, junto com a médica, concorre ao prestigiado Prêmio Nobel da Paz.

Desde que foi criada, há 17 anos, a Pastoral da Criança só atua em bolsões de miséria. Todo mês, os voluntários ▸▸

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

A Presidência solicita aos Srs. Senadores que procurem ser sintéticos. Temos ainda quatro oradores inscritos e cerca de quarenta e cinco minutos para terminar a sessão.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, um líder ruralista da França queimou uma plantação de soja transgênica no Rio Grande do Sul e foi proclamado herói no encontro de Porto Alegre.

Há algo de estranho! Os mesmos que defendem a soberania nacional aplaudiram uma invasão em nossa soberania. Somos nós quem devemos decidir se queremos a implantação dos transgênicos ou não. Não vamos aceitar o palpite, a opinião de um ruralista francês. Somos nós quem temos que decidir o que é melhor para o País. Aqueles que defendem a soberania nacional se traíram ao defender e proclamar como herói aquele líder francês, que felizmente já foi embora.

Agora, estamos diante de novo ataque à soberania nacional. É, sim, um ataque à soberania nacional o que está sendo feito pelos três países que compõem o Nafta o grupo econômico liderado pelos Estados Unidos e formado também pelo Canadá e pelo México. Não há nenhuma justificativa técnica que possa explicar a medida adotada primeiramente pelo Canadá, depois pelos Estados Unidos e, em seguida, pelo México de impedir as nossas exportações de carne para esses países.

Gostaria de enfocar o assunto – até de forma diferente daqueles que me antecederam e falaram sobre o tema, incluindo V. Exª –, iniciando com uma análise técnica da questão, porque, como disse, não há nenhum argumento técnico que justifique aquela posição, a não ser o interesse comercial exacerbado e uma vingança determinada pela quebra de seus interesses em negócios anteriores firmados entre o Brasil e outros países, numa concorrência havida no setor de aviação. Não há nenhuma justificativa, e vou explicar o porquê.

Nenhum orador aqui fez referência àquilo que aconteceu recentemente no Brasil e que poderia ter ensejado esse movimento do Canadá, que foi o aparecimento, no Estado do Paraná, da doença **scrapie** em ovinos. Na verdade, os jornais noticiam que a doença é provocada por vírus ou por bactéria, mas isso não é verdade. Ocorre que o **scrapie** é uma espécie de proteína infecciosa e degenerativa V. Exª, que é médico, deve compreender o que estou dizendo – que ataca primeiramente o cérebro de ovinos e caprinos, que, como hospedeiros, acabam por transmitir aos bovinos a doença chamada encefalopatia espongiforme bovina, resumindo-se em EEB. Trata-se de um prion, uma proteína degenerativa.

Pois bem, descobriram-se no Paraná ovelhas da raça **hampshire down**, importadas dos Estados Unidos em 1989. Aliás, entre outros importadores, estava um parlamentar, o Deputado Gustavo Fruet, filho do falecido Deputado Federal Maurício Fruet. Esse nosso colega e os demais importadores do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e de outros Estados trouxeram cerca de dois mil ovinos dos Estados Unidos, entre eles ovinos da raça hampshire down. A morte de duas ovelhas na cidade de Candói, perto de Guarapuava, no Paraná, chamou a atenção da Secretaria da Agricultura, que fez uma análise do cérebro daquelas ovelhas e identificou a presença do **scrapie**. Trata-se da origem da doença que, transmitida ao bovino, se transforma em encefalopatia espongiforme bovina e que, se transmitida do bovino para o homem, se transforma na Doença de Jakob, que, evidentemente, temos mesmos sintomas dos apresentados nos bovinos.

Faço a análise técnica para mostrar que não existe nenhuma explicação. Esses ovinos importados vieram dos Estados Unidos, o que significa que naquele país já existe a doença há muito mais tempo. Ela foi trazida dos Estados Unidos. Não é verdade que o Brasil está ameaçando levar a doença para os Estados Unidos. A doença veio de lá para cá, acompanhando essas ovelhas, e só pode ser transmitida de duas formas: pela alimentação dos bovinos tratados com ração de farinha de carne ou de ossos de ovinos ou por meio dos restos do parto de uma ovelha, a placenta e os líquidos. Como não há hipótese de essas ovelhas transmitirem a doença aos bovinos por intermédio de restos de placenta, dos quais evidentemente os bovinos não se alimentarão, só há uma possibilidade: a transmissão pela farinha de carne ou de ossos de ovinos. Como no Brasil não há fabricação desses produtos, já que o Ministério da Agricultura tomou o cuidado há dez anos de proibi-lo, não há hipótese de qualquer bovino brasileiro estar sendo alimentado com ração à base de farinha de carne ou de ossos de ovinos.

Se não há essa possibilidade, não houve transmissão da doença do ovino para o bovino. Não há também – tranqüilizo os consumidores – no mundo inteiro qualquer caso em que a doença tenha sido

transmitida diretamente do ovino para o homem. É impossível a doença ser transmitida do ovino para o homem, porque a transmissão somente pode ser feita pelo consumo da carne de bovino. Se na primeira fase é impossível transmitir do ovino para o bovino sem o consumo de farinha de carne ou de ossos daquele animal, não há nenhum bovino que tenha sido contaminado em nosso País. Portanto, não há risco de a carne bovina brasileira conter qualquer problema relacionado com o **scrapie** ou qualquer indício relacionado com a doença da "vaca louca".

Transformou-se em moda falar no que causa dano à saúde e, de repente, o transgênico faz mal, a doença da "vaca louca" está solta pelo mundo. Li uma matéria de jornal dizendo que a FAO alerta que a "vaca louca" é um problema mundial. As pessoas transformam um assunto técnico em comercial e político, não levando em conta a questão técnica. Segundo o jornal, "FAO adverte que enfermidade da vaca louca é uma ameaça global". É uma ameaça global se não tomarmos cuidado. Mas quem disse que o Brasil não tomou cuidado até agora? O Brasil proibiu a importação de animais de países onde a "vaca louca" foi identificada, e isso vem sendo obedecido rigorosamente pelos criadores brasileiros por meio de fiscalização feita pelos Estados.

No meu Estado, quando se identificou o Mal do Scrapie nas ovelhas, incineraram-se todos os animais provenientes daquela linhagem americana num frigorífico em Curitiba – 290 animais de uma propriedade de Guarapuava e 75 animais do Deputado Gustavo Fruet. Todos foram queimados para evitar qualquer disseminação da doença. Todos os animais provenientes daquela linhagem importada dos Estados Unidos, na qual se identificou o Mal do **Scrapie**, estarão sendo eliminados no meu Estado. Essa é uma decisão da Secretaria monitorada pelo Ministério da Agricultura. Cumprimos a nossa parte.

Sr. Presidente, os animais que continham a proteína degenerativa, o **scrapie**, eram provenientes dos Estados Unidos. Este país, que hoje impede a compra de carne do Brasil ou que está, junto com o Canadá e com o México, fazendo essa retaliação comercial, ele, sim, tinha animais com **scrapie**, que causa a "vaca louca". Mais do que isso, suspeita-se que mais de duas mil vacas do Texas foram alimentadas com farinha de carne de ovinos. É uma denúncia grave, que precisa ser investigada. A imprensa diz que mais de duas mil vacas texanas estão sendo alimentadas com farinha de carne. O risco existe mesmo nos Estados Unidos.

Não é apenas o Ministro Lafer que deve depor neste Plenário, mas também o Ministro da Agricultura. Pretendo apresentar um requerimento, complementando o de autoria do Senador Paulo Hartung, pedindo a proibição de qualquer animal ou embrião que venha dos Estados Unidos, para evitar que, de lá, venham mais animais contaminados com o **prion**, com o **scrapie** ou com a proteína degenerativa que dá origem à "vaca louca", para que continuemos com o nosso rebanho sem o risco dessa doença.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos animais produzidos em confinamento. O Brasil confina por ano um milhão e quinhentos mil bois, um número considerável diante de um País que tem uma importância enorme no contexto internacional e que tem como meta exportar US$2 bilhões, meta esta que agora estará comprometida em função da má notícia que se leva para todas as regiões importadoras do mundo, que, evidentemente, desinformadas, colocarão restrições à carne bovina brasileira.

Precisamos, pois, limpar essa notícia o mais rápido possível da Internet, dos mercados compradores. O Ministro Pratini de Moraes, que se encontra nos Estados Unidos, não deve, desta vez, negociar os nossos interesses e direitos como tem feito o Brasil, com timidez, com muita humildade perante os outros países, não se impondo e não impondo a nossa liderança no contexto internacional.

Os Estados Unidos e o Canadá, responsáveis por grande parte dos subsídios, do protecionismo que tem inviabilizado o desenvolvimento dos países emergentes e subdesenvolvidos do Planeta, fazem também o discurso demagógico de buscar junto a todas as autoridades do mundo o perdão da dívida das nações mais pobres, que não atingem determinado índice na avaliação dos organismos sociais do mundo. É preciso que esses dois países sejam um pouquinho mais sinceros e que tenham a visão de que este US$1 bilhão de subsídios que destinam todos os dias à agricultura têm inviabilizado os países em desenvolvimento, que dependem fundamentalmente do crescimento das suas agriculturas.

Os Ministros Pratini de Moraes e Celso Lafer não podem negociar desta vez com timidez. Devem pôr na mesa de debates e de negociações a nossa incontestável liderança num setor de produção primária, para exigir que os países que agora nos colocam restrições nos dêem explicações técnicas, razões que fundamentem essa decisão, porque não é possível que os pecuaristas brasileiros, as empresas brasileiras, os trabalhadores brasileiros, que ficarão desempregados, possam suportar essa decisão calados.

É preciso que a classe política brasileira reaja a essa retaliação comercial. Ela trará conseqüências gravíssimas a um setor que sobrevive com margens estreitas e que pode vir a ser inviabilizado, porque a carne não exportada para os Estados Unidos, para o Canadá, para a União Européia – que também imporá restrições – e para países da Ásia, também importadores de nossos produtos, terá que ser comercializada aqui dentro, em um mercado saturado. Não porque o povo brasileiro está consumindo carne demais. O nosso consumo per capita, em torno 33, 34 quilos, está muito distante do argentino, que beira os 80 quilos. É preciso considerar que é o poder aquisitivo que limita o consumo da carne em nosso País.

E não haverá mercado consumidor para tanta carne se não obtivermos a vitória nessa luta. A alegação passa como técnica, mas é comercial, política, atende apenas aos interesses, cada vez mais gananciosos, de países poderosos que, com protecionismo, com retaliações comerciais, usando a muleta do sistema sanitário mundial, deprimem os setores produtivos e fazem com que países em desenvolvimento não consigam concorrer com os mesmos, que colocam essas restrições.

No Reino Unido, onde o mal da vaca louca realmente atingiu níveis gravíssimos e alarmantes, já são 180 mil animais contaminados, já mortos. Só na Inglaterra, estavam praticamente 80% desse número. Mais de 90 pessoas morreram em função do consumo da carne.

Precisamos ficar realmente em estado de alerta, mas esse estado não deve chegar ao alarmismo, para atender aos interesses comerciais e políticos de países ricos e que deprimem o desenvolvimento de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Também precisamos cobrar do Ministério a resposta ao questionário canadense. Há um ano eles aguardam do Brasil a resposta a um questionário elaborado por eles, no qual solicitam informações a respeito do esquema sanitário adotado para o controle da doença. Faz um ano que esse questionário foi feito e o Ministério da Agricultura, segundo agências internacionais, deixou de respondê-lo.

Não que o Canadá, os Estados Unidos e o México tenham razão, mas não se pode dar brecha, uma quirera de argumento àqueles que buscam formas para praticar a retaliação. Ao não informar, o Brasil deu a grande oportunidade esperada pelo Canadá para colocar em prática a retaliação.

Apelo ao Ministro da Agricultura para que ponha em dia as informações do Ministério para que isso não sirva de argumento para aqueles que estão tentando nos retaliar.

Vamos buscar os nossos direitos na OMC, nos países que compõem o Mercosul. O controle sanitário do Rio Grande do Sul, do Senador José Fogaça, do Norte, principalmente do Centro-Oeste e a Região Sul não perde em nada para o adotado pelo Uruguai, Argentina e muito menos pelo Paraguai. Recentemente, conquistamos o certificado de isenção, de zona livre da febre aftosa, por um trabalho realizado por vários Governos, pela dedicação de pecuaristas que sabiam que para ganhar mercados externos tinham que cuidar da qualidade e da sanidade dos rebanhos. Conseguimos uma qualidade excepcional dos nossos rebanhos. Temos confinamento, alimentamos nossas 1,5 milhão de cabeças de gado com ração, mas no comedouro brasileiro do confinamento não entra ração de carne ou ossos de ovinos. Não há possibilidade técnica do **scrapie** ser transmitido do ovino para o bovino senão quando o gado se alimenta de farinha de carne ou da farinha de ossos do ovino e, quanto ao homem, ele não é contaminado ao consumir a carne de ovino. Portanto, aqui não há possibilidade de ocorrer a contaminação do homem.

É preciso esclarecer o fato à opinião pública, porque Estados do Sul, o em especial o Rio Grande do Sul, do Centro-Oeste, do Norte dependem da bovinocultura, que é um componente forte na receita e na geração de empregos. Não podemos permitir que uma notícia infundada e sem critério técnico abale a comercialização de carne brasileira e o mercado externo, levando milhares de pecuaristas brasileiros ao desemprego e ao desespero.

Sr. Presidente, enviarei um requerimento à Mesa convidando o Ministro da Agricultura e ao Ministro Celso Lafer para que esclareçam nossas dúvidas. Devemos eliminar os problemas, mas devemos cuidar para não dar argumentos àqueles que querem nos causar problemas. É preciso que a opinião pública seja bem informada, inclusive pela imprensa, porque, daqui a pouco, até eu ficarei com medo de consumir carne.

Mas não há risco no consumo de carne de ovino. Citarei aqui mais um dado técnico: não há nenhuma possibilidade da transmissão horizontal da doença em bovinos, ou seja, não existe nenhuma possibilidade de uma vaca portadora do mal transmitir a doença a sua cria. Portanto, se tomarmos o cuidado – devemos aqui dar valor ao que está sendo feito pelo Ministério - de não permitir a fabricação de ração a partir de farinha de carne e de ossos, estaremos evitando a proliferação do mal da vaca louca. Se impedirmos –

como o Ministério está fazendo – a importação de animais provenientes de países onde o mal da vaca louca foi identificado, estaremos evitando também o ingresso desse mal em nosso País.

O nosso rebanho está sob controle, Sr. Presidente. Falo isso como técnico e como Senador da República. A classe política brasileira deve unir-se para defender os interesses do País e, neste caso, Sr. Presidente, a nossa soberania.

Encerro repetindo o que disse: na semana passada, um líder francês queimou uma plantação de soja no Brasil; foi aplaudido e muitos o tiveram como herói. Mas somos nós, os brasileiros, que devemos decidir se queremos ou não os transgênicos e o que é melhor para o nosso consumo. A nossa soberania está em jogo novamente, agora com a ameaça dos Estados Unidos, do México e do Canadá ao boicotarem um produto significativo na geração de receita e de emprego em nosso País.

É preciso reagir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, na tarde de hoje ouvimos inúmeros pronunciamentos em que se questionava a globalização, a internacionalização do poder das grandes nações que compõem o G-7. Tomando o final do pronunciamento do Senador Osmar Dias, que me antecedeu, reitero o protesto à ameaça da nossa soberania em vários setores, especialmente no caso do pronunciamento de S. Exª sobre a ingerência dos países que compõem o Nafta – Estados Unidos, Canadá e México –, contrários à aquisição de carne do nosso País. Quero justamente tratar da questão da soberania brasileira, em especial, da ameaça de internacionalização da Amazônia.

Sr. Presidente, tenho reiteradamente me referido a esse assunto na tribuna do Senado Federal, citando alguns pronunciamentos de líderes das nações mais poderosas do mundo. A ex-Primeira-Ministra Margaret Thatcher, em 1983, afirmou o seguinte: "Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, vendam suas riquezas, territórios e fábricas". Mikhail Gorbachev, da Rússia, disse: "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais" – em 1992. François Miterrand, ex-Presidente da França, falou: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia" – em 1989. Al Gore, que era Vice-Presidente dos Estados Unidos e que concorreu à Presidência, declarou: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós" – em 1989. O ex-Primeiro-Ministro da Inglaterra John Major, declarou: "Para dar início à fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares na região amazônica, é preciso agir imediatamente" – em 1992. Henry Kissinger, proeminente líder nos Estados Unidos em governos anteriores, disse: "Os países industrializados terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos para garantir a soberania mundial sobre a Amazônia" – em 1994.

Sr. Presidente, essas declarações, por si só, já seriam suficientes para que nós, Congressistas, adotássemos uma atitude mais responsável e séria nessa questão da Amazônia.

Há um Brasil litorâneo com problemas, mas um Brasil relativamente próspero que vira as costas para a Amazônia como a Colômbia o fez com a sua Amazônia. Hoje, a Amazônia colombiana está sob intervenção dos Estados Unidos.

Cito também recente entrevista do Sr. Thomas Skidmore, considerado o maior brasilianista, o maior historiador norte-americano sobre assuntos brasileiros. Em entrevista publicada no **Correio Braziliense**, de 4 de fevereiro, foi feita a seguinte pergunta a ele: "Que avaliação faz da participação dos Estados Unidos no Plano Colômbia?"

Resposta: "Se nossos filhos estão se drogando, a culpa é dos colombianos? Isso é uma loucura! Os Estados Unidos têm uma fé incrível em helicópteros, como se eles fossem a solução para tudo. Agora estão ensinando tiro e táticas de guerrilha ao Exército da Colômbia, mais ou menos como aconteceu em El Salvador. Estão errados, já sabemos que isso não funciona".

Outra pergunta: "A conseqüência inevitável será a transferência do cultivo e preparo de coca para as fronteiras do Brasil ou da Venezuela?"

Resposta: "Vamos rezar para que isso não aconteça, porque a capacidade do Governo brasileiro

de controlar a bacia amazônica é ridícula. O despreparo é quase total".

Portanto, a palavra também de um estrangeiro especializado em Brasil, que fala claramente da internacionalização em marcha sobre a nossa Amazônia brasileira.

A revista **Época**, de 13 de novembro do ano passado, publicou, na coluna da jornalista Joyce Pascowitch, a seguinte nota: "Gerard Colby, ex-Secretário de Imprensa da Casa Branca, chega esta semana para falar da internacionalização da Amazônia. Mais que isso, ele dá nome e sobrenome a empresários e instituições brasileiros e americanos envolvidos no plano da CIA para exploração da floresta. O assunto está documentado no livro **Seja Feita a Vossa Vontade**, da Editora Record."

Uma vez que os Estados Unidos estão presentes na Colômbia, é interessante conhecer a nota publicada na internet pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, sob o título **A Amazônia: Objetivo do Império**: "Os Estados Unidos hipocritamente se colocam como 'defensores dos direitos humanos e do meio ambiente', argumentando para o mundo que sua luta é contra o narcotráfico e pelo bem-estar dos seus cidadãos, enquanto desenvolvem sua política imperialista com a finalidade de assumir o controle direto dos recursos existentes na Região Amazônica e outras áreas de interesse estratégico, além de consolidar sua posição política e militar."

Poderiam dizer que li, até agora, apenas palavras de um movimento considerado de esquerda, um movimento revolucionário, palavras de uma jornalista independente, de um brasilianista. Mas também temos aqui palavras do movimento denominado Movimento para restituir o Brasil aos brasileiros, basicamente constituído de militares da reserva. Diz o seguinte: "Em verdade, nenhum desses acontecimentos é fruto do acaso. São conseqüências de um planejamento centralizado que dispõe de um gigantesco poder econômico e do controle sobre os meios de comunicação e que pretende se transformar, de fato e de direito, num governo mundial hierarquicamente superior a todos os estados-nação que, hoje, existem sobre a terra. Esse grupo, obcecado pelo poder mundial, definiu uma estratégia que está em curso e já se apresenta em diferentes fases de execução em função das diferentes situações locais, regionais ou nacionais. Naturalmente o Brasil, como um estado-nação de importância mundial expressiva não poderia ser ignorado pelas pretensões desse poder mundial".

Finalmente, Sr. Presidente, quero citar aqui uma entrevista do eminente ex-Governador do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque, que, indagado sobre se era favorável à internacionalização da Amazônia, respondeu:

"Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Os ricos do mundo, no direito de queimar esse imenso patrimônio da Humanidade.

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono...

(...)

Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França.

Cada museu no mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano".

Sr. Presidente, desejo portanto, ao citar inúmeras fontes, dizer que devemos tomar medidas urgentes no sentido de colocar um freio ao processo de internacionalização da Amazônia, que não é mais uma ficção, não é apenas medo infundado de algumas pessoas, notadamente da Amazônia, como eu. Há o caso da Colômbia. E não é diferente no Peru, onde o processo está muito avançado, na Bolívia e na Guiana. É preciso colocar um freio nesse processo. De acordo com o Senador Osmar Dias na questão da carne brasileira, devemos impor a nossa soberania e dizer como a Amazônia deve ser explorada, conservada e, sobretudo, desenvolvida em benefício do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda, que espero seja breve para que possamos também ter a honra de ouvir o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as conseqüências da falta de atenção do Governo Federal para com a situação de empresas e trabalhadores autônomos do setor de transportes estão aí, para quem quiser ver, nos noticiários. Nesse final de janeiro, foram os caminhoneiros que resolveram parar, cansados de esperar solução para o problema da baixa rentabilidade de sua atividade.

De fato, os custos crescentes com combustíveis e pedágios, aliados aos custos com a manutenção de seus veículos, com freqüência estragados pelo mau estado das estradas, para não falar nos riscos de roubos e até assassinato em que incorrem pelo simples fato de estarem rodando por nossas rodovias, formam um quadro terrível para esses profissionais. Quadro logicamente agravado pelo aumento dos prêmios dos seguros que precisam pagar para trabalhar com alguma segurança contra imprevistos.

Isso acontece logo a essa gente que tem sido responsável, nas últimas décadas, por uma parcela significativa de nossa matriz de transporte de mercadorias! Essa gente que leva às costas a riqueza da produção agrícola e industrial do País!

No outro lado da balança, o valor dos fretes está congelado, o que faz com que a lucratividade dessa atividade tenha caído a níveis insuportáveis. Por mais inconveniências que nos cause essa paralisação – a nós cidadãos que precisamos comprar nossos alimentos e artigos de consumo diário –, precisamos manifestar nossa solidariedade a essa categoria profissional cuja vida é tão mal compreendida quanto é romanceada pelos meios de comunicação de massa.

Contudo, Srªs e Srs. Senadores, mais desconhecida e tão injustiçada quanto a categoria dos caminhoneiros é a dos revendedores de combustíveis – os donos de postos de serviços –, sobretudo os de postos instalados à beira das rodovias de nosso País. Responsáveis também pelo funcionamento daquela que é, hoje ainda, a principal modalidade de transportes do País por fornecerem o combustível, os lubrificantes e outros suprimentos aos caminhoneiros, os revendedores de combustíveis enfrentam em seu dia-a-dia inúmeras dificuldades resultantes da falta de uma política para o setor e de toda sorte de desmandos administrativos, tanto por parte do Governo Federal quanto de alguns governos estaduais.

Ninguém se surpreenda caso, em algum momento dos próximos meses, seja a vez desse setor de paralisar suas atividades. Será necessário que tenhamos outra paralisação do transporte rodoviário antes de tomarmos as medidas cabíveis para corrigir as distorções de mercado que afligem o setor? Espero sinceramente que não!

A iminência de uma greve está explicitada no boletim de janeiro de 2001 do Sindicato Setorial de Goiás. Ali estão mencionados os esforços que a Federação dos Sindicatos de Revendedores de Combustíveis (Fecombustíveis) tem feito em vão para sensibilizar autoridades governamentais para a situação crítica em que se encontram os revendedores de combustíveis no País, forçados que estão a trabalhar com margens estreitíssimas de lucro. Margens estreitas, sim. Isso os surpreende? Para se ter uma idéia de quão apertadas estão as margens de lucro dos donos de postos de combustível é suficiente informar que, em 1994, quando da implementação do Plano Real, o diesel custava aos revendedores R$0,3019 e o preço na bomba era de R$0,363, o que resultava em uma margem de 20,23%. Hoje, os números são os seguintes: R$0,7504 centavos pagos às distribuidoras e R$0,819 de preço ao consumidor final, ou uma margem de 9,14%. Houve uma queda de quase 55% da margem relativa.

Apesar dessa baixa lucratividade do setor, o Governo de Goiás decretou um aumento da alíquota do ICMS incidente sobre o diesel de 17% para 18%, custo que não pode ser repassado ao consumidor. Em Minas Gerais e em Tocantins, Sr. Presidente, Estado de V. Exª, a alíquota é de 17%, no Distrito Federal, de 12%. O usuário das estradas que atravessam Goiás, portanto, pode encher o tanque antes da divisa, atravessar o Estado e deixar para reabastecer após entrar em outra unidade da Federação. Perdemos donos goianos de postos de abastecimento, mas perde também e, sobretudo, o Estado de Goiás, que vê reduzida sua arrecadação potencial. Redução causada por sua própria ganância em arrecadar mais, à maneira do granjeiro apressado da fábula infantil, que mata a galinha que lhe fornecia, diariamente, um ovo de ouro.

Reparem bem, Srªs e Srs. Senadores: a cada litro de gasolina vendido em Goiás, a um preço médio de R$1,7325, os governos estadual e federal recolhem, no atacado, R$0,45; a margem dos revendedores retalhistas não pode ultrapassar os R$0,15 – ou três vezes menos, apesar de enfrentarem, por sua conta, todos os riscos inerentes a seu negócio.

Por outro lado, os consumidores fazem exigências cada vez maiores, como aceitação de pagamento por cheque e cartão de crédito, tomadas elétricas para câmaras frigoríficas, fornecimento de pneu, guincho e outros serviços. É como se os postos tivessem de ser supermercados de serviços rodoviários.

Apesar desse quadro em que as maiores dificuldades são produzidas pela falta de planejamento por parte do Governo, o Ministério Público e o Procon vêm, repetidamente, acusando o setor de falcatruas contra a economia popular e produzindo, a partir de irregularidades cometidas por uma minoria desonesta, uma imagem negativa para todos os empresários do setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por tudo isso, creio ser justo o pleito dos empresários do setor por

mais atenção da parte do Governo. Não será mais acertado agir em vez de deixar a crise estourar? Prevenir, em lugar de remediar?

Sr. Presidente, eram essas as minhas ponderações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos, caso V. Exª queira utilizar esse tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo eu avisado no momento em que cheguei ao plenário que gostaria de usar da palavra e tendo sido chamado para tal, gostaria que houvesse a necessária condescendência e prorrogação da sessão para que eu possa concluir o pronunciamento sobre a questão do sigilo bancário.

Nos últimos anos, a questão do sigilo bancário tem sido objeto de extensa controvérsia no Brasil, especialmente entre juristas e tributaristas. No final de 2000, o Congresso aprovou um projeto de lei que disciplina o dever de sigilo das instituições financeiras e define as hipóteses em que pode haver seu levantamento. O ponto essencial, como se sabe, é aquele que permite à autoridade tributária, sob determinadas condições, o acesso aos registros bancários e financeiros do contribuinte, independentemente de autorização judicial prévia.

Depois da votação no Congresso, a controvérsia continuou. Há os que temem o abuso do poder por parte da Receita Federal e dos fiscais. A constitucionalidade dessa lei está sendo questionada pela Confederação Nacional do Comércio, pelo Partido Social Liberal e pela Confederação Nacional da Indústria. Em breve, o Supremo Tribunal Federal terá de se pronunciar a respeito. Não me parece que essas críticas tenham muito fundamento, em especial o argumento da inconstitucionalidade da quebra do sigilo bancário. Lembro que essa é uma posição antiga do Partido dos Trabalhadores, sempre favorável a que as autoridades tributárias, respeitados os direitos individuais, tivessem acesso a dados bancários de contribuintes suspeitos de evasão fiscal. Há muito tempo, entendemos que uma concepção inflexível do sigilo bancário tem funcionado como uma barreira importante no combate à sonegação dos impostos e das contribuições.

Em 1995, fui um dos autores de uma proposta de reforma tributária que o Partido dos Trabalhadores apresentou. Depois de longa discussão na Bancada e em diversas outras instâncias partidárias e depois de consultas detalhadas a especialistas externos, chegamos a uma proposta abrangente, que se referia expressamente à questão da quebra ou da flexibilização do sigilo em termos bastante próximos aos que aprovamos aqui no Congresso Nacional em fins do ano passado.

Naquela ocasião, o PT chegou a um documento final e a uma Proposta de Emenda à Constituição que se referia ao problema do sigilo nos seguintes termos: "Informações de fundamental relevância para a fiscalização estão registradas nas transações do sistema financeiro, mas estão muitas vezes fora do alcance da administração tributária, em função de uma aplicação excessivamente rígida do preceito do sigilo bancário. Essa rigidez se apóia em interpretações capciosas do art. 5º da Constituição e da legislação infraconstitucional. Deve-se garantir ao Fisco o acesso aos registros bancários e financeiros para facilitar a conclusão de inquéritos administrativos já instaurados".

No que diz respeito à legislação infraconstitucional, o PT de 1995 propunha fazer as alterações necessárias para evitar que o acesso da administração tributária aos registros financeiros ficasse condicionado ao processo judicial. Por outro lado, frisávamos que "a flexibilização do sigilo bancário para fins de fiscalização requer a estrita observância do sigilo fiscal, isto é, deve ser acompanhada de medidas que responsabilizem criminalmente servidores do Fisco que permitam o vazamento de informações ao público ou façam uso delas para fins de interesse pessoal ou político".

Creio que esses princípios continuam válidos e foram discutidos na legislação recém-aprovada pelo Congresso Nacional.

Em 1995, o PT propunha também que se fizesse uma emenda à Constituição para especificar que a administração tributária poderia ter acesso às informações financeiras do contribuinte, nos termos da lei, respeitados os direitos individuais. Revendo a questão, parece-me que a emenda é desnecessária ou redundante. São suficientes as modificações na legislação infraconstitucional que aprovamos no final do ano passado.

Esse aspecto foi muito bem esclarecido pelo tributarista Osires Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal, em artigo publicado recentemente pelo **Correio da Cidadania**. A Constituição de 1998, frisa o ex-Secretário, já consagra a quebra do sigilo. O art. 145, depois de definir a personalização dos impostos e a capacidade econômica do contribuinte como princípios básicos da tributação, estabelece, logo em seguida, que "é facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e,

nos termos da lei, o patrimônio, rendimentos e atividades econômicas do contribuinte".

Ora, depósitos bancários e aplicações financeiras são, evidentemente, parte do patrimônio do contribuinte. Os juros correspondentes são parte do seu rendimento.

No entanto, frisamos na proposta apresentada pelo PT, em 1995, para dificultar o acesso da fiscalização às informações bancárias tem-se apelado reiteradamente e com sucesso para o art. 5º, inciso XII da Constituição Federal. É uma interpretação muito forçada, uma vez que esse inciso se refere especificamente à inviabilidade do direito ao "sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas", e não a registros bancários.

Além disso, como notou Osires Lopes Filho, "a inviolabilidade dos dados, se é que essa expressão abrange depósitos bancários e aplicações financeiras, já está sob controle do Fisco. Afinal, dos contribuintes do Imposto de Renda, todos os anos, apresentam declaração patrimonial em que incluem essas observações referidas a 31 de dezembro".

Outra contribuição significativa ao debate da questão foi dada pelo Presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Roberto Setubal, em entrevista à **Folha de S.Paulo** do último dia 19 de janeiro. Nessa entrevista, o Presidente da Febraban abordou a questão do sigilo sob outro ângulo que não o jurídico-constitucional. Falando em nome próprio, e não em nome da Instituição que preside, Roberto Setubal declarou que é essencial que se dê ao Governo "meios para ele desenvolver um projeto social que todos nós reclamamos no Brasil. Portanto, acho importante que a Receita Federal tenha os meios para cobrar e fiscalizar os impostos que são devidos e necessários para esse projeto social para o País. Sem dar os meios para o Governo aumentar o salário mínimo e ampliar o atendimento à saúde e à educação, é muito difícil chegarmos ao país que almejamos". Quero ressaltar que a Febraban não tomou iniciativa semelhante à da CNC e à da CNI de questionar a constitucionalidade da quebra do sigilo para fins de fiscalização.

Questionado pela **Folha de S.Paulo** se o projeto não traria o risco de aumentar o Imposto de Renda, Roberto Setubal deu a resposta que me parece adequada: "O Imposto de Renda talvez seja o mais justo. Trata-se de um imposto progressivo. Esse imposto tem uma participação relativamente pequena sobre o PIB, talvez até pela dificuldade em monitorá-lo e cobrá-lo. Então, acabam ocorrendo todos os problemas que conhecemos e reclamamos de impostos em cascata e de uma série de contribuições e impostos exagerados em algumas atividades".

Essas afirmações são inteiramente compatíveis com as propostas que o PT tem defendido desde 1995. Acrescentaria, entretanto, que o nosso entendimento é que a progressividade do Imposto de Renda é ainda muito limitada no Brasil e poderia perfeitamente ser aumentada. Lembro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde 1994, e antes mesmo quando era Ministro da Fazenda, na verdade, diminuiu a progressividade. Agora é fato que o baixo peso do Imposto de Renda e de outros tributos diretos acabam levando a uma dependência excessiva de tributos indiretos, inclusive em cascata ou cumulativos.

Concordamos com Roberto Setubal quando ele afirma, na mesma entrevista, que "se dermos condições à Receita para que ela possa cobrar o Imposto de Renda de forma mais adequada, o País terá dado outro salto fantástico de qualidade em termos de arrecadação. A arrecadação do Imposto de Renda é muito mais justa para a economia. Mantém a economia competitiva e é favorável à distribuição de renda". De fato, os tributos indiretos costumam ser regressivos, isto é, oneram proporcionalmente mais os setores de baixa renda. E os tributos cumulativos prejudicam a competitividade internacional das empresas brasileiras, tanto nos mercados externos como no mercado interno, na competição com importações.

Roberto Setubal recorda também que, até o ano de 1994, a Receita Federal podia ir direto aos bancos e solicitar informações. Em 1994, a questão foi levada ao STJ, e decidiu-se que a Receita teria que ir por meio do Judiciário.

No mundo, observa Setubal, há vários exemplos de países, como França e Estados Unidos, que têm mecanismos que possibilitam à Receita obter informações diretas dos bancos. No caso do Brasil, diz ele, não houve abuso até 1994, e hoje, com o processo muito mais policiado e controlado pelo decreto recentemente assinado pelo Presidente da República, ele não vê razões para maiores preocupações.

Em suma, é com satisfação que registro o fato de posições tradicionalmente defendidas pelo meu Partido e outros setores de Oposição estarem sendo aceitas pelo Governo e por outros setores da opinião pública. Quanto mais essa discussão se consolidar, mais próximos estaremos de um sistema tributário eficaz e justo.

Quero registrar também o Ato da Mesa do Senado Federal, publicado na semana passada, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, inclusive tendo em vista a edição da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001. Fica claro que um Senador ou Comissão poderá requerer informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras, especificando-se sempre o fundamento sobre a importância da informação solicitada a Ministro de Estado ou ór-

gão diretamente subordinado à Presidência. O Ato deixa claro a necessidade de prazos para exame e votação da Comissão de Constituição e Justiça, bem como para a deliberação do Plenário do Senado Federal. Reitera o prazo de trinta dias para o Ministro de Estado responder, bem como disciplina a forma como os Senadores devem tratar as informações sigilosas.

A partir de agora – e isso é da maior relevância, Sr. Presidente, Srs. Senadores –, o Senado terá um meio mais eficaz de solicitar informações relevantes para que possamos bem cumprir nosso dever constitucional de fiscalizar os atos do Executivo.

Permita-me, Sr. Presidente, na minha conclusão, dizer, da mesma forma como V. Exª e os demais Senadores que hoje aqui falaram, que todos estamos muito empenhados em que a decisão que tomaremos no próximo dia 14 seja no sentido de fortalecer a instituição, o Senado Federal e o Congresso Nacional, para que todos possamos estar aqui exercendo, da melhor maneira possível, os nossos deveres constitucionais de bem representar o povo, fiscalizar os atos do Executivo, dando exemplo na nossa própria Casa e legislar.

Na última quinta-feira, em visita ao Senador Jader Barbalho, propus a S. Exª, como candidato indicado pelo seu partido, o PMDB, assim como ao Senador Jefferson Péres, indicado pelo Bloco de Oposição, que ambos possam, se possível amanhã, realizar neste plenário a exposição sobre os seus propósitos como candidatos à Presidência da Casa. Nunca tivemos, desde que estou aqui, uma exposição prévia dos candidatos à Presidência do Senado sobre seus planos, programas e propósitos, de maneira que cada Senador e cada Partido pudessem com eles dialogar. Dessa forma, eu gostaria de informar que o Senador Jader Barbalho aceitou a proposição, e o Senador Jefferson Péres, amanhã, estará aqui expondo seu plano, e nós, do Bloco da Oposição, estaremos apoiando e expondo aquilo que acreditamos que prevalecer para que as coisas aqui se dêem sempre da maneira mais transparente possível. O Senador Jader Barbalho também assim se pronunciou.

Eu gostaria de informar aos meus colegas que não puderam estar em São Paulo que fiz ontem uma visita ao ex-Presidente e Senador José Sarney, que, depois de ter sido submetido a uma operação para retirar cálculos da vesícula, está bem melhor, apesar das fortíssimas dores que sofreu – quem sabe até em função de toda a tensão que acabou sendo canalizada sobre S. Exª, mas que, em verdade, pesa também sobre todos nós, os 81 Senadores.

O Senador José Sarney, felizmente, já deve ter recebido alta, segundo confirma o Senador Carlos Patrocínio. Portanto, deve estar vindo para Brasília e poderá se recuperar, em casa, da cirurgia que sofreu, podendo, quem sabe, estar aqui no dia 14, participando conosco não apenas da eleição, mas da decisão que todos teremos a responsabilidade de tomar. Queremos crer que ainda possa surgir um entendimento que fortaleça o Senado, com o maior consenso possível.

O debate que ambos os candidatos, Jefferson Péres e Jader Barbalho, se propõem a fazer certamente irá ser de grande proveito para a nossa Casa. Faço o anúncio de que ambos aceitaram aqui estar para que assim possamos ouvir as plataformas de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo, Sr. Presidente, levar ao conhecimento desta Casa e, simultaneamente, fazer uma rápida análise, sobre a situação dos Estados, e de meu Estado do Tocantins especificamente no que se refere a sua adequação aos limites de gastos públicos, especialmente no setor de pessoal, impostos pela atual Legislação, e de modo específico pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Valho-me da reportagem publicada pelo Jornal **Folha de S.Paulo**, durante o período de recesso, em data de 15 de janeiro último, com base em dados fornecidos pelo BNDES, e das próprias Secretarias Estaduais da Fazenda.

Segundo esses dados, em pelo menos 21 Estados, dos 25 que foram analisados, o limite de gastos com pessoal, estabelecido pela LRF não vem sendo cumprido.

O percentual de gastos, em 21 Estados, varia para mais do índice estabelecido, em todos ou em algum dos poderes, uma vez que a lei fixa percentuais para cada Poder, em 21 Estados, situando-se abaixo (em todos os Poderes) em apenas quatro: Amazonas, Ceará, Bahia e o Estado do Tocantins. No Rio Grande do Sul – o Estado onde o índice geral alcança o mais alto percentual, o gasto com pagamento de pessoal chegou, em 1999, a 80,40%, situação que ainda não se modificou, segundo admite o Governador daquele estado.

No Estado do Tocantins, Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, os gastos com pessoal situam-se em apenas 37,23% da receita líquida do Estado, sendo o menor gasto percentual entre todos os Estados brasileiros. É de se ressaltar que esse baixo índice ocorre em conseqüência dos percentuais aplicados aos três Poderes e ao Ministério Público, todos mantidos bem abaixo do exigido pelos dispositivos legais.

Assim é, Sr. Presidente, que os gastos do Executivo no item Pessoal, atingem apenas 31,16% da receita líquida. Os gastos do Legislativo se situam em

2,37%. No Judiciário, em 2,7%; e, no Ministério Público, em apenas 1,23%.

Atenho-me agora, Sr. Presidente, aos dados referentes ao meu Estado, onde, graças ao severo controle de gastos com as atividades meio, o Governado estadual tem conseguido uma poupança que se aproxima dos 60% da Receita líquida, integralmente destinada a investimento.

Essa severa política de contenção de gastos, explica o Governador Siqueira Campos, resulta no aumento da capacidade de investimento do Estado sob dois aspectos:

O primeiro, em função da aplicação de recursos do próprio Estado, sustentados por um sistema de arrecadação em contínuo aperfeiçoamento.

O segundo, decorrente da capacidade de endividamento do Estado, resultado da confiança na solidez de sua economia e em sua capacidade de honrar as contrapartidas, compromissos que têm sido mantidos rigorosamente em dia.

Deve-se isso, Sr. Presidente, ao extraordinário processo de desenvolvimento que se verifica no meu Estado, rasgado por rodovias de primeira qualidade, de norte a sul, com índices de educação, saúde e bem-estar que se aproximam dos melhores índices brasileiros, caracterizando-se ainda, pela capacidade de atrair a iniciativa privada para dinamizar os setores produtivos e a infra-estrutura, da qual a construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães pela iniciativa privada, se constitui no melhor exemplo.

De outra parte, graças a essa política racionalizada, o governo do Estado tem conseguido manter rigorosamente em dia seus compromissos financeiros com o funcionalismo, inclusive concedendo reajustes salariais, que, deverão acontecer novamente nos próximos meses.

Mesmo com esses reajustes previstos, a folha de pagamento total deverá situar-se, no primeiro momento, em apenas 42% da receita líquida do Estado, devendo regredir a números próximos aos atuais, com o crescimento da arrecadação.

Quero concluir, Sr. Presidente, alertando o País e esta Casa, de que a administração responsável e controlada é possível. Sei que o Estado do Tocantins leva a vantagem de não ter herdado uma máquina viciada, fruto de uma cultura clientelista, que tem caracterizado o país.

Ora, o meu Estado poderia ter seguido esse mau exemplo, como eventualmente possa ter ocorrido em outros Estados de criação igualmente recente. Não o fez. Preferiu optar pelo caminho da austeridade, do bom desempenho da função pública, do exercício da autoridade com responsabilidade e senso de serviço público **de servir ao público**.

O povo do Tocantins recebe os frutos desse esforço e o Estado, que jamais desejou ser apontado com exemplo para ninguém, se constitui, no entanto, numa realidade concreta que comprova que é possível realizar uma administração responsável e eficaz em favor do desenvolvimento do país e da melhoria contínua da qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Eu gostaria de usar da palavra, Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar a sessão. Fiz sinal para me inscrever para esse fim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Lamento, eminente Senador José Fogaça; fomos tolerantes com o Senador Eduardo Suplicy, mas a sessão do Senado Federal já se extinguiu às 18h33min. Se V. Exª tem uma questão de ordem de extrema importância...

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não tenho uma questão de ordem e não tenho nenhuma pretensão de violar o Regimento. Entre mim e o Senador Eduardo Suplicy, V. Exª dá preferência a que S. Exª viole o Regimento, impedindo-me de falar. V. Exª exerce a Presidência da forma como bem lhe convier.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador José Fogaça, o eminente Senador Eduardo Suplicy estava devidamente inscrito. Teve o seu nome chamado, mas não estava no momento e, por isso, foi chamado na repescagem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Acenei daqui a V. Exª no sentido de que eu desejava falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Infelizmente, não captei esse sinal.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Talvez porque há muitos Senadores no plenário, e V. Exª não conseguiu diferenciar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A sessão já havia se esgotado, eminente Senador. Não há nada contra V. Exª. Sei que todos teriam muita vontade de ouvi-lo, mas, infelizmente, já extrapolamos, e muito, o tempo da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa em 6 de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Lauro Campos

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lauro Campos, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 2, de 2001 (nº 8.476/2000, na origem), de 29 de novembro passado, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 336, de 2000, do Senador Geraldo Cândido. À Comissão de Fiscalização e Controle.

As informações complementares foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Aviso original foi autuado como Aviso nº 2, de 2001, e vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sem prejuízo dos demais oradores, concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, Srªs e Srs. Senadores, quero ressaltar que estamos esperando para a tarde de hoje pronunciamento importante do Senador Jefferson Péres, que, inclusive, avisou a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que irá apresentar a sua proposta de plataforma para fortalecer a instituição, o Senado Federal, e o Congresso Nacional. Seria extremamente importante que também o outro candidato à Presidência do Senado até o momento, o Senador Jader Barbalho, pudesse comparecer hoje ao plenário, para que pudéssemos ouvir as proposições de ambos os candidatos à Presidência do Senado, para que ambos aqui conosco interagissem. Ambos poderão não apenas expor as suas idéias como também ouvir de todos os Senadores as sugestões e avaliações de cada um sobre as suas plataformas.

No momento em que estamos debatendo a sucessão no Senado, a mudança da Presidência e da Mesa, e na Câmara dos Deputados, quero propor aos contendores que estejam de fato dispostos a fortalecer a instituição, o Congresso Nacional, especialmente ao Presidente do Senado, que será o Presidente do Congresso, como primeira medida, que convide o Presidente da República para que, na abertura dos trabalhos da sessão legislativa – portanto, no dia seguinte à eleição –, no dia 15 de fevereiro, venha pessoalmente ler a sua mensagem e o seu plano de governo, expor a situação do País e solicitar as providências que julgar necessárias, em vez de simplesmente remetê-los pelas mãos do Ministro Chefe da Casa Civil, para serem lidos de maneira impessoal pelo 1º Secretário da Câmara dos Deputados, como tem ocorrido.

Estou aguardando a votação de proposta de emenda à Constituição que regulamenta isso, cujo parecer na Comissão de Constituição e Justiça é do Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB. Ressalto, entretanto, que a exemplo do que já fez o Presidente José Sarney, quando era Presidente da República, pode perfeitamente o Presidente Fernando Henrique Cardoso comparecer ao Congresso Nacional, obviamente com a anuência e – espero – o convite da Mesa do Congresso Nacional, para a leitura daquela mensagem.

Seria o momento oportuno para que o Presidente viesse dizer quais as suas metas de crescimento

da economia, de melhoria da distribuição de renda, de efetiva erradicação da pobreza e do analfabetismo, de universalização das oportunidades de educação, de aceleração da reforma agrária, de expansão dos programas de microcrédito, de estabilidade de preços, e assim por diante.

O ideal seria que os Congressistas, por seu Líderes, pudessem também opinar sobre o que fosse dito pelo Presidente. Estaríamos, num regime presidencial, colocando em prática alguns dos aspectos mais interessantes do diálogo mais comum que ocorre nos parlamentos de outros países, mais ainda naqueles de regime parlamentarista. Lembro que um dos momentos mais altos do regime presidencial norte-americano se dá justamente quando do comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional para transmitir a sua mensagem sobre o Estado da União.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – A idéia de V. Exª não é nova, mas é boa. O próprio Presidente José Sarney já fez isso, espontaneamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E S. Exª me relatou como foi.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – S. Exª compareceu à abertura de uma sessão legislativa do Congresso Nacional num instante em que sua popularidade não era boa, e todavia foi aplaudido de pé por todos os parlamentares. Mas, ao lado disso, há algumas iniciativas legislativas no Congresso propondo que o Presidente da República compareça a essa primeira sessão para a leitura de sua mensagem, a exemplo do que faz o Presidente americano – como lembra V. Exª. Portanto, nisso pelo menos estamos de pleno acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço o apoio de V. Exª, Senador Edison Lobão. Quem sabe o apoio de V. Exª a essa iniciativa significa também o apoio de V. Exª ao candidato do Bloco de Oposição, que, acredito, irá propor iniciativa dessa natureza. Espero que inclusive o próprio candidato do PMDB, o Senador Jader Barbalho, também esteja de acordo com tal proposição. Acredito que os 81 Senadores podem estar de acordo com a minha sugestão e que poderemos logo votar proposição nesse sentido.

Mas havendo iniciativa do Presidente do Congresso Nacional de convidar o Presidente da República para aqui comparecer, a exemplo do que fez o Presidente José Sarney, no último ano do seu mandato – conforme relembra V. Exª, foi um momento difícil da popularidade do Presidente José Sarney, e S. Exª, entretanto, resolveu comparecer ao Congresso para mostrar o que tinha a dizer, e foi bem recebido, na oportunidade, pelos Congressistas –, deveria o Presidente Fernando Henrique Cardoso aceitar.

Na última quinta-feira, em Porto Real, no Rio de Janeiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o crescimento previsto de 4,5% do Produto Interno Bruto para o ano 2001 equivaleria a uma taxa de crescimento tão positiva quanto a dos tempos do chamado milagre econômico brasileiro, uma vez que nos anos 70 a população brasileira estava crescendo a taxa próxima de 3% ao ano, e que agora a previsão é crescer à taxa de 1,3% ao ano.

A afirmação do Presidente precisa ser melhor qualificada, porque não é inteiramente correta. Em primeiro lugar, nos anos de maior crescimento da economia, nos anos do chamado milagre econômico, sobretudo no período de 1968 a 1974, a taxa média de crescimento da economia foi superior a 10% ao ano. Em 1973, tinha chegado a mais do que 13% ao ano. A população então crescia em patamar próximo de 2,9%, taxa que foi decrescendo da década de 60 para a década de 70. Se tomarmos o período de 1947 a 1980, o Brasil teve taxa média de crescimento da economia da ordem de 7% ao ano. O que mostra que a potencialidade de crescimento da economia brasileira é muito maior do que a que temos presenciado. E mesmo que a taxa de crescimento da população tenha diminuído do patamar próximo de 2,9 para 1,3% neste início do século XXI, satisfazer-se com taxas de crescimento de 4, de 4,5%, para um país que cresceu tão pouco nos anos 80 e 90, é algo que considero inaceitável, é uma perspectiva não adequada.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Roberto Requião. Permita-me dizer apenas mais uma frase.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Como não!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Basta observar o que tem ocorrido com outros países em desenvolvimento que estão realizando esforços notáveis para recobrar o seu atraso. Vou citar, Senador Roberto Requião, o caso de alguns países que, depois de períodos de atraso em seu crescimento histórico, estão conseguindo taxas notáveis de cresci-

mento, taxas muito superiores às que vêm sendo alcançadas pelo Brasil. Obviamente, precisamos estar sempre pensando não apenas no crescimento do PIB, mas também na questão da melhoria da distribuição da renda.

O Sr. Roberto Requião (PMDB PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Roberto Requião (PMDB PR) – Em junho ou julho de 1998 ou 1999 se não me engano , a **Folha de S.Paulo** publicou uma longa entrevista com o papa da globalização, Lester Thurow, que faz uma comparação entre o crescimento dos diversos países do mundo. Senador Edison Lobão, ele mostra, por exemplo, que os Estados Unidos levaram 115 anos para alcançar o nível de desenvolvimento da Inglaterra e que o Japão levou mais do que isso para chegar ao nível dos países desenvolvidos. Considerando que os países desenvolvidos não pararam o seu processo de crescimento, a tal globalização é a última **ratio** do processo de desenvolvimento dos países avançados do mundo; ao mesmo tempo em que nos segrega, dá um fôlego de crescimento, no momento atual, aos Estados Unidos e aos países mais desenvolvidos. O ritmo de crescimento presumido pelo Presidente Fernando Henrique foi de 4% ao ano. Vamos admitir que isso seja possível, que isso seja verdade, apesar de não ser exatamente o que vemos, pois alguns setores internacionalizados estão crescendo e o País está regredindo. Mas, admitindo esse ritmo e um crescimento demográfico de 2% ao ano não acredito nesses 1,3% , quando já foi de 2,9%, para chegarmos ao nível de um país desenvolvido precisaríamos de cerca de 160 anos. Nada justifica o otimismo brasileiro. O Brasil teria de crescer a taxas muito superiores. Melhor do que isso, Senador Eduardo Suplicy, o Brasil devia crescer tendo como objetivo um outro modelo de desenvolvimento, em que não se abandonassem as conquistas tecnológicas e científicas, mas em que se pensasse um pouco mais na distribuição de renda e na qualidade de vida. Um país não é um livro-caixa de partida dupla, com entradas e saídas de recursos. A medida real do desenvolvimento de um país é a felicidade do povo. Um suposto crescimento econômico contábil com marginalização e desemprego não leva rigorosamente a nada. E eu concedo ao Presidente Fernando Henrique a certeza de que nem Sua Excelência acredita no que está dizendo. Isso não é desenvolvimento econômico, mas sim aprofundamento da marginalização. E esse crescimento, colocado em posição relativa a outros países, é rigoroso e absolutamente ridículo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT SP) – Senador Roberto Requião, agradeço a V. Exª pelo aparte. V. Exª apontou justamente os aspectos que eu gostaria de enfatizar.

Obviamente, um país com relativo atraso, como é o caso do Brasil, precisa realizar um esforço muito maior do que aqueles que já conseguiram estágios de desenvolvimento tão altos quanto os do Japão, de países europeus e dos Estados Unidos da América. E V. Exª bem lembra que esses países – não tanto o Japão nos últimos anos, mas os Estados Unidos – têm passado por um dos seus mais longos períodos de crescimento. De 1993 ao ano 2000, durante o governo do Presidente Bill Clinton, os Estados Unidos mantiveram taxas de crescimento superiores a 4% ao ano e taxas de desemprego das mais baixas havidas em sua história recente. No biênio 1992/1993, a taxa de desemprego era de pouco mais de 7% e, no ano passado, foi da ordem de 4%. Há ligeiros sinais de recessão hoje, mas com taxas de desemprego em torno de 4,1%, ainda, portanto, um ritmo de crescimento superior a 2% ao ano.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Enquanto isso, Senador Eduardo Suplicy, a **Gazeta Mercantil** da semana passada nos informa, em um artigo muito bem estruturado, que o Estado do Paraná teve um decréscimo no crescimento industrial de 4%. Salvo engano, o Ceará, a Bahia, o Rio de Janeiro e Santa Catarina tiveram um crescimento positivo. E o Paraná teve um crescimento industrial negativo, com toda aquela história da aventura das montadoras. A Chrysler, contrato secreto com o Governo do Estado, está fechando, já paralisou as suas atividades. Só não as encerrou completamente para não ter de adiantar os créditos tributários de que foi exonerada; uma vez encerradas suas atividades, essa empresa teria de devolver para o Estado perto de R$120 milhões. É um investimento, Senador Edison Lobão, totalmente feito pelo Estado: infra-estrutura e o restante por exoneração fiscal, inclusive exoneração de ICMS de veículo importado dos Estados Unidos. Então, estamos vivendo um surrealismo. Agora, Senador Eduardo Suplicy, compre qualquer um desses jornais que circulam no Brasil e ligue um canal de televisão que V. Exª verá, como vemos eu e todos os telespectadores da **TV Senado**, a mentira repetida à exaustão, a propaganda de um desenvolvimento que não existe. No entanto, a propaganda bate na realidade, e a realidade acaba entrando pela porta e pela janela dos brasilei-

ros: a realidade da marginalização, a realidade do desemprego. E a coisa fica tão triste, Senador Suplicy, que, de repente, até um propagandista do queijo **roquefort** francês, o José Bové, faz sucesso. Ele faz sucesso no Brasil quando defende a agricultura francesa, o que não seria exatamente um problema do Brasil. Era preciso haver aqui Bovés autóctones defendendo a nossa agricultura, as nossas exportações, no momento atual principalmente, quando os Estados Unidos e o Canadá brincam de simular problemas com a carne brasileira. Mas Bové, que defende o queijo **roquefort**, foi um sucesso em Porto Alegre. Não sei se V. Exª é um consumidor desse tipo de queijo. Os Estados Unidos não o importam mais. Acho-o extraordinário. Só não consigo entender como Bové, defendendo o consumo do queijo **roquefort** no mundo, tenha feito tanto sucesso no encontro de Porto Alegre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Felizmente para o Paraná, Senador Roberto Requião, V. Exª tem, ao seu lado, um Senador que é um defensor da agricultura e um exímio representante de pessoas que defendem, inclusive, a produção da carne e a produção agrícola do Paraná. Se não tem um bigode como o do Bové, o Senador Osmar Dias tem muito mais do que isso: uma barba que o torna um excelente representante e defensor da agricultura no Brasil.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Edison Lobão, eu gostaria de completar...

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – E defensor do queijo de Minas Gerais. É um consumidor muito restrito o do **roquefort**, feito com o leite de cabra.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª, que faz um discurso apenas para aguardar o Senador Jefferson Péres, acaba gerando um debate muito interessante sobre a economia brasileira. No entanto, ao fazer isso, embora não o tenha dito expressamente, também faz a exaltação da revolução, quando diz que o Brasil cresceu a 10%, 13%. Isso é a realidade; V. Exª não está faltando com a verdade. Entretanto, omitiu...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª ainda precisa ouvir a parte complementar do meu pronunciamento.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Eu a ouvirei em seguida. Agora, não temos realmente muita razão de queixas quanto ao nosso crescimento, pois sabemos que, no século passado – século do qual acabamos de sair –, o Brasil foi o segundo país do mundo que mais cresceu. É claro que estamos ainda atrasados, como disse o Senador Roberto Requião, com toda a razão. Há bolsões de pobreza, e o País não chegou, evidentemente, ao seu patamar ideal de crescimento e de felicidade na economia e no bem-estar social, mas o fato é que temos crescido muito. O problema foi que nos atrasamos em demasia no período anterior, e, por isso, por mais que estejamos crescendo – e estamos –, sempre ainda é muito pouco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Edison Lobão, obviamente, o crescimento no período do milagre econômico, a que se referiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, precisa ser qualificado pela desigualdade que o caracterizou e que, infelizmente, não foi resolvida até hoje.

A esse propósito, gostaria de assinalar pelo menos três exemplos de países citados no Relatório do Desenvolvimento do Mundo do Banco Mundial de 2000 e 2001 que tiveram comportamentos de crescimento bem mais acentuados do que o Brasil. Refiro-me, por exemplo, para o ano de 1999, à República Popular da China, que teve crescimento de 7,2% do PIB e um crescimento de sua população de 1,1%, o que resultou no crescimento de seu PIB **per capita** de 6,3% por ano. A Índia teve um crescimento do PIB de 6,9%, e, dado o crescimento da sua população de 1,8%, o crescimento de seu PIB **per capita** foi de 4,9%. A Coréia teve, em 1999, um crescimento de 11% ao ano – vejam que estava saindo de uma fase de recessão –-, e, em virtude do crescimento de 1% da sua população, sua taxa de crescimento do PIB **per capita** foi de 10,1%.

Se esses três países podem crescer a taxas tão acentuadas, por que é que nós não podemos fazê-lo? O que tem persistido entre nós é a má distribuição da renda e o fato de ainda haver aqui uma pobreza acentuada.

E é justamente isso que eu gostaria de ouvir do Presidente da República quando da sua mensagem. Gostaria que Sua Excelência a fizesse pessoalmente no próximo dia 15, para não apenas estar falando de metas de crescimento, mas também de como o Brasil vai deixar a posição tão incômoda – posição que nada nos honra – de figurar nesse relatório do ano 2000 e 2001 como o terceiro país com pior distribuição de renda no mundo. O Coeficiente de Gini de Serra Leoa é de 62,9; o da República Central da África é de 61,3; e, infelizmente, o do Brasil é de 60, o terceiro mais

alto. Portanto, estamos persistindo na nossa extraordinária desigualdade.

O que espero é que o Governo Fernando Henrique Cardoso e os governos que vierem a ser responsáveis pelo Brasil possam agir, quanto a esse aspecto, com muito maior urgência do que até agora o presente Governo tem agido.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o contencioso entre Brasil e Canadá é um fato preocupante que seguramente exige habilidade política, diplomacia e, acima de tudo, firmeza por parte do Governo brasileiro. A situação agravou-se desde que o Governo canadense anunciou, na semana passada, que estava suspendendo a importação de carne bovina do Brasil, decisão seguida pelos Estados Unidos.

A preocupação de alguns Senadores com a situação, manifestada aqui neste plenário na sessão de ontem, reflete a necessidade de o Congresso Nacional entrar firme nesse debate.

Creio, Sr. Presidente, que o primeiro passo é a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao Senado, para explicar o impasse que se radicalizou e entrou no campo das retaliações, colocando em risco as boas relações diplomáticas entre os dois países.

Apresentei aqui ontem requerimento convocando o Ministro Celso Lafer para explicar os desdobramentos desses impasses envolvendo o Brasil e o Canadá e que teve início – é bom que se diga aqui no plenário – na disputa entre a Embraer e a Bombardier pelo mercado de aviões americano.

Minha expectativa é que, aprovado hoje o requerimento – e já vi que há boa vontade por parte do Presidente Antonio Carlos Magalhães e de V. Exª –, o Ministro possa vir o mais rápido possível ao Senado para apresentar as medidas que estão sendo tomadas para equacionar essa briga comercial.

O Governo vem cometendo uma sucessão de erros na condução da política de comércio exterior. Podem estar aí – acredito eu – as brechas encontradas pelo Governo canadense para retaliar as nossas exportações, arrastando com ele outros países e causando com isso enormes danos à nossa economia.

O editorial do jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje e as análises feitas pelo **site** Primeira Leitura deixam claro que o Governo brasileiro acabou fortalecendo a postura do Canadá, quando simplesmente não respondeu à solicitação do Governo daquele país, que pediu, em 1998, informações sobre o controle no Brasil da encefalopatia espongiforme, popularmente conhecida como Doença da Vaca Louca.

Na área do Nafta – é bom que se diga –, o Canadá é o país responsável pela certificação sanitária dos produtos sul-americanos, e suas decisões são acompanhadas pelos Estados Unidos e pelo México. A imprensa informa-nos, hoje, que a resposta completa ao questionamento feito pelos canadenses há quase três anos só foi remetida à Agência de Inspeção Alimentícia daquele país na última quinta-feira, dia primeiro de fevereiro.

Como se não bastasse o litígio envolvendo as disputas aerocomerciais entre Brasil e Canadá, o embargo à produção nacional de carne revela que estamos diante de um ato de represália que procura tirar proveito da fragilidade e, em alguns casos, até da precariedade da burocracia do nosso Governo.

A nossa compreensão neste momento é que os fatos se desdobram e revelam a urgência da vinda do Ministro Celso Lafer a esta Casa. Acredito que essa seria a melhor maneira de o Congresso Nacional tomar ciência da situação e participar da discussão, apoiando, inclusive, as medidas corretas que o Governo estiver tomando e tendo a oportunidade de contribuir com novas medidas e com novas ações que o Governo precisa tomar.

Esse episódio revela que o jogo do comércio internacional é pesado e leva mais canelada – usando uma expressão do futebol – quem não entra na disputa para decidir. Está aí o resultado negativo da balança comercial brasileira que já acumula neste ano um déficit de US$557 milhões, dos quais US$78 milhões apenas nos dois primeiros dias úteis da primeira semana de fevereiro. Os números revelam que, na comparação com o mesmo período de 2000, as nossas exportações caíram 12,9% em conseqüência da queda das vendas de produtos básicos e também de manufaturados.

Todos nós sabemos que não há qualquer suspeita da incidência da Doença da Vaca Louca no rebanho brasileiro. Isso é público. O que há por trás da decisão do Canadá é pura retaliação em função da disputa pelo mercado de aviões.

São lances de uma guerra comercial que o Brasil ainda vacila em enfrentar, mas na qual o Canadá já apresentou pelo menos uma arma: a represália, contando – o que é o pior de tudo – com o apoio dos seus parceiros do Nafta. Isolado e em desvantagem nessa guerra comercial, o Brasil precisa agir, por meio do Governo brasileiro, do Congresso Nacional, do Senado Federal. E penso que a vinda do Ministro aqui é o ponto de partida para que possamos aprofundar esse debate e passar a agir com força, com determinação e com energia.

Era essa a comunicação que queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, antes que V. Exª conceda a palavra ao Senador Roberto Saturnino, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em aditamento à manifestação do eminente Senador Paulo Hartung, sugeriria a V. Exª que, antes da votação do requerimento, fosse feito um aditamento para que também comparecesse o Ministro das Relações Exteriores.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Mas eu convoquei o Ministro das Relações Exteriores.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – E o Ministro da Agricultura?

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Seria esse o aditamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Então, faço o aditamento, Sr. Presidente, se V. Exª concordar, para os dois Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa deseja esclarecer, tendo em vista os termos da sugestão do Senador Bernardo Cabral, que, se se desejar convocar um outro Ministro a comparecer ao Senado Federal, é necessário que haja um novo requerimento, em separado do requerimento do Senador Paulo Hartung.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar que estou apresentando requerimento para que o Ministro da Agricultura também seja convidado a comparecer. Acredito que isso atenderá ao apelo do Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa está ciente da comunicação de V. Exª.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª, Senador Maguito Vilela, pedindo desculpas ao Senador Roberto Saturnino, a quem a Mesa já havia concedido a palavra.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço escusas ao Senador Roberto Saturnino. Solicito a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável no horário oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será inscrito, Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Roberto Saturnino, V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o dólar, ontem, ultrapassou a barreira dos R$2,00. Pela informação que tenho, hoje se mantém sem flutuação maior, em torno dessa cotação.

Nada de assustador haveria nessa desvalorização do real, determinada pelo próprio mercado, que acresce os custos da nossa produção com insumos importados e que empobrece o povo brasileiro na medida em que desvaloriza ainda mais o seu salário. De qualquer forma, diria que não há nada de assustador numa variação que é inteiramente normal quando uma moeda está submetida ao regime de flutuação, como o caso do nosso real.

A questão, Sr. Presidente, é que essa desvalorização do real não é um fenômeno conjuntural. Trata-se de uma tendência de natureza estrutural, resultante da verdadeira armadilha em que se encontra a economia brasileira, resultado da política que tem sido aplicada pelo Governo.

As autoridades econômico-financeiras do País fizeram muita questão que o Congresso aprovasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque tinham um compromisso com Washington de que isso seria feito. Evidentemente, não se interessaram por nenhuma lei de responsabilidade cambial ou lei de responsabilidade patrimonial, enfim, qualquer um desses mecanismos que fatalmente viria a puni-los exatamente pela falta de responsabilidade com que agiram nos últimos anos, levando o País, a economia nacional, a essa armadilha em que hoje se encontra.

Na verdade, Sr. Presidente, a cotação do dólar está subindo porque a nossa balança comercial – já nem quero falar do balanço de pagamentos, pois esse está com gigantesco déficit, garantido pela remessa de lucros, pelo pagamento de serviços, pelo pagamento de juros da dívida e tudo o mais –, que, de dois anos para cá, desde a desvalorização no início de 1999, tinha previsões muito otimistas por parte do Governo, como saldos de aproximadamente US$5 bilhões, acabou resultando em déficit. No ano passado, a previsão era de um saldo de US$5 bilhões e acabou com um déficit de quase US$1 bilhão.

Este ano, outra vez. Prevê-se um saldo na balança comercial, e o primeiro mês já registra um déficit substancial. O mercado está vendo que essa é uma tendência de longo prazo e que a economia brasileira está condenada a déficits crescentes no balanço de pagamentos e mesmo na balança comercial, como resultado da armadilha em que foi colocada.

A armadilha resulta exatamente da desnacionalização da nossa indústria. As privatizações das nossas grandes empresas, a venda das nossas indústrias privadas a preços de conveniência fizeram com que os novos detentores algumas vezes fechassem fábricas que produziam insumos para a própria produção nacional e, outras vezes, as mantivessem abertas, mas com redução da produção e demissão de empregados, transformando – isto é importante – todo o esquema de produção em importação de insumos, predominantemente.

Essas empresas são multinacionais que traçam a sua estratégia sem nenhuma consideração aos interesses nacionais do Brasil, mas apenas à maximização da sua lucratividade. Na medida em que assim agem, ao adquirirem uma produção nacional que se abastecia com insumo nacional, trocam esse insumo nacional por importações de filiais suas ou de associadas suas. De forma tal que, hoje, qualquer crescimento da atividade produtiva brasileira, qualquer crescimento da economia brasileira seguramente vai acarretar um crescimento mais do que proporcional das importações, gerando um déficit comercial crônico e toda uma insegurança no tocante ao balanço de pagamentos e à crise cambial, o que leva naturalmente o mercado a reagir, aumentando a cotação do dólar.

Essa armadilha está aí posta. Como sair dela? Este Governo implantou essa situação com a abertura indiscriminada para atender aos apelos da globalização e com a venda das empresas nacionais, estatais ou privadas, a preços de conveniência. E essa situação se agrava na medida em que a economia brasileira desnacionaliza também grandes empresas prestadoras de serviço, como é o caso das empresas de telecomunicações e de produção de energia elétrica. Essas empresas não geram exportação nenhuma; geram, isto sim, importações. Isso porque, na medida em que foram desnacionalizadas, a produção de seus serviços passou a contar com um acréscimo de importação de equipamentos, de insumos de toda natureza, gerando uma grande pressão sobre o dólar. Elas não geram nenhuma exportação porque seus serviços são destinados ao mercado interno brasileiro, que, aliás, é grande o bastante para provocar o interesse dessas empresas. Não geram exportação, mas geram pressão nas importações de insumos e pressão no balanço de serviços, na medida em que as remessas dos lucros, garantidas pela própria legislação brasileira devido à ação das agências reguladoras respectivas, serão sucessivas nos próximos anos. A longo prazo, isso gerará a continuidade desse déficit gigantesco na nossa balança de serviços.

Está aí caracterizada a irresponsabilidade sob o ponto de vista cambial, que se está manifestando como uma tendência de longo prazo, agravada por novos fatores que vão surgindo no horizonte. O arrefecimento da atividade econômica nos Estados Unidos, o chamado "pouso da economia americana" – uns dizem que é um pouso suave, outros dizem que é emergencial, veloz –, não obstante a redução dos juros praticada pelo Banco Central americano, o **Federal Reserve Bank – FED**, não dá sinais de recuperação. Com isso, as perspectivas de crescimento das exportações brasileiras vão se estreitando consideravelmente, apesar dos bafejos do Governo brasileiro.

Em segundo lugar, mais recentemente houve a retaliação às nossas exportações, uma verdadeira guerra comercial. O Senador Paulo Hartung fez muito bem em convocar o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para dar explicações e nos informar – a nós, Senadores, e à opinião pública brasileira – sobre

o significado efetivo e real dessa atitude, que não foi só do Canadá, mas do Nafta. A verdade é que esses três países estão unidos econômica e politicamente. Vamos falar claro: a associação dos Estados Unidos com o Canadá e com o México é econômica mas é também política, defendendo, portanto, os interesses das economias associadas. E na medida em que o Canadá, a pretexto de defesa sanitária do seu rebanho, proíbe a importação de carne brasileira, os Estados Unidos e o México seguem-no automaticamente.

Hoje, há notícias de que os Estados Unidos vão atenuar essa restrição e começarão a importar a nossa carne. Sinceramente, Srs. Senadores, não acredito, porque acho que essa é uma posição mais política do que econômica. Ninguém jamais levantou suspeita sobre a existência da doença da vaca louca no rebanho brasileiro, um tipo de rebanho que não se alimenta de rações de origem animal, e que, por conseguinte, não está sujeito a infecção por parte da proteína que provoca a doença.

Portanto, trata-se de uma atitude política que tem suas raízes na contenda da Embraer com a Bombardier. Mas não é só isso. É também uma guerra econômica que pretende forçar o Brasil a aceitar de joelhos o seu ingresso na Alca**,** a grande associação americana de livre comércio, onde a nossa economia iria comparecer com o seu modesto grau de produtividade, entregando sua produção aos gigantes do Hemisfério Norte.

Sr. Presidente, permito-me ler apenas o primeiro parágrafo do Informe Econômico do jornalista Valderez Caetano, publicado na edição de hoje do **Jornal do Brasil**, onde ele diz:

> Os acontecimentos dos últimos dias em torno do episódio da Bombardier **versus** vaca louca mostram que a guerra comercial na economia globalizada representa, cada dia mais, assunto para gente grande. As exportações brasileiras estão crescendo e incomodando. A represália dos países da Alca (Estados Unidos, Canadá e México) ao subsídio dos aviões da Embraer veio justamente sobre a carne, um produto cuja capacidade de crescimento das exportações é a maior entre os principais exportadores mundiais.

Assim, Sr. Presidente, é preciso atingir aqueles países que têm algum potencial de concorrência nessa guerra comercial internacional, e o Brasil é um concorrente em determinados setores. Por exemplo, o de exportação de carne. Obviamente, essa medida retirará do mercado a vantagem de algum outro produtor que não tem a nossa produtividade e a nossa sanidade do rebanho. Portanto, é a declaração de uma guerra particular que começa aqui e ali, mas que tem como objetivo impedir que a economia brasileira atinja as dimensões de uma concorrente substancial no mercado internacional.

Esse é o verdadeiro significado dessa guerra, que nos leva ao reconhecimento de um fator agravante: além da tendência a longo prazo que vem colocando a economia brasileira na armadilha de não poder crescer sem gerar uma pressão sobre a taxa cambial e produzir, por conseguinte, um acréscimo de custos que dificultará sua competitividade no mercado econômico, ingressam como fatores nesse quadro essas manifestações de ordem política que, no fundo, nos pretendem enquadrar no sistema comandado pelos países do Norte e submeter a nossa economia à Alca, que seria antecipada para 2003.

Há notícias – ainda contraditórias – de que a Argentina estaria capitulando, mas o fato é que, depois da capitulação do Chile, que estava aceitando entrar no Mercosul e que renegou o convite para associar-se diretamente aos Estados Unidos, a Argentina dá sinais de que estaria seguindo o Chile.

Permito-me, Sr. Presidente, ler também um parágrafo de matéria publicada hoje no jornal **O Valor**, com o título"Argentina dá sinais de que aceita antecipar a Alca":

> A Argentina admite antecipar, de 2005 para 2003, o lançamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O sinal foi dado ontem por um dos principais integrantes da equipe econômica argentina – o secretário de Finanças, Daniel Marx.
>
> "É algo que gostaríamos de analisar e ver quais são as vantagens. Não descartamos que haja algumas vantagens em se fazer isso", disse Marx, que se reuniu ontem, em Washington, com o novo secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill. "A Argentina está buscando ter as opções abertas. Não há nenhum custo em explorar opções".

Sr. Presidente, o pior cego é aquele que não quer ver. E só não enxerga quem não quer ver: há uma ação desencadeada por parte dos Estados Unidos para cooptar a Argentina, nosso principal sócio no Mercosul, para a Alca. E o novo governo americano, o Governo Bush, tem mais empenho em

executar essa manobra e tem mais condições de obter junto ao Congresso americano autorização para uma negociação mais rápida, o chamado **fast track**.

Isso tudo nos empurra para a aceitação dessa manobra, que será extremamente prejudicial aos interesses econômicos do Brasil e do nosso povo. O quadro está aí para quem quiser ver. E a ele se somam todos os fatores produzidos pela própria política econômica do Governo que geram a vulnerabilidade da nossa economia, a nossa fraqueza diante das pressões internacionais de caráter comercial e financeiro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)- Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço, com muito prazer, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Exª pelo pronunciamento. Mas não há como negar que, desde a sua criação, o Mercosul foi recebido com tremenda antipatia pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos nunca esconderam que receberam quase que como uma afronta a criação do Mercosul. O Presidente José Sarney, o Presidente Raul Alfonsín e o Presidente uruguaio – teve uma importância muito grande nesse processo – tiveram muita competência e foram levando tranqüilamente, serenamente. A Argentina desde o início sentiu que não era bom, desde o início manifestou-se contrariamente. Mas a verdade é que deu certo. Deu certo. A Argentina, contrária anteriormente, elegeu Carlos Menem. Ele mudou completamente a política na Argentina, e continuou aceitando o Mercosul tal como vinha funcionando. No Brasil, saiu o Sarney e entrou o Collor, que também apoiava. Saiu o Collor, entrou o Itamar, que também aceitava. E o Mercosul passou a ser uma realidade. Desde o início, esperava-se que o Chile viesse a integrar o Mercosul. Aliás, deveria ter entrado no início, mas, à época, o Chile argumentava que, devido a diferenças cambiais, à falta de proteção nesse setor, eles deveriam ter compensações. Do contrário, tendo em vista o protecionismo que se estabeleceria aos membros que integrariam o Mercosul, a situação deles ficaria difícil. Pouco depois, com o êxito do Mercosul, o Chile aceitou. E já se passou a discutir o fato de que o Mercosul não deveria ser Mercosul, mas deveria ser América do Sul. Desde essa época, o mercado americano, fundado com o México e o Canadá, começou a crescer. E fecharam-se entre si. Na verdade, eles querem terminar com todas as facções, como a Alca, transformando a América do Sul em colônia oficial dos Estados Unidos. Como é que vamos discutir, negociar com os Estados Unidos sem um mínimo de proteção? Como vamos deixar as fronteiras totalmente abertas? O Congresso votou – não sei se V. Exª estava aqui –, o Senado votou por unanimidade moção, não digo contra a Alca em termos definitivos, mas no sentido de que não se deve falar em Alca enquanto o Mercosul não estiver totalmente consolidado. Repare V. Exª que boicotaram o Chile. Estão aproveitando a situação dramática da Argentina para fazerem o mesmo lá. A rigor, não deixa de estar dentro desse contexto o que o Canadá está fazendo conosco. Vencemos, no que se refere aos aviões brasileiros, normalmente, numa negociação livre. E agora fazem essa retaliação com relação à carne e a outros produtos brasileiros! O Canadá, os Estados Unidos e o México proibirem a importação da carne e de outros produtos brasileiros parece-me ser uma violência, uma crueldade. Alguma coisa tem que ser feita a respeito. Se baixarmos a cabeça e aceitarmos essas questões, vamos partir para uma situação cada vez pior do que a que está aí. Por isso, entendo que o Presidente Fernando Henrique e o Presidente argentino têm que fazer um esforço dramático no sentido de cumprir a determinação existente. Alca, sim, mas lá adiante, quando estiver consolidado o Mercosul, e não a entrada da Alca acabando com o Mercosul sem nenhuma garantia, sem nenhuma proteção. Isso significa que vamos comprar a preço de laranja qualquer produto americano e eles vão vetar quando bem entenderem qualquer produto brasileiro. Com toda a sinceridade, penso que essa questão da Alca e o fato de estar o Canadá – estendendo ao México e aos Estados Unidos – proibindo a importação da carne brasileira sob o argumento da tal da vaca louca de uma hora para outra, dificultando a nossa exportação do produto para qualquer outro lugar, é muito séria e precisa ser vista com atenção. Se o Canadá está dizendo que o produto é grave e está ameaçado, como é que a Europa vai comprar? Quer dizer, eles fazem isso sem preocupação alguma, sem preparo. E aí, Senador, entendo que o Senado brasileiro precisa ter mais ação. Estamos muito imobilizados. V. Exª afirmou que talvez o Presidente Bush tenha mais força no Congresso americano do que tinha o anterior. Concordo, e o Congresso americano funciona, inclusive para defender os interesses americanos, proibindo a entrada de produtos outros. Mas, nesta Casa, não temos nenhuma participação, a não ser a homologação tácita dos embaixadores e a homologação – praticamente lendo e não dizendo nada – dos acordos que já são feitos sem que saibamos. Quando esses acordos chegam ao Senado Federal, já foram ho-

mologados. Como, então, vamos rejeitar algo que já está em pleno funcionamento? O pronunciamento de V. Exª, repito, é muito importante, mas não deveríamos nos resumir a ele. A Casa deveria fazer algo além nesse sentido.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senador Pedro Simon, recebo com muito regozijo o aparte, como sempre brilhante e substancioso, de V. Exª. Observo que meu pronunciamento se segue a outros feitos ontem aqui por outros Senadores, entre eles o Senador Carlos Patrocínio.

Hoje, por iniciativa do Senador Paulo Hartung, convocamos o Ministro Lafer a dar explicações sobre o contencioso com o Canadá. Temos a obrigação de nos aprofundarmos mais nessa questão. Vindo aqui o Ministro Lafer, não vamos inquiri-lo, não vamos pedir a S. Exª informações tão-somente do caso vaca louca ou Bombardier do Canadá. É preciso que S. Exª nos informe também sobre as pressões que estão sofrendo o Brasil para o ingresso na Alca, sobre as manobras que estão sendo feitas com a Argentina e que, certamente, o Brasil tem conhecimento.

O nosso Itamaraty, o nosso Ministério de Relações Exteriores, tem uma tradição de muita competência. É evidente que nossos diplomatas estão sabendo de muita coisa que nós, Senadores, bem como a opinião pública, não sabemos. Por exemplo: por que o Ministro Lampreia entregou o cargo? A mim não está muito claro isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Para mim também não. Senador, cá entre nós, deixar o cargo de Ministro das Relações Exteriores para ocupar sei eu que posição ali fora em uma hora dramática como essa, juro por Deus que não entendo!

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Numa hora dramática, sabendo ele o que sabe.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Numa hora dramática como essa, juro por Deus que não entendo. O Sr. Lampreia deve uma explicação à Nação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Não entendo. Ouço informações, não confirmadas, evidentemente, de que ele estaria sabendo de coisas e não estaria tendo força para enfrentar a equipe econômica, que, afinal de contas, acaba tomando as decisões pelo Governo, decisões que vão influenciar profundamente o comportamento do Brasil, sob o ponto de vista do seu relacionamento internacional.

Penso que, vindo aqui o Ministro Lafer, precisamos indagá-lo sobre todas essas questões e não apenas sobre o caso do contencioso com o Canadá, que é grave sim, mas que revela, a meu juízo, uma decisão de natureza política.

O nobre Senador Pedro Simon disse muito bem que as nossas exportações para a Europa não estão absolutamente ameaçadas, porque as entidades de natureza tecnológica e científica da Europa, que estão estudando profundamente o assunto, sabem muito bem – porque têm examinado a carne brasileira – que não existe a mínima possibilidade de estarem infectadas com a proteína da vaca louca. Quer dizer, entidades da maior seriedade e do maior rigor examinaram a nossa carne e atestam a boa qualidade da mesma. Entretanto, de repente, levanta-se essa suspeita por parte do Canadá. Obviamente esse é um gesto de natureza política em represália ao crescimento da economia brasileira e à ameaça que o Brasil exerce não só sobre o Canadá, mas sobre os Estados Unidos, o México, enfim, os países que compõem Nafta e que querem nos obrigar a ingressar na Alca, a fim de completar o cerco de dominação que já está posto sobre a nossa economia, fruto da política econômica que vem sendo desenvolvida pelo Governo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço, com muito prazer, o aparte do nobre Senador do Rio Grande do Norte.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Roberto Saturnino, muito obrigado pela oportunidade que me dá. Eu apenas queria acrescentar uma ponderação dentro dessas preocupações que estão se manifestando hoje, aqui, em relação à questão com o Canadá, sugerindo ao Ministério das Relações Exteriores que verifique até que ponto vão – e, aparentemente, são muito profundas – as ligações empresariais entre a Bombardier e a Raytheon, que é uma empresa com grandes interesses no Brasil. Seria interessante saber em que medida essa conexão não está sendo desprezada como um dos instrumentos de negociação mais importantes que poderíamos ter na discussão da questão com a Bombardier. Era esse o registro que eu queria incorporar ao importante pronunciamento de V. Exª.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Registro muito sugestivo e importante, Senador Geraldo Melo. Creio que V. Exª tem toda a razão. Temos que exercer esse direito. Eu diria que, mais do que um direito, é um dever nosso levantar essas suspeições e agir na averiguação, na investigação dessas conexões que, possivelmente ou muito provavelmente, existem.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço, com muito prazer, o Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Gostaria de cumprimentá-lo pelo belíssimo pronunciamento, assim como todos os Senadores que também já se manifestaram, inclusive o Senador Paulo Hartung, que tomou a iniciativa de convocar o Ministro das Relações Exteriores, e o Senador Osmar Dias, que em boa hora também pede a convocação do Ministro Agricultura. O Senador Pedro Simon está certo: o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, enfim, todos nós temos que nos preocupar mais com esse episódio. Creio que a vinda do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Agricultura vai esclarecer, sem dúvida nenhuma, muita coisa a respeito dessa contenda entre Canadá, seguido agora pelos Estados Unidos e pelo México, contra a importação de carne brasileira. Antes, era a febre aftosa. Todos colocavam mil obstáculos às importações em vista disso. O Brasil praticamente erradicou a febre aftosa. E agora, depois que muitos Estados já são considerados como áreas livres, estão inventando essa questão da "vaca louca", que já afetou alguns países da Europa e, agora, estão querendo dizer que o problema também está existindo no Brasil. Creio que não podemos parar por aqui. Amanhã também farei um pronunciamento, porque o Brasil, de uma forma geral, está sendo e será muito prejudicado, principalmente o Centro-Oeste brasileiro: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados com vocação extremamente voltada para a pecuária, em que os prejuízos serão alarmantes. Cumprimento V. Exª. Vamos continuar debatendo essa questão, para ver se conseguimos atenuar esse problema, que é grave para todos nós.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Obrigado, Senador Maguito Vilela. Penso que a contribuição de V. Exª e de tantos outros Srs. Senadores é extremamente importante. V. Exª representa um Estado que certamente será um dos mais prejudicados, e estaremos todos atentos a seus pronunciamentos e a suas opiniões.

Sr. Presidente, quero encerrar este meu discurso, dizendo que, de um lado, estamos verificando a eclosão de uma situação cambial difícil, fruto – repito – da própria política econômica desenvolvida pelo Governo brasileiro, que tanto temos criticado aqui e que colocou a economia nacional nessa armadilha de difícil desarme, através da qual as importações crescem mais do que proporcionalmente, e há um estrangulamento cambial. A história econômica do Brasil, exatamente pela sua situação de dependente e retardado sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e de país que sempre se situou na periferia dos grandes centros internacionais de comércio, finanças e indústria, sempre foi uma história de crises cambiais. Isso mais uma vez está acontecendo. Na verdade, as respostas, quando foram boas respostas a crises que ocorreram no passado, suscitaram a elevação de um degrau importante na situação econômica do Brasil, em termos de produtividade e de capacidade de produção. Isto é, a crise cambial pode ser positiva sob o ponto de vista econômico, desde que a resposta a ela seja adequada.

E aí está a nossa preocupação, porque eu pessoalmente, Sr. Presidente, não vejo nenhuma possibilidade de resposta adequada enquanto estiver este governo de Pedro Malan e Armínio Fraga no poder. Vamos ter que esperar a posse de um novo governo, com uma nova orientação, um governo que seja opositor a este sob o ponto de vista de modelo econômico, para que o Brasil possa encontrar uma resposta que seja criativa e que seja eficiente no sentido de aproveitar a crise para superá-la com o galgar de um patamar de produtividade e desenvolvimento mais elevado a exemplo do que aconteceu muitas vezes na nossa história econômica.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Com muito prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Eu não poderia perder essa ocasião. Perdoe-me se não o acompanhei em todo o seu pronunciamento, eis que não me encontrava no plenário. Prestei muita atenção e tentei chegar aqui para lhe cumprimentar. V. Exª pegou o fio da meada, entendeu que a questão é política, principalmente na questão do Canadá, dos Estados Unidos, do México, e da Nafta e daquilo que vem ocorrendo agora com o Brasil. O Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, esteve em Washington conversando com a Secretária da Agricultura dos Estados Unidos e já está entendendo que a questão é dali. Os Estados Unidos estão usando o Canadá como um instrumento político para chegar onde o que V. Exª declina, que é a questão da Alca, não há a menor dúvida. Creio que precisamos refletir em cima disso. Penso que a questão é exatamente por aí: em solidariedade, o México entra nessa com o Canadá, e o Canadá fala em nome dos Estados Unidos. E por trás de

tudo isso está a questão da Alca, ou seja, estão tentando fazer com que o Brasil abaixe a cabeça. Portanto, penso que a reflexão tem que ser profunda, já que vão tentar prejudicar o Brasil com essa questão da vaca louca através dessa questão. E isso vai gerar reflexos profundos e negativos para todos nós, sem dúvida alguma. V. Exª está de parabéns. E o Brasil deve estar acompanhando essa verdadeira aula que V. Exª está a proferir da tribuna do Senado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner. Encerro o meu discurso com muita alegria, com o meu coração batendo alegre pelo aparte de V. Exª, que reforça enormemente os argumentos que pretendi desenvolver aqui. Penso que V. Exª tem trazido a esta Casa o seu conhecimento e a sua experiência, e a sua lucidez tem-nos dado importantíssimas locuções. O meu discurso fica muito engrandecido com o aparte de V. Exª.

Sr. Presidente, agradeço à benevolência, a tolerância do tempo que ultrapassei muito. Encerro aqui as minhas considerações.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Lauro Campos e Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Teremos duas comunicações: Senador Maguito Vilela e, em segundo lugar, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias; posteriormente, ao Senador Jefferson Péres. Mas ainda ...

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou continuar abordando o assunto que tratava aqui o Senador Saturnino e que também foi objeto de pronunciamento meu na tarde de ontem. Falarei de forma objetiva, rápida, porque sei que há uma expectativa em relação ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres e eu colaborarei com a Casa para que possamos ouvi-lo na seqüência.

De ontem para hoje, alguns fatos surgiram na questão do embargo do Canadá, Estados Unidos e México, que alegam risco de contaminação da carne brasileira com a Doença da Vaca Louca. Eu, ontem, dei as razões técnicas pelas quais é impossível que aqueles países suportem qualquer argumento técnico para efetivarem esse embargo. Só que, de ontem para hoje, surgiram notícias nos jornais, e eu quero ler um trecho, para mostrar que o Ministério da Agricultura precisa rever os seus procedimentos para não dar margem aos países que têm intenções, como a do Canadá, de promoverem embargos, de praticarem esse boicote.

A **Gazeta Mercantil** informa que, no fim de semana, a Agência de Inspeção Alimentar do Canadá recebeu 1.500 telefonemas de consumidores preocupados com a carne enlatada brasileira, consultando sobre o que fazer com a carne brasileira que haviam comprado, e a orientação ao telefone – tenho o número aqui – era a seguinte: "Jogue no lixo ou mantenha em casa e não abra, à espera de decisão oficial, ou leve à loja, que devolverá o dinheiro ao cliente". Essa é a orientação da Agência de Inspeção Alimentar do Canadá.

O jornal informa ainda que o Canadá solicitou informações ao Governo brasileiro há dois anos, e só agora ao Governo brasileiro está tomando as providências de informar, ainda assim enviando os documentos em português, o que abre uma nova argumentação do Canadá, que diz que para traduzir levarão mais uma semana, quinze dias.

O Ministério da Agricultura deveria procurar eliminar todos os argumentos do Canadá, dos Estados Unidos e do México, porque, se não há argumentos técnicos, o que estão utilizando são argumentos burocráticos, como dizia aqui o Senador Paulo Hartung. E eu, Senador Paulo Hartung, acabo de entregar à Mesa o meu requerimento, em aditamento ao de V. Exª, para convocar também o Ministro da Agricultura para estar presente aqui no Senado.

Senador Ramez Tebet, V. Exª quer um aparte, mas, antes, vou repetir rapidamente quais os argumentos técnicos que inviabilizam qualquer argumento do Canadá, dos Estados Unidos e do México. Quero falar aqui mais como técnico no assunto do que como Senador da República. Falo como Senador da República, mas quero dar os argumentos técnicos. Não é possível que o corpo técnico do Ministério da Agricultura não esteja alimentando o Ministro Lafer e o Ministro Pratini de Moraes de todos os argumentos técnicos, que são incontestáveis. Não dá para rebater os argumentos técnicos que vou apresentar.

A pergunta é a seguinte: há algum risco da carne de bovinos do Brasil estar contaminada com o pri-

on? Prion é a proteína que nos ovinos causa uma doença chamada **scrapie**; depois, o agente causal vai para o cérebro do bovino e causa a encefalopatia espongiforme bovina, que transforma o cérebro dos bois como se fosse uma esponja, e daí todos aqueles outros sintomas que são decorrentes da doença. Esse mesmo agente causal, quando transferido para o homem, causa uma outra doença chamada de Mal de Creutzfeldt-Jakob.

Então, não há nenhuma possibilidade de nenhum bovino do Brasil estar, neste momento, portando a doença da vaca louca. Por quê? Porque a única possibilidade de transmissão da doença para o gado bovino é através do consumo de farinha de carne ou de farinha de ossos dos ovinos. Se nós não temos fabricação de farinha de carne e de ossos de ovinos, porque ela está proibida pelo Ministério da Agricultura – essa sim, uma medida acertada do Ministério da Agricultura –, não há como transferir o **scrapie** para os bovinos, onde se transforma em encefalopatia espongiforme, a Vaca Louca. Não há, portanto, meio de transmissão da doença dos ovinos para os bovinos de forma direta, como não há nenhuma possibilidade de transmissão horizontal da doença nos bovinos, ou seja, de mãe para filho. Geneticamente, não há. Isso cientificamente é comprovado.

O Departamento de Agricultura do Canadá e dos Estados Unidos já deram declaração de que não há possibilidade de o nosso rebanho estar contaminado com a vaca louca. Só que os fatos ocorridos no Paraná, nosso Estado, nobre Senador Roberto Requião, com o rebanho de ovinos do nobre Deputado Gustavo Fruet que foi contaminado pelo **scrapie,** porque ele trouxe ovinos dos Estados Unidos, esses ovinos, provenientes dos Estados Unidos, vieram portando não o vírus – como a imprensa tem anunciado – mas uma proteína degenerativa – o prion – que infecta e degenera o cérebro dos ovinos. Essa proteína veio nos ovinos trazidos dos Estados Unidos. Nós, então, é que teríamos que tomar medidas de cautela em relação aos Estados Unidos e não os Estados Unidos em relação ao Brasil, porque esses ovinos que vieram de lá denunciam que lá, sim, há convivência com o **scrapie** nos ovinos, que é o agente causal da vaca louca nos bovinos. Esses ovinos no Paraná foram todos incinerados, foram todos queimados. Toda a descendência daquela linhagem de ovinos trazida dos Estados Unidos foi abatida e cremada. Portanto, não há possibilidade de a termos nem no rebanho ovino nem no rebanho bovino.

Também não há possibilidade de transmissão direta do ovino para o homem, porque o ovino é apenas o hospedeiro do **scrapie,** que não é transmitido pelo consumo da carne de ovino; o homem só será acometido pela doença se comer carne de bovinos, como ocorreu no Reino Unido, onde 180 mil animais foram contaminados e mais de 90 pessoas morreram em decorrência da doença.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, V. Exª concede-me um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço, com satisfação, o aparte de V. Exª, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, V. Exª, sobre todos nós, leva uma grande vantagem. V. Exª ocupa esta tribuna como um político que tem sensibilidade, um político que já exerceu as funções de Secretário de Agricultura do Estado do Paraná e, como tal, houve-se com brilhantismo ao tempo em que hoje o Senador Roberto Requião era Governador do Estado que ambos representam com muito brilhantismo aqui nesta Casa, e fala como técnico, enquanto que eu, representante do Estado do Mato Grosso do Sul, só falo como político. Posso não ter a grande sensibilidade da maioria dos políticos desta Casa, mas garanto a V. Exª que tenho sensibilidade suficiente para dizer e para ratificar a opinião do Senador Paulo Hartung e de outros aqui desta Casa que, em matéria de burocracia, este País é campeão. Onde não deve atuar e onde deve atuar o Ministério da Agricultura, os técnicos do Ministério da Agricultura, que estão ali encastelados, estão demonstrando que estão lá, que são muito amadores, porque ninguém desconhece, Senador Osmar Dias, que há uma pressão enorme sobre um país do tamanho do Brasil, das potencialidades do Brasil, um País em franco desenvolvimento, um país que tem tudo que os outros países não têm, um País que hoje quer ser competitivo e enfrenta, neste mundo globalizado, a concorrência daqueles que são muito maiores do que nós e só querem que permaneçamos na superfície, respirando o ar suficiente para podermos sobreviver e eles ganharem às nossas custas. A tecnocracia do Ministério da Agricultura não percebe isso e está fornecendo meios, com uma matéria de conteúdo científico, comercial, de concorrência comercial, para que eles prejudiquem o comércio do Brasil, levem pânico aos países do mundo e até entre os brasileiros com essa história de Vaca Louca. O recado que temos que dar aqui, com muita força – e a palavra de V. Exª é muito importante –, é para que o Ministério da Agricultura

defenda realmente os interesses do nosso País. Os técnicos que assessoram o Ministro Pratini de Moraes devem proceder com cautela e diligência a fim de que o País não fique prejudicado, não fornecendo o mínimo de motivação para que procedam contra o Brasil. Ontem, V. Exª deve ter ouvido o comentário que fiz sobre a febre aftosa. O Ministério da Agricultura está tapeando Mato Grosso do Sul. Todos os outros Estados brasileiros estão livres da febre aftosa e, apesar de ocorrer o mesmo em Mato Grosso do Sul, o nosso gado não pode transitar fora do território do Estado, por incrível que pareça, causando prejuízos aos criadores, aos produtores e aos pecuaristas. Parabenizo V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – V. Exª fala em nome do Estado que tem o maior rebanho de bovinos do Brasil e que será, sem dúvida nenhuma, o mais atingido por essa medida, que é apenas uma forma de o Canadá se vingar do Brasil pela perda da concorrência na área de aviação.

V. Exª mencionou a febre aftosa, e isso me faz lembrar que o Brasil tem implantado, hoje, um sistema sanitário eficiente. Montou-se uma rede nos Estados, e as Secretarias de Agricultura estaduais desenvolvem muito bem o atendimento aos produtores, que se conscientizaram da necessidade de um perfeito manejo sanitário do rebanho. No entanto, o Ministério da Agricultura tem dificultado esse papel quando toma medidas como esta, de não permitir que um Estado reconhecidamente liberado da febre aftosa possa comercializar seus animais livremente. Evidentemente, isso coloca obstáculos para que haja uma integração dos Estados nesse sistema sanitário. Não adianta um Estado ter um sistema sanitário bom e o outro não cuidar do seu rebanho. É necessária uma integração do País, e quando se fecha a fronteira de um Estado importante como Mato Grosso do Sul, evidentemente, dificulta-se esse trabalho.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Antes, gostaria de dizer que o Senador Arlindo Porto, quando Ministro da Agricultura, teve um papel importantíssimo na liberação da exportação de carnes do Brasil, tendo a isso se dedicado pessoalmente – somente ao meu Estado, S. Exª foi cinco ou seis vezes para tratar desse assunto –, promovendo a integração do sistema sanitário brasileiro.

Na gestão do Ministro Arlindo Porto, tivemos um avanço considerável na conquista da liberdade de exportação para os países europeus, principalmente, e na obtenção do certificado do Instituto Internacional de Epizoties. Tive a honra de acompanhar o Ministro Arlindo Porto na oportunidade em que o Paraná reivindicava esse direito.

Essa é uma injustiça contra um País que tem contribuído muito na oferta de alimentos praticamente naturais. Nós, sim, produzimos um milhão e meio de cabeças em confinamento, mas a ração que fornecemos a esses animais não leva farinha de carne nem de osso, portanto não há risco de estar contaminada com o **scrapie**, com o **prion,** com o vaca louca.

Concedo o aparte ao Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Osmar Dias, gostaria de cumprimentar V. Exª pela abordagem deste tema, primeiro, pela formação profissional e pelo conhecimento que tem como ex-Secretário de Agricultura do Paraná, um Estado importante na produção agrícola e pecuária, especialmente na diversificação das suas atividades. Ontem e hoje, tivemos a oportunidade de ouvir algumas manifestações, dentre elas as do Senador Paulo Hartung, que se manifestou de maneira muito clara, e do Senador Ramez Tebet, que enfatizou a questão do seu Mato Grosso do Sul. Nós estamos sentindo a necessidade de um trabalho articulado dentro do Governo. Não se trata apenas de o Ministro Pratini de Moraes levar a informação técnica, mas de uma decisão de Governo. Entendo como necessários o envolvimento e a participação do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, porque deve-se vislumbrar por aí a penetração do Brasil no mercado internacional com o reconhecimento de mais áreas livres de febre aftosa e, naturalmente, aí estão as barreiras não tarifárias influindo no processo da relação comercial. Não há globalização sem regras claras, sem linhas definidas e sem igualdade na competitividade. Quero cumprimentar V. Exª pela oportunidade do tema que levanta e pelo conhecimento que demonstra e que de fato tem. Que haja essa sensibilização, mas numa relação comercial, pois o mundo selvagem do capitalismo exige firmeza, determinação e atitude. Espero que consigamos fazer com que a nossa carne volte a ter o seu mercado assegurado, não apenas nos países da ALCA, mas mundialmente.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Senador Arlindo Porto, há uma má intenção expressa, declarada e evidente do Canadá quando seus técnicos orientam os seus consumidores a jogarem a carne brasileira na lata do lixo, porque eles sabem que o Brasil tem muito menos risco de apresentar essa doença do que

o próprio Canadá, onde, em 1947, foi identificada a presença da doença em ovinos. Esse exame foi retificado em 1973, naquele país, com a presença do **scrapie** em caprinos. Portanto, lá, sim, existe esse risco, e não no Brasil. Trata-se, portanto, de uma injustiça que se comete contra o nosso País.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço o Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Osmar Dias, quero congratular-me com V. Exª e com os Senadores Paulo Hartung e Ramez Tebet, que desde ontem já manifestam contrariedade total e absoluta à ação do Canadá, que teve seqüência pelos Estados Unidos e México, ou seja, os países que fazem parte do Nafta.

Senador Osmar Dias, V. Exª, os Senadores, os políticos, todos têm-se manifestado com clareza a respeito do assunto. Não há dúvida de que o posicionamento do Canadá é meramente de retaliação, é um posicionamento político. Os articulistas de todos os jornais do País falam a mesma coisa. É interessante que somente o Governo brasileiro, até agora, se coloque numa posição de dúvida, de ainda parar para pensar se isso foi feito com razão ou por uma questão política, como retaliação na briga dos subsídios, tanto na Bombardier, quanto na Embraer. Essa é a globalização dos chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo: tudo é bom se for em proveito deles, mas quando o seu interesse é ferido, vem todo mundo contra. Espero, também, que o Governo brasileiro aja com presteza e rapidez, porque o Brasil não pode passar por um vexame dessa espécie. O Brasil é a oitava economia mundial e deve dar uma resposta à altura. O País, hoje, tem grande parte de sua economia comandada por empresas multinacionais. Imaginem, se tivéssemos um Governo realmente independente e corajoso, o que seríamos capazes de fazer em retaliação ao sistema multinacional que opera no território brasileiro, com o nosso sistema de telefonia, energético, com as nossas siderúrgicas e com os bancos. Hoje, os bancos estrangeiros já são maiores do que os próprios bancos nacionais. Imaginem se quiséssemos retaliá-los com perseguições! Parece que o Brasil está cumprindo o seu papel – somos contra isso – de se deixar ocupar pelo capital internacional. Mas, passar por um vexame como esse é inaceitável. Exigimos uma ação rígida e forte, além de uma resposta contundente a esse ato absolutamente inconseqüente do Governo do Canadá que, infelizmente, conforme o acordo do Nafta, foi seguido pelos Estados Unidos e México.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ainda mais, Senador Ademir Andrade: o Uruguai e a Argentina não estão sequer a um palmo de distância à nossa frente no que se refere à qualidade sanitária dos seus rebanhos! Os cuidados lá não chegam aos pés dos cuidados que os nossos pecuaristas dispensam ao nosso rebanho. Aqui o rigor é bem maior! Acontece que eles estão liberados para exportar para onde quiserem. Evidentemente que, como disse o Senador Roberto Saturnino, nessa ação existe uma grande dose política no sentido de atrair a Argentina para compor o bloco econômico deles. Só que o Brasil não pode, neste momento, se apresentar tímido, tampouco ironicamente, como tem ocorrido em algumas declarações do Ministro da Agricultura, onde S. Exª disse que "no Canadá deve ter alguma churrascaria que consome a nossa carne". Não é bem assim, Sr. Presidente! Os produtores brasileiros sabem da importância dos mercados canadense e americano para a nossa produção. Isso tudo pode se refletir em um efeito dominó e atingir outras regiões, e o Brasil ser obrigado a comer toda a carne que produz. Certamente tudo isso levaria os preços para baixo, prejudicando enormemente o produtor, quem, evidentemente, pagará um alto preço nessa história toda.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Osmar Dias, peço a V. Exª que conclua o seu discurso, com o brilho de sempre.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, apenas ouvirei o aparte do nobre Senador Roberto Requião e, em seguida, concluirei o meu pronunciamento.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias é importante essas verdades que V. Exª está colocando e que precisam ser compreendidas pelos brasileiros. "Conhecerás a verdade e a verdade vos libertará." É uma frase bíblica. Pois muito bem! Nós, quando estivemos no Governo do Paraná, fizemos um grande programa de ovinocultura. Até o momento em que nós dois deixamos o Governo – porque me desincompatibilizei para me candidatar ao Senado nove meses antes, e V. Exª também – foram 197.500 ovelhas fêmeas, com até seis meses, compradas do Rio Grande do Sul, basicamente do Uruguai e da Argentina, mais do Uruguai do que da Argentina. Alguns criadores, interessados no programa, passaram a importar chibarros, carne-

iros para reprodução. E o Brasil, àquela época, importou 300 chibarros que, agora, V. Exª revela ao País terem vindo dos Estados Unidos. Entre esses chibarros, alguns foram importados pelo ex-Deputado Federal, falecido, Maurício Fruet, em 1989. O neto de um desses carneiros, no Município de Candói, no Paraná, foi identificado com a possibilidade de haver morrido atingido pelo **scrapie**, proteína que transforma o cérebro em um meio esponjoso. Nada definitivamente comprovado. Mas o alerta foi levantado e as providências foram tomadas. O Deputado Federal Gustavo Fruet, filho do Maurício, tomou a iniciativa de eliminar toda a sua cabana. S. Exª eliminou todos os carneiros, importados ou não, que faziam parte de um dos mais sofisticados plantéis genéticos do País. Muito bem. Se os carneiros foram importados dos Estados Unidos por que não tomou antes o Brasil a iniciativa de proibir qualquer importação de carne ovina e de reprodutores americanos? Por que aconteceu o contrário? Ou seja, o contaminador toma a providência de não importar mais carne do país que ele supostamente teria contaminado! Não tem realmente nenhum sentido esse processo! Por outro lado, eu acho que o tal do **scrapie** andou mesmo contaminando algumas inteligências humanas no Brasil. Contaminou os representantes do Brasil na Rodada do Uruguai, que deu origem ao GATT, que foi votado no Plenário do Senado Federal antes de nós chegarmos aqui, por seis Senadores, com o texto sequer traduzido para o português – estava na língua oficial da Organização Mundial do Comercio, a OMC, o francês. Ele deve ter contaminado também o cérebro daqueles que assinaram o Protocolo de Ouro Preto, que comprometeu a nossa economia, viabilizando favores impossíveis para a Argentina. Ele deve ter contaminado, Senador Osmar Dias, o cérebro desses que, ideologicamente, passaram a pensar no neoliberalismo sem pensar mais no Brasil. Mas essa doença tem cura, Senador. A cura seria, por exemplo, a visita periódica à casa de brasileiros desempregados e talvez a obrigação de cantar, uma vez por semana, uma parte, pelo menos a introdução do Hino Nacional. Não tem cabimento que nós nos subordinemos a essas medidas absurdas dos países que supostamente contaminaram o nosso rebanho. Mas o que falta é governo, iniciativa, coragem; falta firmeza nas medidas administrativas. Falta Ministro da Saúde. Falta Presidente da República. Falta visão nacional. Trata-se de uma retaliação sórdida, estúpida. Os Estados Unidos não importam mais a carne brasileira porque os Estados Unidos, supostamente, contaminaram alguns chibarros importados para melhoria genética do nosso rebanho. A verdade está dita e colocada com clareza por V. Exª. Qual é a providência tomada pelo Ministério da Agricultura e Presidência da República? É isso que temos que aguardar. O resto é conversa mole de cérebros contaminados pelo **scrapie**, pelo **prion**, pela proteína que transforma essas inteligências, outrora brilhantes, em coisas indefinidas e esponjosas.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Roberto Requião.

Sr. Presidente, peço que o requerimento que apresentei à Mesa, convocando o Ministro da Agricultura, seja votado para que possamos discutir o assunto com S. Exª.

Sr. Presidente, acredito que quando o Senador Roberto Requião disse que o Brasil não tem Ministro da Saúde penso que S. Exª quis se referir ao Ministro da Agricultura, já que estamos tratando de questão ligada a essa Pasta. O Ministro da Saúde, no meu entendimento, tem feito um belo trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por decisão consensual dos Senadores dos Partidos de Oposição, sou candidato ao honroso posto de Presidente do Senado Federal. Uma escolha que me gratifica sobremodo, porque nascida de geração espontânea, sem que eu a buscasse por qualquer meio. Mas aceito-a, porque lhe foi emprestado um sentido de missão, que não me permitiria recusar, ainda que porventura assim o desejasse.

Sobre as razões da preferência pelo meu nome, caberia aos que o escolheram explicá-las. De minha parte deixo de fazê-lo para não cometer o vitupério do elogio em boca própria, explícito ou implícito, na tentativa de justificar a minha escolha e também para não incorrer na deselegância de atingir meus adversários ao me atribuir supostas qualidades que, por via oblíqua, lhes estaria negando. Finalmente, deixo ainda de fazer maiores considerações sobre a preferência dos meus companheiros para não concluir, quem sabe por uma recusa, vez que sou tão rigoroso nas minhas avaliações, que eu mesmo poderia não me aprovar se fizesse um autojulgamento.

Importa, no entanto, anunciar que a minha candidatura está posta. Espero que não seja encarada como um gesto simbólico de protesto, mas como o lançamento de um real competidor, em busca de uma difícil, mas não impossível, vitória.

Conquanto pareça fantasioso e ingênuo contar com o triunfo de um candidato oposicionista, de um Partido pequeno, contra Partidos majoritários e de Situação, eu diria que o sonho só se tornará realidade se a candidatura adquirir um caráter suprapartidário, hipótese que a muitos parecerá delirante, numa Casa que é por natureza visceralmente política.

Dir-se-á que peco por ingenuidade. Talvez! Mas a crítica me soa antes como laudatória do que meritória, porque estou convencido de que o ser humano que não conserva dentro de si um pouco de inocência terá perdido muito da sua essência e também, portanto, da sua decência.

Ademais, não teria sentido permanecer na política se não fosse para lutar utopicamente para vê-la transmudada num palco iluminado e arejado, no qual o interesse público prevalecesse sempre sobre os interesses pessoais e as conveniências partidárias.

Freqüentemente, verruma-me o espírito uma inquietação. Quantos de nós, políticos – eu inclusive –, nos nossos momentos de solidão, na hora da verdade, perante Deus e a nossa consciência, podemos, sem nos envergonharmos, responder à seguinte pergunta: "quantas vezes, nas decisões que tomei, coloquei o interesse público acima dos interesses pessoais e das conveniências partidárias?"

Não creio que valesse a pena continuar na vida pública se eu perdesse a capacidade de me indignar e de sonhar. Mas é de se perguntar se estou sonhando, neste instante, ao contar com uma reação cívica desta Casa, na qual ninguém acredita. Admito que a hipótese de vingar uma candidatura como a minha seria irrealista, em outros tempos, em condições normais e em uma eleição **interna corporis**, à qual a sociedade estivesse alheia. Mas todos sabemos que, desta vez, não é assim.

Vivemos um tempo de transformações. Essa eleição se processa em circunstâncias atípicas e tem o acompanhamento atento de grande parte da sociedade brasileira. E esta anseia por um Parlamento de novo tipo, transformado por uma revolução de costumes que implique um rompimento com as velhas práticas, que a Nação já não consegue tolerar.

Creio que uma eleição de resultado surpreendente e inusitado nesta Casa seria o fato novo, diferente, a sinalizar com um aceno de esperança e a catapultar para bem alto o prestígio do Congresso Nacional, ainda mais ao acontecer simbólica e coincidentemente do derrubar de um novo milênio. Esse gesto sinalizador de renovação e mudança seria um fato tão marcante a sublinhar esta Legislatura, que haveria de ficar por longo tempo na memória do povo brasileiro, menos por mim do que, talvez, apesar de mim, não tanto pelas minhas qualidades pessoais, mas pelo papel histórico que circunstancialmente me coube encarnar.

Posso estar cometendo um engano, mas algo me diz que a maioria dos Senadores terá sensibilidade para perceber o alcance e as implicações de um acontecimento dessa magnitude. Por isso, aceitei a minha candidatura, que ora formalizo, com o compromisso de logo divulgar uma proposta de trabalho, que deixo de apresentar neste momento, porque será elaborada a muitas mãos, pelos Partidos que me dão apoio, inspirada no desejo de levar o Poder Legislativo ao encontro dos anseios populares. Entretanto, desde já, antecipo que terá como pontos fundamentais o princípio da gestão democrática e o papel de relevo a ser dado ao Conselho de Ética no funcionamento desta Casa. Quanto à campanha em busca de apoios, será conduzida de maneira discreta, como é do meu estilo e da tradição do Senado. O pedido a cada um, faço-o agora, de público. A abordagem pessoal será feita com cuidado, não por me constranger em pedir, mas, ao contrário, para poupar de constrangimento aqueles que não quiram ou não possam votar em mim.

Espero o favor de não ser interpretado erroneamente por este gesto, que, longe de ser demonstração de soberba, é manifestação de respeito pelos meus Colegas. De todos desejo votos que sejam fruto de reflexão crítica e de profunda tomada de consciência. Quem sabe, de repente, contra todas as previsões e expectativas, os Senadores – se não todos, mas muitos – votarão inspirados nos grandes vultos que povoaram este Plenário, como – para lembrar alguns –, Ruy, Nereu Ramos, Milton Campos, Afonso Arinos e, para citar um dos vivos em sua hora crepuscular, esse notável homem público e extraordinária figura humana que é o Governador Mário Covas, que marcou com tinta indelével sua passagem nesta Casa.

Vou, assim, tranqüilo para essa disputa democrática, certo de que o seu desfecho, seja qual for, em nada afetará o meu navegar. Vitorioso, não há risco de perder o rumo por deslumbramento, pois orientado continuarei a ser pela minha bússola interior, que tem

como norte o rígido sistema de valores que rege a minha vida. Derrotado, não me sentirei diminuído nem me ficará na boca o mais leve travo de amargura, até porque me servirá de consolo a sabedoria dos versos camonianos que gosto de repetir: "Honrarias, honrarias melhor é merecê-las sem as ter do que possuí-las sem as merecer."

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me concede um aparte, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Com todo prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Exª pela iniciativa e atitude, ao ter sido escolhido, por unanimidade, pelos 16 Senadores que compõem o Bloco de Oposição, para representar a nossa vontade. E, tendo sido escolhido candidato à Presidência do Senado Federal, V. Exª toma uma atitude inédita nesta Casa. Sempre, desde que aqui cheguei, ponderei, sugeri aos possíveis candidatos à Presidência do Senado que tivessem a postura que V. Exª está tendo, ou seja, que, antes mesmo da eleição prevista para o próximo dia 14, pudessem os candidatos expor seus pontos de vista, as razões que levaram V. Exªs a lançarem-se como candidatos à Presidência do Senado. Sugeri, na última quinta-feira, ao outro candidato já definido pelo PMDB, Senador Jader Barbalho, que siga o exemplo de V. Exª e também exponha as razões que o levaram a ser candidato à Presidência, bem como sua plataforma, seu programa. Tenho certeza de que está no caminho certo. As propostas que delineia como base de sua ação dizem respeito aos nossos anseios. V. Exª quer fazer do Senado Federal a mais forte e independente instituição, uma instituição que permita a qualquer Senador, de qualquer partido, exercer na plenitude os objetivos consagrados pela Constituição. É preciso bem legislar, fiscalizar os atos do Poder Executivo e bem representar os Estados. Precisamos de boas condições nesta Casa para ver realizada tal tarefa. V. Exª transmite-nos que, nos próximos dias, estaremos convidados a elaborar com V. Exª o seu programa em mais detalhes. Como V. Exª tornou pública a sua candidatura, essa tão bela disposição, permita que já comece a dizer algumas coisas, porque, acredito, esse seja o propósito de V. Exª. Ainda hoje, no início da tarde, formulei uma sugestão: que o eleito presidente no dia 14, de pronto, convide o Senhor Presidente da República para aqui, no início da sessão legislativa, no dia 15 de fevereiro, comparecer, ele próprio, para transmitir a sua mensagem sobre a situação do País, o seu programa, as suas metas; que isso não seja mais feito simplesmente enviando-se, por intermédio do Ministro Chefe da Casa Civil, uma mensagem para ser lida friamente por aquele que ocupa a Primeira Secretaria do Congresso Nacional; que seja algo mais vivo a exemplo do que ocorre em outros países, onde o Chefe de Estado comparece ao Congresso interagindo com o mesmo, dizendo quais são os seus planos e propósitos. Se na Constituição não está prevista ainda a vinda do Presidente, o assunto está obviamente aberto; o Presidente José Sarney compareceu no último ano do seu mandato, num momento difícil, e leu a mensagem, que foi tão bem recebida. Também que, como presidente do Senado Federal, possa V. Exª instituir um método de trabalho com o propósito de participação efetiva anunciado por V. Exª. Esperamos que haja uma participação mais regular dos membros da Mesa Diretora, a fim de que possam todos os partidos da Casa serem ouvidos e que possam os Senadores Líderes, com regularidade, reunirem-se também com o Presidente para discussão ora da pauta, ora daquilo que é mais importante ao Senador realizar. Da mesma forma, esperamos que V. Exª possa ter como método de trabalho normas que venham a tornar a nossa instituição a mais transparente possível, porque, se temos como atribuição fiscalizar os atos do Poder Executivo, será sempre muito importante que venhamos a dar o exemplo na nossa própria Casa. Portanto, meus parabéns a V. Exª. O comportamento cotidiano de V. Exª desde que ingressou nesta Casa, a forma como agiu e a maneira ética como V. Exª demonstrou estar sempre priorizando o interesse público em detrimento dos interesses do seu Partido ou mesmo interesses pessoais, certamente fizeram com que dezesseis Senadores que compõem o Bloco de Oposição viéssemos, consensualmente, indicar o nome de V. Exª à Presidência do Senado. Convido, portanto, os 81 Srs. Senadores a abraçar a causa de fortalecimento do Senado Federal votando no Senador Jefferson Péres. Meus cumprimentos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Já incorporo à minha plataforma a sua sugestão de providenciar aqui uma réplica do Estado da União, com o Presidente da República presente, no início dos trabalhos legislativos.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Jefferson Péres, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Jefferson Péres, jornais publicaram um espeta-

cular artigo do jornalista Elio Gaspari a respeito de V. Exª, cujo título é "Jefferson Péres é perigoso. É um homem decente". Diria que, mais do que isso, a história de vida de V. Exª e a sua atuação parlamentar, quer seja na Câmara de Vereadores de Manaus, quer seja muito especialmente aqui no Senado, tem demonstrado que V. Exª é um homem competente. Em sendo assim, nesse pronunciamento em que V. Exª manifesta a decisão, apoiada pelo Bloco de Oposição, de concorrer à Presidência do Senado, portanto do Congresso Nacional, passando à margem do discurso maniqueísta do bem e do mal, não por estar acima do bem e do mal certamente, mas sobretudo por entender que a missão de que pode o destino estar fazendo com que V. Exª alcance este cargo de extremo prestígio na Federação brasileira, demonstra segurança e, sobretudo, serenidade. O Congresso Nacional, presidido por V. Exª, certamente navegará, diante de todas as tempestades que poderão advir dentro do processo democrático do dia-a-dia e dos embates políticos. V. Exª nos conduzirá a todos como bom timoneiro, até porque, sendo originário da Amazônia, mais do que ninguém conhece os princípios da navegação, ofício tão peculiar daquela região. V. Exª transmite a segurança, a tranqüilidade e a serenidade para conduzir bem o Congresso Nacional. Por isso eu diria que, passando à margem desse discurso maniqueísta, V. Exª demonstra que, ao ocupar este papel relevante de candidato ao cargo de Presidente do Senado Federal, está imbuído do propósito de cuidar dos assuntos de interesse público, dos assuntos que dizem respeito aos interesses do povo brasileiro, da imagem do Congresso Nacional, da ética na política e, por isso, Senador Jefferson Péres, sem dúvida nenhuma, V. Exª está perfeitamente qualificado. A candidatura de V. Exª não pode ser vista apenas como uma candidatura de Oposição; tem que ser observada como uma candidatura suprapartidária. V. Exª, sem dúvida nenhuma, pelas suas qualidades, saberá, se eleito, sobrepor-se às questões menores, passar ao lado dos embates que não interessam à Nação brasileira e, independente de ser oposição ao Governo, saberá conduzir o Congresso Nacional dentro da expectativa do povo brasileiro de que o Congresso possa refletir os anseios do povo brasileiro, apoiar os projetos de interesse da coletividade, sejam eles advindos do Governo, de qualquer Parlamentar ou de qualquer iniciativa popular, mas, sobretudo, zelando pela boa imagem do Congresso Nacional e desenvolvendo um trabalho extremamente democrático, fazendo justiça àquilo que a sociedade espera de todos nós, sobretudo do Congresso Nacional. Assim, parabenizo-o pela sua decisão. Embora V. Exª tenha sido indicado candidato com o apoio do Bloco de oposição, pertence-lhe, sobretudo, uma grande parcela dessa decisão pela sua determinação e pela compreensão de que V. Exª está diante de uma missão. V. Exª se colocou à disposição porque entendeu que deveria alguém da qualidade, da envergadura política e da maturidade de V. Exª, que o Congresso Nacional precisava, nessa disputa, ter uma representatividade dessa qualidade. Também não vou entrar nessa polêmica sobre as candidaturas porque estamos diante de um processo democrático e acredito que todos têm o direito de pleitear esse cargo de Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados. Não pretendo, portanto, entrar nesse embate de disputas partidárias, de disputas de Lideranças nem da Base do Governo. Se eleito, tenho a plena confiança de que V. Exª conduzirá com extrema honradez e competência invejável o Congresso Nacional e o Senado da República. Parabéns, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Sebastião Rocha.

O artigo de domingo do jornalista Elio Gaspari, mencionado por V. Exª, comoveu-me. O valor de um elogio depende de quem o faz. Não conheço o jornalista, ele não é meu amigo, é um homem avaro em elogios e me telefonou pedindo algumas informações sobre mim. Depois, surpreendeu-me com aquele artigo. Senador Sebastião Rocha, não quero posar de paladino da moralidade. Ética se tem e se pratica e não se alardeia. Ao desfraldar a bandeira da ética, já se está tentando tirar proveito disso, já não se está sendo ético, como eu disse outro dia na reunião do Bloco. De qualquer modo, o artigo do jornalista me tocou muito.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Exª.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Jefferson Péres, a gigantesca maioria dos Parlamentares do PSB, do PV, do PPS, do PDT, Partido de V. Exª, e do PT decidimos coletivamente por não fazer aparte a V. Exª. Assim decidimos porque V. Exª, embora seja uma indicação do Bloco da Oposição, está acima da disputa "ideologizada", programática, da disputa muitas vezes feroz que se estabeleceu nesta Casa no debate de idéias entre o Governo e a Oposição. E todos os Parlamentares do Bloco da Oposição não levantaram seus microfones para fazer um aparte a V. Exª. porque maior do que o nosso aparte é o si-

lêncio que esta Casa, coletivamente, fez para ouvi-lo. É justamente no silêncio que nos encontramos, com as nossas histórias, com a nossa consciência. Portanto, a mais bela resposta que esta Casa dá a V. Exª. como sinal de respeito é, sem dúvida alguma, o silêncio que foi feito. E mais do que o silêncio, todos os parlamentares do Bloco da Oposição parabenizaram V. Exª. pela coragem, pela determinação de assumir uma candidatura extremamente difícil, uma candidatura que não estava respaldada pelas grandes personalidades de uma disputa desqualificada e "despolitizada" no seio da base de Governo. V. Exª. assumiu não para fazer uma disputa "ideologizada", não para fazer uma disputa dos partidos da Oposição contra a base governista, mas para fazer o reencontro do Senado com a história que o povo brasileiro espera. Assim, parabenizo V. Exª., não somente em meu nome, mas em nome de todos os parlamentares da Oposição e, tenho absoluta certeza, em nome de muitos parlamentares que, talvez, não levantem o microfone, mas que, silenciosos com sua própria consciência, respeitam V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Vindo de V. Exª., esse aparte me agrada muito, porque costumo dizer que V. Exª. é um dos poucos que ainda costumam ser tomados por aquela santa ira contra as coisas erradas e as mazelas deste País.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex.ª um aparte, eminente Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Ouço-o com muita satisfação, eminente Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Jefferson Péres, eu também não ia aparteá-lo. Contudo, ocorreu-me fazer um registro ao ver entrar no plenário o Deputado Arthur Virgílio, seu conterrâneo e Líder do Governo no Congresso Nacional, e me lembrei de uma entrevista sua publicada na **Folha de S.Paulo**, na edição de ontem, que traz um cartaz feito por Henfil, que S. Exª guarda até hoje em seu gabinete. Indubitavelmente, se Henfil fosse vivo e, diante da atual conjuntura nacional, com o esgarçamento da ética, possivelmente faria publicar, em um dos jornais, um daqueles cartazes com a força de dez editoriais, com o bode orelana nas costas do Zeferino e a graúna nas costas do bode orelana, olhando para o horizonte e perguntando: "Você está vendo alguma esperança para o Senado em 2001?". "Estou", responderia a graúna. É o Senador Jefferson Péres. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Muito obrigado mesmo, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex.ª um aparte, eminente Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Concedo o aparte a V. Ex.ª, com muita alegria, ilustre Senador Roberto Requião, para encerrar de forma vulcânica.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Os vulcões, de tempos em tempos, são sujeitos a erupções. O Senado precisa de uma erupção vulcânica para discutir esse processo que elegerá o nosso Presidente. Essa passividade e tranqüilidade dos cemitérios não é própria a vésperas e a antevésperas de uma decisão desta importância. Quero cumprimentá-lo, Senador, por ter posto a sua candidatura e cumprimentar o Bloco por tê-lo lançado. Está estabelecido o contraditório, a paz dos cemitérios foi quebrada. Cumprimento V. Exª porque tem as credenciais necessárias para esta disputa e quero colocar ao conjunto dos Senadores uma proposta para operacionalizar esta discussão, que não seja a discussão dos corredores, que não seja a discussão dos favores da distribuição das comissões, que seja uma discussão clara feita no Plenário. Eu proponho que V. Exª, indicado pelo Bloco, e o Senador Jader Barbalho, indicado pelo PMDB, se submetam a uma sabatina, como aqui fazemos aos Ministros dos Tribunais Superiores ou aos embaixadores indicados pelo Presidente da República. Uma sabatina no Plenário, trinta minutos para cada pretendente expor a sua plataforma, porque afinal eu tenho o desejo enorme de saber o que propõem os candidatos à Presidência do Senado, o do PMDB e V. Exª. A regra seria a regra regimental a que se submetem os ministros e os embaixadores. Se mais um candidato oficializar a sua candidatura teremos mais um personagem neste processo. Vinte minutos para cada um e a palavra dada aos Senadores conforme as regras regimentais. Senador Jefferson Péres, o PMDB lançou um candidato. Sou peemedebista, mas tenho um critério muito claro de decisão política. Em primeiro lugar, a minha consciência; em segundo lugar, o meu País; e, em terceiro lugar, o Partido. Tenho grande interesse em assistir à discussão das propostas dos candidatos à Presidência do Senado. Que não seja mais uma negociação de cargos e de indicações de Secretarias, mas que o Plenário participe e que os candidatos se posicionem com a mais absoluta trans-

parência diante dos Senadores, apresentando seus programas de administração do Senado Federal nos próximos dois anos. Não sei como operacionalizo essa proposta – talvez em termos de um projeto de resolução –, mas, de qualquer forma, a apresento para a Mesa, para as Lideranças Partidárias e para o conjunto dos Senadores, neste momento. Parabéns por ter aberto o contraditório, no processo de escolha do nosso próximo Presidente, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Grato, Senador Roberto Requião. De minha parte, está aceita a sugestão. Em dia e hora designados, estarei aqui para expor o que eu pretendo fazer na Presidência do Senado.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Tem V. Exª a palavra.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Jefferson Péres, desejo também me congratular com V. Exª. O seu discurso foi absolutamente perfeito, extremamente realista na análise do quadro que ora se avizinha. Lamento profundamente que o Presidente da República não faça realmente o que diz fazer. Sua Excelência diz, e manifesta publicamente, que está fora do processo da decisão dessa questão no Congresso Nacional, mas, na verdade, não está. O discurso de V. Exª, Senador Jefferson Péres, é como o que fazemos em muitos momentos nesta Casa: extremamente bem-intencionado, defendendo o interesse do povo brasileiro mas, quando em votação no Congresso Nacional, somos sempre, na sua grande maioria, derrotados. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem um poder enorme no Congresso Nacional, faz aqui o jogo de troca de cargos, dos favores que oferece e assim por diante. V. Exª tem dito – e é uma realidade – que para ganhar essa eleição deveria ter efetivamente o apoio do PFL; isso tornaria possível a sua vitória. Creio que há muitos Senadores do PFL que desejam ou admitem a possibilidade desse apoio a V. Exª. Mas é justamente aí, Senador Jefferson Péres, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso entra na disputa e diz que se votar no Senador Jefferson Péres está votando contra o Governo. Então, o que deseja o Presidente da República? Por que um homem como V. Exª não serve aos interesses na Nação? Por que um homem como V. Exª, com os propósitos que tem, com a moderação que tem e que todos conhecemos, tendo sido eleito inclusive pelo Partido do Presidente, não merece o apoio presidencial? Seria melhor que Sua Excelência ficasse de fora. Entretanto, o Presidente da República mente à Nação brasileira, pois está dentro do processo e, lamentavelmente, contra V. Exª. Infelizmente, o Presidente manda em muitos Senadores desta Casa, o que torna a disputa desigual e difícil. Deixo registrada aqui essa verdade. O Presidente deveria assumir publicamente a sua posição, porque foi justamente quem determinou ao PFL: "Não aceitarei a indicação, senão o PFL estará fora do meu Governo". Essa era a possibilidade que tínhamos da vitória de V. Exª nesta Casa. Faço este registro parabenizando V. Exª pela coragem e pela disposição. Espero realmente que o Presidente da República se comporte à altura, falando pelo menos a verdade e assumindo os seus atos e as suas responsabilidades.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Senador Ademir Andrade, prefiro continuar acreditando na promessa pública do Presidente da República de não interferir nesta Casa. Prefiro continuar sendo ingênuo, porque, além de ser institucionalmente impróprio a ingerência de um Poder em outro, creio até que me xeria com os brios dos Senadores do PFL. Tenho certeza que S. Exªs possuem brios como todos nós e não acredito que aceitassem esse **diktat** presidencial em forma de ameaça. Prefiro continuar crendo que o Presidente ficará distante.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Senador Jefferson Péres, antes de dar início ao aparte, peço desculpas à Senadora Heloisa Helena, porque nós, que formamos o Bloco de Oposição, assumimos o compromisso de não o apartear. Mas senti-me realmente desejoso de fazê-lo, porque tenho por V. Exª um profundo respeito. Chegamos a esta Casa juntos, em 1995, e fomos eleitos pelo mesmo Partido, o PSDB. Desde então, mantivemos sempre um relacionamento muito próximo. Todas as vezes, procurava ouvir a opinião de V. Exª. Fomos os dois únicos Senadores que, eleitos pelo PSDB, deixamos a Legenda mantendo sempre um alto nível de entendimento com os Colegas Senadores do PSDB. A nossa saída do Partido não deixou seqüelas. Lembro-me bem de que, numa das reuniões do Partido, comandada pelo Líder, Sérgio Machado, V. Exª já demonstrava o desconforto de pertencer àquela Legenda, porque sempre se posicionava com independência nesta Casa. Na hora da votação, o Senador Jefferson Péres sempre se manifestava de acordo com a sua consciência.

Num dia, os jornais noticiaram: "O Presidente Fernando Henrique ficava bastante incomodado com a posição de independência do Senador Jefferson Péres". E V. Exª um dia falou: "Entre a minha consciência e fazer com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fique satisfeito com a minha postura, vou preferir sair do PSDB e continuar em paz com minha consciência, podendo olhar, com a maior dignidade, para os meus eleitores lá do Amazonas". V. Exª, quando falou hoje, no seu discurso, referiu-se à sua maneira discreta. Essa maneira discreta é que toca com profundidade a todos nós. Porque, em todos os momentos importantes desta Casa, momentos duros, o Senador Jefferson Péres sempre era designado para compor a linha de frente para enfrentar situações de muitas dificuldades e sempre se comportou com a maior dignidade. Então, Senadora Heloisa Helena, eu não poderia deixar de dar este aparte, porque sei quem é o Senador Jefferson Péres. Convivemos com S. Ex.ª na Bancada do PSDB e aqui, no Senado Federal, cada dia, S. Ex.ª é uma aula de vida para todos nós. Então, o que importa agora não é saber o resultado da eleição da Presidência do Senado Federal. O que importa é que temos um Senador da dimensão do Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Grato mesmo, Senador Carlos Wilson. Desde que nos encontramos, pela primeira vez, houve uma identidade muito grande entre nós. Nossos laços não são apenas respeitosos, são mais do que isso, são afetivos. Nossa identidade é tão grande que nem me lembro de ter havido discrepância nas nossas posições dentro da Bancada do PSDB. Pode estar certo de que V. Ex.ª é um dos bons amigos que tenho nesta Casa.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – V. Exª tem a palavra, para encerrar.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senador Jefferson Péres, indiscutivelmente estamos vivendo um momento muito delicado aqui no Senado Federal e, por que não dizer, no Parlamento brasileiro. Estamos vivendo um momento de turbulência política nesta Casa. Em um momento como este pode haver dois tipos de resultantes: avanço ou retrocesso. A disposição de V. Ex.ª, lastreada no apoio que o Bloco ofereceu a seu nome, a sua coragem para ganhar ou perder são muito importantes na construção de uma boa política. Isso nada tem a ver com ingenuidade e, sim, com politização. Para mim, que sou Senador no início de mandato, é muito triste ver um movimento político pobre dentro das Casas Legislativas. É muito triste ver o jogo do rolo compressor onde as idéias são deixadas de lado e os questionamentos não são sequer ouvidos por vezes. Parece-me que V. Ex.ª está cumprindo o papel de transformar essa turbulência política em turbulência de construção democrática. Quero parabenizá-lo pela coragem e determinação demonstradas em seu pronunciamento. Eu, que estou a seu lado nessa caminhada, surpreendi-me mais uma vez com V. Ex.ª. E creio que o Plenário também. Este Plenário, que dificilmente pára para ouvir um colega, hoje fez silêncio para ouvi-lo. A Senadora Heloisa Helena fez questão de registrar isso. Isso é um sinal claro. Não sabemos se vamos conseguir construir convergências políticas. Mas o silêncio mostra que muita gente não está em paz com a sua consciência nesse processo. Acho que há tempo. V. Exª deu um bom passo ao apresentar suas idéias, que são nossas também, com tranqüilidade. Vamos tentar, até quarta-feira, transformar essas idéias numa ação política de Mesa. Parabéns! Em meu nome, em nome do Bloco de Oposição, em nome do Senador Roberto Freire, que não está aqui, mas está presente nas minhas palavras, quero me congratular com V. Exª. Tenho certeza de que a Nação, que está nos acompanhando neste momento, tenho certeza de que os telespectadores da TV Senado – até porque esse processo transbordou; transbordou as paredes do Senado da República – estão satisfeitos de ver um homem apresentando suas idéias e propostas tentando contribuir para construir um novo caminho para o Parlamento brasileiro. Parabéns, Senador Jefferson Péres. Fico satisfeito e orgulhoso do candidato que colocamos neste processo. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Grato, Senador Paulo Hartung.

Outro dia eu perguntava a um colega desta Casa como o PSDB deu –se ao luxo de perder um Parlamentar do quilate de V. Exª.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Jefferson Péres, realmente eu não tinha a intenção de aparteá-lo. Não tinha antes do seu discurso e, muito menos, após o seu discurso. Sua densidade, sua seriedade, a concisão e clareza com que colocou as questões dispensaria qualquer aparte. Fala muito mais do que qualquer acréscimo que qualquer um de nós pudesse dar. Entretanto, não resisto ao impulso

de ressaltar uma observação que V. Exª fez no seu discurso que me parece o aspecto decisivo dessa escolha que vamos ter que fazer. A escolha no Senado não se está processando num período normal da vida política do País, mas num período muito especial, onde a consciência do Brasil, que espera ainda, talvez inocentemente, uma transformação revolucionária na vida política do País, olha para esta Casa com uma expectativa ansiosa. Espero que a Casa dê uma resposta a essa expectativa dentro, precisamente, das linhas a que V. Exª se referiu. Entretanto, o especial que se deve considerar é exatamente o momento muito particular de descrença nas instituições do País em que vamos tomar essa decisão. Espero que os nossos nobres Colegas, especialmente os nobres Colegas do PMDB, levem isso em consideração. Repito: especialmente os nobres Colegas do PMDB devem levar isto em consideração, sem fazer qualquer outro julgamento de natureza pessoal: o momento político que vivemos, a natureza política desta Casa, a sua importância na vida política do País. Quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino, V. Exª que desde que chegou a esta Casa me impressionou pela sua seriedade, pela sua fidelidade, pelas idéias que sempre teve e que jamais renegou, embora sabendo atualizá-las. V. Exª é uma das referências desta Casa. Muito grato por sua intervenção.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Senador Bernardo Cabral, não posso ceder-lhe o aparte, porque o Senador Pedro Simon levanta a mão e me pede um aparte. V. Exª encerrará os apartes. Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Jefferson Péres, considero correta a decisão de V. Exª: quem deve encerrar os apartes é o Senador Bernardo Cabral, porque representa, pela sua capacidade, pela sua amizade, a síntese de todos nós. V. Exª disse, e muito bem, que esta candidatura à Presidência do Senado e da Câmara ocorre numa época que não é normal, de uma forma que não é normal, num período que não é normal. A rigor, as eleições de Câmara e Senado – assim como a dos meus tempos de Assembléia Legislativa – sempre foram assim. Sempre houve um certo tumulto, uma certa discussão, um certo debate, uma certa surpresa de última hora. Vou relatar um fato ocorrido no Rio Grande do Sul. O PTB tinha maioria e era garantido que já estava eleito o Presidente. O Presidente veio de roupa nova e com um discurso escrito, e muito bem, a dez mãos. Aí mudou um voto. O Braga Gastal, do Partido Libertador, todo mal vestido, porque era um homem de rádio, passou e disse: "Pelo menos me empresta o discurso para eu ler; tu estás com o discurso pronto." Essas coisas acontecem, mas este ano foi diferente. O espetáculo que estamos vendo não soma para ninguém: não soma para o Congresso, nem para o Senado, nem para a Câmara, nem para qualquer Parlamentar individualmente, não soma para ninguém. E no meio desse tumulto que há algum tempo estamos vivendo, de repente vem o discurso de V. Exª, que soma para todos. V. Exª se dignifica, dignifica a Casa, dignifica o debate, e queira Deus que, a partir desse pronunciamento, nós passemos a viver uma nova realidade. O opositor de V. Exª deverá vir à tribuna – e espero que use o linguajar de V. Exª – defender suas idéias, seu pensamento, seja o que for. O seu estilo é de uma elegância impressionante, é poético, é profundo, e as palavras são medidas. Eu fiquei profundamente impressionado. Há muito tempo Rui Barbosa não tinha um sucessor no tamanho e no conteúdo das palavras como tem hoje na pessoa de V. Exª da tribuna. V. Exª foi de uma felicidade extrema. Eu tenho o maior carinho por V. Exª, pelas suas idéias, pelo seu pensamento, pela sua independência. V. Exª era do PSDB. Saiu. Nem por isso V. Exª, quando vai à tribuna, é daqueles que faz uma oposição sistemática ou oferece um apoio nesse sentido. V. Exª tem independência total e absoluta, vota de acordo com a sua consciência. Muitas vezes, eu que tenho muita identidade com V. Exª, o procurei para dizer: Mas como V. Exª vai votar essa matéria? E V. Exª disse: – Eu penso assim. Portanto, acho que hoje esta Casa viveu um grande dia. E que ira Deus que a partir de hoje esta Casa e a outra sigam este exemplo. Veja como V. Exª falou o que esta Casa deseja pelo silêncio com que foi ouvido, os apartes que foram dados a V. Exª, independente dos que vão votar em V. Exª. E V. Exª disse bem, independente de outros que, por várias razões, não poderão votar em V. Exª, mas que gostariam de fazê-lo. V. Exª conquistou a unanimidade, no carinho, no respeito, na seriedade. Esta Casa vive hoje um grande dia com o pronunciamento de V. Exª. Que este dia sirva para retornarmos ao rumo tradicional, esquecendo os últimos dias, que, cá entre nós, foram trágicos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Grato, Senador Pedro Simon, mas realmente me comparar a Rui Barbosa é uma hipérbole – atribuo à

sua retórica. Mas, se eu for eleito Presidente do Senado e instituir o Estado da União, sugerida pelo Senador Eduardo Suplicy, quem sabe em 2003 V. Exª não esteja aqui fazendo a leitura da sua mensagem para a Nação brasileira?

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Exª e depois, definitivamente, ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Veja V. Exª, Senador Jefferson Péres, a dificuldade que V. Exª tem para terminar vosso pronunciamento. Eu não iria, Sr. Presidente e meus nobres Pares, fazer apenas mais um aparte se não houvesse, ao menos no meu entendimento, algo do qual senti falta. Converse i com alguns colegas sobre o que diz a imprensa diariamente a respeito do período que estamos vivendo. Trata-se de um momento importante, ocasião em que as Casas decidem os rumos, os nomes, a Presidência, a instituição, tudo dentro do período da convocação extraordinária. Li nos jornais que serão R$9,5 milhões jogados no ralo porque estamos cuidando, cada partido de sua forma, de interesses partidários, não dos desta instituição, muito menos dos interesses desta Nação. Se há algo que não desejo é estar melhor na opinião pública do que meus pares, Deputados e Senadores. No entanto, sinceramente, creio que não vamos chegar a produzir uma pauta, no período da convocação extraordinária, que satisfaça a Nação, a opinião pública e a imprensa. Nada que votarmos terá sido importante, até porque o óbvio irá acontecer. No momento em que os partidos concentram suas atenções em algo importante para a Nação, a Presidência do Senado e da Câmara dos Deputados, vêm os itens da convocação, a necessidade de regulamentarmos medidas provisórias. Certamente, não os votaremos nesse período, em um quadro de mudanças, como as que ocorreram na Câmara com meu próprio Partido. Sr. Presidente, fiquei imaginando que seria, no mínimo, ridicularizado, e não faria isso – como disse – para ficar bem diante da opinião pública, porque poderia haver uma proposta das duas Casas, para que não recebêssemos por essa convocação extraordinária, até para não estarmos premidos por essa necessidade de votarmos algo importante, o que não conseguiremos fazer. Não somos culpados pela convocação. É uma obrigação constitucional. Mas também não temos obrigação de receber por esse trabalho, quem sabe o próprio Fundo de Combate à Pobreza. Sr. Presidente, não sei, repito sinceramente aos meus colegas que essa situação me incomoda profundamente, diariamente ver o Senado e a Câmara, instituições importantes da nossa sociedade, cobradas porque vão desperdiçar, jogar no ralo R$9,5 milhões. Dentro disso tudo, nobre Senador Jefferson Péres, vi-me assistir o seu pronunciamento, e sabe bem V. Exª e os demais Pares desta Casa que o meu partido se reunirá para decidir os seus rumos, não posso me antecipar nem tampouco prever qual será a decisão, mas posso afirmar, Senador Jefferson Péres, não há resultado que possa desfavorecer a biografia de V. Exª. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senador Siqueira Campos. Concordo com V. Exª sobre a frustração que vai causar à sociedade essa convocação extraordinária, mas creio que o importante é adotarmos mudanças institucionais que no futuro tornem desnecessárias essas convocações.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Jefferson Péres, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Para encerrar, ouço meu velho amigo e conterrâneo Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Caro colega Jefferson Péres, quando a candidatura de V. Exª foi lançada, os jornalistas da minha terra me procuraram – e lá se vão uns quinze dias – e eu disse a eles que esperava, primeiro, que meu Partido definisse se apresentaria ou não candidato à Presidência do Senado; e o fiz por uma questão de lealdade partidária. Vejo que meu Partido não tem candidato, pelo menos até agora oficial, à presidência da Casa e, conseqüentemente, poderá indicar um candidato fora dos seus quadros. Ao dizer isso, respondia que pediria que meu Partido me liberasse para votar com meu Estado. Por quê? V. Exª nasceu no mesmo mês e ano do meu nascimento. Somos, portanto, diplomados na mesma faculdade. Tive apenas o desprazer de ter nascido oito dias após V. Exª, senão teria me antecipado. Fui a casa de V. Exª quando meu Partido lançava minha candidatura ao Senado e o convidei, por duas vezes, para formarmos a dupla para concorrer ao Senado. Àquela altura, V. Exª dizia que preferia candidatar-se a deputado federal mudando, depois, para alegria do Senado Federal. Senador Jefferson Péres, que ro dizer a V. Exª, que me conhece desde os bancos escolares, que nenhuma liderança se afirma pela omissão. Não me vou omitir. Vou pedir ao meu Partido que me libere e já dei conhecimento, ontem, ao seu Líder maior de que iria fazê-lo, porque não

posso votar contra alguém que, como eu, representa o meu Estado. E aqui devo ressaltar a figura do nosso companheiro Gilberto Mestrinho, para que não pense que, com a minha atitude, o deixo mal, no sentido de que S. Exª havia me dito, fechada a questão no seu Partido, tendo S. Exª um candidato, não poderia ser outro o seu caminho. Quero falar por mim, com a autorização que teria pedido à Liderança do meu Partido, se tivesse ocorrido a reunião às 12 horas, mas que haverá à noite, para que V. Exª saiba – e aqui não quero, com a omissão de alguns e o silêncio de outros, partilhar o que não me parece oportuno. O que me parece oportuno é que fique em paz com a minha consciência de que não nasci no Amazonas por acaso. O meu voto, portanto, será para V. Exª e para o Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. O seu gesto só o engrandece. V. Exª, no Amazonas, está em campo político oposto ao meu e, provavelmente, vai concorrer comigo, em 2002. Ao manifestar esse apoio a mim, publicamente, demonstra que não é movido por questões menores, só os medíocres fazem isso, não é o caso de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 2001, do Senador Paulo Hartung, lido em sessão anterior, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar informações sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Solicito a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª para encaminhar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a importância dos dois requerimentos. O Governo brasileiro tem adotado algumas medidas. O próprio Ministro da Agricultura foi ao exterior, tomou uma posição contundente em defesa dessa questão brasileira. Portanto, é muito importante que os dois Ministros possam vir a esta Casa prestar os esclarecimentos e relatar as providências tomadas pelo Governo brasileiro.

Portanto, o PSDB encaminha favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 7 DE 2OO1

Requeiro, nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Exmº Sr. Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes, a comparecer a esta Casa, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional.

Justificativa

Os acontecimentos dos últimos dias demonstram a restrição adotada pelos países da América do Norte à importação de carnes brasileira, a pretexto da defesa sanitária dos rebanhos daqueles países. Não há nenhuma justificativa técnica que explique a medida adotada pelos três países visando impedir as nossas exportações.

Torna-se necessário, portanto, esclarecimento pelas autoridades brasileiras, sobre os procedimentos a serem adotados pelo Brasil sobre o caso em questão.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2001. – **Osmar Dias,** Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido, convocando o Ministro Pratini de Moraes para prestar informações sobre o problema da carne bovina.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido

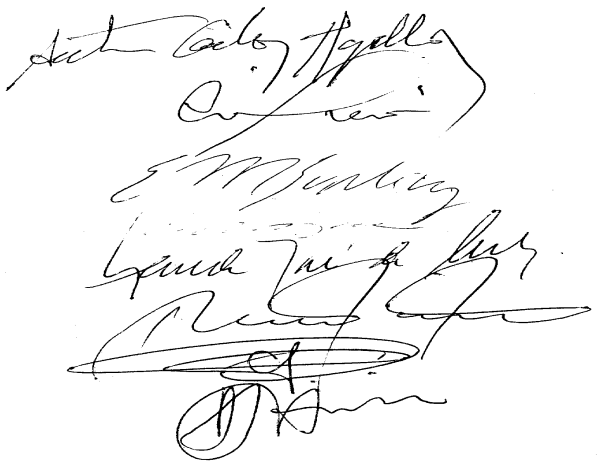
pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2001.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento de urgência sobre a Mensagem do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública.

A matéria está distribuída em avulsos.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, Projeto de Resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2001

Dispõe sobre a tramitação de requerimento de informação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Subseção II (Dos Requerimentos de Informações) da Seção III (Dos Requerimentos) do Capítulo I (Das Espécies) do Título VIII (Das Proposições) do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção I
dos Requerimentos de Informações
(Const., art. 50, § 2º)
Disposições Gerais (NR)

Art. 216. O Senador ou Comissão poderão apresentar requerimento de informação, dirigido a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora. (NR)

§ 1º O requerimento de informação deverá ser dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão. (AC)

§ 2º As informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se pretende esclarecer. (AC)

Art. 216-A. O requerimento de informação não poderá conter: (AC)

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido; (AC)

II – pedidos referentes a mais de um Ministério. (AC)

Art. 216-B. Lido na Hora do Expediente, o requerimento de informação será despachado à Mesa, para decisão, no prazo de quinze dias úteis. (AC)

§ 1º O requerimento será distribuído pelo Presidente a um relator, que, para apresentar o seu relatório, terá a metade do prazo da Mesa. (AC)

§ 2º Aprovado o requerimento pela Mesa, serão solicitadas à autoridade competente as informações requeridas, ficando

interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. (AC)

§ 3º O requerimento aprovado parcialmente será encaminhado à autoridade contendo apenas os quesitos deferidos. (AC)

§ 4º Se as informações requeridas estiverem disponíveis no Senado ou tiverem sido prestadas em resposta a pedido anterior, o requerimento de informação será considerado prejudicado. (AC)

§ 5º O requerimento de informação rejeitado será arquivado, feita a comunicação ao autor. (AC)

§ 6º Nos casos dos §§ 3º a 5º, será feita comunicação ao Plenário. (AC)

§ 7º O Presidente poderá, **ad referendum** da Mesa, deferir o requerimento de informação. (AC)

Art. 216-C. As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo. (AC)

Art. 216-D. Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição. (AC)

§ 1º A Mesa poderá, antes de declarar a ocorrência do fato a que se refere o **caput** deste artigo, decidir pela reiteração do pedido de informações, cujo atendimento, nesse caso, deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias. (AC)

§ 2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior. (AC)

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas. (AC)

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao requerimento de informação. (NR)

Art. 217-A. No caso de o requerimento abranger informação de caráter sigiloso, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Subseção II-A desta Seção."

Art. 2º. Acrescente-se, logo após a Subseção de que trata o artigo anterior, a seguinte Subseção:

"Subseção II-A
Dos Requerimentos de Informações Sigilosas referentes a Operações de Instituições Financeiras
(Lei Complementar nº 105, de 2001) (AC)

Art. 217-B. Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa. (AC)

§ 1º O requerimento, de iniciativa de Senador ou Comissão, deverá conter, na medida do possível, dados como nome do titular, número da conta, instituição financeira, agência, período da movimentação financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas. (AC)

§ 2º O requerimento poderá ser dirigido a: (AC)

I – Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República; (AC)

II – presidente de instituição financeira privada, ou a de entidade privada equiparada a instituição financeira, ou a seu preposto; (AC)

III – gerente de agência de instituição financeira privada. (AC)

§ 3º Quando as informações pretendidas devam ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou por instituição financeira integrante da Administração direta ou indireta da União, dos Estados e do Distrito Federal, o requerimento deverá ser dirigido ao Ministro de Estado a que estiver subordinada ou vinculada a entidade informante, na hipótese de instituição financeira da União, ou ao

Ministro de Estado responsável pela fiscalização da entidade, quando se tratar de instituição financeira estadual ou do Distrito Federal. (AC)

§ 4º Nos termos do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, são consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Subseção: (AC)

I – bancos de qualquer espécie; (AC)

II – distribuidoras de valores mobiliários; (AC)

III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários; (AC)

IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos; (AC)

V – sociedades de crédito imobiliário; (AC)

VI – administradoras de cartões de crédito; (AC)

VII – sociedades de arrendamento mercantil; (AC)

VIII – administradoras de mercado de balcão organizado; (AC)

IX – cooperativas de crédito; (AC)

X – associações de poupança e empréstimo; (AC)

XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros; (AC)

XII – entidades de liquidação e compensação; (AC)

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional. (AC)

§ 5º As empresas de fomento comercial ou **factoring**, para os efeitos desta Subseção, são equiparadas às instituições financeiras. (AC)

Art. 217-C. Lido na Hora do Expediente, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, no prazo máximo de duas reuniões ordinárias da Comissão. (AC)

Parágrafo único. O parecer da CCJ será lido na Hora do Expediente, publicado no Diário do Senado Federal e em avulsos. (AC)

Art. 217-D. O requerimento será incluído em Ordem do Dia para deliberação do Plenário do Senado Federal, respeitado o interstício de que trata o art. 280. (AC)

§ 1º Para a aprovação do requerimento em Plenário é necessária a maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos Senadores. (AC)

§ 2º Aprovado o requerimento, serão solicitadas as informações àautoridade ou à instituição financeira competente, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. (AC)

§ 3º Aplica-se ao requerimento de informação sigilosa referente a operações de instituições financeiras, no que couber, o disposto nos §§ 2º ao 6º do art. 216-B e nos arts. 216-C, 216-D e 217. (AC)

Art. 217-E. A correspondência do Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal encaminhando o pedido de informações deverá mencionar expressamente: (AC)

I – a data da sessão em que o requerimento foi aprovado; (AC)

II – a informação de que o requerimento foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal; (AC)

III – que as informações prestadas e os documentos enviados serão mantidos em sigilo; (AC)

IV – a informação de que o prazo máximo para a resposta será de trinta dias; e (AC)

V – a transcrição, na íntegra do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. (AC)

Parágrafo único. Juntamente com a correspondência do Senado, será encaminhada cópia integral ou avulso do requerimento de informação sigilosa. (AC)

Art. 217-F. Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, quando o destinatário for Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, proceder-se-á nos termos do disposto no art. 216-D. (AC)

§ 1º Quando o destinatário for uma das pessoas de que tratam os incisos II e III do § 2º, do art. 217-B, se as informações não houverem sido prestadas no prazo de trinta dias, o Senado encaminhará o caso

ao Ministério Público, para a adoção das providências cabíveis. (AC)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas. (AC)

Art. 217-G. Aos Senadores e às Comissões, no exame e utilização das informações e documentos sigilosos, aplicam-se as regras específicas sobre a matéria estabelecidas neste Regimento e em Resoluções conexas. (AC)

Art. 217-H. Além da observância das regras mencionadas no artigo anterior, o Senador, requerente ou não, para ter acesso e manusear as informações requisitadas nos termos desta Subseção, deverá assinar termo de responsabilidade, com o propósito de resguardar o indispensável sigilo. (AC)

§ 1º O termo a que se refere este artigo ficará nos autos e dele constará a advertência contida no art. 1º, inciso IV, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal. (AC)

§ 2º O Senador ou Comissão não requerente das informações sigilosas, para ter acesso a elas, deverá, mediante requerimento fundamentado, solicitar ao Presidente a transferência do sigilo, que, se a deferir, determinará a observância do procedimento previsto no **caput** deste artigo, **infine**. (AC)

§ 3º A Comissão não requerente das informações sigilosas, ao ter acesso a informações nos termos do parágrafo anterior, somente as poderá utilizar para a finalidade a que se destina, nos termos do Regimento ou do requerimento de sua criação. (AC)

Art. 217-I. O disposto nesta Subseção aplica-se aos documentos recebidos em caráter secreto, confidencial ou reservado. (AC)

Art. 217-J. O Arquivo do Senado Federal deverá reservar estante especial para a guarda dos documentos a que se refere esta Seção. (AC)"

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º É revogado o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 1, 30 de janeiro de 2001.

Justificação

Com este Projeto de Resolução, a Mesa do Senado Federal pretende envolver o conjunto dos Senadores na tarefa de disciplinar a tramitação dos requerimentos de informação, em especial do requerimento de informação sigilosa referente a operação de instituição financeira.

Como é do conhecimento da Casa, a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, estabeleceu regras específicas e peculiares para o requerimento de informação protegida pelo chamado "sigilo bancário".

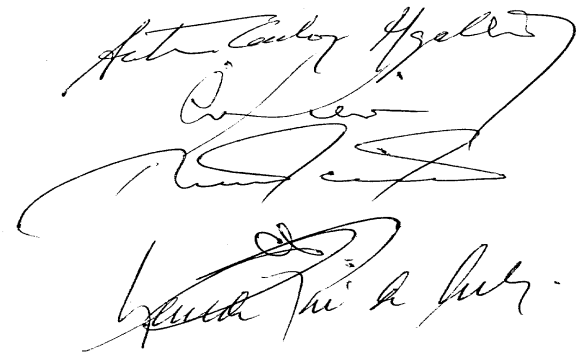
Para regulamentar a referida lei e permitir a sua imediata aplicação no âmbito do Senado Federal, a Mesa editou o Ato nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, além de regulamentar o requerimento de informação sigilosa referente a operação de instituição financeira, consolidou as normas até então existentes sobre os requerimentos de informação em geral (arts. 216 e 217 do Regimento Interno e os Atos da Comissão Diretora nºs 14, de 1990, e 22, de 1991). Em outros termos, ao editar o referido Ato, a Mesa não apenas disciplinou as matérias contempladas pela Lei Complementar nº 105, de 2001, mas também aproveitou a oportunidade para consolidar em um mesmo diploma legal, todas as regras existentes sobre requerimento de informação.

Como, evidentemente, trata-se de matéria da maior importância para o exercício das atribuições constitucionais do Senado, a Mesa entendeu que, após a edição do Ato – que ocorreu para dotar de eficácia imediata a referida Lei Complementar –, o mesmo deveria ser submetido à apreciação do conjunto da Casa.

Assim, o presente Projeto de Resolução nada mais é do que o Ato nº 1, de 30 de janeiro de 2001, com adequações redacionais e pequenos acréscimos decorrentes de pareceres vigentes sobre a matéria, e reflete o propósito de que a matéria seja deliberada por todos os Senadores e incorporada ao Regimento Interno.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2001.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto lido vai à publicação e terá sua tramitação iniciada a partir do dia 16.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que haverá sessão do Congresso Nacional às 18 horas e 30 minutos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para uma comunicação, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desta tribuna, ao longo do meu mandato, tenho defendido o Estado de Roraima, sua população, as liberdades democráticas e a condição de vida do nosso povo. Venho, mais uma vez, a esta tribuna registrar um fato lamentável. Estou hoje encaminhando correspondência ao Ministro da Justiça para que sejam tomadas providências urgentes para a segurança do meu Estado, visando à proteção do cidadão.

A opinião pública tomou conhecimento, por meio da imprensa, de que traficantes davam treinamento à Polícia Militar e à Secretaria de Segurança Pública. Os jornais de Roraima estamparam em suas primeiras páginas: "Traficantes davam treinamento para grupo de elite da Polícia Militar"; "Detento dava aula às Polícias Militares"; "Traficante treinava policias do grupo técnico de ataque"; "Imagens mostram preso treinando grupo de elite"; "Juiz confirma saída de preso sem autorização"; "Ministério Público apura responsabilidade no caso da liberação dos presos".

Estranhamente, Sr. Presidente – parece uma piada de mau gosto, mas não o é –, presos por crimes federais, até por tráfico de drogas, estavam treinando membros do Governo do Estado. Ou seja, os bandidos estão treinando a Polícia no Estado de Roraima. Tal fato merece, se não o estupor dessa situação, merece a reprimenda de toda a sociedade.

O Governo do Estado não se pronuncia. O Vice-Governador que está em exercício diz que não leu as matérias que saíram no jornal e, portanto, o Estado não pode se pronunciar.

Venho a esta tribuna registrar esse fato lamentável e dizer que estou encaminhando ofício ao Ministro da Justiça, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para que sejam tomadas providências no sentido de se dar segurança ao povo de Roraima, tendo em vista que, infelizmente, os bandidos estão treinando a Polícia e, portanto, não se pode ter, hoje, segurança nenhuma a respeito dessa questão.

É um fato lamentável, que merece explicações do setor público do Estado. O Ministério da Justiça precisa se pronunciar para não permitir essa lacuna que deixa intranqüila toda a sociedade de Roraima.

Se os bandidos estão saindo sob a proteção da Polícia, a quem será entregue, hoje, a segurança do Estado de Roraima? O Secretário de Segurança não se pronunciou, volto a dizer; o Governo do Estado também não se pronunciou; e existe hoje uma situação lamentável no nosso Estado, tendo em vista essa realidade e essas manchetes que ganharam a imprensa nacional.

Portanto, deixo aqui o meu repúdio e o firme propósito de defender a população do Estado e de pedir providências ao Ministério da Justiça, solicitando a transcrição dessas matérias que foram apostas na imprensa de Roraima para os Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:

... de 2001 POLÍTICA

Assembléia vai esperar por governad

APESAR DE CONSIDERAR GRAVE O FATO DE UM TRAFICANTE TREINAR POLICIAIS, A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA VAI AGUARDAR PROVIDÊNCIAS DO GOVERNADOR

O presidente da nova mesa diretora da Assembléia Legislativa, Berinho Bantim (PSL), disse ontem a tarde por telefone que não havia lido a matéria publicado ontem nos jornais. "Não li, mas se realmente ele for traficante, o comandante da PM tem que tomar providências imediatas. Considero grave e repudio que uma pessoa que não goza de bom costume treine um grupo de elite", disse.

Bantim disse que Assembléia só vai tomar providências caso o governador e nem a corporação se manifeste. "Tenho certeza que não vai ser preciso a Assembléia intervir porque conheço a pessoa do coronel Wilson e sei que não é do perfil dele aceitar esse tipo de comportamento", afirmou.

O deputado disse ainda que o vice-governador não deverá apoiar essa irregularidade. "Ele não vai apoiar em hipótese alguma uma pessoa com maus antecedentes treinar um grupo de repressão", complementou.

VICE-GOVERNADOR - O vice-governador Flamarion Portela disse ontem a tarde por telefone que não tinha lido a matéria publicada na *Folha*, por isso não iria se pronunciar a respeito. "Vi a manchete, mas não li a matéria", disse.

Indagado sobre qual a posição do governo e que providências deveriam ser tomadas, ele respondeu que não estava preparado para dar entrevistas. "Não discuti isso com o coronel (Wilson). Não tive tempo para discutir este tema e não estou dominando a matéria para dar entrevista", justificou.

Foto: Arquivo/Folha

Berinho Bantim acredita que governador e comandante da PM vão agir com r

FOLHA DE BOA VISTA

POLÍTICA

MPE apura responsabilidade no caso da liberação de preso

UM PROCEDIMENTO FOI ABERTO ONTEM COM A FINALIDADE DE SABER QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA LIBERAÇÃO DE TRAFICANTE QUE DAVA AULA PARA O GATE

MARILENA FREITAS
Da Editoria de Política

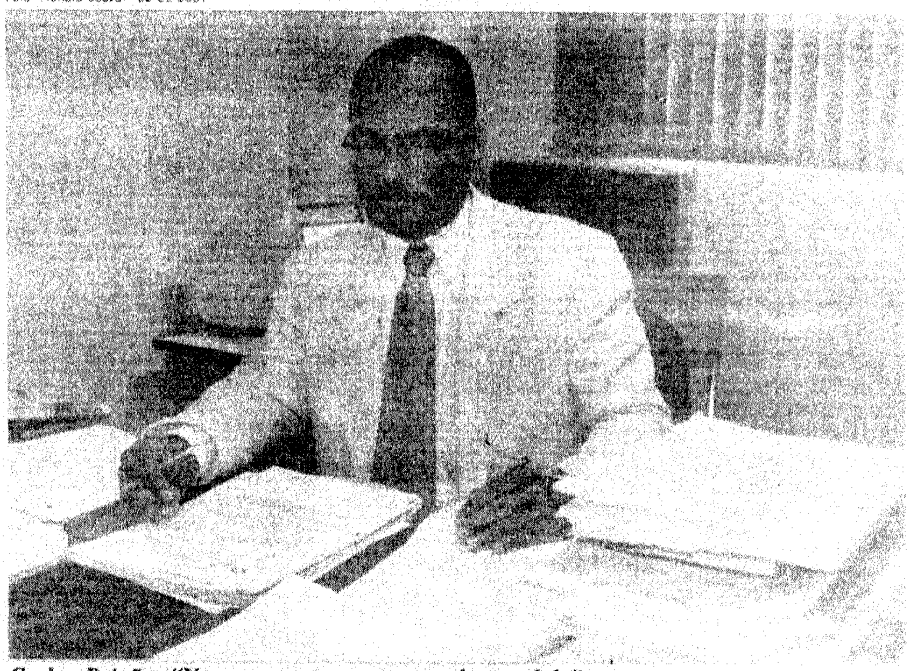
O Ministério Público Estadual (MPE) abriu ontem procedimento para apurar de quem é a responsabilidade da liberação indevida do condenado por tráfico de drogas, Paulo Roberto Pinto, que dava aula de pára-quedismo para policiais de elite da Polícia Militar.

Será apurado também o fato do traficante estar cumprindo pena na Cadeia Pública de Boa Vista - para onde devem ser encaminhados apenas os que ainda não foram condenados -, ao invés da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, conforme determina a lei.

A decisão foi tomada na reunião do corpo de controle externo dos promotores ontem pela manhã. Segundo informou o promotor da 1ª Vara Criminal, Carlos Paixão, participaram da reunião cinco promotores. Ontem mesmo o preso foi notificado para prestar depoimento.

O caso foi descoberto através de denuncia anônima. Foram enviadas para o MPE cópias de uma fita de vídeo que mostram detalhes da saída de Paulo Pinto, e ainda vários ângulos do momento em que ele dá instrução de pára-quedismo aos policiais do Grupo de Elite da Polícia Militar (GATE).

Foto: Nonato Souza - 02-02-2001



Carlos Paixão: "Vamos apurar para ver se houve dolo"

"Eu e o promotor Montanari fomos ao local e constatamos que o rapaz estava fazendo este tipo de serviço, dando treinamento. Vamos apurar para ver se há alguma irregularidade, se há excesso na execução penal", disse Paixão. "Vamos apurar para ver se houve dolo".

O promotor disse que constatou a ausência de Paulo Pinto na hora em que visitou o presídio para verificar a denúncia. "Conversei com ele (o condenado) e este me disse que efetivamente estava na Cadeia Pública. Outras pessoas dizem que ele estava fazendo este tipo de serviço (o treinamento)", contou.

Conforme explicou Carlos Paixão, está comprovado que houve um desvio no cumprimento da execução. "Agora vamos estudar melhor o caso para ver se efetivamente se incidiram em alguma falta ou não. Depois de apurar, vamos analisar para ver se há alguma tipificação penal", informou.

PUNIÇÃO - Segundo o promotor, a responsabilidade desse desvio da execução não é do condenado, mas de outras pessoas que permitiram que tal fato ocorresse. "Em princípio, não vejo nenhuma falta do condenado. Se alguém tiver que responder alguma coisa, são aquelas pessoas que praticaram, as que permitiram que praticassem e aquelas que podendo fazê-lo não evitaram que praticassem", ressaltou.

Paixão disse também que a responsabilidade em princípio não seria da corporação, mas recairia sobre o responsável pelo sistema e seus subordinados. "O responsável pelo sistema desde do SVI (Sistema de Vigilância Interna) até a administração devem ter conhecimento disso e devem responder por isso", reforçou.

Indagado sobre os possíveis danos que essa atitude poderá trazer à Polícia Militar ou se a Corporação responderá criminalmente pela saída do preso e o treinamento dado ao GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), o promotor voltou a frisar que a responsabilidade é individual.

PM não se pronuncia

A Polícia Militar não se pronunciou oficialmente pela [illegible] feita ao Ministério Público Estadual e confirmada ontem pelo professor Carlos Paixão. Imagens e fotografias confirmando a saída do preso e o [illegible] dos policiais foram divulgadas ontem para a imprensa.

A *Folha* tentou durante [illegible] ontem ouvir a Polícia Militar. Pela manhã, informaram por telefone que o coronel Wilson da Silva estava viajando e que o coronel Santos, que está respondendo interinamente pela Corporação, estava em reunião.

A atendente informou ainda o número do coronel [illegible] duas ligações [illegible] pela reportagem não foram [illegible]. Na tarde de [illegible] 11, o policial que atendeu a reportagem no Comando Geral informou que o coronel Santos estava [illegible] com o Estado-Maior.

O policial voltou a informar que o comandante estava viajando e que a entrevista poderia ser dada na próxima segunda-feira.

Juiz confirma saída de preso sem autorização

O juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Gursen De Miranda, disse que antes de entrar de férias não foi feito nenhum pedido para liberação do preso. "Por estar de férias desconheço o que está acontecendo, mas adianto que nenhum preso pode sair sem autorização do juiz de execução penal. Se isso ocorreu, estamos diante de uma flagrante irregularidade", afirmou.

O juiz disse que classificou como "absurdo" um grupo de elite da Polícia Militar ser treinado por um traficante. "É uma situação que a gente fica um pouco estarrecido se for verdadeira", complementou o juiz, ao adiantar que só era possível o preso ser liberado caso fosse feito um procedimento específico e se houvesse necessidade.

Esse procedimento, conforme explicou, dura em média 30 dias porque é preciso ouvir, além do Ministério Público, outros departamentos. No entendimento do juiz, existe uma responsabilidade funcional por parte de quem permitiu a saída do preso e a autorização para o treinamento.

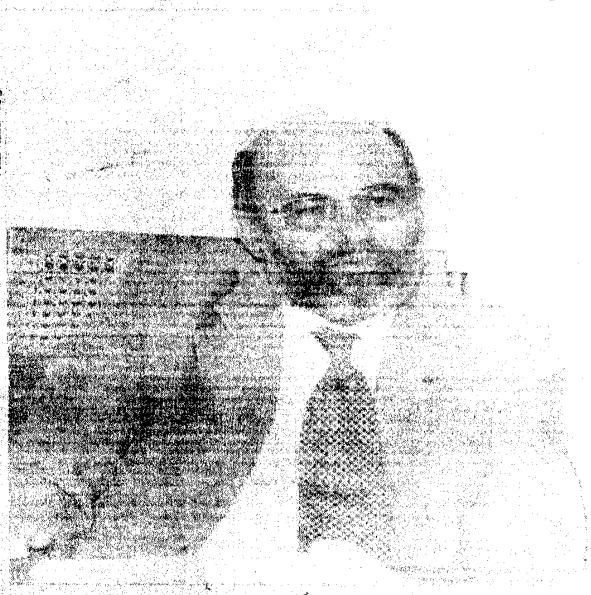


Foto: Nelson Borges - 02-10-2000

Gursen De Miranda: "É uma situação que deixa estarrecido, se for verdade"

A ***Folha*** ouviu um analista jurídico para saber quem, além das pessoas que trabalham na Cadeia Pública, poderia responder pela irregularidade. Segundo informou, o comandante da PM, José Wilson da Silva, poderá responder pela Corporação, uma vez que o treinamento não era apenas para um soldado, mas para um grupo de elite.

Traficante treinava policiais do GATE

[illegible] DE DENÚNCIA [illegible], O PROMOTOR CARLOS PAIXÃO CONFIRMOU QUE O TRAFICANTE PAULO PINTO DAVA AULA DE PÁRAQUEDISMO A POLICIAS DE ELITE

[illegible] CORREIA
[illegible] de Polícia

O promotor Carlos Paixão [illegible] pela manhã até a Cadeia Pública e confirmou a denúncia anônima feita ao Ministério Público de que o detento Paulo Roberto Pinto da Silva estava saindo de forma ilegal da prisão para dar [illegible] de pára-quedismo aos policiais do Grupo de Elite de Polícia Militar (GATE).

[illegible] foi preso por [illegible] no Maranhão [illegible] CPI do Narcotrafico [illegible]

Policias de elite recebiam aula de traficante no pátio do Batalhão de Polícia

Cadeia Pública de Boa Vista no ano passado a pedido de sua família, que reside em Roraima.

O promotor verificou que a denúncia era verdadeira e que realmente o detento saía da prisão diversas vezes, com uma escolta policial mas sem a autorização do juiz de execuções penais, Gursen de Miranda.

"É verdade. Verificamos que realmente o preso saía da cadeia de forma irregular para dar aula aos policiais. Agora vamos reunir com os promotores do controle externo, para ver o que pode ser feito neste caso", declarou Carlos Paixão.

O diretor da Cadeia Pública, capitão José Alencar, confirmou a denúncia e disse que o preso não estava recebendo nenhum tipo de benefício e que apenas auxiliava o trabalho da polícia.

O capitão explicou que o detento, além de traficante, é também instrutor de pára-quedismo e estava ensinando os policiais do Grupo de Elite, no Batalhão, que fica aos fundos da Cadeia Pública, no bairro São Vicente.

Ele contou que Paulo Pinto sempre saía escoltado e garantiu que [illegible]

Promotor Carlos Paixão: reunião hoje para definir que procedimento tomar

Boa Vista, Roraima, Sábado, 03 de fevereiro de 2001
BRASIL NORTE
POLÍCIA

Detento dava aulas à policiais militares

As instruções de curso de rapel aconteciam na caixa d'água da CAER, no bairro no São Vicente

As imagens de um cinegrafista amador mostra o condenado por tráfico de drogas, Paulo Roberto Pinto da Silva saindo sem escolta policial da Cadeia Pública de Boa Vista para dar aulas de pára-quedismo e rapel aos policiais militares. O caso está sendo apurado pelo Ministério Público Estadual.

Uma das imagens foi feita no dia 30 do mês passado mostra Paulo Pinto deixando a prisão livremente e entrando numa viatura do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar. Não havia escolta. Os policiais também demonstravam muita cordialidade e intimidade com o detento.

As aulas de rapel aconteciam na caixa d'água da Companhia da Águas e Esgotos de Roraima, no bairro São Vicente, diferente das declarações do diretor da Cadeia Pública, capitão Alencar, anteontem, à imprensa, quando disse que o detento era conduzido ao Comando da Polícia Militar.

Paulo Pinto é pára-quedista profissional e foi preso por tráfico de drogas, sendo condenada a mais de sete anos de prisão. No ano passado, ele chegou a ser ouvido por deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico.

O promotor Carlos Paixão está investigando o caso e ainda não declarou quais os procedimentos que irá adotar. Ele visitou à Cadeia Pública de Boa Vista e comprovou a irregularidade. Ontem, Paulo Pinto seria ouvido pela promotoria, mas o MPE não confirmou o depoimento.

A assessoria de imprensa da Polícia Militar informou que o comandante da PM, coronel José Wilson está viajando. O diretor da Cadeia Pública assumiu o erro de não ter comunicado a saída do preso ao MPE e a Justiça.

Paulo Pinto saia sem escolta da Cadeia Pública no carro do Gate

Os policiais militares eram orientados pelo condenado por tráfico

Traficante dava treinamento para grupo de elite da Polícia Militar

O traficante Paulo Roberto Pinto estava saindo da prisão de forma ilegal para dar treinamento de pára-quedismo aos policiais do Grupo de Ações Táticas da Polícia Militar (GATE). O fato insólito foi confirmado pelo promotor Carlos Paixão, que foi pessoalmente à Cadeia Pública verificar a denúncia anônima feita ao Ministério Público. "Vamos reunir com os promotores do controle externo para ver o que pode ser feito neste caso", disse ontem Carlos Paixão. O diretor da Cadeia, capitão José Alencar, confirmou a denúncia. Disse que o preso não estava recebendo nenhuma regalia e que apenas auxiliava o trabalho da polícia. Explicou que o detento é instrutor de pára-quedismo e ensinava os policiais, no Batalhão, que fica aos fundos da Cadeia Pública, no bairro São Vicente. Paulo Pinto foi preso por tráfico de drogas, no Maranhão, e já prestou depoimento até na CPI do Narcotráfico. Ele foi transferido para a Cadeia Pública de Boa Vista no ano passado a pedido de sua família, que reside em Roraima. PÁG. 12A

Policias de elite recebiam aula de pára-quedismo de traficante preso na Cadeia Pública

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Está franqueada a palavra aos Srs. Senadores.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Gostaria de inscrever-me para fazer uso da palavra, por 20 minutos, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes, está inscrito o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Cedo a minha vez ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito este momento para expressar minha solidariedade sobretudo às vítimas de alguns fatos graves que nos entristeceram nos últimos dias, ocorridos no meu Estado, o Amapá.

Em primeiro lugar, registro o falecimento do ex-Prefeito de Tartarugalzinho Estado do Amapá Adelino Gurjão, um dos pioneiros do Município, cuja estrutura administrativa ajudou a organizar. Adelino Gurjão, um dos primeiros Prefeitos da cidade, sofreu um infarto e veio a falecer aos 70 anos de idade. Certamente, o povo de Tartarugalzinho está consternado com a perda daquele líder político, que, com erros e acertos, ajudou certamente a construção e a organização do Município de Tartarugalzinho.

Outro fato que nos consternou profundamente nestes últimos dias foi o falecimento de um militante da executiva estadual do PDT, Osvaldino Raiol, que, aos 55 anos, não era apenas um militante partidário; agrônomo de formação, destacou-se na sociedade amapaense como personalidade eclética: escritor, pesquisador, poeta, humanista, filósofo, cientista político embora, repito, sua formação acadêmica fosse a agronomia. Além disso, cursava o quarto ano da Faculdade de Direito.

Osvaldino Raiol, para nós do Amapá, representou um diferencial na intelectualidade do povo da Amazônia. Sem ter nascido no Amapá nasceu no Município de Vigia, no Estado do Pará , transferiu-se para nossa terra e lá desenvolveu inúmeros trabalhos literários. Um deles, bastante destacado, foi tema de vestibular na Universidade Federal do Pará: foi o livro denominado **Utopia da Terra**, que recomendo a todas as pessoas que se interessam pela história do Amapá e da Amazônia e pelo modelo de desenvolvimento lá implementado.

Com sua formação em agronomia, ele era um estudioso da natureza especializado nas questões vinculadas à terra e aos vegetais. Além disso, em seu livro **Utopia da Terra**, pôde demonstrar um conteúdo humanista de grande significado para o povo da Amazônia e para o povo do Amapá. Manifestou seu inconformismo como modelo de desenvolvimento deslocado para a Amazônia e implementado sobretudo na ditadura militar. Nesse modelo, prevalecia apenas a exploração das riquezas naturais, em que o principal objetivo era o lucro, em detrimento da pessoa humana, do trabalho das pessoas que se dedicaram tanto aos projetos de exploração e extrativismo, principalmente o mineral, mas também o florestal, no Amapá e na Amazônia.

Em seu livro, Osvaldino Raiol esmiúça essa realidade e faz uma lúcida contestação sobre os pressupostos que levaram o bilionário americano Daniel Ludwig a implantar o Projeto Jari, um grande projeto de cultivo de madeira com produção de celulose, à margem direita do rio Jari, na localidade de Monte Dourado. Raiol, como era nosso conhecido, apresenta elementos de pesquisa que comprovam que o que menos foi levado em conta nesse processo de exploração mineral do Amapá e da Amazônia foi a população ribeirinha. Falo exploração mineral porque, no contexto do Projeto Jari, encontra-se também a exploração do caulim, cuja mina situa-se à margem esquerda do rio Jari, no Amapá, mas a industrialização fica à margem direita do rio Amazonas, no Pará. Dessa forma, as riquezas são geradas para o Estado do Pará, em detrimento dos pioneiros da região do Jari. São aproximadamente 20 mil pessoas carentes que habitam palafitas em dois Municípios Laranjal do Jari e Vitória do Jari , em decorrência desse projeto mirabolante que foi o Projeto Jari. No entanto, hoje entendo como fundamental a preservação do Projeto, apesar dos equívocos sobre os quais foi estruturado, porque ele representa uma fonte de geração de renda e de emprego para aquela população tão carente que habita as margens do rio Jari.

Osvaldino Raiol, essa personalidade da história do Amapá, que, por um lapso dos recursos médicos do meu Estado, foi a óbito no pós-operatório imediato de uma simples cirurgia plástica, buscou aprofundar-se no conhecimento da pessoa humana. Mais que agrônomo, era humanista por excelência. Por meio da palavra, procurou disseminar suas idéias pelo Amapá e pelo mundo afora. Nos últimos meses de sua vida, elaborou uma nova obra literária – ainda inédita –, denominada **Amor e Solidão**, que envolve

a poesia e um pouco de autobiografia. Tal obra será lançada pela Editora Alfa-Ômega num futuro próximo, haja vista que o escritor, antes de seu passamento, havia concluído toda a revisão desse trabalho literário, fundamentado também numa profunda pesquisa sobre estes dois temas que muito dizem respeito à pessoa humana – o amor e a solidão –, ambos companheiros do cotidiano de Osvaldino Raiol, que viveu momentos de grande paixão, amor e profunda solidão.

As pessoas devem estar se perguntando: "Mas o Senador vem à tribuna falar com tanto entusiasmo de uma figura de seu Estado que ainda não é nacionalmente conhecida?" No entanto, antecipo que, pelos contatos e conversas que tive com Osvaldino Raiol, cujo livro será lançado em breve, não tenho dúvida de que, infelizmente apenas depois de sua morte, ele será no futuro próximo escritor conhecido nacionalmente. As pessoas que tiverem acesso ao livro **Amor e Solidão** poderão compreender as razões que me fizeram vir a esta tribuna registrar a nossa tristeza, a nossa consternação e o nosso pesar pelo falecimento inesperado, repentino e brusco dessa preponderante figura da cultura amapaense.

Portanto, justifico este pronunciamento, uma vez que nós, homens públicos, estamos muitas vezes habituados a vir aqui e a registrar fatos, ocorrências e até óbitos, por dever de ofício, de figuras conhecidas nacionalmente e raramente fazemos questão de ressaltar aquelas pessoas que dedicaram a vida ao estudo do comportamento humano e ao aprimoramento das relações humanas e que, sobretudo, puderam acreditar na sua vocação pela palavra, no seu dom garantido por Deus de transformar a sociedade. Esse era o grande sonho de Osvaldino Raiol.

Quando participava das reuniões do PDT, Osvaldino Raiol, uma figura extremamente ética, ponderada, respeitada nos meios políticos e literários do meu Estado, costumava dizer que tinha o sonho de publicar essa obra que está para ser editada. Hoje ainda o diretor da Editora Alfa – Omega garantiu-me, com o respaldo e apoio da família, que o livro será editado.

Com essa obra, Osvaldino Raiol procurou conhecer profundamente todos os aspectos e estudos, indo buscar na **Bíblia** fundamentos históricos e religiosos para dar sustentação a sua tese do amor e da solidão.

Tenho certeza de que, senão toda a humanidade ou toda a população do Brasil e do Estado do Amapá, todos que terão acesso ao livro **Amor e Solidão** serão tocados profundamente, no fundo do coração e da alma, pela palavra mágica de Osvaldino Raiol. Ele acreditou piamente que, por intermédio desse livro, pelo seu conteúdo, poderia transformar a sociedade brasileira e, quiçá, mundial, garantindo que caminhemos todos na direção da justiça social, da solidariedade, da fraternidade e que o centro, o fundamento tanto para a política como para a ética ou para a economia, seja o homem.

Todos os estudos, todo o esforço, toda a pesquisa de Osvaldino Raiol foi direcionada para uma compreensão melhor e maior do sentido da vida, para a transformação da sociedade e para a disseminação pelo mundo afora do respeito à pessoa humana e dos pressupostos da justiça social, da solidariedade e da fraternidade.

Muito comovido, venho serenamente a esta tribuna, como uma missão, como homem vocacionado também para a justiça social, para a defesa dos interesses maiores da sociedade, com pensamentos voltados para o aprimoramento da nossa sociedade por intermédio desses valores humanos já mencionados – solidariedade, fraternidade, ética e justiça. Tendo, portanto, essa vocação social, como médico, tenho dedicado grandes momentos da minha vida ao estudo do ser humano, principalmente dos males que afetam a pessoa e a sua alma, à psicologia e à filosofia.

Sr. Presidente, era de minha responsabilidade difundir uma figura do meu Estado, até porque também tenho uma vocação em defesa dos interesses do meu Estado, em defesa dos interesses maiores da Amazônia, não apenas no aspecto econômico, desenvolvimentista, social, de infra-estrutura, mas dos valores humanos, que devem ser ressaltados.

O Brasil precisa conhecer melhor o Amapá, e só vai fazê-lo se tiver acesso à história dos homens que ajudaram ou que estão ajudando a construir esse Estado e que buscam, no seu dia-a-dia, transformá-lo num recanto do Brasil e do mundo adequado para se viver com melhor qualidade de vida, com maior justiça social.

Entristece-me e entristeceria muito Osvaldino Raiol essa brutal realidade da política do meu Estado do Amapá, cujos dirigentes não têm discutido os assuntos de interesse da coletividade. A Assembléia Legislativa e o Governo do Estado digladiam-se em questões personalísticas, na busca do domínio das instituições e na implantação de um poder absoluto, do absolutismo, prejudicando até mesmo a juventude amapaense.

Uma faculdade de São Paulo chamada Brás Cubas fez vestibular no Estado do Amapá, e alguns dos aproximadamente 500 estudantes que se dirigiram para cursar a faculdade em Mogi das Cruzes, São Paulo, estão com dificuldades. Como tem sido prejudicial essa briga, essa crise fabricada no Estado do Amapá por interesses personalísticos inferiores, que não condizem com a grandeza do povo do Amapá. A nossa juventude está sendo prejudicada em São Paulo porque as imobiliárias e os proprietários de imóveis estão dificultando o acesso à locação de casas para os estudantes amapaenses, alegando – vejam o absurdo – que o Amapá é terra de traficantes. Isso me revolta.

Venho a esta tribuna falar de uma figura brilhante do meu Estado, demonstrando justamente o contraditório, que o Amapá é uma terra generosa, uma terra que Deus escolheu para proteger, situada à margem esquerda do rio Amazonas, banhada em 600 quilômetros pelo Oceano Atlântico, com recantos belíssimos para a exploração do turismo. O Amapá também é constituído por um povo ordeiro, trabalhador.

O Estado é fruto da miscigenação, onde a cultura africana se juntou à cultura indígena, onde o sangue dos nordestinos se misturou ao sangue do caboclo amazônida. Sou fruto dessa miscigenação, sou produto da mistura do sangue nordestino, do valoroso povo do Nordeste, com o grandioso povo caboclo da Amazônia. Sou neto de nordestino, de cearense, e sou filho de caboclo nascido na ilha grande de Gurupá, no rio Amazonas.

Por tudo isso, minha luta será constante a fim de defender meu Estado e seus habitantes, mesmo aqueles que passam praticamente incógnitas dentro da sociedade plural do Brasil e do nosso universo, mas que, para o Amapá, têm uma grande representatividade e podem servir de paradigma, sim, para que o Brasil, para que essa imprensa manipulada sobretudo pelo Governador Capiberibe tenha uma compreensão melhor do meu Estado e do povo que ali vive.

Não defendo nenhum segmento da política do Amapá envolvido nessa crise; eles não merecem a minha defesa. Envolveram-se nesse processo de autodestruição e com isso estão enlameando o nome do meu Estado do Amapá em benefício pessoal; trata-se de atitudes personalísticas.

Osvaldino Raiol imaginava e defendia que a crise era salutar para o Estado, porque trazia a conhecimento público as mazelas que acontecem nos bastidores – numa repetição bastante aproximada do que acontece hoje nesta Casa pela disputa da Presidência do Senado.

Então, a defesa desse ilustre filósofo e humanista é no sentido de que é importante para a história do Amapá que as pessoas comuns tenham conhecimento do que acontece hoje nos bastidores da política, dos acertos que são produzidos, das evidências, das aberrações que são praticadas pelos homens públicos, e a crise desnudou essas práticas, que são comuns na política, mas que muitas vezes estão protegidas por um falso manto que tenta transparecer uma realidade bastante diferente, mostrando sempre os homens públicos preocupados com os interesses maiores da população e das instituições.

Portanto, essa era a visão de Osvaldino Raiol, que nos leva à reflexão se, de fato, a razão não estava com o filósofo, de que essas crises, embora nos incomodem e muitas vezes nos prejudiquem, como Estado e como povo, servem também para aprimorar a democracia e para produzir maior transparência nos objetivos, nas ações dos políticos e dos administradores públicos.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – V. Exª me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Ouço, com prazer, o aparte do eminente Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Sebastião Rocha, não ouvi todo o discurso de V. Exª, mas parte e, talvez, não tenha a compreensão exata do que foi mencionado. V. Exª falou muito sobre o conflito que houve no Amapá. Tenho, pelo seu Estado e pelo seu povo, a mais profunda admiração e o mais fraterno carinho. Desejo um grande futuro para o povo amapaense, que ele conquiste uma vida melhor e mais digna, que se desenvolva criando melhores condições para a distribuição de riquezas, que conquiste seus direitos, mas respeitando o meio ambiente. Sei que V. Exª falou muito sobre esses conflitos lá ocorridos, mas não sei a quem V. Exª atribuiu a culpa. Mas V. Exª conhece o crescimento do Poder Legislativo e do Poder Judiciário em todo o território nacional e as benesses que esses Poderes concederam a seus membros e servidores: altíssimos salários, aposentadorias milionárias, enfim, toda espécie de facilidades, o que fez com que esses Poderes passassem a praticamente devorar os orçamentos dos Estados. Isso é regra geral em todos os Estados brasileiros, especialmente nos pequenos, como o Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, onde isso aconteceu de uma maneira mais acintosa porque havia menos vigilância, menos fiscalização. Hoje, com a disputa que vem ocorrendo no Senado, estamos descobrindo que a Câmara dos Deputados tem 60 funcionários ganhando mais que De-

putados e Senadores, R$17 mil ou ainda mais; uma afronta ao povo brasileiro! Então, creio que todo esse conflito ocorrido no Estado do Amapá muito tem a ver com a situação de irregularidade e de ganância que existe nos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado, que querem cada vez mais e não admitem a redução de seus orçamentos, esquecendo a população. Esse foi um conflito talvez inevitável, e, lamentavelmente, conflitos acontecem e não creio que sejam ruins para os Estados. Tenho defendido a briga que vem ocorrendo no Congresso Nacional como algo bom, porque, como ela, aparecem os defeitos das pessoas, seus aliados. Tudo isso mostra a realidade para a população, conscientizando-a, melhora o seu nível de conhecimento para, numa próxima eleição, saber escolher melhor em quem votar. O Governador do Estado do Amapá é do meu Partido. Por S. Exª tenho o maior respeito e carinho, homem íntegro, honesto, correto, democrático, que deseja o bem do povo do Estado do Amapá. Sei que V. Exª tem opinião diferente e a respeito, mas S. Exª, inclusive, está inovando a forma de administrar um Estado da Amazônia. Portanto, aqui manifesto a minha solidariedade, meu apreço, minha amizade ao companheiro João Alberto Capiberibe, Governador do Estado do Amapá. Espero que o PSB continue governando por muito tempo ainda aquele Estado, a sua capital e que, no futuro, venha a governar também todos os Municípios do Estado, pois o meu Partido dá exemplos de administração. Quando há gente ruim no PSDB, nós o excluímos do Partido. V. Exª se elegeu juntamente com o Governador João Capiberibe. Eu não poderia deixar de me manifestar, falar da solidariedade a todo o povo do Amapá e do meu sentimento por todo esse conflito. Contudo, ele foi necessário e, talvez, seja útil para melhorar a vida do povo daquele grande Estado, que já fez parte do Pará. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Embora com divergências, Senador Ademir Andrade, o aparte de V. Exª muito contribui para o meu pronunciamento, porque reforça a tese do filósofo amapaense que hoje homenageio.

Osvaldino Raiol, falecido no dia primeiro de fevereiro, dizia – relatado por sua irmã durante seu velório em Macapá – que, embora tivesse divergências profundas, como eu, com o Governador Capiberibe – por isso era militante do PDT-, era seu amigo pessoal e por S. Exª tinha grande estima. Temos de ter sabedoria mesmo nas diferenças políticas; devemos separar as questões pessoais, as questões minúsculas, das questões maiores que de fato interessam para o povo tanto do Estado ou do Município, quanto da Nação.

Então, esta era mais uma visão importante, e não pretendo, de forma alguma, polemizar, neste meu pronunciamento, a questão da crise do Amapá. Apenas mencionei que fatos decorrentes da crise estão prejudicando a população do meu Estado, a juventude do meu Estado, lá fora, em função de que se vendeu essa idéia de que o Amapá era uma terra de traficantes, sem haver constatação da Polícia Federal ou do Ministério Público Federal.

Mas, como disse o Senador Ademir Andrade, na visão do humanista Osvaldino Raiol, a crise acaba sendo favorável, porque põe para fora as mazelas dos poderes, dos políticos, dos administradores públicos. O que mais desejo, como médico, é que os tumores disseminados na estrutura político-administrativa do Amapá sejam extirpados. Nisso tem que haver uma ponderação de todos os contendores.

A esperança que tenho é a de que o Estado do Amapá volte a freqüentar as páginas dos jornais e as emissoras de televisão pelas virtudes do seu povo, pelo que de positivo produz, pelo que de grandioso possui na sua natureza e no seu potencial econômico.

É este o meu compromisso. É esta a minha determinação. Por isso, vim à tribuna ressaltar esta figura exponencial da cultura e da literatura amapaenses que foi Osvaldino Raiol.

Sr. Presidente, embora já tenha ultrapassado o meu tempo, agradeço a tolerância de V. Exª. Gostaria ainda, uma vez que estamos com o plenário praticamente vazio, de manifestar, mudando um pouco o tom do meu discurso, minha solidariedade ao povo do Amapá, especialmente de Macapá, pelo seu aniversário. No domingo, dia 4 de fevereiro, Macapá completou 243 anos, possui, portanto, 200 anos a mais que o Senador Sebastião Rocha. Foi instituída como vila no dia 4 de fevereiro de 1758. Macapá é a única capital brasileira situada às margens desse esplendoroso rio Amazonas. Macapá possui a fortaleza de São José, a Igreja Matriz, inúmeros outros sítios culturais, ecológicos, como o Marco Zero do Equador, que distingue a nossa cidade de Macapá como a única cidade brasileira cortada pela linha do Equador, onde existe um monumento.

Saúdo aqui Macapá por seu aniversário. Inúmeras poesias foram escritas. É provável que eu volte à tribuna para aqui fazer a leitura de algumas poesias dos nossos poetas amapaenses que homenagearam os 243 anos de Macapá. Poesias que procuram demonstrar aquilo a que já me referi no contexto do meu pronunciamento: as virtudes, a solidariedade, a fra-

ternidade, a generosidade do povo amapaense e, em especial, do povo de Macapá.

O Senador Ademir Andrade conhece a nossa cidade, assim como outros políticos e Senadores. Aqui fica essa visão não de alguém apaixonado por Macapá, embora o sendo, mas de um cidadão brasileiro que, aos seis anos de idade teve a oportunidade de se transferir da localidade onde nasceu, na Ilha Grande de Gurupá, para o Município de Macapá, pois o Município onde moro, Santana, fica a 20km de Macapá, tendo pertencido à época ao Município de Macapá. Cidadão que pode vislumbrar o crescimento de Macapá, de um pequeno povoado, de uma restrita comunidade, transformando-se hoje em uma metrópole, adquirindo com o passar do tempo os problemas dos centros urbanos nacionais.

Mas eu não vim falar de problemas. Falo exatamente das coisas boas, da cultura de Macapá e do Amapá; das comidas típicas – do vatapá, do tacacá, do pato no tucupi, maniçoba, do assaí e do cupuaçu –; falo de São José do Macapá, cuja a estátua está à frente da nossa cidade; de Cabralzinho, que não viveu em nossa cidade, e sim no Município de Amapá, mas que muito representou para a história do Amapá. Vim falar desse Estado nascente, que ainda terá uma grande importância na vida econômica, social e política do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Ademir Andrade, que deve me suceder na tribuna.

Que Deus proteja o povo do Amapá, guarde, em lugar sereno e tranqüilo, a figura serena e tranqüila de Osvaldino Raiol e que guarde também a alma de Adelino Gurjão, ex-Prefeito de Tartarugalzinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Sr[s] Senadores, neste momento de extrema turbulência no Congresso Nacional, venho tratar de assunto ameno – eu diria até agradável –, de pessoas que pensam no futuro do Brasil e do mundo.

Trago à tribuna do Senado Federal, neste reinício de trabalho legislativo e ainda no começo de um ano novo, a mensagem de um movimento cristão que busca um mundo mais solidário e unido: é o Movimento dos Focolares, cuja ala jovem esteve no meu gabinete em dezembro, difundindo sua filosofia de vida e me apresentando, como Membro da Mesa Diretora do Senado, a Carta da I Conferência Juvenil para o Futuro, realizada em junho de 2000, no Japão. Farei a leitura dessa carta com muita alegria ao final do meu pronunciamento.

O Movimento Focolares difunde a filosofia da unidade e da fraternidade universal. O início de seus trabalhos se deu nos tempos de ódio e violência da Segunda Guerra Mundial, quando, em 1943, na cidade de Trento, na Itália, Chiara Lubich e suas primeiras companheiras redescobrem o Evangelho e, juntas, resolvem vivê-lo no cotidiano, começando pelos bairros pobres da cidade, que se difunde em toda a Itália e depois na Europa e em todo o mundo.

Hoje, o Movimento dos Focolares conta, no mundo todo, com cento e onze mil membros e, se considerarmos os simpatizantes, esse número se eleva para dois milhões e duzentas mil pessoas.

No Brasil, o Movimento já está presente há trinta e sete anos, desde a sua primeira sede em Recife, em 1959. São quinze mil membros e aproximadamente duzentos e oitenta e quatro mil simpatizantes.

Ao todo, o Movimento Focolares conta com quarenta e cinco centros no Brasil, com sede em Belém, nossa capital do Pará, Manaus, Teresina, São Luís, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

O Movimento dos Focolares, desde a sua criação, esteve fortemente comprometido com os problemas sociais. A intervenção do Movimento nos problemas sociais não se limita a um campo exclusivo, nem mesmo a determinados segmentos populacionais, mas se estende a múltiplas realidades da problemática social.

No Brasil, são cerca de cento e vinte obras sociais desenvolvidas e as que se destacam são: a **Magnificat**, localizada no Município de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, nascida entre os latifundiários e posseiros

ros; Ilha Santa Terezinha, em Recife, região de mocambos, situada em terreno alagadiço; favela da Pedreira, em São Paulo, e bairro do Carmo, Município de São Roque, em São Paulo, comunidade constituída de descendentes de escravos negros.

O Movimento dos Focolares é uma nova corrente de espiritualidade que suscita uma filosofia de renovação espiritual e social: a espiritualidade da unidade, de cunho tipicamente comunitário. É exatamente a difusão mundial desses valores que provoca a queda do bairrismo, do xenofobismo e do racismo, pois irá ser a crença do amor recíproco que unificará os homens, transformando as diversidades culturais e religiosas em um novo padrão para a sociedade, influenciando a economia, o trabalho, a política, a justiça, a cultura da comunicação social.

Assim, Srªs e Srs. Senadores, trata-se, antes de tudo, de um estilo de vida que, inspirado nos princípios cristãos, mas sem desprezar – pelo contrário, evidenciando também outros valores de credos e culturas diferentes , contribui para pregar a paz e a unidade mundial, abrindo novos horizontes nos mais distintos âmbitos da sociedade: cultural, político, econômico e artístico, pois tem um objetivo definido: a promoção da pessoa e a melhoria da sua qualidade de vida, preparando-a, desse modo, para o exercício capaz e responsável da cidadania.

Portanto, Sr. Presidente, é uma variedade de ações e de pessoas que integram o movimento que se articula em 18 ramos. Foi o grupo de mais de 40 jovens que trouxe a mensagem da **1ª Conferência Juvenil para o Futuro**, realizada em julho passado, em Chiba, no Japão, carta essa endereçada aos governantes das nações, aos responsáveis civis e religiosos, aos responsáveis pelos meios de comunicação e às organizações nacionais e internacionais que, entre outras diretrizes, prega o perdão da dívida dos países pobres, a distribuição das riquezas do mundo e a paz entre os povos a fim de que os fundos destinados ao armamento sejam utilizados para a promoção da paz.

Sr. Presidente, leio, com muita alegria, a Carta atinente ao encontro de jovens do mundo inteiro ocorrido no Japão, cuja inserção nos Anais desta Casa solicito a V. Exª.

"Somos 213 adolescentes de quarenta nações reunidos aqui no Japão para participar da 1ª Conferência Juvenil para o Futuro. Um grande ideal nos une: construir um mundo de paz!. Mesmo pertencendo a diversas religiões, queremos viver a "Regra de Ouro" existente em nossos credos: "Faze aos outros aquilo que gostarias que fosse feito a ti, não faça aos outros aquilo que não gostarias que fosse feito a ti". Praticamente queremos viver o respeito recíproco, o amor, que está inscrito no coração de cada homem. E isso significa: amar a todos, esquecendo de si mesmo e pensando nos outros, sem discriminar quem tem idéias diferentes das próprias, sem discriminar quem pertence a outra raça ou etnia; tomar a iniciativa no amor, sem esperar que seja o outro a dar o primeiro passo; amar também os inimigos, esquecendo as ofensas do passado, aprendendo a perdoar, dizendo um ao outro com amor aquilo em que podemos mudar e melhorar.

Nesses dias nós experimentamos que o amor pode mudar cada relacionamento, se procurarmos valorizar mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide. Por que não pode ser assim também entre as nações? Com isso chegaríamos a amar a pátria alheia como a própria e assim estaria garantida a paz.

O homem não pode viver só. Devemos sustentar-nos uns aos outros e sermos gratos àqueles que nos fazem o bem. Se tivermos esse coração, teremos garantido um futuro cheio de esperança.

O amanhã nos pertence. Gostaríamos que escutassem a nossa voz: queremos marcar um encontro nos diversos países, em que nós, adolescentes, possamos dialogar com vocês.

Queremos ser porta-vozes de todos os adolescentes que sofrem no mundo por causa da exploração, da guerra, das doenças, da Aids. Conscientes das muitas diferenças ainda presentes entre os países pobres e os países nos quais cresce o consumismo, decidimos começar a viver e a difundir uma nova cultura, a cultura do doar e do partilhar. Se as nações vivessem assim entre elas, todos os bens da Terra seriam distribuídos igualmente, sem diferenças. Queremos que o primeiro passo para essa meta seja o perdão da dívida externa dos países pobres, de modo que eles possam ter melhores condições de vida e de desenvolvimento.

Para dar um fim a todas as guerras e conflitos, favoreçamos o diálogo e a colaboração, empenhando-nos decididamente para o desarmamento e destinemos, para a promoção da paz, os fundos hoje destinados para as armas.

Queremos que o esporte não seja instrumentalizado em função do lucro, mas se torne ocasião de encontro e de amizade entre os povos, uma ocasião para aprender a trabalhar juntos, a vencer, a perder e a recomeçar.

A droga destrói o futuro dos adolescentes e, em alguns países, esse problema é muito grave: se tivéssemos melhores perspectivas de futuro, muitos não se drogariam. Pedimos que vocês combatam esse mal, inclusive com leis que nos protejam.

Não desfrutemos indiscriminadamente os recursos da natureza, mas pensemos nas gerações futuras, façamos como as plantas, que absorvem da terra somente aquilo de que necessitam. Sabemos que o homem é feliz se vive em paz consigo mesmo e com a natureza que o circunda. Ajudem-nos a defendê-la e a preservá-la, parando com o desmatamento e promovendo a reciclagem. Criem espaços verdes na cidade onde todos possamos nos encontrar.

Demos atenção aos idosos, porque eles dão uma preciosa contribuição à sociedade com sua experiência e sabedoria.

Consideremos a ciência e a tecnologia não finalizadas em si mesmas, mas a serviço do homem, sem manipular a vida humana, favorecendo também a pesquisa de fontes de energia alternativas à energia nuclear.

A paz começa no coração de cada homem. Gostaríamos que nas escolas fossem evidenciados valores como o conhecimento e o respeito das outras culturas e religiões e que nos programas escolares fosse inserida a educação para a paz.

Queremos que a globalização para a qual o mundo todo caminha, não seja somente baseada no aspecto financeiro e econômico, mas na comunhão entre as culturas e as religiões de modo que todos os homens ser tornem uma só família.

Pedimos que os meios de comunicação social difundam o positivo que existe no mundo, que dêem uma informação objetiva e que nos façam conhecer as situações difíceis dos diversos países para sermos mais solidários. Proíbam as transmissões de imagens violentas que não respeitam a dignidade do homem ou o valor do seu corpo, parando com a produção de jogos e de desenhos animados que incitam a violência. Proíbam os **sites** da Internet que podem, de qualquer modo, prejudicar a nós, adolescentes.

Nós já começamos a construir a paz. Sabemos, porém, que para alcançar esse objetivo precisamos de vocês. Por isso pedimos a sua ajuda, especialmente lá onde nós adolescentes não podemos chegar. Todos os dias rezamos para alcançar esse objetivo, com a certeza de que receberemos uma ajuda do Céu para realizar um mundo novo e mais unido onde todos os homens da terra possam viver felizes e como irmãos."

Assinam os participantes da Primeira Conferência Juvenil para o Futuro.

Srªs e Srs. Senadores, desejo dizer que fiquei deveras impressionado com esses jovens que estiveram no gabinete da Segunda Vice-Presidência. Eram mais de 40 jovens que levaram a sua mensagem, cantaram música e sonharam com esse mundo melhor. E sonhar, como disse o Senador Jefferson Péres, faz parte da nossa vida. Esses jovens sonham com um mundo melhor e desejam um mundo de paz e fraternidade. Pertencem a nações tremendamente diferentes e que têm inclusive religiões totalmente diferentes. No entanto, puderam confraternizar, discutir, pensar e refletir sobre um mundo melhor. E, naquele momento, fiz uma afirmação a esses jovens: o mundo com que sonham depende evidentemente do saber e do conhecimento das pessoas.

Lamentavelmente, grande parte dos habitantes do nosso Planeta não tem acesso à informação nem ao conhecimento. No desespero e na busca de uma alternativa, aceitam a primeira orientação que recebem sem refletir ou sem questioná-la. Às vezes, as crenças e os entendimentos errados da vida e da existência levam a conflitos. É o que vemos em Israel, na Palestina, na África do Sul e na Colômbia.

Disse a esses jovens que, em toda a história da humanidade, foram os líderes que conduziram os povos. Esses líderes, na verdade, até hoje, nunca conseguiram levar os povos a alcançar o objetivo com que eles sonham: a fraternidade, o amor, a solidariedade, a parceria e a partilha. Não conseguiram, porque a maioria desses líderes se imaginam auto-iluminados e capazes de conduzir o povo.

O caminho para a realização desse sonho é o acesso de todos ao conhecimento, é a conquista da verdadeira democracia, que significa respeitar a vontade da maioria. Democracia só se conquista com conhecimento. Por isso, todos devemos investir no conhecimento da humanidade. Devemos dar a todo ser humano oportunidade de acesso à informação e à educação, pois quanto mais conhecimento tem uma sociedade mais justa ela é. Ensinando o povo a questionar as orientações que recebe de líderes políticos ou, muitas vezes, de líderes religiosos, construiremos uma sociedade melhor, um mundo em que reine a paz, tão desejada por essa juventude que entusiasticamente provou que a unidade é possível mesmo entre nações inimigas, mesmo entre nações rivais, mesmo entre nações com religiões completamente diferentes. Esses jovens se uniram tendo em vista um objetivo comum. Espero que tenham sucesso. De nossa parte, como político e representante de nosso Estado no Senado Federal, estamos prontos a dar-lhes todo o nosso apoio e a difundir a filosofia dos Focolares no Brasil e no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador para uma comunicação inadiável.

S. Exª dispõe de oito minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os anos, quando há necessidade de convocação extraordinária do Congresso Nacional, a história se repete: insatisfação da opinião pública e críticas pesadas da mídia quanto aos gastos extras com que o Governo, por lei, é obrigado a arcar. Insatisfação e críticas que têm certa razão de ser, embora a realização dessas sessões tenha como objetivo atender necessidades do Executivo. No entanto – quanto a isso não há dúvidas –, o desgaste é do Parlamento.

Como disse, esse descontentamento sazonal não é de todo despropositado. Comparados ao trabalhador comum, os Parlamentares têm um rendimento considerável e torna-se absolutamente inexplicável o recebimento de uma quantia extra por tão pouco tempo de trabalho.

Há outro ponto difícil de ser compreendido pela opinião pública, diretamente ligado a essa questão, que traz menos desgaste porque menos explorado pela imprensa. Refiro-me ao longo recesso parlamentar: no venta e dois dias por ano, mais de três meses, o triplo a que um trabalhador comum tem direito.

É claro que a atividade política possui peculiaridades que a diferenciam da rotina de um trabalhador comum. Mesmo assim, o nosso período de férias é longo demais, principalmente se levarmos em consideração que as sessões deliberativas só ocorrem três vezes por semana, de terça a quinta-feira.

Venho a essa tribuna hoje para apresentar ao Plenário uma proposta de emenda constitucional que reduz o recesso parlamentar a trinta dias por ano. Assim, o Congresso começaria a funcionar no dia 15 de janeiro e encerraria seus trabalhos em 15 de dezembro.

Trata-se de um projeto que carrega consigo pelo menos dois argumentos que justificam sua aprovação.

Em primeiro lugar, eliminaríamos algo que a sociedade considera um privilégio inaceitável, ou seja, as férias mais longas de todas as categorias de trabalhadores do País. Estabeleceríamos radical igualdade com os trabalhadores brasileiros, enterrando, de uma vez por todas, as alegações de sermos detentores de um privilégio.

O segundo argumento está ligado justamente às convocações extraordinárias. Com o recesso de apenas trinta dias, praticamente deixaria de existir a necessidade de o Congresso Nacional reunir-se no período de férias ou de recesso. Isso resultaria em economia para os cofres públicos, uma vez que não haveria as despesas hoje existentes.

Continuamente, temos defendido neste plenário reformas e ajustes que transformem o Brasil em um país melhor, mais justo e sem privilégios. E devem partir daqui as proposições nesse sentido. Cabe a nós a iniciativa do exemplo.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Exª.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – V. Exª tem toda razão no seu pronunciamento e na sua proposta. V. Exª é coerente, mas eu diria que esse não é, vamos dizer assim, o modelo dos países mais desenvolvidos, do mundo mais justo, porque grande parte dos Parlamentos se reúne durante muito pouco tempo. Talvez sejam países mais estabilizados, com leis mais sedimentadas. Assim, o Parlamento trabalha menos, e, evidentemente, os congressistas ganham menos também. Na Europa, na quase totalidade das Câmaras Municipais, o vereador não tem salário. Ele fiscaliza o prefeito da cidade, mas nada ganha. Concordo com a proposta de V. Exª, considerando que nosso País ainda está em formação política e o povo está começando a compreender todo esse jogo de poder. Em nosso País existem muitas injustiças, muitas desigualdades, muito atraso político. Penso que ele se adapta à nossa situação atual. Diria que é semelhante àquela lei que aprovamos, a qual proibia o uso de bomba eletrônica para abastecimento de combustível. Por quê? Estamos implementando um atraso, porque precisamos defender o emprego. Embora fosse muito importante a bomba que possibilitava que o consumidor mesmo abastecesse o seu carro, tornando desnecessária a presença de um empregado para isso. Mas não é só esse fato que vai prejudicar as sessões extraordinárias e o debate sobre convocação, salário extra etc. Concomitantemente com o que V. Exª propõe, precisamos acabar com essa forma de medida provisória que existe em nosso País. Isso é uma indecência, isso é uma excrescência. No mundo inteiro, não existe algo como o que acontece no Brasil. Queremos estabelecer regras, e o Presidente Fernando Henrique não quer deixar. Está impondo ao Congresso a sua vontade, para não deixar que se estabeleçam essas regras para as medidas provisórias. O que resolveria de fato seria estabelecer que a medida provisória valesse por cem ou sessenta dias, pois,

de uma forma ou de outra, não haveria convocações desnecessárias e os recursos pagos aos parlamentares. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Incorporo o aparte de V. Exª, dizendo que tudo que não é moral há de ser eliminado da vida do País. Entendo que temos todas as sextas-feiras, sábados e domingos para visitar nossas bases. As sessões deliberativas são de terça a quinta-feira. Não se justifica, pois, um recesso parlamentar de noventa dias. Quando cheguei à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, o recesso era de cento e vinte dias. Entrei com essa mesma proposta e conseguimos diminuir substancialmente o recesso. O Brasil necessita de velocidade, e há muitas leis e propostas de emenda constitucional tramitando lentamente. O País espera por definições que não ocorrem. Se continuarmos com o recesso de noventa dias, as decisões continuarão emperradas. Acredito que, a partir do momento em que estivermos mais presentes aqui, onze meses por ano, tais medidas naturalmente serão discutidas, votadas, e propiciaremos mais velocidade ao País.

Minha proposta não possui cunho demagógico, pois toda a minha trajetória política foi no sentido da defesa da moralidade pública. Tanto é verdade que já recusei duas aposentadorias: uma de Deputado Estadual e uma de ex-Governador do Estado de Goiás. A esse propósito, tive que ingressar com uma ação na 9ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, para não receber a aposentadoria de Deputado Federal, porque eu exercia um mandato de Deputado Estadual e podia acumular a aposentadoria na Câmara Federal. Assim, ingressei na Justiça contra, e, ainda mais, não paguei a aposentadoria dos ex-Governadores de Goiás durante todo o meu mandato de Governador naquele Estado. O Supremo Tribunal Federal, à época, ameaçou inclusive intervir no Estado e me tirar do Governo caso eu não pagasse a aposentadoria dos ex-Governadores milionários de Goiás. Não paguei e disse ao Supremo que poderia intervir, mas eu não pagaria por considerar aquela aposentadoria imoral num país onde tanta gente passa fome, num país de tanta miséria, num país sem moradia para a grande parte da sua população.

Da mesma forma, apresento esta proposta, ainda porque toda a minha vida pública foi marcada pela coerência, haja vista a emenda constitucional que apresentei para reduzir o próprio mandato de Senador de oito para quatro anos – para mim, um outro privilégio indevido. Se do Vereador ao Presidente da República o mandato é de quatro anos, por que só o Senador tem que ter o mandato de oito anos? Então, temos que corrigir essas distorções no Brasil, porque, do contrário, este País continuará como está: um país subdesenvolvido, um país de muitos com fome, de miseráveis; um país realmente sem perspectivas para o futuro.

É dentro desse espírito que começo hoje a colher as assinaturas necessárias para a apresentação desta proposta de emenda constitucional, para a qual conto com o apoio dos meus Pares. Estaremos fazendo justiça e tirando dos ombros do Congresso Nacional o ônus de um desgaste desnecessário e injustificável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Renan Calheiros e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no ano passado trouxe a conhecimento desta Casa a realização, locada no Estado do Tocantins, do filme "No Coração dos Deuses", do Diretor Geraldo Moraes.

Aquele filme revelou ao Brasil não apenas uma história mística, que soube ligar o imaginário popular à história dos 500 anos do Brasil, mas sobretudo revelou a imagem de um estado rico de paisagens naturais, rios, cachoeiras, dunas de areia, florestas, e muita luz, sob um céu cheio de cores, de acordo com o passar do dia, ou as estações do ano, enfim tudo aquilo que a arte cinematográfica necessita para locação da ação cinematográfica.

Soma-se, ainda, Sr. Presidente, a diversidade e a riqueza das culturas que une às tradições indígenas, africana e cabocla, as mais variadas culturas do Norte, Nordeste e Centro-Sul do país, compondo um rico caleidoscópio da identidade nacional.

Nobres Senadores, é necessário destacar o apoio possível que tem sido dado pelo Governo do Estado, prefeituras e empresas diversas, que não têm medido esforços para viabilizar os projetos cinematográficos, locados no Tocantins, revelando toda essa nova e rica realidade, ainda tão desconhecida do Brasil e do mundo.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, face a visita que fez ao meu Estado o cineasta Cacá Dieges, Diretor de sucessos como Tieta do Agreste, Xica da Silva, Quilombo e ainda, recentemente, Orfeu, que obteve intensa repercussão internacional. A visita do cineasta teve como objetivo obter apoio para a locação de cerca de 50% das cenas de seu próximo filme **Deus é Brasileiro**, baseado num conto de João Ubaldo Ribeiro, intitulado "O Santo que não acreditava em Deus".

O cineasta voltou entusiasmado com a visita, não apenas pela recepção que teve junto às autoridade locais, dentre as quais o Governador Siqueira Campos e a Secretária de Cultura Kátia Rocha, que o fizeram "sentir-se em casa", como declarou, mas sobretudo pelas excepcionais condições de paisagem encontradas para realização do projeto.

"Fiquei encantado porque era exatamente o que estava procurando como paisagem, com cachoeiras, dunas e outros atrativos", declarou, acrescentando que o Tocantins tem ainda inúmeras vantagens sobre outras locações: "é um lugar inédito", acrescentou entusiasmado.

De outro lado, Sr. Presidente, valho-me desta oportunidade para reafirmar o necessário apoio a ser dado pelo Governo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, não só pelo que ela pode representar como geração de riqueza, renda, e ampliação de oportunidades de trabalho, mas como afirmação da cultura e da identidade nacional, nesta era da globalização onde as culturas nacionais, regionais e locais tendem a ser arrasadas pelo rolo compressor das culturas – ou pela negação da cultura – dos detentores dos meios tecnológicos, que os usam em favor de seus interesses imediatos, sem olhar conseqüências ou resultados de maior prazo.

Nesse sentido, o apoio necessário não se esgota em apoiar a produção cinematográfica nacional, mas, de um modo muito especial, deve abranger a divulgação e os sistemas de distribuição, dominados em mais de 90% pela indústria cinematográfica estrangeira, sobretudo americana.

Face a esse rolo compressor, arrisco-me a dizer que a crise do cinema brasileiro não está tanto na produção, cuja qualidade é reconhecida nacional e internacionalmente – vale lembrar os constantes prêmios conferidos a filmes, diretores e atores nacionais, mas sim no monopólio da difusão e da distribuição exercido pela indústria estrangeira, que estrangula e asfixia a indústria nacional.

Assim, faço meu apelo dirigido ao Grupo Executivo que, junto ao Ministério da Cultura, estuda a questão de mecanismos de apoio ao cinema nacional, bem como à Subcomissão de Cinema, junto à Comissão de Educação desta Casa, para que esses mecanismos, alem do apoio à produção, contemplem também o apoio à difusão e à distribuição da produção nacional.

Nesse contexto, os fatos a que me referi no início deste pronunciamento podem, sem dúvida, se constituir na contribuição do meu Estado do Tocantins em favor da cultura, da arte e da indústria do cinema nacional.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no último dia 25, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL – completou 40 anos de existência. Fruto de uma legítima pressão da sociedade Alagoana, o Presidente Juscelino Kubitschek assinou o ato de criação da UFAL, em 1961.

Nestas quatro décadas, o perfil do Estado modificou-se celeremente. A imagem da província, seu aroma rural, já se perdeu no tempo, dando lugar a um Estado que, apesar das adversidades, vem demonstrando seu vigor e sua potencialidade.

A UFAL, bem como os outros pólos acadêmicos brasileiros, soube resistir as mais ásperas contrariedades dos anos de chumbo. Vários foram os nomes responsáveis pela criação e pelo pulsar da Universidade Federal de Alagoas: Medeiros Neto, Aristóteles Simões, Milton Ferreira, Padre Teófanes de Barros, Everaldo Castro, Jayme de Altavila, o Doutor Ib Gatto Falcão, o Professor Douglas Apratto Tenório, cuja reflexão sobre o papel da Universidade deveria ser lida por todos – e para isso peço sua transcrição nos Anais do Senado Federal, e tantos outros que lutaram para manter de pé essa valorosa instituição alagoana.

Enganam-se aqueles cujo juízos apressados atestam um distanciamento entre a vida acadêmica e a sociedade nos dias de hoje. O corpo discente, o docente, os valorosos servidores estão sempre em sintonia com o cotidiano, observando, processando e indicando as melhores perspectivas para o país.

Se a Universidade não vai além nos setores social, econômico, cultural, filosófico e político, devemos examinar estas limitações dentro da difícil realidade econômico-financeira das instituições públicas brasileiras de ensino, limitações estas que precisam ser resolvidas.

Mesmo dentro da adversidade, das limitações, seu corpo acadêmico está a pensar e repensar o mundo permanentemente. Afinal, é o conhecimento aliado ao arrojo que cria condições para inovarmos e crescermos em todas as áreas.

Devemos sempre ter a academia como uma referência, uma usina geradora de novas idéias, soluções inéditas e indicadora do melhor porvir. E devemos sempre preservar as universidades públicas, que, no Brasil, ainda é um dos poucos caminhos da mobilidade social.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RENAN CALHEIROS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Dieese - Segundo o Dieese, os preços dos produtos e serviços administrativos pelo governo subiram em média 16,3% em 2000. Mais que o dobro da inflação do período, que foi de 7,21% na cidade de São Paulo. O maior aumento foi o de gasolina: 36%.

"O botijão de gás de cozinha teve um aumento de 24,7%. O [illegible] anos houve uma [illegible] ções brasileiras. Os resultados de 2000 indicam que os produt manufaturados já são responsáveis por 55% das exportações bras leiras. Antes os produtos agrícolas e as commodities eram os ma vendidos lá fora.

DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

O aniversário da Ufal

A vida, a história do mundo, todas as histórias particulares apresentam-se sob a forma de eventos. Temos um evento neste 25 de janeiro que é muito especial para os alagoanos. Trata-se do aniversário de criação da Ufal. Quarenta anos se passaram desde 1961, quando o presidente Juscelino Kubitschek assinou o ato governamental criando a nossa instituição universitária federal. Quarenta anos que um sonho tão esperado por gerações se concretizava, coroando a luta de Medeiros Neto, Aristóteles Simões, Milton Ferreira, Padre Teófanes de Barros, Everaldo Castro, Jayme de Altavila, Ib Gatto Falcão e tantos outros.

Reitorados se sucederam desde então, cada um com seus objetivos, seus problemas, suas deficiências, realizações e peculiaridades, dentro de quadros históricos distintos e cambiantes. Do alto astral juscelinista à insólita gestão do Major Luiz ao regime militar de 64 e seus generais presidentes. Dos delegados da autochamada revolução em Alagoas ao governo da Nova República de Sarney. Do meteórico governo Collor ao neoliberalismo fernandista. Em Alagoas, do longo ciclo Suruagy e sua queda em 1997 até a emergência das esquerdas nos dias atuais.

Nossa universidade federal tem que renovar seus compromissos e conviver com contrários

A província era bem diferente nos anos 60. Um Estado ainda com forte influência rural, sem a proeminência urbana de hoje. A capital, como as demais cidades importantes do interior, sem a ansiedade, o estresse dos dias atuais. Edifícios poucos, contados a dedo. A orla não havia sido ocupada. Farol e Centro eram bairros residenciais. A Ufal começava a vida em uma época de transição, com unidades isoladas funcionando em diferentes lugares. A transferência, em seguida, do campus para o Tabuleiro, passando pela ida da área de Humanidades para a antiga Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Pontal da Barra, não foi feita sem traumas e protestos. Velados, é verdade, pois os dirigentes dos "anos de chumbo" não toleravam oposição. Os que a fizeram pagaram caro.

É hora de avaliar o caminho percorrido. Perguntar se valeu a pena o esforço dispendido. Se não ficaram muitos sonhos pe estrada. Se não estamos girando em volta do mesmo ponto. Segu mos o rumo certo? Depois dos reitorados de Aristóteles Simõ Nabuco Lopes, Manoel Ramalho, João Azevedo, Fernando Gam Delza Gitaí e agora Rogério Pinheiro, podemos dizer que a Ufa só uma emissora de diplomas? Uma agente formadora de prof sionais para as diferentes áreas? Cultivou ela saber e serviu ao meio em que vive? Realiz plenamente o seu papel? É bom cada um fa esta reflexão. E dizer de dentro, do fundo coração - como professor, estudante, servid usuário, empresário, político -, se contribu para melhorar ou piorar a sua condição.

Quando compareço a um seminário, a u mesa-redonda, a uma Feira de Livros da U quando vejo as dezenas de livros e pesqui publicadas, tenho consciência de que uma p parte daqueles sonhos foi realizada. Que n tudo é frustração. Que finalmente idéias anti das encontraram um lugar sagrado para deb e crítica na taba caeté. A criatividade, o sabe cultura, a ciência, reunidas num lugar co jamais houve outro na história de Alagoas.

Há perdas, coisas que deveriam ser feitas e não foram, é ver de. Afinal, o nosso Estado tem um índice de desenvolvime social que não o orgulha. E se a Ufal não tem uma varinha má devido às suas limitações, seu campo de ação é o meio onde inserida - do qual é reflexo -, e que tem a obrigação de se tor melhor. Neste seu aniversário de 40 anos, ela tem que reno seus compromissos. Tem que conviver com contrários, sem dis minações de qualquer espécie. Tem que ousar mais, criar, ino propor soluções, ter opções sociais, econômicas, políticas, filos cas e - por que não? - ideológicas.

Tem que ter definições claras. Ser contra a injustiça, a exclu social, o empobrecimento, a violência. Defender a identidade goana, tão cara e necessária para qualquer projeto. Tem que voz ativa e ser agente respeitado e admirável na batalha cont subdesenvolvimento local. De qualquer forma, seu aniversár uma página inesquecível no calendário de 2001.

O JORNAL
RESPEITO AO LEITOR

EMPRESA EDITORA O JORNAL LTDA
AV COMENDADOR LEÃO, 1.152, BAIRRO POÇO, MACEIÓ-AL - 57025-00
e-mail: ojornal@brhs.com.br - http://www.ojornal-al.com.br

NAZÁRIO PIMENTEL
DIRETOR-GERAL

PLÍNIO LINS
EDITOR-GERAL

LUIZ CARLOS BARRETO GOE
DIRETOR-EXECUTIVO

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DE O JORN

PABX (082) 231-6400
FAX/REDAÇÃO (082) 327-5210
FAX/COMERCIAL (082) 327-2996

ATENDIMENTO AO LEITOR (082) 327-7431
ASSINATURAS (082) 327-8686 / 327-3776
CLASSIFICADOS (082) 327-5000

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

REPRESENTANTE NACIONAL
SIMA, SEMA, SEMAÇÃO DE IMPRENSA, RÁDIO E MARKETING LTDA.
SÃO PAULO: (011) 231 1822 / FAX (011) 259 7332 - RIO DE JANEIRO: (021) 541 4687 / FAX (021) 295 0791 DEMAIS UNIDADES: DF (061) 224-7297, MG (031) 273-2566, PE (081) 421-2540, BA (071) 341-8483, CE (085) 231-8772, PA (091) 242-0426, AM (092) 233-1892, GO (062) 977-2392, ES (027) 225-6000, PR (041) 322-4588, SC (048) 222-1571, RS (051) 224-1582

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a consolidação do Estado de Tocantins, como a nova fronteira agrícola do País, é hoje uma realidade irrecusável. No sentido de manter essa honrosa posição, o Governo Estadual, por sua Secretaria de Agricultura e pelo Grupo Executivo de Recursos Hídricos – GERH, vem dando prioridade aos investimentos em infra-estrutura e em novas tecnologias, de forma a garantir condições propícias à produção em larga escala.

Com isso, e com a farta disponibilidade de recursos hídricos e de ambiente favorável de solo e clima, criam-se as condições ideais para o maior crescimento da agricultura irrigada.

Exemplo disso, o Projeto Javaés, que se destaca entre os programas em andamento ou em fase de implantação, dispõe de uma área bruta de 750 mil hectares de várzeas, dos quais cerca de 500 mil são avaliados como os desejáveis para o aproveitamento hidroagrícola; vale dizer, são considerados como ideais para o cultivo de duas safras anuais de arroz irrigado, soja, milho, feijão, girassol, algodão, tomate industrial e frutas.

Estudos da Secretaria de Agricultura consideram que o Projeto objetiva tornar viável o uso adequado dos recursos regionais, sobretudo quanto ao múltiplo proveito do potencial hídrico, dessa forma possibilitando o desenvolvimento energético e o fomento à agricultura, compreendendo as áreas de influência alcançadas dos Municípios de Araguaçu, Sandolândia, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Paraíso, Pium e Lagoa da Confusão.

Assim, toda a região será transformada num importante pólo de produção agrícola, notadamente de grãos, possibilitando a absorção da mão-de-obra disponível, a elevação do nível de renda regional e o crescimento da produção rural.

Na fase pioneira, o projeto prevê a implantação de uma área experimental, destinada à realização de pesquisas, com o fim de propor soluções para problemas específicos, tais como o de seleção de culturas adaptáveis, tipos de arroz, uso de tecnologia adequada e modalidades de manejo de solo e de água.

Para a Secretaria Executiva do Grupo Executivo de Recursos Hídricos, essa providência decorre das limitações impostas pela inundação periódica, no período chuvoso, e pelo déficit hídrico acentuado, na época da seca.

Os técnicos do Grupo estão encarregados do acompanhamento da elaboração dos subprojetos e do gerenciamento dos recursos hídricos, quanto à irrigação e drenagem do rio Javaés e de seus afluentes.

Esse trabalho envolve as etapas de abastecimento dos setores produtivos e da construção de infra-estrutura de sistematização nas áreas de barragens, entre as quais estão projetadas as de Riozinho, Pium, Dueré, Formoso, Urubu e Xavante, as duas últimas com execução prevista para o corrente ano.

O mesmo plano de ação deve ser aplicado no extremo norte do Estado, na região do Bico do Papagaio, em uma área próxima da confluência dos rios Araguaia e Tocantins, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Bico do Papagaio.

Nesse caso, para a utilização racional dos recursos hídricos, estão previstas a viabilização do transporte hidroviário, a interligação intermodal com a Ferrovia Norte-Sul e a implantação de infra-estrutura básica de sistema de irrigação, abrangendo uma área de 380 mil hectares. Haverá, ainda, amplo aproveitamento de atividades nas áreas de piscicultura, recreação, lazer e geração de energia.

Para a Secretaria de Agricultura e seu Grupo Executivo de Recursos Hídricos, o Projeto conta introduzir novos modelos de exploração agrícola, fundamentados no uso da irrigação, o que vem garantir a produção e o aumento da produtividade, mediante a escolha de cultivos de maior importância econômica.

Deseja-se expandir a fruticultura, a ser suplementada, nos períodos de déficits hídricos, pelo sistema de irrigação localizada e pelo incentivo à implantação de agroindústrias, e apoiada pelo programa de eletrificação rural do Governo do Estado e pelo sistema multimodal de transporte.

Aqui, a área alcançada pelo Projeto envolve os Municípios de Araguatins, Esperantina, Buriti, São Bento, Cachoeirinha, Augustinópolis, São Sebastião, Carrasco Bonito, Sampaio, Praia Norte, Xambioá, Ananás e Riachinho.

Já o Sub-Projeto Sampaio, em fase de elaboração de suas diretrizes básicas, compreende o aproveitamento de áreas situadas na vertente do rio Tocantins, desde o Município de Itaguatins até as cidades de Sampaio e de São Sebastião, onde são encontradas áreas planas favoráveis para a produção de grãos, sobretudo para o cultivo do arroz irrigado.

A propósito, relatório divulgado pela **Gazeta Mercantil**, sob o título Dossiê Tocantins, nova fronteira, atesta que o arroz é o principal produto da agricultura tocantinense, seguido da soja e do milho, com área de plantio e colheitas semelhantes. A cultura de feijão, basicamente voltada para a subsistência, tem pouca representatividade, não passando de 1,5 mil toneladas, em duas safras anuais.

Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, confirmam que a cultura de arroz ocupou aproximadamente 168 mil hectares, no ano passado, esperando-se uma colheita superior a 450 mil toneladas, nas safras seguintes, uma vez que os números tendem a crescer, em conseqüência do avanço da irrigação, que é uma garantia de alta produtividade.

Também, a existência de empreendimentos no Tocantins, que ultrapassam a média do Estado, como a Fazenda Praia Alta, no Município de Lagoa da Confusão, que conseguiu em média 4.980 quilos por hectare, e como a Companhia Brasileira de Agropecuária – Cobrape, no Município de Formoso do Araguaia, que colheu a média de 5.580 quilos por hectare.

Quanto à soja, destaca-se a região agrícola de Pedro Afonso, Município situado na bacia do rio Tocantins, no nordeste do Estado, onde 40 mil hectares de terras foram divididos em áreas de preservação ambiental e de produção. Há 2 anos, os produtores conseguiam colher 50 sacas por hectare, bastante superior à média nacional de 30 sacas por hectare.

No Estado, são áreas importantes de cultivo de soja as situadas em Taguatinga, nos limites com a Bahia, e Campos Lindos, na divisa com o Maranhão.

Até o ano passado, com o Prodecer III, foram beneficiados 40 colonos, filiados à Cooperativa Agrícola de Pedro Afonso – COAPA, que ocupam uma área total de 40 mil hectares, aproveitada para o cultivo agrícola. As culturas desenvolvidas são as de soja, milho, arroz de sequeiro e caju, prevendo-se uma produção anual desses produtos superior a 80 mil toneladas.

Identifica, finalmente, que a pecuária tocantinense é desenvolvida e desfruta de fatores naturais como o clima quente e úmido, que favorece o crescimento das pastagens e o aumento de peso dos animais. O rebanho do Estado, de cerca de 5,5 milhões de cabeças, é o segundo maior da Região Norte do Brasil.

Além disso, as perspectivas do setor indicam crescimento acelerado do Tocantins. De acordo com o Centro de Informação da **Gazeta Mercantil**, os investimentos programados para o Estado, até o ano 2003, somam 3,6 bilhões de reais.

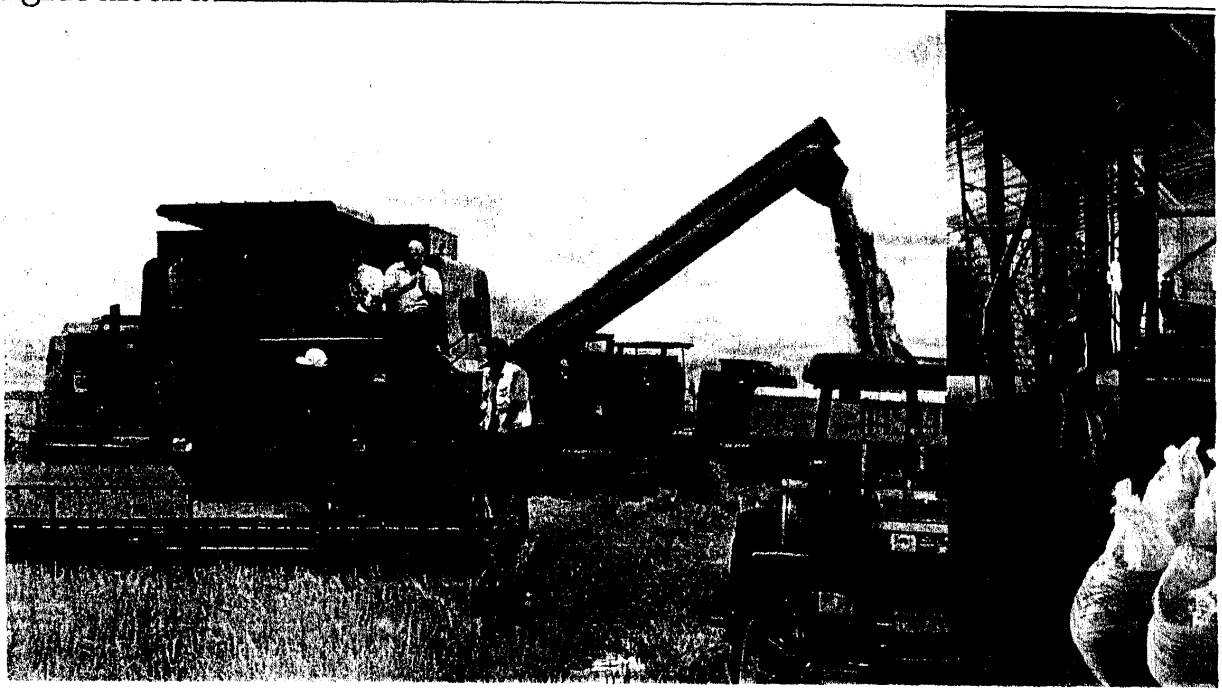
A maior parte desses recursos, um total de 2,9 bilhões de reais, está direcionada para o setor de serviços públicos, com projetos bancados pelos Governos Federal e Estadual, especialmente na área de estradas, energia, água e sistema de telecomunicações. Outros 764 milhões de reais constituem investimentos privados, na capital e no interior.

Concluímos, Sr. Presidente, esta breve intervenção, consignando que todo esse esforço dá bem a medida dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo do nosso Estado, também na área da agricultura, representativos da prioridade assumida quanto à consolidação econômica do Tocantins, e do forte empenho com que lá se procura contribuir, de forma cada vez mais relevante, para o desenvolvimento do País.

Era o que tínhamos a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Agricultura



Produção de grãos em larg

Para consolidar o Tocantins como uma nova fronteira ;rícola do país, o Governo do Estado, através da Secretaria ı Agricultura e o Grupo Executivo de Recursos Hídricos - ERH, vem priorizando investimentos em infra-estrutura e cnologia visando oferecer todas as condições para a odução agrícola em larga escala. Assim, a grande sponibilidade de recursos hídricos, aliada às condições voráveis dos solos e do clima resultam em condições ideais ıra o desenvolvimento da agricultura irrigada. Entre os ogramas em andamento e em implantação se destaca o ojeto Javaés, uma área bruta de várzeas de 750.000 ctares, dos quais 500 mil são ideais para o aproveitamento droagrícola. Um espaço propício para o cultivo de duas fras anuais de culturas como arroz irrigado, soja, milho, jão, girassol, algodão, tomate industrial e frutas.

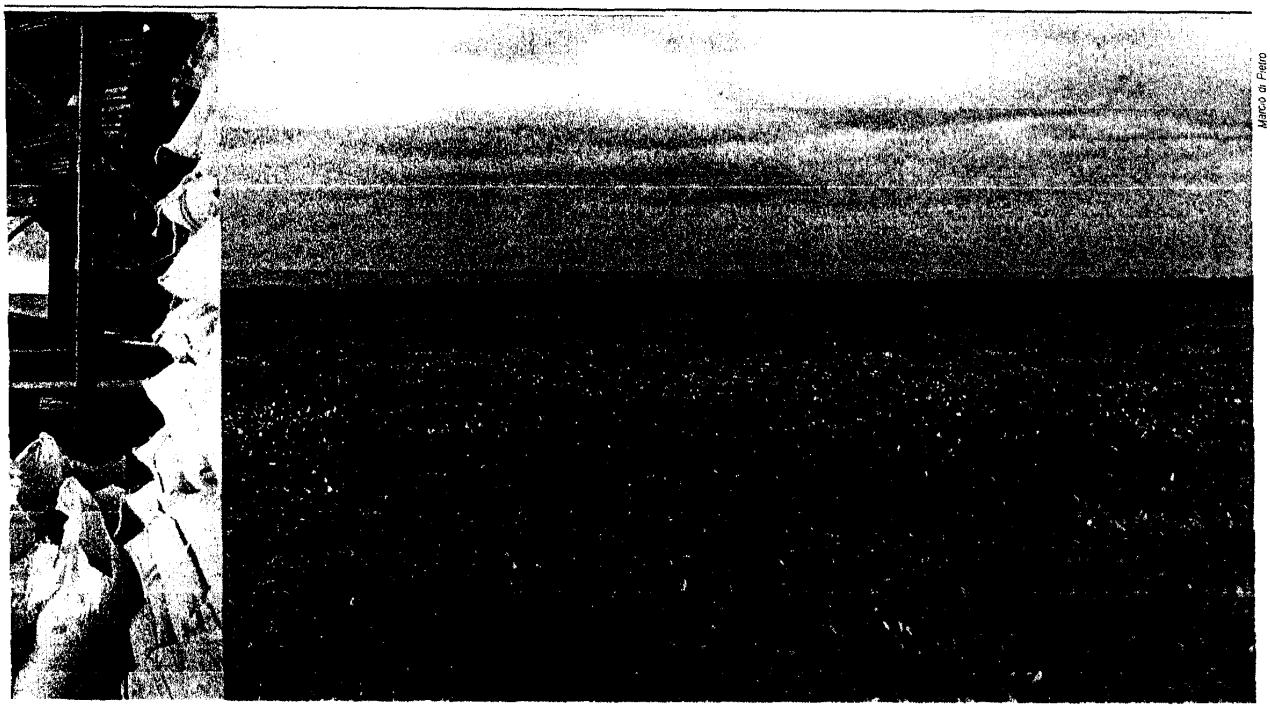
Segundo o secretário da Agricultura Jalbas Aires anduca, o projeto busca viabilizar o uso adequado dos cursos regionais, particularmente no que se refere ao roveitamentos múltiplo das potencialidades hídricas, ssibilitando o desenvolvimento energético e o fomento à ricultura, envolvendo toda região de influência do projeto, e compreende os municípios de Araguaçu, Sandolândia, istalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Paraíso, Pium e goa da Confusão. "Toda essa área será transformada num portante pólo de produção agrícola, especialmente de ios, assegurado a absorção da mão-de-obra disponível, evando o nível de renda regional e envolvendo principalmente a produção rural", afirma Manduca.

O projeto prevê em sua primeira fase a implantação de uma área experimental, para realização de pesquisas, visando solucionar problemas específicos, como seleção de culturas adaptáveis, variedades de arroz, uso de tecnologia apropriada, sistemas de manejo do solo e da água. Para o secretário executivo de GERH Anísio Pedreira, tal medida é necessária tendo em vista suas principais limitações na inundação periódica na época chuvosa e no acentuado déficit hídrico na época da seca. explica

Segundo Anísio Pedreira a elaboração dos sub-projetos e o gerenciamento dos recursos hídricos quanto a irrigação e drenagem do rio Javaés e seus afluentes, ou seja, o abastecimento de água nas áreas produtivas, construção de infra-estrutura de sistematização de áreas barragens, têm o acompanhamento dos técnicos do GERH. As barragens projetadas são as de Riozinho, Pium, Dueré, Formoso, Urubu e Xavante, sendo que as duas últimas estão em fase de elaboração do projeto básico, com suas execução prevista para este ano.

BICO DO PAPAGAIO

A mesma filosofia será aplicado no extremo norte do Estado, no Bico do Papagaio, que corresponde a uma área próxima a confluência dos rios Araguaia e Tocantins com a implantação do "Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Bico do Papagaio". Segundo Anísio


Marco di Pietro

a escala

Pedreira programa prevê a utilização racional dos recursos hídricos com a viabilização do transporte hidroviário, a interligação intermodal com a Ferrovia Norte-Sul e a implantação de infra-estrutura básica de sistema de irrigação, numa área de 380.000 hectares. Prevê ainda um amplo aproveitamento na piscicultura, recreação, lazer e geração de energia.

O Secretário Jalbas complementa que o projeto vai introduzir novos modelos de exploração agrícola, baseados no uso da irrigação, o que garante a produção e aumenta a produtividade através da adoção de cultivos de maior valor econômico, além da expansão da fruticultura, suplementada, nos períodos de déficits hídricos, por sistema de irrigação localizada e o incentivo a implantação de agroindústrias. "Soma-se a essas tecnologias o programa de eletrificação rural do Governo do Estado e sistema multimodal de transporte", finaliza Jalbas.

A área do projeto compreende os municípios de Araguatins, Esperantina, Buriti, São Bento, Cachoeirinha, Augustinópolis, São Sebastião, Carrasco Bonito, Sampaio, Praia Norte, Xambioá, Ananás e Riachinho. O secretário adianta que está em fase de elaboração o projeto básico de uma área prioritária, o sub-projeto Sampaio, que compreende o aproveitamento de áreas situadas na vertente do rio Tocantins, desde o Município de Itaguatins até as cidades de Sampaio e São Sebastião. Trata-se de áreas planas, aptas à produção de grãos, principalmente do cultivo do arroz irrigado. *(Pena Forte).*

Governador garante funcionamento do Prodecer III

O Governador Siqueira Campos assinou o Decreto de nº 905 de 1º de março de 2000 que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a Unidade de Beneficiamento e Armazenagem de Grãos do Prodecer III - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados. A Unidade está localizada-na área de terreno rural no município de Pedro Afonso, loteamento Lajeado 2º Etapa.

A medida visa garantir aos produtores a infra-estrutura de apoio necessária para a sobrevivência do Programa. O Governo entende, também, que a Cooperativa Agropecuária Mista São João, que representava os colonos, desviou o objetivo do programa e inibiu a capacidade de beneficiamento e armazenamento de grãos na região de sua influência. Para o Governador Siqueira Campos, o Prodecer III – Piloto, assume, potencialmente, importante função no desempenho do setor agrícola do Estado.

A Unidade de Beneficiamento e Armazenagem de Grãos do Prodecer III é composta de uma moega/tombador/casa de máquinas, com todos os seus equipamentos, e capacidade de 240t, dois conjuntos de pré-limpeza, com capacidade para 40t/h, um silo pulmão, dez silos de estocagem, uma balança rodoviária e um secador com capacidade para 1.200t/dia.

De acordo com o documento, a Procuradoria Geral do Estado adotará as providências necessárias para o cumprimento do Decreto. *(Kiara Lubick)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Compareceram os seguintes Srs. Senadores:

Senado Federal

LISTA DE COMPARECIMENTO

SESSÃO NÃO DELIBERATIVA E CONGRESSO NACIONAL

Nº Sessão: 1
Data Sessão: 06/02/2001

Data Início: 06/02/2001
Data Fim: 06/02/2001

Hora Início: 7:49:30
Hora Fim: 20:58:25

Partido	UF	Nome do Senador	Lista	Vot.	Quo.
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	X		
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X		
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		
PTB	MG	ARLINDO PORTO	X		
PFL	MA	BELLO PARGA	X		
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	X		
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	X		
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	X		
PPS	PE	CARLOS WILSON	X		
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X		
PFL	BA	DJALMA BESSA	X		
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	X		
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	X		
PPB	RO	FERNANDO MATJSALÉM	X		
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	X		
PFL	PI	FREITAS NETO	X		
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	X		
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	X		
PSDB	RN	GERALDO MELO	X		
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X		
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	X		
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	X		
PMDB	GO	IRIS REZENDE	X		
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X		
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	X		
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X		
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X		
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X		
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	X		
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	X		
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	X		
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X		
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	X		
BLOCO	AC	JULIO EDUARDO	X		
PFL	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X		
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	X		
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X		
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	X		
	PA	LUIZ OTÁVIO	X		

Partido	UF	Nome do Senador	Lista	Vot.	Quo.
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X		
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X		
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X		
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	X		
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	X		
PFL	RO	MOREIRA MENDES	X		
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X		
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	X		
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X		
PSDB	RJ	NILO TEIXEIRA CAMPOS	X		
PSDB	PR	OSMAR DIAS	X		
PPS	ES	PAULO HARTUNG	X		
PFL	BA	PAULO SOJTO	X		
PSDB	SP	PEDRO PIVA	X		
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X		
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X		
PSDB	ES	RICARDO SANTOS	X		
PPS	PE	ROBERTO FREIRE	X		
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X		
PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	X		
PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	X		
PFL	SP	ROMEU TUMA	X		
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	X		
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	X		
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	X		
PMDB	RN	TASSO ROSADO	X		
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X		
BLOCO	AC	TIÃO VIANA	X		
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X		
PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	X		

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos.)

ATA DA 163ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2000

(Publicada no DSF de 29 de novembro de 2000)

RETIFICAÇÃO

No Sumário da Ata, à página nº 23023, 1ª coluna, no item 1.2.2, referente à leitura de Pareceres.

Onde se lê:

Nº 1.147, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 237, de 2000, do Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho, para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Leia-se:

Nº 1.147, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 237, de 2000, do Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho, para compor o Superior Tribunal de Justiça – STJ, na vaga destinada a Desembargador do Tribunal de Justiça.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

6-2-2000

Terça-feira

14:30 – Sessão não deliberativa do Senado Federal

18:30 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Ata da 5ª Sessão Deliberativa Ordinária em 8 de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Nabor Júnior, Djalma Bessa

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocinio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 86, de 2001 (nº 2.098/2000, na origem), de 27 de dezembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2000 (nº 3.520/2000, na Casa de origem), que prorroga o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.164, de 2000, de 27 de dezembro de 2000.

Nº 88, de 2001 (nº 14/2001, na origem), de 10 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1995-Complementar (nº 220/98-Complementar, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nº 109/2001, de 31 de janeiro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 621, de 2000, do Senador Ademir Andrade.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PARECER

PARECER Nº 2, DE 2001

Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que (Altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. (Estabelecendo que a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração da Lei Orgânica da Seguridade Social ou do seu regulamento, incidirá nas penalidades nela previstas).

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Poder Executivo, propõe a alteração do artigo 41 da Lei nº 8.212, de 1991, com a posterior redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, tendo em vista a necessidade de extirpar-lhe dupla constitucionalidade, alegada pelo Sr. Ministro da Previdência, em sua Exposição de Motivos. Trata-se de adequar as penalidades impostas à autoridade ou servidor público que infringir ou der causa a infração deste diploma legal.

A matéria foi aprovada sem alterações no seu texto original na Câmara dos Deputados, recebendo pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, ambos pela aprovação.

Segundo Exposição de Motivos do Ministério da Previdência, o texto atual da lei contém dupla inconstitucionalidade ao estabelecer a responsabilidade objetiva do dirigente de órgão público pelas faltas ou infrações cometidas pelo órgão ou por servidor do próprio órgão e ao ignorar o direito de defesa ao determinar a requisição de pagamento da multa em folha de pagamento, sem qualquer contraditório.

Esse fato, entretanto, não elimina a necessidade de que um novo texto garanta ao fiscal da previdência um liame direto, um nexo de causalidade, entre a conduta do eventual agente infrator e o fato ocorrido. É preciso, em suma, que a lei possa tipificar claramente a prática de infração.

A redação atual do artigo 41 da Lei nº 8.212, de 1991, tem suscitado, inclusive, inúmeros problemas operacionais entre o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS e os dirigentes de órgãos municipais que estão filiados ao sistema previdenciário. O mesmo pode-se dizer referentemente àqueles que não se encontram no Regime Geral de Previdência Social, por terem criado regime próprio de previdência.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

É o relatório.

II – Voto

Compete regimentalmente a esta Comissão de Constituição e Justiça proferir parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental. A matéria está elencada entre as de competência legislativa da União, definidas no art. 22 da Constituição Federal. Não há reparo também quanto à legitimidade de iniciativa do Sr. Presidente da República, amparada pelo art. 61 da Carta Magna. Não está a presente proposta eivada de qualquer inconstitucionalidade, uma vez que garante aos litigantes e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa em processo judicial ou administrativo, sendo inequívoca sua harmonia com o art. 5º da Lei Maior, no seu inciso LV.

A redação ora proposta ao art. 41 da Lei nº 8.212, de 1991, que teve nova redação dada pela Lei nº 8.620, de 1993, nutre a norma de maior clareza e eficácia, tomando-a aplicável aos inúmeros casos de infração registrados no âmbito da Previdência Social envolvendo os atores e agentes citados.

Tendo em vista o que acima foi relatado e considerando a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do presente Projeto de Lei, opino pela sua integral aprovação.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2001. – **José Agripino**, Presidente – **José Fogaça,** Relator – **Carlos Bezerra – José Eduardo Dutra – Djalma Bessa – Pedro Simon – Roberto Freire – Alvaro Dias – Eduardo Suplicy – Mozarildo Cavalcanti – Ramez Tebet – Bernardo Cabral – Amir Lando.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasilei-

ros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V – serviço postal;

VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII – comércio exterior e interestadual;

IX – diretrizes da política nacional de transportes;

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI – trânsito e transporte;

XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV – populações indígenas;

XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX – sistemas de consórcios e sorteios;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII – seguridade social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

"XXVII — normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;"

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

.....

Subseção III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

"**c)** servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;"

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Alínea incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

"**f)** militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reformia e transferência para a reserva."

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (n.º 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei n.º 8.620, de 5 de janeiro de 1993, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão por cinco minutos, como Líder, para fazer uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não deixa de ser preocupante o contínuo aumento da população mundial. Hoje estimada em seis bilhões de pessoas, alcançará oito bilhões em 2028, segundo projeção da ONU. Naturalmente são bem-vindos todos quantos nascem, um direito inalienável dos casais que os desejam. E é generalizado o desejo de que as novas gerações encontrem os meios adequados, especialmente a saúde e a instrução qualificada, para se inserirem no mercado de trabalho na busca das suas realizações.

No Brasil, o resultado preliminar do Censo Demográfico 2000 indica o contingente de 169.544.443 pessoas para a população brasileira na data de referência 1º de agosto de 2000. A taxa de urbanização, por outro lado, mostra que 81,2% da população brasileira residem atualmente em áreas urbanas, assim esvaziando os campos e ampliando, nas cidades, os conhecidos problemas de infra-estrutura.

O estabelecimento de uma política demográfica, portanto, vai-se tornando entre nós uma exigência inadiável, pois com ela se pretenderia oferecer melhores condições de vida para as populações de hoje e do amanhã.

Política demográfica é tema que envolve objetivos e interesses mundiais. Isso não implica, porém, que cada nação deixe de fazer a sua parte. Ao contrário, aumenta o grau de responsabilidade dos países, que têm o dever de preservar e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Veja-se o exemplo do continente africano, cujos dados busco em estudo do professor Eduardo L. G. Rios Neto, Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ali se registra a mais alta fecundidade mundial, traduzida em 5,1 filhos por casal nos anos de 1995-2000, em ambientes sabidamente insalubres e paupérrimos. Com as populações de Botsuana, Zimbábue, Zâmbia, Namíbia, Malaui e África do Sul infectadas pelo vírus da Aids em expressivos e lamentáveis percentuais, dados das Nações Unidas estimam que, até 1997, 11 milhões e 700 mil pessoas já haviam naquela região morrido da doença. Em 2015, já terão morrido nesses mesmos territórios, por causa da Aids, 60 milhões de pessoas, das quais 15 milhões de crianças, que não nascerão pela morte prematura das mães.

Para se ter uma idéia chocante dessa dramática situação, lembra o citado estudo que a peste negra, que ocorreu de 1347 a 1351, matou no mundo 20 milhões de pessoas, e a gripe espanhola, de 1917 a 1919, outros 20 milhões, cifras que vão sendo apequenadas pelo ímpeto disseminador da Aids.

Isso ocorre, Sr. Presidente, não somente pela ausência de saneamento ou de outras políticas públicas, mas principalmente pela desinformação. A alta fecundidade do continente africano talvez não ocorresse se ali existissem ajuda e esclarecimentos objetivos em torno do planejamento familiar e da consci-

entização do que sejam a paternidade e a maternidade responsáveis, o que já se conquistou em grande parte das nações ocidentais. Com esclarecimentos e ajuda, também não seria tão dizimador o efeito do vírus da Aids, que encontrou naquele continente superpovoado o ambiente propício para a sua propagação.

Em termos demográficos brasileiros, verifica-se, com o resultado preliminar do Censo 2000, que as regiões Norte e Nordeste ainda mantêm as maiores proporções de população rural com 30,3% e 31%, respectivamente. Portanto, não têm inchado, como nas regiões do sul, os espaços urbanos, ainda preferindo as dificuldades do campo às incertezas das cidades grandes. Digo "ainda" porque, sem sombra de dúvida, tal situação se inverterá se as nossas áreas rurais, especialmente as do Nordeste, continuarem negligenciadas pelo poder público. E, segundo penso, não é do interesse brasileiro o esvaziamento dos campos produtivos, para os quais devíamos levar apoio maciço para que até mesmo atraíssem a força do trabalho que não encontra espaços nem condições de ativar-se nos grandes centros urbanos.

Recentemente, foi divulgado o chamado Índice de Desenvolvimento Infantil, elaborado pela Unicef, um Fundo das Nações Unidas para a Infância. O Brasil foi o primeiro país do mundo em que o órgão internacional aplicou o cruzamento das estatísticas sociais para a elaboração desse novo estudo. A conclusão foi a de que 49,5% dos municípios brasileiros apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Infantil.

Nesse cômputo, Srªs e Srs. Senadores, estão todos os 5.507 municípios brasileiros, entre os grandes e os pequenos. Se nas grandes metrópoles a situação da criança não é boa, pode-se calcular o descalabro que ocorre nas pequenas cidades e, notadamente, naquelas localizadas nas zonas rurais.

Vê-se que aí reside mais um fator de desestímulo para os que militam no interior de nosso País.

De tudo quanto eu disse, eu o disse para mais uma vez bater na tecla da necessidade de se olhar com maior e urgente atenção, em função mesmo do interesse nacional, para os nossos homens do campo e, especialmente, para os que labutam nas terras nordestinas. Até lá, devem chegar não somente o crédito rápido e fácil, mas também as informações, a orientação social familiar, o conforto simples das casas mesmo modestas, o lazer, similares ao que recebem os camponeses dos países bem organizados.

A nossa aspiração é que a conquista dessa situação social-econômica, que nada tem de utópica, sensibilize cada um dos nossos homens públicos, despertando-nos todos para a premência de se visualizar no campo a solução para tantos dos nossos problemas, que comprometem significativamente o desenvolvimento nacional, e levando aos que labutam na terra, além das informações que se expandem nas áreas urbanas – inclusive as referentes ao planejamento familiar -, o estímulo para que da terra obtenham o ganho justo, capaz de lhes garantir, e às suas famílias, uma vida digna e frutuosa.

A Fundação IBGE e a Unicef merecem os melhores aplausos pelo trabalho que realizaram. O Censo Demográfico 2000, que continuará divulgando seus resultados até dezembro de 2002, oferece ao poder público as informações imprescindíveis para traçar, com equanimidade, as linhas mestras das políticas públicas a serem adotadas para atender às populações que se sediam nos vários pontos do País. E o trabalho da Unicef, baseado nos dados de saúde e educação do IBGE, do MEC e do Ministério da Saúde, sinaliza os pontos frágeis que estão comprometendo o desenvolvimento sadio e promissor das nossas crianças.

São instrumentos de ajuda, Sr. Presidente, que muito podem colaborar para a realização das políticas que visam ao bem-estar do povo brasileiro, os quais merecem toda a nossa atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Djalma Bessa.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Como Líder.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveitando esses poucos minutos, gostaria de registrar um acontecimento muito importante no meu Estado, o Estado do Mato Grosso do Sul. Como sul-matogrossense, como representante de Mato Grosso do Sul aqui no Senado da República, não posso deixar passar despercebida uma data de muito orgulho, de justa satisfação para a população sul-matogrossense: é que está completando quase meio século de existência – 47 anos de trabalhos ininterruptos -, dentro de uma linha verdadeiramente de-

mocrática, obedecendo os rigorosos postulados da ética jornalística, o maior veículo do Estado de Mato Grosso do Sul, que é o **Correio do Estado**.

É tão expressiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a participação desse órgão de imprensa, de comunicação no cotidiano do meu Estado que quero dizer que a sua história se confunde com a própria história de Mato Grosso do Sul.

O **Correio do Estado** teve um papel proeminente na luta secular da divisão do Estado de Mato Grosso, portanto, pela criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Em suas páginas estão registrados todos os feitos memoráveis históricos de interesse da população sul-matogrossense. São páginas, Sr. Presidente, de idealismo, de amor ao Brasil, escritas com destemor, com coragem e com determinação.

O **Correio do Estado** é um órgão tão importante para Mato Grosso do Sul que há quem diga que nenhuma pessoa que queira estar bem informada pode sair de sua casa sem antes folhear as páginas desse importante órgão de imprensa.

Cumpre assinalar que o **Correio do Estado**, durante todo esse quase meio século de existência, jamais perdeu a perspectiva regional, isto é, sua penetração atingiu as mais remotas localidades do Estado. É uma relação de confiança que se sustenta no tempo, evidentemente graças à coerência de sua linha editorial, voltada para preencher as expectativas dos sul-matogrossenses. O **Correio do Estado**, portanto, é motivo de orgulho para todos nós.

E eu não poderia, Sr. Presidente, fazer o presente registro sem ainda falar nos homens que estão à frente dessa grande empresa. Refiro-me ao seu fundador, J. Barbosa Rodrigues, o idealizador do **Correio do Estado**, cujo ideal se renova a cada dia e permanece vivo nas páginas diárias desse importante órgão de imprensa do meu Estado.

É um privilégio, sem dúvida, sonhar e ver o sonho realizado. Os idealizadores, principalmente a família Barbosa Rodrigues, sonharam e estão vendo concretizado esse sonho que se renova a cada dia em favor do Estado de Mato Grosso do Sul e de toda a nossa região.

O jornal tem à sua frente hoje o destacado jornalista e homem de imprensa Antônio João, que está fazendo com que o **Correio do Estado** tenha, cada vez mais, uma melhor apresentação. O jornal hoje aparece com um rosto moderno, com notícias locais, com notícias nacionais e com notícias internacionais. Se nós todos sabemos que a liberdade de imprensa é importante para o exercício da democracia, quero dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que no meu Estado esse importante órgão de imprensa está a serviço das causas democráticas de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Este era o registro que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico que estou reassumindo o exercício do meu mandato no dia de hoje.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2001. – Senadora **Marina Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. S. Exª dispõe de vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para tratar de um assunto importante para a economia, para a saúde dos trabalhadores e para a ecologia: o aproveitamento racional do amianto.

Recebi ofício da Prefeitura Municipal de Minaçu, no Estado de Goiás, solicitando meu apoio para que seja encontrada uma solução adequada para a indústria do amianto, principal fonte de renda e emprego daquele Município.

Trata-se de um assunto que não vem sendo tratado convenientemente, para não se falar de uma abordagem superficial e emocional dessa matéria.

O Estado de Mato Grosso do Sul acaba de editar a Lei nº 2.210, de 5 de janeiro de 2001, proibindo a fabricação, o ingresso, a comercialização e a estocagem de produtos à base de amianto destinados à construção civil em todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul. O assunto já está regulado pela Lei federal nº 9.055, de 1º de junho de 1995, que disciplina a extração, a industrialização, a utilização, a comercialização, o transporte e a estocagem do amianto e dos produtos que o contêm.

Evidentemente, não cabe aos Estados regular matéria de competência da União, principalmente por envolver recursos minerais, ainda mais quando se trata de banimento do uso e da comercialização de um

produto importante do ponto de vista social e econômico.

Não pretendo invadir a área de competência privativa do Poder Judiciário, que certamente se pronunciará sobre o assunto, mas a racionalidade jurídica e econômica e a preservação dos princípios federativos recomendam que os Estados não podem fazer o que os países ricos fazem conosco: criar barreiras econômicas, sanitárias, ecológicas, proibir a livre circulação de mercadorias não ilícitas no território nacional.

Evidentemente, se fosse facultado aos diversos Estados criar barreiras, praticar retaliações econômicas e outras práticas comerciais abomináveis e muito usuais nos países ricos em relação aos países pobres, esse farisaísmo nos levaria à negação e, finalmente, à destruição da própria Federação, pois todos teriam o direito de vetar a circulação e comercialização de produtos elaborados nos territórios de outros Estados.

Isso nos levaria ao caos social e econômico, à desagregação nacional e ao desrespeito à lei, com guerra fiscal, econômica, administrativa, ecológica, para citar apenas algumas das possíveis retaliações entre Estados.

Hoje o Brasil é vítima de uma trama internacional em que é injustamente acusado de ser suspeito do chamado mal da vaca louca. Amanhã, também todos os Estados brasileiros poderão ser vítimas desse processo deletério, com a proibição e o banimento da livre circulação de mercadorias legalmente produzidas.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, espero que o Sr. Governador do Estado do Mato Grosso do Sul tenha a grandeza de rever a Lei nº 2.210, de 5 de janeiro de 2001, por tratar-se de um ato radical e injustificado, com repercussões sociais e econômicas sérias na economia do Estado de Goiás, comprometendo a vida econômica de milhares de pessoas do Município de Minaçu e do Estado de Goiás, que dependem dramaticamente da industrialização do amianto.

Não se trata de defender agressão ou desrespeito à saúde dos cidadãos ou ao meio ambiente, pois a lei federal que trata da matéria já proíbe a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização das variedades de amianto que podem produzir danos à saúde. O que aqui estou defendendo é a utilização segura, controlada, com base em normas de higiene e medicina do trabalho para prevenção dos riscos do asbesto*/amianto da variedade crisolita, conforme já previsto na Lei Federal nº 9.055, de 1º de junho de 1995.

É obrigação do Governo Federal estabelecer normas de segurança e sistemas de acompanhamento dessas atividades, assim como promover e incentivar as instituições públicas e particulares à realização de pesquisas científicas e tecnológicas para utilização, sem riscos à saúde humana, do asbesto/amianto da variedade crisolita.

Essas pesquisas têm apoio legal e financeiro garantido pela referida Lei nº 9.055, que estabelece linha especial de financiamento dos órgãos governamentais responsáveis pelo fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é essa a minha posição na defesa do direito do trabalho, do direito à renda de milhares de trabalhadores do meu Estado de Goiás, principalmente do Município de Minaçu. Defendo essa posição de forma objetiva e racional, pois podemos explorar recursos minerais sem causar malefícios à saúde das pessoas nem riscos ambientais, desde que seguindo normas de segurança estabelecidas por pesquisas científicas e tecnológicas.

Não podemos aceitar posições radicais, extremas, ideológicas ou sectárias, principalmente no trato de questões relacionadas à saúde ou ao emprego de milhares de trabalhadores. Em um mundo perigoso, cheio de substâncias tóxicas, radioativas e explosivas, o amianto representa apenas uma pequena parcela de risco para os seres humanos, principalmente quando consideramos as suas milhares de utilizações industriais e comerciais.

Sabemos que existem interesses financeiros envolvidos, provenientes de setores que desejam fabricar produtos substitutos do amianto. É um direito da concorrência. É um direito do livre mercado, que não deve ultrapassar os limites do razoável e partir para o banimento do amianto, elegendo-o como notório inimigo público.

Além de tudo isso, existe um grave problema de coerência, Senador Ramez Tebet. Se é para manter um mínimo de coerência de atos e ações, antes do banimento do amianto, outros produtos muito mais perigosos deveriam ser proibidos pelo Governador do Mato Grosso do Sul. Não teríamos tempo para nomear produtos e substâncias altamente perigosos para a vida e para a saúde, mas o fumo, o álcool, grande número de medicamentos vendidos em farmácias, as armas, as munições, as usinas atômicas e o automóvel teriam quer ser proibidos para que haja um mínimo de coerência de atos e ações do Governador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mauro Miranda, surpreende-me o conteúdo do discurso de V. Exª, porque confesso que, embora representando aqui, no Senado da República, o Estado de Mato Grosso do Sul, eu desconhecia o assunto que V. Exª ora traz à tribuna. Desconheço o teor da lei sancionada pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul proibindo a entrada do amianto do Estado de Goiás no território sul-mato-grossense. Todavia, prometo inteirar-me a respeito do assunto, mas, a princípio, quero lhe prestar a minha solidariedade. V. Exª está fazendo um pronunciamento em defesa do seu Estado, e o faz com equilíbrio, sensatez. Essa é a razão fundamental da existência desta Casa: tentar, realmente, resolver os possíveis problemas existentes entre as Unidades da Federação brasileira. A mim, por exemplo, causa-me espécie, porque todos sabem a minha posição de defesa da preservação e conservação do meio ambiente aqui no Senado da República. Não há nenhum de nós que não defenda isso. Mas, a pretexto exclusivamente de defender o meio ambiente, não podemos impedir o desenvolvimento. De que nos adianta o desenvolvimento com pobreza, com miséria? Isso, Senador Mauro Miranda, é inadmissível. Não podia imaginar que o amianto fosse uma substância que estivesse fora do nosso controle, tendo em vista a avançada tecnologia que hoje existe, de poder utilizá-lo sem nenhuma agressão ao meio ambiente. Portanto, em princípio, dou-lhe inteira razão, até porque V. Exª é um goiano que tem parte do seu coração em Mato Grosso do Sul, pois tem um irmão que governou Mato Grosso do Sul, conhece, portanto, perfeitamente o meu Estado, assim como eu, sul-mato-grossense, tenho uma parte de mim no Estado de Goiás, pelos laços de amizade que me unem a V. Exª, que me unem a esse nosso grande líder Iris Rezende, a Maguito Vilela e a tantos outros ilustres líderes do Estado de Goiás. Quero, portanto, unir a minha voz à de V. Exª. Vou inteirar-me mais profundamente a respeito do assunto, para ter mais consistência, prometendo a V. Exª que intercederei para que não haja diferença que possa separar Estados tão amigos e tão fraternos. Ambos os governadores, com a responsabilidade que têm, devem encontrar rapidamente uma solução para esse problema. Ainda bem, Senador Mauro Miranda, que é V. Exª quem está nesta tribuna, sereno, equilibrado, mas defendendo com firmeza os interesses do Estado de Goiás. Quem me escuta falar pode ter a impressão de que estou contra os interesses do Mato Grosso do Sul. Absolutamente, estou surpreso com o assunto que V. Exª traz a esta tribuna, porque positivamente estamos preocupados com o problema a que V. Exª aludiu: boicotes internacionais contra o desenvolvimento do País, e contra os quais os brasileiros devem estar unidos. Há casos recentes como a questão do mal da vaca louca. Isso é infâmia! É difamação! É injúria! Felizmente, leio nos jornais de hoje que o Canadá está retrocedendo em sua atitude. Quero acreditar que esta lei do Estado de Mato Grosso do Sul possa ser revista, porque não é possível que a tecnologia não permita que o amianto seja utilizado sem agressão ao meio ambiente. E V. Exª afirmou que existe lei federal que regulamenta a matéria. Quero cumprimentar V. Exª pela maneira serena e equilibrada com que defende os interesses de Goiás, sem agredir o Mato Grosso do Sul. Prometo, na próxima semana, inteirar-me sobre a verdadeira motivação da lei editada pelo Governador de Mato Grosso do Sul. No Senado da República, temos de trocar idéias para encontrarmos uma solução, mas não sem antes fazer um apelo aos dois governadores para que encontrem uma solução que atenda aos interesses dos dois Estados. Era o que eu tinha a dizer sobre o brilhante pronunciamento de V. Exª.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Ramez Tebet profundamente. É exatamente o espírito de irmandade que sempre existiu entre nós, goianos e sul-mato-grossenses, que me traz a esta tribuna para fazer este apelo aos Srs. Senadores. Inclusive, já o fiz pessoalmente aos outros dois Senadores do Mato Grosso do Sul, Lúdio Coelho e Juvêncio da Fonseca, para que S. Exªs também nos ajudem nesse entendimento político. Uma retaliação talvez pessoal ou mal informada de um governador poderá atrapalhar as relações entre os irmãos de Mato Grosso e de Goiás.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senador Mauro Miranda, V. Exª me concede um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Concedo a palavra ao meu amigo, Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mauro Miranda, pelo aparte que V. Exª me concede. A preocupação manifesta de V. Exª nesta manhã não me surpreende, uma vez que V. Exª tem demonstrado, ao longo da sua vida pública, estar sempre atentos aos interesses maiores do nosso Estado. Indiscutivelmente, essa questão do amianto é do interesse de Goiás. Por duas vezes, eu me pronunciei desta tribuna a respeito dessa questão. Por duas

vezes, denunciei a iminência de uma proibição por parte do Conama da exploração e do uso do amianto no Brasil. Inclusive, adverti o próprio Ministro, pessoalmente, da atitude daquele Conselho, que estava, talvez inconscientemente, sendo instrumento de interesses de multinacionais contra os interesses nacionais. E nesses dois pronunciamentos mostrei com absoluta clareza que o amianto **crisotila** não é cancerígeno. E não disse isso simplesmente por dizer. A USP, por meio dos mais renomados cientistas, emitiu oficialmente esse parecer. O que acontece, ilustre Senador Mauro Miranda, Srªs e Srs. Senadores, é que uma multinacional, mais especificamente uma **holding** francesa, produz a fibra sintética, e o amianto é um concorrente forte para essa fibra sintética fabricada na França. Essa **holding** se entendeu com a empresa que explora o amianto em Goiás, porque ela faz parte da **holding**. Bem, os sindicatos de trabalhadores franceses e alemães – essa é a informação extra-oficial que me chegou –, envolvidos na produção dessa fibra sintética na Europa, contribuem financeiramente com sindicatos brasileiros e exigiram desses sindicatos que levantassem a campanha contra o amianto. E, não sei se por má-fé ou por ignorância, começaram essa campanha, que foi se alastrando. Cheguei a denunciar até que tive informações de que a própria empresa que explora o amianto tinha um acordo com sua superior, porque se o Conama proibisse a exploração do amianto, a empresa que explora a substância em Minaçu*teria direito a indenizações bilionárias, pois a proibição teria sido feita por parte do próprio Governo, que deu a concessão. Vejam bem! Ilustre Senador, parabenizo V. Exª pelo seu pronunciamento. Estou propenso a pedir ao Senado Federal a criação de uma CPI para que este Parlamento se aprofunde nessa questão. Não podemos permitir que interesses além-mar tratem os brasileiros como ingênuos. Não podemos aceitar. Estou absolutamente solidário com V. Exª. E quero crer que o ilustre Governador do Mato Grosso do Sul ou o Parlamentar que apresentou a proposta tenha agido de boa-fé. Nem nós nem os Senadores do Mato Grosso do Sul podemos permitir que uma afinidade fraternal secular entre os sul-mato- grossenses e os goianos venha a sofrer arranhões pela ação de dois governadores que não estão prestando o devido valor a essa amizade, a esse relacionamento formidável que é um dos maiores patrimônio do Centro-Oeste, o relacionamento entre os nossos povos. Isso é que nós Senadores não podemos permitir. E fiquei extremamente gratificado pelas palavras proferidas pelo nosso querido Senador Ramez Tebet. Obrigado, Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Iris Rezende, agradeço muito o aparte de V. Exª.

Repito que houve incoerência na atitude do Governador do Mato Grosso do Sul. Por que S. Exª também não cria uma lei de banimento do uso do cigarro no Estado, já que o fumo mata muito mais que a **crisolita**?É possível se perceber que existe, por detrás dessa incoerência, algum interesse talvez comercial no caso do amianto para prejudicar os trabalhadores da cidade de Minaçu.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo prazer, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Nobre Senador Mauro Miranda, estou acompanhando, atentamente, o seu momentoso e extraordinário pronunciamento, e também os apartes dos brilhantes Senadores Iris Rezende e Ramez Tebet. Esse assunto tem que ser tratado da melhor forma possível e com bastante diplomacia. Eu tenho lido, nos jornais de Goiás e de Mato Grosso, as trocas de farpas entre os dois Governadores, o Zeca do PT e Marconi Perillo. Na realidade, o que o nobre Senador Iris Rezende disse está correto. Os dois Estados são Estados irmãos. Os povos dos dois Estados são irmãos. Então, temos de tratar desse assunto em alto nível, com diplomacia, com a educação que ele realmente merece. E V. Exª chama a atenção tanto dos Srs. Senadores de Goiás como dos de Mato Grosso do Sul para que o tratem com muita profundidade, dando-lhe a importância que merece. Concordo plenamente com V. Exª. Os seis Srs. Senadores têm que discutir, exaustivamente, o problema e pedir aos Governadores que moderem o tom da conversa e não o tratem de forma tão radical e grosseira como vêm tratando. Esse é um problema sério, que precisa ser discutido com seriedade. Portanto, cumprimento V. Exª, congratulo-me com as suas palavras e coloco-me à disposição para, num diálogo permanente, conseguirmos a melhor saída para esse problema, que não é apenas do Mato Grosso do Sul e de Goiás, mas de todo o Brasil e do mundo. Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Agradeço, Senador Maguito Vilela, o seu aparte e, dentro da sua convocação, do seu modo de conversar, que tem seriedade e equilíbrio também – o que está faltando aos governantes dos dois Estados –, deixo aqui

o meu apelo para que o Governador José Orcírio Miranda dos Santos, de Mato Grosso do Sul, determine um novo exame da matéria e adote uma posição racional em termos sociais, econômicos e de defesa do meio ambiente, respeitando os direitos dos cidadãos do Estado de Goiás, dos seus irmãos, dos nossos irmãos, os princípios federativos e a Constituição Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mauro Miranda, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Se o Sr. Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Pois não, Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estava aguardando V. Exª concluir. Senador Mauro Miranda, considero importantes as preocupações que V. Exª aqui traz sobre o ato de sanção do Governador Zeca do PT ao ingresso do amianto no território de Mato Grosso do Sul. Tenho acompanhado os inúmeros pronunciamentos do Senador Iris Rezende e de outros Senadores sobre a questão do amianto e de Minaçu, mas tenho uma visão diferente do problema, porque acompanhei de perto os esforços das inúmeras representações de trabalhadores que se preocuparam com os efeitos do amianto na saúde dos que trabalham com ele. Não conheço bem o teor da legislação que, segundo V. Exª, recentemente foi sancionada pelo Governador Zeca do PT, entretanto conheço bem o Governador e acredito que S. Exª o tenha feito com atenção a mais adequada possível do ponto de vista da preservação da saúde das pessoas. Todavia, dado o pronunciamento de V. Exª, vou solicitar do Governador Zeca do PT informação a mais completa sobre a lei, para saber se estamos tratando de uma lei que resultou de debate da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul e não apenas de um ato do Governador – obviamente, o Senador Ramez Tebet e outros do Mato Grosso do Sul farão o mesmo. Gostaria também de contribuir para o debate com a melhor informação, por isso comprometo-me a voltar ao assunto que hoje V. Exª traz, inclusive com informações do Governador Zeca do PT. Tentei ligar há pouco para S. Exª, mas não houve tempo de falar com ele antes do final do pronunciamento de V. Exª.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Agradeço V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Tenho certeza de que V. Exª poderá ser um mediador para que se restabeleça esse diálogo tão importante. É difícil compreender essa incoerência: proibir-se o amianto, mas não o cigarro. Tenho certeza absoluta, pelas estatísticas, que o uso do cigarro no Mato Grosso do Sul mata ou prejudica muito mais a saúde pública do que o pouco amianto de Goiás.

Muito obrigado pela colaboração de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende, por permuta com o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há aproximadamente quatro dias tenho procurado fazer uso da palavra nesta tribuna, mas o acúmulo de oradores e as questões que chamam a atenção do Parlamento tornaram isso um tanto difícil. Por benevolência do Senador Carlos Patrocínio – a quem agradeço –, que estava inscrito para falar nesta sessão, foi-me dada oportunidade.

Sr. Presidente, em Goiás, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais e nos Estados do Sul do País não se fala outra coisa senão no ato do governo canadense de proibir a entrada de carne brasileira naquele país sob a alegação de que informações solicitadas no passado não foram encaminhadas atempadamente. Como conseqüência, aquele governo assumiu aquela posição devido ao perigo que representa o mal da vaca louca, que assola o rebanho bovino de inúmeros países europeus.

Uma vez que mais de 50% do rebanho bovino brasileiro está nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo que deles apenas Minas Gerais tem outras fontes razoáveis de renda, a pecuária é aí intensa e a economia depende enormemente dela.

O interessante é que no Parlamento brasileiro, em sessão de ontem do Congresso Nacional, salvo engano, tomou-se uma posição. A imprensa brasileira também tem assumido uma posição elogiável.

Sr. Presidente, na nossa região, no nosso Estado sobretudo, o ambiente é de revolta. Não tenha dúvida de que, não fosse a prudência, bastaria que se gritasse daqui para que o povo de Goiás viesse manifestar o seu inconformismo em Brasília. Teríamos, em 48 horas, mais de um milhão de pessoas à porta da Embaixada canadense, demonstrando o seu inconformismo e a sua revolta.

Venho hoje a esta tribuna manifestar o meu inconformismo com a posição do Governo do Canadá, país que – por que não dizer – tem sido amigo do Brasil, que tem sido alvo das atenções do Governo brasileiro. Lamentavelmente, neste momento o Canadá jo-

gou por terra todo um passado de consideração no relacionamento que havia entre os dois países.

Lembro-me, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, que, quando Ministro da Agricultura, em um despacho com o Presidente José Sarney, pedi sua autorização para facilitar a produção de trigo no Brasil. Convoquei os produtores de trigo do sul do País, foi criada uma linha de financiamento e estabelecido um preço de garantia compatível com o custo de produção. Em um ano, o Brasil aumentou de 1,8 milhão de toneladas para 6 milhões de toneladas a produção de trigo. Era quase a auto-suficiência, pois o Brasil consumia 7 milhões de toneladas. O mundo veio abaixo.

Sr. Presidente, lamentavelmente, eu, oriundo do interior do País, desconhecia um acordo entre o Brasil e o Canadá que garantia a compra, anualmente, de 700 mil toneladas de trigo daquele país. Naquela hora, interferiu o Ministério das Relações Exteriores e fui convocado pelo Ministério do Planejamento, que me avisou que o Brasil, em hipótese nenhuma, poderia produzir aquela quantidade de trigo no ano seguinte. Na oportunidade citei um trecho bíblico para dizer que nação prudente é a nação que tem depósito suficiente de alimentos. Até isso eu fiz naquela reunião, para que a área econômica e o Ministério das Relações Exteriores não proibissem o setor agrícola de continuar produzindo trigo.

No ano seguinte, consegui que se produzisse trigo apenas nas áreas plantadas na safra anterior. E o Brasil conseguiu ainda produzir mais de 6 milhões de toneladas.

Deixei o Ministério da Agricultura e, no ano seguinte, a produção voltou ao patamar anterior, de 1 ou 2 milhões de toneladas anualmente. Isso ocorreu em consideração e em respeito ao acordo do Brasil com o Canadá.

Sr. Presidente, não faz muito tempo, encontrava-me eu na chefia do Ministério da Justiça, quando veio ao Brasil a mais alta autoridade do Canadá. Recebi, formalmente, o meu colega canadense e ele me solicitou que desse encaminhamento favorável à solicitação daquele país de transferência dos canadenses aqui condenados pelo seqüestro de Abílio Diniz. Com educação, é claro, eu disse ao meu colega que, conhecendo a sensibilidade do meu povo, recusava-me a tratar daquela questão. Posteriormente, os canadenses aqui condenados pelo seqüestro de um dos mais importantes empresários deste País foram mandados para o Canadá.

Tenho acompanhado, Sr. Presidente, essa guerra natural entre a Bombardier e a Embraer. Mas o Brasil não pode aceitar esse gesto agressivo do Canadá, que se aproveitou de um pretexto, o não encaminhamento de informações, para bulir no item mais sensível da nossa economia. Enquanto eram discutidas questões relacionadas à Embraer, ali estavam os interesses de bilhões de dólares e de alguns milhares de operários. Mas, Sr. Presidente, vieram ferir uma área da nossa economia em torno da qual estão os interesses de milhões de brasileiros. E o Brasil não pode, em hipótese nenhuma, continuar, em um episódio como este, desenvolvendo a diplomacia de coquetéis e de jantares.

A diplomacia brasileira precisa, em determinado momento, expressar a sua ação por cotoveladas, para que aprendam a respeitar este País de 160 milhões de habitantes, que, embora enfrentando problemas sociais sérios, tem a sua dignidade sim. Temos a nossa dignidade, o nosso amor próprio e, conseqüentemente, merecemos respeito.

Os Estados Unidos e o México, por integrarem o Nafta, acompanharam a decisão. Irritou-me, Sr. Presidente, assistir na televisão, anteontem, uma autoridade mexicana anunciando a compra de três aviões brasileiros como se aquilo fosse suficiente para sensibilizar o Brasil e o assunto ficar como está.

Sr. Presidente, aqui estou como Senador da República e também como representante dos pecuaristas do meu Estado, de produtores que, anonimamente, vêm elevando este País a uma posição sonhada por todos nós. Esses pecuaristas, há trinta anos, abatiam um boi de seis anos de idade com quatorze arrobas; hoje, abatem o boi de dois, três anos de idade com mais de vinte arrobas. O que se deve a um trabalho extraordinário da Embrapa, do Governo Federal, das empresas de pesquisa estaduais, mas, sobretudo, aos pecuaristas brasileiros, que têm conseguido um potencial genético extraordinário para o nosso rebanho.

Sr. Presidente, não é fácil garantir a alimentação de 160 milhões de brasileiros! Isso tem custado suor, lágrimas, insolvência e o sacrifício de milhares de brasileiros da zona rural. Todos os planos econômicos implantados neste País, que buscavam a estabilização da economia, envolveram o sacrifício de muitos segmentos da nossa sociedade. Mas o segmento agrícola tem sido o mais sacrificado ao longo dos anos. Essa estabilidade econômica de que hoje desfrutamos no País custou a quebradeira de milhares e milhares de agricultores e de pecuaristas. Homens que ontem eram grandes proprietários rurais, hoje estão nas periferias das cidades, trabalhando de operá-

rios, porque, àquela época, não tiveram o socorro necessário por parte da sociedade, por intermédio do Poder Público.

Sr. Presidente, todo mundo sabe que tenho um querer bem muito especial pelo nosso Presidente Fernando Henrique. Para mim, foi o Presidente que conseguiu um relacionamento extraordinário com os demais países; um Presidente que, como ninguém, em pouco tempo se tornou amigo íntimo dos Presidentes dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, enfim, dos chefes de estado dos mais expressivos países.

A diplomacia brasileira tem usufruído de um respeito muito grande dos demais países pelo seu trabalho, pela sua competência. Porém, Sr. Presidente, a diplomacia brasileira está falhando conosco. Não tenho gostado dessa posição tão equilibrada, como querem dizer, tão prudente diante de um fato como esse. Não! O mundo precisa entender que uma bofetada se responde com outra bofetada e não com aquilo que o Ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, Ministro que prezo e admiro pela sua competência, disse à imprensa: "Vamos aproveitar essa questão da vaca louca para aumentar as relações comerciais com o Canadá e vender mais para eles". Vender o quê? Vender manufaturados! Estão pensando simplesmente nas divisas, e não na situação do pecuarista brasileiro. Isso é inaceitável!

Sr. Presidente, o Canadá argumenta que os quesitos não foram respondidos na época certa. Mas bastava um telefonema do ministro canadense para o ministro brasileiro, dizendo: "Há dois anos estamos esperando essas informações e elas não nos chegam. Se elas não forem encaminhadas dentro de 10 ou 15 dias, teremos de proibir a entrada da carne brasileira no nosso país". Garanto que em 24 horas essas informações estariam lá.

Estão brincando com a sensibilidade do Brasil. Por causa da briga da Bombardier com a Embraer, querem nos prejudicar, querem brincar com a nossa sensibilidade, atingindo essa área mais sensível da economia nacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não se produz carne como se produz um parafuso, uma peça mecânica. Não! Isso leva anos, desde a formação da pastagem e a constituição de uma genética realmente forte para produzir a carne que o Brasil e o mundo precisam.

É interessante observar, Sr. Presidente, que o Canadá tomou essa atitude, e os Estados Unidos e o México o acompanharam, sob o pretexto do acordo entre esses países. Mas, ontem, o Irã, que está muito distante, país que não gosta, que não tolera os Estados Unidos, proibiu também a compra de carne do Brasil. Com razão, porque, quando um país como o Canadá toma uma atitude como essa, o que aquele país pode pensar? Que a carne brasileira realmente pode causar perigo. E o Canadá sabe que, graças a Deus, o mal da vaca louca está é lá, nunca aqui, porque a alimentação do nosso rebanho é totalmente diferente. Nunca o rebanho brasileiro foi nem será alimentado por vísceras de animais abatidos por estarem contaminados.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, em nome dos pecuaristas brasileiros, em nome do meu Estado, solicitar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que determine aos seus Ministros um comportamento à altura da sensibilidade do Brasil, um comportamento à altura do problema que a pecuária está enfrentando. O preço da carne já baixou sensivelmente em todas essas regiões, criminosamente, porque esse gesto do Canadá foi internacionalmente criminoso.

Amanhã, quem é que vai saldar os débitos desses pecuaristas nos bancos, inclusive no Banco do Brasil? Quem é que vai saldar os débitos desses frigoríficos? Quem?

Portanto, Sr. Presidente, não é emoção. Não. Não é nacionalismo exacerbado. Não. É que nos encontramos diante de uma questão séria e, por isso, o Brasil precisa assumir uma atitude em relação a essa questão à altura da agressão do Canadá.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Carlos Bezerra.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Nobre Senador Iris Rezende, tenho acompanhado esse episódio pela imprensa e quero relembrar aqui um embaixador dos Estados Unidos – se não me engano, o seu nome é John Foster Dulles – que dizia: "Os Estados Unidos não têm amigos, têm interesses". Parece-me que essa era a frase. Aqui, no Brasil, parece-me que na década de 60 essa frase ficou famosa, pois existia um movimento nacionalista muito grande no País – sufocado depois pela ditadura militar – que a utilizou para mostrar como era o relacionamento dos Estados Unidos com o Brasil e com toda a América Latina, com os países pobres. V. Exª cobra uma posição firme do Brasil. Acho que esse é o caminho correto. Porém, a Bombardier é apenas um ponto. Há outras questões por trás disso que não têm sido divulgadas pela imprensa. O que está havendo é o seguinte: a pecuária

brasileira avançou muito na última década e continua avançando. É um dos setores da economia brasileira que mais tem se modernizado. Já estão prevendo uma competição no mercado da carne no mundo. Aliás, nem haverá competição; o Brasil não terá competidor. A verdade é essa. Vamos dominar o comércio da carne no mundo como vamos dominar o comércio de alimentos. É preciso apenas que o Brasil faça a política correta. Ele está modernizando tanto o setor da agricultura quanto o da pecuária, que era um setor arcaico, atrasado, mas que tem evoluído enormemente. É uma pena que o nosso País não faça os investimentos em biotecnologia que deveria fazer. Esse é o grande reparo que temos que fazer. O Brasil é um dos países que menos investem em pesquisa, em biotecnologia, no mundo. Estamos atrás do Chile e da Argentina aqui na América Latina. Mas há um temor muito grande do Brasil nessa questão dos alimentos – na questão dos grãos, da carne -, porque o Brasil está chegando ao lugar aonde deveria chegar. Em relação à carne, estamos com um século de atraso. A Argentina fez isso há um século e, hoje, é tida como um dos melhores produtores de carne do mundo. O Brasil está modernizando esse setor agora, mas está indo a passos rápidos. Na pecuária, pessoas de outros setores têm investido grande capital, porque viram que a pecuária moderna, a pecuária bem feita é uma das melhores atividades econômicas do País. Além de estável, tem uma margem de lucro certa e grande. Portanto, grandes grupos estão investindo maciçamente nesse setor e têm demonstrado pavor com relação à posição brasileira nessa questão dos alimentos – dos grãos e da carne. A nossa saída para o Pacífico, por exemplo, vive sendo emperrada. Já era para estarmos usando portos do Pacífico, mas não o fazemos até hoje porque há um outro grande temor: o uso desses portos nos ajudará a competir pelo domínio do abastecimento do comércio asiático. Por isso, são criados entraves. Nos jornais de ontem, li um absurdo: uma ONG americana, se não me engano, disse que os barcos brasileiros estão danificando as margens do rio Paraguai. Fazem de tudo para impedir o funcionamento daquela e da principal hidrovia brasileira, a Araguaia-Tocantins. E são ajudados pelo Ministério Público, que erroneamente entrou na Justiça para impedir que se façam as audiências públicas a fim de que essas hidrovias não funcionem. Com as hidrovias, esses portos e a produção que tem, o Brasil não terá competidores no mundo e irá dominar totalmente o comércio de alimentos, que cada dia se torna mais estratégico, mais até do que o do petróleo. Hoje, ainda é a vez do petróleo, mas logo será o alimento a coisa mais importante do mundo. Então, atrás dessa questão não está apenas a Bombardier; há muitas coisas mais, Senador Íris Rezende. Parabenizo V. Exª pelo seu feliz pronunciamento a respeito dessa questão. Muito obrigado pela oportunidade de aparteá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminente Senador Íris Rezende, gostaria de alertá-lo que a Mesa vai permitir a concessão de apartes, mas desde que sejam bem sintéticos, porque o tempo está esgotado e temos muitos oradores inscritos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão e pela generosidade de V. Exª.

Agradeço o aparte do Senador Carlos Bezerra, que demonstra a importância da agricultura e da pecuária no nosso País. Elas, realmente, são o sustentáculo maior da economia brasileira e, conseqüentemente, precisam de um acompanhamento muito especial.

Lembro-me, Sr. Presidente, de quando alcançamos, em 1987, aquela supersafra, elevando, de um ano para o outro, em 30% a nossa produção agrícola. Os depósitos das fábricas de São Paulo e de Minas Gerais, que estavam superlotados, não comportavam mais nada, com eletrodomésticos por toda parte e milhares de operários dispensados, ficaram vazios graças à supersafra. Veja bem o que é a agricultura em nosso País!

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muita satisfação e honra, concedo o aparte ao ilustre Senador Arlindo Porto, ex-Ministro da Agricultura e, realmente, um forte defensor desse setor em nosso País.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Muito obrigado, Senador. Primeiramente, gostaria de registrar a veemência e a indignação com que V. Exª faz esse pronunciamento. E o faz com muita razão, porque tem conhecimento de causa, como ex-Ministro da Agricultura, quando fez um brilhante trabalho, sendo responsável por uma supersafra brasileira, fazendo com que a agricultura pudesse crescer, desenvolver-se e também estimulando o processo da pecuária; e como Governador de Goiás – na mesma época em que eu era Vice-Governador do Estado de Minas Gerais –, quando V. Exª dinamizou e modernizou a pecuária leiteira do Estado, que, hoje, é um dos maiores produtores de leite do País. Além disso, incrementou um programa de desenvolvimento da pecuária de corte, que colocou o Estado de Goiás na vanguarda graças à qualidade dos seus produtos. Isso nos mostra, sobretudo, que Goiás hoje, além de ser um grande produtor, tem

um rebanho de altíssima qualidade, livre da febre aftosa, em virtude da luta dos produtores, das lideranças rurais e do Governo de V. Exª, que teve continuidade com o do Sr. Maguito Vilela. Assim, é natural a indignação que V. Exª expressa neste momento, chamando a atenção do Governo e das autoridades brasileiras. Precisamos, sim, da diplomacia, mas, neste momento, existe uma relação comercial, que, no mundo capitalista, deve ser agressiva, impositiva e manifestada de maneira clara e eficiente. Para não me estender, quero cumprimentar V. Exª. Espero que o seu pronunciamento encontre eco no Governo para que tomemos as posições necessárias na defesa não apenas do produtor rural, o que V. Exª destaca bem, mas da economia, do povo e da Nação brasileira, que precisa ser respeitada. Muito obrigado.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muita satisfação, concedo o aparte ao Senador mineiro José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Senador Iris Rezende, é realmente motivo de admiração para todos nós a forma como V. Exª aborda essa questão. Temos assistido, em negociações internacionais, à maneira como esses países defendem a sua economia. É uma coisa fantástica! Há pouco tempo, houve, em Minas Gerais, o chamado Fórum das Américas, onde estiveram presentes representantes de todos os países das três Américas. Um representante da indústria de sucos de laranja de São Paulo perguntou aos representantes americanos qual a razão de defenderem tanto a Alca e, ao mesmo tempo, cobrarem US$454 por tonelada de suco de laranja que ingressasse no mercado americano. A resposta foi muito simples: "Para defender os laranjais da Flórida". Da mesma forma, um industrial do aço, mineiro, perguntou por que determinados aços especiais pagavam 102% de alíquota de proteção para entrar no mercado americano. E acrescentou: "Seria também para a defesa dos laranjais da Flórida?" A resposta foi a seguinte: "Não, é para a defesa de outros laranjais". Naquela época, havíamos aberto as nossas fronteiras de forma indiscriminada e inconseqüente, para não dizer irresponsável, e chegamos a enfraquecer a economia brasileira diante daquela atitude. Com relação ao Canadá, medidas que repercutam mundialmente precisam ser tomadas, porque no mundo inteiro repercutiu essa medida que foi tomada em relação à carne brasileira. E aquele país sabe que se tratou de uma posição desonesta, porque conhece muito bem a qualidade da carne brasileira. Então, o prejuízo que nos está causando não diz respeito apenas a cem, duzentos ou quinhentos milhões de dólares de carne bovina que possa ser exportada para os Estados Unidos, o Canadá e o México. Não. O prejuízo, realmente, pode afetar o nosso comércio de carne bovina para o mundo inteiro. Colocando-me no lugar de um importador de carne brasileira, em qual quer país da Ásia ou mesmo da Europa, eu iria, naturalmente, suspender as negociações até que a situação se esclarecesse. Então, é preciso que se tome uma medida muito drástica para que o mundo inteiro compreenda que o Brasil não pode aceitar essa questão. Por exemplo, temos, aqui, muitas empresas canadenses, que são acolhidas por nós de braços abertos e que trabalham no nosso mercado. Algumas delas nem vieram para crescer conosco, mas para crescer às nossas custas. E nós, mesmo assim, estamos tratando muito bem toda essa gente, que nos coloca como colonos seus. Não podemos, de fato, aceitar que o País cruze os braços. Parabenizo-o, eminente Senador Iris Rezende, pelo pronunciamento indignado que V. Exª está a proferir.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado pelo aparte, Senador José Alencar.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Iris Rezende, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE(PMDB – GO) – Ouço, com muito prazer, o Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Iris Rezende, a indignação de V. Exª é santa. Há momentos em que a paciência é virtude; em outros, a virtude é a paciência. Mas há momentos em que a indignação é santa, como foi santa a indignação do Cristo ao expulsar os vendilhões do Templo. Mas vamos aprofundar um pouco essa questão que diz respeito a interesses de países. Países não têm amigos, Senador; têm interesses. Essa é uma declaração conhecidíssima do Roosevelt, que não era o Franklin, mas foi Presidente dos Estados Unidos. Os países têm interesses. O Canadá, de uma forma truculenta, desleal, arbitrária e criminosa – termo empregado por V. Exª com extraordinária precisão – está defendendo os seus interesses nacionais. Mas nós estamos abrindo a guarda. Votamos a Lei de Patentes como pretexto de abrirmos o Brasil para o mundo. Há pouco tempo acenávamos com a aceleração da participação do Brasil na Alca, que é apenas um acordo de Tarifa Externa Comum – TEC – e que expõem todos os pro-

dutos brasileiros à competição com os norte-americanos. Nós estamos aceitando os transgênicos – não entro nem no mérito da utilidade da pesquisa dos transgênicos, que existe, sem a menor sombra de dúvida, talvez até para a própria sobrevivência da humanidade – e isso significa aceitar o monopólio na produção e na distribuição de sementes e o fim da agricultura brasileira para os produtores de pequeno e médio porte, além da submissão da nossa grande agricultura aos interesses dos grandes conglomerados que investem somas maciças em pesquisa biotecnológica. Nobre Senador, as ovelhas que trouxeram o prion – proteína que provoca a encefalopadia esponjosa – se originaram de uma importação de chibarros – de carneiros – feita pelo Brasil aos Estados Unidos. O caso que justifica toda essa celeuma surgiu no Paraná, quando, no Município de Candói, perto de Guarapuava, uma ovelha, proveniente de um rebanho de um criador importante, apresentou os sintomas da doença da vaca louca – da encefalopadia espongiforme. Imediatamente rastreou-se a cadeia genealógica da ovelha e chegou-se rapidamente à conclusão de que ela fazia parte de uma das oito de um lote de trezentas ovelhas importados por brasileiros dos Estados Unidos, que tinham ido parar na Cabaña Taguara Lisa, de propriedade do ex-Deputado Maurício Fruet. Imediatamente o seu filho concordou com a eliminação de todo o rebanho – cerca de 138 cabeças –, uma vez que a Cabãna Taquara Lisa não se dedicava à produção de carne, mas à produção genética. No entanto, aquela iniciativa para melhorar a genética do rebanho ovino acabou nesse desastre! Nem muita certeza existe de que a ovelha de Candói tenha realmente morrido de uma doença que seja pelo menos assemelhada à da vaca louca. Mas a simples suspeita fez com que todo o rebanho fosse eliminado. E o rebanho americano está sendo rastreado com facilidade, por que existe o registro do vendedor e o dos compradores, já que essa compra foi efetuada por associações de ovinocultores que compraram carneiros reprodutores dos Estados Unidos. Senador Iris Rezende, se tivéssemos Governo, firmeza e decência o que estaríamos proibindo era a compra de produtos dos Estados Unidos, porque foi lá que se originou o problema que hoje se reflete aqui! Quanto à participação do Canadá, nada mais é do que uma jogada do Nafta – Canadá, México e Estados Unidos – para tentar acelerar esse absurdo da Alca. Mas nós votamos o Protocolo de Ouro Preto, que beneficiou a Argentina; votamos a Lei de Patentes, e estamos, silenciosamente, admitindo a entrada dos transgênicos. Estamos abrindo mão da nossa autonomia. E aqui no Senado a responsabilidade não é menor. O acordo do GATT foi votado no Plenário antes de aqui chegarmos, no apagar das luzes da Legislatura anterior à nossa chegada, Senador Iris Rezende! Foi votado, com a presença de seis Senadores, sob o protesto do Senador Josaphat Marinho, que dizia não haver sido discutido o projeto, e sequer havia **quorum**! Mas S. Exª não conseguiu os três apoiamentos necessários para a verificação de **quorum** e votou-se um projeto que se queria estava traduzido para o português: o acordo do GATT estava na língua oficial da OMC, o francês. E os Senadores, no Plenário – no limite do meu entendimento e do conhecimento que tenho da situação -, não tinham fluência em francês. Votamos a acordo do GATT, a Lei de Patentes, e agora estamos sentando à mesa de jantares e almoços para discutir a proibição de ingresso, nos países do Nafta, de carne brasileira! Isso é rigorosa e absolutamente ridículo! Mais: que essa indignação santa, da qual V. Exª é possuído nesse momento, retrotraia e façam também com a mesma indignação, V. Exª e o conjunto dos Senadores, a análise dos projetos que temos votado sob o pretexto de abrir o Brasil para a globalização! Globalização é velocidade de transportes; globalização é aumento da velocidade de comunicação. A globalização inicia com o comércio da Inglaterra com o mundo, com o advento da invenção do Fulton, que foi a máquina a vapor colocada nos navios ingleses. A globalização é um processo. O que estamos vendo hoje aqui é a submissão do Brasil que, em nome de uma filosofia neoliberal assumida pelo Governo, pelo Presidente e pelo Congresso estão abrindo a nossa economia ao mundo em decúbito ventral, apresentando ao Planeta as nossas redondas abundâncias sem negociação, sem contrapartida e sem o mínimo de decência! Parabenizo V. Exª pelo indignado discurso que faz. Mas que essa santa indignação prossiga, de forma continuada e consistente, na defesa dos interesses nacionais.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador Iris Rezende, peço a V. Exª que conclua o seu pronunciamento.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª a compreensão para concessão do último aparte ao nobre Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Iris Rezende, V. Exª fala pelo Estado de Goiás, fala por mim e pelo Maguito Vilela, com toda a veemência necessária. Conhecemos os dois Iris: o Iris sereno,

conciliador, amigo, aglutinador; mas também conhecemos o Iris forte, intransigente, quando defende os interesses de Goiás. Estamos com V. Exª para cobrar do Presidente da República uma posição mais firme da diplomacia brasileira com referência a esse massacre contra a economia da pecuária nacional. Muito obrigado, Senador Iris Rezende, por haver representado, mais uma vez, com dignidade os interesses do nosso Estado de Goiás, da região Centro-Oeste e do Brasil!

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade de V. Exª que, reconhecendo a importância da questão ora em discussão, fez com que nos fosse dado tempo suficiente para ouvir aos apartes, já que sem eles, não tenho dúvidas – e tenho a humildade para reconhecer – o meu pronunciamento não teria o valor que tem e a repercussão que terá junto às autoridades responsáveis pela administração dessa questão, que realmente merece atenção especial, interesse forte e posição máscula para a sua solução.

A dignidade do povo brasileiro está, Sr. Presidente, acima, muitas vezes, de interesses simplesmente comerciais!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Djalma Bessa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bastante breve para não interromper a lista de oradores.

Estou encaminhando requerimento à Mesa, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, pedindo a retirada de projeto de lei que apresentei, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, visando uniformizar mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o exercício financeiro. E o faço para atender ao apelo feito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso, com quem conversei hoje.

Não fenece em mim a convicção, pelo contrário, de que há que se impor um remédio para a situação que está criada, de assincronia entre a duração dos mandatos de presidentes de tribunais e o ano fiscal, face às restrições impostas aos administradores pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Todavia, como não é meu intuito estabelecer qualquer tipo de polêmica com o Poder Judiciário, ao dar entrada no projeto, auscultei a opinião dos Ministros Carlos Velloso e Marco Aurélio, que se manifestaram, inclusive publicamente, a favor do projeto que agora retiro.

Espero que o Poder Judiciário tenha, no mais breve tempo possível, a iniciativa de propor essa coincidência dos mandatos de seus presidentes com o ano fiscal, a fim de fazer face à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não me preocupam, até porque já tratei desse assunto claramente ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, notícias que têm surgido na imprensa no sentido de que o projeto teria sido apresentado, primeiro, por inspiração do Poder Executivo; segundo, para evitar que o Ministro Marco Aurélio assumisse a Presidência do Supremo Tribunal Federal, na idéia de que S. Exª lá estando viesse a ser um obstáculo às ações do Governo. Devo dizer que tenho relações pessoais antigas com o Ministro Marco Aurélio, a quem consultei por ocasião da apresentação do projeto, em dezembro, e que se manifestou, perante mim e publicamente, a favor do projeto.

O Presidente Fernando Henrique e seus auxiliares podem ter muitas culpas e deficiências, mas certamente eu os isento de qualquer culpa nesse caso, porque agi por minha iniciativa e sou absolutamente responsável pelo projeto.

E mais, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devo dizer que, se formos consultar as mais recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, verificaremos que o próprio Ministro Marco Aurélio tem votado favoravelmente, em algumas situações, para acatar teses defendidas pelo Governo. E um juiz deve ser absolutamente independente. A segurança da Justiça e do processo democrático está na independência do Poder Judiciário. O Poder Judiciário não pode nem deve ser um braço do Poder Executivo.

Recentemente, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu conceder a vitória ao Presidente George W. Bush. Foi uma decisão questionada por muitos autores, uma vez que teve, notoriamente, inspiração nas origens partidárias dos juizes. Esse não é o caso do Brasil. Queremos que o Poder Judiciário se mantenha sempre com a sua independência.

Uma ameaça à ação do Poder Judiciário são os regimes ditatoriais, autoritários, prepotentes. Quando o Governo se preocupa com certas decisões do Poder Judiciário, geralmente o faz alegando a fragilidade

econômico-financeira do País. Isso porque o reconhecimento de certos direitos está vinculado à realização de despesas, as quais muitas vezes o Poder Público não tem como prover.

Agora mesmo estamos com o problema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, direitos de servidores públicos que são reconhecidos. Ora, o juiz tem de julgar realmente de acordo com sua convicção, procurando dar o direito a quem tem, ainda que, eventualmente, o ser humano possa se equivocar. Não podemos admitir que a insuficiência econômico-financeira de um Estado venha a comprometer o poder judicante, ou seja, o entendimento do juiz para reconhecer direitos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância da Mesa e de meus Colegas na justificativa que fiz para apresentação deste requerimento de retirada de proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento de V. Exª receberá o encaminhamento regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

Sala da Sessões, 8 de fevereiro de 2001. – **Edison Lobão – José Alencar – Paulo Hartung – Heloisa Helena – Arlindo Porto – Osmar Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

Of. nº 8/2001-GLDPT

Brasília, 9 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, estou indicando o Senador Tião Viana para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, como suplente, em substituição ao Senador Júlio Eduardo.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protestos de estima e consideração.

Heloísa Helena – Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

Of. nº 9/2001-GLDPT

Brasília, 9 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em substituição ao Senador Júlio Eduardo, indico a Senadora Marina Silva para compor as seguintes comissões:

Como titular:

Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Educação

Como suplente:

Comissão de Assuntos Econômicos

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protestos de estima e consideração.

Heloísa Helena – Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Passa-se à

Item 1:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998** (nº 1.668/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública, tendo

Parecer sob nº 001, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral, favo-

rável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 1 (Substitutivo) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem preferência regimental.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 3,DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668, de 1996, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668, de 1996, na Casa de origem), que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública, com alterações redacionais para adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de fevereiro de 2001 _ Presidente, **Antonio Carlos Magalhães** _ Relator, **Carlos Patrocíno _ Casildo Maldaner _ Eduardo Suplicy.**

ANEXO AO PARECER Nº 3, DE 2001

Altera o Título XI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública, o art. 517 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 _ Código de Processo Penal _ e o art. 6º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. lº O Título XI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 _ Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 312..... .....
....."

”Art. 316.....
....."

”§ 1º ....."

”Pena — reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.“ (NR)

“.....”

”Art. 317. .....
....."

”Improbidade“ (AC)

”Art. 317-A. Praticar ato de improbidade, considerando-se como tal, para os efeitos penais:“ (AC)

”I — utilizar, autorizar ou permitir a utilização de eventos, programas, obras, serviços ou campanhas, custeadas pelos cofres públicos, para promoção pessoal ou de terceiros;“ (AC)

”II — utilizar, autorizar ou permitir a utilização de bens ou equipamentos de propriedade da administração pública ou sob sua guarda, em desacordo com a lei ou regulamento:“ (AC)

”Pena — detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.“ (AC)

“Art. 318. .....
....."

“Parágrafo único. A pena será aumentada de um terço se o crime tem por objeto a introdução, no território nacional, de armamento, munição ou explosivo de uso restrito ou proibido.”(AC)

"....."

"Art. 325. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:"(NR)

"....."

"informação privilegiada"(AC)

"Art. 325-A. Revelar ou facilitar que se revele conteúdo de medida administrativa, política ou econômica, de atribuição da Presidência da República, de Ministério, do Banco Central do Brasil, ou de qualquer órgão ou entidade da administração pública, que deva permanecer em sigilo até sua divulgação oficial pela autoridade competente:"(AC)

"Pena _ reclusão, de 1(um) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave."(AC)

"....."

"Art. 333. ....."

"....."

"Art. 333-A. Fazer uso, com o fim de obter vantagem econômica, de informação pela qual se revele ou se facilite a revelação do conteúdo de medida a que se refere o art. 325-A."(AC)

"Pena _ reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave." (AC)

"....."

"Desobediência a mandado judicial" (NR)

"Art. 359. Deixar de cumprir ou retardar, injustificadamente, o cumprimento de mandado ou decisão judicial de que é destinatário, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:" (NR)

"Pena _ detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos." (NR)

Art. 2º O art. 517 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 _ Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 517. ....."

"Parágrafo único. oferecida a denúncia, o juíz poderá fundamentadamente, afastar o réu do exercício do cargo ou função, durante o processo, pelo prazo máximo de 4 (quatro) meses, sem prejuízo da remuneração, quando a gravidade do fato, a prática contumaz de delitos da mesma natureza, ou a conveniência da instrução criminal assim o exigirem." (AC)

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

....."

"§ 6º Se o crime for praticado com uso de violência ou grave ameaça:" (AC)

"Pena _ detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos." (AC)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se imediatamente à apreciação da redação final.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a matéria é dada como definitivamente adotada, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 2:**

Votação, em turno único, da **Mensagem nº 87, de 2001** (nº 126/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, solicitando a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1996 (nº 724/95, na Casa de origem), de sua autoria, que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Em votação a mensagem.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1996, vai ao Arquivo.

Serão feitas as devidas comunicações à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República.

O Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1995, que tramitava em conjunto com o referido projeto, volta a ter tramitação autônoma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento n.º 9, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subseqüente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, ou seja, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 4, DE 2001

Da Mesa Diretora do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 668, de 2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações objetivando esclarecer questões levantadas pelo Relatório da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações, referente ao período compreendido entre 10 de agosto de 1999 e 31 de março de 2000.

Relator: Senador **Casildo Maldaner**

I – Relatório

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura desta Casa, em Parecer votado no dia 7 de dezembro de 2000 (Parecer nº 1.327, de 2000 — CI), em que analisou o Relatório da Ouvidoria da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel) referente ao período compreendido entre 10 de agosto de 1999 e 31 de março de 2000 (Ofício nº S/41, de 2000 — nº 9/2000, na origem), concluiu pela necessidade de se requerer ao Ministro das Comunicações informações sobre as seguintes questões, emanadas do texto apresentado por aquela Ouvidoria:

1. Qual o procedimento em relação às reclamações dos consumidores, tanto as feitas diretamente à Agência, quanto aquelas realizadas junto às empresas prestadoras do serviço?

2. Qual a razão de a Anatel, se tal fato é corrente, não cobrar a outorga de concessão, permissão ou autorizações para permissão dos serviços de telecomunicações, contrariando o disposto na Lei Geral das Telecomunicações (LGT)?

3. Qual a razão, se confirmado o fato, de a Anatel destinar parte da receita arrecadada com a taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações para atividades não previstas em lei, desrespeitando o Código Tributário Brasileiro?

4. Por que o orçamento da Anatel teve contingenciamento de recursos impostos pelo Governo Federal, contrariando a LGT, que impede tal medida?

O requerimento foi encaminhado à Mesa Diretora, em 15 de dezembro de 2000, para decisão.

É o relatório.

II – Voto

As questões apontadas pelos ilustres Senadores membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em seu requerimento, foram levantadas pelo Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações em seu relatório, sem porém virem acompanhadas de quaisquer explicações ou comentários sobre os motivos que levaram a agência a tais procedimentos, que contrariam a legislação em vigor, notadamente a Lei Geral das Telecomunicações, em seus arts. 15 e 48, e o art. 77 do Código Tributário Brasileiro.

É de manifesto interesse do Congresso Nacional, no exercício de sua função fiscalizadora das atividades da Anatel, consagradas na Lei Geral das Telecomunicações (art. 19, inciso XXIX, e art. 45, parágrafo único), e, principalmente, dos usuários dos serviços de telecomunicações em nosso País, que sejam esclarecidas as razões de a Anatel haver adotado os procedimentos assinalados.

Cabe à Mesa do Senado Federal, conforme estatuem os arts. 215 e 216 do Regimento Interno, combinados com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminhar pedidos de informações a Ministros de Estado.

Em vista do exposto, votamos favoravelmente ao encaminhamento do requerimento nº 668, de

2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ao Ministro de Estado das Comunicações.

Sala de reuniões, **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente – **Casildo Maldaner**, Relator – **Eduardo Suplicy –**, **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que a Mesa aprovou o Requerimento n.º 668, de 2000, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, que falará pela Liderança do Bloco.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Estado do Rio de Janeiro ultimamente tem sido palco de alguns acontecimentos que nos levam a ficar preocupados.

Podemos relacionar alguns, como o acidente no estádio do Vasco da Gama, no dia 30 de dezembro de 2000, durante a partida entre essa equipe e o São Caetano, o qual vitimou 159 torcedores e se deu por irresponsabilidade da direção do clube, que permitiu a superlotação. Felizmente, não se registraram mortes. No dia seguinte, 31, por ocasião da comemoração da passagem de ano, os fogos de artifício queimaram 59 pessoas. Outro acidente vitimou várias pessoas, principalmente crianças, durante o programa Xuxa Park, na **Rede Globo**.

Esses imprevistos acontecem, a maioria por irresponsabilidade dos dirigentes de entidade e organizações, outros, por irresponsabilidade dos governantes, como é o caso da dengue. Começa, outra vez, uma epidemia no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na periferia e na cidade do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense e as cidades da Grande Rio também têm sido afetadas. O Município de Niterói já registrou mais de 900 casos, sem contar os de Nova Iguaçu e São João de Meriti. Não entraram também nessa estatística os bairros da periferia, os morros e as favelas, onde as condições sanitárias e de saúde são as piores possíveis.

Há mais de um ano, o Governo Federal, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – FNS, demitiu os chamados mata-mosquitos do Rio de Janeiro. Eram mais de 6 mil guardas endêmicos que cumpriam um papel importante: combatiam o mosquito da dengue. Esses trabalhadores travaram uma longa batalha, para tentar retomar o seu emprego; no entanto, não foram reintegrados, apesar de terem ganho ação inclusive no STJ.

Estavam acampados em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, esperando um eventual chamado para contratação e retorno aos seus postos de trabalho e, na noite do dia 24 de janeiro próximo passado, por ação da Guarda Municipal, foram retirados à força, com truculência. Vários foram espancados de forma violenta e hospitalizados com fraturas de braço e perna. Enquanto isso, a população está exposta à epidemia crescente, com o aparecimento da chamada dengue 3, a dengue hemorrágica, a mais perigosa, que pode ocasionar a morte do paciente.

Aproveito a minha estada na tribuna para relatar um fato muito grave, acontecido no Rio de Janeiro, que já estava caindo no esquecimento e foi trazido à tona por um jornalista do **Jornal do Brasil**. É um caso pessoal, individual.

Não costumo abordar fatos pessoais, mas pretendo tratar dessa questão por considerá-la da maior importância. Assim procedo, não por falta de sensibilidade, mas por entender que o Plenário do Senado deve ser utilizado, principalmente, para a discussão dos graves problemas que afetam a Nação.

Todavia, nesta oportunidade, quero abrir uma exceção e tornar público o drama vivido pela família de um jovem, a trágica história de Márcio Lapoente da Silveira, cadete do Exército brasileiro, cuja vida foi ceifada em circunstância, até a presente data, nebulosa e mal esclarecida.

O caso do então cadete Márcio chegou ao nosso conhecimento por meio do relato de sua mãe e do grupo Tortura Nunca Mais, que me entregaram uma série de documentos e de corajosos artigos assinados pelo jornalista Fritz Utzeri, diretor de redação do **Jornal do Brasil**.

Embora acostumado a lidar com acontecimentos graves e injustiças de toda ordem que todos os dias chegam à redação do **JB**, o experiente jornalista sensibilizou-se com o drama vivido pelos pais do rapaz na busca por justiça e decidiu escrever o apropriadamente denominado "Justiça". Nesse arti-

go, ao qual se seguiram outros, o jornalista aborda a morte do cadete Márcio.

Márcio Lapoente decidiu abraçar a carreira militar, tendo cursado a Academia Militar das Agulhas Negras, importante centro de formação de oficiais do Exército brasileiro.

Filho amado e pessoa benquista por seus companheiros de farda, em 9 de outubro de 1990, o cadete Márcio passou mal e desmaiou, durante sessão matinal de exercícios físicos.

A perda de consciência do jovem, entretanto, não foi suficiente para convencer o oficial responsável pela condução do treinamento, o então Tenente Antônio Carlos De Pessoa, que o aspirante necessitava, com urgência, de cuidados médicos.

Por incrível que possa parecer, em vez de se preocupar com a integridade física do comandado, o Tenente De Pessoa passou a xingá-lo, em altos brados. Como seus gritos não obtiveram resposta – afinal de contas o cadete Márcio estava desmaiado – o tenente passou a chutá-lo em diversas partes do corpo.

Desfalecido e sem forças para reagir, o corpo de Márcio foi golpeado, com violência, por aquele que, em tese, seria responsável por sua educação e formação militar.

Três horas após a barbárie, percebendo a gravidade da situação, os oficiais e os responsáveis pela Academia resolveram prestar socorro ao cadete, conduzindo-o à unidade médica da própria instituição.

Como o estado de saúde do paciente não dava sinais de melhora, os médicos da unidade militar, receosos do pior, autorizaram a transferência do rapaz para o Hospital Central do Exército, na capital do Estado do Rio de Janeiro.

Fraco e muito ferido, o paciente não resistiu ao translado, chegando morto no citado HCE. Para os que desconhecem o Estado do Rio de Janeiro, lembro aqui que a AMAN está localizada no Município de Resende, e o HCE, na capital do Estado. Uma viagem sem contratempos entre Resende e o Rio de Janeiro é realizada, no mínimo, em duas horas. A transferência do cadete para um local tão distante não poderia jamais ser autorizada, sobretudo nas condições críticas em que se encontrava.

Se a morte do cadete teve como causa exclusiva os ferimentos produzidos pelo indizível oficial De Pessoa, ou, por outra, se o falecimento se deveu à causa externa, dificilmente ficaremos sabendo. O que se sabe, e está provado nos autos dos processos criminal e civil, é que o oficial chutou, por diversas vezes, o corpo inerte do cadete. Corpo que apresentava evidentes sinais de violência.

Sabe-se, também, Sr. Presidente, que por sua conduta criminosa, covarde e típica dos campos nazistas de concentração, o Tenente De Pessoa foi absolvido em primeira instância na Justiça Militar. Essa decisão esdrúxula e que contrariava toda prova constante dos autos somente veio a ser reformada no Superior Tribunal Militar, que condenou o tenente chutador a ridículos três meses de detenção.

De Pessoa, é preciso esclarecer, não foi sentenciado pela morte do cadete. Sua punição foi tipificada como "maus tratos a inferior".

Jamais, no curso dos autos, sequer se cogitou da condenação do tenente pela morte do jovem cadete. Não! O oficial foi condenado por singelos "maus tratos".

Indignado com a impunidade do responsável, nesta oportunidade faço minhas as palavras do jornalista Fritz Utzeri: "Estou certo de que o Tenente De Pessoa não acordou naquela fatídica manhã com uma idéia na cabeça: "Taí! Hoje vou matar o Lapoente!" Nem achou que ia matá-lo quando o chutava de forma selvagem. Foi, como se dizia em muitos casos de tortura, "um acidente de trabalho".

O Tenente De Pessoa, na qualidade de responsável direto pela integridade física da tropa de cadetes que naquela manhã comandava, deve ser responsabilizado pelo falecimento do aspirante Márcio não apenas pelos chutes e impropérios ditos, mas pelo crime de omissão de socorro, pelo despreparo e pela desonra que trouxe à corporação militar.

Cumpre enfatizar que o crime praticado contra o aspirante Márcio ocorreu em 1990, ou seja, há mais de dez anos. Três meses de cadeia – em cela especial, é bom que se diga – é uma pena muito branda para um crime tão bárbaro. E isso ofende o sentimento de justiça de todos nós.

Se um servidor público subtrai um objeto da repartição onde trabalha, por menor que seja o valor desse objeto, esse servidor será demitido a bem do serviço público. Além disso, será condenado a ressarcir o Erário e responderá, penalmente, pelo crime de apropriação indébita.

Chamo a atenção de todos para esse fato. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a subtração de uma velha máquina de escrever por um servidor pode significar o seu afastamento. Não é justo que se dê mais valor a um bem material do que a vida. A vida é o bem jurídico mais caro, reconhecido e protegido pelo direito de todos os povos civilizados.

Agride nossa consciência, por absoluta falta de lógica, que um homicídio, praticado por um agente público, no caso um militar, contra outro militar, nas dependências de uma instituição mantida pelo Estado, seja sancionado com pena mais branda do que a atribuída a um crime patrimonial.

A conduta antijurídica do Tenente De Pessoa não foi somente ter maltratado um comandado. Foi muito mais grave do que isso. Se os chutes do tenente não foram suficientes para matar o Cadete Márcio, sua omissão a partir do momento em que verificou que o cadete havia desmaiado é elemento mais do que suficiente para responsabilizá-lo pelo crime de homicídio culposo.

Ele se omitiu. Fingiu ou não soube avaliar a gravidade do estado de saúde do cadete. Para dizer o mínimo, agiu com absoluta negligência, negligência agravada pela agressão injustificada, cruel e selvagem.

A presença do tenente, hoje Capitão De Pessoa, certamente não engrandece o Exército brasileiro, que dispõe de quadros de inquestionável valor e que tem absoluta consciência de seu papel constitucional.

Quero esclarecer que ao abordar o caso da morte do Cadete Márcio não estou julgando a instituição militar. As críticas aqui apresentadas não são extensivas às Forças Armadas e aos seus quadros.

Julgo, contudo, que se homicídio houve, que por essa conduta seja julgado o seu autor. O que não se admite é qualquer atitude que porventura busque acobertar um fato criminoso. O Estado do Direito, preceituado no art. 1° da Constituição Federal, não admite ingerências de natureza corporativa nos processos criminais, sejam eles militares ou não.

O caso do Tenente Márcio não está encerrado, como erradamente pensam alguns. Ele precisa ser urgentemente reaberto para que a Justiça possa, enfim, triunfar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, por cessão do Senador Paulo Hartung.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a insolência daqueles que se dedicam a afrontar a lei brasileira como bandidos violentos já ultrapassou todos os limites, inclusive de imaginação. Sua ousadia, incentivada e alimentada, nos últimos vinte anos, pela complacência dos adeptos de uma nova criminologia destinada a privilegiar pseudos direitos do delinqüente visto como rebelde sem causa – ou seja, um terrorista desprovido de bandeira política -, afronta a dignidade de todos os cidadãos, desmoraliza e corrói o Poder Público, ameaça as instituições do Estado democrático de Direito e produz legiões de aleijados, quando não lhes consegue ceifar a própria vida.

Muitos de nossos Pares, assim como eu mesmo, já relataram desta tribuna acontecimentos que demonstram o acerto de minhas afirmações iniciais. A par disso, o noticiário da imprensa retrata, diariamente, a escalada de violência que assola o País de norte a sul, sem encontrar revide, contenção e punição a altura. Enquanto isso, vítimas inocentes vão tombando. Portanto, pouco teria eu a acrescentar ao que V. Exªs já conhecem desse panorama trágico, no qual rara é a família ainda não traumatizada pela ação de alguns desses celerados que empestam nossas cidades. Mas há um fato novo – o recente assassínio de mais um brilhante e corajoso Delegado de Polícia de meu Estado – que merece registro por comprovar o inacreditável grau de virulência presente num dos ramos mais bem estruturados dentro do crime organizado, isto é, o roubo de cargas. Uma atividade delituosa, violenta que causa prejuízos de mais de meio bilhão de reais por ano no Brasil. Uma sanha funesta já enquadrada na mira da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tenho a honra de presidir neste Congresso Nacional.

Na madrugada de 31 de janeiro último, um bando armado com fuzis, submetralhadoras e pistolas automáticas assaltou a Transportadora Promodal Logística, no bairro Jardim São Geraldo, no Município de Guarulhos, na região metropolitana da Grande São Paulo. Os primeiros bandidos a chegar, à frente de dois caminhões-baús da quadrilha, usavam uniformes de segurança, como logotipo da Calixto Segurança. Renderam vinte funcionários da transportadora, abrindo caminho para cerca de trinta encapuzados, que desceram de um daqueles veículos.

Os bandidos – a nova moda é chamá-los de "suspeitos" ou "rapazes" e nunca, pelo menos, de acusados – permaneceram na empresa durante três horas e encheram um dos caminhões com telefones celulares.

Àquela hora, em nove viaturas, duas equipes da Divisão de Investigações sobre Furtos e Roubos de Veículos e Cargas (Divecar), Órgão do Departamento de Investigações sobre Crimes Patrimoniais (Departri), da Polícia Civil de São Paulo, patrulhavam preventivamente a região – a segunda em importância econômica em meu Estado -, devido ao alto índice de

roubos de cargas ali registrado. Uma testemunha avisou a Polícia e alertou-a de que um dos caminhões-baús dos bandidos seguia pela Via Dutra, no sentido do Rio de Janeiro. O Delegado Oscar de Matos Neto, acompanhado de três investigadores, conseguiu interceptá-lo e capturar o seu ocupante. Em seguida, essa autoridade localizou outro caminhão da quadrilha em frente ao **Shopping Center** Internacional de Guarulhos e cercou os seus dois ocupantes. Mas a equipe da Divecar foi pega de surpresa pelo restante do bando: os quadrilheiros "escoltavam" o veículo a distância e atacaram os policiais pelas costas, descarregando seus AR-15 sobre eles. A viatura da Divecar – uma Blazer – ficou picotada a bala. O Delegado teve a femoral esquerda e o joelho direito perfurados. O Investigador Amadeu Aparecido Batista foi baleado no pescoço e seus colegas, Marco Aurélio Simurro e José Mário Limonte, feridos nas pernas.

Os feridos chegaram a ser internados no Hospital Carlos Chagas, de Guarulhos. Mas o Delegado Oscar de Matos Neto morreu quatro dias depois. Segunda-feira última, dia 5 do corrente mês, o corpo foi velado na Capela Ecumênica da Academia de Polícia Civil Dr. Coriolano Nogueira Cobra, no **campus** da Universidade de São Paulo. Centenas de policiais acompanharam o féretro até o Cemitério São Pedro, em Vila Alpina, onde o corpo foi cremado, e manifestaram a sua insatisfação ao longo de todo o trajeto.

O Dr. Oscar de Matos Neto, filho de Eurico Matos e Dª Albertina Caspari de Matos, nascera a dia 15 de setembro de 1954, na cidade Ourinhos, Estado de São Paulo. Tinha, portanto, 46 anos de idade, 12 dos quais dedicados à carreira de Delegado de Polícia, em que exercia o cargo em caráter efetivo. Concursado, ingressara na Polícia em 1989 e passara da 5ª para a 4ª Classe em julho de 1991. Menos de um ano depois, a 21 de agosto, por merecimento, ascendeu à 3ª Classe. E também por merecimento, desde junho de 1997, encontrava-se na 2ª Classe.

Logo ao ingressar na profissão, filiou-se à Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (ADPESP) e, em todas as Delegacias nas quais serviu, do antigo De gran ao De patri, passando pelo De cap, conquistou a admiração e o respeito dos colegas e subordinados. Era líder. E destemido ao defender os cidadãos e a lei. Morreu por isso. Deixa viúva a Srª Célia Regina de Castro Matos, com quem teve os filhos Glauco Tadeu de Castro Matos e Adrianne Regina de Castro Matos. A sua família e a todos os colegas envio, comovido, meus mais profundos sentimentos de pesar.

Além de o Dr. Oscar de Matos Neto ter sido indiscutivelmente um herói, é evidente que sua morte é emblemática da situação em que se encontra a segurança pública e, só por isso, já mereceria ser relatada e lamentada nesta Casa. Exibe, porém, outro aspecto que nos interessa diretamente. Ou seja: comprova o descortino demonstrado pelo Congresso Nacional ao criar em boa hora, em março do ano passado, a CPMI para "apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários", conforme o Requerimento nº 23, de 2000-CN. Em seis meses de funcionamento, a CPMI realizou vinte audiências públicas; ouviu mais de quarenta depoentes; visitou diversas cidades para a realização de diligências; verificou que lhe é possível atingir o maior objetivo, ou seja, desmantelar o sistema de receptação em larga escala; e conseguiu obter a colaboração de ex-quadrilheiros, hoje sob garantia do Programa de Proteção a Testemunhas. Além disso, quebrou o sigilo telefônico, bancário e fiscal de diversos acusados e até prisões precisou ordenar durante aquelas audiências, devido a casos de evidente falso testemunho e de tentativas de obstrução dos trabalhos. Tudo isso estritamente dentro das normas legais e com os poderes conferidos pela Constituição Federal, cujo art. 5º, inciso VI, § 3º, diz que as CPIs "terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das respectivas Casas".

Nobres Pares, estamos apenas a meio caminho de onde pretendemos chegar, que é principalmente desarticular o crime organizado, mediante o desmantelamento das redes de receptação do produto de delitos desse tipo. Trata-se de quadrilhas poderosas e bem estruturadas que lançaram tentáculos em algumas áreas oficiais, através do suborno e da cooptação. Creio ser prematuro, porém, adiantar conclusões a esta altura dos trabalhos de investigação. Só serviriam para municiar os quadrilheiros com informações ainda sigilosas, cuja preservação torna-se ainda mais importante ao lembrarmos que o funcionamento da CPMI foi prorrogado por um ano. Ou seja: teremos mais alguns meses de investigação até definirmos perfeitamente a culpa de cada acusado, de cada organização criminosa e de cada agente do Estado que lhes dá cobertura.

Estamos convencidos de que as raízes mais poderosas desse tipo de crime, tão ou mais organizado que o narcotráfico, ficam nos esquemas de receptação e lavagem de dinheiro. São elas que precisamos

extirpar, seja entregando ao Ministério Público e às Polícias Federal e Estaduais as provas que formos coletando, seja produzindo, ao final, legislação específica e apta a embasar com eficiência a ação de juízes, promotores públicos e autoridades policiais.

Ao término da Legislatura de 2001, a CPMI apresentará relatório sobre a posição de todos os acusados. Mas, desde o princípio de nossos trabalhos, a exemplo do que sugeri – e foi aceito – quando da CPI dos Precatórios, estamos agindo em permanente contato com o Poder Judiciário e o Ministério Público, além da Polícia Federal e das Polícias Estaduais. Deverão surgir, assim, processos criminais em decorrência do trabalho da CPMI, antes mesmo do seu encerramento.

Toda essa ação está vinculada ao Poder Legislativo. É óbvio, portanto, que seu maior efeito deve acontecer no âmbito da legislação. Descobrindo as falhas legais que são habilmente exploradas pelas organizações criminosas, a CPMI apontará ao Senado e à Câmara dos Deputados o que os nobres Parlamentares precisarão propor, em termos de projetos de lei, para eliminar tais brechas e tornar a repressão o mais eficaz possível. Paralelamente, ao desvendar esquemas de corrupção em qualquer nível, estará saneando o sistema repressivo do Estado, moralizando-o e fazendo com que passe a atuar, de fato e eficazmente, no combate ao crime organizado. Além disso, como já pudemos verificar, graças ao trabalho da Comissão, as Polícias estão agora voltadas para a investigação desse tipo de delito, que prejudica o País como um todo.

Ainda esta semana, o Ministro da Justiça, com quem estive hoje, criou uma Comissão Especial para estudar métodos de auxílio às Polícias no combate ao crime organizado do roubo de cargas.

Esperar pela repetição de um prejuízo anual de mais de meio bilhão de reais constitui expectativa deletéria para qualquer economia nacional, em qualquer parte do mundo. Com a ação dos marginais organizados especificamente para o roubo de cargas, perde o setor produtivo, perdem os transportadores, perdem os distribuidores diante da concorrência desleal, perdem os consumidores porque acabam pagando a conta e perde o Governo com a sonegação de tributos. Isto sem falar da violência homicida contra motoristas e ajudantes indefesos, bem como contra os policiais que dão combate àqueles criminosos. Portanto, todo cidadão brasileiro tem interesse no rápido desmantelamento das quadrilhas. Pensando assim, criamos, em agosto último, por autorização do Presidente desta Casa, o **Disque Denúncia**, para que, através do telefone 0800-612211, qualquer pessoa possa ajudar a CPMI, fornecendo-lhe informações, sem necessidade de se identificar. As ligações são gratuitas. Apelo igualmente à imprensa para que dê toda a divulgação possível a esse sistema de apoio telefônico à CPMI.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Exmº Sr. Ministro da Segurança Institucional, General Alberto Cardoso, pessoa por quem tenho enorme respeito, causou espanto ao proferir palestra na Escola Superior de Guerra, em novembro último, e afirmar: "No Brasil, o crime está mais organizado que as Forças de Segurança Pública". Nada do que a CPMI do Roubo de Cargas apurou até agora permite contraditar essa assertiva. E, infelizmente, nas circunstâncias descritas, o assassinato do Delegado-herói Oscar de Matos Neto veio configurar uma trágica confirmação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Eduardo Dutra, por cessão do Senador Tião Viana.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de, da tribuna desta Casa, tecer considerações a respeito daquilo que temos chamado de esvaziamento econômico do Estado de Sergipe. Sabemos que isso é uma questão também estrutural. O modelo de desenvolvimento econômico vigente, hegemônico, no Brasil de hoje e em boa parte do mundo, provoca, também, uma transferência de riqueza e ainda uma maior concentração de riqueza e poder naquelas áreas onde essa riqueza já é mais desenvolvida. Isso vale entre países e vale também dentro de cada país, com a transferência de riqueza das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, e o esvaziamento econômicos destas.

Lembro-me, inclusive, de que o Senador Gerson Camata já fez um pronunciamento nesta Casa, relatando o episódio de esvaziamento econômico do Espírito Santo, com a transferência de órgãos federais e de empresas para os Estados mais desenvolvidos, a saber: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Como já tive a oportunidade de relatar aqui, isso vem acontecendo em Sergipe. E agora estamos diante de mais uma ameaça. A Petrobras encomendou ao Deutsche Bank, um relatório a respeito da Fafen, Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, que é hoje uma unidade da Petrobras, tem uma fábrica de amônia e uréia, em Camaçari, no Estado da Bahia e em Laran-

jeiras, no Estado de Sergipe. A Alegação da Petrobras é que a empresa deve ser, cada vez mais, apenas uma empresa de petróleo e energia e que, portanto, deveria se afastar definitivamente da petroquímica e, particularmente, da área de fertilizantes. Neste sentido, a encomenda desse trabalho, segundo informações que temos, já está em avançado estágio de elaboração, e a intenção clara é a de vender aquelas unidades. Isto poderia ser uma mera discussão, uma velha discussão sobre estatistas **versus** privatistas, uma discussão de natureza econômica, só que nesse caso específico tem um outro elemento que necessariamente tem que ser considerado, caso haja a intenção de se manter essa privatização – eu gostaria, inclusive, de registrar a presença do Vereador Antônio Santos, do PDT, de Aracajú, que prestigia nossa sessão de hoje. Qual é a especificidade?

O que hoje se chama Fafen, Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras, era até 1993 uma empresa subsidiária da Petrobras, chamada Nitrofértil. Uma empresa do grupo Petrofértil que, do ponto de vista de estrutura, é a mesma que tem hoje a Fafen. Uma fábrica em Laranjeira, Sergipe, e uma fábrica em Camaçari, Bahia. Naquela ocasião, o Governo Itamar Franco tinha a intenção de privatizar essas empresas, ou seja, privatizar a Nitrofértil e a Ultrafértil, que era uma outra empresa do sistema Petrobras, também produtora de fertilizantes nitrogenados, empresa esta, que foi efetivamente privatizada.

Na ocasião, a Nitrofértil não foi privatizada em função de uma série de especificidades. Primeiro, uma luta intensa, uma mobilização dos trabalhadores da Nitrofértil em Sergipe e na Bahia, que conseguiu envolver – o conjunto da sociedade sergipana e baiana – lideranças políticas fora, inclusive, do campo tradicional da esquerda, liderança política do PFL, ao PSDB contra a privatização daquelas empresas. Um outro aspecto que tem que ser considerado e tem que ser relembrado neste momento em que a Petrobras tem a intenção de vender a Fafen é que, por trás da incorporação da então Nitrofértil à Petrobras, há um acordo feito na Justiça do Trabalho, com o aval do então Presidente da República, Itamar Franco, com o aval do então Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, com o aval do então Governador de Sergipe, João Alves Filho, do então Senador Albano Franco, o atual Governador, com o aval do então Governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Qual era o acordo? Os trabalhadores da Nitrofértil haviam ganho uma causa na Justiça do Trabalho, do Plano Collor. Sentença estava transitada em julgado. A causa equivalia a R$300 milhões; R$300 milhões para trezentos e poucos trabalhadores, ou seja, era a oportunidade clara e objetiva de aqueles trabalhadores conseguirem sua independência econômica.

Não havia mais recursos. A causa estava em fase de execução. No entanto, naquela ocasião os trabalhadores da então Nitrofértil, liderados pelo Sindiquímica, deram uma absoluta demonstração de patriotismo, de preocupação com o futuro do Estado de Sergipe e de preocupação com o futuro da Nação. Foi feito um acordo na Justiça do Trabalho. Os trabalhadores abriam mão do direito líquido e certo de receberem aqueles R$300 milhões. Eles abriam mão da execução daquela ação! Em troca, a empresa não seria privatizada. Deixaria de existir enquanto empresa independente, enquanto Nitrofértil, mas seria incorporada à Petrobras e todos seus trabalhadores seriam incorporados à Petrobras. A empresa passaria a se chamar Fafen – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, uma unidade industrial da Petrobras e não uma empresa independente.

Foi feito o acordo, após um debate riquíssimo entre os trabalhadores e que contou com a participação de lideranças políticas. Lembro-me que o Deputado Jaques Wagner, da Bahia, liderança sindical daquele Estado, esteve em Sergipe defendendo o acordo. Tratava-se de um acordo difícil, pois o que se estava pedindo era que cada trabalhador abrisse mão de, em média, R$800 mil líquidos, em valores de hoje! Cada trabalhador teria direito a R$800 mil, líquidos, em média, com aquela ação! Volto a dizer: uma ação transitada em julgado, em fase de execução! Para a surpresa de muitos, os trabalhadores aceitaram o acordo, porque sabiam que poderiam receber o dinheiro e fazer sua independência econômica, mas que isso significaria, na prática, o fechamento da unidade industrial. Isso porque R$300 milhões eram um valor superior ao que valia a empresa. Portanto, a independência financeira de 386 trabalhadores – se não me falha a memória – significaria, na prática, o encerramento da atividade industrial com repercussões para gerações futuras de Sergipe e da Bahia. E foi com grandeza que esses 386 trabalhadores abriram mão da sua independência financeira, pensando nas futuras gerações dos dois Estados.

Na ocasião perguntavam: "Qual a garantia que vamos ter de que esse acordo será cumprido?" Afinal de contas, os trabalhadores teriam que abrir mão da ação antes da incorporação, ou seja, a parte dos trabalhadores seria cumprida antes. E havia sempre a dúvida se, depois, a Petrobras e o Governo iriam cum-

prir a sua parte, qual seja, a incorporação de todos os trabalhadores. Foi dito na época que o avalista da operação era o Presidente da República. E o acordo envolveu instituições, pois foi feito na Justiça envolvendo a Petrobras e com o aval do Ministro das Minas e Energia e do Presidente da República de um lado e o Sindiquímica do outro. Ele não pode, portanto, ser rasgado simplesmente porque houve alternância de Poder. O acordo não foi feito com Itamar Franco ou com Paulino Cícero ou com o então Presidente da Petrobras, Joel Rennó. O acordo foi feito entre instituições, pois da mesma forma que houve mudanças no Governo da República, na Petrobras e no Ministério, houve mudanças na direção do sindicato. E por esse raciocínio os trabalhadores então poderiam reivindicar de novo os R$300 milhões, já que houve mudança na direção do sindicato.

Essa é uma questão que tem que ser levada em consideração nesses estudos. É inadmissível que, neste momento, depois que se conseguiu o acordo, depois que se conseguiu que os trabalhadores abrissem mão da causa, o Governo agora faça de conta que não! Cumprimos a nossa parte num determinado período. Incorporou. Só que agora a realidade é outra!

Ora, se fosse assim, teria de haver a cláusula: "os trabalhadores abrem mão enquanto estiverem incorporados à Petrobras". A partir do momento que deixam de estar incorporados, voltam a ter o direito aos R$300 milhões.

Foi um acordo definitivo, não um acordo temporário. No entanto, agora parece que a Petrobras tem intenção de exatamente rasgar o acordo, desrespeitar o acordo, passando por cima – volto a dizer – de uma decisão absolutamente patriótica e consciente de trezentos e poucos trabalhadores, que abriram mão de sua independência financeira, pensando nas futuras gerações e na economia de dois Estados.

Houve lá em Sergipe uma visita de Deputados Estaduais à Fafen. Houve uma reunião entre Deputados Estaduais e o Governador Albano Franco. Estamos agendando uma audiência, com a presença do Governador, de toda a Bancada de Sergipe, junto ao Ministro Rodolpho Tourinho, das Minas e Energia.

Fui informado que ontem houve uma audiência do Deputado Jaques Wagner com o Ministro, com o mesmo objetivo.

Quero chamar a atenção para a gravidade desse fato que está acontecendo em Sergipe. O número de trabalhadores, para aqueles de São Paulo, acostumados com empreendimentos de grande vulto, pode parecer de menor importância, já que envolve apenas pouco mais de trezentos trabalhadores, em Sergipe, e pouco mais de quinhentos, se não me engano, na Bahia.

Mas, além da importância desse aspecto absolutamente legal e ético, há o aspecto de natureza econômica. Além da Fafen, só há outra unidade produtora, outra empresa produtora de fertilizantes nitrogenados, que é a Ultrafértil, agora privada. E a existência da Fafen, enquanto estatal, estabeleceu um regulador de preços de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Se essa unidade vier a ser vendida, muito provavelmente ela o será para a Ultrafértil, teremos aí um monopólio privado absoluto desse setor da economia nacional, com repercussões, todos sabemos, nos preços.

Queria fazer esse registro e conclamar as Lideranças de Sergipe e da Bahia de Antonio Carlos Magalhães, que, como já disse, era o Governador na ocasião quando foi feito o acordo, para a necessidade de investimentos, para que a Petrobras estabeleça parcerias, atraia parceiros privados, para viabilizar investimentos para a Fafen, na Bahia, em Camaçari, e, em Sergipe, Laranjeiras.

Sem essa venda, não só pela repercussão econômica resultante do estabelecimento de um monopólio privado desse produto, mas também pelo aspecto que descrevi anteriormente: será uma verdadeira ofensa ao acordo feito entre instituições, que, repito, demonstrou um desprendimento absoluto de 386 trabalhadores, que abriram mão de sua independência financeira, que abriram mão de receber, em média, cada um, R$500 mil, porque pensaram na continuidade daquele empreendimento e no futuro dos Estados de Sergipe e da Bahia.

Tenho certeza de que as autoridades, as lideranças políticas de Sergipe e da Bahia, independentemente da visão ideológica e das diferenças políticas, vão somar-se, nesse momento, pela manutenção da Fafen como unidade da Petrobras, dada a importância que tem para o desenvolvimento desses dois Estados.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Exª relata os fatos com muita propriedade. Esteja certo de que isso foi um esforço muito grande, na época, e que não pode, agora, ser jogado fora. Estaremos juntos – eu, V. Exª e outros líderes da nossa região –

para pleitearmos, junto ao Governo Federal, ao Ministro de Minas e Energia, à Petrobras e ao Presidente da República, a manutenção que V. Exª solicita e que não só é de justiça, como também, do ponto de vista econômico, não é nada prejudicial para o País. Por isso, não há razão para esse ato ser realizado contra a vontade do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. O depoimento de V. Exª é muito importante, não só pela força que, todos sabemos, V. Exª tem, no Estado da Bahia, mas também porque V. Exª foi ator direto desse acordo, na ocasião, na condição de Governador da Bahia. Tenho certeza de que a mobilização de todas as autoridades sergipanas e baianas garantirão a continuidade desse empreendimento no âmbito da Petrobras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela, por cessão do Senador Francelino Pereira.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, embora sabendo que inúmeros Senadores da República já tenham se manifestado a respeito do tema que pretendo abordar; que inúmeros Deputados Federais, Estaduais, Vereadores, aliás, que o mundo político brasileiro tem estado preocupado com essa situação do boicote à carne brasileira; mesmo sabendo do posicionamento de alguns Ministros, especialmente das Relações Exteriores, da Agricultura e outros, com relação a esse boicote canadense; mesmo sabendo que já se encaminham algumas negociações, eu ouso abordar, mais uma vez, este assunto por ser de real importância para o Brasil, para todos os brasileiros, e por se tratar de um problema que não pode esperar; precisa ser resolvido urgentemente.

Não adianta o Canadá apenas acenar com a possibilidade de recuo; ele tem que dar uma demonstração clara desse recuo, porque, senão, em função das últimas informações por nós obtidas, a situação ficará cada vez mais difícil. O boicote à carne bovina brasileira, desencadeado pelo Canadá, começa a gerar os primeiros e grandes prejuízos ao País. Se até anteontem havia projeções sobre possíveis perdas, desde ontem produtores e empresários ligados ao mercado da carne passaram a computar perdas reais, especialmente nos Estados onde essa atividade tem um peso forte na economia.

O preço do boi gordo já despencou. A maior queda ocorreu no meu Estado de Goiás, variando de 10 a 15% do valor real, o que praticamente paralisou o mercado, numa época em que geralmente é recheada de numerosos negócios. Todas as entidades, inclusive de Goiás, já pediram aos criadores que segurem os seus bois no pasto, em função dessa queda brusca no preço, variando de 5 a 10% em Goiás. O preço do boi gordo já despencou no Brasil, principalmente no Estado de Goiás.

Embora o Senado Federal e – volto a dizer – o mundo político brasileiro tenham-se debruçado sobre esse tema nos últimos dias, volto a ele, porque a demora em se encontrar uma solução gera instabilidade no mercado interno – e está gerando essa instabilidade – e aumenta o risco de um possível efeito cascata, com adesão de outros países importadores.

Ontem à tarde fui informado, por dirigentes de entidades pecuárias de Goiás, que países como a Inglaterra e a própria Holanda começam a estudar a possibilidade de adotar as mesmas barreiras à carne brasileira.

Se para o Brasil como um todo a confirmação dessa notícia seria desastrosa para Estados como Goiás, cuja exportação de carne dirige-se quase que 100% à Europa, certamente significaria uma quebradeira geral.

Para se ter uma idéia, somente no ano passado, Goiás exportou quase U$50 milhões de carne **in natura** ou de subprodutos bovinos. Mais de 10% da produção local é destinada à exportação. Para este ano, depois que conseguimos o certificado de área livre da Febre Aftosa, o mercado projetava um crescimento superior a 50%. Produtores e exportadores se mobilizaram naturalmente: fizeram investimentos, prepararam-se para uma forte expansão, o que agora corre sério risco de uma frustração muito grande.

O pior é que vai ficando claro que houve falhas do Governo brasileiro. Infelizmente ela houve. O próprio Ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, confirmou que o Governo demorou para enviar as informações solicitadas pela Agência de Inspeção Canadense.

Como se sabe, trata-se de uma medida política, de represália do Canadá pela guerra das empresas fabricantes de aviões: pelo Brasil, a Embraer; pelo Canadá, a Bombardier. Mas o Governo brasileiro, ao atrasar o envio dos documentos, deu, sim, o argumento para que os canadenses tomassem essa medida. E a demora em achar uma solução pode complicar ainda mais o quadro no momento atual.

Os Estados Unidos, que tiveram de aderir ao boicote em função das regras comerciais do Nafta, funcionam, sem dúvida nenhuma, como referência para o mercado internacional. A permanência deles nessa posição pode estimular reações na Europa e na Ásia, o que seria desastroso ainda mais para a pecuária e para a economia como um todo, que enfrenta dificuldades enormes para equilibrar a balança comercial.

Se o imbróglio com o Canadá prometer se estender por mais tempo, na pior das hipóteses, temos que conseguir um posicionamento definitivo e oficial dos Estados Unidos. Precisa ficar bem claro para o mercado internacional que o boicote canadense é fruto de disputas comerciais e não de problemas sanitários com o nosso rebanho.

Há que se reconhecer que o Ministro da Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, agiu com eficiência ao reunir-se na segunda-feira próxima passada com a Secretária de Agricultura americana, Ann Veneman, e já soou como um alento as declarações de assessores do Departamento de Agricultura norte-americano segundo as quais os Estados Unidos sabem e reconhecem que o gado brasileiro não sofre com o mal da vaca louca.

O Brasil precisa avançar, agora, já, para que essa posição ganhe contornos oficiais. Já passa da hora de o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que sequer se pronunciou sobre o assunto, interferir pessoalmente na questão, jogando com sua experiência diplomática, com o seu prestígio que goza no cenário internacional para evitar que o boicote se alastre, contaminando o maior mercado importador de carne brasileira, que é a Comunidade Econômica Européia.

Numa outra vertente, é necessário reagir diretamente contra a decisão canadense. Eles já demonstraram o seu poder de fogo para arranhar a imagem de produtos brasileiros no mercado mundial. Como está claro que há uma disputa concreta em jogo se não houver uma forte contra-ofensiva brasileira, eles ficarão à vontade para, amanhã ou depois, repetirem a mesma artimanha em relação a outros produtos. Os prejuízos que estão em jogo vão muito além dos quase US$100 milhões que o Brasil exporta anualmente em carne para o Nafta.

O efeito cascata que se teme possui dois vetores preocupantes: a possibilidade de adesão de países da Europa e Ásia ao boicote da carne e medidas restritivas do próprio Canadá contra outros produtos brasileiros.

Ontem, empresários de outros setores, que exportam para o Canadá, informaram sobre o recebimento de ameaças a respeito de possíveis e novas retaliações. Entre esses setores estão os de brinquedos, têxteis e calçados, que, juntos, exportaram US$55 milhões no ano passado.

A entrada do Presidente Fernando Henrique Cardoso nesse jogo torna-se mais urgente e importante quando vêm à tona divergências internas do próprio Governo sobre a maneira de enfrentar o problema. Enquanto o Ministério da Agricultura defende uma postura mais dura e mais rígida, inclusive com boicote a produtos canadenses, o Ministério do Desenvolvimento prefere a via da negociação, do diálogo, da diplomacia.

Pessoalmente, fico com o caminho do Ministro Pratini de Moraes. Essa é uma questão da mais alta gravidade e o País deve ser duro na sua reação, como bem escreveu o jornalista Clóvis Rossi, ontem, na **Folha de S. Paulo:** "O bom-mocismo serve para coquetéis do Corpo Diplomático, mas em negociações comerciais o jogo é duro mesmo".

Clóvis Rossi sugere até um caminho ao Presidente: anunciar que, mantido o embargo, o Presidente não comparecerá à Cúpula das Américas, a ser realizada em Quebec, no mês de abril. Será uma reunião onde os Estados Unidos pretendem dar um impulso à Alca, Área Livre de Comércio das Américas. A ausência de Fernando Henrique Cardoso esvaziaria o encontro e criaria um embaraço enorme para o anfitrião Canadá.

É evidente que se trata apenas de uma possibilidade. O fundamental é que o Presidente entre firme no jogo, indo mesmo até as últimas conseqüências. É ele quem tem a obrigação de apontar o caminho, de dar a diretriz. O Governo não pode ficar sem rumo numa questão de tamanha importância, com cada auxiliar puxando por um lado.

O Presidente brasileiro, que se vangloria de seu largo prestígio internacional e sua experiência no campo da diplomacia, precisa sair do banco de reservas. É ele quem tem as condições de virar esse jogo. Mas precisa deixar os bons modos de lado e ser rápido e duro, porque estamos perdendo, realmente, de goleada.

Congratulo-me com todos as Srªs e Srs. Senadores e com os Deputados Federais, que estão preocupados com este problema e já se manifestaram a respeito. Ainda hoje, ouvi um dos pronunciamentos mais brilhantes nesta Casa: o do ex-Ministro da Agricultura, ex-Governador, do grande Líder e Senador

Iris Rezende Machado, abordando todos os aspectos, inclusive o do bom relacionamento entre Brasil e Canadá. E dizia o nobre Senador Iris Rezende Machado que o Canadá está sendo injusto com o Brasil neste momento. Por isso, ao congratular-me com o brilhantíssimo e profundo pronunciamento do nobre Senador Iris Rezende, deixo bem claro que todos nós, pecuaristas, todos nós, brasileiros envolvidos nesta questão, agradecemos pelo grande e brilhante pronunciamento do nobre Senador de Goiás.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB SC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB GO) – Pois não. Concedo, com muita honra, o aparte ao brilhante Senador Casildo Maldaner, representante do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB SC) – Nobre Senador Maguito Vilela, além do nobre Senador Iris Rezende e de outros colegas Senadores, V. Exª aborda também esse tema com profundidade. Aliás, é um assunto que está a preocupar todo o País. Há quinze dias, mais ou menos, para nós, brasileiros, o que vem ocorrendo em alguns países da Europa em relação ao caso do mal da vaca louca, esse problema era um sonho, algo distante. Mas hoje, infelizmente, está na ordem do dia em todos os setores do País. Temos no Brasil um rebanho extraordinário, com um peso forte na economia brasileira: são mais ou menos 170 milhões de cabeças de gado, ou seja, o mesmo número de habitantes do país. E não é só a questão do Canadá, como disse bem V. Exª, porque já começam os reflexos a atingir outros países que mantêm relações comerciais com o Brasil. Quer queira, quer não queira, levanta-se a dúvida. O prejuízo já está aí. É como disse V. Exª: a reação do Governo brasileiro tem que ser enérgica neste momento. Precisamos deixar outras questões de lado e tratarmos disso com firmeza. Sabemos, de antemão, que isso pode ocorrer, como já ocorreu uma vez com a peste suína africana, que atingiu muito Santa Catarina. Em nosso Estado, a suinocultura é forte. Isso foi em 1977/1978; os prejuízos foram enormes, mas houve influência externa, inclusive americana, na questão da peste suína africana. Ofereciam matrizes que diziam não estar contaminadas para entrarem no Brasil e as que existiam tínhamos que exterminá-las, sacrificá-las. Isso vinha ocorrendo, nós sabíamos que eram sacrifícios que eles faziam em matrizes boas, geneticamente bem elaboradas. Foi um crime tremendo, naquela época, em relação à economia brasileira por causa da peste suína africana. E agora se pretende iniciar o mesmo processo. Claro que o Ministro Pratini de Moraes foi na matriz quando procurou a Secretária de Agricultura, em Washington, na última segunda-feira. O Ministro agiu corretamente, pois desconfio que os Estados Unidos, em função do Nafta, usaram o Canadá como arma política. No fundo, trata-se de uma questão política, Senador Maguito Vilela. Por trás de tudo isso, o objetivo é fazer com que o Brasil sente à mesa já, e não em 2005, em função da Alca, para unir as Américas na questão comercial. E sabemos que o Brasil não está preparado para isso. Por isso, queremos um tempo. O Brasil não se nega a declarar-se aberto às Américas na questão do livre comércio. Estamos começando esse processo com o Mercosul. No entanto, o Brasil não está preparado, as empresas nacionais não estão preparadas para a guerra. Assim como ocorre com os soldados, é preciso um treinamento para isso. Nossas indústrias ainda são incipientes para enfrentar as indústrias americanas. Se declararmos guerra hoje, poderemos perder. Precisamos de certo tempo, e esse tempo que pedimos é até 2005, quando estaremos preparados para enfrentar essa globalização. Há uma clara desconfiança de que o Canadá está sendo usado pelos Estados Unidos para provocar o Brasil a declarar, o quanto antes, a abertura do livre comércio das Américas. Nesse caso, teremos prejuízos de toda sorte V. Exª tem razão. O Governo brasileiro, ainda ontem, propôs-se a criar uma Comissão Parlamentar Externa no Congresso Nacional para dialogar com a Comissão Parlamentar Externa do Canadá ou dos Estados Unidos. Enfim, é urgente o esclarecimento dessa dúvida, antes que se alastre cada vez, provocando prejuízos maiores na economia brasileira. Que se enfrente esse problema tão sério para todos nós o quanto antes, com muita firmeza e altivez. Senador Maguito Vilela, neste instante, V. Exª está a representar não só Goiás, Estado com pecuária muito forte, mas o Brasil. O Brasil inteiro acompanha a reflexão de V. Exª com muita atenção.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB GO) – Senador Casildo Maldaner, agradeço a V. Exª por suas palavras, que, sem dúvida nenhuma, enriquecem o meu pronunciamento. V. Exª nos alertou para o fato de que o problema não é apenas com o Canadá. O problema surgiu naquele país, mas está sendo acompanhado pelos Estados Unidos e pelo México, em função das regras comerciais do Nafta.

Além desses três países, a Inglaterra e a Holanda estudam possibilidades de adotar o boicote. Todos nós sabemos que tal medida poderá gerar um efeito cascata, e o prejuízo será enorme para o Brasil. Te-

mos que agir energicamente e com muita rapidez. Esse é um problema que não pode esperar por ações diplomáticas, não pode esperar por muito tempo.

Aliás, Senador Casildo Maldaner, o Canadá acena ao Brasil hoje – e a imprensa noticia isso – com a possibilidade de recuar nessa contenda. Contudo, esse aceno não nos satisfaz. O Canadá tem que recuar efetivamente desse boicote. Não é pensar em recuar, mas recuar definitivamente, porque o boicote não tem sentido de ser. E o Canadá sabe que vai provocar danos irreparáveis à economia brasileira. Por isso, não aceitamos que essa discussão se prolongue. Que cesse o boicote, de uma vez por todas, e que se comecem a discutir os problemas que envolveram esse processo. Não adianta dizer que pode recuar amanhã ou depois, pois corre-se o risco de esse recuo acontecer numa hora em que os prejuízos já tiverem sido enormes, com perdas irreparáveis para o Brasil e principalmente para os pecuaristas brasileiros.

Por isso, agradeço muito a V. Exª pelo aparte.

O Sr. Ricardo Santos (PSDB ES) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB GO) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador.

O Sr. Ricardo Santos (PSDB ES) – Senador Maguito Vilela, quero manifestar minha inteira concordância com a fala de V. Exª e com o aparte do Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina. V. Exª está sendo extremamente feliz, acompanhando o brilhante discurso feito pelo Senador Iris Rezende, demonstrando toda sua indignação com relação a todo esse processo, que coloca em dúvida a sanidade do rebanho brasileiro. E eu gostaria apenas de reforçar este ponto: não basta ao Canadá levantar o boicote. É fundamental que aquele país também reconheça o seu erro, porque atualmente é o responsável pelo atestado de sanidade sanitária de produtos de origem animal e vegetal que entram no Nafta, Sendo assim, o reconhecimento de seu erro, em curtíssimo prazo, estaria colocando uma pedra em cima desse problema de extrema gravidade para a nossa economia, sobretudo para o setor agrícola e pecuário do nosso País. Essa pecha que o Canadá está jogando sobre o padrão sanitário do gado brasileiro não se tira da noite para o dia. Todos que vivemos em Estados que desenvolvem atividade pecuária como é o Estado de Goiás, representado por V. Exª sabemos que não se tira esse estigma da noite para o dia. Portanto, a ação do Governo brasileiro, além de ser drástica, além de ser dura, não pode esperar 48 horas. Essa ação tem de ser urgente, e é fundamental que o Canadá reveja esse crasso erro, essa ação sem nenhuma consistência técnico-científica, como ficou aqui demonstrado pelos palestrantes que participaram da reunião extraordinária da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Dessa forma, quero agregar à fala de V. Exª esses pontos que considero extremamente relevantes.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) Muito obrigado, Senador Ricardo Santos, capixaba recém-chegado a esta Casa, mas que, com idéias brilhantes, tem prestado um grande serviço aqui e ao Brasil.

V. Exª tem toda a razão, Senador. Não é só recuar; é reconhecer o erro, porque esse boicote, naturalmente, está na imprensa de todo o mundo. E, sendo assim, é lógico que fica a idéia de que o gado brasileiro sofre do mal da vaca louca, o que não é verdade. Como diz V. Exª, isso está provado e comprovado, e o Canadá deve dizer ao mundo inteiro que errou ao boicotar o Brasil.

Agradeço muito a V. Exª por suas palavras, que enriquecem muito o nosso pronunciamento, sugerindo ao Governo brasileiro uma medida realmente eficaz, concomitantemente de recuo e de reconhecimento.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB RN) – Exª concede-me um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Rosado.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB RN) Quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento, Senador, em que faz uma advertência a todo o País. Acredito que o caso da carne não será um fato isolado. O Brasil passará a ser alvo de outras situações idênticas. A diplomacia brasileira deveria aproveitar esse episódio para um redirecionamento. Ela estava preparada até hoje para os conflitos mundiais, mas, com a globalização, a política internacional precisa ser modificada. Os conflitos, de um modo geral, já estão superados; o perigo da guerra fria desapareceu. Hoje, a nossa diplomacia precisa estar mais voltada para relações comerciais que para relações de violência, de desentendimentos internacionais. É necessário que a nossa diplomacia se recicle e se prepare para enfrentar novas situações, que surgirão com muita freqüência. Se não houver uma modificação, o Brasil sofrerá outras sanções e outras dificuldades financeiras, o que prejudicará todo o sacrifício sofrido com a implantação do Plano Real, que poderá fracassar exatamente por falta de uma política mais agressiva no plano internacional. Clóvis Rossi foi muito feliz quando disse que, nas relações comerciais, não existe bom-mocismo, mas a

necessidade de endurecer o jogo. Muito obrigado, nobre Senador Maguito Vilela. Meus parabéns.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço aos Senadores Tasso Rosado, do Rio Grande do Norte, e Ricardo Santos pela participação.

Aliás, os dois últimos Senadores que me apartearam, Tasso Rosado e Ricardo Santos, são recém-chegados a esta Casa e têm demonstrado um conhecimento pleno dos problemas que envolvem o nosso País.

Agradeço a sugestão do Senador Tasso Rosado. Na realidade, a diplomacia brasileira deve agir com mais rigidez e dureza, para que outros países não cometam o mesmo erro do Canadá. O aparte de S. Exª foi oportuno e eu o incorporo ao meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Todos estamos imbuídos do espírito de ajudar o Brasil a superar esse grave problema do boicote à carne bovina brasileira.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por cinco minutos, pela Liderança do Bloco.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou me dedicar a esse tema extremamente importante amanhã, porque, sem dúvida, apesar de toda a polêmica criada no Brasil, esta Casa foi induzida a fazer um debate sobre a inserção subserviente do Brasil na globalização diante dos interesses do FMI e das grandes nações.

Hoje eu não poderia deixar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fazer uma dupla saudação, que, com certeza, divide os corações das companheiras e dos companheiros do Bloco de Oposição. Saúdo a chegada da nossa querida companheira Senadora Marina, que está conosco na Casa novamente, bela, maravilhosa, e, que, a partir desta semana, reiniciará os seus trabalhos nesta Casa.

Cumprimento também o Senador Júlio Eduardo pela convivência maravilhosa que nos proporcionou. Infelizmente, no dia em que S. Exª se despediu, não estávamos presentes na Casa por estarmos em uma reunião. Queremos dizer ao povo do Acre que nos sentimos felizes e maravilhados com a volta da nossa companheira Marina e que reconhecemos a importância do primeiro Suplente da Senadora, o Senador Júlio Eduardo. Trata-se de um companheiro do Partido Verde, que deu a esta Casa uma demonstração impressionante de competência, sensibilidade, espírito de solidariedade humana e de trabalho coletivo com o Bloco da Oposição. Mesmo tendo passado pouco tempo na Casa, S. Exª trabalhou com maturidade exemplar, com competência e com dignidade.

Saúdo o nosso querido Júlio Eduardo, por quem com certeza balançam todos os corações da Oposição, pelo tempo que convivemos.

Saúdo também a nossa querida companheira Marina pela sua volta. S. Exª já está na Casa, retomando os seus trabalhos. Com certeza, S. Exª continuará sendo tão bem-vinda como sempre foi nesta Casa, por todos os Parlamentares, independentemente das convicções ideológicas e partidárias.

Que os dois recebam o nosso abraço grande e apertado, em nome de todos os Partidos que fazem o Bloco da Oposição e, tenho certeza, do PSB, do PPS. A nossa saudação aos nossos dois queridos companheiros.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra a V. Exª, por cinco minutos.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento de informações ao Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, para que S. Exª possa informar à Casa como se procedeu o processo de privatização da Transnordestina por intermédio da Rede Ferroviária do Nordeste. A CFN, a empresa que comprou a malha ferroviária da Transnordestina há mais de três anos, nada fez nessa obra de vital importância para o Nordeste.

A Transnordestina foi colocada no nosso relatório das obras inacabadas como a mais antiga deste País, tendo começado ainda no Império. D. Pedro II a iniciou, e até hoje essa obra não foi concluída. Por ocasião da sua privatização, criou-se uma expectativa, uma esperança de que essa obra fosse concluída. Estamos agora sendo surpreendidos pelos jornais de Recife e do País com o noticiário de que o BNDES entrará com recursos para que a Transnordestina possa finalmente ser concluída.

Que privatização é essa? Foi feita uma privatização que se quer de graça, e agora o Governo terá de

investir recursos públicos para concluir uma obra privada.

Não quero tratar com profundidade desta questão sem receber as informações do Ministério dos Transportes. Eis a razão do meu requerimento de informações dirigido ao Ministro Eliseu Padilha.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2001

Requeiro nos termos do disposto no art. 218 do Regimento interno do Senado Federal, votos de pesar pelo falecimento do cientista político, escritor e filósofo Amapaense, Osvaldino Raiol, ocorrido no dia 1º de fevereiro último.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2001. – Senador **Sebastião Rocha.**

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2001

Solicita informações ao Sr. Ministro dos Transportes à respeito do processo de desestatização, promovido pela União, da exploração dos serviços de transporte ferroviário exercida, até 1997, diretamente pela Rede Ferroviária Federal, em favor da Companhia Ferroviária do Nordeste.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a V.Exa. que seja encaminhado ao Senhor Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Lemos Padilha, pedido de informações sobre o inteiro teor de todos os atos legislativos, legais e infralegais e instrumentos contratuais, incluindo editais de leilão de privatização, que propiciaram o traspasse da concessão da exploração das malhas ferroviárias da Rede Ferroviária Federal para a Companhia Ferroviária do Nordeste.

A razão deste pedido de informações radica no fato, amplamente repercutido na imprensa de Pernambuco, de que o governo estadual estaria pretendendo retomar as obras da Ferrovia Transnordestina, inacabada desde o Império, para o que estaria contratando empréstimos junto a agências financeiras nacionais e internacionais, como o BNDES e o Banco Mundial.

Dado que tal obra consumiria recursos públicos federais e talvez avais da União, **ipso facto**, é matéria de relevante interesse social saber se a exploração do empreendimento anunciado pelas autoridades estaduais está compreendida nos direitos da concessionária privada dos serviços ferroviários que atendem à região, anteriormente exercidos pela Rede Ferroviária Federal, ou seja, nos direitos da Companhia Ferroviária do Nordeste, o que, em caso afirmativo, induziria sérias dúvidas a cerca da legitimidade da operação financeira.

Peço também encarecer a Sua Excelência, o Sr. Ministro dos Transportes, especial atenção e detalhamento quanto às informações relativas a tudo o que diga respeito às obrigações dos adquirentes da referida concessão, tais como manutenção dos investimentos por prazo mínimo e obrigações de desempenho.

Sala das Sessões, de de . – Senador **Carlos Wilson.**

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – O requerimento lido será despachado à Mesa, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, os fatos de extrema gravidade que no momento marcam as relações comerciais Brasil-Canadá, relacionados com a restrição sanitária apresentada à importação da carne brasileira pelos países do Nafta são, como sabemos, um desdobramento do conflito comercial originado pela competição no segmento da indústria aeronáutica entre a nossa Embraer – cuja competitividade e excelência tecnológica vêm incomodando concorrentes no mercado internacional – e a canadense Bombardier. E isso já foi exaustivamente discutido no Senado Federal e no Congresso Nacional, e de uma maneira muito particular e de forma bri-

lhante pelos Senadores Iris Rezende, Maguito Vilela, nesta sessão de hoje. Esses fatos têm, na verdade, como pano de fundo, um processo de recrudescimento de medidas protecionistas por parte dos países mais ricos, reduzindo espaços para os países em desenvolvimento no mercado globalizado.

Nesse contexto, é oportuno abordarmos aqui a ameaça que paira sobre as vendas externas do aço brasileiro a partir dos estudos que o governo americano vem realizando, motivados pela desvantagem competitiva da indústria mínero-siderúrgica dos Estados Unidos.

Tais estudos iniciaram-se a partir do Congresso americano que, por meio de dois de seus representantes, enviou ao Secretário de Comércio dos Estados Unidos pedido de investigação das importações de minério de ferro e de aço semi-acabados, com o objetivo de estabelecer restrições a essas mercadorias baseadas no Trade Expansion Act, de 1962.

A ação dos congressistas americanos foi motivada pela reação da indústria de minério de ferro americana, que vê, na importação de semi-acabados, principalmente, uma ameaça à sobrevivência de unidades industriais daquele setor no país.

O início das investigações já foi autorizado pelo ex-Presidente Clinton, num dos últimos atos de seu governo, que ordenou ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos a condução dos respectivos estudos.

A magnitude do problema para o setor siderúrgico brasileiro pode ser apreciada pelo volume de nossas exportações para os Estados Unidos, que totalizaram US$630 milhões no ano 2000, sendo US$548 milhões de produtos semi-acabados – estes últimos objeto das restrições em estudo.

Estamos atentos para o movimento de empresários brasileiros e do Instituto Brasileiro de Siderurgia que, mais uma vez, se preparam para acompanhar e, na medida do possível, intervir nas investigações do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. A preocupação das empresas brasileiras é que esse processo de investigação possa resultar em novas barreiras para o principal produto das nossas siderúrgicas vendido no exterior, restrições essas que poderão vir sob as modalidades de bloqueio, estabelecimento de quotas ou imposição de tarifas aduaneiras adicionais e, ainda, impactar negativamente os projetos de expansão da indústria siderúrgica nacional. Trata-se, portanto, de uma nova investida que poderá afetar os legítimos interesses nacionais, com desdobramenos nefastos sobre um setor em que o Brasil tem apresentado inequívoca competitividade internacional.

O Brasil é o oitavo maior fabricante de aço do mundo, com uma produção recorde de 27,7 milhões de toneladas no ano passado. Diferentemente de outros países, em particular os Estados Unidos, o Brasil tem uma indústria siderúrgica atualizada tecnologicamente e com projetos de expansão em andamento conduzidos por suas empresas líderes.

Com uma demanda interna em alta – lastreada especialmente no crescimento da indústria automobilística, na construção civil e de eletrodomésticos e com condições de competir vantajosamente no mercado internacional –, o futuro da indústria siderúrgica brasileira apresenta-se bastante promissor.

A presença de nossa indústria não se circunscreve apenas ao espaço nacional. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, possui uma planta industrial na Califórnia. O Grupo Gerdau tem empresas no Uruguai, Chile, Argentina, Canadá e Estados Unidos. Atua também no exterior a Belgo Mineira e a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional tem planos de buscar nos Estados Unidos uma associação ou mesmo comprar uma unidade de laminação para processar a produção futura da usina de Itajaí, no Rio de Janeiro.

Os investimentos programados em nossa siderurgia até 2004, segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia, são da ordem de US$14 bilhões, que deverão acrescentar quatro milhões de toneladas à atual capacidade instalada de 30 milhões. A ênfase desses investimentos está sendo colocada mais na modernização das usinas, na diversificação do **mix** de produção e na produção de bens de maior valor agregado.

Observa-se, nos últimos dez anos, a expansão dos semi-acabados de aço na pauta de exportação brasileira – este grupo representa aproximadamente dois terços das exportações totais de aço, de 9,6 milhões de toneladas anuais. Esta expansão deve-se, sobretudo, ao aumento do consumo de placas pelos países desenvolvidos, principalmente pelos Estados Unidos.

As siderúrgicas americanas – assim como as européias – desativaram, nos últimos anos, diversas de suas onerosas e obsoletas unidades de redução direta, que envolvem as atividades de sinterização,

coqueria e dos altos-fornos. Passaram, então, a adquirir no mercado externo placas para laminar, transformando-as em produtos finais.

Foi exatamente nessa trilha aberta pelo processo de reestruturação da siderurgia mundial – que deverá prevalecer em longo prazo – que as usinas brasileiras desenvolveram seus projetos de ampliação. A CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo, estuda a instalação de seu terceiro alto-forno, atingindo uma produção final de quase sete milhões de toneladas anuais. A CSN, por sua vez, quer construir uma nova usina para produzir cinco milhões de toneladas de placas, a serem laminadas no exterior. A COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista, também deverá crescer nesse mercado. No final de 2001, a empresa colocará em operação uma nova linha de produção de placas, sendo 1,4 milhões para exportação.

Uma das conseqüências desse processo foi a redução da demanda por minério de ferro produzido nos Estados Unidos. E é exatamente o grupo ligado à mineração que parece estar por trás dessa nova onda de resistência ao aço importado por aquele país.

A revista inglesa **The Economist**, em sua edição de 6 de janeiro passado, defende expressamente que as importações não podem ser consideradas responsáveis pela decadência do parque siderúrgico norte-americano. O articulista afirma que as importações apenas exacerbaram os problemas da indústria, caracterizados pela defasagem tecnológica, altos custos de produção e perda do poder de competição devido, também, à valorização do dólar frente a outras moedas.

Acrescenta ainda a análise do **The Economist** que o excesso de protecionismo à indústria americana de aço tem inviabilizado um processo mais construtivo no sentido de sua reestruturação, com conseqüentes ganhos de escala e redução de custos.

O protecionismo americano em relação ao aço tem sido um dos principais problemas que eles têm enfrentado em negociações comerciais, contribuindo para enfraquecer os argumentos a favor do livre comércio em outras áreas de seu interesse.

O comércio internacional é uma avenida que precisa, exige mesmo, duas mãos para existir e vicejar. O comércio somente melhora o nível de bem-estar dos países participantes quando eles se apresentam para comercializar aqueles produtos que gozam de vantagens comparativas.

Nesse sentido, estamos solicitando oficialmente ao Itamaraty e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que atuem junto ao governo americano, à Organização Mundial de Comércio e a outros organismos multilaterais para que acompanhem o processo de investigação em curso e atuem vigorosamente no sentido de impedir qualquer tipo de sanção americana que fira os tratados internacionais que regulam o comércio internacional e atinjam os legítimos interesses da indústria siderúrgica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A palavra está franqueada, Srs. Senadores. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

Os Sr^{s} Senadores Luiz Pontes, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos, Casildo Maldaner e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{a}s e Srs, Senadores, um sonho acalentado por milhares de aposentados e pensionistas do Ministério da Previdência Social, está se transformando em realidade. Fico feliz por ter contribuído para uma importante conquista dos beneficiários do INSS. Falo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, do Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional que permite aos aposentados e pensionistas receberem débitos, no valor de até R$5.180,25, no prazo de 60 dias, sem a expedição de precatórios.

O mais relevante, nessa questão, é que a Lei, oriunda do projeto por mim relatado no Senado foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. É a Lei nº 10.099, publicada no **Diário Oficia**l da União, edição do dia 20 de dezembro do ano passado. Essa Lei modificou a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

O artigo 128 da Lei nº 8.213, após alterado, permite elevação do limite financeiro para a dispensa de precatórios judiciários e de procedimentos processuais de execução, em sessenta dias a contar do trânsito em julgado da respectiva sentença.

Antes da aprovação dessa propositura, a Lei n.º 8.213, em seu artigo 128, determinava que "As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei, de valor não superior a

CR$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), obedecerão ao rito sumaríssimo e serão isentas de pagamento de custas e liquidadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos artigos 730 e 731 do Código de processo Civil."

Após revisto o texto do art. 128, ficou estabelecido que as demandas judiciais concernentes a reajustes ou concessão de benefícios previdenciários individuais, que na fase de execução não excederem a R$5.180,25, poderão, a critério do interessado, dispensar precatórios judiciários e alcançar a quitação em sessenta dias.

Por fim, também poderão ser liquidados, em até noventa dias, os precatórios já inscritos no Orçamento do ano passado, desde que se possam ajustar ao acordo, nos limites da importância máxima de R$5.180,25. Com isso, acaba a angústia para milhares de brasileiros que enfrentavam as filas dos precatórios como verdadeiro tormento.

O Ceará convive de perto com esse sofrimento. Sofrimento que se somava à má-fé de pessoas inescrupulosas, que chegaram a se apropriar do dinheiro pago aos aposentados pelo INSS. Falo, especificamante, da chamada **máfia das aposentadorias** que desviava dinheiro dos beneficiários da Previdência Social. Advogados recebiam o dinheiro do INSS e não o repassavam aos seus clientes, os aposentados. Mas essa máfia não existiu apenas no Ceará e estava espalhada por vários Estados brasileiros.

O escândalo ganhou grandes proporções e acabou prejudicando a liberação das diferenças de benefícios assegurados a outros milhares de aposentados. Esses aposentados entraram na fila de espera do pagamento de precatórios e, agora, no caso daqueles com ações envolvendo até R$5.180,25, serão beneficiados com a Lei sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que nasceu na Câmara Federal por iniciativa do deputado Gonzaga Patriota (PE), chegou ao Senado, e foi por mim relatada com parecer favorável.

O certo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é que não há a menor dúvida de que os créditos dos segurados da Previdência Social – decorrentes de salários, vencimentos, proventos da aposentadoria, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, como define a Constituição Federal, – assumem a natureza de sobrevivência e que, por isso, não devem aguardar, com os demais, os prazos para pagamentos de precatórios.

A dimensão da lei deve ser ressaltada ainda em dois tópicos positivos: o que permite a composição de créditos continuados, tais como pensões e salários, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e o que estabelece a possibilidade de embargos, para a defesa fazendária, pois certo é que se quer a pacificação dos litígios e a possibilidade de acelerar os pagamentos aos mais necessitados credores da Previdência Social, mas sem deixar de lado a defesa da sociedade e do Erário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a maioria dos aposentados, gente sofrida e humilde, depende, exclusivamente, dos benefícios do INSS para viver. O pagamento das diferenças de benefícios, em um prazo menor e sem a expedição de precatórios, vai gerar alegria, felicidade e alívio para milhares de aposentados e pensionistas que há muitos anos esperavam para receber débitos reconhecidos pela Justiça Federal e pela própria Previdência Social.

A Lei n.º 10.099, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, tem essa dimensão social gigantesca. Corrigir injustiças e dar oportunidade para milhares de beneficiários da Previdência Social reconstruírem sonhos e melhorarem a sua condição de vida. E, para os cofres da Previdência Social, não haverá dificuldades porque esses créditos já existem, podendo ser liberados dentro do prazo de 60 dias, após o INSS ser intimado sobre a decisão favorável ao segurado.

Creio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que após a sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Previdência Social Waldeck Ornelas terá a mesma sensibilidade para dar agilidade ao pagamento dessas diferenças de benefícios para aposentados e pensionistas, encerrando-se assim, mais um ciclo de sofrimento de um contingente de pessoas que deu muito de si na construção desse País, mas que nem sempre é tratado com o respeito e o carinho que merecem.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o desenvolvimento da política energética projetada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso vem alcançando inquestionável êxito. Essa feliz constatação leva-nos a registrar nos Anais do Parlamento um voto de louvor ao Ministro Rodolpho Tourinho

Neto em reconhecimento pelo inestimável desempenho de sua Pasta, que bem se reflete no Balanço Energético Nacional, há pouco publicado.

Essa iniciativa do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia, expõe com clareza o resumo das atividades do setor, compreendendo o ano base de 1999. O documento, divulgado há um quarto de século, tem por base os fluxos energéticos das fontes primárias e secundárias de energia e abrange os principais campos econômicos, desde a produção até o consumo final.

O Balanço Energético Nacional – BEN 2000 obedece a uma só metodologia, apresentando a sinopse dos trabalhos no exercício pretérito, assim como os indicadores da produção, consumo e dependência externa de energia, além da composição setorial dos diversos grupos de energéticos e da síntese do Balanço de Energia Útil, compreendendo os anos de 1984 a 1999.

Mede, para cada uma das fontes de energia primária e secundária, a oferta e demanda de energia, contabilizando a produção, a importação, a exportação, a variação de estoques, as perdas, os ajustes e o consumo total desagregado pelos setores da economia.

Aponta os números das fontes primária e secundária, assim como os referentes às importações, exportações e da dependência externa, e anexa os balanços dos centros de transformação, demonstrativo da energia que entra e que sai, com as respectivas perdas de transformação. Já referindo-se ao período de 1973 a 1999, indica os recursos e reservas das fontes primárias de energia, esclarecendo as respectivas metodologias de apuração.

Ainda referindo-se ao período 1984/1999, apresenta os consumos específicos, as relações energia/produto interno bruto, os gastos em divisas e os preços de energéticos, entre outros indicadores de energia, economia e população, acrescentando esclarecimentos parciais acerca dos balanços energéticos regionais e estaduais e das relações energia/população.

Procedida a análise do desenvolvimento energético brasileiro, no período de 1970 a 1999, o Balanço constata que a economia nacional cresceu a uma taxa de 4,2%, anualmente, porquanto, a cada década, apresentou comportamentos distintos, sendo de 8,6% nos anos 70; de 1,6% nos anos 80; e de 2,4% nos anos 90. Em igual período, a Oferta Interna de Energia – OIE, na prática, revelou o mesmo desempenho de 4,3%. Quanto à demanda de energéticos, a eletricidade, os derivados de petróleo e a biomassa também apresentaram comportamentos diferenciados.

À conta de uma política de redução da dependência externa de energia, determinada, em 1979 pelo segundo grande aumento do preço internacional do petróleo, as importações líquidas do produto e de seus derivados caíram de 85% para 43% de dependência externa. No final do ano passado, os preços internacionais do petróleo cresceram novamente, chegando a ultrapassar a marca de 30 dólares por barril. Contudo, esse fato foi atenuado pelo crescimento da produção interna de petróleo, determinando a redução da citada dependência externa para 34,6%.

O balanço consumo-produção no período de bruscas alterações no perfil de demanda de derivados exigiu, de modo especial, a importação de diesel e gás liquefeito de petróleo, e as exportações de óleo combustível e gasolina, conquanto tenha ocorrido substancial mudança na estrutura de refino.

O Setor Elétrico aumentou em mais de cinco vezes a capacidade instalada de geração, considerado o período de 1970 a 1999 e os percentuais de 90% de geração hidráulica e de 10% de geração térmica e nuclear. Na parte do consumo, anotou-se um crescimento de 7,5% ao ano e um acréscimo da participação da eletricidade no consumo final de energia, de 16% para 39,5%, no mesmo espaço de tempo.

Informa-se que o carvão mineral, o urânio e o gás natural têm pequena utilização na Matriz Energética Brasileira. Porém, desde 1975 o carvão mineral de uso térmico foi incentivado, passando a contribuir para a substituição de óleo combustível na indústria, principalmente a cimenteira.

O Setor de Carvão, privatizado, compete com os demais energéticos no uso industrial. A geração elétrica a carvão mineral é realizada com salvaguardas, a fim de permitir a sua adaptação à competitividade do mercado, enquanto o carvão mineral metalúrgico, quase todo importado, segue acompanhando a expansão da produção de aço.

Registra-se, ainda, que a hidroeletricidade, a lenha e os produtos da cana-de-açúcar contribuem para uma elevada participação das fontes renováveis na Matriz Energética Brasileira. Exemplo disso, o Programa do Álcool contribui, desde 1975, para o

maior desenvolvimento dessas fontes e para substituir derivados de petróleo, utilizando, ao encerrar-se o ano de 1999, o álcool adicionado à gasolina e o álcool puro como combustível de 3 milhões de veículos.

Anota-se que o setor industrial aumentou sua participação no consumo final de energia na década de 70, de 31% para 39%, passando a declinar a partir de 1993. Também, a participação dos Transportes no consumo apresentou crescimento, enquanto o Setor Residencial revelou participação decrescente, devida à substituição da lenha pelo gás liquefeito de petróleo.

Quanto aos investimentos no Setor Energético Brasileiro, informa-se que, até 1975, eles representaram cerca de 8 a 10% das aplicações totais. No entanto, a redução da dependência externa e o aumento da intensidade energética exigiram maiores investimentos em energia, que chegaram a 23% do total, em 1984, para decrescer, nos último anos, e situar-se entre 8% e 9% dos investimentos totais.

No último exercício, registraram-se baixos níveis de consumo de energia. As reservas de petróleo e gás natural chegaram a 9,81 bilhões de barris e as reservas totais a 17,1 bilhões de barris. A produção média foi de 1100 mil barris/dia, crescendo 12,7% em relação ao ano anterior. O consumo de derivados de petróleo aumentou 1,7%, ao mesmo tempo em que o gás natural apresentava a maior taxa de crescimento de consumo, seguido da eletricidade comercial.

Em 1999, cerca de 2 milhões de residências passaram a ser atendidas com energia elétrica. Nos estabelecimentos comerciais, o consumo permaneceu espelhando a expansão e modernização dos serviços, o maior uso de aparelhos de ar condicionado e a abertura de grandes centros comerciais. No Setor Industrial, o consumo de energia cresceu 2,16%, sob a influência dos ramos de açúcar, de papel e celulose e de química.

Estamos concluindo, Sr. Presidente, esSas breves apreciações, registrando que o Balanço Energético Nacional, submetido a um processo de contínuo aperfeiçoamento de sua elaboração, mais uma vez demonstra, de forma nítida, a atualidade do setor, mediante informações precisas zelosamente pesquisadas pelos técnicos e demais servidores do Ministério de Minas e Energia, aos quais igualmente endereçamos, nesta oportunidade, o merecido voto de louvor de início consignado ao Ministro Rodolpho Tourinho Neto.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é sem dúvida extremamente complexa a relação entre o capital e o trabalho. Qualquer trabalhador experimentado comporta-se com certo ceticismo ao ouvir afirmações no sentido da possibilidade de consórcio entre esses dois fatores de produção. A experiência ensinou-lhe que há um abismo entre os que possuem o capital e os que dispõem apenas da força de trabalho. Os interesses são contrastantes e a conciliação possível é sempre de difícil consecução, e frágil.

Nesse contexto, quero referir-me ao abuso, amplamente comentado pela imprensa nacional durante o mês de novembro do ano que findou, que vem sendo praticado contra os estudantes brasileiros que precisam realizar o estágio profissional previsto pela legislação de ensino nacional.

Segundo as notícias, muitas empresas estão usando estagiários e aprendizes para se livrarem do ônus das obrigações trabalhistas.

De acordo com informações em análise na Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho, aproximadamente 30 % dos 400 mil estagiários em exercício encontram-se em situação irregular. Os jovens estão sendo submetidos a subempregos, sem qualquer dos direitos estabelecidos pela lei, muitas vezes sem remuneração fixa e sem perspectiva de crescimento profissional ou de obtenção de vaga no mercado formal de trabalho.

As empresas que mais manobram a contratação de estagiários e aprendizes são supermercados, empresas privatizadas, especialmente as de telefonia e de energia elétrica, e instituições financeiras.

Além dos desvios já apontados, os estagiários executam funções não ligadas ao curso ou à futura profissão. Segundo Ricardo Tadeu Fonseca, procurador regional de trabalho de Campinas, São Paulo, ”Muitas empresas contratam estagiários para exercerem um trabalho como qualquer outro. Agências bancárias estão substituindo mão-de-obra permanente por estagiários que ganham salários irrisórios e prestam serviços que nada têm a ver com complementação do currículo escolar“.

No âmbito do Ministério da Educação, em abordagem preliminar dos resultados do Censo do Ensino Profissionalizante, no Brasil atual, existem

cerca de 2 milhões e 800 mil alunos matriculados em cursos profissionalizantes.

Cotejando essas informações com a necessidade de mão-de-obra qualificada na indústria e nas empresas de serviços, a situação do País, e da América Latina, neste começo de milênio, desponta como largamente discrepante. Nos setores ligados à Internet, telefonia, infra-estrutura e informática, em 2004, a falta de pessoal qualificado atingirá a cifra de 426 mil na América Latina. No Brasil, esse quadro será de 243 mil vagas à espera de profissionais qualificados. Apenas em telefonia, nos próximos dois anos, serão abertas 25 mil vagas. Na área de informática, a cada dez vagas, três não serão preenchidas por falta de pessoal capacitado.

Segundo estimativas, em 2001, os investimentos no Brasil deverão ser da ordem de cinqüenta bilhões de dólares. É óbvio: quanto mais as empresas investem e crescem, mais precisam de profissionais qualificados. As escolas não têm condições de preparar profissionais no ritmo exigido pelo crescimento do mercado. A conseqüência natural dessa situação é a perda dos bons profissionais que deixam as salas de aula para trabalhar nas empresas e o aumento dos investimentos das próprias empresas na formação dos profissionais de que necessitam.

Em função dessa realidade, hoje acontece o que parece inacreditável: "professores são roubados pelas companhias e escolas não têm como formar novos alunos".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a moderna gestão empresarial tem como uma de suas principais características o interesse pela formação e qualificação da mão-de-obra. Configura-se, então, ultrapassada e sem sentido a prática de aproveitamento expropriador da força de trabalho. Ultrapassada e sem sentido para o País e para a empresa, uma vez que país e empresa terão competência e competitividade na medida da qualificação e satisfação de sua mão-de-obra.

A Lei n.º 6.494, de 1977, caracterizou com precisão o estágio curricular: são "as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral e junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, sob a responsabilidade e coordenação de instituição de ensino". A Lei define ainda o estágio curricular como "procedimento didático-pedagógico". As vantagens dessa complexa relação, entremeada por trabalho e aprendizagem, criam benefícios recíprocos: para a escola, porque propicia ensino prático; para o estudante, porque tem a oportunidade de adquirir conhecimentos operacionais no área da profissão escolhida; e para a empresa, ou órgão público, porque pode dispor de força de trabalho especializada, ou já encaminhada para a especialização.

Para a empresa e a sociedade a vantagem do trabalho do estagiário não é contar com uma mão-de-obra barata, mas de dispor de uma mão-de-obra em permanente e crescente qualificação, em condições de oxigenar a empresa com novos pontos de vista e vontade de aprender.

A questão, portanto, do estagiário não pode restringir-se a uma visão de etapa passageira e sem profundidade na vida dos futuros profissionais. É um problema que exige cuidado, encaminhamento adequado e supervisão rigorosa. Para desenvolver o profissional competente, é preciso considerar sua qualidade de vida, sua inserção no contexto profissional, seu amadurecimento emocional, sua preparação técnica e sua dimensão humana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na atualidade, considerar o estagiário apenas do ponto de vista da expressão econômica do trabalho e não da prevalência da aprendizagem é cultivar uma visão ultrapassada e mesquinha, desprovida de modernidade e deletéria para a empresa e para o conjunto da sociedade, esta, em última análise, a responsável pelo encaminhamento do futuro do País. Um país moderno, competente e competitivo constrói-se com capital a serviço de três dimensões: a da pessoa, a do profissional e a do cidadão.

Era o que tinha a dizer!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todo o Brasil sabe do esforço de nosso colega de Casa, o Ministro da Saúde José Serra, no sentido de tornar mais acessível o preço dos medicamentos à população, particularmente com a produção dos remédios genéricos.

Essa cruzada, no entanto, não encontra eco no seio da indústria farmacêutica, que prefere fabricar os medicamentos "de marca", que dão muito mais lucro, com seu nome fantasia, do que os produtos similares ou genéricos. Tanto que está sendo cogitada a importação de genéricos para suprir a demanda.

Em verdade, Sr. Presidente, a população brasileira, em sua esmagadora maioria, não tem acesso

aos remédios, por seu preço incompatível com a magra bolsa popular.

Assim, merece nossos encômios a luta do Ministro José Serrra, que, temos convicção, haverá de ser vitoriosa, mesmo contrariando os interesses da poderosa indústria farmacêutica.

Pois bem, a propósito, desejamos registrar, nesta oportunidade, que o Governo do Tocantins também vem envidando o melhor de seus esforços no sentido de proporcionar remédios mais baratos à população de baixa renda.

Tanto isso é verdade que criou a FARMATINS – Fábrica de Medicamentos do Tocantins, que já deverá estar produzindo remédios dentro de noventa dias.

Serão fabricados remédios básicos, como vermífugos, antianêmicos e anti-hipertensivos, dentre outros, que serão vendidos a preços populares.

A iniciativa é considerada tão séria que o próprio Governo do Japão resolveu conceder recursos da ordem de oitenta e oito mil dólares para a FARMATINS, destinados à aquisição de equipamentos.

O Tocantins, portanto, está dando à Nação um edificante exemplo de que, com vontade política e real interesse pelo bem-estar da população, é possível se não solucionar, pelo menos melhorar a questão dos medicamentos em nosso País.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez, o Estado de Santa Catarina é atingido por fortes chuvas que causam inundações e desabamentos, deixando ao desabrigo dezenas de famílias. Domingo último, dia quatro de fevereiro, por duas vezes, a tempestade fustigou 24 municípios catarinenses, situados principalmente na região da Grande Florianópolis e no Litoral Sul. Os prefeitos de quatro desses municípios, Armazém, Grão Pará, Palhoça e São Bonifácio chegaram a decretar estado de emergência, tão intensos foram os estragos ali causados pela chuvas.

Em São José, o prefeito Dário Berger precisou convocar, em pleno domingo, todos os servidores lotados em sua Secretaria de Obras para o trabalho nas áreas mais atingidas. Em Braço do Norte, a destruição da cabeceira de uma ponte no quilômetro 143 da rodovia SC-439 obrigou a Polícia Rodoviária Estadual a interditar o acesso à cidade. Na Capital, duas das principais artérias, as avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos, ficaram intransitáveis ao longo de mais de quatro horas. O Mercado Público e o Terminal Urbano também ficaram alagados, fato que bloqueou o acesso à ponte Pedro Ivo.

Em Palhoça, município mais atingido, 16 famílias ficaram desabrigadas. O alagamento do prédio da Secretaria Municipal de Saúde, além disso, causou a perda de quase todos os medicamentos ali guardados, além do prejuízo trazido pelos danos a móveis, computadores e documentos. Em Urubici e Maracajá, teme-se a perda de parte expressiva da produção rural daqueles municípios.

Esse que acabei de fazer, Srs. Senadores, é apenas um relato muito rápido dos sofrimentos que a tempestade trouxe à nossa população. Não podemos, aqui desta tribuna, neste Plenário, transmitir, sequer ter uma pálida idéia daquilo por que passaram as populações flageladas pela enchente. Podemos, isto sim, tomar algumas medidas imediatas no sentido de enviar auxílio às autoridades estaduais e municipais de meu Estado. Principalmente, porém, temos que tomar as medidas preventivas, aquelas capazes de evitar que tais episódios tornem a se repetir no futuro.

Sim, Sr. Presidente: se é verdade que precipitação em 12 horas de 200 milímetros de água, índice médio de um mês inteiro, é imprevisível, imponderável, a verdade é que há muita coisa que o homem pode e deve fazer para que, caso uma chuva dessas advenha, suas conseqüências sejam menos graves. Se o homem continua frágil diante da fúria dos elementos, ele dispõe hoje, com sua ciência, com sua tecnologia e com sua organização social, de muitos trunfos para equilibrar um pouco mais esse embate multimilenar.

Pois foi com esse propósito, o de prover recursos para o aparelhamento adequado da Defesa Civil, que apresentei, ano passado, dois projetos de lei, de números 13 e 14 de 2000, o primeiro propondo alterações no imposto de renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas; o segundo instituindo uma contribuição sobre seguros e alterando a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Srs. Senadores, estamos acostumados a pensar na Defesa Civil como uma gente que só aparece nas horas de emergência. É uma idéia equivocada, pois sua função ultrapassa em muito essa atuação heróica, quando seus serviços são convocados com urgência. Uma verdadeira política de Defesa Civil in-

clui sua atuação na prevenção das catástrofes, embargando construções em encostas perigosas ou baixios alagadiços, impedindo o despejo irresponsável de esgotos e lixo nos cursos d'água e nas galerias pluviais, bem como no esclarecimento à população para evitar comportamento de risco.

Uma política de Defesa Civil, Sr. Presidente, deve partir do reconhecimento da importância da ação desses órgãos, do provimento de equipamento e treinamento modernos e da necessidade de lhes conferir poder de fato para coibir os abusos que levam os riscos à população. É preciso sobretudo lembrar sempre que somos uma Nação pobre, que não pode se dar ao luxo de desperdiçar bens materiais, nem muito menos preciosas vidas humanas, toda vez que a natureza nos surpreende em sua fúria.

Essa necessária mudança de mentalidade e de atitude, no entanto, precisa começar aqui, onde se fazem as leis que definem a estrutura e o funcionamento das instituições que servem ao público, como a Defesa Civil. A aprovação de projetos como os que apresentei, no meu entender, seria um começo de atuação no bom sentido.

Espero que, bem esclarecidos, os membros desta Casa venham a ter um entendimento semelhante ao meu sobre essa questão excruciante, que se repete a cada ano exatamente por falta de ação preventiva adequada.

Não podemos mais continuar de braços cruzados, deixando que situações como a de domingo passado se repitam. Já não será sofrimento demais, principalmente daquelas camadas mais pobres da população?

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, moradores que somos de grandes cidades, acostumados aos confortos da vida moderna, temos a tendência a tomar a disponibilidade dessas coisas como um pressuposto. É-nos difícil imaginar a vida sem a energia elétrica, por exemplo, e nos habituamos a pensar que lampiões a querosene são coisas do passado, hoje encontráveis somente em alguns museus.

Essa impressão, no entanto, é ilusória. No mundo inteiro há comunidades rurais e afastadas, pobres e estagnadas, cujos habitantes jamais viram um lâmpada incandescente, quanto mais um aparelho de rádio, um televisor ou uma geladeira. Aqui mesmo, em nosso Brasil, há enormes extensões de território ainda não servidas pela energia elétrica.

Nelas vive certa quantidade de brasileiros, patrícios e irmãos nossos, que estão privados não somente dos confortos eletrodomésticos proporcionados pela eletricidade, mas também da possibilidade de se informar sobre o que acontece no País e no mundo, assim como das oportunidades de aprimorar seus conhecimentos e qualificação, pelo acompanhamento de cursos noturnos, e de incrementar sua renda, pelo trabalho após o pôr-do-sol.

No Estado do Tocantins, por exemplo, até dois anos atrás, somente oito por cento da área rural dispunha de eletricidade. Felizmente, graças aos esforços da Companhia de Eletricidade de Tocantins (Celtins) e do Governo do Estado, essa situação vem mudando rapidamente. Um caso recente que demonstra o firme propósito da administração tocantinense de levar a eletricidade a todos os seus cidadãos, atingindo pelo menos 60 por cento da população rural até o final de 2002, é o do povoado de Mumbuca, situado no município de Mateiros, próximo à divisa com a Bahia, a 470 quilômetros de Palmas.

Fundado em 1901 por migrantes da cidade baiana de Santa Rita, Mumbuca precisou esperar quase cem anos para entrar no século vinte: somente em 21 de dezembro do ano 2000 a luz elétrica chegou ali, levada pela Celtins. O custo da extensão da rede de transmissão de energia elétrica, ao longo de dez quilômetros, atingiu 73 mil reais, soma que foi bancada em 70 por cento pelo próprio governo tocantinense, por meio do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins (PERTINS). O fornecimento de energia a essas localidades pequenas e afastadas não tem, no rigor das cifras, viabilidade econômica para a Celtins, mas Joaquim Guedes Coelho Filho, Diretor de Planejamento da empresa, faz questão de ressaltar seu compromisso social com a universalização do acesso à eletricidade.

Sr. Presidente: hoje é tão comum ouvir-se falar em exclusão social e em exclusão cultural, mas quase ninguém lembra de mencionar a exclusão dos confortos da eletricidade. É essa terrível forma de exclusão que o Governo tocantinense vem combatendo.

"Haja luz" – eis o que exclamou o Senhor no início da criação do mundo, para, em seguida, constatar que a luz era boa. A luz é, portanto, um dos primeiros dons de Deus aos homens. A eletrificação rural, assim, é um dever moral dos governos para com o seu próximo que ainda vive nas trevas. E esse compromisso foi assumido e vem sendo cumprido em nosso Estado.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

****
DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:
****

Palmas, *quarta-feira, 27 de dezembro de 2000* *Estado*

Luz elétrica chega ao sertão do Tocantins

Para o povoado de Mumbuca, a 470 Km da Capital, o acender das luzes foi como um milagre de Natal

DIÓGENES BOTELHO
MUMBUCA

O fogo das candeias se apagou, uma forte luz ofuscou a visão e uma caixa no meio da sala começou a falar sozinha, com sotaques e jeitos desconhecidos pela dezena de pessoas estupefactas da pequena vila. O que parece uma cena apocalíptica é, na verdade, a chegada na luz elétrica no pequeno povoado de Mumbuca, a 470 Km de Palmas, ocupado por pouco mais de 150 moradores. Os primeiros chegaram a região em 1901, vindos de Santa Rita, na Bahia. Hoje, quase um século depois, a comunidade entrou no século XX, quando o mundo se prepara para ingressar na era XXI.

****

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

****

A chegada da luz elétrica no último dia 21 de dezembro foi o evento mais importante vivenciado pelas irmãs Laurentina Ribeiro, 75 anos, e Guilhermina Ribeiro, 72, a "Dona Miúda", filhas dos sertanejos pioneiros do Jalapão. As matriarcas são as responsáveis por todos os conselhos e pela ordem no lugarejo que abriga 10 casas, além da igreja e da escola municipal. Na dia 21, a frente do restante do povo, elas assistiram boquiabertas uma reportagem do *Fantástico* na televisão trazida pela Rede Celtins, que instalou a energia do local em parceria com o Programa Pertins, do Governo do Estado. A matéria, veiculada em abril, mostrava a realidade de um povo que vivia como nossos antepassados.

Entre risadas e caras envergonhadas por aparecer dentro daquela caixa estranha, as duas mulheres, analfabetas, começaram a falar sobre o mudança que a chegada da luz traria para o local. Apesar da falta de estudo (elas nunca ouviram falar em Thomas Alva Edison, que inventou a lâmpada em 1880) dona Miúda e dona Laurentina têm o respeito e a atenção de seu povo garantidos. "Isso desenvolveu o mundo e agora já está desenvolvendo a nossa sociedade", lembrou dono Laurentina, que é a parteira do povoado.

Dona Miúda já contabiliza as melhorias que a luz elétrica vai trazer para Mumbuca. "Agora chegou a luz, depois vêm a água e o transporte". Dona Laurentina completou..."e podemos estudar e trabalhar noite", se referindo ao artesanato de capim vereda que é a principal força econômica da região. O

****

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

****

sonho da modernidade foi compartilhado por todos os moradores, muitos que ainda não acreditavam no acontecimento e ficavam paralisados com a decoração de Natal instalada na Assembléia de Deus.

ÁGUA GELADA

Dona Antônio Ribeiro, filha das matriarcas, estava feliz com a novidade e impaciente para realizar um sonho antigo. "Quero comprar uma geladeira e poder beber uma água geladinha. Antes tinha que beber água morna do brejo. Com a luz até a água dos canos vai chegar", falou satisfeita. O único que ficou meio ressabiado com a chegada do progresso foi o pastor da igreja. Ele temia que a televisão pudesse virar a cabeça de seu rebanho e já pensava numa maneira de assumir o controle remoto daquela caixinha de imagem.

TRABALHO

Para levar luz até o povoado de Mumbuca, que pertence ao município de Mateiros e fica próximo da fronteira com a Bahia, a Celtins e o Pertins esticaram quase 10 quilômetros de fiação em mais de duas dezenas de postes. Ao todo, somente nessa operação, foram gastos R$ 73 mil, sendo 70% bancado pelo Governo do Estado através do Pertins. Há dois anos apenas 8% da área rural do Tocantins possuia luz elétrica, mas os planos da Celtins e do Governo do Estado é

****

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

****

atingir 60% até o final de 2.002.

"Iniciativas como as de Mumbuca não são economicamente viáveis para nós, mas fazem parte de um compromisso social. Afinal, nossa meta é universalizar o acesso a energia elétrica, atendendo tanto os grandes como os pequenos consumidores", diz Joaquim Guedes Coelho Filho, diretor de Planejamento da Celtins e coordenador do Programa Pertins. A população de Mumbuca e outros, que ainda aguardam pelo milagre da luz, agradecem.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência comunica ao Plenário que, em atendimento à solicitação do Deputado Fernando Gabeira feita na sessão conjunta do Congresso Nacional de ontem, e de acordo com entendimentos mantidos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, designou os Srs. Senadores Iris Rezende, Jonas Pinheiro e Osmar Dias e os Srs. Deputados Fernando Gabeira, Rubens Furlan, Luiz Carlos Hauly e Ronaldo Caiado para integrarem comissão que deverá ir ao Canadá para realizar encontro com parlamentares canadenses, com vista a promover uma oportunidade de explicarmos melhor, ao Parlamento e opinião pública canadenses, a situação de nossa pecuária em relação à doença da vaca louca e seus reflexos sobre os negócios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 21 minutos.)

Ata da 6ª Sessão Não Deliberativa em 9 de fevereiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Ademir Andrade, Tião Viana

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, aproveitando a oportunidade para parabenizar o companheiro, em nome da Mesa e dos funcionários da Casa, pelo seu aniversário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Ademir Andrade, agradeço a manifestação de carinho e generosidade da Mesa, dos amigos e dos funcionários da Casa.

Trago uma notícia positiva do Acre: a cada dia consolida-se mais a parceria do nosso Governo com o Ministério da Saúde, que tem tratado com sensibilidade o setor de saúde do meu Estado.

Estamos saindo de uma fase difícil, que foi a epidemia de dengue ocorrida em função de um descontrole da doença no país vizinho, a Bolívia, e também em Rondônia. Dessa forma, fomos o último Estado a ter uma epidemia dessa doença no Brasil. No entanto, a parceria com o Ministério da Saúde, a política bem definida do Governo do Estado e a cobrança de responsabilidade e a parceria com os Municípios permitiu que o Estado, com êxito, enfrentasse a epidemia de dengue.

Fico feliz em anunciar que estamos dando passos muito importantes na formação de profissionais de saúde, no sentido de educação continuada e até de pós-graduação. Posso assegurar que nenhum Estado brasileiro cresceu tanto na área de formação em saúde, nesses últimos dois anos, como o Acre.

Nunca tínhamos tido um curso de pós-graduação na área de saúde no Acre. Hoje, há a expectativa de termos 65 vagas para mestrado nas áreas de gerenciamento em políticas de saúde, saúde e ambiente, medicina tropical e na área de saúde com concentração em clínica. Contamos com o apoio do Ministério da Saúde, de modo especial do Ministro José Serra, da equipe do Secretário de Política Especial, Dr. Cláudio Duarte e, também, do Dr. Renilson e do Dr. Mauro Ricardo, da Fundação Nacional de Saúde.

É muito importante que um Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores, um partido que não é aliado ao Governo Federal, encontre num setor do Governo Federal respeito e consideração, demonstrando que é possível se fazer uma parceria responsável, uma política pública verdadeira, para construção de um novo modelo.

Em conseqüência dessa parceria, conseguimos implantar uma ação do programa mais importante de saúde pública já surgido neste planeta, inspirado nos modelos cubano e inglês, que é o Programa Saúde da Família. Hoje, a cobertura do Programa Saúde da Família atinge 25% da população do Estado. Ou seja, uma equipe de saúde da família, formada por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes, faz a cobertura de uma média de 3.400 pessoas, numa microrregião urbana, e tem tido um resultado fantástico.

Trouxemos a solidariedade do Programa de Saúde da Família de Cuba e a levamos a 15 dos 22 Municípios do Estado. Desde que foi implantado, há um ano e quatro meses, nas áreas onde o Programa se concentra, a mortalidade em menores de 12 anos chegou basicamente a zero.

Emociona-nos ver um médico chegar a um bairro dos mais humildes de uma microrregião, onde as condições urbanas são desfavoráveis, nos grotões de dificuldades socioeconômicas, tirar o sapato, subir ao seu ambiente de trabalho de pés descalços – lembrando aquela tese antiga dos médicos de pés descalços da China –, e atender de casa em casa as mulheres grávidas, as crianças subnutridas, as pessoas de mais idade, enfrentando o que poderia ser chamado de a "revolução do simples".

O Brasil precisa abrir os olhos para atitudes dessa natureza. Com uma simples política de saúde pode-se revolucionar o País, reduzindo a mortalidade infantil, alcançando maior cobertura na expectativa de

vida, dando condições às unidades hospitalares que atuam em área de maior complexidade de ficarem mais desafogadas, menos comprometidas com a demanda desnecessária para que possam, assim, trabalhar com mais eficiência e qualidade.

É uma marca do Governo Jorge Viana a implantação do mais ousado programa de saúde da família do Brasil, com cobertura de 25%, que pretende chegar a 50% da população do Estado ainda no exercício de 2001, por meio das parcerias com os Governos Municipais.

O outro alcance é a formação da área de pós-graduação no Estado. Estamos criando um grande alicerce para implantação de uma solução definitiva para o problema da falta de médico na Amazônia. No Brasil, há 1.200 Municípios sem médicos. Uma situação trágica, que deixa a população dos Municípios mais pobres totalmente desamparada.

No Acre, quase 100% dos Municípios contam com médicos, mesmo que não seja em período integral e definitivo, mas apenas profissionais visitantes. Esperamos, ainda este ano, alcançar a meta de 100%. Essa é mais uma parceria do Ministério da Saúde, que implantou, por meio da Secretaria de Política Especial, o chamado Programa de Interiorização de Trabalho em Saúde – PIT. Nesse Programa, prevê-se uma bolsa do CNPq, moradia, condição salarial e um curso de especialização para os médicos recém-formados. Dessa forma, eles poderão se fazer presentes nos 1.200 Municípios brasileiros que não têm profissional médico hoje. Depois de um ou dois anos de trabalho, obterão o título de especialista na área de saúde pública, podendo plenamente cumprir um papel que justifique a sua formação e os seus sonhos de muito bem servir a comunidade.

Trata-se de atitudes simples, mas que têm um alcance social profundo. São nove os nossos Municípios que têm uma carência maior da presença de profissionais médicos. O Ministério da Saúde afirmou a parceria e vai pagar um salário de R$4.500,00, que será complementado pelo Governo do Estado. Desse modo, vamos beneficiar a população que vive a grande aflição de não ter um médico permanente no seu seio comunitário, evitando, assim, doenças que levariam à mortalidade e conseqüências desnecessárias de agravo à saúde, como doenças de transmissão hídrica, diarréicas, respiratórias e demais doenças comuns que afligem a população brasileira que possui uma desfavorável condição socioeconômica.

O Brasil precisa seguir bons exemplos. O nosso alicerce na área de implantação do Programa de Saúde da Família, na formação de profissionais com pós-graduação, da ordem de 65 profissionais neste ano, e a implantação do Programa de Residência Médica, reconhecido pelo Ministério da Educação, que forma especialistas nas áreas de Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Saúde da Família ou Medicina Geral ou Comunitária, permite que possamos, no mês de julho, agora, numa parceria com a Universidade de Brasília, com a Universidade Federal da Bahia e, posteriormente, com a Universidade de São Paulo, implantar um curso exemplar de formação médica na Amazônia, voltado para o terceiro milênio. Não se trata de um curso tradicional, de um modelo que venha a copiar fracassos de conteúdo pedagógico, de árvore curricular que não tem dado certo no Brasil, que forma profissionais com uma visão mercantilista, mas sim de um modelo curricular, que já passou sob o crivo do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Educação, que vai tentar formar um médico com a visão holística, com a visão de Amazônia, das peculiaridades de saúde pública para aquela região, permitindo, assim, uma intervenção direta em relação aos agravos que afligem a população de baixa renda. É o que chamamos de "a revolução dos simples". Trabalhando de maneira simplificada, com a tecnologia que é permitida para aquela região, podemos fazer uma revolução em favor da qualidade de vida e em respeito ao ser humano. Com relação aos casos mais complicados, estamos vinculando linhas de cooperação com Unidades Federadas de maior recurso de complexidade, às quais essa população terá acesso.

Então, o currículo médico vai permitir uma formação profissional humanista desde o primeiro ano. Em vez de o aluno, o futuro profissional, ao entrar, começar a estudar o olho, o ouvido, uma parte do cérebro, ele vai para a comunidade pobre, para a periferia, onde está o sofrimento socioeconômico e humano da população, fazer um estudo epidemiológico, estatístico, entender a condição de vida da população brasileira no seu sentido pleno. Daí, ele angaria sentimento, angaria um componente ético na sua formação e começa a ter uma ação integrada do ponto de vista da tecnologia, tendo cadeiras como as de Anatomia, Histologia, Microbiologia, Patologia, evoluindo para as áreas de clínica plena, como é todo o currículo médico brasileiro. Eu diria que se trata de uma atitude inovadora, um currículo inspirado num modelo canadense, num modelo americano, que inverte hoje o que foi, em 1923, a chamada "visão do ultraespecialista", do chamado "Relatório Flexner", que tentava ver o ser

humano não como um ser integral, mas em compartimentos, em que um estudava a mão, o outro estudava o olho, o outro estudava o fígado, e não se via o ser humano de maneira holística. Isso foi quebrado, esse modelo fracassou, faliu com a política de saúde americana, que é a mais cara do planeta, e mostrou que é possível, vendo o homem de outra maneira, fazer-se uma formação médica que permita uma intervenção naquilo que é a evidência da sociedade e do sofrimento da população.

Portanto, cumprimos, de maneira ousada e corajosa, essa visão curricular. A comissão de alto nível de professores doutores do Brasil inteiro, que foi escolhida junto com a Universidade de Brasília, visitou o Acre e deu-nos a notícia alegre de que esse é um currículo à altura do terceiro milênio, que vamos começar. Ele não copia modelos fracassados, ele diz não a modelos de ultraespecialistas e diz sim à evidência clínica que atinge a sociedade brasileira. Essa é uma notícia que nos traz muita alegria.

Estamos provando também que é um erro dizer que não é preciso mais faculdade de medicina neste País. Há grotões de abandono de profissionais de saúde no Brasil. São 1.200 Municípios neste País que não dispõem de médico para atender a população pobre. Temos uma desconcentração absurda de profissionais médicos na Amazônia. Para uma população da ordem de 20 milhões de habitantes, temos apenas dois cursos no Pará, um curso em Roraima e outro curso no Amazonas, o que é uma situação absurda, pois força estudantes do Acre, de Rondônia e de outros Estados do Brasil e da Amazônia Legal a se dirigirem para uma formação – aí sim, que deixa dúvidas quanto à sua qualificação – na Bolívia e no Peru, que, infelizmente, não têm um nível de formação como imaginamos ser necessário para o nosso País.

Quando se busca qualidade, quando se busca agir com responsabilidade, é possível acreditar, ter alta estima, por mais que não sejamos uma Unidade Federada com a receita, com a pompa econômica de Estados como São Paulo, Minas Gerais, de que seremos capazes de formar profissionais à altura do que a sociedade espera e, finalmente, estarmos inseridos nos desafios do terceiro milênio: o desafio da biotecnologia, que está hoje na Amazônia como um corredor para o terceiro milênio; o desafio do patrimônio genético, que está na Amazônia e precisa ser estudado e contribuir com o planeta inteiro; e o desafio de não se fazer política com os olhos voltados para o econômico, mas com os olhos voltados para o desenvolvimento humano, associado ao desenvolvimento socioeconômico.

Os nossos desafios na área de saúde pública são profundos. O setor ainda paga o preço da dificuldade de uma organização mais qualificada; ainda não se dá o carinho necessário que a população pobre precisa quando chega em uma unidade de saúde; ainda há falhas na hora de um sistema de referência, contra-referência e hierarquização. Essa é a realidade de todo o Brasil. Vale lembrar que São Paulo tem milhões de habitantes que ainda não têm acesso a um leito hospitalar, que o Rio de Janeiro paga preços enormes nas conseqüências desfavoráveis de um modelo de saúde pública que precisa também ser revisto. O nosso passou por esse crivo de avaliação, de crítica, de busca de qualidade, e os passos estão sendo dados. O Ministério da Saúde já sinaliza com enorme respeito para o que se está tentando construir como um modelo alternativo, simplificado. Se houver parceria, seremos capazes de construir um modelo muito favorável.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, afirmando que é possível construir política de saúde neste País, apesar da dificuldade orçamentária que enfrenta o setor de saúde – e aí lamento citar o exemplo: ao Ministério da Saúde são destinados cerca de US$10 bilhões como orçamento e receita anual para investimento, montante que representa apenas o custo do governo americano com uma doença chamada "choque infeccioso", que se constitui na maior causa de mortalidade dentro dos Estados Unidos e aflige as unidades de terapia intensiva. Vejam que disparidade e desproporção: o gasto americano com apenas uma doença corresponde ao mesmo valor do orçamento destinado ao Ministério da Saúde do Brasil para cuidar de todo o sistema hospitalar, de todas as suas doenças, endemias e ação preventiva. Mas, com esse pouco que temos, se otimizarmos, trabalharmos em parcerias responsáveis atingindo metas bem-estabelecidas com ação fiscalizadora, seremos capazes de mudar a realidade da saúde no Brasil, de maneira simples, ousada, olhando para cada centavo do recurso público como uma unidade capaz de salvar vidas e contribuir com o novo modelo de cidadania no País.

Era o que tinha a dizer e agradeço a V. Exª o gesto de generosidade.

O Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, quero, mais uma vez, para benizar V. Exª pela sua atuação política, pelo seu desempenho, pelo seu pronunciamento no dia de hoje nesta Casa, demonstrando que, mesmo sendo Governo do PT, um governo de oposição ao Governo Federal, é possível encaminhar e resolver problemas na área de saúde.

Invejo V. Exª, invejo o povo do Estado do Acre por esse sucesso na administração no que se refere à melhoria da qualidade de vida do povo daquele Estado. E aproveito para compartilhar com V. Exª, que é médico, uma pessoa ligada à área da saúde, a situação terrível que está acontecendo no meu Estado do Pará, governado pelo ex-Senador Almir Gabriel, também médico. Estamos vivendo um momento de terrível calamidade com a dengue.

Existem cidades, como Tucuruí, onde - a impressão que tenho - toda a população, sem exceção, está contraindo a dengue. Não sei se isso é normal. Tucuruí é uma cidade com a qual tenho uma ligação muito próxima, foi lá que comecei a minha vida política e onde tenho propriedades. Mantenho contato permanente com o povo daquela cidade, comunico-me com quatro ou cinco famílias de Tucuruí diariamente por telefone e estou completamente assustado, para não dizer apavorado, com a informação de que todas as famílias estão com dengue, os hospitais estão lotados, as pessoas estão tomando soro para se recuperar da doença. Não sei se isso é normal, mas nunca vi nada igual na minha vida.

Tenho a impressão de que 100% da população de Tucuruí está contraindo a doença. Faço essa manifestação porque não tenho visto a imprensa do Pará divulgar o estado de calamidade que estou vendo naquela cidade. Gostaria que o Ministério da Saúde, que o próprio Governador do Pará voltassem os olhos para o assunto, que a imprensa do meu Estado fosse a Tucuruí e às cidades vizinhas para verificar exatamente o que está acontecendo. É realmente assustadora a situação pela qual estão passando aquelas pessoas.

Mas assomei à tribuna também para tratar de um assunto que considero da maior gravidade: a recém-anunciada decisão do Governo de reformular, agora não mais cindir, a Eletronorte. Sei que um pronunciamento de improviso, a fala direta é mais interessante, mas vou optar pela leitura de um discurso que elaborei, para o qual pediria a máxima atenção da Casa e de quem nos ouve. A denúncia que trago é extremamente grave. Diria que estamos prestes a assistir um ato de canalhice do Governo Federal, a um ato de lesa-pátria. Considero de absoluta irresponsabilidade o desejo do Governo de vender a qualquer custo a hidrelétrica de Tucuruí.

Acredito que o povo, os Parlamentares, a sociedade deveriam se mobilizar para impedir esse crime, esse ato de canalhice que está desejando cometer o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não sei se o próprio Presidente tem conhecimento dos fatos que aqui vou relatar. Não sei de onde parte o desejo terrível de praticar esse mal contra nosso País, de cometer essa irresponsabilidade. De qualquer forma, tenho que usar de termos duros para ver se chamo a atenção do próprio Presidente da República.

Relembro, aqui, o caso da mudança do nome da Petrobras. O Presidente da empresa quis alterar o nome para Petrobrax. Houve uma reação nacional, por parte da imprensa, dos articulistas. E o Presidente Fernando Henrique determinou que o Presidente da Petrobras voltasse atrás nessa pretensão incompreensível, que significaria um gasto de R$50 milhões. O Presidente da República assumiu a responsabilidade de mandar engavetar esse projeto tão inexplicável.

Então, espero que, com o meu pronunciamento e com a análise que pretendo fazer dessa questão tão importante, o Presidente possa se conscientizar e impedir esse ato de canalhice que pretendem perpetrar setores do Governo Federal e que não sei exatamente quais são.

Vou ler pausadamente, com muita atenção, por considerar o conteúdo desse pronunciamento da maior importância para os interesses da Nação e, especialmente, para os interesses da nossa região.

Na semana passada estive nesta tribuna tratando de um assunto de muita importância para o meu Estado do Pará e para toda a região Norte, assim como para o Centro-Oeste e todo o País. Tratei do atraso no cronograma da construção das eclusas de Tucuruí - cidade atacada pela dengue -, principal obra da hidrovia Araguaia/Tocantins, que possibilitará o escoamento da produção agrícola, especialmente das regiões Centro-Oeste e Norte, para o hemisfério norte, baixando os custos e conseqüentemente possibilitando um aumento significativo nas exportações brasileiras, que é atualmente o principal gargalo da nossa economia.

Hoje volto a tratar de matéria também relacionada à Região Norte. Refiro-me à reestruturação do setor elétrico da Amazônia e a intenção do Governo de privatizar a hidrelétrica de Tucuruí. Assunto este da

maior gravidade, pois se o Governo Federal prosseguir no que está pretendendo, as conseqüências serão desastrosas e os prejuízos incalculáveis para a região amazônica.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quero iniciar chamando a atenção para a incoerência do Governo Fernando Henrique Cardoso, que tomou para si a decisão de privatizar praticamente todo o Estado brasileiro; já privatizou todo o sistema de telecomunicações, as siderúrgicas, as mineradoras, as distribuidoras de energia da quase totalidade dos Estados brasileiros e, agora, quer privatizar o sistema de geração de energia em todo o território nacional, inclusive grandes usinas hidrelétricas, que até nos Estados Unidos, o maior país capitalista do Planeta, são estatais, ou melhor, são controladas pelo exército americano.

Veja a incoerência, Sr. Presidente: aqui se privatizam e, nos Estados Unidos, o mais forte país capitalista, as hidrelétricas são controladas pelo exército americano.

Os americanos sabem que quem detém a propriedade das hidrelétricas acaba tendo o controle das águas, um bem de valor imensurável e que não pode ficar nas mãos da iniciativa privada. Só não privatizará Itaipu, porque é uma empresa binacional – Brasil/Paraguai -, e a Eletronuclear, detentora de ativos nucleares, porque a Constituição não permite.

Ora, se o Governo quer vender o patrimônio do povo brasileiro, uma pergunta devemos fazer: por que o Governo está construindo, com recursos próprios, a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí? Se é para privatizar, se é para usar o princípio de que tudo deve pertencer à iniciativa privada, ao capital privado, como se justifica que o Governo Federal se encontre neste momento investindo cerca de R$2 bilhões para construir a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí? Como explicar isso? Se houvesse um mínimo de coerência na atitude do Governo, teria concedido à iniciativa privada o direito de construir a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí, mas com os seus próprios recursos. Nem isso o Governo Fernando Henrique conseguiu.

Quem teria maior interesse na construção da segunda fase seriam as indústrias de eletrointensivos: Albrás/Alunorte, em Barcarena; e Alcoa, no Maranhão. Essas duas empresas, sozinhas, consomem 40% da energia produzida pela hidrelétrica de Tucuruí hoje, porque são indústrias de eletrointensivos, que transformam a bauxita em alumina e, posteriormente, obtêm o alumínio.

Segundo informações que temos, apenas essas duas indústrias de eletrointensivos – olhem o absurdo do Governo Federal! - têm um subsídio de US$200 milhões/ano. São R$400 milhões/ano que o Governo brasileiro concede de incentivo às indústrias de alumínio de Barcarena, no Pará, e a Alcoa, no Maranhão. Quatrocentos milhões de reais dados de graça a essas empresas em incentivo! O custo da energia é um, e eles pagam R$400 milhões a menos pela energia que consomem. O produtor brasileiro, o industrial brasileiro, o cidadão brasileiro não tem, lamentavelmente, um incentivo dessa espécie.

O Governo, segundo informações, até tentou fazer com que essas indústrias de eletrointensivos, de alumínio basicamente, construíssem, com os seus próprios recursos, a segunda fase da hidrelétrica - porque esses subsídios, pelo contrato com o Governo, vão até o ano 2004. Não conseguiu, até porque que motivação as empresas teriam para fazer investimentos maciços, se têm recebido tantas facilidades por parte do Governo?

Imagine V. Exª: vamos gastar R$2 bilhões para construir a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí; estamos realizando a obra com recursos próprios. O Governo poderia ter passado à iniciativa privada a construção da hidrelétrica e, com os recursos de cinco anos de incentivos que estão sendo dados à Albrás/Alunorte e à Alcoa, no Maranhão, não gastaríamos um centavo para realizar a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí. Veja V. Exª os absurdos!

O Governo não conseguiu que as empresas privadas construíssem. Claro! Elas querem comprar de graça, já pronto. "Usamos o dinheiro do povo e, depois, eles compram de graça". E como a obra precisa ser realizada, o Governo a está construindo com recursos próprios.

Salvo engano, Sr. Presidente, até que eu tenha outra informação, nem sequer está-se tomando dinheiro para se fazer essa segunda etapa. A segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí está sendo realizada com recursos próprios da Eletronorte – pelo menos foi assim no ano 2000.

Ora, isso demonstra uma total e absoluta incoerência. Se vamos vender, por que estamos gastando para fazer e, depois, entregar praticamente de graça? O Governo brasileiro está investindo para que a iniciativa privada possa auferir maiores lucros. E isso é um absurdo!

Tenho também informações de que a hidrelétrica de Tucuruí, quando foi iniciada, estava orçada em US$1,5 bilhão. Terminou sendo concluída por US$6

bilhões devido a acréscimos, erros, um dique que se rompeu na época da construção, enfim, houveram graves erros, e a hidrelétrica saiu quatro vezes mais cara do que aquilo que estava previsto inicialmente. Com os custos financeiros, essa hidrelétrica chegou a US$11 bilhões. Agora, estamos fazendo a segunda etapa. Vamos gastar R$2 bilhões, o que equivale a aproximadamente US$1 bilhão. Portanto, quase US$12 bilhões de custo. Isso considerando os dados que recebemos, porque eles nunca são claros, nunca são oficiais. O Governo esconde o jogo, a sociedade não pode participar, e os próprios representantes dos funcionários da Eletronorte nunca foram chamados a opinar ou a se manifestar acerca dessa questão.

É por isso, Sr. Presidente, que, ao final deste pronunciamento, darei entrada em um requerimento, no qual solicito ao Ministro de Minas e Energia dados precisos sobre os custos da hidrelétrica de Tucuruí, dentre outras questões.

Mas o que se está falando é que o Governo pretende vender a hidrelétrica de Tucuruí por US$1,5 bilhão. Isso representa pouco mais de 10% de todo o investimento feito na sua construção; ou seja, um pouco mais do que se está gastando para se fazer a segunda etapa.

Mas não é só isso. O Governo não pode evidentemente privatizar a Eletronorte como um todo, porque todos os seus sistemas, exceto a hidrelétrica de Tucuruí, são deficitários sob o ponto de vista econômico-financeiro e, portanto, não atrativos para o capital privado. A Eletronorte atua em nove Estados da Amazônia Legal (Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas), uma área que corresponde a 58% do território nacional.

Graças ao dinheiro da comercialização de energia elétrica de Tucuruí, que é o único sistema rentável da Eletronorte, ela consegue sustentar os sistemas isolados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e do Amazonas, completamente deficitários sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas altamente superavitários do ponto de vista social. A deficiência desses sistemas é devido à geração térmica a óleo **diesel** com custos proibitivos. No Estado do Acre, por exemplo, a Eletronorte vende energia por um preço seis vezes menor que o seu custo, porque a sociedade local não tem condições de arcar com o alto custo da energia elétrica, gerada a óleo combustível. Será que a iniciativa privada agiria dessa forma? Essa é a grande questão!

É evidente que, antigamente, existia uma compensação geral em se tratando de Brasil. O consumidor de São Paulo, da Bahia ou do Rio de Janeiro era quem pagava o subsídio recebido pelo consumidor de Manaus, do Rio Branco ou de Porto Velho, que são Municípios onde a geração é termoelétrica, portanto, tem um custo elevado, e ninguém teria condições de pagar um custo real.

Esse subsídio existe porque havia uma compensação em nível nacional. Não é o mesmo que ocorre com o subsídio da Albrás/Alunorte, que são empresas altamente lucrativas, ligadas ao interesse do mercado internacional, que recebem energia de hidrelétricas e que pagam um valor bem menor que o custo dessa energia. E quem está arcando com esse custo atualmente é a Eletronorte.

O Governo, em curto espaço de tempo, apresentou quatro diferentes propostas de reestruturação para o setor elétrico na Região Amazônica e tem encontrado resistência da área técnica e da área política da região. Por que isso acontece? Porque é impossível conciliar os argumentos técnicos e os reais interesses da Região Amazônica e do País com os propósitos privativistas impostos de fora para dentro. A verdade é que o Governo não tem uma proposta de modelo energético clara, detalhada e que leve em consideração as especificidades da Região Amazônica. Por isso, as constantes alterações na reestruturação societária da empresa que atua na região. Pergunto: como é possível fazer uma reestruturação do setor elétrico da Região Amazônica sem ter, em primeiro lugar, o modelo energético da região, principalmente em relação aos sistemas isolados? Podemos até discordar do modelo proposto pela Cooper And Lybrand para o sistema interligado brasileiro, mas temos que reconhecer que pelo menos existe um modelo, o que não é o caso dos nossos sistemas isolados.

Na primeira proposta, o Governo pretendeu a criação de seis empresas a partir da Eletronorte, priorizando a cisão e a privatização de Tucuruí. Repito: o Governo pretendia dividir a Eletronorte em seis empresas: separava cinco deficitárias e vendia exatamente a que dá lucro, que é Tucuruí. Ele pretendia duas empresas para a geração e transmissão de energia elétrica - uma, em Manaus, e outra, em Boa Vista; três para a geração de energia elétrica, sendo uma a hidrelétrica de Tucuruí; outra, no Amapá, e outra, nos Estados do Acre e Rondônia; a sexta empresa seria de transmissão de energia elétrica do sistema interligado (Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso).

Na segunda proposta do Governo Federal – vejam como o Governo não consegue nem apresentar algo plausível para ser aceito pela sociedade! –, foi sugerida a criação de quatro empresas: duas delas para a geração, transmissão de energia elétrica, uma em Manaus e outra em Boa Vista; e ainda uma terceira para a transmissão de energia elétrica do sistema interligado, como na primeira proposta; e ainda uma quarta empresa para a geração da hidrelétrica de Tucuruí., incluindo a geração de energia elétrica dos Estados do Acre, de Rondônia e do Amapá. Vejam, senhores, que o objetivo sempre foi o de facilitar a privatização de Tucuruí. Todavia, ainda assim o Governo Federal encontrou resistência e então apresentou uma terceira proposta, que seria a criação de quatro **holdings** em sistemas isolados, mantendo a hidrelétrica de Tucuruí ligada à Eletronorte que, posteriormente, seria extinta, abrindo o caminho para a privatização de Tucuruí.

Ocorre, Srs. Senadores, que essas propostas vêm sendo sistematicamente combatidas com argumentações técnicas e políticos bastante pertinentes. Extinguir a Eletronorte é desconsiderar o conhecimento adquirido ao longo dos seus vinte e sete anos de experiência na Amazônia, relacionado ao meio ambiente, mercado, planejamento elétrico e energético, dentre outros aspectos. Significa perder a sinergia que ocorre hoje, inclusive em relação a recursos de áreas superavitárias, como a de Tucuruí, suprindo as demais áreas que, em sua maioria, são deficitárias. Vários outros aspectos poderiam aqui ser colocados mostrando a inoportunidade dessas propostas do Governo. As argumentações são tão fortes, que o próprio Governo tem revisado sucessivamente suas propostas e, nos últimos dias, por meio de declarações do Ministro Rodolpho Tourinho, do Ministério de Minas e Energia, apresentou o que poderíamos considerar como uma quarta proposta para a reestruturação do setor elétrico da região Amazônica e privatização da hidrelétrica de Tucuruí.

Desta vez, o Governo tenta superar os argumentos daqueles que se opõem à privatização na busca de reduzir as resistências. Aparentemente, a proposta que o Ministro Tourinho apresentou e está estampada nos jornais dos últimos dias atende aos anseios da Região Norte de, por exemplo, manter a presença do Governo no sistema energético da Região, na medida em que propõe a transferência para a Eletrobrás dos sistemas de geração da Eletronorte, que são hoje deficitários, quais sejam: Manaus, Rondônia, Roraima e Acre.

Olhem bem o detalhe da proposta: pegar os sistemas isolados deficitários e passar ao comando da Eletrobrás. Mais adiante, nós vamos entender o porquê dessa intenção que a princípio pode parecer boa, porque tira prejuízos da Eletronorte, mas vamos ver o que se pretende com isso depois.

Na verdade, o Governo se convenceu de que não conseguirá privatizar esses sistemas porque são deficitários, portanto, não atrativos para o capital privado.

Nessa proposta que o Governo pretende implementar de imediato, a Eletronorte continuaria a existir, com o que os técnicos costumam chamar de GTS - geração, transmissão e serviços. A empresa continuaria com a geração de energia elétrica de Tucuruí e Coaracy Nunes, além do Parque Térmico do Amapá, mesmo porque, devido à coerência do Governador João Alberto Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro, o sistema elétrico do Amapá não foi federalizado tal como aconteceu nos outros Estados da Região Norte.

A Eletronorte também continuaria com as linhas de transmissão dos sistemas integrados do Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso e, ainda, a transmissão dos sistemas isolados do Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas e Amapá. Por fim, por essa proposta do Governo Federal a Eletronorte continuaria realizando serviços de inventários, projetos e estudos.

Pela proposta que está sendo gerida pelo Governo, a Eletronorte poderá deixar de ser deficitária, como no ano 2000, quando amargou um prejuízo de R$700 milhões, passando a ter lucro neste e nos próximos anos. Essa empresa, na forma proposta, envolvendo a geração de energia, transmissão e serviços, seria altamente rentável e tendo recursos, sem depender do Governo Federal, para continuar investindo, por exemplo: na segunda fase de Tucuruí; poderia participar da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira - obra necessária inclusive para atender demandas da região Centro-Sul e que vai alagar uma área muito menor do que Tucuruí e gerar 11 mil megawatts, sendo maior, portanto, que a geração de Tucuruí, com a conclusão da sua segunda etapa, que gerará apenas 8.125 megawatts -; poderá entrar na construção da hidrelétrica de Ji Paraná, em Rondônia; na linha de transmissão Mato Grosso-Rondônia e na linha de transmissão de Tucuruí-Balbina. Esta última possibilitará a ligação a Boa Vista e ao Amapá. Essas obras interligariam os sistemas elétricos da Região Norte ao sistema interligado brasileiro, trazendo benefícios para todas as Regiões

do País. Portanto, a proposta do Governo seria interessante, como já disse, se a intenção não fosse a de privatizar Tucuruí.

Sr. Presidente e meu caro Senador Carlos Patrocínio, faço, aqui, um parêntese para dizer que é uma canalhice o que o Governo Federal está pretendendo. No fundo, no fundo, ele pretende vender a hidrelétrica de Tucuruí, o único sistema da Eletronorte que dá lucros. Para fazer isso, está transferindo todos os sistemas isolados para o comando da Eletrobrás, os quais, se continuarem deficitários, deverão ser sustentados pela empresa e, consequentemente, pelo Tesouro.

Observem a sagacidade do Governo: antigamente, os subsídios eram pagos pela Eletrobrás, mas, há cerca de três ou quatro anos, passaram a ser de responsabilidade da Eletronorte. Agora, os subsídios de U$200 milhões anuais, ou R$400 milhões, que são dados à Albrás/Alunorte e à Alcoa, estão sendo repassados para a Eletrobrás. Então, a viúva - o Tesouro - vai passar a subsidiar a Alcoa no Maranhão e a Albrás/Alunorte no Pará. Assim, Tucuruí vai ficar uma maravilha porque, com esse subsídio, teve um prejuízo de 700 milhões, sendo, portanto, quatrocentos de subsídios e trezentos de sistemas deficitários das outras regiões. Imaginem tudo isso ser passado para a Eletrobrás! Quem comprar Tucuruí vai ganhar dinheiro demais e vai comprar de graça. Observem a argúcia desse Governo! Chamo a atenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que pode estar desinformado. Podem estar querendo fazer com a Eletronorte o que o Presidente da Petrobras quis fazer mudando o nome da empresa para Petrobrax. De repente, se chamarmos a atenção do Presidente, Sua Excelência poderá acordar e impedir que essa barbaridade, essa canalhice, seja perpetrada contra o povo brasileiro.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Concedo, com muita alegria, um aparte a V. Exª.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Ademir Andrade, não tive oportunidade de ouvir na íntegra o pronunciamento de V. Exª, mas, logo em seguida, deverei fazer um pronunciamento semelhante, que diz respeito às políticas energéticas em nosso País. Sei apenas que esse pessoal que está privatizando o nosso sistema elétrico está ganhando muito dinheiro, conforme V. Exª acaba de afirmar. Estava lendo a verdade sobre a privatização da Cemig e achei aquilo uma coisa simplesmente absurda. Os privatizadores não investiram absolutamente nada porque a primeira parcela foi tomada como empréstimo ao BNDES. A outra parcela seria paga a prazo longo e o pessoal já começou a receber o dinheiro das contas de energia elétrica. O Governador Itamar Franco fez muito bem em criar toda aquela celeuma com relação à privatização da Cemig, que é um padrão nacional de qualidade. V. Exª chama a atenção para a hidroelétrica de Tucuruí e eu, para não ser muito extenso, apenas gostaria de fazer uma pergunta, eminente Senador: e as reclusas dessas nossas hidrelétricas? Será que os usuários das nossas hidrovias terão que pagar pedágio para esse pessoal? Aí, vai acabar a finalidade da hidrovia, porque, como está acontecendo nas rodovias nacionais, o pedágio está inviável. Tanto é que os caminhoneiros estão em greve - não sabemos se frustrada ou não - e está patenteado o protesto desses homens que merecem o respeito da população brasileira, já que trabalham em atividades consideradas essenciais. Comungo com a preocupação de V. Exª. Sou favorável à privatização, mas há **nuances** que efetivamente não entendemos. O Brasil perde com isso e os privatizadores, normalmente grupos estrangeiros, acabam faturando uma fortuna em cima do patrimônio brasileiro.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço a manifestação de V. Exª, que demonstra estar de acordo com o meu pensamento no somatório da possibilidade de não permitir que o Governo concretize esse desejo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço V. Exª, com muita satisfação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Ademir Andrade, ouvi o discurso de V. Exª em defesa da preservação da Eletronorte e aqui estou para manifestar a minha solidariedade a V. Exª. Realmente, a Eletronorte deve ser preservada por diversas razões, entre as quais exatamente essas hidrelétricas que existem sob o domínio dela. Tucuruí foi uma bênção para a nossa região. Como ela surgiu? Recordo-me de que, quando ela foi planejada, já estando iniciados os procedimentos para a sua construção, houve quem, no Governo, não desejasse a sua construção sob o argumento de que não haveria consumidor para a energia que ali seria gerada. Para se ter uma idéia, basta dizer que o Maranhão, naquela época, consumia cinqüenta mil quilowatts apenas, e Tucuruí produziria milhões de quilowatts. O que ocorreu? Hoje o Maranhão consome 650 mil quilowatts. Àquela época,

o meu Estado era abastecido pela usina de Boa Esperança, construída no rio Parnaíba, que atualmente não produz mais do que 200 mil quilowatts. No entanto, só o Maranhão consome 650 mil quilowatts. Mas, graças àquele grande empreendimento, foi possível instalar-se no Maranhão a Alumar – hoje, a segunda maior indústria de alumínio do mundo – e no Estado de V. Exª, o Pará, a Albrás. Vejam V. Exªs o benefício da existência dessa empresa! O nosso companheiro, Senador Carlos Patrocínio, em seu aparte, nos lembrou das eclusas que ali terão que ser construídas. Dentro de pouco tempo estaremos construindo, no Município de Itaguatins, uma grande usina, que se chamará Serra Quebrada, situada a 15 quilômetros de Imperatriz, produzindo 1,5 milhão de quilowatts. Logo depois, será iniciada também a construção da usina de Estreito, também no rio Tocantins, entre os Estados do Maranhão e Tocantins. É necessário e indispensável que haja uma empresa organizadora desses empreendimentos. E essa empresa é a Eletronorte. Cumprimento V. Exª pela defesa que faz da preservação dessa grande empresa nacional.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Senador Edison Lobão, fico muito feliz com o aparte de V. Exª, tendo em vista ser V. Exª da base governista, assim como também o é o Ministro de Minas e Energia. Espero que V. Exª, representante do Estado do Maranhão nesta Casa, assim como todos nós da Amazônia, possamos defender essa questão e fazer com que o Governo retroceda.

Essa reestruturação, que na sua primeira fase aparentemente atende aos anseios daqueles que estão realmente preocupados com o desenvolvimento da Região Amazônica, tem uma segunda fase perversa que cede às imposições do FMI e viabiliza a intenção desses governantes de plantão, que é a privatização da parte lucrativa de todo o sistema, para dizer melhor, a hidrelétrica de Tucuruí. O Governo, na verdade, prepara o terreno, buscando eliminar as resistências para vender a "galinha dos ovos de ouro", que é – repito - a hidrelétrica de Tucuruí. Então, a segunda etapa do plano é separar a Eletronorte em seus três eixos: geração, transmissão e serviços e, finalmente vender Tucuruí, como já se disse, a preço simbólico, considerando a fortuna que já se gastou para construí-la e o que dela se pode tirar num futuro próximo.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto aqui o meu veemente repúdio contra esse ato deste Governo que quer entregar a um grupo privado, quase de graça, uma hidrelétrica de 8.125 megawatts, que é a quarta usina hidrelétrica do mundo em potência instalada e a maior hidrelétrica genuinamente brasileira, já que Itaipu é binacional. O Governo, assim, estará descartando uma grande fonte de recursos. Os lucros gerados por essa usina deveriam propulsionar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Um grande crime contra o País é o que o Governo quer cometer.

É preciso que a Região Norte se mobilize e resista. O esfacelamento da Eletronorte e a privatização da usina hidrelétrica de Tucuruí será um desastre que ameaça se abater sobre a Amazônia. A venda da usina de Tucuruí é um absurdo!

Convoco, desta tribuna, a bancada parlamentar de toda a Região Norte para que se mantenha unida e mobilizada em oposição a esses intentos do Governo Federal. São intenções que não têm respaldo perante a opinião pública do País e muitíssimo menos no pensamento da população da Região Norte.

Vou apresentar, na próxima sessão, um requerimento convocando o Ministro de Minas e Energia para aqui, mais uma vez, nos detalhar a respeito da intenção dessa reformulação da Eletronorte.

A região Norte precisa de desenvolvimento liderado pela firme ação estatal, dotada de visão prioritariamente estratégica, não comercial. A Região Norte não quer ser transformada em mercado fornecedor de lucros para empresas privadas de energia elétrica. Precisamos de um desenvolvimento econômico voltado para o homem amazônico, para a sustentabilidade, para a ocupação de espaços estratégicos.

O Governo brasileiro, privatizando as empresas de energia elétrica na Amazônia, está fomentando, ainda mais, a cobiça dos países do Primeiro Mundo, sobre essa riquíssima Região. Por isso mesmo, entendo que o Governo não pode se ausentar da Região, ao contrário, tem que se fazer mais presente para frear de vez o olho gordo dos países do Primeiro Mundo sobre a mesma.

Há mais de um ano apresentei um Projeto de Lei de nº 670/99 - e aí quero chamar a atenção dos Senadores -, que modifica a Lei nº 9.491/97, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Nessa lei, propus a inclusão da Eletronorte no rol das empresas que não devem ser privatizadas, colocando-a ao lado da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, retirando-a, assim, do Programa de Desestatização. Esse projeto está nas mãos do Senador Jefferson Péres, que foi designado Relator pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, devendo ainda ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos. (Apelo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Agripino

Maia, que coloque esse projeto em votação para impedir a privatização da hidrelétrica de Tucuruí.)

Sr. Presidente, a Região Norte, unida, haverá de barrar esses planos destrutivos que atentam contra o seu futuro. Combateremos, sem trégua, a privatização da Eletronorte e a venda de Tucuruí. Estou certo de que se não fosse a ação de Deputados federais e Senadores da República, a hidrelétrica de Tucuruí já teria sido vendida pelo Governo Federal. Também nos Estados, as Assembléias Legislativas e as entidades sindicais têm buscado resistir a essa proposta do Governo. Nem mesmo os Congressistas da base do Governo estão convencidos da utilidade dessa venda.

Queremos aqui ouvir o pensamento dos candidatos à presidência do Senado Federal sobre essa importante questão. Por sinal, tanto o Senador Jader Barbalho como o Senador Jefferson Péres são da Região Norte e conhecem bem aquela realidade. Seria muito oportuno se S. Exªs se manifestassem no Plenário desta Casa sobre seus posicionamentos com relação à venda da hidrelétrica.

O Presidente Fernando Henrique está muito mais preocupado em cumprir seus compromissos internacionais, com banqueiros, em pagar religiosamente a dívida externa e obedecer às ordens que vêm lá de cima, por intermédio do Fundo Monetário Internacional, do que com os interesses da Nação brasileira. Caso contrário, Sua Excelência terá de se manifestar sobre tudo que aqui coloquei.

Não faz nenhum sentido, não há nenhuma lógica na venda da Hidrelétrica de Tucuruí. Portanto, é preciso ter muita atenção para tudo isso. O povo sabe que foi enganado com as privatizações.

Informo aos nobres Pares que encaminharei à Mesa requerimento de informações dirigido ao Ministro de Minas e Energia, questionando não apenas os custos da construção da hidrelétrica mas também procurando obter esclarecimentos sobre a proposta do Governo para a reestruturação do sistema elétrico da região Norte do País.

Encerro, dizendo que, além de tudo que mencionei, US$1,5 bilhão é absolutamente nada em relação à dívida que o Governo está pagando religiosamente. Notem V. Exªs que a simples transferência de pagamento dos funcionários públicos federais, do dia 5 para o dia 30 de cada mês, segundo as informações do Governo, acresceriam despesas que chegariam a R$3 bilhões, em função dos serviços da dívida interna brasileira. Um bilhão e meio de dólares significa R$3 bilhões, o que é muito menos do que aquilo que se paga em sete ou oito dias de juros dessa dívida interna. Por isso, não há nenhuma justificativa para a venda da Hidrelétrica de Tucuruí. Vamos, de todas as formas, tentar impedir esse ato de lesa-pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Tião Viana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, que dispõe de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, regozijo-me com a preocupação que demonstra este Plenário com a questão energética em nosso País. O Senador Ademir Andrade acabou de fazer um pronunciamento de extrema importância nesse sentido, tratando da privatização da Eletronorte e da reação sobretudo do povo da Região Norte do nosso País. Tratarei desse tema, e sei que o Senador Carlos Wilson também haverá de demonstrar aqui as suas preocupações com relação ao sistema elétrico em seu Estado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falarei sobre o horário de verão. Penso que já chegou o momento de esse horário ser eliminado. Não tenho visto utilidade ou quaisquer benefícios trazidos pelo horário de verão, principalmente porque está em pauta a construção de inúmeras hidrelétricas em nosso País, sobretudo no Estado de Tocantins, aproveitando o magnífico e extraordinário potencial do rio Tocantins. O Senador Edison Lobão, digno representante do Estado do Maranhão, já citou aqui algumas dessas hidrelétricas.

Antecipando-se à possibilidade de decretar o racionamento de energia elétrica no País – fala-se muito sobre isso; são palavras do Ministro Rodolpho Tourinho –, o Governo Federal, mais uma vez, estabeleceu o horário de verão, repetindo procedimentos praticados nos últimos anos, de modo a obter uma economia de dois mil megawatts por horário, no período mais vulnerável do sistema, o chamado horário de ponta, que vai das 18 às 20 horas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, esse resultado final seria suficiente para abastecer uma cidade com três milhões de habitantes por duas horas. Além disso, vigorando por quase 150 dias, o último horário de verão produziu uma economia média de R$20 bilhões nas tarifas do setor energético, preservando em 1% o nível dos reservatórios.

Praticando o que chama de "gerenciamento da demanda" e negando a hipótese de racionamento, o Governo pretende negociar a redução dos gastos com os grandes consumidores, de modo especial no horário de pico, em torno das 18 horas, a fim de evitar o colapso do sistema em algumas regiões.

Esse sistema de gerência levou em conta que o volume de chuvas do ano passado tinha se mostrado, até então, insuficiente para o normal funcionamento das usinas, requerendo providências como a reativação da usina atômica Angra 1, o início de operação de Angra 2, a importação de energia e o incentivo à operação de termelétricas.

O conjunto dessas providências deixa clara a vulnerabilidade do sistema elétrico brasileiro, conforme reconheceu há pouco o Ministro Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia.

Enquanto a partir de 1987 vem caindo o aporte de recursos para o setor, o aumento da demanda promete exigir uma oferta de energia de 4,3 mil megawatts anuais no próximo quadriênio, a partir do ano 2000, para cujo atendimento serão necessários investimentos da ordem de US$42,5 bilhões, provenientes, sobretudo, da iniciativa privada, entre os anos de 2000 e 2004.

Muitos brasileiros sentem significativas dificuldades em se adaptarem ao horário de verão, pois muitas vezes ele altera o funcionamento do relógio biológico das pessoas – o meu tem sido alterado –, provocando efeitos colaterais, tais como mau humor, dificuldade de raciocínio e de memorização, além de sono, que pode provocar até mesmo acidentes de trabalho.

Os Governadores da Região Nordeste solicitaram e conseguiram sua suspensão por entenderem que as demandas sociais eram mais relevantes e que os benefícios oriundos com a medida seriam mínimos.

Diante desse fato, o Governo Federal suspendeu o horário de verão nos Estados do Nordeste, com exceção do Estado da Bahia.

Essa medida, praticamente, não vai interferir nas projeções do Governo de redução na demanda de energia no período de pico dos consumidores. A redução prevista pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – passaria de 5,6% para 5,44%, já que o Nordeste contribui com apenas 0,16% na economia de energia elétrica. Além disso, o volume de armazenamento de água nos diversos reservatórios da região aumentou muito com as chuvas intensas que caíram no final do ano passado, o que também contribuiu para a suspensão da medida. Portanto, no Nordeste, com exceção da Bahia, está suspenso o horário de verão.

Entre outros motivos alegados pelos Governadores para negociar o fim do horário de verão, destaca-se o da insegurança, já que os trabalhadores vão sair de casa para trabalhar ainda escuro, tendo em vista que o alvorecer naquela região começa mais tarde nesta época do ano.

O grande benefício do horário de verão é o amadurecimento de condutas austeras da nossa população em economizar energia. Mesmo em países grandes consumidores, como os Estados Unidos, a população continua sendo preparada para adquirir novos hábitos salutares. Isso pouco ocorre em nosso País, uma vez que a nossa população não se tem mostrado sensível com as campanhas que visam a reduzir o consumo de energia elétrica.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Com muita honra, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Senador Carlos Patrocínio, o tema que V. Exª traz hoje ao plenário é da maior importância. Ao tratar do horário de verão, V. Exª menciona a discrepância entre as regiões. Sou testemunha do quanto a implantação do horário de verão causou transtorno em Pernambuco e em vários outros Estados do Nordeste. Num primeiro momento, todos os Estados aderiram ao programa e o implantaram. Pernambuco ainda aderiu ao último horário de verão por uns dez dias, nos quais aconteceu exatamente o que V. Exª relata: aumentou a violência, que hoje, infelizmente, campeia do Acre ao Rio Grande do Sul. O trabalhador tinha que sair de casa mais cedo para exercer o seu trabalho, quando ainda estava escuro, o que levou a aumentar consideravelmente o número de assaltos, a violência em ônibus. Numa atitude sensata, o Governador Jarbas Vasconcelos, junto com outros Governadores, entrou em contato imediato com o Presidente da República e conseguiu excluir Pernambuco do horário de verão. Então, há esse lado positivo. Mas existe um lado negativo: o sistema financeiro é regido pelo horário de Brasília, e, dessa forma, o Nordeste perde uma hora por dia por não estar ligado ao horário de verão, como as outras regiões do País. É chegada a hora de o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás estudarem a maneira mais correta para tratar essa questão, porque, a cada ano, vê-se que a economia é insignificante, mas o transtorno, não. O transtorno é bastante sig-

nificativo na vida do trabalhador, daqueles que, na verdade, estão construindo a riqueza deste País. Por isso, quero parabenizar V. Exª pelo oportuno discurso que faz nesta manhã, mostrando a sua sensibilidade, que, com certeza, é também da maioria do povo brasileiro. Parabéns, Senador Carlos Patrocínio!

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço seu aparte muito elucidativo, Senador Carlos Wilson. V. Exª enalteceu, inclusive, a tomada de posição do Governador do seu Estado, que viu os percalços que estavam causando à população essas constantes mudanças de horário.

O nosso Estado do Tocantins, eminente Senador, não teria que participar do horário de verão. O Governador Siqueira Campos achou por bem pleitear também a inclusão de Tocantins, pelos motivos que V. Exª cita: por causa das questões econômicas, como a difícil adaptação aos horários de funcionamento das aeronaves, do sistema financeiro nacional e assim por diante. Sei de vários Estados, como Goiás, que também estão demonstrando a sua repulsa ao horário de verão, já que os benefícios que este tem trazido são insignificantes.

Nessas circunstâncias, parece-nos imperioso que se venham a acolher, com a devida urgência, as sugestões que recomendam o uso racional de energia elétrica no País. Nesse sentido, não são válidas apenas as medidas governamentais em comento, mas também as propostas, de diferentes origens, que prosperam na correta direção de combater o desperdício e de reduzir o consumo de energia.

Nesse último caso, inscreve-se o projeto de lei do Senado que apresentei e que tem por finalidade alterar disposição da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional. A proposição, de nossa autoria, destina-se a dar nova redação ao inciso IV do art. 2º, com a finalidade de atribuir ao Conselho Nacional de Política Energética também a competência para "estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão, da energia termonuclear, da energia solar e da energia proveniente de fontes alternativas".

Sob o comando do art. 2º da iniciativa, o mesmo Conselho "expedirá normas complementares necessárias à aplicação do disposto no artigo anterior, estabelecendo, inclusive, regras para a adoção de sistema de aquecimento hidráulico por energia solar, em substituição ao elétrico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei".

A medida é justificada pela necessidade de promover a redução do consumo de energia elétrica, notadamente a substituição do chuveiro elétrico, que tanto sobrecarrega o sistema de fornecimento de energia elétrica no Brasil – um dos poucos países do mundo a adotar o aparelho como equipamento padrão de aquecimento de água para o banho –, porquanto consome percentual significativo da eletricidade gerada.

Em nosso entendimento, torna-se imprescindível estabelecer esse novo padrão para o banho quente da nossa população, mormente quando o País atravessa um período econômico de contenção de gastos e de investimentos, já que não exige a necessidade de comprometer grande volume de recursos na expansão da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica.

Não havendo o desperdício provocado pelo chuveiro elétrico, o País poderá investir com mais tranqüilidade na expansão do setor elétrico, sem se ver ameaçado pelo colapso do sistema devido à sobrecarga, sem contar que a energia economizada poderá ser aproveitada de modo mais eficiente, atendendo-se ao setor produtivo, propiciando-se, assim, melhor retorno do investimento efetivado.

Ademais, tornar-se-á desnecessária a construção de novas hidrelétricas, economizando-se o altíssimo custo desse tipo de obra, que agride profundamente o ecossistema e inunda grandes extensões de terra que bem poderiam ser utilizadas na atividade agropecuária ou simplesmente aproveitadas como áreas de preservação ambiental.

Não há dúvida de que o setor energético vive a contradição de enfrentar repetidas ameaças de colapso no sistema de fornecimento de energia elétrica, enquanto admitimos a ocorrência de desperdício de água e desprezamos a utilização da energia solar, que a natureza, com sua prodigalidade, oferece-nos com abundância, a cada dia do ano, sobretudo em nossas regiões, eminente Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Por mais que se fale sobre esse assunto no Congresso Nacional, Senador Carlos Patrocínio, é sempre pouco. Não há desenvolvimento em parte alguma sem energia elétrica. O Brasil, que parece um país farto em água para o efeito de hidrelétricas, não o é. Há um estudo de segurança nacional segundo o qual o Brasil tem, em

seus rios, capacidade de instalação de hidrelétricas para produção de até 220 milhões de quilowatts. Sucede que a inundação dos grandes lagos seria de tal ordem, que isso praticamente inviabilizaria o Brasil. Considera-se, portanto, que essa capacidade, ao seu final, seria de 120 milhões de quilowatts. Hoje há aproximadamente 60 milhões de quilowatts. Com o País crescendo 4% ao ano, essa demanda dobraria em menos de 40 ou 50 anos, ou seja, estaríamos condenados, dentro de meio século, a não ter mais onde recorrer em matéria de energia elétrica. Daí a necessidade de estarmos atentos para aquilo a que V. Exª se refere: as energias alternativas. Apresentei um projeto de lei ao Senado Federal que cria exatamente recursos para o estudo técnico-científico destas alternativas: energia solar, energia eólica e outras fontes energéticas para o País. Quando, por volta de 1974, o Governo decidiu caminhar na direção das usinas nucleares, ele o fez pensando exatamente na capacidade de esgotamento das energias oriundas das hidroelétricas. Todavia, não fomos rigorosamente bem-sucedidos nesse setor. Mas o fato é que nós todos, que pensamos e temos inteligência e, sobretudo, a responsabilidade de cuidar dos problemas fundamentais da Nação brasileira, temos de agir com os cuidados que V. Exª está tendo neste minuto. Há que buscar fontes alternativas de energia para este País. Senador Carlos Patrocínio, meu companheiro, o Estado de V. Exª e o meu são pródigos em águas que servem a esse desiderato. O rio Tocantins é uma bênção, e nele diversas usinas serão instaladas, entre as quais duas servirão ao Maranhão e Tocantins: a de Serra Quebrada, no Município de Imperatriz, e a de Estreito. As palmas que estamos ouvindo são de Vereadores do Maranhão, representantes do povo tanto quanto nós, os quais aqui nos honram com suas presenças. São Vereadores de Imperatriz e de outros Municípios do Estado aos quais lanço as minhas congratulações. Que sejam bem-vindos, em nome da Mesa e em nome do Senado Federal. Muito grato a V. Exª pelo aparte, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Eminente Senador Edison Lobão, agradeço a participação de V. Exª e me associo aos cumprimentos aos queridos Vereadores de Imperatriz, vizinha da minha cidade de Araguaína. É uma cidade para onde vamos com uma certa freqüência e que, pela pujança do povo maranhense e dos seus dirigentes, vem alcançando níveis de desenvolvimento além do das outras cidades do nosso País. É uma satisfação recebê-los aqui.

Mas, eminente Senador Edison Lobão, V. Exª certamente deve ser o maior estudioso da questão energética no nosso País. Já tive oportunidade de ouvir pronunciamentos brilhantes de V. Exª e até tenho me orientado pelo seu sentimento de preocupação com a política energética nacional, que não evolui, embora o nosso País tenha todas as potencialidades para se tornar um grande gerador. Quem sabe, num futuro muito próximo, os países, com a globalização, estarão também exportando energia para outros países, para muito longe, como alguns países exportam hoje água potável para outros países – o Canadá está exportando água potável para a Austrália, água para se beber.

Como dissemos, eminente Senador Edison Lobão, não é compreensível que em nosso País cerca de 20 milhões de residências utilizem-se do chuveiro elétrico para o banho diário de seus moradores, quando está suficientemente provada a irracionalidade dessa solução, que, inegavelmente, desperdiça os escassos recursos do Tesouro e da maioria dos consumidores, quando é sabido que o aquecimento de água pela energia elétrica pode facilmente ser substituído, com imensa vantagem, pela utilização de painéis coletores de calor solar. Possuindo a tecnologia para a produção e instalação de sistemas de aquecimento de água mediante a utilização de painéis solares, restaria difundir e popularizar o seu amplo aproveitamento a partir de opção do Governo de incentivar a sua utilização, de forma mais definitiva.

Em Campinas, um engenheiro desenvolveu um sistema de captação de energia em placas e painéis muito barato. No Estado do Tocantins já estamos nos propondo a substituir a instalação de termoelétricas em pequenas localidades por energia captada da radiação solar.

Não se admite, Srs. Senadores, com os efeitos nocivos, para a economia, da globalização – estamos assistindo, neste exato momento, ao embargo do Canadá à carne brasileira –, que nós, todos os brasileiros, continuemos nessa dependência eterna do petróleo internacional, das fontes energéticas internacionais, quando nós, se agíssemos de maneira racional, teríamos auto-suficiência e, o que é mais importante, teríamos energia de sobra inclusive para exportar para os demais países.

Não sei por que as usinas do Nordeste, as usinas canavieiras do setor sucroalcooleiro, que estão falidas, que estão em litígio com o Governo Federal – um acusa o outro; o dono do engenho diz que o Governo quebrou a empresa e o Governo fala da inadim-

plência do dono do engenho –, não são entregues para o trabalhador brasileiro, que sabe plantar cana, que sabe trabalhar na produção de álcool comburente, como sei que está acontecendo em Pernambuco, na Usina de Catende, que se transformou numa cooperativa. Ali, os proprietários são os trabalhadores. Acho que maior atenção deve ser dada para outras fontes energéticas em nosso País.

Espero que mais este discurso, dentre tantos que ouvimos nesta Casa, receba a atenção devida pelos governantes do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, por 20 minutos.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 30-11-00, nesta mesma tribuna, manifestei minha estranheza com a discrepância entre o otimismo do Ministro Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, expresso em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em 27-11-00, com o Programa "Luz no Campo", financiado com recursos da Eletrobrás e executado pelas concessionárias estaduais de energia, e a evidente estagnação do processo de eletrificação rural no meu Estado, Pernambuco.

Em resposta ao requerimento de informações enviado àquele Ministro, a meu pedido, pelo Senado Federal, em 1º de dezembro passado (Requerimento de Informação nº 600/2000), recebi em 30-1-.2001 as explicações solicitadas naquele expediente, fornecidas pelo Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, que passo a citar literalmente:

> A Centrais Elétricas Brasileiras SA – Eletrobrás – firmou com a Companhia Energética de Pernambuco – Celpe –, em 16.12.1999, o contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF-1951/99 no valor de até R$34.649.410,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa Nacional de Eletrificação Rural "Luz no Campo", do Ministério de Minas e Energia, exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.
>
> Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, com base na comprovação dos gastos efetuados no programa em seu avanço físico, recursos que totalizam R$21.481.941,00 os quais representam 62,5% do valor do financiamento concedido.
>
> Com os recursos do programa, até então, foram ligadas 22.176 propriedades/domicílios rurais, das 36.000 previstas contratualmente, construídos 4.653 km de redes, em alta e baixa tensão, e implantados 61.574 postes equipados com 4.233 transformadores de distribuição.

Até este momento, como se vê, a Celpe vinha cumprindo as cláusulas contratuais de execução de serviços de eletrificação rural, correspondentes ao desembolso financeiro da Eletrobrás.

Até então, é bom salientar, a Celpe ainda não havia sido privatizada, o que só veio a ocorrer em 17.02.2000, quando foi arrematada em leilão.

Volto agora a citar, palavra por palavra, a correspondência enviada em atendimento ao nosso Requerimento de Informações pelo Presidente da Eletrobrás:

> Posteriormente, a Eletrobrás firmou com a Celpe, em 11-2-00 [com a Celpe já privatizada], novo contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF-1983/00, no valor de até R$82.230.620,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de uma nova etapa de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa "Luz no Campo", exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, em 14-2-00, R$ 8.223.062,00.

> O acompanhamento do programa realizado pela Eletrobrás demonstra que aquele empresa não vem realizando [quem responde isso é a Eletrobrás] as metas contratuais desde março do corrente.
>
> Em vista disso, esta Companhia realizou visita de supervisão nos dias 10 e 11 de

outubro, com o intuito de esclarecer os motivos da paralisação do Programa.

A Celpe apresentou uma série de alegações de ordem jurídica e financeira, originadas com o processo de privatização, principalmente a impossibilidade de o Estado autorizar a utilização da alíquota anual de 2% da receita líquida prevista no contrato de venda das ações para amortização do empréstimo...

Esta dificuldade não se apresenta para os demais Estados.

Essa foi a resposta que recebi da Eletrobrás ao meu requerimento de informação.

Ora, o que fica claro, além de qualquer dúvida razoável, é que recursos públicos foram liberados para a Celpe recém-privatizada, para o Programa de Eletrificação Rural "Luz no Campo", e ela permanece, 11 meses depois, absolutamente inadimplente em relação às metas contratuais.

O texto da Eletrobrás é contundente: o que ocorreu com a Celpe foi a paralisação, sem qualquer motivo compreensível, do referido programa, fato constatado pelo contratante federal, a Eletrobrás, oito meses após a liberação de 10% do financiamento concedido, ou seja, de mais de R$8 milhões.

Segundo a própria Eletrobrás, por seu presidente, a Celpe alega estar impossibilitada de cumprir suas obrigações na estipulação acordada em virtude de motivos de natureza jurídica e financeira originados no processo de privatização conduzido pelo Estado de Pernambuco.

Ora, tal justificativa para a paralisação de todo o Programa de Eletrificação Rural do Estado toca as raias do absurdo, constituindo-se num verdadeiro insulto à inteligência dos cidadãos e contribuintes, já que se trata aqui de inexecução física de obras para as quais há recursos disponíveis e metas operacionais regular e mutuamente convencionadas entre os contratantes, não se cuidando, portanto, de caso de inadimplência de obrigação financeira, e sim de uma obrigação de fazer, isto é, de realizar as obras correspondentes.

Além disso, ainda conforme o presidente da Eletrobrás, a dificuldade alegada pela Celpe para sua omissão em promover a contraprestação física relativa ao numerário por ela recebido não se repete em nenhum dos demais Estados da Federação, onde, segundo ele, o Programa "Luz no Campo" apresentaria perfeita compatibilidade entre o financiamento destinado para 37 concessionárias regionais similares à Celpe e o andamento físico das obras ajustadas.

Por outro lado, a resposta da Eletrobrás ao nosso requerimento não deixa também de ser muito estranha do ponto de vista da responsabilidade fiscalizadora da própria Eletrobrás, que, tendo liberado, em 14.02.2000, a parcela contratual a seu cargo, apenas em 10 e 11 de outubro procurou esclarecer, por meio de "visita de supervisão" (sic), as razões da interrupção do programa em Pernambuco, portanto, somente 8 meses depois do compromisso firmado.

E mais: a Eletrobrás, neste momento, como vimos, inteirando-se das alegações impertinentes e inaceitáveis da Celpe, não menciona qualquer iniciativa de investigar mais profundamente o assunto e de cobrar providências por intermédio da Aneel, a quem incumbe, na forma da Lei nº 9.427/96, fiscalizar a distribuição de energia elétrica em todo o País.

Além disso, conforme a lei que estabelece os procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491/97), ao BNDES compete supervisionar os Estados no processo de desestatização de suas empresas concessionárias de energia elétrica – como é o caso da Celpe.

O que demonstra que, se havia qualquer obstáculo gerado no transpasse da empresa estatal para mãos privadas, obstáculo quanto à sua possibilidade de saldar compromissos contratuais futuros, como os assumidos com a Eletrobrás, tais empecilhos de natureza jurídico-financeira já seriam, dessa maneira, conhecidos de antemão pela União (via BNDES), tornando, assim, o próprio empréstimo concedido à Celpe em tais condições um caso claro de gestão temerária de recursos públicos.

E pior: a Celpe, 5 dias depois do discurso por mim proferido no Senado, em novembro último, fez publicar pequena nota na coluna do jornalista Inaldo Sampaio, do **Jornal do Commércio,** de Pernambuco, no dia 5-12-00, contendo números relativos a propriedades rurais eletrificadas pela empresa e respectivos custos, todos absolutamente contraditórios com aqueles fornecidos pelo Presidente da Eletrobrás e aqui aludidos.

Como se vê, os fatos falam por si, e é a própria Eletrobrás que afinal reconhece: a privatização da Celpe, pelo menos no que tange a seus compromissos de eletrificação rural, atividade tradicionalmente desenvolvida com eficiência no passado da empresa estatal, é hoje um rotundo fracasso, e a fiscalização da execução desses serviços por parte seja da instância federal, representada pela Aneel, seja pelo poder concedente, titularizado pelo Estado de Pernambuco, é inteiramente inerte e conivente com o locupletamento sem causa dos concessionários privados de tais serviços.

Diante disso, isto é, diante da evidência de má aplicação dos recursos públicos, de ausência de medidas fiscalizadoras oportunas pelos órgãos competentes e da desastrosa gestão privada de uma empresa – a Celpe – que, enquanto sob controle público estadual, constituiu-se sempre num valioso instrumento de política social em Pernambuco, reconhecida pela sua eficiência e rentabilidade, eu não poderia ficar calado.

A partir de hoje, Sr. Presidente, passo a tomar, em relação a essa matéria, as seguintes providências:

1 - Apresento à Mesa do Senado Federal proposta, nos termos do art. 102-a, inciso V do Regimento da Casa, combinado com o art. 70, incisos IV e VI da Constituição Federal, de fiscalização e controle, para ser encaminhada à comissão competente – e aqui se encontra o Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle –, para que seja feita uma auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial das operações de empréstimo efetuadas pela Eletrobrás à Celpe, mediante contrato assinado entre ambas as entidades, em 11.02.2000, e ainda não implementado, apesar de ainda em vigor.

2 - Estou enviando ofício à Aneel solicitando informações sobre as medidas que estariam, ou não, sendo tomadas por ela, no uso de suas atribuições legais, em relação ao caso.

O que não é possível, Sr. Presidente, é continuar a privar de luz elétrica o homem do campo em Pernambuco, e a privar a opinião pública do País de informações corretas sobre programas governamentais dessa relevância, além de privar o Tesouro Nacional e os contribuintes de recursos públicos extraídos compulsória e impiedosamente da já escassa poupança popular.

O Sr. Romero Jucá (PSDB RR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Com muito prazer, concedo-lhe o aparte, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB RR) – Senador Carlos Wilson, faço este aparte a V. Exª motivado por duas questões distintas. Primeiro, a preocupação com a Celpe e com o desenvolvimento de Pernambuco. Pernambucano como V. Exª, tenho na memória a história e a ação empreendedora da Celpe para fincar as bases do desenvolvimento principalmente no interior do Estado. E, agora, o relato de V. Exª nos preocupa, pois a Celpe, mesmo privatizada, não pode deixar de ser um instrumento social e de implantação do desenvolvimento. Portanto, apóio as palavras de V. Exª, manifestando também a minha preocupação quanto aos destinos da Celpe. Em segundo lugar, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, entendo que o requerimento de V. Exª é muito bem encaminhado e, assim que o receber, enviado pela Mesa, tomarei as providências para determinar à Comissão a auditoria e o acompanhamento, mas também para encaminhá-lo ao Tribunal de Contas da União, para que efetivamente sejam tomadas as medidas necessárias de acompanhamento do processo de privatização e das metas que devem ser atingidas e que, porventura, não estejam sendo atingidas. Portanto, providências serão tomadas no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle. Louvo novamente a sua ação em defesa do povo de Pernambuco e de seu patrimônio, representado pela Celpe.

O SR. CARLOS WILSON (PPS - PE) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. V. Exª, que é conhecedor do problema por ser filho de Pernambuco, sabe, e fez questão de destacar, o quanto a Celpe foi importante para o nosso Estado. Fui Governador por onze meses e meio e posso dizer que a Celpe sempre foi uma empresa modelo – tanto, que a Eletrobrás sempre a reconheceu como a grande referência da energia elétrica da nossa região e no nosso País.

Essa empresa foi privatizada, vendida à Iberdrola por US$1,7 bilhão, recursos que estão sendo usados em Pernambuco para projetos de infra-estrutura. No entanto, lamentavelmente, a privatização, que deveria ter beneficiado principalmente a eletrificação rural – era esse o compromisso principal dos que controlam hoje a Celpe –, não está atingindo esse objetivo. Infelizmente, a eletrificação rural, que tinha sido sempre um ponto de destaque, principalmente dos três últimos governos, não tem recebido a prioridade desejada.

Lembro-me de que, como Governador do Estado, nesse pequeno tempo em que estive à frente do Governo de Pernambuco, eletrificamos quase vinte mil propriedades. Hoje a Celpe já está privatizada há um ano e o programa de eletrificação rural, que é o que de mais importante podemos fazer na área social naquela região do Nordeste, está inteiramente esquecido pela Celpe, apesar de ela ter recebido – isso foi destacado aqui pela Eletrobrás por intermédio de seu presidente, Firmino Sampaio –, recursos para implantar o programa de eletrificação rural.

O Governo Federal vem anunciando, sempre com muito estardalhaço, o Programa Luz no Campo, e reconhecemos que é um programa eficiente, mas, no que se refere a Pernambuco, ele tem sido bastante precário.

Estou encaminhando hoje à Aneel solicitação de informações sobre as providências que ela tem adotado em relação à Celpe, em relação à

não-prestação de contas da Celpe junto à Eletrobrás. Além disso, encaminho à Comissão de Fiscalização e Controle – e tenho a sorte de ter hoje aqui no plenário o seu presidente, Romero Jucá –, solicitação para que se realize uma auditoria na Celpe pelo Tribunal de Contas da União e se verifique por que esses recursos não foram aplicados na eletrificação rural.

Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a atenção da Casa e dou por encerrado o meu pequeno pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS WILSON EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE

(Do Senador Carlos Wilson)

Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal solicite ao Tribunal de Contas da União nos termos do artigo 102-A do Regimento Interno do Senado Federal e do artigo 71, inciso VI da Constituição Federal, auditoria de naturza contábil, financeira, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas Brasileira S.A. – ELETROBRÁS, para apurar eventuais irregularidades em contrato de financiamento firmado em 11-2-2000, e ainda em vigor, entre esta empresa estatal e a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE.

Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

Com base no artigo 102-A inciso V e artigo 102-B inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que V. Exª se digne adotar as medidas necessárias para realizar a fiscalização e controle, por meio de auditoria contábil, financeira e operacional, feita pelo Tribunal de Contas da União, na forma do artigo 71, inciso VI da Constituição Federal, em relação à execução do contrato firmado entre a Eletrobrás e a Celpe com recursos da Reserva Geral de Reversão (RGR), ECF-1983/00, que, conforme resposta do próprio Presidente da Eletrobrás Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, em atenção a requerimento de Informação nº 600/2000 do Senado Federal apesenta, ao cabo de um ano de sua lavratura sérios indícios de má gestão desses recursos, uma vez que parte beneficiária – a CELPE – tem se mostrado absolutamente inadimplente quanto ao cumprimento das metas contratuais ao seu encargo.

Justificação

Em atendimento ao Requerimento de Informação nº 600/2000 a ele dirigido pelo Senado Federal, a meu pedido, o Sr. Ministro das Minas e Energia Rodolfho Tourinho encaminhou-nos ofício do Presidente da Eletrobrás, Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, que confirma nossas suspeitas de irregularidades no Programa de Eletrificação Rural de Pernambuco, conhecido como "Luz no Campo", e que caracteriza a situação de inadimplência por parte da Celpe, para a qual, há cerca de um ano, foram liberados mais de 8 milhões de reais, comprometidos com a realização de obras de distribuição de energia elétrica na região rural do Estado de Pernambuco.

As palavras daquele dirigente falam por si próprias, e constituem, ao meu ver, elementos bastantes para que se proceda à auditoria aqui requerida, **verbis**":

"A Eletrobrás firmou com a Celpe em 11-2-2000, contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF-1983/00, no valor de até R$82.230.620,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de uma nova etapa de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa Luz no Campo (...)"

"Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, em 14-2-2000, a parcela de assinatura prevista contratualmente, no valor de R$8.223.062,00, equivalente a 10% do valor do financiamento concedido, sem que a mesma tenha, ainda, prestado contas de sua aplicação.

O acompanhamento do programa realizado pela Eletrobrás demonstra que aquela empresa não vem realizando as metas contratuais desde março do corrente.

Em vista disso, esta companhia (a Eletrobrás) realizou visita de supervisão nos dias 10 e 11 de outubro, com o intuito de esclarecer os motivos da paralisação do programa.

Aviso nº 261 MME

28-12-00

A Sua Excelência o Senhor
Senador Ronaldo Cunha Lima
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Primeiro Secretário,

Reporto-me ao Ofício nº 1.761 (SF), de 20 de dezembro de 2000, para encaminhar a Vossa Excelência

o expediente CTA-PR-9840/2000, de 7 de dezembro de 2000, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, referente ao Requerimento de Informação nº 600/2000, de autoria do Senador Carlos Wilson.

Atenciosamente, – **Rodolpho Tourinho Neto**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

Ofício SCW – Nº 001/2001

Brasília, 6 de fevereiro de 2001

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. José Mário Miranda Abdo
Diretor-Geral da Agência Nacional de
Energia Elétricas – ANEEl
Brasília – DF

Senhor Diretor-Geral,

Sirvo-me do presente para informar a V. Sª que acabo de propor à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal que promova, junto ao TCU, auditoria contábil, financeira, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, com vistas a apurar eventuais irregularidades constatadas pela própria Eletrobrás, por meio de seu Presidente Firmino Ferreira Sampaio Neto, na condução e execução do contrato firmado em 14-2-2000. com recursos da Reserva Geral de Reversão (RGR) entre aquela empresa estatal e a Celpe, e concernente à eletrificação rural de Pernambuco.

Dada a competência fiscalizadora legal atribuída à agência titularizada por V. Sª (Aneel), pela Lei nº9.427/96, encareço-lhe a necessidade da adoção imediata das medidas cabíveis ao caso.

A propósito, remeto-lhe, em anexo, a resposta do Presidente da Eletrobrás ao Requerimento de Informação nº 600/2000, enviado, pelo Senado Federal, ao Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, em 30-12-2000, contendo maiores detalhes técnicos sobre a matéria.

Atenciosamente, Senador **Carlos Wilson.**

CTA – PR – 9840/2000

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2000

Ao Senhor
Marcelo Silveira Tognozzi
Assessor Chefe
Assessoria Parlamentar
Ministério de Minas e Energia
Brasília – DF

Senhor Assessor Chefe,

Em atendimento ao Ofício nº 181/2000 – ASPAR/GM/MME, de 1º-12-2000, que nos encaminhou o Requerimento de Informação nº 600/2000, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Carlos Wilson, temos a informar o que se segue.

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS firmou com a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, em 16-12-1999, o contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF – 1.951/99, no valor de até R$34.649.410,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa Nacional de Eletrificação Rural "Luz no Campo," do Ministério das Minas e Energia, exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, com base na comprovação dos gastos efetuados no programa e em seu avanço físico, recursos que totalizam R$21.481.941,00, os quais representam 62,5% do valor do financiamento concedido.

Com recursos do programa, até então, foram ligadas 22.176 propriedades/domicílios rurais, das 36.000 previstas contratualmente, construídos 4.653 Km de redes, em alta e baixa tensão, e implantados 61.574 postes equipados, com 4.233 transformadores de distribuição.

Posteriormente, a Eletrobrás firmou com a Celpe, em 11-2-2000, novo contrato de financiamento com recursos da RGR, ECF – 1.983/00, no valor de até R$82.230.620,00, destinado à cobertura financeira dos custos diretos de uma nova etapa de seu Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa "Luz no Campo," exclusive despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, em montante equivalente a até 75% do custo total para as obras.

Até a presente data, a Eletrobrás já liberou à Celpe, em 14-2-2000, a parcela de assinatura prevista contratualmente, no valor de R$8.223.062,00, equivalente a 10% do valor do financiamento concedido, sem que a mesma tenha, ainda, prestado contas de sua aplicação.

O acompanhamento do programa realizado pela Eletrobrás demostra que aquela empresa não vem realizando as metas contratuais desde março do corrente.

Em vista disso, esta Companhia realizou visita de supervisão nos dias 10 e 11 de outubro, com o intuito de esclarecer os motivos da paralisação do Programa.

A Celpe apresentou uma série de alegações de ordem jurídica e financeira, originadas com o processo de privatização, principalmente a impossibilidade

do Estado autorizar a utilização da alíquota anual de 2% da receita líquida, prevista no contrato de venda das ações para amortização do empréstimo dos recursos da RGR, por um período superior ao mandato dos atuais governantes.

Essa dificuldade não se apresenta para os demais Estados. Em termos globais, o Programa "Luz no Campo" assegurou, para as 37 concessionárias que firmaram contratos de financiamento com a Eletrobrás, recursos no montante de R$1,5 bilhão para utilização até o ano 2002, dos quais já foram liberados R$178,6 milhões.

Até o fim do mês de outubro já haviam sido ligados 98.972 novos consumidores, existindo ainda outros 122.668 com as obras já em execução.

Esses números demonstram que o andamento físico das obras e os recursos já liberados estão compatíveis, apresentando um percentual de realizações em torno de 10% do Programa total.

Colocamo-nos à disposição de V. Sª para quaisquer esclarecimentos adicionais, porventura entendidos necessários.

Atenciosamente, – **Firmino Ferreira Sampaio Neto,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para saldar uma dentre outras muitas dívidas que tenho para com o exercício do meu mandato – e que poderiam ser justificadas não apenas pela minha incapacidade pessoal, mas por um certo atabalhoamento que sentimos quando, por exemplo, depois de manobras para lá e para cá, 24 medidas provisórias são aprovadas em uma só sessão do Parlamento –, deveria falar hoje, por exemplo, a respeito do que está acontecendo agora com o início da gestão do novo Presidente dos Estados Unidos, o "Bushinho", o filho do outro, o "Bushão".

O que estamos presenciando lá, no "Reino da América do Norte", é uma troca de guardas que se fez por meio de um processo eleitoral, mas em um país que reduziu a grande dimensão do conceito de democracia a algo simples, unidimensional, pobre: democracia para eles é apenas eleição. Desse modo, se existem eleições livres – livres debaixo de carradas de dinheiro e pressões fantásticas –, as eleições são livres para aquelas cabeças acríticas norte-americanas. As eleições se desmoralizaram, mostrou-se no último pleito que não se sabe quem ganhou, qual dos dois – e os dois se parecem muito um com o outro: a mesma cabeça desprovida de grandes substâncias, os dois com o mesmo programa, perdidos diante do que está acontecendo no capitalismo mundial e agora, cada vez mais, nos Estados Unidos.

Gostaria de estender este meu discurso nesse sentido, mas não vou fazê-lo. Gostaria, no entanto, de fazer um alerta apenas para aquilo que Presidente Bush acaba de fazer. A assessoria econômica de que ele se cerca afirma que o neoliberalismo não deu certo nem nos Estados Unidos e que é preciso voltar ao desequilíbrio orçamentário, acabar com esse déficit primário do orçamento e fazer grandes despesas, principalmente no setor bélico, como tenho falado, repetido à exaustão, **ad nauseam** aqui e na universidade de onde vim.

O capitalismo nunca viveu longos períodos sem déficit, sem gastos do governo, sem a complementação da despesa do governo – isso numa sociedade que elimina, que diminui, que minimiza a capacidade de compra e de consumo de grande parte da população. E diante de trabalhadores marginalizados, trabalhadores explorados, espoliados, sem capacidade de consumo, o governo tem de vir para suplementar a demanda efetiva e fazer mover a atividade econômica num nível razoável de emprego, de produção e de lucro principalmente.

De modo que, então, agora, os Estados Unidos, que haviam prometido há pouco tempo que no ano 2012 não haveria mais dívida pública, que se entraria, portanto, num período de no mínimo de doze anos de superávit orçamentário, já desistiram, já viram que é impossível isso. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na página 242 do seu livro entitulado "As Idéias e seus Lugares", afirma que é impossível equilibrar o orçamento e pagar a dívida externa.

Pois é a essa conclusão que os Estados Unidos chegaram agora, depois que o FMI e esses rapazes formados e deformados nas universidades norte-americanas haviam imposto à sociedade brasileira.

Mas só agora o FMI publica um documento onde fala que não acreditava no êxito do Plano Real em 1994, que não dava sequer quatro meses de vida para o Plano Real. O Presidente da República não acreditava no Plano Real, porque este propõe e nos impõe algo impossível. E agora o Presidente Bush declara, por meio dos seus assessores de primeiro time, do mais alto nível, que também não será mais tentado nos Estados Unidos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu que é impossível pagar a dívida externa e equilibrar o orçamento. Mas a nós, brasileiros, im-

põe-se o impossível. Temos que fazer o impossível. E o FMI não acreditava que nós, brasileiros, iríamos suportar uma dose cavalar, desumana, de marginalização, de exclusão, de destruição da indústria nacional, de abertura do mercado.

No momento, estamos brigando por causa da Embraer, para exportarmos um pouco mais para o Canadá, quando nós, brasileiros, elevamos a dívida externa a US$270 bilhões importando de tudo. Agora estamos lutando para exportar e considerando uma questão de honra nos colocarmos diante das restrições que o Canadá impõe à carne brasileira

Não poderia deixar de tocar nesse assunto, porque ele é o sintoma de que também os Estados Unidos perceberam que o que está acontecendo lá não é questão de 0,25 a mais ou a menos de taxa de juros e de taxa de câmbio. É nesse sobe e desce que se esgota o saber, a sapiência desses repórteres econômicos e desse jornalismo de décima categoria. Subiu tanto, desceu tanto e desceu porque a Srª Lewinsky não agiu como Clinton queria que ela agisse, ou seja, trazem as mais estapafúrdias explicações a respeito das oscilações das bolsas especulativas.

Existe, portanto, algo de muito mais grave e muito mais profundo na economia capitalista brasileira e mundial, já que se encontra esgotado o modelo, a dinâmica Keynesiana em que, durante mais de 50 anos, o governo se baseou para incorrer em déficit orçamentário e gastar. E gastar onde? John Maynard Keynes, o reinventor dessa dinâmica afirma: "Gastar em qualquer coisa." O governo deve gastar em atividades completamente dissipadoras. Deve gastar na feitura de estradas, de pirâmides em Salisbury Plain, como dizia ele, e principalmente em guerras.

Agora o Sr. Bush redescobre esses gastos como necessários a impedir que a economia norte-americana se aprofunde na crise que já está presente. É preciso, então, que com Gar Aspero vit, o Presidente da Comissão para o Futuro, nos Estados Unidos, e tantos outros, percebam que se o gasto, a dívida pública, o déficit orçamentário é realmente maléfico, é um remédio maléfico para um sistema esgotado, pernicioso, pois depois de desenvolver as forças produtivas, passa a desenvolver as destrutivas, produzindo, entre outras coisas, 344 guerras, entre 1740 e 1974, e 87 guerras internacionais, de acordo com Eric Robsbawn, de 1840 a 1960. Portanto, esse é um sistema que vive e sobrevive, é estimulado por dívida pública, inflação e guerra.

E foi apenas para não aumentar a minha dívida que entrei por esse assunto que me tomou quase todo o tempo. Mas não poderia deixar de falar a respeito de um projeto que veio do Executivo e foi aprovado nesta Casa. Fiquei perplexo em ver alguns colegas nossos contrários àquela proibição de propaganda de cigarro e fumo, afirmando – não sei sob quais argumentos – que a propaganda de cigarro e fumo não são nocivas porque o tabagismo não é um vício e não faz mal à saúde.

Fiquei calado e peço desculpas a todos os meus parentes – ao meu pai e a quatro tios – que morreram de enfisema devido ao cigarro. Eu escapei e os médicos que viram o meu coração e que examinaram o meu organismo foram unânimes em dizer que eu já teria morrido há 12 anos se não tivesse parado de fumar, como fiz, em 1976.

Entre outros argumentos, ouvi um colega nosso dizendo que deixar de fumar é uma brincadeira, já que o fumo não é vício, e que ele havia deixado de fumar sem o menor sacrifício. Não é verdade. Sou testemunha ocular dessa história. Fui vítima do cigarro. Meu pai morreu com enfisema devido ao cigarro e quatro irmãos dele também tiveram o mesmo destino pela mesma causa. O cigarro mata.

Assim, sabendo que um dia talvez fosse parar de fumar, fui estudando a maneira pela qual poderia me livrar desse vício infernal, letal, mortal, que é o tabagismo. Cheguei a fumar dois, três maços de cigarro por dia.

Lembro-me que um dos meus tios, que teve um câncer em seu pulmão devido ao cigarro, dizia que nem pensava em deixar de fumar. Ele dizia que era fiel, tinha hombridade, dignidade, e por isso não ia deixar de fazer algo que fizera a vida inteira: fumar. Ou seja, ia continuar fumando por coerência. Como não tenho essa coerência, sofri como "pé de cego" para deixar de fumar e com isso ter uma sobrevida de pelo menos 12 anos. Sobrevivi 12 anos porque parei de fumar em 1976, quando me encontrava na Inglaterra, na tranqüilidade inglesa, fugido das ameaças que me faziam neste País.

Naquele país, desenvolvi um método para deixar de fumar. Já havia percebido que quando eu ia à Pousada do Rio Quente, naquela tranqüilidade morna e gostosa, em vez de dois maços por dia, eu fumava, sem perceber, sem fazer força, apenas dois cigarros por dia. E dizia, brincando, que morto não fuma, que quem está dormindo também não fuma. Então, para deixar de fumar, eu tinha que me aproximar da tranqüilidade, da calma que temos quando estamos dormindo – e não fumamos nessa ocasião, pois quem tentou fumar na cama acabou queimando o colchão.

O que percebemos é que quanto mais tranqüilidade, quanto menos agitação, menos impulso a nossa cultura nos fornece para fumar.

Os índios fumam, mas o fumo para eles é um ritual. Eles têm uma preparação longa do fumo e usam-no, por exemplo, no "cachimbo da paz", um cerimonial que ocorre de vez em quando.

O capitalismo transformou o cigarro numa mercadoria e quer empurrá-lo, por meio da propaganda, no pobre do consumidor, consumido por tantas coisas, inclusive pelo fumo.

Agora, trazemos o veneno no bolso das roupas. O fumo foi transformado em veneno. Sua origem vem dos índios americanos que o utilizavam em seus cerimoniais. E nós estamos, compulsivamente, neuroticamente, a todo momento, acendendo um cigarro.

Então, o conselho que dou àqueles que querem deixar de fumar é seguir o meu exemplo. Fumando dois ou três maços de cigarro por dia, consegui livrar-me completamente do vício. Desde uma sexta-feira de 1976 – minha mulher sabe o dia – nunca mais fumei cigarro algum na minha vida. Na segunda-feira seguinte, estava indo para a universidade e minha esposa me pediu que fosse com ela fazer umas compras no supermercado. Quando a ajudava a encher o carrinho, senti uma tontura. Por que essa tontura? Porque, desde a sexta-feira, eu estava oxigenando demais o meu organismo, já que não estava fumando. Eu sabia que se fumasse naquele momento a minha tontura iria passar, mas o meu vício estaria presente. Voltei para casa e me deitei. Apliquei em mim uma auto-hipnose, para que a tranqüilidade, a passividade, a paz atuassem sobre o meu impulso, o meu vício de fumar sem parar.

E deixei de fumar tomando café, para não fumar depois do café, que é um momento em que o capeta atenta, o diabo está ali dando-nos vontade de fumar. De vez em quando, eu passava em um **pub** para tomar um copo daquela cerveja quente da Inglaterra, para não fumar depois da cerveja. Assim, se um dia eu tomasse café ou cerveja, não cairia na tentação e não retornaria ao vício. É preciso deixar de fumar depois do café e depois da cerveja. Deve-se recorrer à auto-hipnose, à sedação.

Durante dois meses senti uma dor horrorosa na braço e aqui do lado esquerdo. E as palavras não saíam. Eu era professor, tinha que dar aula e as palavras não saíam. A angústia era fantástica, e o tremor nas mãos me impediam até de ler e de escrever.

Aqueles que deixam de fumar brincando, dizendo que não é um vício é por que, de acordo com o meu tio, eles não têm caráter, não fumaram realmente, não foram fiéis ao cigarro durante muito tempo, talvez não tenham nem tragado.

De modo que não poderia ficar em silêncio sobre este projeto que veio do Executivo, porque estaria desrespeitando a memória dos meus parentes, heróis anônimos, fuzilados pelo cigarro, queimados pelo cigarro e com o cigarro. É um dos piores vícios que a humanidade desenvolveu e é impulsionado, obviamente, pela propaganda e pela publicidade.

É pela crise que ameaça a indústria do fumo, que ameaça a indústria do cigarro, pelas proibições de se fumar em diversos recintos, é pela crise que ameaça a indústria automobilística e tantas outras nesta crise do capitalismo, que a publicidade hoje é o setor de maior volume de investimentos no mundo. Superou até os setores bélico e espacial em gastos. Os empresários individuais, os comerciantes recorrem à publicidade na tentativa de se livrar da crise, de vender mais, de ampliar ou impedir a contração do mercado, do número de fregueses, do volume de vendas e da receita.

Há, agora, esta lei que proíbe a propaganda e a publicidade pelo menos em relação a este produto tanático, mortal, letal, destruidor que é o cigarro.

De modo, que desejo que a humanidade se livre também deste vício capitalista, porque entre os índios não era vício, era ritual. O fumo não matava índio algum. A rainha da Inglaterra, por exemplo, é uma das grandes acionistas talvez da maior empresa de cigarro do mundo. E uma ascendente da rainha quem começou a fumar, há alguns séculos, e tornou moda essa desgraça que é o cigarro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. Se por acaso V. Exª tiver o hábito de fumar, desejo que deixe de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Já deixei de fumar há muito tempo, Senador Lauro Campos. Concordo plenamente com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, antes de entrar nos dois temas que vou tratar nesta manhã, registrar a importância do discurso do Senador Lauro Campos e dizer também que, como ele, não sou fumante, o Senador Carlos Wilson também não é, portanto, estamos hoje aqui num plenário de não fumantes, o que é um exemplo importante para o restante do País.

Quero fazer dois registros nesta manhã, Sr. Presidente, que considero importantes. O primeiro deles diz respeito à solenidade ontem realizada na Câmara dos Deputados, no plenário do Congresso, sobre o Dia do Aposentado. Não usei da palavra naquela oportunidade, mas fiz questão de tratar do tema hoje, por entender que o aposentado no Brasil ainda está distante de receber aquilo que lhe é de direito, de receber o respeito que o País lhe deve.

Em outros países desenvolvidos, o aposentado ou o indivíduo que chega, como se costuma dizer, na terceira idade, tem recebido especial atenção da área da saúde, do lazer e do turismo, assim como na área própria da atividade econômica, reinserindo-o nas atividades que geram renda. No Brasil, infelizmente, essa realidade não é verdadeira. O aposentado no Brasil, hoje, recebe uma aposentadoria, na maioria das vezes, ínfima, que não lhe dá condições de sustento. Depois, não há um atendimento específico – inclusive no tocante ao fornecimento de medicamentos, como existe em alguns países do mundo – para a manutenção de sua saúde. É bem verdade que vale a pena registrar o esforço do Ministro José Serra no tocante a implantação dos medicamentos genéricos para, dentro dessa política, atender um segmento importante, que é o segmento dos mais idosos, dos aposentados. Mas, tirando esse esforço, não há, na verdade, uma política de reinserção do aposentado na atividade econômica ou em programas sociais específicos.

Portanto, ao registrar essa solenidade ocorrida na Câmara dos Deputados, quero também apelar para o Governo Federal, principalmente para o Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que entabulem programas e definam políticas que possam reforçar a ação do aposentado na economia e na vida do País. Temos hoje, por exemplo, pessoas aposentadas aos 50, 55 anos, portanto em condições de contribuir com a atividade econômica, que, muitas vezes, são colocadas à margem do processo produtivo, deixando de dar a sua contribuição para o crescimento da nossa terra.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Antes de entrar no segundo assunto, concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Quero parabenizar V. Exª e me associar à homenagem que está prestando hoje aos aposentados do nosso País. Também acompanhei ontem, rapidamente, pela televisão, a sessão de homenagem aos aposentados que a Câmara realizou. Pude sentir o entusiasmo e a presença dos aposentados, o que significa que eles reconhecem que o Parlamento brasileiro é solidário com a questão dos aposentados no País. V. Exª toca com muita propriedade na questão da escassez de atendimento para os aposentados. O aposentado em nosso País ainda é tratado, infelizmente, de forma bastante desatenciosa por parte do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais. Hoje, o aposentado, que não mais chamamos de terceira idade, mas de boa idade ou de melhor idade, poderia estar curtindo essa fase da vida com programas de lazer, com um salário decente, mas, na verdade, sofre muito a falta de assistência. Mas, tenho certeza, é confortador para eles ouvir o discurso de um jovem Senador, como o Senador Romero Jucá, prestando-lhes uma homenagem. Eu não poderia deixar de fazer este aparte e de me associar a todas as homenagens prestadas. Entretanto, não podemos ficar apenas nelas. Penso que é tempo de este Congresso se posicionar, votando leis que efetivamente possam melhorar a situação do aposentado em nosso País. Parabéns, Senador Romero Jucá!

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço, Senador Carlos Wilson, o aparte de V. Exª. Sem dúvida nenhuma, Senador Carlos Wilson, como bem disse V. Exª, o aposentado ou a pessoa idosa, hoje denominada de melhor idade pelo menos em alguns países do mundo, precisa realmente ser reconhecido dentro desse aspecto também em nosso País.

Para tanto, pretendo, na próxima Legislatura, na Comissão de Assuntos Sociais, tratar muito da questão do aposentado, inclusive propondo a criação de uma subcomissão para levantar toda a legislação referente ao assunto no Brasil e verificar que tipo de programas sociais podemos fazer para eles. Quero, desde já, convocar V. Exª para dela fazer parte, já que é tão sensível às questões sociais brasileiras, a fim de que possamos tratar desse tema naquela Comissão.

O segundo assunto que queria tratar rapidamente, Sr. Presidente, é simplesmente registrar a firmeza do Presidente Fernando Henrique e do Governo na questão da crise do Canadá, que, usando como bode expiatório a questão da carne brasileira, na verdade embute não só a questão da Embraer e da Bombardier, como se fala, mas a própria questão da criação da Alca, em que o Canadá, os Estados Unidos e o México têm forçado o Brasil e a Argentina a ela aderirem.

Quero registrar a firmeza, como disse, do Presidente Fernando Henrique, que ontem foi enfático e categórico, estabelecendo inclusive um prazo ao governo canadense para se colocar e se explicar. Mais do que isso, quero registrar a posição do Ministro da Agricultura Pratini de Moraes e do Congresso Nacional, porque ontem os Presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, definiram uma comitiva de Deputados e Senadores que irão ao Canadá marcar a posição do Governo brasileiro. Os Senadores escolhidos foram Osmar Dias, Jonas Pinheiro, que tratam especificamente da questão agrícola, e Iris Rezende, ex-Ministro da Agricultura. Esta Casa não poderia estar melhor representada.

Com essa posição adotada pelo Governo brasileiro e o Congresso Nacional, tenho certeza de que, primeiro, esse assunto será revertido, demonstrando que o Brasil agiu de forma correta e que o Canadá foi precipitado e irresponsável em fazer uma acusação como aquela. Mais do que isso, o Brasil está altivo e ditará as normas e os tempos necessários de qualquer aproximação do Mercosul com a Alca.

Portanto, quero registrar esse posicionamento, a coragem e a firmeza do Governo brasileiro e do Congresso Nacional e afirmar que estaremos vigilantes e não deixaremos acontecer fatos como esses que denegriram o País e causaram prejuízos enormes não só aos produtores de carne do Brasil, mas à imagem de exportador do Brasil perante todos.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Estou aparteando pela segunda vez o discurso de V. Exª, porque, na verdade, aborda dois temas muito importantes: a questão dos aposentados, no início do seu discurso, e agora a crise Brasil-Canadá no que se refere à exportação de carne. Entendo e reconheço a posição firme adotada pelo Governo do Brasil, especialmente do Presidente Fernando Henrique, ontem, quando disse que guerra é guerra e que está pronto para enfrentar essa situação com muita altivez. Agora, não entendo, pois, na verdade, o Canadá tem um superávit no que se refere a exportações. O Canadá vende mais ao Brasil do que o inverso, ou seja, existe um superávit de mais de US$500 milhões a favor do Canadá. Então, a posição firme que deveria ser adotada, Presidente Ademir Andrade, seria no sentido do Brasil suspender imediatamente todas as importações não prioritárias. Há importações ridículas. Não posso admitir que um País grande e agrícola, como o nosso, importe pato do Canadá. Tem pato canadense aqui no nosso País. São produtos supérfluos, que não possuem a menor necessidade, mas o Brasil os importa. É preciso também que o povo brasileiro tenha a consciência de valorizar mais os nossos produtos. A diferença atual da nossa balança comercial seria a grande resposta do Governo brasileiro ao Canadá. Associo-me ao seu discurso, porque considero que o Congresso Nacional mostrou aqui, com muita firmeza, a sua participação. Há cinco ou seis dias, o assunto da vaca louca tomou conta praticamente de quase todos os discursos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em uma boa hora, os Presidentes Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer resolveram constituir essa comissão para nos representar no Canadá nessa mesa de negociação. Foi também destacada por V. Exª a representatividade dos nossos colegas designados, Senador Iris Rezende, ex-Ministro da Agricultura, e dois outros Senadores, Osmar Dias e Jonas Pinheiro, que são estudiosos do assunto e foram Secretários de Agricultura nos seus Estados. Portanto, hoje, o Brasil está mostrando um importante sentimento de união em defesa das causas de interesse do nosso País. Mais uma vez, parabenizo V. Exª pela oportunidade das colocações e dos discursos que têm sido feitos em defesa do nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço ao Senador Carlos Wilson o aparte.

Para encerrar, Sr. Presidente, registro a posição firme adotada pelo Governo brasileiro. Sem querer fazer trocadilho, Senador Carlos Wilson, quero dizer que o Brasil não pode "pagar este pato"; quem deve fazê-lo é o Canadá. Portanto, o Governo brasileiro tomou as medidas cabíveis. Ontem, o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, chamando empresas canadenses interessadas no setor das comunicações no Brasil, avisou que o Governo brasileiro não aceitará qualquer tipo de retaliação do governo ou de empresas canadenses nessa questão das exportações brasileiras.

Como bem frisou V. Exª, o Canadá hoje tem superávit na sua balança. Portanto, nessa guerra, quem tem o que perder é o Canadá. Não obstante, isso talvez seja um aviso para mostrar que temos que substituir as nossas exportações e ter uma política de produzir aqui o que precisamos, a fim de evitar que a balança comercial brasileira fique deficitária da forma como se encontra hoje, o que talvez seja o grande

óbice na política econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Tenho, portanto, a satisfação de fazer esse registro da posição tomada pelo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso e, também, pelos Presidentes Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, que deram, assim, uma demonstração de que o Congresso brasileiro está altivo e ativo na defesa dos interesses do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Ofício nº 17/01

Brasília, 31 de janeiro de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Dr. Benedito Dias, como titular e o Deputado José Linhares, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 2.138-3, de 26 de janeiro de 2001, que "Define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, requerimeno que será lido pelo Sr. 1] Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2001

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, o seguinte pedido de informações:

Se existe, na execução do contrato para implantação do Sivam, a cargo da empresa Raytheon, fornecimento de equipamentos, materiais ou a prestação de serviços de qualquer natureza pela empresa Bombardier Inc., do Canadá, ou qualquer das suas subsidiárias, seja no próprio Canadá, seja em qualquer outro país, nomeadamente as seguintes, sem prejuízo de qualquer outra: Bombardier Internacional, Bombardier Credit Ltd. (Canadá), Bombardier Credit Inc. (Estados Unidos), Bombardier-Wien Schienenfahrzeuge AG, (Áustria), Bombardier-Rotax GmbH (Alemanha/Áustria), Canadair (Canadá), Short Brothers plc, (Irlanda do Norte), Learjet Inc. e Learjet Corporation (Estados Unidos), Beechcraft Corp. (Estados Unidos), Procor Engineering Ltd ou Bombardier Prorail Ltd. (Reino Unido), de Havilland e de Havilland Inc. (Canadá), International Nacelles Systems EEIG (aí incluída a Hurel Dubois, da França), Shorts Missile Systems, Business Jet Solutions (Bombardier e AMR Combs dos Estados Unidos), Flexjet Program, Bombardier Services, Innotech Aviation Inc. (Doval, Canadá), Skyjet. com.

Justificação

O Governo brasileiro executa, na amazônia, o projeto do Sivam, estratégico para a segurança do país, para o combate ao tráfico de drogas e para a preservação da soberania nacional em toda aquela região.

O projeto envolve a aplicação de bilhões de dólares, tendo sido contratada a Raytheon para a sua execução.

A Raytheon mantém, em várias partes do mundo, estreitas relações de negócio com a Bombardier, sendo incerto se existe ou não participação acionária importante de uma empresa no capital da outra.

Exemplo dessa associação de interesses é o projeto Astor (Airborne Standoff Radar), que é o sistema de vigilância aérea do Ministério da Defesa do Reino Unido, que pretende obter imagens do solo dia e noite, em quaisquer condições atmosféricas, e que foi contratado a um custo estimado de US$ 1 bilhão e 200 milhões de dólares norte-americanos, e que será executado pela Raytheon Systems Limited (RSL), conjuntamente com a Bombardier-Shorts, Marconi, Motorola, Raytheon Systems Company e Ultra and Cubic. Além de outros fornecimentos em materiais e serviços, o Astor vai adquirir dos fornecedores contratados aeronaves Bombardier Aerospace Global Express.

Hoje, são amplamente conhecidas as dificuldades de relacionamento entre o Brasil e o Canadá, que degradaram severamente os padrões de confiança do nosso país em relação ao Canadá, oriundas da conduta do governo canadense, que resolveu levar às

últimas conseqüências a sua decisão de proteger a qualquer custo a empresa Bombardier.

Havendo no mundo, como há, fornecedores alternativos para quaisquer dos equipamentos e serviços eventualmente produzidos pela Bombardier ou pelas suas subsidiárias e associadas, é natural que não interesse ao Brasil contribuir, mesmo mínimamente, para fortalecer a um grupo empresarial que, no propósito de prejudicar o Brasil, não tem observado qualquer limite e, muito menos, delegar-lhe qualquer confiança em assuntos que digam respeito à nossa segurança.

Brasília, 9 de fevereiro de 2001. – Senador **Geraldo Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andade) – O requerimento lido será despachado à Mesa, nos termos regimentais. Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romeu Tuma e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nem a conjugação de 380 eventos festivos realizados com participação do poder público foi suficiente para expandir a todos os recantos da cidade de São Paulo a festa comemorativa de seu aniversário, dia 25 último. Pudera! Possui ela 1.509 quilômetros quadrados de edificações recortados por dezesseis mil quilômetros de vias públicas, onde vivem e trabalham dez milhões e quatrocentos mil brasileiros, depois que 447 anos de feitos históricos a transformaram numa das três maiores metrópoles do mundo. Da mesma forma, nem os cadernos especiais publicados pelos principais órgãos da imprensa diária local e as extensas reportagens de rádio e TV bastaram para mostrar a saga da cidade e sua gente, tantos e tão grandes são os problemas que enfrentam.

Mas, dia 25, os paulistanos procuraram esquecer esses problemas para se dedicarem ao que mais gostam: demonstrar seu amor e seu orgulho por São Paulo. E repetiram, assim, a comemoração da data que, em 1554, foi marcada pela inauguração do colégio de São Paulo de Piratininga. Desta vez, a missa solene celebrada por Sua Eminência Reverendíssima, Dom Cláudio Hummes, Arcebispo de São Paulo, no Parque de Exposições do Anhembi, teve a participação de duas mil pessoas, entre elas S. Exªs, o Governador em exercício, Dr. Geraldo Alckmin, e a Prefeita Marta Suplicy. Senti, como todos os presentes, a tristeza motivada pela ausência do ilustre Governador Mário Covas e, com eles, orei pela recuperação desse notável homem público e amigo, que mesmo atingido por grave enfermidade, continua mostrando sua força interior, seu caráter admirável e seu amor à causa pública.

No bairro da Bela Vista, mais conhecido por Bexiga e que fica na região central da cidade, como acontece desde 1985, quatro segundos bastaram para que cerca de mil pessoas dessem sumiço num bolo de 222 metros e 60 centímetros de comprimento. Um bolo que consumiu, em oito dias de trabalho, três mil quilos de farinha, cinqüenta quilos de fermento, 750 quilos de açúcar e 14.500 ovos.

Desde a madrugada anterior, no Parque de Água Branca, o Movimento Upa realizava uma vigília pela paz, com festival folclórico, gincanas e atividades artísticas. Às 8h30, no Parque Ibirapuera, disputou-se o 4.º Troféu da Cidade de São Paulo, uma minimaratona de 10 quilômetros, com a participação de quatro mil corredores. Em outros locais, havia exposições de obras de arte e livros, "shows" com artistas populares e espetáculos de teatro. No Memorial do Imigrante, o 3.º Encontro de Automóveis Antigos reuniu relíquias levadas por colecionadores e, em seguida, foi realizada a 2.ª Corrida Maluca, com pilotos e co-pilotos em roupas de época, percorrendo 28 quilômetros de ruas e avenidas da cidade. Enquanto isso, 150 mil pessoas assistiam ao "show" de Roberto Carlos em homenagem à cidade, também no Ibirapuera. Entre os fãs, nosso insigne colega, Senador Eduardo Suplicy, e sua ilustre esposa, a Prefeita paulistana, ao lado da apresentadora de TV Hebe Camargo.

Na véspera, foram acesos os 44 lampiões a gás restaurados no entorno do Pátio do Colégio, que recuperou ares do início do século passado. O carinho paulistano por essa praça pública decorre do fato de, ao chegar de São Vicente, há 447 anos, o Padre Manoel de Paiva, jesuíta como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, também presentes, ter ali celebrado a missa de inauguração da Casa dessa Ordem religiosa. Uma Casa depois transformada em Colégio e que o beato, professor, catequista, poeta, lingüista, teatrólogo, médico, pregador, confessor, provincial, diplomata e fundador de cidades, Padre José de Anchieta, transformou em pólo irradiador da paulicéia. Uma tosca casa de taipa que materializou o sopro de vida dado a minha querida São Paulo de Piratininga, de onde partiram indômitas Bandeiras para derrubar as imposições do Tratado de Tordesilhas, desbravando

rios, serras e matas até nos legar este País portentoso e belo.

São Paulo deve sua pujança econômica às sucessivas levas de imigrantes que a escolheram para trabalhar e constituir família. Nela encontramos gente vinda de quase todos os cantos da Terra, assim como de quase todos os Estados brasileiros. Surge agora um aspecto inusitado: a região metropolitana está cada vez mais baiana. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, feita de 1992 a 1999, o número de baianos que moram na região cresceu cerca de vinte por cento, ou seja, duzentos mil pessoas. No mesmo período, a população nascida no Estado de São Paulo cresceu doze por cento. Pelo mesmo levantamento, publicado pela **Folha de S. Paulo**, verifica-se decréscimo significativo na participação mineira na migração para aquela região metropolitana. O número de habitantes nascidos em Minas Gerais caiu dezessete por cento. Em 1992, os mineiros representavam o maior grupo de migrantes, com um milhão e seiscentos mil moradores. Em 1999, eram 938 mil.

Ainda segundo o Datafolha, 45 por cento dos habitantes da capital paulista nela nasceram, enquanto onze por cento são naturais da Bahia, sete por cento vieram de Minas e seis por cento são pernambucanos.

A cidade entra no Terceiro Milênio com números e problemas à altura de suas dimensões. Por exemplo, o trânsito caótico impõe-lhe quase diariamente congestionamentos de mais de cem quilômetros, no espaço disputado por uma frota de cinco milhões de veículos, entre eles mais de dez mil ônibus e 33 mil táxis. Uma esperança de melhoria está na inauguração, ainda este ano, do primeiro trecho do Rodoanel, ligando cinco rodovias; outra, na expansão do Metrô.

Dez mil toneladas de alimentos frescos são comercializados por dia em mil supermercados, 950 feiras livres e 25 sacolões. Calcula-se que, só nas feiras, perdem-se 1.032 toneladas de alimentos, no mesmo período.

Embora em vias de transformar-se em centro prestador de serviços, a capital paulista ainda possui 27.382 indústrias, além de 71.254 estabelecimentos comerciais. Os de serviços somam 89.191. Dispõe também de cinqüenta "shoppings centers", 63 teatros, 197 cinemas, 33 bibliotecas e 29 museus.

No reverso, encontramos 612 favelas, segundo o IBGE, ou 1.905, segundo a Prefeitura. E 8.706 moradores de rua, 64 por cento dos quais vindos de outros Estados, de acordo com o censo realizado pela Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, no ano passado.

Mas, sem dúvida, o problema que mais aflige os paulistanos é a insegurança, a violência que campeia por todos os bairros. Tanto que, segundo o Datafolha, dezenove por cento dos moradores diriam, se pudessem, mais segurança como presente de aniversário à cidade. O item "mais trabalho e emprego", também como hipotético presente, ficou em segundo lugar, com dez por cento dos entrevistados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sei da preocupação geral desta Casa com as questões que angustiam a população ordeira e trabalhadora de minha cidade natal, mesmo porque, devido às próprias características históricas, é ela a maior vitrina, a maior amostragem do que se passa em nosso País. Mas, também por causa dessas características, creio firmemente continuarem presentes todas as condições de índole e determinação necessárias a São Paulo para continuar no rumo de progresso e grandiosidade que escolheu há 447 anos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o flagelo do desemprego é um espectro que atormenta uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, mas, no contingente dos obreiros em inatividade forçada, os que se encontram em pior situação, inequivocamente, são os desempregados sem qualificação.

Consciente dessa dura realidade, o Governo do Estado do Tocantins investirá, até o final deste exercício, na educação profissional e na qualificação de mão-de-obra.

De fato, serão aplicados um milhão e meio de reais na educação e qualificação profissional de quinze mil trabalhadores, em cento e vinte e dois municípios tocantinenses. Serão contemplados os setores da administração pública, do comércio, da agropecuária, da educação, da indústria, dos serviços, do transporte e do turismo. Os recursos para esse feito são originários do FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador, existindo contrapartida de vinte por cento por parte do Estado.

Temos conhecimento de que o Secretário do Trabalho e Ação Social do Tocantins, Homero Silva Barreto, fará um acompanhamento rigoroso da aplicação dos recursos em questão, a fim de que seja assegurado ao trabalhador, possibilidade de maior acesso ao mercado de trabalho, dando-lhe condições de gerar ou elevar seus rendimentos.

Em assim sendo, ao contrário do que tem ocorrido em algumas Unidades da Federação, no Tocantins, os recursos do FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador vêm sendo exemplarmente geridos ensejando ao trabalhador condições de educação e qualificação profissional, sem o que estarão fechadas as portas que permitem acesso ao emprego.

Fazendo esse breve registro, desejamos nos congratular com o Governo do Estado do Tocantins por essa importante iniciativa que beneficiará quinze mil trabalhadores.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 42 minutos.)

Ata da 7ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de Fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive oportunidade de hoje, pela manhã, comparecer a uma solenidade em Águas Lindas, município próximo a Brasília, no Estado de Goiás, ocasião em que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro Paulo Renato Souza anunciaram, abrindo simbolicamente o ano escolar, a revisão do Programa de Renda Mínima vinculado à educação.

Como se sabe, fui o autor do substitutivo do projeto de lei autorizativo que fizemos aqui no Congresso Nacional, com o qual o Presidente da República concordou, que permitiu implantar o Programa de Renda Mínima vinculado à educação. O Governo dá um recurso em dinheiro às famílias miseráveis para que mantenham seu filho na escola, combatendo simultaneamente o trabalho infantil e educando, alfabetizando e dando instrução a essas crianças.

Agora o programa ganhará uma dimensão nova com os recursos previstos no Orçamento, decorrentes do Fundo de Combate à Pobreza, também de iniciativa do Congresso Nacional. Fui autor do substitutivo e Relator, a partir de sugestões formalizadas de um projeto de emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães e da Comissão Mista de Combate à Pobreza, que contou com o apoio do Poder Executivo e já foi promulgada em fins do ano passado a Emenda Constitucional. Resta-nos agora elaborar a lei que regulamentará esse dispositivo da Constituição. Aproximadamente 9 milhões de crianças vão se beneficiar em todo o Brasil desse programa. A expectativa é de uma despesa da ordem de R$1,3 bilhões. É justamente um vigoroso esforço do Governo para o combate à pobreza e para melhorar o nível de educação das nossas crianças, principalmente das pobres.

Como o Presidente fez questão de destacar, era um programa para deixar bem claro o interesse do Governo em apoiar os programas de combate à pobreza no Brasil. Temos problemas, e graves, mas o Governo não está parado, e sim movimentando-se; ele tem propostas e, efetivamente, estará realizando ações voltadas para esse seguimento da nossa população.

Foi na ocasião também prestada uma homenagem, na pessoa da viúva do ex-Prefeito de Campinas e ex-Deputado Federal José Roberto Magalhães Teixeira, o Grama, e, como sabem, esse programa começou em Campinas. Ele foi a primeira autoridade brasileira a desenvolver um programa de renda mínima vinculado à educação.

O **Correio Braziliense** de hoje publica um amplo material a esse respeito e, na Universidade de Brasília, o tema foi discutido. O ex-Governador Cristovam Buarque foi o executor de um grande programa em Brasília. Muitos outros Prefeitos e Governadores o estão colocando em prática. Porém, cronologicamente, para sermos coerentes com a história sem buscarmos o padrinho da idéia – não é essa a questão, mas, sim, fazer-se um vigoroso e grande programa de combate à pobreza, vinculando o repasse de dinheiro para as famílias pobres que colocarem suas crianças na escola –, o Prefeito Magalhães Teixeira, de Campinas, foi o primeiro a implantar um programa de renda mínima vinculado à educação. Falecido, sentimo-nos ainda mais à vontade para fazermos essa referência a ele, que foi um símbolo, uma figura de destaque do nosso Partido, o PSDB.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Concedo, com grande prazer, o aparte ao Senador Tasso Rosado.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Senador Lúcio Alcântara, associo-me ao discurso que V. Exª faz com tanta propriedade, trazendo-nos notícia tão boa e alvissareira para esta Casa. Ao mesmo tempo,

ressalto a personalidade do grande Estadista Fernando Henrique Cardoso, que sabe que este País só será grande realmente se conseguirmos educar nossa juventude. Sua Excelência procura investir naquilo que de mais difícil e utópico poderia parecer para esta Nação: os mais pobres tendo direito à educação. Nobre Senador Lúcio Alcântara, acrescento mais um ponto ao seu brilhante pronunciamento: além de educar nossas crianças, também estaremos, nesta oportunidade, criando novos empregos, pois, à medida que colocamos as crianças e os jovens no seu verdadeiro lugar, que é a escola, estaremos abrindo espaço para a criação e geração de novos empregos. Era o que tinha dizer, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Tasso Rosado. Fico muito feliz com o aparte de V. Exª, porque V. Exª vem de um Estado pequeno, modesto, pobre, ainda que valoroso, com um povo muito trabalhador, o grande Estado do Rio Grande do Norte.

Lá, como no meu Estado, esse programa, em relação ao que foi implantado até agora, tem uma repercussão enorme, porque R$15,00 para uma família pode parecer um valor ridículo – e é –, mas o nível de pobreza é tão grande no interior dos nossos Estados – eu falo pelo Ceará – que isso tem uma repercussão enorme na família.

Eu conversava recentemente com a responsável pela execução desse programa no Brasil, e ela me dizia que, em alguns casos, o único rendimento certo, garantido, regular que a família tem é o do programa. Isso mostra como nosso povo está carente, Senador Ramez Tebet.

O programa lançado hoje pelo Presidente Fernando Henrique atingirá qualquer Estado, qualquer Município, porque os pobres estão em todos os lugares. Na rica São Paulo, há miseráveis. No grande Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, uma das cidades mais pujantes do Brasil, há pobres, há miseráveis. Anima-nos ver que o Governo não é insensível, que o Governo não está desligado nem divorciado da dura realidade. Diariamente, sejamos Senadores da base governista ou não, falamos sobre isso, trazendo aqui a nossa voz para clamar por providências nesse setor. Então, temos de saudar a implantação de um programa desse tipo.

Convém ressaltar que as duas iniciativas são oriundas do Congresso. O Programa de Renda Mínima vinculado à Educação foi iniciativa dos Deputados e de alguns Senadores. A propósito, eu fui o Relator da matéria e fiz o substitutivo final. Como o projeto era autorizativo, o Presidente da República poderia tê-lo vetado, pois não temos o poder de criar despesa. No entanto, o Presidente o sancionou. Já que os recursos eram muito limitados, tivemos de elaborar um projeto com os pés no chão. O programa teve início e está sendo um sucesso.

De onde vem o dinheiro para contemplar nove milhões de crianças no Brasil inteiro? Do Fundo de Combate à Pobreza, de iniciativa do Senado Federal, mais precisamente do Senador Antonio Carlos Magalhães, proposta de emenda constitucional na Comissão Mista de Combate à Pobreza, cujo Relator fui eu, que elaborei um substitutivo penosamente negociado até obter o apoio das autoridades da área econômica do Governo. Aprovada no Senado, a proposta foi mantida pela Câmara dos Deputados. A emenda constitucional foi promulgada, salvo engano, em dezembro. Agora, vamos elaborar a lei regulamentando a emenda. Mas, o Orçamento já destinou R$1,5 bilhão para Programa de Renda Mínima vinculado à Educação. Portanto, o dinheiro existe e virá dessa fonte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço, com muita satisfação, o aparte de V. Exª.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Lúcio Alcântara, quero prestar meu testemunho de que realmente, como V. Exª acaba de afirmar, o Congresso, muito criticado, tem trabalhado. É pena que, às vezes, a nossa imprensa não mostre trabalhos dessa envergadura. Eu vim do seu Estado e quero prestar-lhe uma homenagem, porque V. Exª tem sido, nesta Casa, uma das vozes mais eloqüentes no combate à miséria, no combate à fome, na defesa da melhoria da qualidade de vida da nossa população. Ao relatar o projeto a que acabou de se referir, V. Exª – e tivemos oportunidade de trocar idéias – pretendeu que o projeto fosse viável. Dizia-se, na época, que não adiantava aprovar um projeto daquela natureza porque não haveria recursos para combater a pobreza no Brasil. E nós respondíamos: como não há dinheiro para combater a pobreza, a miséria, como não há dinheiro para diminuir o número de excluídos se há dinheiro para outras coisas? Ficávamos a indagar. E V. Exª relatou com mestria o projeto de lei que está surtindo efeitos e que está, neste momento, na tribuna a festejar aquilo que não precisa ser festejado, porque é obrigação nossa. V. Exª apenas está dando conhecimento de destinação de recursos do Governo Federal para combater as desigualdades sociais, a miséria e a

fome no Brasil. Essa deve ser a nossa tônica. Lamento que não se propale tanto isso. Muito ao contrário, a mídia está cheia de ataques pessoais e publica mazelas do Congresso Nacional, quando, em verdade, o Congresso Nacional tem trabalhado muito nos últimos tempos. Eu me orgulho disso, Senador Lúcio Alcântara, não por mim, mas por Parlamentares do gabarito de V. Exª, que muito têm feito em favor do povo brasileiro. Não é à toa que eu, visitando o Ceará, constatei o seu grande prestígio. Com toda certeza, o povo do Ceará está lhe fazendo justiça pelo trabalho que V. Exª desenvolveu ao relatar a matéria do Fundo de Combate à Pobreza da maneira como fez e em tantas outras questões, como a dos transplantes, por exemplo, que tanto lhe custou. Era esse o meu aparte a V. Exª. Desejo que este País caminhe sempre para melhor.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Agradeço as palavras de V. Exª, contaminadas pela amizade que nos une, pelo afeto recíproco. V. Exª é um bom amigo que tive o prazer de fazer aqui no Senado. Por isso mesmo, costuma empprestar a suas palavras, quando se refere a mim, uma generosidade que é própria da sua alma.

O que estamos tentando fazer aqui também é reconstituir a história desses projetos. Citei dois dos que conheço, e estão sendo lançados agora pelo Presidente, para mostrar que são iniciativas do Congresso Nacional. A Câmara e o Senado, juntos, o fizeram. Estamos aqui, portanto, produzindo resultados práticos, objetivos. Temos as nossas divergências políticas, há momentos de grande exaltação e ânimo, mas estamos cumprindo com a nossa tarefa. Temos de mostrar que o Congresso Nacional tem dado condições para que o Executivo realize esses projetos, pois executá-los não é tarefa nossa; mas também não podíamos ficar passivamente aguardando que o Governo mandasse propostas. Não! Nós também aqui somos capazes de formular, de ter iniciativa e de desenvolver esse diálogo, que é frutífero, saudável para a democracia dos dois Poderes. Por isso os resultados, como esses dos dois projetos a que me referi.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Com grande prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Lúcio Alcântara, quero associar-me às palavras de V. Exª, que registram o avanço feito pelo Congresso na área social com a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza e o esforço que se travou aqui no Congresso Nacional para obter recursos viáveis que pudessem fazer com que esse fundo se transformasse de uma posição política num quadro efetivo de melhoria e de investimento. Desejo também associar-me às palavras de V. Exª em relação ao ato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro Paulo Renato, enfim pelo Governo Federal, que ampliou o Programa Bolsa-Escola para todo o Brasil. Sem dúvida nenhuma, trata-se de um programa extremamente importante. Pude verificar a rentabilidade desse programa quando Teresa, minha esposa, foi Prefeita em Boa Vista e o implantou. Realmente é um programa de uma força social muito grande. É bem verdade que, em Boa Vista e também no Distrito Federal, o programa repassava um salário mínimo – já o programa federal repassava valor menor do que o salário mínimo. Sem dúvida alguma, isso possibilitará que Estados e Municípios possam fortalecer e complementar até esses recursos. A idéia é que se possa ter uma base mínima para todo o País e, a partir daí, conclamar prefeitos e governadores a multiplicarem esses recursos com recursos próprios dos Orçamentos dos Estados e Municípios. Somo minhas palavras às de V. Exª, um dos símbolos dessa luta, porque relatou a matéria no Senado com extrema qualidade e competência. Portanto, hoje, dá-se um passo concreto para consolidar o que o Senado fez, inclusive aprovando recursos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Parabenizo V. Exª por essa vitória que também é de todos nós.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Senador Romero Jucá, V. Exª fez uma síntese do assunto sob outra ótica, justamente mostrando que às vezes esse valor é tido como um valor pequeno; e realmente é. Em localidades muito pobres, chega a ser um valor que tem um efeito positivo. E os Municípios poderão, a partir desse patamar, associar-se à idéia, mediante um cartão com o qual a mãe poderá receber mensalmente, no banco, na agência de correios ou na agência lotérica, aquela importância, tornando o programa simples, seguro e desburocratizado.

As vezes ficamos insatisfeitos porque entendemos que certas medidas são insuficientes. Muitos acreditaram que esse programa federal era tímido e limitado. Agora, estamos vendo que foram criadas outras condições baseadas na própria experiência e em ações do Congresso Nacional – como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com recursos para expandir o programa.

Então, Sr. Presidente, faço esse registro para ficar bem clara a participação do Congresso Nacional

tanto na criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza quanto no projeto – transformado em lei – do Programa de Renda Mínima, vinculado à educação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por permuta com o Senador Paulo Hartung, por 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho tratar hoje de um assunto extremamente importante para a minha região, que é a reestruturação da Eletronorte, o setor de energia das Regiões Norte e Centro-Oeste – abrangido pelos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Maranhão –, que representa 58% do território nacional. Portanto, a reestruturação da Eletronorte significa a melhoria e a atuação em mais da metade do território brasileiro.

A Eletronorte tem sido muito bem dirigida por José Antônio Muniz Ramos, um técnico da área que tem dado à referida entidade os investimentos, o gabarito técnico, a garantia, a seriedade e a honestidade para fazer com que a Eletronorte dê um salto, como tem ocorrido em sua administração.

Agora, a Eletronorte anuncia a sua reestruturação, o que, num primeiro passo, ainda este ano, fará com que os sistemas do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amazonas sejam incorporados pela Eletrobrás e, também, que a Eletronorte seja dividida em dois sistemas: sistema de geração e sistema de distribuição.

Durante anos os técnicos se debruçaram sobre como reestruturar a Eletronorte para que ela fosse viável. Debatemos neste Senado Federal, inclusive na Comissão de Infra-Estrutura, como se daria a fusão ou a cessão desses recursos e dessas empresas para a Eletrobrás, e agora este processo culmina com o início da sua implantação.

Quero aqui registrar a importância que tem para a região a Eletronorte e, mais do que isso, registrar a importância desse processo de fusão para a Eletrobrás, desses sistemas isolados, como, por exemplo, o sistema de Roraima, que tem a geração termoelétrica de 98 megawatts. Trata-se, portanto, de um sistema ainda pequeno, que carece de fortalecimento, e será fortalecido, porque o Governo Federal está investindo, através de recursos da Eletronorte e da Eletrobrás, para a construção da linha de transmissão de Guri, que vai trazer energia da Venezuela para Boa Vista e futuramente, tenho certeza, para o Estado do Amazonas, portanto os investimentos estão sendo feitos.

Este ano ainda teremos a Bovesa, a empresa de energia de Roraima, sendo assumida pela Eletrobrás. Eu só gostaria de deixar um registro feito: de que os pequenos sistemas, os das vilas de interior, precisam ser tratados como prioridade por parte da Eletrobrás e da Eletronorte, para que não tenhamos nenhum tipo de prejuízo, e, sim, melhoria da qualidade dos serviços implementados para as populações das vilas mais distantes. É bem verdade que quando houver a privatização, esse modelo tem que ser feito de forma muito cuidadosa para não gerar qualquer tipo de prejuízo a esses pequenos sistemas que acabo de registrar.

Ao fazer esse registro da Eletronorte e da sua reestruturação, Sr. Presidente, quero dizer que estaremos acompanhando de perto essa divisão, essa reestruturação, essa assunção das empresas por parte da Eletrobrás para que a população do Norte e do Centro-Oeste do Brasil sejam mais bem atendidas e possam, a par dos investimentos feitos nos últimos anos, ter ainda mais recursos e ainda mais condições de ter energia a baixo custo, duradoura, permanente como impulsionadora do seu desenvolvimento.

Quero também louvar a ação do Ministério das Minas e Energia, da Eletrobrás e da Eletronorte com a Região Norte do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos dias, o País passou a viver um grave conflito comercial com o Canadá, com o qual já acumulávamos uma pendência em relação ao comércio de aeronaves. E agora, há poucos dias, o Governo do Canadá, numa decisão política, sem nenhum fundamento técnico, criou barreiras para a comercialização naquele país da carne brasileira e seus derivados, decisão que foi acompanhada posteriormente pelos Estados Unidos.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de vir a esta tribuna, no início desse processo, e propor a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer,

para que, aqui, no plenário do Senado, pudéssemos discutir essa postura do governo canadense e, ao mesmo tempo, conhecer as medidas adotadas pelo Governo brasileiro e poder discutir um pouco essa questão de relações comerciais no mundo moderno.

O meu requerimento foi aprovado. Teremos a oportunidade de, nos próximos dias – espero que posteriormente à eleição da Mesa –, marcar essa data. Mas quero, aqui da tribuna do Senado, Sr. Presidente, fazer um registro: o prejuízo dessa medida – volto a dizer –, sem nenhum embasamento técnico, essa medida de retaliação, o prejuízo dessa medida ao nosso País é imenso, é difícil de calcular. Mas penso que alguns fatos merecem um relevo nesse episódio:

Primeiro, a reação do nosso País. Entender relações comerciais bilaterais é um assunto um pouco árido, mas todos sentimos que as entidades empresariais reagiram de forma clara, vigorosa, em relação a esse incidente. O próprio Parlamento, as duas Casas se movimentaram. Quanto ao Governo, um pouco tarde aqui e ali, ele próprio reagiu. Creio que podemos jogar um pouquinho de luz, para um país que tem a marca de fragilidade nas suas relações comerciais, nessa reação espontânea, não organizada, do nosso País. Neste Parlamento, na semana passada, diversos Senadores assomaram à tribuna para trazer a sua idéia, o seu protesto e a sua indignação diante da postura do Canadá.

Arrisco-me a dizer, Sr. Presidente, que se desta vez o Brasil errou foi até um pouco no excesso, não na omissão, que faz parte da nossa tradição de disputa, de espaços comerciais e de mercado pelo mundo afora.

Em outro ponto lançarei um pouquinho de luz, para a nossa reflexão, talvez até tentando aprofundar um debate que deve estar presente na agenda de 2001 do Congresso Nacional. Ficou claro também que agimos, mas isoladamente. E esse isolamento deve levar a uma reflexão dos partidos políticos, sejam de Governo ou de Oposição, do Parlamento, das entidades empresariais, sindicais, de trabalhadores, e assim por diante.

Há alguns anos, o País optou pela aliança comercial investindo na criação do Mercosul. Creio que tal opção pela parceria comercial do Mercosul, por diversas razões, Sr. Presidente – falta de convergência das políticas macroeconômicas, desvalorização da moeda no início de 1999 –, não obteve a força que esperávamos.

Jogo luz, Sr. Presidente, num certo isolamento do País não porque isso me traz alegria; pelo contrário, isso me cobre de tristeza e aumenta a minha responsabilidade no sentido de que os brasileiros – a elite política, a elite empresarial, os sindicatos do trabalho – tenham a capacidade de repensar a nossa estratégia externa.

Sr. Presidente, hoje eu estava lendo no jornal **Valor** uma entrevista curta, mas interessante, do ex-Ministro Ricupero, no qual ele mostrava como as normas de funcionamento da OMC (Organização Mundial do Comércio) estão estabelecidas de maneira a prejudicar os países em desenvolvimento que não querem ser só países agrícolas ou não querem só agregar valor a produtos agrícolas; porém, querem ter espaço no mundo da indústria, no avanço tecnológico, no conhecimento da engenharia, como demonstramos na construção desse avião da Embraer. Ele mostrava o problema do crédito.

Pelas normas da OMC – e aí traz com mais clareza ao debate neste País as dificuldades que estamos tendo na comercialização do nosso avião –, um país que tenta buscar taxas de juros similares aos países que são nossos competidores, isso quando vamos colocar o nosso produto no mercado externo, pode ser punido. E é disso que trata o conflito original entre o Brasil e o Canadá: aquele peixe que foi vendido no início do processo de discussão de integração competitiva, de mercado aberto, de redução das barreiras tarifárias, aduaneiras, e que os países que procurassem produzir com baixo custo e com boa qualidade teriam vez no mundo moderno, esse debate traz à luz do dia a fragilidade da nossa parceria, a solidão do País neste momento em que enfrentou tal brutalidade. Essa é uma burrice do Canadá. Este país tentou nos jogar numa posição de país fornecedor de produtos primários sem valor agregado.

Terminando meu raciocínio – até porque o Professor Lauro Campos já me pediu um aparte, que concederei com prazer –, vi hoje no jornal alguém dizendo: "Passou um pouquinho do limite, quase caiu no ridículo; em alguns movimentos, parecia coisa de torcida do Brasil em época de Copa do Mundo". A galhofa pode até fazer sentido, mas acredito que o sinal da reação e até daqueles que chegaram um pouco atrasados para reagir é positivo. Acho que é positivo. Mas fica aí esse sinal de isolamento. Precisamos repensar o Mercosul, saber se nossa adesão à Organização Mundial do Comércio pode ser tão forte. Aquela rodada do milênio, em Seattle, que o Brasil julgou ter tanto peso, chegando até a ser debatida neste ple-

nário, ela fracassou. E os países em desenvolvimento depositaram muita esperança nela. Devemos debater todos esses assuntos.

A convocação do Ministro Celso Lafer, que tive a oportunidade de apresentar o requerimento e o Plenário aprovou, pode ser um espaço e um momento adequado para uma reflexão profunda, será muito menos um espaço para o confronto entre Oposição e Governo e muito mais uma reflexão sobre o nosso País, sobre a produção nacional, que gera emprego, que gera renda e impostos, para que o Brasil tenha espaço em um mundo competitivo e difícil.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Concedo com prazer um aparte ao Senador Tasso Rosado que, pela primeira vez, dá um aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Senador Paulo Hartung, eu gostaria de manifestar, inicialmente, minha posição. Sou a favor da globalização e da economia de mercado. Acredito que dessa forma os povos comecem realmente seu crescimento. No episódio que envolveu o Canadá e o Brasil, acompanhei atentamente todos os debates. Algo chamou-me a atenção: até que o Canadá poderia ter motivos para digladiar-se com o Brasil, pois estava disputando o mercado de aviões. No entanto, os Estados Unidos não poderiam jamais participar dessa luta, ficando solidários com o Canadá, contra um futuro parceiro que seria o Brasil; os Estados Unidos deveriam ter permanecido nessa luta como um conciliador, para inspirar confiança a nós outros da América Latina, da América do Sul. Hoje, o trabalho feito para antecipação da Alca nos faz cada vez mais reticentes. Nem sei mais se 2005 seria o ano adequado para a sua implantação, pois, diante dessa posição adotada pelos Estados Unidos, há uma necessidade urgente, premente de que reflitamos mais sobre o estabelecimento da Alca. Precisamos, antes de tudo, estar absolutamente preparados para enfrentar o mercado internacional. Agradeço a V. Exª pela concessão do aparte, Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS ES) – Obrigado pelo aparte, Senador Tasso Rosado.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT DF) – V. Exª concede-me um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS ES) – Com muito prazer, concedo um aparte ao Professor Lauro Campos, que na verdade é professor de todos nós.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT DF) – Eu agradeço muito a V. Exª pela referência feita à minha modesta pessoa e também pelo fato de que seu pronunciamento de hoje trouxe a oportunidade para que começássemos pelo menos a esfrolar assunto tão importante, embora tratado em apartes breves, ligeiros e não com a profundidade e o tempo que merece. Para mim, em certo sentido, não é novidade nenhuma o que está acontecendo. Na realidade, de vez em quando o processo de globalização ocorre no capitalismo mundial. A própria Revolução Industrial, sem dúvida alguma, foi o segundo momento da globalização. O primeiro foram as grandes descobertas, o movimento para a conquista da periferia, para espoliação da periferia, para dar início à chamada acumulação primitiva de capital. Então, esse processo de exploração, de espoliação, sempre surge quando há problemas graves no centro do capitalismo. É o que está acontecendo nesta mais moderna globalização, acompanhada de "o incrível acontece", depois de a economia cêntrica, principalmente, ter se transformado em grandes monopólios, que comandam os principais setores da atividade no mundo. Já em 1880 um alemão escreveu um livro intitulado A Cartelização dos Monopólios. Nessa época, portanto, já se apontava o fato de os monopólios estarem fazendo acordos entre si, comandando o mundo sobre o poder nacional. O processo não passou despercebido, por exemplo, a um inglês, professor da London School, que escreveu o livro Imperialismo, um Estudo. Foi baseado nesse estudo sobre o imperialismo, feito por esse professor inglês, que Lênin se inspirou e hauriu muitas informações para escrever, por sua vez, o seu livro O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. De modo que esses problemas são muito velhos, muito antigos. Isso é inerente ao capitalismo! Não existe capitalismo "bonzinho". Só na cabeça de pessoas que usam óculos escuros para não ver a luz do dia. Assim, parece-me que, com a falência do capitalismo keynesiano, os Estados Unidos já não tinham mais o opositor do lado de lá. Gilgamesh, o grande monstro norte-americano, já não encontrava um oponente para a sua íbris, para a sua violência, para a sua política de dominação. E, no momento de afirmação de Gilgamesh, não foi criado um irmão para ele, um opositor, um Pedro Collor que contivesse sua violência. Sem a União Soviética, não havia algo que limitasse o poder absoluto dos Estados Unidos. Com isso, não tivemos dúvida nenhuma de que, com esse processo de globalização, nós, da periferia, seríamos submetidos a um arrocho salarial, a um processo de exclusão, de

aprofundamento, de enxugamento. Agora, o FMI mandou a ordem de que o ensino superior no Brasil não deve continuar a ser gratuito. Por coincidência – e não acredito em coincidências –, o Sr. Gustavo Franco, num artigo escrito para a revista **Veja** desta semana, repete esta ordem: acabar com as nossas universidades públicas, "para redistribuir a renda", conforme defende o Fundo Monetário Internacional (risos do orador). Os argumentos são cada vez mais capengas, e a realidade, obviamente, não se conforma a eles. Para abreviar meu aparte, veja V. Exª que temos pelo menos dois tipos de **dumping**: o salarial, aplicado pelos países que não desfrutam de elevada tecnologia. É o tipo de **dumping** utilizado por nossos governos quando arrocham salários, com o objetivo de reduzir custos para entrar na competição internacional. A redução de preços para garantir certa possibilidade de êxito na concorrência internacional é obtida por meio do arrocho salarial – a mais violenta, antiga e conhecida forma de **dumping**. Essa forma foi usada durante muito tempo pelo Japão, por exemplo, como também é utilizada por outros países e por nós, da periferia. O segundo tipo de **dumping** é o tecnológico, adotado pelas economias poderosas, pelos Gilgameshes, pelos grandes centros mundiais, pelos **economically developed countries**, pelos países economicamente desenvolvidos. O que eles fazem? Colocam bilhões e bilhões de dólares na pesquisa, subsidiam 68% dos gastos em pesquisa, como acontece nos Estados Unidos. Este é o **dumping** tecnológico, aplicado por países dotados de uma tecnologia altamente eficiente: o Governo subsidia, mediante gastos em pesquisa, a diferença tecnológica, o que impede que a concorrência internacional seja honesta, decente, que seja realmente uma concorrência entre iguais. E Brasil teve de recorrer às duas formas – essa é a verdade: o **dumping** salarial, demitindo quase todos os funcionários por ocasião das privatizações, para depois recontratá-los pela terça parte dos salários anteriores, reduzindo-se a folha de pagamentos no País inteiro. "Vamos reduzir agora porque existe um 'custo Brasil'" (risos do orador) a que este Governo se refere, usando quase todo o seu potencial de cinismo, dizendo que o Brasil tem de reduzir as despesas com salários e com as demais verbas contratuais: décimo terceiro, férias, aviso prévio, Previdência etc. O Brasil adotou duas formas de **dumping**: o salarial e o relativo à Embraer, que, por meio de subsídios, de doações, de estímulos e da privatização, obteve uma condição privilegiada no mercado mundial. Ao Canadá só restava mesmo adotar uma loucura como esta: apelar para a vaca louca, como se fosse o único recurso para que sua indústria de aviões pudesse concorrer com a Embraer, altamente subsidiada, gozando de duas formas de subsídio: o **dumping** salarial e o **dumping** tecnológico. Quem pensa que vamos encontrar uma globalização com mercado livre está totalmente equivocado. Os episódios da Embraer e da vaca louca são a prova cabal de que, obviamente, o Capitalismo deu alguns passos à frente em relação àquilo que acontecia na Inglaterra, onde quem exportasse um carneiro vivo seria condenado à primeira pena – perder a mão esquerda e os bens. Na terceira reincidência, quem não permitisse que a Inglaterra aproveitasse as suas matérias-primas ao máximo, exportando animais vivos, seria condenado à morte. Continuamos, mais ou menos, com esse liberalismo inglês em ação e em expansão. Peço desculpas à Presidência e ao nobre colega Paulo Hartung pela extensão do meu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Solicito ao Senador Paulo Hartung que conclua o seu pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Lauro Campos o extenso aparte que ofereceu ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, este tema está entrando na agenda política e administrativa do País. Precisamos discutir e conhecer mais profundamente as regras do jogo, a realidade do comércio externo, porque um País como o nosso deve garantir o seu espaço no mundo, porque essa é uma regra fundamental no mundo moderno.

Precisamos ter espaço nos vários mercados importantes que compõem o mundo e capacidade, inteligência, garra e firmeza para garantir o espaço que já conseguimos e ampliá-lo.

É esse o sentido do meu pronunciamento. Evidentemente, trago uma série de preocupações, como o nosso isolamento e com o futuro do Mercosul, que está cambaleando e que não adquiriu a força que o País esperava que essa união obtivesse ao longo do tempo. Essas preocupações têm o intuito de criar e aprofundar o debate sobre esse importante tema, fundamental para o presente e decisivo para o futuro do Brasil, que tem deficitária a sua balança comercial, mesmo depois da desvalorização da moeda.

Ao verificarmos a prestação de contas da nossa balança de pagamentos, constatamos o quão é importante para nós – que privatizamos serviços públicos essenciais e empresas que não produzem serviços vendidos no exterior – termos uma balança comercial superavitária nos próximos anos.

Hoje **O Globo**, em seu caderno de economia, traz uma excelente matéria a respeito desse assunto. Nós, que temos problemas de desequilíbrio de contas externas, que se podem agravar nos próximos anos, temos de redobrar – expressão muito empregada pelo Senador José Alencar – a nossa capacidade e a competência de negociar e de ocupar espaços nos diversos mercados do mundo.

Eram as considerações que gostaria de tecer nesta tarde. Agradeço aos Senadores que me apartearam e que enriqueceram em nível histórico e no que tange a posições político-ideológicas – como fez o Senador Tasso Rosado – o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª, como Líder, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solicito à Mesa que registre o fato histórico ocorrido no dia de hoje e já lembrado nesta Casa pelo Senador Lúcio Alcântara.

O Presidente da República, hoje pela manhã, ao abrir o ano letivo das escolas públicas brasileiras, foi a Águas Lindas de Goiás, uma cidade na periferia de Brasília. Trata-se de uma cidade muito pobre, de quase 200 mil habitantes, que é bem o exemplo do que acontece no interior do Brasil e notadamente nas regiões metropolitanas. Essa cidade nasceu em função da pressão das correntes migratórias, sem infra-estrutura básica compatível com a sua população.

Nessa cerimônia de abertura do ano letivo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Nacional de Bolsa-Escola, que, em 2001, terá recursos de R$1,7 bilhão, garantidos pelo Congresso Nacional quando votou o Fundo da Pobreza e quando o incluiu no Orçamento Geral da União.

Sr. Presidente, há seis anos, no Brasil, 11% das crianças entre sete e quatorze anos estavam fora da escola. O Governo fez uma série de ações, uma série de políticas públicas, investiu nas escolas, criou o Fundef para melhorar o salário do professor principalmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, mudou a merenda escolar, alterou totalmente o programa do livro didático, está informatizando as escolas, enfim, adotou uma série de programas e conseguiu reduzir de 11% para 3% o número de crianças fora da escola.

Estudiosos desse assunto no mundo inteiro registram que, poucas vezes na história do Brasil, se fez um esforço tão continuado quanto agora para investir na educação e para inserir, por meio da educação, uma parcela importante da população historicamente excluída. Fizemos muito. Temos hoje praticamente 34 milhões de brasileiros, entre sete e quatorze anos, regularmente matriculados e freqüentando aulas na rede de ensino fundamental.

Mas não podemos cruzar os braços. Ainda restam 3%, que significam um milhão de brasileiros entre sete e quatorze anos que estão fora da escola e que podem estar no trabalho infantil e muitas vezes forçado. É preciso fazer alguma coisa. Essa é a nossa utopia. Esse desafio é de todos nós.

O Prefeito Magalhães Teixeira, nos idos de 1992, implantou em Campinas um programa que visava tirar a criança do trabalho infantil e colocá-la na escola, remunerando sua família, desde que aquele aluno tivesse freqüência integral na escola, de tal sorte a erradicar o trabalho infantil e a adotar um projeto de renda mínima vinculado à educação. Deu certo, e esse programa expandiu-se para o Brasil. Foi para Ribeirão Preto e para vinte e uma outras cidades do interior do Brasil.

Aqui em Brasília, a partir de 1995, foi expandido e ganhou notoriedade nacional, até pela prioridade que lhe foi dada pelo então Governador, Professor Cristovam Buarque.

Aliás, o ex-Governador teve a gentileza de me remeter um livro nascido de um grupo de estudos brasileiros da Universidade de Brasília, de 1984, 1985, 1986, grupo, portanto, que já completa 15 anos. Pois esse grupo, do qual fazíamos parte eu e ele, talvez seja o responsável pelo primeiro registro da idéia de um programa – que não tinha este nome à época – de bolsa-escola.

Não importa aqui discutir o DNA do programa, saber onde ele começou. É provável que essa idéia tenha sido discutida inicialmente na UnB; o Prefeito Magalhães Teixeira provavelmente deve ter sido o primeiro a implantá-lo; depois, o Governo de Brasília, que o levou a várias cidades brasileiras. O que importa é que se trata de um programa testado com sucesso em várias cidades brasileiras.

Sr. Presidente, a corrupção na Administração Pública é sempre execrável; mas mais ainda quando

na área social. E o Governo de Goiás conseguiu algo fantástico: evitar qualquer tipo de desvio. E o que fez o Governo de Goiás? Instituiu um cartão eletrônico com o qual, no Programa de Renda Mínima, a mãe do aluno recebe diretamente do banco, em dinheiro, sem nenhum tipo de intervenção, sem nenhuma interferência política.

Reunindo todas essas experiências, o Deputado Nelson Marchezan apresentou um projeto na Câmara dos Deputados universalizando o Programa Bolsa-Escola. Aqui no Senado, o Senador Lúcio Alcântara e eu apresentamos projeto semelhante. Juntados todos, o projeto foi aprovado no Congresso e o Presidente o sancionou.

Independente da discussão do DNA – repito –, a grande realidade é que o Presidente da República teve a coragem de lançar hoje esse programa para todos os Municípios brasileiros. Todos os 5500 Prefeitos brasileiros, a partir de hoje, poderão inscrever-se no programa do Ministério da Educação e dizer: "No meu Município, há famílias carentes e mil crianças não estão indo à escola porque estão no trabalho." Temos um projeto que garante a presença dessas crianças na escola por meio do Programa de Renda Mínima. O Governo Federal pagará integralmente essa bolsa-escola e o Governo municipal dará a contrapartida com construção, reforma de escola ou qualquer serviço social que beneficie a população mais pobre.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chegou a hora de nos unirmos em um grande esforço, independente de partidos políticos, para que nenhuma criança brasileira, entre sete e quatorze anos, fique fora do ensino fundamental, fora da escola.

Para tanto, Sr. Presidente, apresentarei à Mesa ainda hoje um projeto de resolução com a idéia de criarmos aqui o Prêmio João Calmon. Por que João Calmon? Porque este Senador dedicou 24 anos de mandato, toda a sua vida pública brigando pela educação no Brasil; foi o autor da emenda constitucional que vinculou recursos para a educação nos Estados, nos Municípios e na União. Em homenagem a este grande brasileiro, estou sugerindo que o Senado Federal vote esse projeto e anualmente esta Casa da Federação confira uma premiação, numa homenagem, ao Prefeito ou aos Prefeitos que conseguirem atingir a meta de, em seu Município, não haver uma criança se quer, entre sete e quatorze anos, fora da escola. Os Prefeitos que atingissem essa meta seriam homenageados pelo Senado Federal.

Com isso, talvez um dia – sonhar não paga imposto, é perseguindo ideais que avançamos –, todos os Prefeitos brasileiros lograrão essa meta.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que a marca maior do nosso tempo será o dia em que tivermos todos os brasileiros, independente de cor, raça, credo, classe social, local de moradia, freqüentando a escola e com dignidade. Com a complementação de renda mínima, tenham alimentação em casa e possam adquirir melhores níveis de aprendizado. Essa será, sem dúvida, a grande revolução da educação no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, estou apresentando à Mesa esse projeto de resolução, para que seja apreciado pelos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Melo. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna pretendendo tratar de dois assuntos, caso o poder de síntese, que em geral me falta, apareça durante este pronunciamento.

O primeiro deles é relativo à querela entre nós e o Canadá; o segundo, a tentativa de partilhar com os meus Pares preocupações que tenho em torno da eleição do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados, que se realizará esta semana.

Com relação à questão do Canadá, apresentei a esta Casa um requerimento de informações em que peço que se solicite ao Sr. Ministro da Defesa informar se existe, na execução do contrato para implantação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), a cargo da empresa Raytheon, fornecimento de equipamentos, materiais ou prestação de serviços de qualquer natureza pela empresa Bombardier do Canadá ou qualquer das suas subsidiárias, estejam elas no Canadá ou em qualquer outro país do mundo.

Para facilitar esta pesquisa, relacionei 21 subsidiárias da Bombardier no Canadá, nos Estados Unidos, na Áustria, na Alemanha e na Irlanda do Norte, empresas como a Learjet, a Beetcraft, que pertencem à Bombardier. Explico, ao justificar o requerimento, que a Raytheon mantém, em várias partes do mundo, estreitas relações de negócios com a Bombardier, sendo incerto se existe ou não participação acionária de uma empresa no capital da outra.

As razões que levam um Parlamentar brasileiro a querer conhecer essas informações são mais ou menos óbvias. Entendo que nesse episódio, quando tanto se fala da imaturidade do Governo brasileiro em questões internacionais graves, o Brasil tem tido mais maturidade que um país com o passado, a cultura e o perfil do Canadá.

Nosso País poderia ter tido, logo após a sua primeira derrota na discussão, na luta, na disputa entre a Bombardier e a Embraer, uma iniciativa que não teve. Somos importadores de trigo canadense, mas nosso grande fornecedor é a Argentina – a participação do Canadá já foi mais importante. Se o Canadá perdesse o mercado brasileiro, não seria um desastre para ele, mas se expressássemos, em relação ao trigo canadense, a mesma dúvida de natureza sanitária expressada por aquele país em relação à carne brasileira, provavelmente o prestígio do trigo canadense no resto do mundo fosse abalado como foi o da carne do Brasil.

Que dúvida poderíamos ter, e é lícito que tenhamos, em relação à qualidade do trigo canadense? A produção e o consumo de alimentos transgênicos é objeto de uma controvérsia científica no mundo. E o Brasil, até que se esclareça em bases científicas confiáveis essa controvérsia, admite a utilização de transgênicos apenas para fins de pesquisa. Poderíamos, com justa razão, dizer: não é que temos dúvida de que o trigo canadense seja transgênico, é que não temos certeza de que não é. Quem sabe se justificasse a ida de uma equipe técnica do Brasil ao Canadá para inspecionar a produção de trigo e tranqüilizar o Brasil e o mundo, inclusive os países consumidores de trigo, que não aceitam, principalmente na Europa, a presença de transgênicos na sua mesa; para nos tranqüilizar, para sabermos que não estamos comprando trigo transgênico do Canadá.

O Brasil não teve esse tipo de iniciativa, mas assistiu a um país que se diz maduro, civilizado, sério, fazê-lo da forma mais emocional, mais irresponsável, mais injustificável, criando um problema para o Brasil, que, de acordo com estimativas da sociedade rural brasileira, já produziu para o setor pecuário brasileiro um prejuízo estimado, hoje, em US$1,7 bilhão.

Em que consiste, como se compôs esse prejuízo? No simples fato de que o esfriamento das compras internacionais de carne brasileira aumentou a disponibilidade no mercado interno, derrubando os preços internos da carne. Por um lado, perdemos vendas no exterior e, por outro lado, assistimos, já após a iniciativa do Canadá, a uma redução da ordem de 7% nos preços internos da carne brasileira. Isso significa uma redução de 7% nas receitas do setor pecuário do Brasil, em virtude de uma simples guerra entre a Bombardier e a Embraer, porque a Bombardier não aceita o apoio que a Embraer recebe no Brasil e, por outro lado, não permite que se considerem subsídios os favores extraordinários que recebe no próprio Canadá e que promovem uma redução importante nos seus custos.

Por tudo isso, creio ser necessário e oportuno sabermos se a Bombardier é, hoje, fornecedora de alguma coisa ao Brasil, porquanto existe, no mundo, muita possibilidade de substituição de seus produtos, sejam eles materiais, equipamentos, serviços, por outros fornecedores. Seria lícito, até que se chegue a um desfecho decente nesta discussão com o Canadá, que começássemos a fechar não apenas uma, mas todas as portas com que hoje nos comunicamos com os interesses daquele país.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Pois não, nobre Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senador Geraldo Melo, farei um rápido aparte, porque desejo vê-lo comentar o segundo tema, que trata justamente do problema político que vivemos no interior das duas Casas. Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa do requerimento, que considero muito oportuno. No fundo, acredito que o tema é tão importante no mundo moderno que, muito cedo, o Parlamento passará a acompanhar com detalhes de quem compramos e para quem vendemos. Desejo também parabenizá-lo pelo conteúdo do pronunciamento, mostrando a posição que o Brasil vem adotando no embate com o Canadá no que se refere ao fornecimento de aviões, principalmente o conflito no mercado americano. Resta uma dúvida: não sei se o que V. Exª considera equilíbrio das autoridades brasileiras é um pouco de imobilismo em relação a reagir e disputar com agressividade e com firmeza, como outros disputam, os diversos mercados no mundo. Apesar da dúvida que tenho, quero parabenizar V. Exª pelo conteúdo do pronunciamento e pelo requerimento. Ao final de um mandato como Vice-Presidente do Senado Federal, exercido com muita competência e tranqüilidade nos vários momentos em que foi demandado a decidir e agir, acredito que seremos brindados, muitas vezes, pela atuação de V. Exª nas comissões e principalmente no plenário, como brilhante orador que é. Era o aparte que gostaria de fazer ao seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Hartung, pelas palavras generosas. Desejo justificar que entendo que o Governo brasileiro não tomou uma iniciativa de destemperança, como a do Canadá, por entender que as regras do jogo internacional não comportam o absurdo cometido por aquele país. Pretendi apenas mostrar que, fôssemos nós um pouco mais irresponsáveis, um pouco mais levianos, poderíamos ter tomado uma atitude inteiramente simétrica àquela tomada pelo Canadá, provavelmente causando aos interesses daquele país prejuízos muito maiores do que a medida tomada em relação à nossa carne irá causar.

Eu vou encerrar este assunto dizendo que se há alguma coisa realmente séria, merecedora de atenção neste episódio que nós, brasileiros, não podemos transformar numa disputa estudantil, numa luta entre grêmios escolares – são duas nações importantes e respeitáveis – é o papel da Organização Mundial do Comércio neste processo. Nós, que a ela aderimos na certeza de estarmos ingressando em um fórum que resolveria e harmonizaria as difíceis relações de interesse no mundo comercial, não podemos assistir de braços cruzados a um desempenho da OMC que apenas consagre a eternização das relações de dependência entre as economias emergentes e as economias maduras e desenvolvidas do mundo. É bastante discutível a isenção da OMC ao apreciar a primeira parte deste processo, quando deu ganho de causa à Bombardier numa disputa em que o direito que a ela cabe é, no mínimo, tremendamente discutível.

Agora, permita-me a Casa ingressar em um território mais delicado.

Estamos às vésperas de uma eleição para a Presidência da Casa. Caminhamos dentro desse processo. Eu, como cidadão e como Senador, tenho a sensação do peso que representa o olhar da sociedade sobre nós. O povo nos vê, nos ouve, nos assiste, nos acompanha e nos julga. Eu olho para o que está ocorrendo hoje no Congresso Nacional sem poder reprimir a lembrança da luta de tantos anos que terminou me colocando aqui: os pronunciamentos e os discursos que proferi, os momentos de convívio com a população, a alegria de ver brotar na relação com o povo um sentimento de confiança e de esperança, que naturalmente está no espírito de cada um de nós. Não foi apenas comigo. Talvez eu seja o mais humilde de todos aqueles que passaram por esse privilégio da unção do voto popular. Não foi apenas comigo, foi com todos nós. O povo está lá nas suas casas olhando os seus representantes, as pessoas que escolheu para falar em seu nome; e está acompanhando esse processo.

Às vezes, chego aqui, vejo ali a imagem serena de Rui, e fico pensando se é que, como diria Camões, "lá onde eles se encontram, memória desta vida se consente? O que estariam pensando hoje homens como Rui Barbosa, Afonso Arinos, Tancredo Neves – estou me referindo ao Parlamento como um todo, e não apenas ao Senado –, Ulysses Guimarães, Darcy Ribeiro, Gustavo Capanema, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Benedito Valadares, Otávio Mangabeira. E, mais recentemente, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, o que estarão pensando sobre o fato de nós – que, se não somos, deveríamos ser ou deveríamos tentar ser a elite política do Brasil – não conseguirmos encontrar uma solução para um problema essencialmente político. O problema que estamos discutindo e que está nos dividindo não é um problema de engenharia, não é um problema de pesquisa espacial, não é o de fazer opções de alta tecnologia; o problema que está sendo discutido é um simples problema político, sobre o qual se supõe que tenhamos nós a experiência, o conhecimento e o talento necessários para lidar com ele.

Não posso tratar desse assunto incorporando ao que estou dizendo nenhum dos juízos de valor ou dos julgamentos pessoais que se têm feito nesse processo. Não é objeto do meu interesse ou das minhas palavras avaliar personalidades ou julgar pessoas, porque, se eu fosse julgar os defeitos dos outros, eu precisaria começar pelos meus e talvez descobrisse que eu mesmo não estava em condições de julgar ninguém. Não é isso e não é disso que se trata.

Trata-se apenas de que o Parlamento brasileiro permitiu que se disseminasse nesse processo um componente emocional tão profundo que, de repente, começamos a perder o senso dos limites. De um lado, vejo um Partido querendo afastar da Presidência dos trabalhos o Presidente do Senado, que seria suspeito para presidir uma eleição para a escolha de seu sucessor; de outro lado, vejo outro Partido querendo adiar as eleições da Câmara; e, ainda de outro lado, vejo se multiplicarem as fitas de denúncias e vejo também declarações tristes, que, nos últimos dias, passaram a ser declarações sobre um assunto que nem ao menos se discute nessas declarações.

Então, nesses quatro anos em que tive o privilégio de pertencer à Mesa Diretora do Senado, procurei dar à minha responsabilidade de Vice-Presidente desta Casa o melhor de mim mesmo, procurando ter senso de equilíbrio. Quando era necessário exercer

autoridade, não receava exercê-la, mas nunca me deixei possuir pela síndrome que, às vezes, acomete os Vice-Presidentes de pensarem que são Presidentes. Essa síndrome não me afetou. E, durante quatro anos, para minha honra e para meu prazer como Senador, convivi com o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Levo desses quatro anos a lembrança de uma experiência riquíssima. E um dos componentes mais fortes dessa experiência é a minha certeza de que quem vai para a Presidência do Senado ou da Câmara tem a primeira e soberana obrigação, o primeiro e soberano dever de defender a Instituição. Defendê-la não é apenas armar barricadas lá fora para evitar que venham fechá-la ou varrer seus pisos em busca de bombas que destruam os edifícios. Não. Defendê-la também é preservar a sua imagem, o seu conceito na sociedade; defendê-la é preservar a credibilidade da Instituição; defendê-la é demonstrar que, como não existe democracia sem Congresso, este País tem Congresso e precisa continuar a tê-lo, e o Congresso precisa continuar sendo uma Casa que, com todos os seus defeitos, talvez até por sua total visibilidade, recebe a crítica, mas também o reconhecimento da sua importância e da sua necessidade. Não podemos permitir que essa imagem se decomponha, sob pena de nós mesmos termos que sair às ruas e percorrer, no sentido inverso, o caminho que nos trouxe aqui, batendo na porta das casas das pessoas que acreditaram em nós, a fim de lhes dizer que não deveriam ter acreditado.

Acredito que a maior responsabilidade de quem vai, a partir de amanhã ou depois de amanhã, assumir o comando do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados é a de preservar esta Instituição. Como vejo hoje que a imagem da Instituição está se comprometendo antes do início da gestão dos seus futuros dirigentes, penso que quem se apresenta como candidato a Presidente da Câmara e a Presidente do Senado deve demonstrar, antes mesmo da eleição, o seu compromisso com a preservação da Instituição.

Que resultado prático pode ter o que estou dizendo aqui? Sei que nenhum. Os mais experientes, os mais sabidos, os mais espertos, talvez até estejam me ouvindo e considerando que este é apenas o discurso ingênuo de um homem que já não tem idade para ser ingênuo. Porém, a minha experiência política não foi suficiente para dobrar a compulsão de fazer aquilo que julgo ser o meu dever no dia de hoje. Trata-se de um apelo simples, um apelo que faço com humildade; um apelo que faço consciente de que a minha tarefa junto à Mesa do Senado terminou praticamente; um apelo que faço como brasileiro; um apelo que faço como Senador. A classe política, presente no Senado e na Câmara pelos Senadores e Deputados, tem nas mãos um problema político. Por que os candidatos, por que os Presidentes de Partido, por que os Líderes de Bancada não reconhecem que o tempo que falta é pouco e que se eles se sentarem em torno de uma mesa e tirarem de dentro do seu coração a experiência, a capacidade política, o amor ao Brasil e o dever de defender esta Instituição, vão reconhecer que esse assunto precisa ser rediscutido a partir de hoje e que o talento deles será capaz de apontar um caminho que dignifique esta Casa, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ocupar o tempo para, mais uma vez, voltar a um assunto que, sob certo aspecto, levou o nosso País a se reencontrar momentaneamente com seu espírito de brasilidade, de civismo, de nacionalidade.

Na verdade, o **affair** da carne, o **affair** da vaca louca, o **affair** da retaliação que o País sofreu – retaliação que foi uma calúnia, uma injúria por parte de uma das maiores potências do mundo, o Canadá – mexeu com os brios do povo brasileiro, como a dizer que o nacionalismo ainda existe no Brasil.

A defesa dos nossos interesses esteve presente mediante as vozes mais autorizativas do Congresso Nacional. Reagiu o Congresso Nacional, reagiram as classes produtoras e reagiu a nossa Imprensa, a qual merece os nossos elogios; reagiu também, de forma enérgica, o Presidente da República.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna não para repetir os argumentos já usados aqui em defesa do nosso País, mas apenas para dizer que esse caso é um alerta, é a ponta de um **iceberg** – para nós brasileiros é o fio da meada – a chamar nossa atenção para que cuidemos do Brasil. Essa foi realmente a primeira reação ostensiva das grandes potências a uma caminhada do Brasil, a uma trajetória de nosso País para penetrar em áreas tecnológicas, deixando sua posição de mero produtor e exportador de matérias-primas.

Essa manobra do Canadá, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocorreu às claras, com todas as letras, significando que o crescimento das exportações brasileiras está incomodando muito os países mais de-

senvolvidos. Note-se que o Brasil e o Canadá ocupam quase a mesma posição no **ranking** internacional: estão entre a 8ª e a 10ª economia do mundo. É justamente esse país, próximo de nós nessa concorrência mundial de potência econômica, de economia que muito se assemelha à nossa, que pratica contra o Brasil aquilo que muitos classificam de retaliação. Todavia, não tenho dúvida ao afirmar que se trata de uma torpe campanha desencadeada por aquele país contra nós.

Foi uma briga pelo comércio de aviões que motivou isso?

Seja qual for a motivação, Sr. Presidente, a verdade é que foi uma motivação cruel, mesquinha, porque mentirosa. Ela atingiu em cheio o Brasil, que é vanguardeiro em produção de carne, cuja exportação é responsável pela geração de US$8 milhões. Foi exatamente nesse ponto que o Canadá resolveu caluniar o nosso País.

Dirão muitos: mas isso é uma mentira! Os técnicos do Canadá estão vindo ao Brasil e logo vão certificar-se de que isso é uma calúnia e que foi um erro do Canadá.

No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a atitude do Governo canadense já nos causou graves prejuízos. Não tenho a menor dúvida disso.

Lembro-me de que Emile Zola, ao defender o Capitão Dreyfus, que, acusado de trair a França, foi posteriormente inocentado, escreveu: "Caluniai, caluniai; sempre ficará alguma coisa". O Canadá esqueceu os mais comezinhos princípios da Diplomacia e investiu, de forma arrogante e torpe, contra o Brasil e os brasileiros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiquei admirado – não surpreso – com a reação do Congresso Nacional e de todas as nossas autoridades, porque esse sentimento de brasilidade está presente em todos nós. Vi com alegria que a Diplomacia brasileira está agindo.

Mas ocupo esta tribuna para fazer um alerta, em face dessa lição que nos foi dada: já que a globalização é muito cruel, precisamos adotar imediatamente mecanismos de defesa da economia nacional, que se está desenvolvendo. É preciso entender que as relações entre os países não são ingênuas; são relações difíceis, e o Brasil precisa estar preparado para defender-se na sua caminhada rumo ao desenvolvimento.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muita satisfação, ilustre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Quero mais uma vez solidarizar-me com V. Exª pela densidade do seu discurso. É claro que todos nós estamos notando que o fio filosófico condutor do seu discurso é mais do que uma simples manifestação; V. Exª defende o nosso País, e eu não poderia deixar de manifestar-lhe a minha solidariedade.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral, pelo seu aparte.

Digo que precisamos nos antecipar aos fatos. Como? Eu me recordo de que o Senador Geraldo Melo, ao ocupar a tribuna, disse que havia feito um requerimento solicitando informações a respeito do Projeto Sivam. S. Exª indagava se esse projeto fazia referência a algum contrato entre o Brasil e alguma empresa canadense, seja de que natureza for, para aquisição de aviões ou de outras mercadorias incluídas no Projeto Sivam, que tive a honra de relatar nesta Casa. Hoje vejo que é um projeto indispensável à defesa da soberania nacional.

Em verdade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando relatei aquele projeto, além de defender que o Senado deveria dar o seu consentimento para a contratação do empréstimo, entrei no mérito do Projeto Sivam, o qual tinha um conteúdo verde/amarelo, um conteúdo nacionalista. Percebi que esse Projeto nos ajudaria a conhecer imensa parte do território brasileiro, talvez ainda desconhecida de todos nós, mas cobiçada alhures, cobiçada alhures, cobiçada além-fronteiras pela riqueza que representa a região Amazônica.

Defendi, naquela ocasião, um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, assim como tenho defendido, nesta Casa, um projeto de desenvolvimento para a região do Pantanal e que o projeto de crescimento, de desenvolvimento e de progresso para este País tem de, necessariamente, ser dirigido para o interior, eliminando as nossas desigualdades regionais e sociais.

Penso que esse episódio que envolve Brasil e Canadá serve para nos alertar para o fato de que devemos realmente avançar em direção ao interior, principalmente em direção à região Amazônica, Senador Bernardo Cabral, que V. Exª tão bem representa nesta Casa, apresentando um projeto de desenvolvimento para o Norte brasileiro, a fim de que possamos evitar a cobiça que hoje recai sobre aquela porção do Território Nacional.

Lembro o ex-presidente francês, François Miterrand, a propósito mesmo da Amazônia, quando afirmou ser o conceito de soberania hoje muito relativo, pois quem não toma conta do que é seu não pode exigir que os outros não se aproveitem das riquezas existentes. No caso, volto a repetir, ele se referia precisamente à região Amazônica.

Então, está na hora de este País acordar e colocar em prática esses projetos de desenvolvimento. A única forma de fazermos isso é cuidando de nossas empresas, de nós mesmos, da nossa soberania, construir uma nação que dependa do esforço, do suor e do trabalho de seus próprios filhos, os brasileiros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em relação a essa questão da carne, falo pelo Estado do Mato Grosso do Sul, o qual represento. Imaginem V. Exªs o prejuízo que essa retaliação está causando ao Estado que é o maior produtor de carne bovina deste País, que possui 24 milhões de cabeças em seu rebanho! Imaginem V. Exªs quantos contêineres estão parados em nossos portos em razão dessa calúnia que o Canadá espalhou pelo mundo inteiro contra o Brasil!

É fato, Sr. Presidente, que, com essa história de doença da vaca louca, algo ficará contra nós: haverá sempre aquela dúvida, até mesmo entre nós, brasileiros, sobre se essa afirmativa canadense é verdadeira ou mentirosa; contudo, uma afirmativa com a qual o Canadá nos agrediu frontalmente.

Por isso mesmo, estou defendendo, nesta Casa, um projeto de desenvolvimento para o Pantanal. Trata-se de um projeto, em andamento, pelo qual se destina uma verba de R$400 milhões, sendo R$200 milhões para o Estado de Mato Grosso e R$200 milhões para o Estado de Mato do Sul. Todavia, essa iniciativa ainda não saiu do papel, precisando, pois, ser colocado em prática imediatamente a fim de que possamos promover o desenvolvimento de uma região tão rica como a do Pantanal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assomo à tribuna em defesa daquilo que é nosso, para dizer que um pouco de nacionalismo ainda faz bem nesse mundo de globalização. Precisamos aprender a gostar mais de nós mesmos e nos anteciparmos aos fatos. Será que aguardaremos outra retaliação contra o Brasil para proferirmos aqui os nossos discursos, para formarmos uma comissão de Parlamentares e irmos às embaixadas formalizar os nossos protestos em defesa dos interesses nacionais? Acredito que não, Sr. Presidente.

Tenho repetido que devemos estar atentos a essa globalização, que, apesar de sabermos irreversível, é muito cruel. Nesse mundo de negócios, ninguém abre as asas para ninguém. O Brasil, se quiser continuar exportando e melhorando a sua balança de pagamentos, precisa realmente adotar mecanismos de defesa dos nossos produtos, aproveitando todas as riquezas, inclusive as encontradas no Pantanal e na região Amazônica.

O Estado de Mato Grosso do Sul não está brincando; o assunto é muito sério! V. Exªs sabem qual o prejuízo causado ao Estado do Mato Grosso do Sul pelo fechamento das barreiras em virtude da febre aftosa? Mais de R$500 milhões. Desde janeiro de 1999, por causa do comércio internacional, ficamos nessa situação, com as barreiras fechadas, sem a permissão necessária ao trânsito do rebanho de Mato Grosso do Sul para outras Unidades da Federação. Recentemente, mais precisamente na semana passada, o Sr. Ministro da Agricultura assinou – eu estava presente – uma portaria liberando esse trânsito. Pensei, então, que Mato Grosso do Sul estava livre do problema da febre aftosa; porém, ainda hoje, recebi correspondências dos meus conterrâneos, pedindo-me que tomasse as providências cabíveis, pois a referida portaria ficou no papel. Até agora, a Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul não está concedendo a competente licença para que o nosso gado seja vendido para São Paulo ou para outras Unidades da Federação – é a eterna burocracia emperrando os progressos e o desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devemos sair, às vezes, do campo da subserviência e reagir mais frontalmente. A nossa diplomacia precisa ser mas aguerrida no plano internacional; precisamos lutar mais pela defesa dos interesses do nosso País. Dispomos de um excelente corpo diplomático, do qual temos muito de nos orgulhar – e não há que se duvidar do patriotismo dos nossos representantes, em qualquer esfera, seja no Poder Legislativo, no Judiciário, no Executivo ou no corpo diplomático –, mas se não houver um pouco mais de arrojo e audácia em defesa daquilo que nos pertence, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estaremos, de tempos em tempos, com problemas como esse com o qual o Canadá, de forma injusta, provocadora, caluniosa, atentou contra a dignidade dos brasileiros.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com toda a certeza, Senador Leomar Quintanilha; é uma honra ouvi-lo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Ilustre Senador, desculpe-me interromper o brilhante pronunciamento que V. Exª traz à Casa e que nos envolve a todos, ante a preocupação, primeiramente, com a soberania nacional. Temos que nos levantar, efetivamente, de forma veemente, dura e inquestionável, quando se trata de resguardar a soberania nacional. Por outro lado, temos que, da mesma forma e com a mesma veemência, defender a qualidade da nossa carne, indubitavelmente uma das melhores do mundo, uma vez que é produzida a pasto – é o chamado "boi verde" do Brasil, criado sob as melhores condições com que se pode criar os animais. Vê-se, nobre Senador, nessa atitude do Canadá, um propósito inconfesso. Na verdade, não se trata apenas de uma preocupação com a qualidade da nossa carne; a imposição de barreiras sanitárias, capitaneada pelo Canadá, ao nosso produto é uma resposta, talvez uma manifestação de surpresa, pelas conquistas tecnológicas brasileiras, que colocaram a empresa Bombardier canadense, produtora de aviões a jato, preocupada, pois encontrou uma concorrente à altura no mercado: a Embraer, que está produzindo o ERJ-145, jato para vôos regionais, de altíssima qualidade, de tecnologia de ponta e que vem despertando a grande preocupação em uma disputa de mercado internacional. E o que faria o Canadá para concorrer, para retaliar, para criar dificuldades à concorrência leal que a Embraer está fazendo? Criar dificuldades nos outros setores de exportação como o da produção da carne. O Estado de V. Exª está extremamente prejudicado porque a pecuária é uma das principais fontes da sua economia, assim como o meu. Por essa razão, estou convencido, Senador Ramez Tebet, de que esta Casa, o Governo brasileiro, o Congresso Nacional como um todo haverão de responder à altura, como já estão respondendo as nossas autoridades diretamente ligadas à questão. A Chancelaria brasileira está respondendo à altura às declarações inoportunas e inadequadas feitas pelo Canadá. Haveremos de resgatar a credibilidade que o Brasil tem com relação à qualidade da carne bovina brasileira exportada não só para o Canadá, a qual não oferece nenhum risco à saúde humana, preocupação levantada pelo Canadá. Portanto, Senador Ramez Tebet, receba os meus cumprimentos, a minha homenagem e a minha solidariedade nessa luta que não é somente de V. Exª, mas de todos nós desta Casa e do Congresso Nacional.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Leomar Quintanilha, V. Exª analisa a questão com extrema categoria. É claro que o problema é de concorrência comercial. Todos temem o avanço do Brasil, país rico, de solo fértil. Quando eu falei na Amazônia e no Pantanal, referi-me a duas regiões que possuem a substância, a mercadoria que vai valer mais do que ouro e mais do que o petróleo daqui a alguns anos, que é a água. Devemos ter um projeto de desenvolvimento para essas e outras regiões mais pobres do nosso Brasil, a fim de eliminarmos as desigualdades regionais. Podemos crescer ainda mais.

V. Exª acentuou muito bem: o problema é de concorrência. Mas esse não é um fato isolado; outras atitudes surgirão. É por isso que estou chamando a atenção de todos. Classifico criminosa essa manobra do Canadá porque caluniosa, surge num momento em que ele estava perdendo terreno para a aviação comercial brasileira.

Vejam a coincidência: o Canadá e o Brasil possuem, praticamente, o mesmo potencial econômico, ambos estão entre as maiores potências econômicas do mundo. Só que o Canadá faz parte do Grupo dos Sete, é considerado um país desenvolvido. Nós temos uma riqueza em potencial, da qual precisamos cuidar e defender desde agora, para que ela não nos seja surrupiada pelas nações mais poderosas.

Sei que V. Exª conhece bem o problema da carne. Volto especificamente ao assunto. V. Exª muito me honrou com um breve aparte. V. Exª representa o Estado de Tocantins e sabe que o nosso rebanho é dos melhores do mundo. O rebanho bovino de Mato Grosso do Sul é o maior, e o de Tocantins não fica muito atrás.

Precisamos de uma solução urgente, em defesa daquilo que é nosso, em defesa dos criadores, dos produtores que aprimoraram o nosso rebanho. Temos que prestar uma homenagem ao produtor rural do Brasil, ao criador do Brasil, pela qualidade do produto brasileiro, infelizmente afetado por uma calúnia. Volto a afirmar: da calúnia sempre fica alguma coisa.

O Canadá, Senador Leomar Quintanilha, prejudicou consideravelmente o Brasil, apesar de acreditar que, com um lastro de bom senso, ele devia era pedir desculpas ao mundo inteiro por cometer injustiça tão grave contra o nosso País. Mas essa desculpa vai chegar um pouco tarde, porque prejuízos ele já deu à nossa economia.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Romeu Tuma.

Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, V. Exª haverá de compreender que preciso conceder o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tenho certeza de que o eminente Senador Romeu Tuma será muito breve.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Serei breve, Sr. Presidente. Apenas desejo cumprimentar o Senador Ramez Tebet pela sua eloqüência e pelos constantes discursos que faz em defesa dos interesses nacionais. Enquanto V. Exª fazia uso da palavra, recordei-me de um fato muito angustioso: o Canadá lutou, neste plenário e na Câmara, para aprovar o acordo de extradição de criminosos e daqui levou, por benevolência do Governo brasileiro, dois seqüestradores que tanto mal causaram, não só ao Brasil, mas a vários países da Europa e da América Latina. O Canadá, pelo interesse de uma empresa privada, tenta sacrificar o Brasil num momento em que esse necessita de apoio internacional para o seu desenvolvimento. Esquecem-se de que a miséria e a pobreza ainda são grandes no nosso país. E ainda vem falar em direitos humanos. Levaram os seqüestradores para serem tratados como príncipes e querem que o povo brasileiro sofra com a pressão econômica dos grandes países. Temos que reagir, como disse V. Exª. Estive na última Couromoda – que depende do couro das vacas –, onde foi dito que havia uma grande preocupação por parte do Canadá com o avanço na exportação do calçado brasileiro para aquele país, que já avisava que colocaria obstáculos comerciais a fim de impedir a importação desse produto. Endosso o protesto de V. Exª e argumento que a Raytheon poderá, indiretamente, comprar do Canadá, sem que o Brasil tome conhecimento, e montar os componentes dos equipamentos que utilizará. Assim, o ofício do Senador Geraldo Melo tem que ser estendido para todos os produtos que virão ao Brasil, mesmo que adquiridos indiretamente por outras empresas americanas ou alemãs que construirão os equipamentos para a vigilância da Amazônia. Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, desejo cumprimentá-lo pela lembrança, pelo exemplo que trouxe a esta Casa. Como o Canadá foi rápido, Senador Romeu Tuma! Como a diplomacia canadense foi rápida, tão interessada, quando se tratava de defender compatriotas seus que haviam praticado crimes hediondos aqui no Brasil, como o seqüestro de brasileiros. Com que tristeza nós vimos o Brasil permitir a extradição deles!

Senador Romeu Tuma, nós não aprendemos a lição naquela época, mas a lembrança de V. Exª justificou a minha vinda a esta tribuna. Como eu disse no início do meu pronunciamento: a minha presença aqui é para servir de alerta para que sejamos mais audaciosos, mais arrojados, para que adotemos medidas de defesa dos nossos interesses o mais rapidamente possível.

Temos que, primeiro, defender os interesses do Brasil, colocá-los acima de tudo. Não podemos ser complacentes. Eu diria até, sem querer atingir a diplomacia brasileira, fazendo um trocadilho que pode ser muito barato, que nós não podemos ser tão diplomáticos como temos sido. Precisamos reagir quando atingem ou procuram atingir a soberania brasileira. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem V. Exª a palavra por cinco minutos, eminente Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação de liderança.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, comunico, com muito prazer, que o Partido Popular Socialista, PPS, volta a integrar o Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal. É evidente que, durante este ano, mesmo o Partido Popular Socialista não estando integrado oficialmente ao Bloco, tivemos a oportunidade de fazer discussões qualificadas, realizar um debate de idéias extremamente qualificado, à luz dos interesses da sociedade, dos interesses do povo brasileiro. E isso que não era formal, acaba nesse momento importante sendo formalizado pelo Líder do PPS, Senador Paulo Hartung, assinado também pelos Senadores Roberto Freire e Carlos Wilson.

Para todos nós do PT e PDT, que integramos o Bloco da Oposição, é motivo de honra e de orgulho a reintegração desses companheiros do PPS, extremamente valorosos, ao Bloco Parlamentar da Oposição.

Aproveito também, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para registrar que nós, do Bloco Parlamentar da Oposição juntamente com o PPS – falo também em nome do nosso Líder na Câmara, Deputado Walter Pinheiro, e do Presidente do meu Partido,

nosso querido companheiro Deputado José Dirceu –, somos contrários ao adiamento da data da eleição para a Presidência da Câmara e do Senado. Entendemos que são gravíssimas as denúncias feitas nesse final de semana, as que vêm sendo feitas pelos meios de comunicação e as enviadas por meio de literatura ou de dossiês a todos os Parlamentares da Casa, que por sua vez as têm encaminhado ao Conselho de Ética. Entendemos que é de fundamental importância que se instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito para se fazer logo uma apuração geral. Talvez uma CPI água sanitária, para que possamos apurar tudo que vem sendo dito até o momento. Toda vez que esse sepulcro caiado se rompe e o odor fétido alcança mentes e corações espalhados pelo Brasil cria-se, em cada um de nós Parlamentares, a obrigação de envidar esforços no sentido de garantir o aprofundamento das investigações. Sendo assim, somos favoráveis à CPI, ao aprofundamento das investigações. A Oposição, em nenhum momento, foi omissa ou cúmplice diante de denúncias, dossiês, fitas ou o que quer que tenha sido apresentado tanto em relação à Câmara quanto ao Senado.

Deixamos claro, no entanto, que somos contra o adiamento da eleição, que deve acontecer no dia 14, conforme foi convocada. Todos os debates devem ser públicos, segundo a vontade da Oposição. A estrutura de comunicação do Congresso deve possibilitar, inclusive, o debate entre todos os candidatos. Qualificando-se um debate com a sociedade sobre o papel da instituição poderemos, de fato, eleger, com a participação desta, o futuro Presidente do Senado e da Câmara.

O Bloco da Oposição tem um candidato, o Senador Jefferson Péres. Procuramos todos os Parlamentares da Casa para discutir a candidatura do Senador Jefferson Péres, que é um homem de bem, de valor. Embora S. Exª integre o Bloco da Oposição, em nenhum momento promoveu debates ideológicos, programáticos ou deixou de cumprir o que mandam a Constituição e o Regimento Interno da Casa. Portanto, só deveriam ter medo do Senador Jefferson Péres, na Presidência da Casa, aqueles que fazem o discurso da independência da instituição democrática e que não querem se submeter ao rigor da Constituição e do Regimento Interno da Casa.

Sr. Presidente, faço essas observações deixando o debate – em função de ter apenas cinco minutos como Líder –, para o qual havia me inscrito, sobre as questões da vaca louca, das relações internacionais do Brasil não apenas com o Canadá, e, enfim, da inserção do Brasil na globalização subordinada aos interesses do grande capital, das grandes nações, do Fundo Monetário Internacional.

Durante o discurso da Srª Heloísa Helena, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Partido Popular Socialista – PPS, volta a integrar, a partir desta data, o Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2001. – Senador **Paulo Hartung** – Senador **Roberto Freire** – Senador **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O expediente lido vai à publicação.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, eu havia cedido a minha vaga para o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito ou quase tudo já se falou a respeito do boicote canadense à carne brasileira. De tudo que é maléfico, quase sempre tiramos conclusões boas. A conclusão que tiro dessa situação é a de que a sociedade brasileira não está morta, de que o povo brasileiro não está inerte. Levantou-se em toda parte o brado de nacionalismo que há muito tempo não ouvíamos em nosso País.

Essa mudança de atitude ocorreu, embora de maneira tímida, por ocasião da mudança do nome Petrobras para Petrobrax. Um absurdo altamente inusitado que, quero acreditar, ocorreu sem o conhecimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que gastou muito dinheiro dos cofres públicos. Com essa bobagem gastou-se muito dinheiro e, na ocasião, percebemos que a sociedade brasileira está

alerta. O problema da vaca louca tornou-se um insulto ao trabalho cada vez mais qualificado, que vem sendo introduzido nos diversos Estados brasileiros por seus respectivos Governadores e pelo Ministério da Agricultura e, sobretudo, pelos trabalhadores rurais, principalmente onde mais se cuida da qualidade sanitária dos nossos animais.

Portanto, acho que foi bom, teve um lado positivo, me xeu com o brio, mais uma vez, de toda a Nação brasileira. Contudo, quero acreditar que com a missão diplomática de sanitaristas do Ministério da Agricultura canadense, que estará chegando ao Brasil na próxima quarta-feira, tudo haverá de resolver-se na mais absoluta harmonia, diplomaticamente, talvez mais ainda do quer ou deseja o Senador Ramez Tebet, dizendo que nem tudo tem que ser resolvido com excesso de democracia. Concordo com S. Exª, mas tenho a impressão de que, na quarta-feira, talvez na próxima semana, já teremos solucionado diplomaticamente a questão desse boicote, desse embargo canadense, que tem outros motivos – todos nós sabemos –, que é o caso da Bombadier.

Muito mais do que isso, existe o fato de o povo da América do Norte estar querendo forçar o Brasil a entrar muito cedo na Alca. E a posição brasileira está altamente correta. Quero aqui referendar e dizer da minha alegria pelo comprometimento do Chile com o Brasil, no sentido de ingressar na Alca só a partir de 2005.

Acredito que essa posição do Brasil é muito importante. Temos que cuidar primeiro do Mercosul e posteriormente da Alca. Tive oportunidade de representar o Brasil em uma reunião preparatória da Alca na Costa Rica. Acredito que o Brasil está absolutamente correto. A implantação da Alca, conforme opinião da maioria do grupo latino-americano, deve ser processada a partir de 2005. Primeiro temos que cuidar do Mercosul; temos que fortalecer a América do Sul, Sr. Presidente.

Eu disse aqui, em algumas oportunidades, que não sou a favor da globalização. Todos que são a favor sabem que ela vem de maneira inexorável. A globalização é como uma enchente, um vendaval que, queiramos ou não, acontecerá e temos que estar preparados para nos defender. Globalização nada mais é do que uma moderna forma de colonização das grandes potências sobretudo sobre as nações em desenvolvimento.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Confiro o aparte, com muita honra, ao eminente representante do meu querido Estado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Carlos Patrocínio, quero parabenizar V. Exª pela análise que faz do contexto da economia globalizada, principalmente a primeira parte do discurso de V. Exª. Realmente foi muito importante para o Brasil, para o País e para a Nação, a nossa primeira reação, quem sabe dura. Para alguns, poderia ter sido ainda mais dura. Mas, em um segundo momento, a negociação foi entregue a ninguém menos do que o Ministro Celso Lafer, cuidadosamente escolhido pelo Presidente da República, e que vai, definitivamente, dar encaminhamento correto ao processo, que precisa agora do profissionalismo e da categoria da nossa diplomacia por ele muito bem representada. E a sua preocupação, muito bem justificada, Senador Carlos Patrocínio, tem em vista a economia do País, a economia do nosso Estado. Nós somos promissores produtores de carne da mais alta qualidade, tendo sido recentemente excluídos da zona de risco da aftosa. Tomamos medidas saneadoras, o que nos permite hoje a exportação e o consumo interno. A partir deste momento, a condução deste contencioso está muito bem entregue ao nosso Ministro Celso Lafer. Com relação à globalização, concordo também com V. Exª de que não há mais como nos colocarmos contra ela. Há de se escolher a maneira correta de nela vermos os interesses brasileiros e a sua inserção. Imagino sempre que nós, que, até o presente momento, temos sido a parte mais fraca dessa negociação, como a nossa biodiversidade, com nossos recursos naturais, detentores de grande percentual das águas doces deste planeta, temos, sim, o lado mais forte; temos, sim, como provocar a nossa inserção nesse contexto em uma posição mais firme. Sem dúvida nenhuma, a defesa do Mercosul, dos nossos interesses e do nosso continente, isso tudo está sendo muito bem analisado no pronunciamento de V. Exª. Eu o parabenizo. Certamente, os tocantinenses também comemoram o que já vislumbramos como uma saída desse impasse com o Brasil fortalecido. Quem sabe estejamos nos posicionando de uma maneira mais firme e respeitada nesse contexto que há de ser muito bem observado, sim, porque já é um contexto globalizado em que aqueles que detêm a tecnologia e a supremacia da sua posição econômica acabam por impor seus interesses. O Brasil vai indo muito bem. Nossa economia se estabiliza e nosso desenvolvimento está sinaliza-

do pelos seus números. Portanto, Senador Carlos Patrocínio, comemoro seu pronunciamento como a nova etapa do processo em que o Brasil há de sair fortalecido.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, sua intervenção. V. Exª, que também se preocupa com o desenvolvimento do nosso País e, principalmente, do Estado de Tocantins, sabe que, se o País sofrer com o processo perverso da globalização – se ela for dirigida nesse sentido –, nossos Estados periféricos, aqueles que estão em fase de desenvolvimento, haverão de padecer sob a égide do desenvolvimento globalizado.

Eu gostaria de alertar o Plenário e toda a Nação brasileira para o fato de que devemos estar preparados, porque outras retaliações virão, sem a menor sombra de dúvida. Não estamos tendo tempo suficiente para dizer sobre a retaliação que sofrerá o Brasil com relação a produtos utilizados no tratamento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Os Estados Unidos já se preparam para retaliar, alegando que não estamos cumprindo devidamente as regras de regulamentação de patente.

No caso do Canadá, o Brasil já havia sido punido pela OMC e havia aceitado: US$900 milhões foi a multa que o Brasil teria que pagar ao Canadá, que seria o subsídio dado à Embraer. Isso poderia ser resolvido de outra maneira.

Devemos tirar bons exemplos da globalização mundial, da retaliação e da busca incessante das grandes nações que não querem efetivamente que outros países, com o potencial que o Brasil tem, possam se tornar uma grande potência.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo, com muito orgulho, o aparte ao eminente Senador Francelino Pereira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Carlos Patrocínio, quero dar a V. Exª meu testemunho da repercussão, não apenas no nosso Estado de origem, mas em todo o País, da decisão tomada pelo Canadá referente à importação de carne brasileira. Simultaneamente com os fatos políticos que envolvem toda a sociedade brasileira, este episódio de natureza econômica repercutiu da melhor maneira possível, transferindo para nós do Poder Legislativo e do Poder Executivo a responsabilidade por uma solução imediata de interesse da Nação inteira. Minas Gerais, um estado central e que tem vital interesse na pecuária brasileira, embora tenha demonstrado sua preocupação com o assunto, está transmitindo a sensação de confiança de que a sociedade brasileira, unida, estará assumindo uma posição que corresponde exatamente à vontade brasileira. Ao mesmo tempo em que o Ministro Pratini de Moraes revela publicamente, por meio de comemorações e manifestações diversas, êxito na política de pecuária, toma-se uma decisão dessas em que praticamente se joga por terra todo o esforço envidado pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo. Contudo, a reação brasileira, não apenas no plano diplomático, mas também no âmbito parlamentar – e é importante a decisão parlamentar, que espero seja votada neste plenário –, vem repercutindo muito bem. Esse era o testemunho que gostaria de dar, em nome do povo do meu Estado. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Senador Francelino Pereira, talvez o Estado de Minas tenha sido sempre o mais alerta do País, pois lá foi deflagrada a Inconfidência Mineira. Neste momento, quando, em virtude da posição assumida, é atingido o segmento social mais importante da Nação, representado pelos produtores rurais, pelos agropecuaristas, tenho consciência de quanto o seu Estado produz de alimento, de leite, de produtos de primeira necessidade. Por isso, fico muito satisfeito em saber da atitude de Minas Gerais, posição essa unísona em todo o Brasil.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço o aparte de V. Exª, com muita satisfação.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Carlos Patrocínio, entendo que o fenômeno da globalização é irreversível, não seremos nós que poderemos controlá-lo ou evitar que o Brasil se insira nesse processo de interação mais estreita que estamos acompanhando e que acontece entre as nações. É claro que esse processo traz muitos malefícios, mas traz também benefícios. O que importa, nobre Senador, é que o Brasil adote posições firmes de proteção inclusive aos interesses brasileiros, ao seu sistema de produção, ao seu sistema de exportação e, sobretudo, ao sistema de importação. Podemos constatar, ao longo das relações observadas entre as nações, que, em regra, o sistema de importação de produtos estrangeiros acaba trazendo algum transtorno quer ao parque industrial, quer ao sistema produtivo brasileiro. Aí é que precisamos tomar medidas mais

firmes, mais adequadas de proteção à economia brasileira. Nenhum país é mais democrático do que os Estados Unidos, mas nenhum é mais protetor de seus interesses do que os Estados Unidos, que inventam as mais diversas de barreiras – barreira tarifária, barreira sanitária – quando querem impedir que os nossos produtos concorram com os seus produtos, já que, em qualidade, temos todas as condições de concorrer e até de superar. Portanto, é imperativo que adotemos, no plano interno, um sistema de proteção aos nossos produtos, para que possamos, nessa interação de interesses econômicos entre as nações, ter a altivez e a independência de negociá-los. Mas entendo que o processo de globalização é irreversível, não há como invertê-lo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Não há a menor dúvida, eminente Senador Leomar Quintanilha. Apenas falamos que não gostaríamos que existisse o processo de globalização. Mas ele é irreversível e vamos ter de nos preparar para que ele venha, mas que venha de acordo com aquilo que possamos fazer em nosso País e, se possível, de maneira a beneficiar o povo brasileiro. Se não formos competentes o suficiente, pelo menos vamos procurar minimizar os efeitos maléficos da globalização.

De qualquer maneira, quero acreditar que as autoridades diplomáticas se houveram bem. Estávamos numa transição do Ministro Luiz Felipe Lampreia para o Ministro Celso Lafer, que, juntamente com o Ministro Pratini de Moraes, tomou as providências cabíveis no caso. Creio que vão resolver essa questão de maneira diplomática.

Mas quero dizer ainda, Sr. Presidente, para terminar – eu teria ainda um discurso para ler, mas deixarei para fazê-lo numa próxima oportunidade – da minha alegria de ver que o povo brasileiro não está morto, não está inerte, não está hibernado e está prestando atenção naquilo que acontece com a "Petrobrax", naquilo que acontece com as relações diplomáticas com o Canadá, mas está também, Sr. Presidente, prestando atenção nos acontecimentos ocorridos dentro desta Casa com a eleição para a Presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, quando as nossas Instituições – sobretudo a nossa Instituição Poder Legislativo – vão conseguindo, de maneira ainda que tímida, a passos lentos, conquistar eu não diria a admiração, mas pelo menos a observação, a vigilância mais atenta do povo brasileiro, temo que, de repente, essa credibilidade volte a desmoronar, porque não estamos sabendo conduzir o processo de reeleição nas duas Casas.

Quero fazer um apelo, que já tive oportunidade de fazer na semana passada, e referendar as palavras do eminente Vice-Presidente desta Casa, Senador Geraldo Melo, pedindo às autoridades, aos nossos Colegas, àquele clã que está no patamar mais alto da legislação brasileira, àqueles que desfrutam dos maiores entendimentos político-partidários dos grandes cargos, para que possamos resolver essa questão das sucessões das duas Casas do Parlamento brasileiro.

Sempre tive oportunidade de votar tranqüilamente de acordo com a tradição desta Casa. Tive o privilégio de trabalhar, durante quatro anos, como 2º Secretário desta Casa e, às vezes, até como 1º-Secretário, no impedimento temporário do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Sr. Presidente, confesso que, ao assumir esse cargo, tive temores de trabalhar com V. Exª, dado que ainda não tínhamos travado um conhecimento mais íntimo. E sabemos que a vida de V. Exª é muito comentada em todas as partes do Brasil. Entretanto, posso afirmar – e gostaria de usar a tribuna para fazê-lo – que, durante todo o nosso trabalho, durante esses quatro anos, resolvendo os problemas afetos ao Legislativo brasileiro, sobretudo na Câmara mais alta do País, V. Exª só transmitiu-me confiança, moralidade, vontade de trabalhar e, acima de tudo, estofo moral para conduzir esta Casa.

Portanto, não gostaria de que qualquer outro Senador pudesse substituí-lo no comando desta Casa sob pena de perdermos aquilo que já estávamos começando a alcançar junto à opinião pública nacional. Não quero dizer que V. Exª seja melhor do que ninguém, nem que outro candidato seja pior do que ninguém, mas gostaria de que prevalecesse, de hoje até a próxima quarta-feira, o bom-senso, sobretudo daqueles que têm sob suas mãos a maior responsabilidade de entregar ao povo brasileiro um comando firme, que haverá de marcar história na condução dos destinos deste Parlamento.

Cumprimento a Mesa Diretora e os demais Membros, com quem tive a honra e o prazer de trabalhar excepcionalmente durante esses quatro anos. Quero dar o meu testemunho de que jamais, em tempo algum, qualquer Membro da Mesa levantou suspeitas daqueles com assento na Casa.

Gostaria que, novamente, o Congresso Nacional tivesse no comando uma pessoa de alta respeitabilidade e que merecesse, de fato, a confiança do povo brasileiro. Nunca como agora o Poder Legislati-

vo teve que se afirmar tanto perante a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado a V. Exª, que foi, sem dúvida, um grande Secretário, não só como 2º Secretário, mas também quando exerceu a 1ª Secretaria, demonstrando um espírito público notável.

Aproveito também a oportunidade para agradecer ao Senador Geraldo Melo, que foi também dos mais brilhantes representantes da nossa Mesa. Trabalhamos com harmonia e sempre levando em conta os interesses mais altos do País.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência convoca os Srs. Senadores para a Primeira Reunião Preparatória da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Primeira Legislatura, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 14 do corrente, às quinze horas, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal para o biênio 2001/2002.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, em primeiro lugar, cumprimento V. Exª e os demais membros da Mesa pela eficácia do trabalho durante esses quatro anos, quando tanto se produziu nesta Casa, se trabalhou com amor e dedicação, com resultados insofismáveis à administração do Senhor Presidente da República e a todos os brasileiros, que aprenderam a admirar em V. Exª e naqueles que com V. Exª trabalharam na Mesa, a dignidade e o respeito à coisa pública.

Que Deus o abençoe na sua caminhada! Tenho certeza de que sua permanência nesta Casa estará sempre a iluminar e orientar o nosso caminho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço as primeiras palavras de V. Exª, que é um grande amigo e um Senador que trabalha por São Paulo e pelo Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no período de 16 a 19 de janeiro último, São Paulo sediou no Pavilhão de Exposições do Anhembi o primeiro grande encontro de moda e negócios do setor de calçados, artigos esportivos e artefatos de couro deste começo de século. Com presenças ilustres, como a do Presidente da República em exercício, nosso correligionário e amigo Marco Maciel; do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Alcides Tápias; do Vice-Governador de São Paulo, no exercício da governança, Geraldo Alckmin; da Prefeita de São Paulo Marta Suplicy e outras autoridades, foi realizada a 28ª edição da Couromoda, maior feira especializada da América Latina e terceira do mundo.

Responsável pela movimentação da indústria calçadista e de artefatos de couro nos primeiros três meses do ano, a Couromoda é passagem obrigatória para quem fabrica ou vende produtos do ramo no País. A feira é o ponto tradicional de encontro do maior e mais representativo grupo de empresas de calçados de couro do Brasil, responsável por 80% da produção total do País nessa área. O evento tem um público tipicamente profissional, que congrega tomadores de decisões na indústria e no varejo desse destacado setor da economia brasileira, que tem um PIB estimado em US$ 11 bilhões, apenas na fase industrial, sem citar o varejo. Os negócios iniciados na Couromoda, segundo a média dos últimos anos, respondem por cerca de 20% das vendas anuais da indústria brasileira de calçados e artefatos de couro.

A Couromoda é também um grande **show** de moda. Apresenta desfiles e performances e serve de palco para que as empresas apresentem ao varejo as novas coleções de calçados, tênis, bolsas e acessórios, e as estratégias de **marketing** para conquistar a preferência dos consumidores.

Setecentos e um expositores de todo o Brasil e 45 companhias estrangeiras participaram da feira, que recebeu este ano cerca de 50 mil visitas profissionais, representando 30 mil empresas compradoras no Brasil e no exterior. Dez por cento desses visitantes foram estrangeiros, em sua maioria países da América Latina, que ocupa o segundo lugar dentre os maiores mercados para calçados brasileiros no exterior, com 31,8 milhões de pares importados do Brasil no período de janeiro a outubro do ano passado, atrás apenas dos Estados Unidos, para quem nosso País exportou, no mesmo período, 83,6 milhões de pares de calçados.

Nos últimos anos, a Couromoda vem ampliando sua área de abrangência também para setores afins, como o de confecções, matérias-primas e tecnologia para calçados, além de produtos e serviços para gerenciamento de lojas. A feira apresenta também duas outras áreas de interesse para lojistas: a de confec-

ções e acessórios de moda, concentrada na Feninver, que acontece simultaneamente, e a de artigos esportivos. Reconhecendo a importância desse setor para o mercado brasileiro, a Couromoda vem buscando reunir os principais fabricantes de tênis, confecções e acessórios para esporte. Sob a bandeira da Feira dos Esportes, o setor já conquistou **status** de evento especial dentro da feira.

Nas palavras do presidente da Couromoda, Francisco Santos, a 28ª edição da feira se realiza numa fase extremamente positiva para a indústria de calçados. Ressaltando a importância da participação empresarial em ações sociais, Francisco Santos anunciou, em nome da Couromoda e Abicalçados, a doação de 30 mil pares de calçados infantis, que serão entregues ao longo do ano à Prefeitura de São Paulo, iniciativa que mereceu agradecimentos e elogios da Prefeita Marta Suplicy.

Completando 75 anos de atuação no mercado, a Samello Calçados, da cidade de Franca, São Paulo, uma das maiores e mais tradicionais empresas do País, aproveitou a feira para marcar a data duplamente. Reunindo lideranças setoriais e convidados, a empresa lançou, durante a Couromoda 2001, o Museu do Calçado Miguel Sábio Mello, que leva o nome do fundador da empresa. O museu mostrará, através de seu acervo, a trajetória da marca e a composição histórica do calçado nacional.

Originária de uma pequena oficina de calçados, a empresa Samello destaca-se no cenário calçadista nacional pela reconhecida qualidade dos produtos que fabrica e pelo pioneirismo, que a tornou a primeira exportadora de calçados do País. A matriz da empresa fica na cidade paulista de Franca, emprega atualmente 2.200 funcionários. Além dessa fábrica, a Samello possui unidades fabris também nos Estados da Paraíba e no Estado do Senador Francelino Pereira, Minas Gerais. Só no ano passado, as vendas de mocassins e outros modelos da marca Samello para o Paraguai, Argentina e Uruguai, países do Mercosul, deram um novo impulso a este setor empresarial, no âmbito do Mercosul. As vendas para o mercado externo, englobando também o Japão e países europeus, mantém-se, ainda, lideradas pelos Estados Unidos.

Fundada por Miguel Sábio de Mello, a empresa esteve sempre alicerçada na gestão familiar, conduzida pelos oito filhos do fundador. Nas comemorações dos 75 anos da Samello, um nome emblemático na história da empresa foi lembrado com carinho especial pelos presentes: Wilson Sábio de Mello. Falecido há três anos, o empresário foi sempre um entusiasta do setor, reconhecido e respeitado em todas as esferas empresariais e governamentais, bem como nas camadas mais simples da população. Tornou-se um dos grandes brasileiros da área calçadista nacional, setor ao qual se dedicou desde os nove anos de idade. De espírito pioneiro e desbravador, Wilson Mello foi também um dos grandes responsáveis pela projeção e divulgação da cidade de Franca, incentivando o surgimento de novas indústrias de calçados e o incremento das exportações.

Cumprimento, desta tribuna, diretoria e funcionários da empresa Samello pelos 75 anos de sucesso, alcançado graças à dedicação a um trabalho que não sofre interrupção ao longo dos anos, passando de uma geração a outra e cujo êxito reverte-se em favor de todo o setor calçadista brasileiro.

Assim como a empresa Samello, os demais participantes da 28ª Couromoda confirmaram os resultados positivos da visitação e dos negócios da feira, corroborando as previsões otimistas dos empresários. As pequenas e microempresas reunidas no estande coletivo do Rio Grande do Sul apresentaram números positivos. Apenas nos dois primeiros dias de feira, o grupo de 37 empresas já totalizava vendas de 881 mil unidades, entre calçados e bolsas, contra 600 mil unidades vendidas nos quatro dias de feira de 2000. O sucesso do evento sinaliza a continuidade do crescimento do setor. No ano passado, o mercado interno registrou um crescimento de 16% no setor enquanto o de exportação crescia 22%. Em 2001, as perspectivas para o ramo prevêem um crescimento de até 20%.

Encerrado o evento, os resultados das vendas que ali foram geradas, em média 25% maiores que no ano anterior, levaram expositores e visitantes a considerarem a 28ª Couromoda como a maior dentre todas as edições da feira já realizadas.

Após encerrar a redação deste pronunciamento, a imprensa publicou a preocupação dos exportadores brasileiros e compradores canadenses com a possibilidade de retaliações comerciais impostas pelo Governo do Canadá contra a exportação brasileira de calçados, contra as quais protestamos. Esperamos que o Governo brasileiro reaja contra isso e consiga manter o nível de exportação de calçados do Brasil para o Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os colegas desta Casa já conhecem, há bastante tempo, a obsessão com que tenho tratado o tema da duplicação das rodovias federais BR-153, BR-365, BR-050 e BR-060. É uma luta a que tenho me dedicado com afinco, porque é justa e destinada a melhor integrar a Amazônia, o Distrito Federal, parte da região Nordeste e o Centro-Oeste a São Paulo e aos países do Mercosul.

O trecho a ser duplicado tem 467 quilômetros, sendo 306 em território goiano e 161 em Minas Gerais. Constitui-se, na verdade, como já disse, no principal eixo de acesso à Amazônia, pela rodovia Belém – Brasília, ligando também o Centro-Oeste ao mercado consumidor de São Paulo, ao porto de Santos e aos países do Mercosul.

A medida do transporte de riquezas por essa via de ligação Norte – Sul pode ser dada por apenas uma informação: com um fluxo diário de mais de 25 mil veículos, essa via é responsável pelo transporte de quase 90% da exportação e da importação dos produtos que se destinam a Goiás e ao Distrito Federal.

A importância da duplicação dessa via ou desse eixo é a razão do nosso esforço. Quando tive a honra de ser designado Relator da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, nesta Casa, empenhei-me, naquela condição, para a realização de uma audiência pública, que se tornou histórica, na cidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.

Precisamente no dia 4 de agosto de 1997, realizamos essa audiência, presidida pelo nosso Senador Francelino Pereira. Estiveram presentes os Ministros Iris Rezende, Eliseu Padilha e Antonio Kandir que foram ao evento por recomendação do Presidente da República, os Governadores Eduardo Azeredo e Maguito Vilela, além de muitos outros parlamentares e políticos daquela região.

Na ocasião, foram assinadas, pelo Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, ordens de serviço autorizando a abertura de licitação para execução de obras de restauração do trecho Goiânia – Itumbiara e de outras obras de melhoria de pontos críticos, tanto na BR-153 como na BR-452.

Contudo, o importante mesmo foi a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso decorrente daquela audiência. Expressa no programa Brasil em Ação, atendeu à prioridade solicitada na Audiência Pública de Itumbiara e definiu investimentos no PPA da ordem de R$436 milhões para a duplicação do sistema rodoviário BR-153, BR-365, BR-050 e BR-060. As metas desses investimentos federais foram publicadas em maio de 1998. Seu objetivo é a redução dos custos de transporte da região sul de Goiás, do Distrito Federal e do Triângulo Mineiro a São Paulo e ao porto de Santos.

Apesar de todos esses avanços, a nossa luta continua, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Amanhã à tarde, juntamente com os nobres Senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, outro defensor da duplicação desse trecho rodoviário, iremos com deputados federais e estaduais de vários partidos políticos a uma audiência com os Ministros Martus Tavares e Eliseu Padilha. Pressionaremos os Ministros para que se acelere o processo de duplicação das vias, que tem ceifado tantas vidas em nossos Estados. Na ocasião, estaremos acompanhados dos 21 prefeitos e outras lideranças das cidades de Água Limpa, Aloândia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bom Jesus, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Cromínia, Goiatuba, Hidrolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Mazargão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Vicentinópolis, Anápolis, Alexânia, Abadiânia.

Todos eles têm um desejo único: o de manifestar ao Ministro, que já acompanha essa luta desde a Audiência Pública de Itumbiara, a necessidade da urgência na liberação de recursos para as obras dos trechos Aparecida de Goiânia – Itumbiara e Distrito Federal – Anapólis, incluídas no Orçamento para este ano pela bancada de Goiás no Congresso Nacional.

São 300 quilômetros de rodovias em território goiano e do Distrito Federal, que representam um grande avanço nessa obra de infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento nacional. A conquista dos cerrados mediterrâneos, com enormes fronteiras a ocupar e a desenvolver, é a melhor alternativa para a integração econômica da Nação, contribuindo para o desaparecimento das diferenças que perpetuam o poder dos Estados ricos ou a dependência dos Estados pobres.

O apoio que essa empreitada vem obtendo do Presidente da República, dos Governadores, das bancadas goiana e mineira no Congresso, da bancada do Distrito Federal e das lideranças regionais e municipais faz-me otimista quanto à sua realização em breve espaço de tempo

E a nossa luta será incessante até a sua conclusão. Contamos com a palavra do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de que não haverá cortes no Orçamento para o programa Avança Brasil, além da sensibilidade tenho certeza

dos Ministros Martus Tavares e Eliseu Padilha para a liberação dos recursos inscritos no Orçamento pela bancada do Estado de Goiás no Congresso. Mais ainda, temos a certeza do empenho de S. Exªs em todas as ações que disserem respeito à conclusão definitiva dessa importante obra de infra-estrutura nacional.

Sr. Presidente, o que desejamos, sinceramente, é conseguir sua realização para o engrandecimento do nosso Estado, de todo o Centro-Oeste e do Brasil. A pujança econômica que tanto almejamos depende necessariamente da construção desses eixos, que podem levar e trazer, com segurança e economia, as riquezas produzidas neste imenso e promissor Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proteção, e mais que a proteção, a promoção da infância e da juventude, além de um imperativo legal e de um compromisso do país com os organismos internacionais, constitui sobretudo um imperativo da consciência ética e da cidadania.

Se este trabalho de proteção e promoção deve orientar-se a toda infância e juventude, pois as causas que as ameaçam são muito variadas e afetam crianças e jovens independentemente de classe social ou outras características que possuam, este trabalho deve voltar-se, de modo especial, às crianças e jovens mais carentes, aqueles que mais necessitam da proteção e do apoio do Estado e da sociedade.

O Brasil tem uma enorme dívida com suas crianças e com sua juventude. Esta dívida é sobretudo conseqüência do processo de exclusão social que hoje atinge cerca de 20 milhões de famílias brasileiras. Pagar essa imensa dívida há de ser um projeto absolutamente prioritário do Governo e da sociedade brasileira, independentemente de qualquer partido ou segmento social, como única forma de o país ingressar, com dignidade, na civilização do novo milênio.

Nos últimos anos, programas governamentais, inclusive legislação específica aprovada pelo Congresso como o Estatuto da Criança e do Adolescente, direcionaram o país no rumo de saldar esta dívida, na verdade, muitas iniciativas, governamentais ou não, se anteciparam às políticas federais de proteção e promoção da criança e da juventude.

Dentre as iniciativas não governamentais, o Programa da Pastoral da Criança, que tem tirado da fome, da morte e da subnutrição milhões de crianças brasileiras, constitui o melhor exemplo do que pode ser feito pela eliminação da miséria e da exclusão infantil. Aplausos merece o Governo Fernando Henrique ao indicar oficialmente o programa da Pastoral da Criança para o Prêmio Nobel da Paz, deste início de Milênio – um exemplo para o mundo.

Refiro-me, porém, neste pronunciamento, Sr. Presidente, ao esforço que desde sua origem se tem feito no meu Estado do Tocantins, em favor da criança.

O programa "Pioneiros Mirins", criado pelo Governador Siqueira Campos já em seu primeiro mandato, hoje atende a cerca de 30 mil crianças entre 7 e 14 anos, em praticamente todos os municípios do Estado. O atendimento envolve educação integral – alfabetização, ensino de 1º grau, formação cívica, esporte, lazer e alimentação, além de auxílio financeiro, o que vai, portanto, muito além da simples bolsa escola. Assinalo que 30 mil crianças nessa faixa etária, representando em torno de 30% da população infantil do Estado, ou seja, o atendimento praticamente integral às famílias que vivem em estado de carência ou exclusão social.

Palmas, Sr. Presidente, elegeu no último pleito, para administrá-la, a Professora Nilmar Gavino Ruiz, educadora que, tendo iniciado seus trabalhos docentes aqui no Distrito Federal, transferiu-se há dez anos para Palmas, onde foi Secretária de Educação do Município, durante a minha gestão.

Na primeira gestão do Governador Siqueira Campos foi Secretária de Educação do Estado, disputando ao final, uma cadeira para a Câmara Federal, tendo exercido o mandato por pouco tempo, vez que foi convocada em seguida para disputar as eleições municipais.

Eleita prefeita, como não poderia deixar de ocorrer, pôs a proteção e a promoção da criança e do adolescente entre as prioridades de sua administração.

Assim é que, além de garantir escolaridade total às crianças em idade escolar, 4.694 crianças, jovens e adolescentes, são atendidas em suas necessidades específicas, através de 10 programas prioritários, cujo conteúdo passo a ler, para conhecimento dessa Casa e para que conste dos Anais como exemplo do esforço do poder público do meu Estado em favor da criança.

Projeto	Objetivo	Faixa Etária	Nº de Atendidos Atualmente
Menina Mulher	Tem como objetivo atender meninas sujeitas a molestamento, exploração e/ou violência sexual. Proporcionando às mesmas, vida condizente à sua idade, minimizando o seu sofrimento psíquico-afetivo. Oferece atendimento do serviço de: Psicologia, Pedagogia e Serviço Social.	7 a 14	200
CEACAP Centro de atendimento à Criança e Adolescente de Palmas	Visa minimizar a exposição de crianças em condição de risco social que estavam em situação de rua. Oferecendo atividades pedagógicas, alimentação, vale-transporte, bolsa-escola, cesta básica e atendimento do serviço de: Psicologia, Pedagogia e Serviço Social.	7 a 14	139
Pioneiros Mirins	Objetiva-se em atender crianças que não possuem ocupação fora a escola e que estão sujeitos a algum tipo de risco social e pessoal. Oferece bolsa-escola, cesta básica e lanche.	7 a 14	2680
PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Este projeto visa retirar crianças expostas à exploração do trabalho infantil, proporcionando uma vida mais digna com direito à escola e atividades lúdicas compatíveis com a idade. Oferece bolsa-escola.	7 a 14	250
AABB	Visa proporcionar lazer, cultura, esporte e cidadania à criança em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal.	7 a 17	100
Sub total 7 a 14 anos			**3.369**
Cerâmica	Visa, além da retirada de adolescentes do risco social, ensinar-lhes a arte através da argila, oferecendo a oportunidade de retirar deste aprendizado um sustento para o futuro. Oferece bolsa-escola e lanche.	14 à 17	100
Agente Jovem	Visa proporcionar a jovens excluídos da sociedade, atividades que resgatem sua cidadania e o inclua nesta de forma positiva e atuante. Oferece bolsa-escola e lanche.	15 à 17	300
AMA	Visa o acesso e a permanência na escola, a melhoria do rendimento escolar, o engajamento e a responsabilidade pela causa ecológica; a preparação profissional e o fortalecimento das relações sociais e familiares. Garante atividades pedagógicas, alimentação, vale-transporte, bolsa-escola e cesta básica.	16 a 17 anos e 11 meses	510
Pão Nosso	Tem como objetivo a ocupação de jovens, poupando-os do risco social ao qual estariam expostos oportunizando a aprendizagem de qualidade e o inserindo futuramente no campo de trabalho como mão-de-obra especializada. Oferece bolsa-escola.	16 a 17 anos e 11 meses	100
Auto-Emprego	Tem como objetivo capacitar jovens de forma qualitativa para o mercado de trabalho, para que o mesmo tenha um desempenho diferencial em sua área de atuação. Carga horária de 40 horas	17 a 29	315
Sub total : 17 a 29 anos			**1.325**
Total			**4.694**

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Prefeita Nilmar Gavino Ruiz e sua equipe pelo trabalho que vem realizando e desejar que continue profícua sua gestão em favor do povo palmense, especialmente em favor de sua infância e juventude.

Desejo também apelar a esta Casa e ao Governo, para que cada vez mais se volte ao equacionamento dos problemas da infância e da juventude brasileira, como instrumento indispensável para a promoção da justiça e da dignidade de nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Srªs e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2000
(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 9, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social).

Parecer sob nº 002, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Eduardo Suplicy

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocinio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)– A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000-Complementar (nº 8/99– Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, passa a tramitar, a partir de 16 de fevereiro de 2001, em regime de urgência, com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno. (Mensagem nº 1.146/2001 na origem).

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria foi lida em 13-1-2000 e despachada, naquela oportunidade, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, sendo que já foi instruída pelas referidas Comissões.

Esclarece, ainda, que durante o prazo regimental, recebeu, perante a Mesa, emendas, as quais já foram objeto de parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Nestes termos, a Presidência encaminha a matéria à Comissão de Assuntos Sociais para emitir parecer sobre as emendas de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1999-Complementar (nº 10/99– Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, passa a tramitar, a partir de 16 de fevereiro de 2001, em regime de urgência, com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno. (Mensagem nº 1.147/2000, na origem).

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria foi lida em 15-12-1999 e despachada, naquela oportunidade, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

Uma vez que a matéria já foi instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Presidência a encaminha à Comissão de Assuntos Sociais somente, onde, de acordo com o art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, poderá receber emendas, pelo prazo único de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PS-GSE/14/01

Basília, 12 de fevereiro de 2001

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo

com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.161/97, do Senado Federal, (nº 167/96, na origem), que "Dispõe sobre garantias de dividas trabalhistas".

Atenciosamente, – Deputado **Ubiratan Aguiar,** Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado n.º 167, de 1996 (n.º 3.161/97, na Casa de origem), vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

Brasília, 13 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que nesta data, 13 de fevereiro de 2001 reassumo o exercício de meu mandato parlamentar no Senado Federal.

Comunico, outrossim, a Vossa Excelência que renuncio o direito à percepção de quaisquer ajudas de custo ou gratificação, a que poderia fazer jus em decorrência desta reassunção ou da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Bezerra.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito e será o primeiro a fazer a comunicação na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, como Líder, por cinco minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nem só das eleições para as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal viverá o País amanhã. Enquanto Senadores e Deputados estiverem escolhendo os novos componentes das Mesas Diretoras das duas Casas para o próximo biênio, acontecerá mais uma reunião do Comitê de Política Monetária, o COPOM.

O órgão decidirá se reduz ou não a taxa Selic, fixada, na sua última reunião em janeiro, em 15,25% ao ano. Embora venha numa trajetória de queda, os juros, se comparados às taxas praticadas em outros países, ainda representam uma exorbitância para uma economia como a nossa, que, a duras penas, retoma o crescimento.

O cenário interno é amplamente favorável à redução dos juros. A inflação está sob controle e em queda, visto que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, caiu de 0,59%, em dezembro, para 0,57% em janeiro deste ano, e a previsão é de que continuará caindo este mês.

Ressalte-se ainda que a arrecadação de tributos vem batendo recordes sucessivos. Para se ter uma idéia, a Secretaria da Receita informou que, em 1999, arrecadou R$151 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas controladas por outros órgãos, excluindo, volto a dizer, contribuições previdenciárias. No ano passado, a arrecadação superou os R$176 bilhões. Este ano não será diferente. Em janeiro, ficou em R$17 bilhões, superando em 10,67% a arrecadação de janeiro do ano passado. E mais: o País está conseguindo cumprir as suas metas, principalmente em relação ao superávit primário do Tesouro Nacional, que, em 2000, foi de R$31,7 bilhões, equivalente a 3% do Produto Interno Bruto.

Os números mostram, portanto, que seria um equívoco adotar qualquer medida para tentar controlar o crescimento econômico a fim de evitar que no futuro surja aquilo que os economistas chamam de hiatos de oferta. A existência de demanda a ser atendida é o principal atrativo para novos investimentos produtivos.

O Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, anunciou, há dias, que a taxa de investimentos da economia está em uma curva ascendente. A retomada do crescimento não se deu por meio de aumento extemporâneo do consumo. Foi impulsionada pelas mudanças no regime cambial, pela substituição das importações e posteriormente pelas exportações.

A queda gradativa dos juros fortaleceu o processo de crescimento da economia, que só em meados

do ano passado passou a interferir positivamente no mercado de trabalho, inicialmente aumentando as horas extras, a oferta de empregos e, no final do ano passado, ainda que timidamente, o salário.

O que se espera, Sr. Presidente, é que, neste ano, o mercado interno comece a participar desta retomada de crescimento econômico, visando – isso é o que defendo – a queda moderada das taxas de juros. Eu espero, e também o País espera, que isso venha a ocorrer nessa reunião do Copom.

No ano passado, é bom que se frise isso mais uma vez – inclusive eu mesmo já denunciei essa questão no ano passado –, a equipe econômica tratou de artificializar uma crise, espalhando que havia uma ameaça de retomada da inflação, quando na verdade o que houve naquele período foi um reajuste de preços controlados pelo Governo, entre eles combustível e tarifas, como energia e telefonia.

A medida espalhou o pânico nos mercados e nos setores produtivos e paralisou a queda dos juros que vinha ocorrendo gradativamente até julho do ano passado.

Meu receio é que a equipe econômica esteja mais uma vez preparando um novo artifício para estancar a queda dos juros sob o argumento de que a economia caminha para um superaquecimento e, portanto, haveria a ameaça de retomada do processo inflacionário.

As condições externas também são razoáveis e não há motivos para grandes apreensões. Houve uma blindagem da economia argentina, através do Fundo Monetário Internacional, e os juros americanos estão em queda.

É hora de o Executivo e o Legislativo avançarem nesta discussão. Junto com a redução das taxas de juros pelo Copom, que espero ocorrer, é preciso que o Congresso Nacional retome as suas atividades a partir de amanhã, a partir da eleição da Mesa, preparando-se para votar importantes projetos como a Lei das Sociedades Anônimas, dar um impulso à discussão da reforma tributária para desonerar a produção nacional, assim como retirar da gaveta vários projetos, dentre eles o que regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro.

São medidas em defesa das quais meu Partido e as forças políticas que acreditam no crescimento econômico temos lutado neste Parlamento, por entendermos que abririam espaço para quedas futuras dos juros, para a diminuição do custo de capital e, conseqüentemente, para o crescimento econômico, para a geração de emprego e de renda.

Era essa a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, com certeza, todo o País está ligado nesta sessão que antecede a eleição para a Mesa do Senado. Todos esperam que os oradores que assomem à tribuna falem sobre esse tema.

Mesmo reconhecendo a importância da eleição para Presidente do Senado, o quarto cargo na hierarquia para assumir a Presidência da República, não podemos deixar de lado, neste momento, alguns temas importantíssimos, como o que diz respeito a uma área que representa 66% do território nacional e, especificamente, a três unidades da Federação, que representam cerca de 50% da área do nosso País.

Se todos nós, Senadores que compomos a Casa que representa os Estados no Congresso Nacional, ficarmos alheios à realidade da Amazônia e dos Estados que compõem essa imensa região do País, continuaremos omissos em relação à grande quantidade de brasileiros que lá vivem.

Vários pontos devem ser analisados. Hoje, a Amazônia é uma espécie de vitrine para os países que comandam o mundo financeiro, mas nada se fala sobre o desenvolvimento racional da Amazônia.

Quando assumi o meu mandato de Senador, depois de dois mandatos como Deputado Federal pelo ex-Território Federal de Roraima, hoje Estado, vim com uma grande preocupação, a de que apenas três Estados – o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso – representam a metade da área territorial do País. E cheguei a uma conclusão lógica, que qualquer um de nós chegaria se começasse a analisar o mapa do País: não é possível pensar em eliminar as desigualdades regionais com a geografia que temos.

Gostamos muito de imitar os Estados Unidos – uma das exigências para preenchimento de qualquer cargo é o domínio do inglês, praticamente uma imposição da maior potência mundial –, mas não pensamos em copiar os Estados Unidos no que tange a sua geografia. A área territorial dos Estados Unidos, retirando o Alasca, é um pouco menor do que a do Brasil. No entanto, os Estados Unidos têm 50 estados, que parecem ter sido traçados em uma prancheta, em li-

nhas retas, porque seus limites foram definidos visando a um desenvolvimento harmônico do País.

No Brasil, ainda estamos à mercê daquele traçado da linha de Tordesilhas. Se observarmos nosso mapa, o Brasil é muito mais litorâneo – desde o nordeste até o sul – do que interiorano, continental, que é o que somos.

Roraima, o menor Estado da Federação em termos de população e de recursos financeiros – embora seja o maior em muitos outros aspectos –, era uma parte do Estado do Amazonas e foi desmembrado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1943. Tornou-se Território Federal e, posteriormente, Estado. Hoje, se compararmos Roraima a municípios do Amazonas, vizinhos a ele, notamos a diferença, como é o caso do Município de Barcelos, que já foi capital da Província do Amazonas. A diferença é enorme.

Portanto, baseado na experiência de Roraima – talvez o exemplo pior, porque do menor Estado, em termos de população e de finanças – e de outros Estados, como Amapá, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Tocantins, posso dizer que todas as redivisões deram certo, tanto para a área desmembrada quanto para a que remanesceu.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei três projetos de decreto legislativo. Um deles propõe a criação do Estado de Tapajós, por desmembramento de município do oeste do Pará. Esse projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e neste plenário. Hoje, encontra-se na Câmara dos Deputados.

O outro projeto desmembra uma área do oeste do Amazonas, na fronteira com a Colômbia e com o Peru, para criar o Estado do Solimões. O Senador Jefferson Péres apresentou um substitutivo propondo que, no lugar de um Estado, fossem criados três territórios federais. E assim foi aprovado no Senado. O projeto está na Câmara dos Deputados.

Resta aprovar o terceiro projeto, que cria o Estado do Araguaia na metade norte do Estado do Mato Grosso.

Sr. Presidente, no dia 9, estive na cidade de Sinop, justamente nessa metade norte do Mato Grosso, onde tive oportunidade de constatar algumas realidades fundamentais. A primeira foi o forte desejo daquela população de se emancipar e tornar-se um novo Estado; de ter a administração descentralizada, mais perto dos prefeitos, dos vereadores, enfim, dos cidadãos. Constatei, também, o quanto é viável a criação do Estado do Araguaia. Em uma reunião com cerca de 2.000 pessoas – 52 prefeitos, vereadores, deputados estaduais e, principalmente, representantes de todas as camadas da sociedade – todos diziam, em uma só voz, que queriam a redivisão do Estado de Mato Grosso – que já tinha sido dividido, dando origem ao Estado de Mato Grosso do Sul –, tendo em vista aquele Estado ainda ser um gigante, em termos de área territorial – possui 906 mil quilômetros quadrados –, ainda ser um Estado-latifúndio, ingovernável. Por mais competente e dinâmico que seja o governador, ele não tem condições de levar a atuação do Poder Público a todos os Municípios.

Portanto, registro essa situação e dou esse testemunho, de público, aqui da tribuna do Senado, do que assisti naquela reunião na Cidade de Sinop, na metade norte do Araguaia, que vai unir o chamado "nortão" do Mato Grosso e a região do Araguaia.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Permite-me, V. Exª, um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª tem notabilizado sua passagem, neste início de mandato aqui nesta Casa, trazendo temas sempre muito importantes e fundamentais, principalmente para a Região Norte. Nesta oportunidade, V. Exª faz uma análise bastante realista dos problemas relacionados à dimensão territorial, especialmente enfatizando a redivisão de Estados do grande Norte brasileiro, deste Brasil das Tordesilhas que ainda não foi descoberto. Tomemos como exemplo a área que hoje pertence ao Estado do Tocantins – e que representava pouco mais de 4% da economia do Estado de Goiás à época em que foi governado pelo nosso brilhante Senador Maguito Vilela. Hoje, decorridos doze anos de sua criação, se estivéssemos juntos, se fôssemos agora reunidos com Goiás e essa conta fosse feita, já teríamos ultrapassado 30%, em termos do que reunimos na nossa economia, no nosso desenvolvimento. Se Palmas não tivesse sido criada, crescendo a uma taxa de 30% ao ano, muitas pessoas certamente estariam se dirigindo para Brasília – se não houvesse Brasília, para o sul do País – e estaríamos cada vez mais espremidos nas grandes cidades. No Estado de V. Exª o quadro ainda é pior, pois a taxa de ocupação é de menos de quatro habitantes por quilômetro quadrado, como se tivéssemos ali um acidente geográfico ou alguma coisa que impedisse a presença do homem, fato que sabemos não existir. V. Exª tem participado dessa discussão que se faz em diversas cida-

des do norte do País, em simpósios, seminários, fóruns de debate. Às vezes, vejo alguns setores da imprensa tratarem o assunto com reserva, mas, se observarmos não apenas o Tocantins, mas os Estados que nasceram fruto da Constituinte de 1988, vamos analisar que nesses Estados, a exemplo do Tocantins, não temos problemas de ajuste fiscal, nem de endividamento e estamos devidamente enquadrados naqueles parâmetros que a Secretaria do Tesouro estabelece para Estados que respeitam a lei de responsabilidade fiscal e outras leis. Como médico, V. Exª sabe da escassez desse profissional no interior do País, nas pequenas cidades. Porém, com a criação do Estado de Tocantins, constatamos um considerável aumento no número de médicos que hoje atendem nas pequenas cidades do nosso Estado. A divisão do Estado realmente aproximou o nosso sofrido povo da cidadania. Portanto, Senador Mozarildo, eu não poderia deixar de fazer este aparte. Não quero tomar o tempo de V. Exª, mas esta Casa vive um momento importante quando V. Exª traz aqui, de forma aprofundada, o debate da redivisão territorial. Precisamos, efetivamente, ocupar o nosso território, trazer o desenvolvimento para o interior e explorar as nossas riquezas naturais. Parabenizo V. Exª. Fico orgulhoso de ver o nosso PFL, na sua pessoa, abordar um assunto de tão grande e relevante importância. Porém, esse não é um assunto partidário; é um assunto de interesse nacional, suprapartidário, e creio que essa batalha que V. Exª trava em favor da redivisão territorial terá êxito. Parabéns.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço ao aparte de V. Exª. Quero registrar aqui, até com emoção, que fui testemunha da luta do seu pai, quando ambos éramos Deputados Federais, da luta que ele encabeçou, tomou quase como objetivo de mandato: a criação do Estado do Tocantins. Ele estava certo. V. Exª demonstrou, modestamente, a realidade de Tocantins. Realmente, fico orgulhoso de ter sido aparteado por V. Exª.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço com honra o aparte de V. Exª, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, também quero me congratular e me solidarizar com V. Exª pelo brilhante pronunciamento. Como disse o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, esse é um caso de interesse de todo o Brasil, de todo o povo brasileiro. Veja V. Exª que a divisão foi excelente tanto para o Estado do Tocantins quanto para o Estado de Goiás. Todos nós – Deputados Federais e Senadores da República –, suprapartidariamente, votamos a favor da divisão do Estado de Goiás, no que fomos apoiados por todo o povo goiano. O norte do Estado de Goiás ficava distante das decisões e da própria cidadania do povo, como disse o nobre Senador, porque os governadores, às vezes, não dispunham de tempo suficiente para visitar todas as suas cidades. Recordo-me, também, do grande acerto que foi a divisão do Estado do Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os quais se desenvolveram plenamente e de forma acelerada, transformando-se hoje em Estados com muitas potencialidades extraordinárias para o Brasil. Lembro-me também que, na Constituinte, surgiu a possibilidade de dividir-se o Estado de Minas Gerais. Aquela Unidade da Federação tem aproximadamente 1.000 Municípios, muitos dos quais não recebem a visita de seus governadores – uma reclamação quase geral no Estado. Na ocasião, votei a favor da criação do Estado do Triângulo Mineiro. Portanto, eu mesmo, quando Deputado Constituinte, e antes, como Deputado Estadual, em Goiás, já defendia a redivisão dos Estados brasileiros, por entender que todos ganham com isso, tanto o Brasil como o povo. O mundo de hoje não é apenas dinâmico; é supersônico, é globalizado, portanto, não podemos mais admitir Estados tão grandes. É difícil até para o próprio governador dividir eqüitativamente as rendas do Estado. Por isso, quero cumprimentá-lo. V. Exª está num caminho corretíssimo, o Brasil tem que realmente acelerar essas redivisões, inclusive em outros Estados. Já foram aprovados aqui três territórios e V. Exª agora defende o Estado do Araguaia. Acredito, sem dúvida alguma, que sua iniciativa vai merecer a aprovação na Câmara. Portanto, quero parabenizá-lo por trazer a esta Casa um tema tão importante para o Brasil e para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço muito o aparte de V. Exª, Senador Maguito Vilela, pois vem somar-se ao do Senador Eduardo Siqueira Campos, que representa um Estado fruto de desmembramento. V. Exª traz o seu testemunho como representante da área remanescente. O seu Estado de Goiás – de acordo com o seu testemunho – ganhou, e muito, com esse desmembramento. Portanto, dois apartes que enriquecem meu pronunciamento e me deixam mais convicto de que essa tese tem que ser levada a sério, tem que ser realmente discutida e aprovada, assim como já foi a do desmembramento

do oeste do Goiás, para criar o Tapajós, e a do oeste do Amazonas, para criar os três territórios federais.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço, com muita honra, o Senador Tião Viana, do Estado do Acre.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Morazildo Cavalcanti, cumprimento V. Exª por seu pronunciamento e dou o meu testemunho de que V. Exª tem sido um pregador de uma nova maneira de olhar a Região Amazônica, numa visão de que é possível redesenhar o seu modelo geopolítico e a sua situação geográfica, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento humano e socioeconômico. V. Exª representa o limite norte da Pátria e eu o limite oeste. Seguramente, nós sabemos o que significa a distância e o que é viver numa região com dimensão continental. E não posso entender que esse processo seja tratado pelo Estado brasileiro como se fosse algo estático e não uma situação dinâmica que precisa, de fato, de uma compreensão, visando o desenvolvimento humano e socioeconômico de maneira permanente. Veja V. Exª que existem situações atípicas. Nós que somos da Amazônia testemunhamos populações que vivem em um Município dividido de outros municípios por um rio, numa concepção antiga de limite geográfico. Existem famílias que têm todos os seus parentes de um lado do rio e, por se mudar para outra margem do rio, passam a ter os seus filhos registrados em outro Município ou em outro Estado, agravando uma situação que não é comum, ao invés de se olhar para a vocação cultural, socioeconômica da Região Amazônica e o perfil da população no seu sentido verdadeiro. O Brasil tem uma dívida com relação à Amazônia, no sentido de redesenhá-la, pensando em um modelo de desenvolvimento à altura do que a Região merece. A Amazônia Oriental deve ser olhada como a Amazônia dos projetos de desenvolvimento que vão da metalurgia a projetos energéticos, pecuários e madeireiros; e a Amazônia Ocidental naquilo que ela tem para dar, naquilo que chamamos de uma economia doméstica, numa visão de desenvolvimento sustentável, considerando a imensidão do nosso patrimônio genético e apontando-o como um corredor para o Terceiro Milênio, que possa elevar o Brasil no cenário internacional. E, assim, nós possamos ver a Amazônia no seu sentido geopolítico pleno. O Acre é um Estado brasileiro por opção, onde um líder revolucionário conduziu 30 mil seringueiros a uma ação de independência e a favor do Brasil. Portanto, entendemos que precisamos recuperar o que perdemos no passado. A revista **Época** desta semana circulou com uma reportagem ampla sobre o assunto, com debates serenos e maduros de Governadores da região, como o Governador Jorge Viana, que falou sobre essa nova redivisão geoespacial. Existe o trabalho de V. Exª, que conta com a credibilidade de todo o Congresso Nacional e a nossa tentativa é de que o Governo brasileiro acompanhe, apoie e estej a dinamizando essa discussão que, sem dúvida nenhuma, trará um novo desenho e uma nova visão de desenvolvimento para a Amazônia. Não interessa a ninguém da Região uma Amazônia destruída, mas interessa uma Amazônia capaz de responder àquilo que o Brasil precisa e para a qual a comunidade internacional tem seus olhos voltados. Cumprimento-o e acredito que a questão dos territórios que V. Exª já expôs dentro do Senado Federal é um passo decisivo para que possamos avançar numa visão de recuperação e um tratamento não estático da questão, que precisa de uma revisão, sem dúvida alguma. Acredito que V. Exª seja merecedor de todos os méritos em relação a essa discussão. O Acre tinha 284 mil quilômetros quadrados no início do século e hoje tem 159 mil quilômetros quadrados, e isso precisa ser revisto. Existe um cinturão de população que vive com toda vocação econômica, social e cultural voltada para o Acre e essa população pertence a outros Estados. Isso não é correto e precisa de uma revisão, com inteligência e serenidade, de nossas autoridades.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Tião Viana, agradeço muito o aparte de V. Exª e vou aproveitar, inclusive, um termo utilizado por V. Exª: redesenhar esse mapa do País em benefício dos cidadãos que vivem nessa imensa Região Amazônica. Como falei no início do meu pronunciamento, apenas três Estados representam praticamente mais da metade da área do País.

É verdade que precisamos redesenhar esse mapa, inclusive considerando a tese que o Governador do Acre defendeu na Revista **Época**. Considero, no mínimo, interessante discutir. Não se pode colocar nessa discussão a emoção, a questão do sentimento apenas de "essa terra é minha e eu não abro mão". Todos somos brasileiros, todos os Estados são do Brasil e não podemos pensar em ter esse tipo pequeno de sentimento.

Nessa ida a Mato Grosso, tive a companhia do Senador Jonas Pinheiro, que está presente no plenário e a quem quero agradecer, e também do Senador Carlos Bezerra. Agradeço também ao Presidente da

Assembléia Legislativa, Deputado Bosaipo; ao Deputado Silval, pelo dinamismo na organização do evento; ao Vereador Baiano, Presidente da Câmara Municipal de Sinop. Não poderia também deixar de registrar o empenho que teve o Sr. Francisco, que é o Presidente de uma comissão que há muito tempo defende a criação do território do Araguaia, que hoje se incorporou nessa tese de não criar um território, mas um Estado na metade norte de Mato Grosso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, nesta última sexta-feira, estive em Santarém, em uma das principais cidades da região que viria a se transformar no Estado de Tapajós – como também em Belém e Cuiabá –, onde percebi que o tema que V. Exª apresenta em seu projeto, prevendo as divisões mencionadas, encontra uma guarida muito importante. Fui convidado a fazer uma palestra na Faculdades Integradas Tapajós, para cerca de 700 pessoas, entre alunos e professores. Embora o tema da palestra fosse o Programa de Garantia de Renda Mínima e os meios de melhorar a distribuição de renda no País, as principais perguntas que vieram do auditório foram relacionadas também à questão da divisão territorial e da possibilidade de criação do Estado do Tapajós. Então, pude esclarecer que o Partido dos Trabalhadores, representado pelos sete Senadores que apreciaram a proposta de V. Exª, considerou importante que o povo do Estado do Pará tivesse a possibilidade de escolha. Seria um tanto estranho e difícil que um Senador de São Paulo chegasse aos residentes do Estado do Pará e dissesse "sim" ou "não" para essa proposição. Creio que o caminho adequado é que haja a oportunidade de escolha, de decisão, sobretudo do próprio povo do Pará, em grande debate, assim como do povo do Mato Grosso no que diz respeito à possibilidade de criação do Estado do Araguaia e outros. Mas, obviamente, as experiências ocorridas nas últimas décadas, sobretudo com a divisão do Estado do Mato Grosso, assim como a criação do Estado do Tocantins, desmembrado do Estado de Goiás, representaram uma notável experiência. Então, hoje, certamente, a população dos Estados em questão terão muitos elementos para saber das vantagens e desvantagens, os custos e os benefícios. Porque, de um lado, se há a criação de um novo Poder Executivo, com sua sede, funcionários, a criação de uma Assembléia Legislativa, com seus servidores, e há aqui mais uma, duas ou três bancadas no Senado Federal, mais os órgãos da Justiça, e assim por diante. Tudo isso representa um custo, mas é preciso que cada uma dessas unidades – e a população de cada uma delas – examine muito bem por que razão a população, por exemplo, do que é hoje o Estado de Tapajós não recebe a devida atenção seja do Poder Executivo, seja do Poder Legislativo, em Belém. Que circunstâncias acarretam esse fato? Percebi que a proposta de V. Exª alcançou uma grande repercussão ali naquelas regiões. Em especial, fui testemunha disso em Santarém, que é uma das áreas do Tapajós. Quero transmitir a V. Exª que percebi a importância do tema que V. Exª tem levantado no Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. MOZARILO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço a V. Exª o aparte, Senador Suplicy. Como bem disse, embora o Estado de São Paulo, teoricamente, seja contra, porque perderia um pouco do poder político, V. Exª demonstrou, por intermédio inclusive do debate e da votação do projeto de criação do Tapajós, maturidade, conhecimento e visão de Brasil excelentes.

Quero agradecê-lo não só por aquela votação, mas por esse aparte e, tenho certeza, pelo voto de V. Exª e do Partido dos Trabalhadores quando da apreciação da matéria que propõe a criação do Estado do Araguaia.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Antes de ouvir o Senador Jonas Pinheiro, que solicitou aparte, ouvirei o Senador Amir Lando, que também pertence a um Estado que é fruto do desmembramento; portanto, criado pelos mesmos mecanismos que estamos propondo para o Tapajós, para o Araguaia e para os territórios no oeste do Amazonas.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª aborda um tema que não é exatamente do interesse do seu Estado, não é do interesse específico da sua unidade da Federação, mas é do interesse do Brasil. E a legitimidade dessa iniciativa, mais do que nunca, mostra a isenção da proposta de V. Exª, que vislumbra a necessidade de desenvolvimento da Amazônia e, sobremodo, a ocupação desses vazios demográficos, dessa terra sem homem, sem braços para trabalhar e, por que não dizer, sem vivificação humana capaz de afirmar a soberania nacional. Ora, não há dúvida de que as propostas de V. Exª encontram eco não apenas na população local envolvida mas sobretudo no destino deste

País. Portanto, entendo que o Congresso Nacional, por meio do Senado e da Câmara, deve dar prioridade à apreciação dessa redefinição geopolítica do Brasil. Não há dúvida de que a região amazônica precisa diminuir a extensão dos seus territórios, o que tornará plausível a sua administração. E sabemos, como já dizia Bonaparte, "que se governa de longe, mas administra-se de perto". Mais do que nunca, aqui é necessária a ação do Estado, por intermédio dos serviços essenciais, para dar sustentação a uma população rarefeita. Este País só será realmente brasileiro, sobretudo nas imensidões da Amazônia, naqueles rincões de vasta solidão, se pudermos estruturar a sociedade politicamente para que a ocupação se torne efetiva, como aconteceu com Rondônia. Quando o Estado foi criado, havia apenas um princípio de ocupação irracional. Foi a criação do território nacional que efetivamente possibilitou que um dia aquela região fosse habitada, fosse povoada e, hoje, se transformasse num Estado promissor, porque as terras são férteis. Temos que extrair do solo aquilo que ele está apto a oferecer à população. Respeitando o meio ambiente sim, mas, sobremodo, respeitando o direito à vida, à cidadania, principalmente daqueles brasileiros excluídos, que encontraram no meu Estado uma oportunidade para semear, colher e recolher a esperança e a felicidade. Por isso, mais uma vez, ao parabenizar V. Exª, quero dizer que é chegada a hora de se repensar a divisão territorial do Brasil para dar oportunidade a terras ínvias e desabitadas de um dia realmente participarem do grande concerto nacional. Parabéns, mais uma vez, à iniciativa de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª já ultrapassou o seu tempo em mais ou menos 15 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço maior tolerância de V. Exª para poder encerrar o meu pronunciamento com o aparte do Senador Jonas Pinheiro, do Mato Grosso, portanto, uma pessoa mais do que legítima para abordar a questão da criação do Estado do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Apenas lembro a V. Exª que há outros oradores inscritos, mas asseguro-lhe que a Casa se sentirá muito bem em ouvir o Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiro, queremos agradecer a presença de V. Exª no último final de semana no Estado de Mato Grosso e a honra de acompanhá-lo até a cidade de Sinop, no norte do Estado, o que, evidentemente era obrigação nossa, pela velha amizade que temos no Congresso Nacional e por sermos companheiros de Partido. O projeto de V. Exª calou profundamente naquele pedaço do Brasil. Até as divergências entre o leste e o oeste do meu Estado hoje estão harmonizadas, em função da luta que se trava pela criação do Estado do Araguaia. Aquele entusiasmo que V. Exª constatou na região, o carinho com que V. Exª foi recebido evidentemente atestam aquilo de que outros apartes antes já falaram, o acerto do projeto de V. Exª. Participei do encontro e chamei bem a atenção para o fato de que o Estado de Mato Grosso não estava dividido apenas naquela reunião e na votação que possivelmente ocorrerá no dia 21 deste mês, no plenário do Senado Federal; que o passo seria maior, e o trâmite, longo. Portanto, não estávamos lá para vender ilusão para aquele povo, dizendo que tudo já estava criado: o Estado do Araguaia ou do Nortão, ou como queiram chamar a nova unidade. De toda forma, Senador Mozarildo Cavalcanti, Mato Grosso é grande e nele cabem mais Estados. Estamos apenas vislumbrando em que tempo, quando isso vai acontecer. Porém, mais cedo ou mais tarde, esse território brasileiro que é o Estado de Mato Grosso terá de gerar outras unidades da Federação dentro do Brasil. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço-lhe imensamente o aparte, Senador Jonas Pinheiro.

Como eu disse, sendo do Estado de Mato Grosso, V. Exª tem a maior legitimidade para abordar o assunto, inclusive – já que esse projeto de decreto legislativo exige 27 assinaturas de Senadores – V. Exª foi um dos Senadores que apoiaram a apresentação do projeto.

Portanto, ao agradecer não só o aparte como a presença de V. Exª no debate, quero registrar a importância do trabalho de V. Exª em favor dessa matéria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Se o Presidente me permitir, eu gostaria de conceder-lhe um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Faço um apelo ao Senador Romeu Tuma. O Orador já ultrapassou em 18 minutos o tempo que lhe é reservado. Apelo ao Senador Mozarildo para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pois não, Sr. Presidente.

Concluo solicitando dos nobres Senadores e Senadoras, por ocasião da votação do projeto de de-

creto legislativo que convoca o plebiscito para a aprovação da criação do Estado do Araguaia, prevista para ocorrer no dia 21, o apoio de todos, suprapartidariamente, como ocorreu quando da votação dos projetos que prevêem a criação do Estado do Tapajós e dos Territórios Federais do Rio Negro, Solimões e Juruá, no oeste do Amazonas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2001

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as segiuntes homenagens pelo falecimento do jornalista, advogado e ex-Dirigente do PSB-SE ocorrido no dia 12 do corrente, José Rosa de Oliveira Neto.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2001. – Senador **José Eduardo Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não teria palavras melhores para homenagear José Rosa de Oliveira Neto do que as publicadas, sob forma de editorial, na **Gazeta de Sergipe** de hoje, jornal com o qual ele colaborou durante muitos anos. Por isso, vou ler, na íntegra, o editorial, acredito que dentro dos cinco minutos regimentais:

> José Rosa de Oliveira Neto, jornalista por vocação, advogado e político por opção, morreu ontem, aos 72 anos, em Aracaju, enlutando o Estado de Sergipe e a família sergipana. Era um homem de bem, devotado ao Estado, engajado, sempre, nas vanguardas que pugnaram pelas mudanças, no sentido de melhorar a vida sergipana, em todos os lugares. Originário de Tobias Barreto, foi em Aracaju que viveu a juventude, conheceu o drama da população pobre, estimulou com sua palavra amiga os mais jovens, militou entre os progressistas, compondo uma esquerda lúcida, responsável, mediando o idealismo com o pragmatismo, ocupando espaços nas oportunidades julgadas fundamentais ao processo de evolução política da própria sociedade.
>
> José Rosa de Oliveira Neto, ou simplesmente Zé Rosa, como gostava de ser chamado, viveu os capítulos mais importantes da história contemporânea de Sergipe. Formado na escola das lutas em favor das grandes causas, defendendo a redemocratização de 45, a anistia, participando da campanha "O Petróleo é Nosso", enfrentando a repressão e a prisão, foi dos primeiros alunos da Faculdade de Direito de Sergipe, entrou cedo no Partido Socialista Brasileiro, e no jornalismo, montando uma retaguarda da maior valia para a formação da opinião pública, desmistificando o noticiário viciado, dirigido, através desta **Gazeta de Sergipe**, casa que amou por longo tempo, e da qual foi um dos seus mais ilustres colaboradores.
>
> Poucos influíram tanto como José Rosa na imprensa sergipana. Assim como há uma geração que descende de Orlando Dantas, da qual o próprio Zé Rosa era exemplo, há também uma geração que recebeu todos os ensinamentos, orientações, e a quem dedica explícita admiração, como é o caso exemplar de Ivan Valença, como foi o caso de Carlos Alberto, o Chatô, meteoro de inteligência, vivacidade, criatividade, ou, ainda, José Carlos Monteiro, que fez carreira no Rio de Janeiro e ainda hoje atua no jornalismo, como comentarista internacional da Globo News. São muitos os seguidores de José Rosa no jornalismo sergipano, como são muitos os advogados, políticos, que tinham no amigo mais velho um líder, uma referência a ser seguida, como atesta, sempre, Wellington Mangueira, espécie de ponte intelectual e ideológica.
>
> As idéias progressistas, inovadoras, ganharam grande impulso com José Rosa de Oliveira Neto, pela sua formação, militância, formulação teórica e capacidade de dialogar. Apaixonado pelas causas socialistas, a elas dedicou tempo e fidelidade, poucas vezes trocando a participação ativa pela ocupação de cargos públicos. Numa dessas raras exceções, ocupou a Casa Civil do Governo Seixas Dória, que ajudou a eleger. Fo-

ram 13 ou 14 meses, nada mais que isto, de uma experiência válida, que, no entanto, valeu uma prisão, uma suspeita permanente, como uma censura que somente o tempo diluiu. Durante o período em que esteve no Governo soube ser firme, operoso, dando uma contribuição correta, equilibrada, que a história registra e o testemunho contemporâneo comprova.

É lugar comum dizer-se que a morte de um vulto ilustre empobrece o Estado e o povo. Mas não há como fugir a essa verdade, que comove, dói e enlutece. Os artigos nos jornais e nas revistas, as conferências, pareceres, opiniões, o pequeno livro sobre Tobias Barreto, tudo resume uma biografia ilustrada, de um homem de idéias, consciente do seu papel, e principalmente do contexto que aprendeu a conhecer como poucos. Jamais ficou ausente das boas causas. Na OAB, no aconselhamento político-partidário, na participação partidária propriamente dita, ou no contato com a Justiça, como advogado, o que se tinha era um homem capaz de ser sereno com os amigos, ou inflamado na defesa de suas idéias e pontos de vista. Assim viveu, deixando a cada dia um dos melhores exemplos, que as novas gerações de sergipanos herdam para o futuro.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço minhas essas palavras do jornal **Gazeta de Sergipe**, na homenagem ao grande sergipano José Rosa de Oliveira Neto, que faleceu ontem. Gostaria que essa homenagem fosse assumida pelo Plenário do Senado, na forma do requerimento que apresentei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

S. Exª declina da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Melo, Srªs e Srs. Senadores, ontem, na cidade de Águas Lindas, em Goiás, o Presidente da República, juntamente com o Ministro Paulo Renato Souza, anunciou modificações no programa que chamou de "bolsa-escola", referindo-se ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação. O Presidente anunciou modificações na Lei nº 9.533, de 1997, consubstanciadas em nota divulgada pelo Ministério da Educação, bem como nos pronunciamentos realizados, ontem, tanto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto pelo Ministro Paulo Renato Souza.

Ainda temos algumas dúvidas sobre o que, efetivamente, o Presidente e o Ministro da Educação estão anunciando, pois seria próprio que debatêssemos em profundidade os aperfeiçoamentos da Lei nº 9.533, sancionada em 10 de dezembro de 1997, para então verificarmos como poderíamos tratar desse assunto.

Sr. Presidente, solicitei ao Ministério da Educação o instrumento que foi efetivamente publicado. Questionei se há uma nova proposta de lei ou se uma nova medida provisória já foi publicada.

Sr. Presidente, hoje, às 17 horas, participarei de uma audiência com o Ministro Paulo Renato Souza, ocasião em que solicitarei esclarecimentos a S. Exª e também farei sugestões quanto às modificações propostas pelo Presidente da República.

Foi-me enviada, pela assessoria do Ministro da Educação, a medida provisória, ainda sem data – acredito que ela não tenha sido publicada hoje no **Diário Oficial**; não sei se o Sr. Presidente Geraldo Melo recebeu uma outra notícia –, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação, denominado Bolsa-Escola, e dá outras providências.

Sr. Presidente, quero aqui assinalar passos importantes e positivos que estão sendo tomados.

O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação, também denominado Bolsa-Escola, está sendo grandemente ampliado: passa-se de R$180 milhões, gastos no ano 2000, para R$1,7 bilhão, que já constam do Orçamento aprovado para 2001. Isso, além de ser um ponto importante, demonstra o reconhecimento de que o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação tem obtido resultados positivos. E mais do que isso, o Governo assim reconhece.

Diz a nota do Ministério da Educação:

> Com recursos de R$1,7 bilhão, o Governo Federal abre o ano letivo de 2001 com um grande programa de Bolsa-Escola que vai atender a 10,7 milhões de alunos de seis a 15 anos e 5,9 milhões de famílias em todo o País. Cada criança matriculada, até o número de três por família, receberá R$15,00 por mês, podendo chegar até R$45,00 por família.
>
> O Bolsa-Escola amplia o Programa de Garantia de Renda Mínima, que, em dois anos de funcionamento, possibilitou a entrada e permanência na escola de cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes em 1999 e de 1,7 milhão em 2000.
>
> Multiplicado por dez em relação à verba disponível em 2000, o Ministério da Educação contará com recursos provenientes do Fundo de Combate à Pobreza, criado por iniciativa do Congresso e acolhido pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Diz a nota ainda que – e aqui há outro ponto importante – "a Bolsa-Escola poderá ser estendida a todos os municípios, capitais e regiões metropolitanas. São alvos do programa as famílias com renda familiar **per capita** até meio salário mínimo por mês, que tenham filhos matriculados e freqüentando o ensino fundamental".

Assinalo que essa decisão do Ministro da Educação leva em conta a proposta que aqui formulamos por ocasião da discussão da Lei n° 9.533, quando colocamos na lei especificamente os seguintes pontos: 1) poderia a União acelerar o cronograma de aplicação da lei; 2) a partir do quinto ano da aplicação da lei – que seria o ano de 2002 –, todos os demais municípios, inclusive as capitais, teriam acesso àquele benefício, o que permitiria, portanto, que as capitais ou os municípios com renda e arrecadação **per capita** acima da média do respectivo Estado pudessem ser beneficiados.

Mas agora a nova medida provisória – não sei se já foi assinada e publicada, mas já foi anunciada ontem – determina que, de fato, todos os municípios e, inclusive, as capitais dos Estados poderão ser beneficiados pelo programa.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte a V. Exª. Lembro que, inclusive, Teresina terá a possibilidade de se inserir no Programa de Garantia de Renda Mínima.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Nobre Senador, muito obrigado pela gentileza. Gostaria que V. Exª repetisse o valor do benefício dado a cada família. São R$15,00 por criança ou por família?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nobre Senador Alberto Silva, na Lei nº 9.533, o benefício por família, com o Governo Federal financiando a metade, e o Município ou o Estado, a outra metade, estava assim definido: R$15,00 vezes o número de crianças até 14 anos naquela família menos a metade da renda familiar **per capita**". Isso, em média, gerava um benefício modesto por família, variando de R$35,00 a R$45,00, às vezes chegando a R$60,00, o que é relativamente modesto, dependendo do tamanho da família.

Agora o Governo Federal modifica esse valor dizendo que o benefício por família será de R$15,00 por criança, sendo até três o número máximo de crianças beneficiadas por família. Isso significa que, se numa família houver cinco ou seis crianças, o benefício será no máximo de R$45,00. E, nessa medida provisória, está definido que o Governo Federal será o responsável integralmente por esse benefício, ficando o Município com a responsabilidade de prover os outros programas que eventualmente possam beneficiar a família. Mas o benefício em si, do ponto de vista do seu financiamento, será de responsabilidade do Governo Federal.

Sr. Presidente, quero fazer um comentário sobre a fórmula, até porque nós, no Senado Federal, já aprovamos uma outra fórmula que não essa.

Nobre Senador Alberto Silva, continuo ouvindo o aparte de V. Exª.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Muito obrigado, nobre Senador. Hoje, li em um jornal que, em São Paulo, uma menina declarou que ganhava bem mais do que R$15,00 numa lanchonete. Ela disse que sua irmãzinha precisava de tratamento e que, portanto, ti-

nha que complementar o salário de sua família. Dessa forma, ela tinha que trabalhar para fazer jus a muito mais do que R$15,00. Creio que seria o caso de se estudar alguma fórmula que permitisse à família ganhar um pouco mais. Existe o Fundo de Pobreza. V. Exª tem idéias muitos criativas e, agora mesmo, acaba de demonstrar isso. Estou pronto a colaborar com V. Exª, no sentido de encontrarmos uma resposta para essa colocação feita por uma conterrânea de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Alberto Silva, V. Exª me propicia a oportunidade de chegar ao ponto que eu queria.

Apresentei no Senado uma proposta modificando aquela que eu considerava restrita, a da Lei nº 9.533, dizendo que o benefício por família, em vez de ser de R$15,00 vezes o número de crianças até 14 anos menos metade da renda familiar **per capita**, pudesse ser definido por uma proporção como a de 30%, 40% ou 50% da diferença entre o número de pessoas na família vezes o patamar de meio salário mínimo, que está definido na lei, menos a renda familiar.

Vamos supor que houvesse uma família composta por pai, mãe e quatro crianças. Certamente, essa família teria o direito de participar do programa desde que a sua renda fosse menor do que meio salário mínimo **per capita**. Hoje, o valor do salário mínimo é de R$151,00; a metade dessa importância é R$75,50. Portanto, se a renda dessa família for menor do que seis vezes R$75,50 – ou seja, menor do que R$453,00 –, ela estará habilitada a receber aquele direito. Suponhamos que o chefe dessa família esteja recebendo apenas R$153,00. Pela minha proposição, essa família teria direito a receber metade da diferença entre R$453,00 e os seus R$153,00 – portanto, metade de R$300,00 mais R$150,00 –, e a sua renda passaria para R$303,00.

Esse formato leva em consideração alguns fatores: o tamanho da família, a renda da família e o aspecto resultante de uma grande reflexão dos economistas – e estranho o fato de o Governo Federal não tê-lo considerado, apesar de já ter sido apreciado pelo Senado Federal –, que é sempre haver um estímulo para as pessoas estarem trabalhando e progredindo, mas se garantindo a todos um mínimo de renda.

O que estranho é que o Ministro da Educação, economista que é, não observou esse último aspecto e também não levou em consideração o formato já aprovado pelo Senado Federal, que modifica a lei, recebeu parecer favorável do Senador Ney Suassuna e foi votado por todos nós. O projeto está na Câmara dos Deputados, e o Ministro sabia disso. Mencionei o Senador Ney Suassuna, que acaba de entrar, dizendo que seu parecer foi favorável. Parece-me que há má vontade por parte de alguns assessores do Governo que não dialogam o suficiente sobre um aspecto que é da maior relevância, qual seja a influência de um programa como esse sobre o mercado de trabalho.

Senador Alberto Silva, tenho a convicção de que o Programa de Garantia de Renda Mínima, com um desenho bem formulado, terá enorme impacto sobre o mercado de trabalho. E o Ministro da Educação deveria estar dialogando com os Ministros do Trabalho, da Fazenda, da área econômica e da Integração, o Senador Fernando Bezerra, que deveria estar interessado nesse assunto.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Ney Suassuna, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quando V. Exª apresentou esse projeto – aliás, admiro V. Exª pela persistência com que o defende –, também o considerei de importância vital para o País. Esse programa pode representar uma das saídas econômicas em que muitos não acreditam, porque não perceberam o seu reflexo quando foi implantado em algumas áreas em outros países, como é o caso dos Estados Unidos. V. Exª tem citado o caso do Alasca. Se observarmos o resultado na própria economia dos Estados Unidos no governo passado de Bill Clinton, quando houve uma maior divisão de riqueza, essa tese, se analisada com profundidade, dará razão ao que fizemos. V. Exª foi o autor do projeto, do qual tive muita honra em ser o Relator. E acredito que o diálogo foi tão produtivo, que conseguimos encontrar uma solução que é muito mais racional. V. Exª apresentou essa variante na discussão, e nós compramos a idéia. Fui dela partícipe desde o primeiro momento em que V. Exª apresentou o Projeto de Garantia de Renda Mínima. Solicitamos a renda mínima escolar, que foi comprada depois por vários governos, obtendo um sucesso enorme. Acredito que haverá muita estátua erigida em homenagem a V. Exª quando abrirem os olhos e verificarem a importância desse projeto. Parabéns! Aproveito a oportunidade para dizer que V. Exª, depois de se lançar candidato à Presidência, parece ter perdido um pouco de peso e está muito mais em condições de enfrentar a luta que se aproxima.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de aparteá-lo mais uma vez, para concluir o meu pensamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Alberto Silva, terei o maior prazer em ouvi-lo mais uma vez. Antes, quero fazer uma observação em relação ao que expôs o Senador Ney Suassuna.

Primeiramente, agradeço, mais uma vez, a S. Exª pela forma como estudou e reconheceu a racionalidade da proposta que fiz, a qual infelizmente ainda não foi considerada pelo Ministro da Educação e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Hoje, às 17h30min, estarei com o Ministro, oportunidade em que ponderarei que a forma aprovada consensualmente pelo Senado é melhor do que a que está S. Exª propondo. Solicitarei que o Ministro leve em consideração o aspecto do mercado de trabalho.

O Senador Ney Suassuna lembrou bem que, hoje, nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Reino Unido e em outros países, existe o crédito fiscal para o trabalhador que tem família e não recebe o suficiente para sair da pobreza, tendo sua renda complementada como uma forma de Imposto de Renda negativo.

O Governo brasileiro, tão preocupado com a questão da Bombardier, com a Doença da Vaca Louca e com suas relações com o Canadá, até hoje não se deu conta de que esses países têm maior poder de competição em relação a nós porque possuem uma forma de Imposto de Renda negativo que combina um acréscimo de remuneração aos trabalhadores de baixa renda com uma maior possibilidade de gerar empregos e de dinamizar a sua economia.

O maior programa de natureza social do governo norte-americano, hoje, após o término do ano 2000 e do Governo Bill Clinton – pelo menos um dos maiores, atingindo mais de 20 milhões de pessoas –, é o crédito fiscal por remuneração recebida, que complementa a renda das famílias que não atingem determinado patamar. Esse programa foi expandido no início do Governo Bill Clinton, quando a taxa de desemprego, em 1992 e 1993, girava em torno de 7%. No fim do Governo Bill Clinton, as taxas de desemprego eram de 3,9%, 4,1% e 4%, as mais baixas dos últimos 30 anos. Mas parece que o Governo brasileiro não se deu conta disso. E poderia fazê-lo com um desenho mais racional e bem-feito.

O Senador Ney Suassuna assinala – e já tenho a percepção disso –que o caminho que devemos seguir e considerar, no qual devemos nos empenhar, é um desenho de garantia de renda mínima que estenderá a todos os brasileiros, universalmente, não importando a origem, a raça, o sexo, a condição civil e socioeconômica, a instituição de uma renda básica, porque aí estaremos eliminando ou diminuindo significativamente as fraudes que hoje ocorrem e que têm ocorrido, inclusive, com o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Em outubro passado, encaminhei ao Ministro Paulo Renato de Souza o depoimento de pessoas que estavam trabalhando junto ao MEC, junto às prefeituras, tirando um proveito extraordinário e desviando recursos. S. Exª, de pronto, abriu sindicância. E, hoje à tarde, quero saber qual o resultado da sindicância. Inclusive, encaminhei, na semana passada, a notícia de novas e contundentes fraudes que estavam ocorrendo.

Ontem, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Águas Lindas, mencionou que abomina todo o tipo de fraude, Sua Excelência estava se referindo a gravíssimas fraudes que estavam ocorrendo com esse programa, provocadas por prefeitos inescrupulosos que tentaram se enriquecer até mesmo à custa desses recursos tão modestos e restritos que estão sendo destinados às famílias mais carentes no Brasil. E havia, entretanto, empresas que estavam pedindo, só por assessorar prefeitos, até 15% daquela verba, apenas por estarem intermediando algo que não precisaria de intermediação alguma. Esse fato é da maior gravidade. É preciso acabar com isso.

Assim, quando instituiu um novo mecanismo, que é o cartão magnético, para a distribuição direta, o Governo o faz para diminuir a fraude, e nesse ponto estamos de acordo. Mas quero assinalar que a Prefeita Marta Suplicy, em 3 de janeiro, no terceiro dia de seu governo, veio falar com o Ministro Paulo Renato Souza e propôs-lhe uma parceria em três níveis. Foi falar também com o Governador em exercício, Geraldo Alckimin, e propôs-lhe o mesmo: Governo Federal,

Governo Estadual e Governo Municipal de São Paulo, juntos.

Com relação ao depoimento da menina a que V. Exª se referiu, em São Paulo há uma lei de garantia de renda mínima municipal que melhora o formato do programa. O que estabelece a lei em São Paulo? A família que não recebe até três salários mínimos – hoje, R$453,00 –, se tiver crianças de até 14 anos e aquelas em idade escolar freqüentando a escola, passa a ter direito a receber um terço da diferença entre R$453,00 e a sua renda. Portanto, se uma família estiver sem renda em determinado mês, desempregada, terá direito de receber um terço de R$453,00, ou seja, R$151,00. Se tiver, digamos, R$153,00 de renda, terá a possibilidade de receber mais um terço da diferença dos R$300,00 que faltam – R$153,00 mais R$100,00 são R$253,00, o que já é um acréscimo significativo –, e assim por diante, com o mesmo princípio de se manter o estímulo ao trabalho.

O que a Prefeita Marta Suplicy gostaria é que o programa do Governo Federal possibilitasse – mesmo que a União entrasse com R$15,00 por criança, até o limite de três, ou seja, de R$45,00 por família – a complementação dos recursos do Governo Municipal de São Paulo, ficando a outra parte a cargo do Governo Estadual. Assim, como há cerca de 309 mil famílias no Município de São Paulo que ganham até três salários mínimos, isso significaria o maior programa de renda mínima já efetivado no Brasil, algo que a Prefeita quer efetivar o quanto antes. Um aspecto importante é que o mérito seria distribuído pelos três níveis de governo: não seria só da Prefeita Marta, do PT, mas também do Governo Mário Covas e de Geraldo Alckimin, do PSDB, do Governo Fernando Henrique, do PSDB e do PFL, etc.

Então, se a idéia é boa, que a façamos nos três níveis, compartilhando o mérito e, obviamente, a responsabilidade pela boa execução de um programa que, tenho certeza, em São Paulo será efetuado com a maior seriedade possível. Podem estar certos de que também estarei atento para que lá não ocorra qualquer desvio, Senador Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Eduardo Suplicy, o tempo de V. Exª está esgotado há mais de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou terminando, Sr. Presidente. Se V. Exª permitir, concluirei, agora, o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa apenas solicita que V. Exª não conceda nenhum outro aparte.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Sr. Presidente, gostaria apenas de cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela oportunidade de ouvi-lo sobre um assunto que me interessava. Senador Eduardo Suplicy, pela forma como São Paulo fez, gostaríamos de contar com o apoio de V. Exª para estender esse programa a todo o Brasil. Se deu certo em São Paulo, tem que dar também no resto do Brasil. Acrescentaria que o Fundo de Combate à Pobreza, que aprovamos nesta Casa, não teria uma aplicação mais apropriada do que esta: educar e distribuir a renda para todos os brasileiros. A expansão da oportunidade de trabalho, como V. Exª frisou, é uma das maiores conquistas desse programa. Acredito que V. Exª, ao falar com o Ministro Paulo Renato, não deve apenas reclamar da fraude, mas, como disse no princípio, mostrar a excelência da proposta aprovada no Senado, com base no relatório do Senador Ney Suassuna. Quero cumprimentar V. Exª por ter-me concedido este aparte e possibilitado conhecer algo que se faz em São Paulo e que poderá ser muito bom para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Requeiro, Sr. Presidente, seja inserida, como parte de meu pronunciamento, a carta da Prefeita Marta Suplicy ao Ministro Paulo Renato Souza e ao Governador em exercício, Geraldo Alckimin, datada de 7 de fevereiro de 2001, em que S. Exª propõe a coordenação de esforços dos três níveis para que haja, inclusive, o reconhecimento do mérito por todos do esforço tripartite.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

São Paulo, 7 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Excelentíssimo Senhor Governador em Exercício
Geraldo Alckmin

Prezados Senhores:

Venho reiterar a determinação do meu governo, conforme expressei nos encontros dos dias 03 de Janeiro e 05 de Fevereiro e nos ofícios entregues nestas duas ocasiões, no sentido da conjugação dos esforços dos três níveis de governo com o objetivo da ampla implementação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima no município de São Paulo.

Este Programa, que tem como objetivos promover o acesso e permanência de crianças de famílias carentes à escola, evitar o trabalho infantil, promover o nível de emprego e melhorar a distribuição da renda, dará concretude aos nossos esforços e objetivos comuns.

Insisto mais uma vez neste ponto porque de ambos (Governo Federal e Governo do Estado de São Paulo) ouvi palavras de boa vontade e é vital que todos saibamos se os três entes da federação compartilharão responsabilidades na execução do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima em São Paulo.

Retorno, portanto, aos argumentos já apresentados em nossos encontros e nos documentos que lhes entreguei.

Existem hoje programas com desenhos diferentes que vêm sendo realizados ou estão prestes a serem desenvolvidos pelos governos municipal, estadual e federal e que, se melhor coordenados, poderão atingir seus objetivos comuns de forma mais eficaz. No caso de São Paulo, os programas são os seguintes:

- A Lei 12.651, de 6 de maio de 1998, de responsabilidade do governo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

estejam na escola, passa a ter o direito de receber um terço da diferença entre os três salários mínimos e a sua renda;

- Programa Complementando a Renda, de responsabilidade do Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, que dirige-se às famílias que não recebem até R$ 50,00 por mês, e complementa a renda com um valor equivalente a R$ 50,00 vezes o número de pessoas na família. O PCR também exige a presença, na escola, das crianças em idade escolar;

- Programa Alimenta São Paulo, de responsabilidade do Governo Estadual, Secretaria da Agricultura, que prevê beneficiar 54.000 famílias com renda até meio salário mínimo mensal *per capita*, no município de São Paulo, no ano 2001, com uma cesta básica mensal equivalente a um valor de R$ 22,70.

- A Lei 9.533/1997, que autoriza o Governo Federal a financiar em 50% os gastos dos municípios que instituírem programas de Renda Mínima associados a Ações Sócio Educativas, tem como alvo as famílias com crianças e adolescentes até 14 anos de idade e renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo. Da mesma forma que os dois primeiros programas, é obrigatório que as crianças em idade escolar (7-14 anos) estejam matriculadas na rede escolar. A fórmula do cálculo do valor do benefício é a que segue: VB = R$ 15,00 x número de crianças até 14 anos menos metade da renda familiar per capita.

A lei prevê que o desenho do benefício de cada município possa ser outro, mas o apoio do governo federal se restringirá a 50% do valor da fórmula - que está por ser alterada - ficando os outros 50% por conta do município e ou do Estado.

Finalmente, a legislação também prevê que os municípios de renda *per capita* e arrecadação per capita acima da média do respectivo Estado só seriam contemplados a partir de 2002. Entretanto, existe a possibilidade, prevista na lei, de se acelerar o cronograma de implementação do programa, desde que haja recursos disponíveis e os resultados estejam sendo positivos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

Quero propor que no município de São Paulo possamos coordenar os esforços no sentido de canalizarmos para o programa Municipal, os recursos que os governos Estadual e Federal estariam colocando para programas de natureza e objetivos semelhantes. Quero propor, ainda, a coordenação dos três níveis e obviamente o reconhecimento do mérito pelo esforço empreendido.

Portanto, Senhores, a proposta do governo do município de São Paulo:

- que a Lei nº 9.533/98 seja aplicada no município de São Paulo – na forma de calcular o valor do benefício por família e conseqüentemente o repasse federal. Declaro a intenção de firmar o convênio (Prefeitura, FNDE/MEC) nos termos previstos na legislação federal;
- que o Governo Estadual destine ao PGRFM uma quantia equivalente àquela que as famílias recebem no Programa Complementando a Renda e uma quantia equivalente ao valor da cesta básica do Programa Alimenta São Paulo. O Programa Complementando a Renda estabelece um termo de colaboração mútua entre as prefeituras ou entidades sociais, mas a Prefeitura do Município de São Paulo não firmou o referido termo de colaboração, embora 1.300 famílias, no ano passado, estivessem incluídas no PCR. Declaro, portanto, meu interesse nesta colaboração.

Do ponto de vista da minha administração, a possibilidade de todos os municípios assinarem convênio nos termos da Lei 9.533/97 e de seu regulamento (Decreto Nº 3,117/99) é particularmente promissora, sobretudo para as capitais e suas regiões metropolitanas. A pobreza se concentra nesses municípios, provocando uma tensão entre a capacidade financeira e o contingente daqueles que têm sua sobrevivência física ameaçada ou vivem em situação particularmente penosa em virtude do acesso a uma parcela muito pequena da riqueza produzida.

Do ponto de vista da minha administração também é promissora a possibilidade de que Prefeitura de São Paulo, à exemplo de outras Prefeituras no Estado de São Paulo, assine o Termo de Colaboração previsto no Programa Complementando a Renda.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

O enfrentamento da pobreza, mesmo que localizado – famílias com crianças e adolescentes até 14 anos de idade e renda inferior a um certo patamar –, **exige**, não temos dúvidas, **o esforço conjugado dos três níveis governamentais**.

No município de São Paulo, por exemplo, a Fundação SEADE e o DIEESE estimaram que das 3063 mil famílias residentes no município, há 309 mil famílias (ou 10,1% do total de famílias, correspondendo a 1.228.000 indivíduos), com renda até três salários mínimos mensais e crianças até 14 anos de idade.

Parece evidente que um programa com essa envergadura não pode contar, exclusivamente, com a capacidade financeira de um único ente da federação. Mesmo que uma estratégia de implementação gradativa, focalizando no primeiro momento as famílias mais pobres – famílias com a presença de dependentes de até 14 anos e renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo – seja adotada, o número de famílias é bastante grande: 165.000 famílias (5,4% do total de famílias, ou 733.000 indivíduos).

Caso possamos concretizar nossa conjugação de esforços, como é minha intenção, esse **empreendimento tripartite provocará um impacto significativo** e imediato na situação de penúria em que vivem milhares de brasileiros no município de São Paulo e abrirá melhores possibilidades aos membros destas famílias.

Reitero, assim, Senhor Ministro e Senhor Governador, a proposta de ação coordenada e espero que os Senhores, com igual franqueza, se expressem formalmente sobre essa proposta.

Respeitosamente,

Marta Suplicy

Prefeita de São Paulo

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra em nome da Liderança do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª dispõe de cinco minutos, Senador Roberto Freire.

Em seguida, não havendo objeção do Plenário, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até tinha pensado em falar da tribuna, já que é a primeira vez que uso a palavra após o reingresso do PPS no Bloco de Oposição, junto ao PT e ao PDT.

Sempre me posicionei com muita clareza contra aqueles que, vendo dificuldades no momento atual, costumavam dizer que vivíamos como na época da ditadura ou pior. Muitas vezes, afirmei que quem assim pensava muito provavelmente não viveu naquele período. Agora, inclusive, vejo alguns se referirem à "ditadura do Executivo" em relação às medidas provisórias. Não dá para falar em ditadura nesse caso. São coisas bem distintas.

Mas, hoje, queria falar de um caso bem específico – em relação ao qual, concordo em que estamos vivendo tal como na ditadura –, que foi magistralmente apresentado à opinião pública brasileira pela jornalista Dora Kramer, em "Coisas da Política".

Lerei apenas alguns trechos.

> **Era assim na ditadura**
>
> Enquanto a imprensa, a sociedade e as instituições continuarem a aceitar a aplicação de métodos ilegais supondo que estão assim trabalhando em favor da restauração da moralidade, o Brasil permanecerá na condição de arremedo de democracia."

Dora Kramer diz mais adiante:

> Os que se consideram arautos da moralidade – aí incluídos imprensa, parlamentares e magistrados que não reagem – estão necessitando ser postos frente a uma dura realidade: não há nenhuma diferença entre eles, os espiões do antigo SNI e os que se utilizavam de seus serviços.

Ela está tratando de algo que a Constituição brasileira considera como crime, que é a escuta telefônica. A única possibilidade admitida pela Constituição de escuta telefônica é mediante autorização judicial e para a elucidação de crime para o qual existe inquérito ou processo.

O que a jornalista Dora Kramer está afirmando de forma magistral tentei dizer a um jornalista da **Folha de S.Paulo**, que julgou muito importante ter patrocinado uma gravação para descobrir imoralidades. Eu lhe dizia: "Você e o seu jornal estão patrocinando um crime". E isso nada mais é do que a afirmação tosca e primitiva, como diz Dora Kramer, de que os fins justificam os meios. De acordo com essa idéia, para se lutar contra a imoralidade, pouco importa que se pratique qualquer ilegalidade. Evidentemente que isso importa – e muito – em um Estado Democrático de Direito. E diria mais: principalmente agora, quando estamos assistindo, no Congresso Nacional, ao constrangimento de uma sucessão baseada em algo que o Estado Democrático de Direito tem mecanismos de apurar. Bastaria o Ministério Público abrir um inquérito civil contra o Sr. Jader Barbalho e o Sr. Antonio Carlos Magalhães, porque se acusaram, reciprocamente, da prática de crimes. Não sei se são verdadeiros. Não cabe ao Congresso, não cabe a nenhum Senador abrir um inquérito, mas caberia ao Ministério Público, por determinação da Constituição brasileira, fazê-lo. Não é com escuta telefônica, nem com métodos ilegais que chegaremos ao desiderato da sociedade brasileira.

Estou falando desses assuntos, porque a jornalista também diz:

> A falta de cerimônia instalada no Congresso – seja pelo uso de fitas agora , seja pela troca de insultos que deu origem à degeneração de costumes – deve-se em boa medida à aceitação de toda e qualquer forma de denúncia como salvo-conduto a todas as guerras.

É importante ter isso em mente, porque, para defender a democracia, o Estado de Direito, as liberdades públicas, existe a lei. Desrespeitando a lei, não vamos chegar a lugar algum, porque amanhã a vítima seremos todos nós.

Eu pediria que a Casa registrasse nos Anais o artigo da jornalista Dora Kramer.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO FREIRE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

ROBERTO FREIRE

Era assim na ditadura

Enquanto a imprensa, a sociedade e as instituições continuarem a aceitar a aplicação de métodos ilegais supondo que estão assim trabalhando em favor da restauração da moralidade, o Brasil permanecerá na condição de arremedo de democracia.

Se da primeira vez que os grampos telefônicos e as gravações resultantes deles tivessem sido repudiados como instrumentos do autoritarismo, talvez agora não estivéssemos encarando com naturalidade o fato de em plena casa das leis agirem todos à margem da lei.

Os que se consideram arautos da moralidade – aí incluídos imprensa, parlamentares e magistrados que não reagem – estão necessitando ser postos frente à dura realidade: não há nenhuma diferença entre eles, os espiões do antigo SNI e os que se utilizavam de seus serviços.

O que se assiste há algum tempo no país é a um elogio aos métodos de coleta de informação aplicados pelo regime militar, que argumentava com a necessidade de lutar contra o inimigo ideológico, da mesma forma como se argumenta hoje pela premência de se dar combate aos corruptos.

A resultante é rigorosamente a mesma: o desrespeito à lei. E nos dias de hoje com a agravante de que seus autores protegem-se sob os mantos de vestais. Pois conseguem apenas ser venais, uma vez que há instrumentos legais à disposição para que se faça o bom combate.

Sempre haverá quem diga que esses instrumentos são lentos, tolhem a agilidade necessária à luta em marcha, tornam as ações dependentes da Justiça que, como se sabe, cria entraves de ordem intransponível, principalmente quando esbarra em alguma ilegalidade.

Pois aí é que está o ponto: a Justiça em geral não se presta aos que precisam provocar o efeito espetáculo tão caro ao nosso jornalismo investigativo estilizado, que serve a qualquer senhor, menos ao cidadão que, cada vez mais indignado ante à impunidade, nunca é informado de que muitas vezes ela é resultado de leviandades de origem.

A abordagem desse tema é óbvio que guarda relação com as fitas divulgadas com diálogos de deputados que se mudaram do PFL para o PMDB, em suposta operação financeiramente negociada. Mas é também excelente oportunidade para tocar no assunto do uso do arcabouço autoritário no pressuposto de que com ele fortaleceremos a democracia, combateremos as agressões à ética.

O desrespeito à lei – já deveria ser ocioso informar – apenas incentiva o descumprimento desta, além de afrouxar critérios de tal forma que hoje deputados sena-

A luta pela moralidade torna-se também imoral se for baseada no

teremos as agressões à ética.

O desrespeito à lei — já deveria ser ocioso informar — apenas incentiva o descumprimento desta, além de afrouxar critérios de tal forma que hoje deputados, senadores e jornalistas não vêem nada de estranho em lançar mão do mais absoluto vale-tudo, uns na busca do poder e outros na caça de notícias.

A luta pela moralidade torna-se também imoral se for baseada no pressuposto da ilegalidade

É evidente que interessa à sociedade a revelação de métodos e modos aplicados dentro do Congresso. É claro que, se verdadeira a por enquanto suposição de que deputados negociaram seus mandatos, temos diante de nós um caso a ser profunda e amplamente investigado.

Mas é evidente também que a lei nos confere a prerrogativa de fazer tudo isso sem perder de vista que a manutenção do estado de direito é pressuposto básico para a garantia das liberdades democráticas.

É preciso parar de aceitar qualquer coisa com medo de que o apelo à legalidade soe como elogio à impunidade.

A proibição de escutas telefônicas foi instituída pela Constituição de 1988 que buscou enterrar o *entulho autoritário*. A autorização para as escutas ficou, assim, submetida à permissão judicial, da mesma forma como não se pode mais neste país fazer buscas ou prisões sem um mandado de instância abalizada.

Dá mais trabalho? Dá, mas a urgência de procedimentos é um dos argumentos mais caros aos ditadores. Foi assim aqui com a nossa — que aludia à tarefa de consertar o país —, foi assim em várias outras, como a recente ditadura de Alberto Fujimori, que clamava pela necessidade de moralizar com rapidez o Peru ao pretender governar sozinho, sem Congresso, sem imprensa, sem Judiciário.

É para imprimir rapidez às investigações criminosas que a polícia recorre à tortura. É mais fácil e, afinal de contas, os objetos dos castigos são apenas pobres diabos de fundos de delegacia. Houve época em que eram também de classe média, mas talvez esquerdistas a quem era preciso dar combate com rapidez.

Dirão os que acreditam que estando do lado do bem vale tudo que se comete aqui um exagero.

Mas é assim que começa tudo. Primeiro, aceitam-se pequenas ilegalidades e logo, mas muito rápido mesmo, nos tornamos vítimas delas.

A falta de cerimônia instalada no Congresso — seja pelo uso de fitas agora, seja pela troca de insultos que deu origem à degeneração de costumes — deve-se em boa medida à aceitação de toda e qualquer forma de denúncia como salvo-conduto a todas as guerras.

Fala-se qualquer coisa a respeito de quem quer que seja, e fica tudo muito bem conversado por isso mesmo. Pouco a pouco vamos perdendo, do lado de cá, autoridade para criticar os parlamentares que ora emporcalham as próprias biografias, num ambiente em que a calúnia é ampla, geral, irrestrita e festejada sob o patrocínio da celeridade garantida pela afronta à ilegalidade.

Trata-se da reinstalação do império do princípio de que os fins justificam os meios, o que é tosco, primário e, acima de tudo, revela o equívoco de ignorar que o vale-tudo acaba valendo para todos.

e-mail para esta coluna: dkramer@jb.com.br

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Tem a palavra o Senador Maguito Vilela, inscrito para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no Nordeste há um cientista especializado nos fenômenos El Niño e La Niña que tem feito, durante esses últimos anos, previsões cada vez mais próximas da realidade acerca do inverno e das chuvas naquela Região. As últimas previsões, divulgadas em todo o Nordeste, são de que teremos um ano muito mais difícil do que o ano passado. Neste momento, no Estado de V. Exª, Sr. Presidente, já há inúmeras cidades sem água. Na Paraíba, já temos 14 cidades, e, em área correspondente de Pernambuco, outras 14 ou 15 cidades estão sem água.

É uma pena que, mesmo quando o inverno parece regular, cidades nordestinas estejam vivendo esse drama. Mas o drama maior – e que nos preocupa – é que a única forma que temos para atender o povo de cidades como Serra Branca, Pedra Lavrada, São Mamede e Santa Luzia, na Paraíba, e as correspondentes da mesma área em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, é o atendimento por carro-pipa.

Esse é um assunto que já abordei neste plenário inúmeras vezes. Portanto, peço a cada Senador e, por que não dizer, aos que lá deveriam estar gerindo o Programa Carro-Pipa, que procurem ver qual a qualidade da água de um carro-pipa. A água parece caldo de cana ou leite, dependendo da origem, se do fundo de um açude lodoso ou de uma área barrenta de um daqueles barreiros das regiões onde há mais silício e alumínio. Essa é a qualidade da água que é servida às pessoas. E quanto isso custa à República? Hoje, um carro-pipa, para uma distância de 70 a 80 quilômetros, está custando R$25,00. Mas o preço que se paga pela contaminação, pela verminose e por todos os outros efeitos colaterais de uma água não-potável é muito caro para a República. Inunda os hospitais da região e aumenta rapidamente a população dos cemitérios

No entanto, a grande maioria dos administradores públicos não está ligada nisso. Vive no conforto de um escritório com ar-condicionado em Brasília, longe da miséria, por exemplo, de Serra Branca, onde nove mil pessoas estão sendo abastecidas por carro-pipa. No início, havia 100 carros-pipa; esse número caiu para 70, para 50, e agora são apenas 25 carros-pipa por dia para atender nove mil pessoas. Eu gostaria que alguns desses burocratas vivessem uma semana numa cidade como essa.

E o que é pior: novamente o recurso acabou. Não houve repasse do Ministério do Planejamento para o Ministério da Integração Nacional. Não houve verba para ser repassada à Sudene, que subcontrata o Exército, a IV Região, para fazer a distribuição. Vejam só quantos passos: é preciso que o Ministério do Planejamento libere, para que o Ministério da Integração receba e transfira para a Sudene, que a repassa para o Exército. Esses desvãos levam dias, semanas, meses. Enquanto isso, esta pés si ma so lu ção, que é o carro-pipa, inexiste, apesar de ser a única.

Já não sei o que fazer. Já bati na porta de todos os Ministérios, da Sudene, e a resposta é: "Estamos agilizando". Mas estão agilizando há duas semanas. Quantas mais serão necessárias? Quando será que vamos nos apiedar desses brasileiros, que têm tanto direito quanto nós mas não podem exercê-lo? O que é dever do Estado passa a ser quase que um beneplácito. Enquanto isso, adoecem pessoas de todas as idade.

Muitas vezes orgulho-me de ser brasileiro, mas horas há em que me envergonho. Esse é um tratamento que nem em campo de concentração se dá. Lá havia fogo e forno, mas existia água. Aqui, tem-se negado água a inúmeros brasileiros que habitam o Nordeste, que já vê seus filhos como se o direito não fosse direito, como se a obrigação do Estado não fosse obrigação do Estado. É em horas como essa que me envergonho.

Estive lá nesse fim de semana e vi o esforço que nós, do Estado, estamos fazendo. O Governador José Maranhão está trazendo uma adutora lá de Curemas, no final do Estado, por 206 quilômetros até Patos, Santa Luzia, São Mamede. Mas quando vai acabar? Quando essa adutora será concluída se suas obras começaram agora? O nosso Estado, que já é pobre – arrecada R$110 milhões por mês –, vai gastar R$45 milhões com essa obra, mas é a única solução que temos para evitar que os paraibanos, que são tratados como brasileiros de primeira categoria, migrem maciçamente para o sul, onde são tratados como cidadãos de segunda categoria.

Podemos evitar o inchamento das cidades? Podemos, mas é preciso dar essas condições. Simultaneamente a essa adutora de 206 quilômetros, a Paraíba está fazendo a do Congo, a do Cariri e várias outras. Mas com que sacrifício! Como é desesperador ver o Governador catando centavos para poder tentar

sa nar uma fa lha que não é do Esta do e que nós to dos devíamos estar solidários.

O que forja uma nação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são os costumes comuns e, principalmente, a solidariedade. E, talvez pela rotina, talvez pela permanente existência desse problema, nós deixamos de ser solidários.

Li outro dia sobre uma pesquisa, feita numa grande cidade americana, que perguntava às pessoas quanto valia uma vida humana, quanto elas estariam dispostas a pagar para que não morresse alguém em tal país. Inicialmente, o cidadão estava disposto a pagar até US$100; mas, à medida que ia aumentando o número, que generalizava, ele deixava de ser solidário. Podiam matar à vontade que ele não estava mais preocupado, porque exauria a sua capacidade de sensibilização. Quem é professor de Administração, como eu, sabe que isso está bem representado no mecanismo do desejo e da necessidade: atendido o desejo, decai a curva de necessidade. Num deserto, um cidadão pagaria muito pelo primeiro copo d'água; pelo vigésimo, só se o forçassem mesmo a tomá-lo. Talvez seja por isto: de tanto se falar nesse assunto, ele virou rotineiro, e nós deixamos de atinar que são seres humanos que estão há dois anos e meio sem água para beber, para lavar roupa, para cozinhar, enfim, para todas as necessidades.

Não é possível que isso possa continuar acontecendo.

Sr. Presidente, clamo o apoiamento de todos o Srs. Senadores para que busquemos uma solução, porque o carro-pipa é uma solução difícil, mas mais difícil ainda é não o ter, e é isso que estamos vivendo no momento. São quatorze cidades na Paraíba, inúmeras no Estado de V. Exª, Sr. Presidente, inúmeras em Pernambuco, e não podemos continuar dessa forma.

Estou aqui clamando, pedindo que nos apiedemos desses nordestinos, encontrando uma solução. Que os burocratas do Ministério do Planejamento e do Ministério da Integração encontrem rapidamente a solução para continuar atendendo com carro-pipa essas populações, até que tenhamos os dois milagres: o da adutora, a médio prazo; e o da transposição do São Francisco, que todos vivemos a esperar, e acreditamos que um dia chegará. Estamos esperando desde a época do Império, de D. Pedro II. Não é possível que tenhamos de aguardar mais um século por uma solução que é plausível e viável.

As pessoas dizem que se gasta muito dinheiro no Nordeste. Foram quarenta anos de Sudene, atendendo a nove Estados, e trinta milhões de nordestinos gastaram menos do que custou a construção da ponte Rio-Niterói. E ainda falam que se gasta muito. Gasta-se muito mais com a saúde dessas pessoas que não têm água de qualidade; gasta-se muito mais com o inchamento das cidades do Sul, com a violência, que custou ano passado R$84 bilhões. Com R$2,5 bilhões, estaríamos resolvendo a transposição do São Francisco e o problema de mais de 12 milhões de pessoas, que não só deixam de necessitar, mas passam a produzir. Não queremos esmola, mas atenção e solução para esse problema. Temos direito e queremos exatamente isto: que nos dêem meios para que não precisemos pedir.

Tenho incomodado os ouvidos de V. Exªs. Esta deve ser a vigésima quinta vez que venho à tribuna para falar sobre esse tema, mas eu vi rei outras 100 ou 200 vezes, porque represento um povo que paga em dia os seus impostos, contribui e não recebe nem sequer no mesmo volume, apesar de toda a apertura de cinto que estamos vivendo lá. Represento um povo que tem direitos, como qualquer outro brasileiro, mas que deixamos à mingua. Há dois anos e meio, Serra Branca, uma cidade de nove mil habitantes, está sem água, vivendo de carro-pipa, – no momento nem isso está tendo lá. O prefeito ligou-me hoje, chorando um homem velho e barbado chorando , porque há uma semana não tem água para dar ao seu povo. Já estamos entrando na segunda semana e, quando vamos ao Ministério, dizem que não existe verba. Não há verba para isso, mas para gastar com outras bobagens tem.

Encerro, clamando e pedindo que nos apiedemos desses nordestinos dos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba, que, neste momento, estão vivendo o crucial problema da falta de água para as suas necessidades básicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há poucos dias, o meu Colega de representação do Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Juvêncio César da Fonseca, veio a esta tribuna para falar sobre a Defensoria Pública do nosso Estado. A Defensoria está em crise. Por incrível que pareça, o órgão máximo encarregado de patrocinar a defesa dos mais necessitados, dos carentes e daqueles que necessitam do amparo e da

proteção da Justiça está em crise com o Governo do Mato Grosso do Sul devido ao mau tratamento que recebe. O Governo do meu Estado não reconhece os relevantes serviços que essa instituição tão nobre, tão grandiosa, como é a Defensoria Pública, que dignifica e honra Mato Grosso do Sul, presta aos nossos concidadãos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em matéria de Defensoria Pública e defesa dos necessitados, sem dúvida alguma, Mato Grosso do Sul ocupa um lugar de primazia. Mato Grosso do Sul ocupa um lugar de relevo no contexto nacional. A par de ser um dos primeiros Estados da Federação brasileira – talvez seja até o primeiro, depois do Rio de Janeiro – a ter o seu órgão de defesa da cidadania organizado convenientemente, institucionalizado, Mato Grosso do Sul seguiu os passos do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, a Defensoria Pública era a carreira inicial do Ministério Público; prestava-se concurso para o Ministério Público, com ingresso na Defensoria Pública. O próximo passo era tornar-se promotor substituto e, depois, promotor efetivo. Depois do Rio de Janeiro, parece-me que dois Estados apareceram no contexto nacional: Rio Grande do Sul e o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Quando fui Vice-Governador do Estado, tive a oportunidade de prestigiar, de enaltecer e de dar condições de trabalho à Defensoria Pública. Hoje, por incrível que pareça, a Defensoria Pública paralisou seus serviços porque o Governo do Estado não lhe concede os meios e instrumentos para que possa exercitar condignamente o seu alto e relevante mister de defender aqueles que, não podendo pagar os serviços de um profissional, de um operador do Direito, têm de socorrer-se daqueles que, tendo prestado um serviço público, estão a serviço da causa da Justiça.

A Constituição Federal diz que a advocacia é serviço essencial à administração da Justiça. Hoje, estamos assistindo a um verdadeiro caos no Estado de Mato Grosso do Sul com relação aos defensores públicos, que alegam – a meu ver com justa razão – que precisam ser prestigiados, que precisam ter condições para exercer o seu mister, a sua magna tarefa. O Governo do Estado lhe nega isso, alegando que os salários de um defensor público, em torno de R$4.000,00, são altos, por si só impedindo o Estado de conceder outras reivindicações que a classe dos defensores públicos solicita.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vim a esta tribuna para colocar-me ao lado dos servidores públicos, mas mantenho o senso de equilíbrio. Creio que, como serviço essencial à administração da Justiça, não é próprio da Defensoria Pública paralisar os serviços. Estou a favor dos defensores públicos, mas não sou favorável à paralisação. Estou a favor dos defensores públicos e apelo desta tribuna para que S. Exª, o Governador de Estado, compreenda o grande trabalho que os meus colegas realizam em favor da boa administração da Justiça no meu Estado, em socorro daqueles que necessitam, em proteção daqueles que carecem receber aquilo que é o último refúgio da cidadania, que é a justiça.

Faço um apelo a S. Exª, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, para que atenda as reivindicações dos defensores públicos do meu Estado. Isso é importante, principalmente quando se leva em conta que ainda são poucos os Estados da Federação que possuem serviços organizados de advocacia para os menos favorecidos. Via de regra – isso acontece nas principais unidades da Federação brasileira –, advogados são designados por um juiz para patrocinar a causa daqueles que necessitam do socorro e do amparo da Justiça.

No meu Estado, isso não acontece. Mato Grosso do Sul antecipou-se e está ao lado de outros estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, que foi o primeiro e Goiás, que veio em seguida – que já organizaram a sua Defensoria Pública – Defensoria Pública que foi alçada ao patamar constitucional.

É de extrema importância que sejam transformados os serviços do advogado dativo, aqui chamado por mim de defensor público, em uma instituição organizada. Tão importante é esse serviço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Constituinte de 1988, com grande sabedoria, alçou a Defensoria Pública ao patamar constitucional, dizendo ser ela imprescindível ao bom exercício e à boa administração da Justiça.

Chega de acontecer o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul! Chega de afirmar que aumentou a arrecadação e que as finanças do Estado estão organizadas quando os vencimentos dos servidores públicos são pagos com atraso e, além de serem pagos em atraso, são pagos com empréstimos feitos pelo próprio funcionário. É uma operação extraordinária essa. Nunca vi isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Vou revelar ao Senado da República o motivo da minha perplexidade. Para pagar o 13º salário, por duas vezes consecutivas, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul usou o seguinte expediente: disse aos servidores públicos estaduais que os recursos

referentes a essa verba salarial estavam à disposição deles no Banco do Brasil e que ele, Estado, se responsabilizaria pelo pagamento das seis parcelas remuneradas com juros de 2,9% ao mês que seriam cobradas pelo banco – um empréstimo! Quando se lê o contrato firmado entre o Banco do Brasil e o servidor público, não se encontra a fiança do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Não sei como o Banco do Brasil fez isso. O Banco do Brasil tem que dar uma explicação de como é feita essa operação. Que simulação é essa? Como é que se paga o salário do servidor público com dinheiro emprestado diretamente pelo banco aos servidores? O empréstimo não é feito ao Governo do Estado, mas ao próprio servidor público, mas os funcionários do Banco do Brasil dizem que o respectivo pagamento será feito pelo Governo do Estado. Quando o funcionário pergunta qual é a garantia, o Banco do Brasil responde que a garantia está no fio de bigode. O Governo do Estado não assina nada, mas vai pagar as seis parcelas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se é verdade que no último exercício isso aconteceu, que o Governo do Estado, embora não assinasse o contrato, não figurasse no contrato entre o Banco do Brasil e o servidor, honrou e fez o pagamento; se é verdade que os servidores públicos não tiveram prejuízo, não consigo, todavia, do ponto de vista legal, entender essa operação. Que operação é essa onde não figura o Estado como interveniente, mas chega na hora ele paga? Qual é a mágica legal, qual é o passo legal que realiza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul nessa operação que denuncio desta tribuna agora? O Estado já não agüenta esses pagamentos em atraso e o funcionário público também não resiste mais a esse pagamento parcelado dos seus salários – são depositadas quantias de quando em quando em sua conta, nos diversos estabelecimentos bancários.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quero alongar-me inclusive porque o Presidente já me sinaliza que meu tempo está se esgotando. Gostaria, no entanto, de fazer, aqui desta tribuna, o meu apelo mais veemente ao Governador José Orcino dos Santos, do meu Estado, a quem tenho apoiado nas causas que são do interesse da população do Estado do Mato Grosso do Sul, para que encontre uma solução, junto com os defensores públicos do Estado, no sentido da normalização da ação desses funcionários em defesa dos mais humildes, em defesa dos mais necessitados.

Faço esse apelo em nome dos defensores públicos e, mais do que isso, eu o faço em nome da cidadania. Eu o faço em nome da cidadania porque o serviço público judiciário está paralisado para o mais pobre, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e isso é de uma gravidade muito grande. O pobre, que já não tem como fazer o mecanismo da Justiça andar, que já encontra dificuldades para obter uma prestação jurisdicional, quando vai ao meu Estado em busca de uma defensoria pública, que é organizada, constituída de brilhantes advogados – conheço 90% dos componentes da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul –, encontra os funcionários de braços cruzados, porque há uma briga entre a Defensoria Pública e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Urge, portanto, pôr fim a essa briga em nome dos menos favorecidos, em nome dos mais necessitados, em nome da cidadania. Esse é o apelo que dirijo desta tribuna ao Governador do Estado e aos defensores públicos na esperança de que seja feita justiça aos defensores públicos e eles possam ajudar a distribuir justiça aos nossos cidadãos mais necessitados e mais humildes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 216, III, do Regimento Interno, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, informações sobre os motivos da exclusão da Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB) de todos os Conselhos Federais, nos quais os representantes de trabalhadores têm assento e da não reintrodução dessa CGTB na composição do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Conselho Curador do Fundo de Garantia para o Tempo de Serviço (FGTS).

Justificação

A Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB), central sindical organizada no País, é uma das mais antigas e tradicionais entidades trabalhistas

brasileiras, congregando, atualmente, mais de 600 sindicatos, representativos de cerca de 6 milhões de trabalhadores.

O que fundamenta este requerimento é o fato de que: a uma, em 1994, o Governo Federal, através de medida legal, incluiu a Central Geral dos Trabalhadores em todos os Conselhos Federais, nos quais os representantes de trabalhador têm assento; entretanto, a duas, o atual Governo, em 1995, alterou essa mesma medida, excluindo a CGTB de todos os Conselhos, o que caracterizou uma atitude tipicamente discriminatória.

Por essas razões, submeto o presente instrumento à apreciação dos ilustres Senadores da República, para que esta Casa, nos termos regimentais, solicite informações ao Poder Executivo para corrigir essa injustiça, de forma a reintegrar os representantes da Central Geral dos Trabalhadores – Brasil na composição do Conselho Deliberativo do FAT e do Conselho Curador do FGTS.

Com essa iniciativa, estarão sendo preservados os princípios, em última instância, da democracia, da liberdade sindical, do respeito à Constituição e dos direitos dos trabalhadores.

Sala das Sessões, 13 de Fevereiro de 2001. – Senador **Roberto Requião.**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF.001/2001

Brasília, 9 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Ao me despedir da Presidência Nacional da OAB, não poderia deixar de registrar minha satisfação em ter na memória a forma democrática e elevada com que Vossa Excelência sempre recebeu as observações de nossa Entidade sobre os mais diversos temas políticos, abordados tanto em entrevistas pessoais, quanto por meio da imprensa, onde jamais permitiu que meras intrigas pudessem deteriorar o respeito indispensável a qualquer ambiente político.

De outra parte, aproveito – o ensejo para cumprimentar Vossa Excelência pelo encerramento de seu mandato na Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, sobretudo pelas bandeiras levantadas em favor dos miseráveis e contra o irresponsável abuso na edição de medidas provisórias.

A história saberá conferir a Vossa Excelência merecido reconhecimento e consignará, não tenho dúvida, a coragem cívica, hoje tão rara, que marca as posições políticas adotadas no mandato que se encerra.

Sem mais, renovo meus protestos de consideração e apreço,

Atenciosamente, **Reginaldo Oscar de Castro,** Membro Honorário Vitalício.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O expediente lido vai à publicação.

Quero agradecer de público o ofício enviado pelo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, que faz justiça à atuação do Senado, mesmo com divergências com a própria Ordem, mas sempre em favor da democracia.

Para mim, é um galardão receber da Ordem dos Advogados do Brasil esse ofício, que engrandece ao Presidente, mas também ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

À Publicação.
Junte-se ao processado do
Requerimento nº 1.101-96
Em 13-2-01

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Pedro Álvares Cabral nº 201
– Ibirapuera – CEP 04097-900
Palácio 9 de Julho

São Paulo, 1º de fevereiro de 2001

Ofício SGP nº 57/01

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do ofício SF/732/00 e,

quanto às sugestões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Senado Federal para apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, informo que no âmbito desta Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo foram tomadas as seguintes providências:

– Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de averiguar a situação dos Municípios assoberbados por dívidas com origem em precatórios, sobretudo os Municípios na iminência de sofrer intervenção político-administrativa, investigando possíveis irregularidades. (Requerimento nº 2.084, de 1999).

Referida Comissão já concluiu seus trabalhos, cujo Relatório Final (cópia anexa) foi publicado no **Diário Oficial** do Estado de 26 de agosto de 2000.

– Apresentação, pela mesma Comissão, das Moções nºs 145 e 146, de 2000, proposições que se encontram aptas a inclusão na Ordem do Dia (cópias anexas).

– Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de averiguar a existência e os fatos relacionados à chamada "Indústria da Indenização Ambiental do Estado," decorrente das indenizações de áreas situadas em Unidades de Conservação Ambiental. (Requerimento nº 907, de 1999).

Referida Comissão ainda não concluiu os seus trabalhos, aguardando-se a elaboração de seu Relatório Final.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração e apreço. – Deputado **Vanderlei Macris**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 1.101, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. primeiro-secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

À Publicação
Junte-se ao processado do Requerimento nº 118/99
Em 13-2-01

Estado de Goiás
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Of. DNPJ nº 2.041/2000
Processo nº 581313/2000

Goiânia, 11-12-2000

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em referência ao Ofício 280-12/2000-PRES, de 3-10-2000, dessa Presidência, devolvo a Vossa Excelência o documento nº 015321-99, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado através do expediente supramencionado, cujo assunto não está afeto a este órgão correicional.

Informo-lhe, outrossim, que os demais documentos vindos com o expediente supramencionado foram autuados nesta Corregedoria, para apuração dos fatos e providências pertinentes.

À oportunidade, apresento-lhe protestos de estima e consideração. – Desembargador **Charife Oscar Abrão,** Corregedor-Geral da Justiça.

À Publicação
Junte-se ao Processado do Requerimento nº 118/99
Em 13-2-01

Estado de Mato Grosso
PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA
GERAL DA JUSTIÇA

Ofício nº 1.786/00-CGJ/DJA

Cuiabá, 28 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Em complemento ao Ofício nº 2.136/99-DJA, atendendo à solicitação feita por Vossa Excelência por meio do Ofício nº 464/99-CPI – "Justiça," de 10-8-99, encaminho-lhe cópia das informações prestadas pelos Juízes Diretores dos Foros das comarcas de Canarana e Nobres/MT, acerca da inexistência de procurações, substabelecimentos ou revogações de procurações em nome do Grupo Monteiro de Barros, bem como do Ofício Circular nº 101/00-CGJ/DJA, das comarcas de Várzea Grande, Barra do Garças, Cáceres, Barra do Bugres, Nova Xavantina, Poxoréo, Primavera do Leste, Sorriso, Água Boa, Alto Garças, Araputanga, Campo Verde, Comodoro, Guiratinga,

Juscimeira, Nortelândia, Pedra Preta e Porto dos Gaúchos.

Ao ensejo, apresento-lhe protestos de apreço e consideração. – Desembargador **Paulo Inácio Dias Lessa**, Corregedor Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

OF. Nº 714/2000/MP/PGJ

Belém – PA, 22 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, em atenção a correspondência enviada a esta Procuradoria Geral de Justiça pelo Sr. Gilberto Marques Leal, cópia em anexo, solicito a V. Exª melhores informações sobre denúncia protocolada sob o nº 016884-99, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça, tendo em vista não constar em nosso sistema informatizado de protocolo nenhuma denúncia encaminhada a este Órgão.

Cordialmente, – **Geraldo de Mendonça Rocha**, Procurador-Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício AIP nº 702/00
Ref.: MP 18.472/00

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, de ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, visando instruir o procedimento administrativo acima, tenho a subida honra de solicitar a Vossa Excelência o envio a esta Assessoria de Investigações Penais dos documentos constantes no expediente que, por cópia, segue a este acostado.

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas expressões de estima e distinta consideração. – **Elio Gitelman Fischberg**, 2º Subprocurador-geral de Justiça; Assessoria de Investigações Penais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Ofício nº 177

Curitiba, 26 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o e em atenção ao contido no protocolado sob nº 10819/2000-PGJ (ofício nº 281-17/2000-PRES, datado de 9-10-00), cujo teor encaminha relação de documentos registrados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, solicito a Vossa Excelência a documentação pertinente aos protocolos números 000878-95, 014630-99 e 016197-99 (cópias anexas).

Cingindo-me ao exposto, reitero-lhe minhas expressões de elevado apreço. – **Lineu Walter Kirchner,** Subprocurador-Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Ofício nº 1.297/PGJ/GAB

Palmas, 16 de novembro de 2000

Senhor Senador,

A par de cumprimentá-lo pelos trabalhos realizados na árdua e difícil missão de presidir o Senado Federal, que com galhardia Vossa Excelência vem desempenhando; acusamos recebimento do Ofício nº 281-14/2000 – PRES, e apesar do registro feito solicitamos, se possível, o envio de cópia da documentação referente aos protocolados nºs 015988-99; 016044-99; 016865-99 e 016866-99, a fim de podermos adotar medidas pertinentes a cada representação.

Atenciosamente, – **José Ornar de Almeida**, Procurador-Geral de Justiça.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. nº 8.210/2000-CGJ
Proc. nº 23565/00-4

Porto Alegre, 27 de dezembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Senador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, solicito-lhe, para instrução do expediente em epígrafe – pedido de providências formulado pela 1ª Vice-Presidência, no exercício da Presidência deste Tribunal de Justiça –, o envio do documento cadastrado sob o nº 016652-99, tipo Carta, com situação Arquivado – Cliente, necessário para averiguação de irregularidade ali apontada.

Respeitosas saudações, – **Amadeo Henrique R. Buttelli**, Juiz-Corregedor.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 027/0l-FAO
Protocolado nº 104.521/00 – PGJ

São Paulo, 15 de janeiro de 2001

Autorizo
Em 12-2-2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o e reportando-me ao Ofício nº 281-11/2000 de 9 de outubro de 2000, solicito a Vossa Excelência o envio de cópia da documentação referente aos procedimentos doc. nº 016462-99, doc. nº 016468-99, doc. nº 016525-99, doc. nº 015050-99, doc. nº 015574-99, doc. nº 015609-99, doc. nº 016052-99, doc. nº 016055-99, com a finalidade de instruir o protocolado em epígrafe.

Restrito ao exposto, apresento a V. Exª nossas respeitosas homenagens. – **José Geraldo Brito Filomeno**, Procurador Geral de Justiça.

Ofício nº 504/2001
RESERVADO

São Paulo, 24 de janeiro de 2001

Autorizo
Em 12-2-2001

Senhor Presidente do Senado Federal

Pelo presente, em atenção aos termos do ofício, nº 281-11/2000-PRES, referente CPI do Judiciário, este Juízo, cópia da aludida documentação.

A oportunidade me permite apresentar a Vossa Excelência protestos de consideração. – **Julio Caio Farto Sales,** Juiz de Direito.

OFÍCIO Nº 1374/2001/PGJ

Manaus, 31 de julho de 2000

Autorizo
Em 12-2-2001

Senhor Presidente,

Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, acuso o recebimento de expediente datado de 16-6-2000 e protocolado nesta Instituição sob o nº 3.205/2000, em data de 25-7-2000, dessa culta Presidência do Senado Federal, com assinatura aposta por processo de "scanner", onde informado que a denúncia formulada nesse Senado da República através do protocolo nº 014670-99, teria sido encaminhado a esta Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, rogando a Vossa Excelência maiores esclarecimentos acerca do assunto reportado.

Assim, sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Mauro Luiz Campbel Marques, Procurador-Geral de Justiça.

Ofício nº 515/00 – PRMG-COTC-JALS
PAC nº 08112.001679/99-21

Belo Horizonte, 18 de julho de 2000

Senhor Diretor,

Reiterando os ofícios nº 193, de 21-2-00, e 404, de 3-5-00, e tendo em vista a instrução do processo judicial em epígrafe, solicito a V. Sª que encaminhe a esta Procuradoria cópia da documentação coletada pela CPI do Judiciário em que haja indício da prática de irregularidades pelos Tribunais deste Estado, especialmente quanto ao Tribunal Regional do Trabalho em Minas Gerais e Tribunal de Justiça.

Tendo em vista a urgência da matéria, solicito o envio da resposta no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Atenciosamente, **Álvaro Ricardo de Spuza Cruz**, Procurador da República em Minas Gerais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Autorizo
Em 6-2-2001

Of. nº 0791/00 – GPGJ
Ref.: 27000000 5149-6

Salvador, 23 de agosto de 2000

Senhor Diretor,

Colimando instruir procedimento administrativo em trâmite nesta Procuradoria, sob o nº 27000000

5149-6, cópia anexa, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de encaminhar a este Gabinete cópias das "denúncias" nºs 014297-99 e 017447-99.

No ensejo, apresento protestos de estima e consideração. – **João Paulo Cardoso de Oliveira,** Chefe de Gabinete.

Ofício GDIA nº 004/01

Brasília, 8 de fevereiro de 2001

Ilmº. Sr.
Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal
Secretário-Geral Sr. Raimundo Carreiro Silva
Nesta

Senhor Secretário,

Solicito a Vossa Senhoria a gentileza de enviar relatório das denúncias do Estado do Ceará protocoladas durante a vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o judiciário.

Certo de Vossa compreensão e atenção agradeço.

Atenciosamente, **Inácio Arruda,** Deputado Federal (PCdoB – CE).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2000
(Em regime de urgência – art. 336, II,
do Regimento Interno,
nos termos do Requerimento
nº 9, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social), tendo

Parecer sob nº 002, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidas as seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Os documentos solicitados já foram encaminhados às autoridades requerentes.

Emendas (de plenário), Oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara Nº 103, de 2000 (Nº 3.434/97, na Casa de Origem), de Iniciativa do Presidente Da República, Que Altera A Redação do Artigo 41 da Lei Nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, Com a Redação Dada Pela Lei Nº 8.620, de 5 de Janeiro de 1993

Emenda nº 1-Plen

1. No **caput** do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, suprima-se a expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993".

2. Igualmente, por correlação de matéria, suprima-se a mesma expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993" na ementa do referido PLC nº 103, de 2000.

Justificação

Com esta emenda pretende-se sanar equívoco de redação constante desde a versão original do projeto de lei em epígrafe.

Na verdade, o art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, mantém até hoje a sua redação original.

A Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, não alterou a redação do referido art. 41 da Lei nº 8.212, de 1991, razão pela qual a remissão constante do projeto em exame deve ser suprimida.

Por respeito aos fatos, deve-se mencionar ainda que o projeto que resultou na Lei nº 9.476, de 23 de julho de 1997, modificava o referido art. 41. Todavia, o Senhor Presidente da República, vetou aquela alteração, tendo, por conseguinte, o art. 41 permanecido com o seu texto original.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2001.

Emenda nº 2 (Plenário)

(Ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000)

O art. 41 do Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 41 A autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração desta lei ou do seu regulamento incidirá nas penalidades previstas, limitada, na hipótese de multa, a 50% dos seus vencimentos".

Justificacão

A proposta de emenda se justifica para estabelecer limite de punibilidade aos dirigentes e/ou servidores que infringirem obrigações estabelecidas na Lei nº 8.212, de 1991.

Algumas multas extrapolam percentuais passiveis de cobrança, a exemplo da não apresentação da GFIP, cuja multa poderá chegar a milhões.

Multa elevada, gera impunibilidade, pois, na prática é incobrável.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2001. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas.

PARECER Nº 5, DE 2001

(De Plenário)

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Emenda nº 1, emenda de redação ao PLC nº 103, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, procura corrigir a falha no texto original quanto à lei citada. Não se trata da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993; portanto, é necessário que se suprima a expressão: "Com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993."

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Romero Jucá, altera o texto do art. 41, acrescentando a expressão: "limitada, na hipótese de multa, a 50% dos seus vencimentos." Como o art. 41 faz incidir sobre a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa diretamente à infração desta Lei e do seu regulamento as suas penalidades previstas, na verdade, a emenda está limitando a aplicação da multa a 50% dos vencimentos do servidor que der causa a essa infração.

Na verdade, trata-se de um limite racional para não transformar a multa na supressão completa do salário de um servidor por um erro cometido. Portanto, a emenda tem procedência, é justa socialmente, e consideramos que deva ser aprovada.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

Discussão do projeto e de Lei da Câmara nº 103, de 2000, e das emendas em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, com parecer favorável.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 6 DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434 de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434 de 1997, na Casa de origem), que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. (Previdência Social).

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de fevereiro de 2001. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator – **Jonas Pinheiro – Eduardo Suplicy – Casildo Maldaner.**

ANEXO AO PARECER Nº 6, DE 2001

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social).

Emenda nº 1
(Corresponde à Emenda nº 1 – Plenário)

Na ementa e no **caput** do art. 1º suprima-se a expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993".

Emenda nº 2
(Corresponde à Emenda nº 2 – Plenário)

Dê ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º....."

"Art. 41. A autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração desta Lei ou do seu regulamento incidirá nas penalidades previstas, limitada, na hipótese de multa, a 50% (cinqüenta por cento) dos seus vencimentos."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Antes de conceder a palavra ao próximo Senador inscrito, quero dizer que não costumo desmentir notas de jornais, mesmo quando são mentirosas, mas faço questão hoje de desmentir qualquer afirmativa que tenha saído em relação a Senadores do PT, em particular ao Senador José Eduardo Dutra, por quem tenho o maior apreço e respeito. Desafio mesmo qualquer jornalista ou órgão de imprensa a apontar quando, como e onde houve qualquer expressão minha em relação a esse assunto.

Não é próprio para o Plenário, mas, como esses objetos de intriga visam principalmente ao pleito eleitoral que amanhã se trava, devo dizer que o jornal que o publicou mentiu e o jornalista deve ser um desqualificado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Faculto a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, falei desta tribuna sobre minha preocupação quanto à epidemia de dengue que ameaçava a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e todo o Estado. Apesar de os Secretários Estadual e Municipal de Saúde dizerem que não há epidemia, sabemos que, em geral, as autoridades responsáveis por determinadas secretarias costumam falar para a imprensa que não há problema algum justamente para não causar pânico à população e para justificar sua irresponsabilidade perante a população da cidade e do Estado.

Não há como negar a realidade dos fatos. Em 1999, a Fundação Nacional de Saúde – FNS, demitiu os 5.900 guardas endêmicos, chamados mata-mosquitos, aqueles que trabalham nas comunidades e regiões mais afastadas, visitando lares e colocando remédios para matar as larvas dos mosquitos que transmitem a dengue. Apesar da luta desses trabalhadores pela reintegração e das manifestações no Rio de Janeiro, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, não conseguiram sua reintegração. Com isso, o Estado ficou desguarnecido, porque não conta com os seus trabalhadores responsáveis pelo combate das endemias rurais. O fato é que está aí agora a endemia e o mais grave é que, no dia 24 de janeiro deste ano, os trabalhadores da FNS acamparam em frente à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro e, à noite, a Guarda Municipal chegou ao acampamento e os expulsou violentamente, à base de cacetetes e cachorros policiais. Foram agredidos vários trabalhado-

res, alguns dos quais hospitalizados, com fraturas em braços e pernas, numa repressão violentíssima praticada pelos guardas municipais.

Os trabalhadores agredidos impetraram uma ação judicial, que passou pelo crivo de vários juízes, e finalmente obtiveram uma decisão em prol de sua reintegração. Esperamos que agora eles realmente consigam ser reintegrados e que a cidade do Rio de Janeiro possa ter efetivamente de volta aqueles que trabalham para combater o mosquito transmissor da dengue. No Estado do Rio de Janeiro, já começou a aparecer a chamada Dengue Hemorrágica, que é a chamada Dengue-3.

Essa questão é de grande importância para os 5.792.000 guardas de endemias da Fundação Nacional de Saúde, os chamados "mata-mosquitos", do Rio de Janeiro. Trata-se da decisão judicial da 2ª Vara do Rio de Janeiro que "determina reintegração dos mencionados trabalhadores ao emprego, com pagamento de salários atrasados e todas as demais obrigações, fixadas no contrato de trabalho firmado entre os contratantes desde a data da impetração até a realização do exame médico, previsto no art. 168, II da CLT." Na decisão, o juiz ressalta que reconhece apenas a nulidade do ato administrativo que pôs fim à relação de trabalho, e, consequentemente, determina a reintegração das pessoas demitidas para a realização do exame médico pretendido.

Além disso, quero denunciar a atitude da Guarda Municipal do Rio de Janeiro de retirar os cerca de 30 mata-mosquitos que há um ano e quatro meses estavam acampados em frente à Câmara dos Vereadores, na Cinelândia. Os ex-funcionários da FNS que mantinham o acampamento no local resistiram à intervenção e houve pancadaria. Cinco mata-mosquitos ficaram feridos e foram levados para o hospital. O caso foi registrado na 5ª Delegacia de Polícia.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, estamos diante de um Governo que resiste em atender prontamente decisões judiciais, pois nos últimos anos os referidos funcionários da FNS lutam para garantir seus direitos por via judicial e o Governo Federal faz tudo para impedir que isso ocorra. Com isso, ao não acatar decisões judiciais, o Governo expõe de maneira irresponsável a população do Estado do Rio de Janeiro ao risco de contágio de dengue.

Segundo notícia do **Jornal do Comércio,** do Rio de Janeiro, de hoje, "foram notificados cerca de 329 casos de dengue no Rio de Janeiro este ano, sendo dez confirmados, nove de dengue clássica e um de hemorrágica, ocorrida na Vila da Penha". Além disso, em 1999, a cidade do Rio de Janeiro registrou, segundo dados da FNS, 4.261 casos de dengue. Ainda de acordo com a Fundação Nacional de Saúde, nesse referido ano, o Brasil teve 82.504 ocorrências dessa doença.

Sr. Presidente, a situação do Rio de Janeiro é muito grave. Os guardas endêmicos estão há meses desempregados. Espero que essa decisão judicial seja respeitada pelo Governo e que seja feita justiça aos trabalhadores do FNS que foram demitidos de forma arbitrária pelo Governo. Junto a isso, é de fundamental importância que haja uma campanha contra a possível epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em dezembro de 2000, no meu último pronunciamento do ano, abordei o posicionamento do Brasil nas recentes disputas comerciais no âmbito do Mercosul, da OMC e da eventual formação de Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em 2005 – ocasião em que registrei a importância de o Brasil ser muito prudente nas suas negociações diante da pressa dos Estados Unidos em logo formar a ALCA.

Nosso último contencioso na OMC vem sendo a disputa travada com o Canadá acerca dos subsídios dados à exportação de aeronaves no lado brasileiro para a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer –, e no lado canadense para o Grupo Bombardier.

O Canadá alegava, e ainda alega, que o Governo brasileiro estimula a venda externa da Embraer ou de aviões da Embraer através de programas de apoio à exportação em desacordo com os requisitos do Acordo de Subsídios da OMC. Nesse episódio, apesar de o Governo brasileiro ter questionado que os programas do Governo canadense, tais como o Techonology Partnerships Canadá – conhecido como TPC –, o Canadá Account, e o apoio para o financiamento às exportações concedido pela Agência do Tesouro Canadense, Export Development Corporation – conhecida como EDC – não estão em conformidade com as obrigações da OMC. A organização julgou procedentes as alegações canadenses.

Isso decorreu, em boa parte, do fato de termos permitido que, quando da negociação na OMC sobre as normas das taxas de equalização de juros para créditos à exportação, o Brasil não fez prevalecer seus interesses, o que tornou nossos atuais estímulos às vendas externas proibidos, como no caso da venda de aviões.

Essa disputa comercial pelo mercado internacional de jatos regionais ganhou tonalidades que transcendem a racionalidade ética, política e econômica inerentes e necessárias às relações comerciais entre os países. Sem as devidas informações científicas, o Canadá embargou, na semana passada, as importações brasileiras de carne bovina, sob a acusação de que nosso rebanho poderia ser portador da patologia encefalopatia espongiforme bovina – ESB, conhecida como doença da "vaca louca".

Os Estados Unidos e o México acompanharam essa decisão canadense, causando, de acordo com o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, um prejuízo comercial às contas externas brasileiras. Por exemplo, as exportações de carne bovina não realizadas para os Estados Unidos totalizam, até agora, aproximadamente US$2 milhões.

A resposta da sociedade brasileira frente a esse fato foi de grande indignação. Pressionado pela opinião pública, inclusive pela reação de inúmeros Senadores e Deputados, o Governo brasileiro iniciou uma reação visando solucionar o problema. É de importância fundamental que o Poder Executivo passe das palavras às ações, demonstrando que devemos ser tratados com mais respeito.

Foi essencial a iniciativa do Deputado Fernando Gabeira de propor que uma comissão de Senadores e Deputados fosse ao Canadá. E está sendo programada essa visita para o início da próxima semana, tendo sido constituída uma delegação do Congresso Nacional – composta, provavelmente, dos Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias, entre outros. Gostaria até de estar informado a esse respeito. Quero dar todo o apoio à missão designada pelo Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque é importante nessa ocasião que haja o devido diálogo entre os membros dos Congressos Nacionais brasileiro e canadense.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, apenas informo a V. Exª e à Casa que o Deputado Fernando Gabeira me procurou há pouco e marcamos uma reunião com o Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Marcos Vinícius Pratini de Moraes, para hoje às 18 horas, quando pretenderemos discutir o posicionamento assumido até agora pelo referido Ministério e pelo Governo brasileiro. A minha posição é a seguinte: se a missão canadense, que desembarca no Brasil amanhã, resolver levantar o embargo até sexta-feira, suspenderíamos a nossa missão ao Canadá. Caso até sexta-feira o problema não tenha sido resolvido, então o Deputado Fernando Gabeira irá, ainda nesta semana, ao Canadá para preparar as reuniões. O Senador Jonas Pinheiro irá no sábado e talvez eu vá apenas no domingo ou na segunda-feira, quando começarão as reuniões, para que possamos lá exigir, Senador Eduardo Suplicy, os direitos que foram arrancados do Brasil por essa medida canadense, intempestiva e totalmente arbitrária. Quis apenas fazer essa comunicação a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero dar a minha integral solidariedade à missão dos Congressistas que irão ao Canadá. Salvo se houver a solução do problema, conforme V. Exª anuncia. O Senador Jonas Pinheiro me informou hoje, pela manhã viajei com S. Exª de Cuiabá para Brasília, que tinha notícias do próprio Ministro Pratini de Moraes a respeito da possibilidade de, até o final da semana, com a chegada da missão canadense que estará trabalhando nesses dias aqui no Brasil, haver a suspensão desse embargo. Obviamente, assim as coisas estariam tomando um caminho de melhor relacionamento entre o Brasil e o Canadá.

Sr. Presidente, volto a ler.

Esse lamentável fato evidencia as reais regras do comércio internacional, em que os documentos oficiais nem sempre demonstram as práticas comerciais dos países. Na economia brasileira, após um intenso e rápido processo de abertura comercial, começa a ganhar forma a percepção de que é o momento de se reavaliar esse processo e de redefinir a estratégia de inserção do País na nova ordem econômica internacional.

Nos últimos anos, o projeto de construção do Mercosul vem sendo implementado com relativo sucesso, desde os anos 60, com o Tratado de Montevidéu, passando pelos acordos setoriais dos anos 80. O Mercosul, com os devidos percalços, que tem sido capaz de esboçar os instrumentos necessários para o aprofundamento da integração e da compensação

dos desequilíbrios entre esses países, merece ser aprofundado.

Quando observamos nossa integração à economia internacional, constatamos que os países desenvolvidos, assim como alguns países em processo de rápida industrialização, continuam a praticar políticas muito restritivas em relação aos nossos produtos. Na realidade, nossa pauta de exportações tem sido ditada pelos interesses das grandes empresas dos países desenvolvidos mais do que resultado do esforço exportador de nossas empresas. As restrições às exportações brasileiras são evidentes na economia americana, justamente a maior e mais aberta em termos tarifários do comércio mundial. Todavia, habilmente, os americanos e os países desenvolvidos têm-se utilizado de barreiras não-tarifárias, tais como as barreiras fitosanitárias, trabalhistas e ambientais para impedir a entrada de nossos produtos.

As negociações para a criação da Alca começaram em dezembro de 94, em Miami, depois do esforço realizado antes pelo Presidente George Bush, o pai do atual Presidente, George W. Bush, com a Primeira Reunião de Cúpula das Américas. Após esse encontro, foram realizadas quatro reuniões ministeriais ocorridas em Denver (Estados Unidos), Cartagena (Colômbia), Belo Horizonte (Brasil) e San José (Costa Rica), além de inúmeras outras vice-ministeriais e grupos de trabalho. Desde a I Reunião de Cúpula, em Miami, as negociações de formação da Alca estão sendo marcadas pelas posições divergentes entre o Brasil e os Estados Unidos. Enquanto a posição americana é pela implementação de um cronograma de liberalização comercial mais abrangente e rápido, os negociadores brasileiros defendem uma integração mais lenta, sendo que o acesso aos mercados nacionais deveria ocorrer apenas na última etapa do processo.

Sr. Presidente, os recentes fatos envolvendo o Brasil, o Canadá e a OMC reforçam a posição nacional de que a formação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca deve ser repensada e negociada com mais vagar e, se possível, adiada para além de 2005. Pois a relações comerciais entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento têm sido pautadas apenas pelo respeito aos direitos e interesses dos mais ricos, sendo ultrajadas as necessidades da sociedade dos países mais pobres.

O Brasil tem uma presença marcante no cenário internacional, ao longo do século XX. Suas relações externas são pacíficas e respeitosas, visando à construção de um maior e melhor intercâmbio entre as nações. No entanto, os recentes embargos aos produtos brasileiros e as retaliações comerciais pelos países ricos requerem uma resposta vigorosa do Governo. A Nação brasileira não deve se curvar aos interesses desse país e aceitar passivamente suas práticas restritivas, as quais têm sido gravosas aos nossos produtos.

Ao que tudo indica, a recente acusação, por parte do Canadá, de que o rebanho bovino brasileiro estaria contaminado pela patologia da Vaca Louca é uma retaliação do caso Embraer **versus** Bombardier. A **Veja,** de 14 de fevereiro de 2001, informou que "a Bombardier foi a principal financiadora do Partido Liberal, que elegeu o Primeiro-Ministro Jean Chrétien. O Presidente Executivo da empresa foi Vice-Ministro da Indústria e Comércio". De acordo com a **Veja**, as ligações entre o Governo canadense e a Bombardier chegam aos laços familiares, pois "o filho do Primeiro-Ministro canadense é casado com a filha do ex-Presidente da companhia". A soma desses fatos expõe uma face tanada ética nessa disputa. Diante de tais acontecimentos, o Governo brasileiro tem de reagir de forma vigorosa, não apenas requerendo uma reparação financeira pelos danos causados pela denúncia infundada, mas, também, exigir do Canadá uma retratação perante a comunidade internacional.

O Brasil tem de demonstrar para a comunidade internacional que não apenas o comércio, mas todas as relações entre as nações ricas e pobres, desenvolvidas e em desenvolvimento, centrais e periféricas, devem se pautar pelo respeito e pela ética. É de fundamental importância evidenciarmos a necessidade de que os acordos multilaterais promovam uma melhor distribuição da riqueza mundial.

Creio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se não houver a modificação de postura do Governo canadense, suspendendo o embargo da importação da carne brasileira, deve reavaliar a sua decisão de ir ao Canadá, em abril, a Quebec, para a reunião da Cúpula das Américas, aliás, seguindo a recomendação do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luis Marcos Suplicy Hafers.

A não ser que possa o governo do Canadá, à luz das informações que a missão canadense que chegará esta semana ao Brasil trouxer, levar a uma melhor conclusão, a uma solução de bom-senso, com a suspensão do embargo da importação da carne do Canadá, com respeito à carne brasileira, isso certamente contribuirá para que não haja a sucessão de outros embargos, suspensão de exportação, importação de outros produtos, tais como os sapatos que,

agora, passam também a ser prejudicados, ou até mesmo os produtos para agricultura brasileira que são produzidos pelo Canadá.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria ainda de dizer uma palavra a respeito da importantíssima decisão para a nossa instituição que todos tomaremos amanhã.

Creio ser da responsabilidade dos 81 Senadores pensarmos numa solução que represente o fortalecimento da nossa instituição, que represente o respeito por todos os partidos, que represente uma solução, a mais consensual possível, para os 81 Senadores e para todos os Partidos aqui representados.

Há duas semanas, sugeri que os candidatos à Presidência do Senado comparecessem ao plenário antes da reunião de amanhã, a fim de expor seus pontos de vista. O Senador Jefferson Péres, na semana passada, fez um pronunciamento que elevou o nível do debate e respeito da sucessão da Mesa do Senado Federal. O Senador mencionou seus princípios e objetivos de fortalecimento das instituições, desta Casa e do Congresso Nacional, e recebeu, em inúmeros apartes, o respeito de muitos dos Senadores, não só do Bloco de Oposição, mas também do PFL e do PMDB, o que foi muito importante.

Sendo assim, eu estava aguardando que também o Senador Jader Barbalho, como indicado por seu Partido, comparecesse ao plenário do Senado para expor seus objetivos e planos para a instituição. Gostaria que S. Exª pudesse vir ainda hoje para fazer sua exposição. Ao visitar seu gabinete na semana retrasada, fiz tal sugestão pessoalmente, e, em princípio, S. Exª pareceu havê-la acatado. Contudo, como não compareceu até o presente momento, imagino que talvez o Senador Jader Barbalho esteja fazendo reconsiderações sobre o que acontecerá amanhã.

S. Exª teve o respaldo de 23 dos 26 Senadores do PMDB para sua indicação para a Presidência do Senado. Depois disso, nos últimos dias e nas últimas horas, notamos uma movimentação intensa. Alguns dos Srs. Senadores têm procurado falar desse assunto entre si, nos gabinetes, nos telefonemas, nos encontros aqui dentro do Senado e em outros lugares, mas não usando tanto a tribuna. Todavia, avalio ser da maior importância que essas questões sejam tornadas abertas e transparentes para a opinião pública. Digo isso porque, nos últimos dias, estive não apenas no meu Estado, em São Paulo, mas também no Pará, em Mato Grosso, em Minas Gerais, e as pessoas de todos os lugares me perguntam sobre o que ocorrerá amanhã aqui no Congresso Nacional. Estejam certos de que os brasileiros estão muito atentos às nossas decisões e querem que o Senado encaminhe a melhor solução possível para todos nós.

Qual seria essa solução? Avalio que a responsabilidade está conosco e o esforço precisa ser feito. Por isso, faço um apelo aos 26 membros do PMDB, ao Presidente e Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, no sentido de que ouçam os anseios da população e de todos os Senadores. Se, na percepção do Senador Jader Barbalho – conforme explicou-me –, S. Exª foi levado a uma situação limite, de beco sem saída, em função dos acontecimentos havidos desde abril, será muito importante que S. Exª tenha a sensibilidade e a percepção para encontrar um caminho, na medida do possível, que seja aceitável para o maior número possível de Senadores. Se houver um diálogo aprofundado entre nós até a tarde de amanhã, será possível encontrarmos uma solução que tenha o voto de mais de 70 Senadores, quem sabe até dos 81 Senadores. Estou muito empenhado nisso, disposto a dialogar com todos os Senadores para chegar a essa solução.

O PMDB tem extraordinária responsabilidade, assim como cada um dos Partidos. O PFL, que se reuniria hoje à tarde, anunciou que deixou para amanhã a sua decisão, que estamos aguardando. O Bloco de Oposição já se reuniu há mais de três semanas – estando presentes nossa Líder, a Senadora Heloísa Helena, e todos os Senadores da Oposição – e chegamos a um consenso: indicamos o Senador Jefferson Péres para a Presidência do Senado, em virtude de sua história, de seu equilíbrio, da maneira ética e digna como S. Exª tem sempre desempenhado seu trabalho nesta Casa. Ao mesmo tempo, acatando uma sugestão do Senador Roberto Freire, fizemos a designação do Senador Jefferson Péres com possibilidade de abertura: se porventura o Partido maior, o PMDB, vier a indicar uma opção consensual, nesse caso – e somente nesse caso estaremos dispostos, bem como o Senador Jefferson Péres, a apoiar a solução. Reitero que esse é o caminho proposto pelo Bloco da Oposição. E o Senador Jefferson Péres, que tem tido todo o nosso respaldo e apoio, estaria propenso a contribuir para uma solução dessa natureza. Quero conclamar todos os nossos Pares a que façam um esforço no sentido de chegarmos a um caminho único.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, concedo um aparte ao nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ouvi com atenção o pronunciamento de V. Exª, e quero comunicar a V. Exª, assim como aos demais Senadores aqui presentes, que o PFL, há vinte minutos, assumiu um compromisso público com o Senador Arlindo Porto, que lançou formalmente a sua candidatura, contando com o apoio, além de outros Partidos, do PFL. O Senador Arlindo Porto é uma pessoa que, pelo seu passado, certamente merecerá a atenção especial de todos os Senadores. Ex-Ministro da Agricultura, ex-Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, certamente entra nessa disputa com grande possibilidade de vitória. Era essa a comunicação que queria fazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Moreira Mendes, estou sabendo por V. Exª a respeito dessa indicação do PFL, já que, pelo noticiário, tinha conhecimento de que o Partido havia adiado essa decisão para amanhã. Isso significa uma nova postura, que guarda relação com outras tentativas formuladas pelo PFL, tal como a indicação do Senador Jorge Bornhausen no final da semana passada.

O que observamos é que a indicação do Presidente do PFL mostrou um caminho possível, quando constatada aqui a disposição dos demais Senadores e Partidos, mas ainda não havíamos chegado a um consenso. Agora, V. Exª nos dá a notícia de que o Senador Arlindo Porto, hoje o único representante do PTB, seria a indicação feita pelo PFL.

Por estar nesta tribuna, não consultei os membros do Bloco da Oposição e a sua Líder, Senadora Heloísa, mas gostaria de transmitir que, conhecendo o pensamento tanto da Senadora quanto do Bloco, digo que essa solução ainda não nos satisfaz. O Senador Moreira Mendes informa que o Senador Arlindo Porto foi indicado pelo PFL. Essa solução não condiz com o que foi expresso pelo Bloco de Oposição. Apesar do respeito que temos pelo Senador Arlindo Porto e de sua seriedade, parece-nos ser preciso encontrar uma solução consensual dentro do maior Partido nesta Casa, o PMDB. Se a solução apresentada até agora pelo PMDB não é consenso no Senado, precisamos encontrar outra, o que demandará maior esforço.

Considero muito importante que o Senador Arlindo Porto se apresente como candidato à Presidência do Senado e que, de pronto, compareça a esta Casa para expor a sua plataforma, tal como fez o Senador Jefferson Péres. Assim, teremos a oportunidade de conhecer as suas idéias. Será muito mais saudável para a instituição e para o fortalecimento do Congresso Nacional que o povo brasileiro saiba exatamente o que pretendem aqueles que desejam presidir o Senado. Dessemodo, sugerimos que os candidatos à Presidência apresentem abertamente seus planos para receberem a reação de todos nós.

Aproveito a oportunidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, para agradecer e registrar a atenção que V. Exª sempre teve comigo, como Senador do Bloco de Oposição e do Partido dos Trabalhadores.

Mantivemos, ao longo de todo o tempo em que V. Exª foi Presidente, um diálogo de respeito crescente. Inclusive, pude conhecê-lo melhor e respeitá-lo. Tive maior estima por V. Exª nesse período e sempre pude dizer com muita franqueza eventuais concordâncias e discordâncias em relação ao seu modo de proceder. Por exemplo, disse algumas vezes que gostaria que a Mesa se reunisse com maior freqüência.

Em muitas ocasiões, V. Exª agiu no sentido do fortalecimento do Senado Federal, inclusive quando fez questão de mostrar que esta Casa deveria estar, por exemplo, dedicando-se ao exame de uma melhor forma de combater a pobreza. Tivemos diferenças na constituição do Fundo de Combate à Pobreza, mas a batalha ainda continua. Pretendo aperfeiçoá-lo, mas um passo foi dado nessa direção.

V. Exª teve um papel fundamental na instalação da CPI do Judiciário, que foi importante para o País nestes últimos dois anos e que trouxe fatos marcantes para a história do Senado.

V. Exª também soube interagir conosco, do Bloco da Oposição e do Partido dos Trabalhadores, nem sempre acatando tudo o que gostaríamos. V. Exª sempre nos ouviu, e isso foi muito importante, porque alguns passos fundamentais foram dados, inclusive com relação aos nossos objetivos de continuar lutando para que o Brasil se torne uma sociedade mais justa e civilizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço as palavras finais do Senador Eduardo Suplicy, porque tratei igualmente os membros do Bloco de Oposição e os colegas da área do Governo, sendo que, com alguns deles tive uma relação estreita, embora com as diferenças ideológicas que todos conhecem, mas que sempre respeitei bastante.

Há um traço do Senador Eduardo Suplicy que realmente merece ser ressaltado: a sua tenacidade

nas suas lutas e, sobretudo, a sua boa educação no trato com todos. O Senador Eduardo Suplicy é um exemplo de Parlamentar educado, que defende as suas idéias – quem sempre são as nossas. S. Exª é sempre um **gentleman** no trato com os seus companheiros, o que faz com que todos dispensemos o melhor tratamento a S. Exª e a seus colegas de Bancada, inclusive a essa figura notável do Senador Lauro Campos, ao meu prezado amigo – com quem ainda há pouco queriam me intrigar – Senador José Eduardo Dutra e à sua Líder. Convivemos bem, e o Parlamento ganhou com isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje falo porque a lei moral que há em mim não permite que eu me silencie. Estou há vários dias perplexo, nesse momento crucial da existência do Parlamento, nesse momento de uma das mais importantes eleições que o País conhece – talvez tão importante quanto a eleição do Presidente da República –: a dos Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

A menos de vinte e quatro horas do pleito, o meu silêncio e o de meus companheiros incomoda-me muito. Deveríamos estar aqui, como propôs em duas ocasiões o companheiro Eduardo Suplicy, ouvindo e debatendo com os candidatos à Presidência do Senado o seu programa, a sua colocação diante dos outros Poderes, o seu posicionamento diante das relações internacionais que se estão manifestando, inclusive por meio da vaca louca. As tantas e importantes manifestações deste mundo globalizado têm aqui, no Senado Federal, um dos eixos fundamentais para a orientação da população.

Gostaria, realmente, que o ambiente fosse outro. Gostaria que os telespectadores deste Brasil afora não ficassem perplexos diante do nosso silêncio. Que silêncio é este? Será que ficamos todos velhos de uma hora para outra? Perdemos a capacidade de escutar e de reagir? Perdemos a capacidade de nos inflamar, que se teria concentrado apenas na figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães? Alguns acham que há um certo exagero nas suas atitudes, mas, pelo menos, há de se reconhecer essa vontade, essa lei moral que existe dentro de nós, que nos incendeia algumas vezes. Portanto, devemos compreender os excessos para reafirmar, abençoar e compartilhar desse impulso ético, desse impulso de moralização.

O que me traz aqui, hoje, é essa insopitável vontade de fazer, pelo menos, uma catarse, porque não agüento mais esse silêncio, esse tergiversar, essas conversinhas, esses discursos em torno de nada. Parece que não estamos escutando o som do vendaval que se aproxima. Parece que não vai acontecer, também, amanhã, absolutamente nada.

O **day after** vem aí. Amanhã, vamos começar a tomar consciência do que realmente fizemos, cometemos e praticamos.

O apelo feito pelo Senador Eduardo Suplicy de que, pelo menos, parlássemos, parlamentássemos, falássemos alguma coisa. Só há cochichos, conciliábulos secretos, tititi. Isso não é digno do Senado Federal!

À falta de algo melhor para fazer, incapaz de mover o mundo e de mudar as decisões medrosas, covardes, indecisas – e o povo está vendo esse vale das indecisões, do silêncio em que nos encontramos –, estou aqui, de certa forma, à espera de um milagre. Contudo, não queria esperar em silêncio, mas, pelo menos, rezando, para que o milagre viesse nos salvar, ou estamos perdidos definitivamente?

Os instrumentos usados nessas decisões mostram a importância delas. Não é à toa que o Partido do Presidente da República ou um de seus aliados compra alguns deputados, de maneira inegável, descarada – isso, por acaso, foi gravada também. Mas crime é a gravação ou a continuidade daqueles processos? Certa vez ouvi Sua Excelência, o Presidente da República, dizer: "Não recorremos mais a essas medidas pouco assépticas, sujas, entre o Executivo e Legislativo". Eu escutei isso três vezes, com palavras e sinônimos muito elegantes e diferentes. Mas será que mudou alguma coisa ou será que se agravou a situação, diante de um conjuntura econômica-financeira internacional que se torna cada dia, claramente, mais grave?

Cheguei a esta Casa e, entre outras coisas, não gostaria de deixar de registrar que observei muito a conduta do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Peguem os discursos que fiz e, em alguns deles, há crítica dirigida a S. Exª bastante acerba; mas tenho que fazer justiça, e já disse muitas vezes e repito que S. Exª, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, tem agido aqui, neste Senado, mais ou menos como o treinador do time. S. Exª quer ver o time acertar, que ver o time ser aplaudido, quer ver o time melhorar.

Tenho que reconhecer, e reconheço há muito tempo, que a preocupação de S. Exª, ao dirigir os nossos trabalhos, foi talvez como os exageros a que

S. Exª se permitiu há alguns dias, o exagero de quem quer salvar, de quem quer afastar e exorcizar a catástrofe.

Entre os candidatos que até agora se apresentaram, poderíamos até ter aberto mão da candidatura do modelar companheiro Senador Jefferson Péres, homem de uma compostura, uma atitude, um comportamento, uma prática exemplares. Poderíamos fazer esse sacrifício também em nome da salvação da Casa, neste momento crucial e decisivo para o Congresso Nacional e para o País. Contudo, infelizmente, até agora, essa possibilidade sequer surgiu.

Tendo em vista a formação e o estofo do nosso companheiro Senador Jefferson Péres, tenho absoluta certeza de que S. Exª abriria mão, seria o primeiro a abrir mão – como, aliás, já disse que isso poderia ocorrer. O nobre Senador não tem ambições individuais, não tem a vontade do poder que cega alguns, portanto, S. Exª poderia, tranqüilamente, deixar de ser um obstáculo à realização de uma coalizão salvadora. Mas parece que os ouvidos ficaram moucos e que as consciências – algumas delas – não perceberam o que acontecerá amanhã, a importância do dia da eleição de nosso Presidente.

Realmente, eu gostaria que não houvesse um **day after**; gostaria que o Presidente assumisse com tranqüilidade esta Casa tranqüila e que não permitisse a existência de acerto de contas, perseguição, entrincheiramento para a vendeta, que receio venha a ocorrer. O poder do Senado Federal é muito maior do que as pessoas pouco atentas possam imaginar.

Em um dos momentos de crítica a esta Instituição e ao funcionamento dos três Poderes, cheguei a dizer e a procurar demonstrar que o Presidente do Senado no Brasil representa uma espécie de ditador pela metade. "Há uma ditadura compartilhada", disse eu. E não pedi desculpas ao Presidente Antonio Carlos Magalhães. Estou agora, na hora da saída, dizendo que o Senado e sua Presidência são tão poderosos que agem, algumas vezes, como uma espécie de ditador que compartilha com o verdadeiro ditador – o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso – essa ditadura disfarçada e compartilhada.

Isso não atingiu o Presidente Antonio Carlos Magalhães ou por não conter uma verdade ou por outro motivo qualquer. No entanto, estou repetindo o assunto apenas para mostrar como tenho consciência do poder desta Casa. E este poder, se por acaso não estiver em mãos serenas, como, por exemplo, as do Senador Jefferson Péres, se não estiver em mãos que não desejam passar a limpo as suas frustrações pessoais e o seu desejo de vingança individual, passaremos a limpo outras coisas, como as nossas derrotas internas e os nossos conflitos intestinos. Será um verdadeiro desastre. Gostaria muito de poder contribuir o mínimo que fosse para que essa tragédia não acontecesse.

Desse modo, o desastre de depois de amanhã pode ser maior ainda e com muito mais vítimas do que o de amanhã. Não quero ser catastrofista, como costumam algumas vezes afirmar que sou. Por isso estou fazendo essa catarse verbal neste momento. Gostaria muito – e daria para isso boa parte da minha existência – que a situação se resolvesse nesta Casa, que sempre treinou alhanura, a educação e a morigeração.

O Senado Federal é campeão dessas virtudes. Sou dos menos virtuosos nessas questões parlamentares.

Quem sabe se nós, ainda, teremos uma saída honrosa? Estamos sendo observados, estamos sendo cobrados. O nosso silêncio é muito estranho pelo menos, condenável, principalmente num momento em que consciências são compradas e portas de Partidos são abertas à custa do vil metal. Mais uma vez, essas relações espúrias continuam a inquinar a nossa dignidade. Dessa forma, não poderia ficar silencioso, não poderia ficar calado, pelo menos para traduzir, nestas palavras mal-enjambradas, aquilo que eu não poderia silenciar, para não contrariar a lei moral que há em mim.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Concedo um aparte ao nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Lauro Campos, quero apenas, de maneira modesta, contribuir com o grande professor e o grande Senador que se constitui a figura de V. Exª na Casa, dizendo que essa opressão precordial, que não é enfarte, não é isquemia, eu também a sinto neste momento da vida parlamentar. Especialmente no Senado Federal, ela está dividida entre alguns Senadores. O pronunciamento de V. Exª desperta o sentimento de que estamos envolvidos em uma grande decisão, bem como nas conseqüências que dela advirão. Este é um momento de mais alta responsabilidade para esta Casa. Não gostaria de, em minha caminhada parlamentar, levar a imagem do que pode ser o **day after** da maneira como V. Exª define aqui. Iria externar algumas palavras ao Senador Antonio Carlos Magalhães após a saída de S. Exª da Presidência da Casa, quando já es-

tivesse na "planície", como é costume dizer-se no Congresso Nacional. Todavia, soube que há uma possibilidade real de vitória – e não foi S. Exª quem me disse – de um outro grupo que não o que se vislumbra na grande imprensa. Assim, aproveito o pronunciamento de V. Exª para dar o meu testemunho do que representou a figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães no Senado Federal. Quando, no dia da posse, na primeira semana, tivemos uma reunião para discutir a escolha do nome do Presidente do Senado Federal, participei – com a convicção de quem saía do movimento estudantil, de um movimento popular, em 1980, e, naquele momento, a imagem do Senador Antonio Carlos Magalhães se diferenciava de maneira radical do nosso projeto político – e reprovei o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães em reunião do nosso Partido. V. Exª concordou de certa forma com a minha opinião, externando o respeito da convivência. Naquele momento, a decisão da Bancada, após embates internos, foi a de que o Partido dos Trabalhadores não votaria. Esse era o ponto de vista de alguém que não pertencia ao Parlamento e convivia com uma personalidade política. E após esses dois anos de testemunho da presença do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, seria uma injustiça, um ato de covardia, não reconhecer que, no exercício da Presidência do Senado, o Senador Antônio Carlos Magalhães observou o mais alto respeito por todos os Senadores, por todos os Partidos políticos. Como já externei em reuniões nossas do PT aqui, não sei, Senador Lauro Campos, se outro Parlamentar na Presidência desta Casa teria coragem de enfrentar o Judiciário, como fez o Senador Antonio Carlos Magalhães; teria coragem de autorizar ao Senado a cassação de um Senador da República. Entendo este testemunho como um ato de justiça, um ato de respeito. Não compreendo como alguns, que àquela época defendiam a Presidência do Senado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, hoje o hostilizam nos bastidores de maneira tão ranheta. S. Exª não mudou. Não conheço um ato público que o desabone de dois anos para cá na vida pública do País. Se há uma imagem pesada, do ponto de vista democrático, ela é anterior a esse seu exercício da Presidência do Senado. Então, o que mudou foi a versão de alguém que não aceita essa presença política agora como um reconhecimento de justiça. Repito: eu iria fazer este testemunho após a saída de S. Exª da Presidência da Casa, mas o faço em favor de um mandato que quero que caminhe serenamente. Sou daqueles que entendem que política e honra são compatíveis. Não imagino política e honra como água e óleo. Sinceramente, espero que o **day after** não contribua para que eu perca o ânimo e a esperança de ser um jovem Senador da República que acredita em seu País e neste Senado Federal. Assumi, com tanto entusiasmo, meu mandato e espero levá-lo até o final, honrando cada voto que me foi dado, a minha consciência e a minha determinação pela ética na vida pública. Parabéns, V. Exª é uma referência de vida, não só da vida pública, não só da vida educativa, mas uma referência de vida que vou levar como lembrança.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agradeço muito o aparte de V. Exª. Sei que V. Exª não poderia ser uma daquelas vozes silenciosas, daquelas vozes que faltaram aqui neste plenário até este momento.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Exª apenas dez segundos apenas para reafirmar toda a coerência do Partido dos Trabalhadores com o Senador Jefferson Péres.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Não poderia deixar de ser de outra forma, porque o relacionamento com V. Exª significou um desses grandes encontros que tive no Senado Federal. A sua fidelidade às idéias, o seu amor à vida e à proteção dela, e a sua dedicação à Medicina continuam nesta Casa. Como não poderia deixar de ser, V. Exª é fiel à vida, é fiel aos gestos que protegem Eros, que protegem a vida em todas as suas manifestações, principalmente a vida humana.

Agradeço muito a sua delicada intervenção e faço votos para que V. Exª, tão jovem, continue assim. O fato de apenas continuar significará para todos nós uma alegria e uma honra muito grande tê-lo conhecido e acompanhado em seu rastro luminoso.

Muito obrigado!

Sr. Presidente, gosto sempre de pedir desculpas e agora devo estar precisando de fazê-lo, mas acredito que não devo desculpas, por exemplo, a V. Exª, que algumas vezes tem feito referências à minha pessoa, a familiares meus inclusive, de público, o que demonstra que, se não castigarem muito V. Exª, se não o deformarem demais por meio de pressões insuportáveis, V. Exª continuará a ser, para tristeza de seus opositores, um conquistador. V. Exª é um conquistador: V. Exª sabe utilizar a sua inteligência, a sua simpatia, a sua lhaneza, mas também sabe utilizar o outro lado, para expulsar os vendilhões do templo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada poderia ser mais comovente para mim

do que ouvir a palavra do Senador Lauro Campos e, ao mesmo tempo, do Senador Tião Viana.

Um homem experiente, com uma tradição de vida notável, filho de grande figura brasileira e, ao mesmo tempo, um Senador que se destacou por sua coerência ideológica e dignidade na vida pública. O Senador Lauro Campos é um exemplo para todos nós. Pode até parecer mais idoso do que eu, mas é mais jovem.

Entretanto, em todo o período em que esteve aqui, em nenhum dia descumpriu os seus deveres, em nenhum dia deixou de honrar o mandato que o povo de Brasília lhe conferiu. V. Exª, com o seu testemunho, se já havia ganho, há muito tempo, o meu respeito, ganha agora também o meu coração. De modo que agradeço a V. Exª.

O Senador Tião Viana, tão jovem, tão brilhante, aqui só tem mostrado trabalho e seriedade, lutando contra muitos abutres que não respeitam sequer a dignidade do seu Estado.

Quero, nesta hora, congratular-me com V. Exª. Somos de Partidos diferentes, geralmente estamos em campos opostos, mas V. Exª ainda tem muitos caminhos na vida a percorrer, e desejo que V. Exª os percorra com o êxito que tem obtido no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, permita V. Exª que eu lhe dirija a palavra neste momento para dizer do pensamento que tenho, da análise que faço do mandato exercido por V. Exª.

Hoje é praticamente o dia derradeiro do exercício do seu mandato, e me sinto na obrigação de fazer esse registro. Alguns poderão dizer: "Mas o Senador Fogaça não pode elogiar o Presidente Antonio Carlos porque o seu Líder, Presidente do seu Partido, é candidato à Presidência do Senado e há um litígio, um confronto." Muito bem, isso é verdade. Mas, por outro lado, também seria uma enorme injustiça se, por causa disso, se pela existência dessa adversidade, eu deixasse de registrar o que penso. Portanto, sou daquelas pessoas que entendem que quando há uma verdade que se apresenta e se expressa de maneira invencível não há pressão externa que possa alterar o conceito que dela faço. Se é um prejuízo ou se é um favor para terceiros, isso não me interessa; o que interessa é que tenho o dever de aqui registrar o meu pensamento.

E o meu pensamento, Presidente, é que V. Exª deu aqui uma demonstração, ao longo desses anos, de que realmente é possível exercer a Presidência do Senado garantindo à Oposição o direito de fazer oposição e, ao mesmo tempo, garantindo ao Governo o direito de viabilizar-se como governo e, portanto, viabilizar os seus projetos. Resolvi falar porque fui testemunha, na última sessão do Congresso Nacional, do momento em que Líderes nacionais como Aloizio Mercadante, José Genoíno, Miro Teixeira e tantos outros ilustres representantes da Oposição a V. Exª se dirigiram com respeito e admiração. Há pouco, ouvimos as palavras dos Senadores Tião Viana e Lauro Campos.

Neste País que já viveu sob um regime autoritário, neste País que alguns fazem uma distinção de épocas e que até, de alguma forma, colocam a figura de V. Exª nesse outro período autoritário vivido no Brasil. O que posso dizer é que se as medidas provisórias, por exemplo, continuarem a ser editadas e reeditadas neste País, se continuarem a ser abundantes como o são, de forma totalmente desconhecida pelo Congresso, que não as examina, não as debate, não as emenda, não as analisa; o Congresso, num determinado momento, sem conhecimento de causa, sem conhecimento dos Senadores, sem conhecimento dos Deputados, sem avaliação técnica ou política, apenas vota a medida provisória de uma maneira absolutamente abrupta e às vezes até sem nenhuma profundidade. Se isso continuar, se as medidas provisórias continuarem como são, Sr. Presidente, pode-se responsabilizar qualquer cidadão do País, qualquer membro do Congresso, menos V. Exª, que foi diligente, operoso, comprometido e inquebrantável na determinação de mudar o regime de medidas provisórias no País.

Diga-se, a bem da verdade: V. Exª arrostou dificuldades, enfrentou problemas e conseguiu vencer uma maré negativa que não aceita mudanças na medida provisória. Não faço acusações a ninguém. Mas a verdade é que desde 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, há movimentos sucessivos para se modificar esse instituto da medida provisória. Houve iniciativas no período do Governo Sarney, houve iniciativas no período do Governo Collor, do Governo Itamar Franco e agora no Governo Fernando Henrique Cardoso. Nenhum Presidente de Congresso tinha sequer conseguido fazer essa emenda constitucional sair das Comissões; V. Exª conseguiu fazer

com que essa emenda constitucional fosse aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados. Depois, a referida emenda retornou a esta Casa para uma segunda revisão e agora está novamente na Câmara dos Deputados para ser votada. Talvez, só por uma questão de data, só por uma questão de dias, V. Exª não sairá da Presidência com essa emenda constitucional aprovada. Mas, se em algum lugar do mundo houver um galardão para quem sustentou isso com firmeza e convicção, esse galardão é de V. Exª. Se as medidas provisórias forem limitadas no Brasil, esse mérito é de V. Exª .

Sr. Presidente, ingressei na Câmara dos Deputados em 1982, quando fui indicado Sub-Relator do Projeto do Código Civil. Aqui, durante 10, 15 anos estive como Relator do Projeto do Código Civil, até que surgiu V. Exª na Presidência e decidiu levar a cabo a tramitação do Projeto do Código Civil. O Código Civil fora votado no Congresso Nacional apenas em 1916. Depois, o Presidente Jânio Quadros iniciou uma reforma do projeto. Caiu Jânio Quadros; veio João Goulart. Houve a crise institucional; veio o Governo militar. Vieram os governos sucessivos, democráticos. Passaram-se, de 1961 a 2001, 40 anos, Sr. Presidente. Pois, nesses 40 anos, quem teve a determinação de resolver o problema, nomear os relatores, tocar para frente e dar conseqüência efetiva a esse trabalho foi V. Exª. Se o Código Civil está promulgado e em vigor, gerando benefícios e direitos para cidadãos menores de idade, mulheres, homens, crianças, que tinham um Código Civil defasado e quase inteiramente inaplicável, tudo isso se deve, claro, ao trabalho técnico e parlamentar dos Srs. Parlamentares, que contribuíram notavelmente, mas, sem uma vontade política poderosa, férrea, determinada, não se chegaria a uma conclusão.

A história passa, a vida passa. E às vezes deixa-se de fazer registro de que há elementos não rotineiros da vida que não estão embutidos naturalmente na sucessão dos acontecimentos. Há coisas que só se realizam quando a vontade humana emerge límpida, decidida, em favor de uma causa, e esse é o poder do homem de mudar o curso da história. Portanto, faço este registro: o Código Civil está, sob nova forma, gerando benefícios, direitos e proteção social a milhares de mulheres abandonadas e desprotegidas e a crianças sem tutela. Isso graças, evidentemente, à determinação de V. Exª.

Quando no Congresso Nacional se tentou alterar a imunidade parlamentar? Estou aqui há quase 20 anos e não me lembro disso. V. Exª tomou a iniciativa de apoiar a emenda constitucional que altera o regime da imunidade parlamentar simplesmente para dizer que prática de crime comum não é objeto de imunidade parlamentar. V. Exª, com a capacidade de comando que possui, estimulou, induziu e empurrou para aprovarmos no Senado essa matéria, que hoje está na Câmara, pendente de votação. Acusem qualquer um, menos V. Exª de que isso não ocorreu, ou seja, de que a imunidade parlamentar não foi modernizada, reformada como deveria ser.

Eu poderia discorrer sobre um rosário de exemplos, todos eles sempre nessa mesma direção. Não farei isso, pois seria evidentemente muito exaustivo. Mas uso esses exemplos porque quero dizer que aprendi a ter e adquiri um grande respeito pelo trabalho de V. Exª, e ao final de seu mandato não poderia deixar de registrar isso, justamente pelo fato de V. Exª não pertencer ao meu Partido. É justamente o fato de podermos ter divergências no campo político ou partidário que me dá o direito de fazer este registro e dizer que eu gostaria que um Presidente de Senado fosse assim: sempre capaz de garantir ao Governo o direito de ser Governo, de viabilizar-se como Governo, mas garantir à Oposição o mais pleno e amplo direito de exercer totalmente a sua condição intrínseca de Oposição.

Aí é que está a explicação para as referências feitas a V. Exª por homens como Lauro Campos ou Tião Viana. Não porque V. Exª os tenha beneficiado nas idéias políticas que defendem, porque não são as mesmas de V. Exª. O que V. Exª fez, parafraseando Voltaire, foi garantir a eles o direito de discordarem de V. Exª, garantindo em plenitude, na mais longa extensão que esse direito possa ter. Só isso justifica o mandato de Presidente do Senado. Tudo isso foi público e aberto. Mas não posso deixar de dizer que vi, registrei e acompanhei V. Exª na conduta interna da Casa. Situações e momentos que não eram matéria de jornal não seriam publicados porque poderiam, eventualmente, ser meras questões administrativas. Porém, a mão de V. Exª, dura e implacável no cumprimento da lei, muitas vezes, foi usada com a força necessária para evitar ou até restringir a ação de pessoas. Disso talvez, em muitos casos, não tenha havido registro externo, ou até sejam situações pequenas, administrativas, de pouca extensão, mas que, no dia-a-dia, demonstram um caráter ferreamente apegado a uma certa rigidez de comportamento que, confesso, produziu em mim uma grande admiração pelo comportamento de V. Exª. Nesse sentido, faço o registro final: quem é Oposição sentiu-se no direito pleno de exer-

cer essa condição; quem foi e é Situação também não pode dizer que V. Exª tenha obstruído, dificultado, inviabilizado ou prejudicado.

Outro questionamento que pode ser feito é: V. Exª sai dessa cadeira deixando uma grande realização? Talvez V. Exª não deixe nenhuma obra material importante, mas deixa o salário mínimo num patamar muito mais elevado e um Programa de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil que, até então, nunca tinha acontecido.

Creio que de um político deve-se perguntar isso: qual a grande obra que realizou? Qual o grande movimento que abraçou? Qual o grande empenho que fez em torno de uma grande causa? É isso que se deve perguntar de um político, e quem perguntar isso de V. Exª terá sempre boas respostas.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter exercido o mandato da forma que exerceu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Queria agradecer ao Senador José Fogaça as palavras que proferiu a meu respeito. Generosas, é verdade, mas cheias de um sentimento que lhe é próprio, o de justiça.

Realmente trabalhei, e muito do que consegui foi graças ao apoio que recebi do Senador José Fogaça, uma das maiores e melhores figuras do Parlamento brasileiro. É um homem público notável e que nunca deixou de atender aos apelos da Presidência nas questões mais difíceis, para conseguir êxito nas Comissões e no Plenário desta Casa.

Quando se tinha um problema grave para resolver, não só a Liderança como a Presidência procuravam sempre ouvir V. Exª. E a sua voz norteou muito da minha atuação nesta Casa.

Não nos conhecíamos sequer quando aqui chegamos; hoje, conhecemo-nos bem. Se não temos intimidade maior, temos a intimidade que desejamos: a do respeito mútuo e, sobretudo, a da admiração que tenho por V. Exª, que é muito grande.

Agradeço as suas palavras, Senador José Fogaça, e sei que o Senado e o Rio Grande do Sul ainda terão muito a lucrar com a sua inteligência, com a sua integridade e competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, está é a última sessão de trabalho, deste período, presidida por V. Exª. Amanhã, depois da eleição da Mesa, V. Exª voltará à planície. Poucos Presidentes do Senado deixaram a Mesa com uma aprovação quase unânime e consensual dos seus pares.

Pessoalmente, aprecio seu comportamento transparente, emotivo, emocional e aberto. São essas, a meu juízo, as qualidades que faltam aos homens públicos. Nada de comportamentos sinuosos, de opiniões obscuras e de falta de presença e verdade em momentos importantes da nossa vida e da vida política dos nossos Partidos e de nosso País.

Divergências políticas nós as mantemos, pois estamos em Partidos diferentes, embora estes hoje quase que se confundam.

Enquanto o Senador José Fogaça falava, lembrava-me de uma carta escrita por Victor Hugo a um amigo. Ele iniciava o texto lamentando por tê-la escrita tão longa, por não ter tido tempo de escrevê-la curta. Se rei bem mais breve que o Senador José Fogaça.

Jovem, Senador Bello Parga, escutava com grande repetição a palavra "psicodélico". 'Psico-' de **psyché**, alma; **delos**, do oráculo que revela a verdade; ao que se acrescenta o sufixo '-ico', que transforma o substantivo em adjetivo; daí, "psicodélico": aquele que revela a sua alma.

Penso que poderia descrevê-lo, neste momento, como o Presidente "psicodélico" do Senado nos últimos anos, com as qualidades já expostas à exaustão pelos Senadores da Situação e da Oposição. Seja bem-vindo à planície com o reconhecimento do trabalho feito pelos seus pares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado Senador Roberto Requião. Sabe V. Exª da admiração que tenho pelo seu comportamento, pela sua cultura e pela sua inteligência. V. Exª é uma figura que, por isso mesmo, destaca-se no Senado. Sempre muito franco, muito aberto, as suas palavras têm expressivo valor para mim.

Na planície eu não diria que estaremos, porque este Senado não coloca ninguém na planície; todavia, no lugar onde me encontrar, espero estar sempre na companhia de V. Exª para que possa desenvolver melhor os meus raciocínios, tendo sempre a meu lado a cultura e a inteligência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço licença a V. Exª

para, neste último dia, perder a rigidez com que V. Exª, nesses quatro anos, cumpriu o Regimento.

Os Senadores que me antecederam lhe abraçaram, em abraços sonoros de vozes que traduziam, mais que emoções, convicções e demonstrações de respeito a V. Exª, Esses abraços todos me fizeram lembrar que, na pouca experiência que tenho, eu talvez não me lembre de todos os abraços que recebi nos dias em que iniciei minhas missões, mas me recordo dos abraços que recebi nos dias em que as conclui.

Lembro-me das palavras de V. Exª, sentado nessa cadeira, quando desci desta tribuna no dia 4 de janeiro de 1999. Na quele dia, pelas razões que se sabem, eu havia sido derrotado na eleição para o Governo do Distrito Federal e, por conseqüência dessa eleição e das circunstâncias, eu deixava a Liderança do Governo no Congresso Nacional. Naquele momento, V. Exª fez questão de dirigir-me palavras que nunca mais esquecerei. Os abraços da conclusão das missões que cumprimos nas nossas vidas são palavras que marcam muito mais.

Já disseram aqui que V. Exª, como Presidente do Congresso, lega ao País, pela sua luta e determinação, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Só isso bastaria para marcar a gestão de qualquer Presidente do Congresso Nacional. Já a partir deste ano, dez milhões de brasileiros entre sete e quatorze anos receberão a bolsa-escola e tudo isso com a metade dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que vai irrigar todos os outros programas de erradicação da miséria no Brasil. Isso bastaria para marcar, de forma indelével, a passagem de V. Exª pela Presidência do Congresso Nacional.

Mas ouso dizer que há uma variável, uma característica de V. Exª que vai, na história, registrar com cores ainda mais fortes essa sua trajetória. Talvez por estar desde os anos 50 na vida pública, por ter exercido um sem-número de mandatos parlamentares e executivos, V. Exª soube compreender, como poucos souberam na história republicana, a relevância desta Casa. Algumas vezes, movido pela paixão exageradamente, V. Exª sublinhou sempre o respeito que tem e que todos temos de ter pelo papel do Congresso Nacional.

Dou o meu testemunho. Algumas vezes como Líder, e mesmo sendo um Líder que tem o privilégio de tê-lo como amigo, discordamos. Algumas vezes, V. Exª não atendeu às minhas questões de ordem. Algumas vezes, V. Exª não colocou na pauta matérias que eu entendia que deveriam ser colocadas pela vontade da maioria. Chegou a hora de reconhecer, Sr. Presidente, que, mesmo quando V. Exª discordava dessas posições, V. Exª tinha duas características. Em primeiro lugar, fazia-o de frente, de forma clara e transparente. Segundo, V. Exª assim agia para preservar o direito das minorias.

Esta sessão, talvez, ficará marcada menos pelo meu pronunciamento, ou do Senador José Fogaça ou de outros eminentes Senadores da base de sustentação do Governo; esta sessão ficará marcada por aqueles que, vindos dos partidos de Oposição, sabem reconhecer a grandeza de V. Exª e a correção no trato das matérias que aqui tramitaram.

A convivência suprapartidária, que V. Exª soube conduzir nesta Casa, também gerou momentos que fizeram com que o Senado Federal fosse o pólo de atração das atenções de todos os que têm espírito público e acompanham a política nacional. Sr. Presidente, mesmo nos momentos mais duros, nos momentos de confronto e de discordância, pela forma com que V. Exª imprime sua atuação política, o Congresso Nacional cresceu. Esse é o meu testemunho.

Sr. Presidente, concluo minhas palavras, cumprimentando-o. Hoje, pela manhã, V. Exª inaugurou o Interlegis. E o que isso significa? Trata-se do primeiro ato concreto de transformação da democracia representativa para a participativa. A democracia brasileira cresceu com a presença de V. Exª na Presidência desta Casa.

Concluo, Sr. Presidente – porque todas as homenagens justas e legítimas lhe foram prestadas –, com palavras que não vêm da razão, mas da emoção. Repito o que já disse na sessão do Congresso: aprendi muito com V. Exª e quero ser para o povo de Brasília, que me elegeu, o que V. Exª é para o povo da Bahia. Esse é o norte da minha vida pública.

Sr. Presidente, perdoe-me a ousadia de chamar mais uma vez pela sua emoção. Num momento como este, vejo-o neste plenário, bem ali atrás das últimas cadeiras – porque o espírito pode ser visto e Drummond disse que a alma sai em fotografia. Nos momentos mais importantes da vida pública de V. Exª, ele ficava ali, de pé. Ele está aqui. V. Exª, com a sua atuação, tem a mesma grandeza do nosso inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que está, neste momento, junto com V. Exª, abraçando-o, como sempre fez, nos momentos mais importantes da vida dos dois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Roberto Arruda, o testemunho

de V. Exª para mim é extremamente valioso, menos pela amizade que temos do que pelo trabalho que V. Exª realiza nesta Casa.

V. Exª, por circunstâncias políticas que não quis declarar, deixou a Liderança do Governo. Foi bom. Foi bom para que o Governo visse que precisava de V. Exª outra vez como Líder e que jamais teria um Líder que pudesse atuar como V. Exª atuou em favor do Poder Executivo. Daí por que a sua recondução é fruto do seu trabalho, da sua inteligência, da sua operosidade.

As suas palavras me comovem sempre, e hoje me comoveram profundamente, sobretudo neste final. Porque eu já disse e repito aqui, agora, que a inspiração de todos os meus atos na vida, depois de 21 de abril de 1998, é o meu filho, é o Luís Eduardo. O êxito que tive aqui devo muito aos conselhos que ele me dava, e V. Exª tocou realmente no ponto que é mais sensível à minha alma, que é a memória do Luís.

Quero agradecer-lhe pelas suas palavras e dizer que V. Exª é um vitorioso. O Governo Fernando Henrique Cardoso deve muito ao trabalho de V. Exª. Ele, em conversa comigo, muitas vezes, tem dito isso agora. Todavia, por mais que diga, não diz tanto o quanto V. Exª fez de trabalho eficiente e, sobretudo, cavalheiro com os seus Colegas, mesmo os da Oposição.

Temos que conviver com todos e a única exigência que devemos fazer para a convivência é a presença da moralidade. O Senado tem que dar um exemplo ao Brasil de que a moralidade é a linha de condução do seu destino. Por isso é que agradeço as palavras de V. Exª. Tenho certeza de que, qualquer que seja o resultado, estarei ali bem perto do meu querido Colega Paulo Souto, não só ouvindo como também verberando sempre contra os atos, injustos ou imorais, que sejam praticados por quem quer que seja.

Ninguém neste País vai crescer mais abandonando a ética e a moralidade. A ética e a moralidade levam o indivíduo às alturas. Ao contrário, por mais que se pareça vitória, os que não são éticos e que não são de boa moralidade descem a cada dia e se aprofundam na lama da corrupção, que não eleva ninguém. É difícil sair. E os que ajudam nisso também vão ficar marcados, não por nós, mas na sua consciência. Os que votarem errado, vão votar com problema na consciência. Quando chegarem ao lar, na hora de dizerem aos filhos como votaram e porque votaram, terão a maldição. Daí por que agradeço as palavras de V. Exª de todo coração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não precisava dizer nada no dia de hoje. O que eu gostaria de dizer, tenho dito ao longo desses quatro anos. Durante esse período fui seu Vice-Presidente. Como disse ontem, não me deixei atacar pela síndrome presidencial que às vezes acomete os Vice-Presidentes. Sempre soube ou procurei distinguir bem qual era o meu papel. Pertencendo a Partidos diferentes, sempre entendi que as posições de natureza político-partidárias eu deveria discutir no meu Partido, e nas questões que dissessem respeito ao comando do Senado Federal, eu deveria ouvir a palavra daquele que foi escolhido pelos meus Pares para comandá-lo. Assim agi. E, durante esses quatro anos, aprendi com V. Exª. Aprendi mais do que esperava aprender, não apenas a realizar a tarefa que nos incumbe, mas eu, que o conhecia de uma certa distância, fui, aos poucos, passo a passo, aproximando-me de um homem cercado de controvérsias, amado por uns, odiado por outros, mas um homem de quem se pode dizer tudo, menos que não seja uma das figuras mais eminentes da política deste País.

Para mim, Presidente Antonio Carlos, foi um privilégio trabalhar ao seu lado. Foram oportunidades que se seguiram, desde assistir ao desvelo com que V. Exª se debruçava sobre os problemas grandes e pequenos do dia-a-dia do Congresso Nacional e testemunhá-los até nos momentos da suprema emoção, quando, ao seu lado, partilhei do seu sofrimento, num corredor de hospital, testemunha do seu olhar triste, vendo sucumbir não apenas o filho, não apenas alguém depositário da sua ternura, do seu carinho e do seu amor, mas vendo sucumbir muitos dos sonhos que o colocaram tão ereto e tão de pé ao longo da vida e até àquela hora.

Não posso omitir, nesta oportunidade, uma expressão que V. Exª teve, simples, singela, num daqueles momentos emocionais que o País viveu após a morte de Luís Eduardo, quando todos nos encontrávamos em Salvador, na inauguração do monumento que o povo baiano ergueu em sua memória. V. Exª sintetizou, com palavras de rara felicidade, o que de fato sentia. V. Exª disse: "Sou um homem feliz dentro do meu sofrimento". Na realidade, nunca vi alguém poder se cercar de força, de carinho, de calor, de tanta ternura, de tanta emoção, de tanta saudade e

transformar o sofrimento que o abatia em troféu. Era como se o País inteiro lhe dissesse que, por curta que fosse a vida de Luís Eduardo, ela havia representado tanto para o País que este desejava agradecer-lhe por haver oferecido ao Brasil a figura, o trabalho e a contribuição de seu filho. E tal contribuição ele não tirou do ar, do espaço, deve tê-la recebido, na capacidade que revelou de servir o Brasil, tijolo por tijolo, ao longo da vida, desde os primeiros momentos, quando balbuciou as primeiras palavras, quando deu os primeiros passos, quando tropeçou nas primeiras cadeiras, ele deve ter começado a aprender na mão segura em que se apoiava; ele deve ter começado a aprender com o pai a forma de escolher o seu itinerário. Portanto, se hoje o País aplaude a memória, a presença de Luís Eduardo, o País reconhece o vulto que ele foi, nasceu da inspiração que teve e das lições que recebeu do pai que a vida lhe reservou.

Afora isso, desejo dizer-lhe, Presidente Antonio Carlos, que uma das melhores coisas que levo desses quatro anos, não é o conjunto de lições e de experiências de trabalho, mas o fato de que penso que posso dizer que nesse período conquistei um amigo valioso cuja amizade desejo preservar, cuja figura desejo homenagear, cujo papel desejo reconhecer e proclamar, e a quem eu devo publicamente agradecer, pela forma como, na sua caminhada e na sua trajetória, soube ter ao seu lado alguém que foi descobrindo nele as virtudes, os talentos e os defeitos que fazem parte da biografia de um homem, de um ser complexo, como complexas sempre foram todas as personalidades importantes na história da humanidade.

Eu também não posso esconder de V. Exª que nesses quatro anos, nos momentos em que a sua ânsia de defender os seus pontos de vista e suas posições me faziam subir a essa cadeira e administrar o cenário que se criava, não posso deixar de registrar que, muitas vezes, isso me deu bastante trabalho. Mas isso fez parte do aprendizado, que hoje agradeço.

Quero, portanto, que este momento seja de reconhecimento, e uma declaração de que o meu papel nesses quatro anos, Presidente, foi o de procurar interpretar suas diretrizes e, cada vez que me coubesse representá-lo, substituí-lo em algum lugar, eu procurava buscar inspiração no seu exemplo e, à minha maneira, procurava fazer as coisas da forma mais próxima daquela que eu sabia que V. Exª faria naquele momento.

Procurei ser um colaborador modesto, discreto, uma pessoa que durante quatro anos procurou não ter muita visibilidade. Procurei apenas oferecer a minha contribuição à realização de um trabalho cuja importância eu sabia qual era.

Agora, juntos estamos terminando. Já lhe agradeci, renovo meu agradecimento, e apenas vou repetir uma expressão que já usei aqui no Senado em outra oportunidade, mas ela nunca foi tão oportuna como hoje.

A passagem de S. Exª pela presidência do Senado e do Congresso termina. A partir de amanhã, cada minuto, cada segundo que passar, vai permitir que uma nova perspectiva de história se crie. Percebemos que o Congresso Nacional não será o mesmo depois que Antonio Carlos Magalhães exerceu sua Presidência. O Congresso Nacional é um patrimônio de todos nós, é o fiador da liberdade do nosso povo. Com as suas virtudes e os seus defeitos, é a garantia que temos de que as liberdades, no passado suprimidas, penetram a casa de cada um, com seu direito ao grito, com seu direito à palavra livre, com suas tribunas abertas. O Congresso é a Casa por meio da qual o povo brasileiro respira, e grita quando quer gritar. Uma instituição como essa precisa ser protegida, sua imagem precisa ser resguardada. A confiança do nosso povo nesta Casa precisa crescer. Nosso povo precisa saber que somos humanos e que temos os defeitos de todos os seres humanos, mas estamos cumprindo o papel de consolidar a democracia neste País. A democracia custou muito a todos os brasileiros, em todos os recantos do País. E é preciso saber que, se alguém tem responsabilidade com este Congresso, como toda a sociedade tem, a maior delas é nossa. Pois V. Exª foi, ao longo desses quatro anos como Presidente do Congresso, alguém que mostrou completa consciência do papel do Congresso Nacional na construção da democracia e da liberdade no Brasil.

Por isso repito o que disse aqui uma vez. A história da sua passagem pela Presidência do Congresso terminou. Só sabemos se uma vida foi boa, quando ela termina. Até o último minuto, alguma coisa que entristeça, que marque, que insira a tragédia na nossa vida pode acontecer. Só quando ela termina, sabemos se foi boa ou não.

A sua história à frente do Congresso Nacional termina amanhã. E eu tenho certeza, Presidente, de que, quando um dia se escrever a história dos tempos atuais do País, tão ricos, tão transformadores, tão fecundos, tão cheios de criação, de esperança e de inovação, nesse dia é que se saberá que a vida deste Presidente do Congresso, a vida desta Presidência do Congresso, que se encerra amanhã, para continu-

ar o Congresso a ter a sua contribuição como Senador da República, foi uma vida boa, bonita, e da qual nós Congressistas, nós brasileiros podemos nos orgulhar.

Eu tinha o dever de prestar esse depoimento a V. Exª em presença do meu País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Geraldo Melo, eu poderia dizer que V. Exª fez o seu auto-elogio, porque em tudo que fiz contei com seu apoio, com sua colaboração decisiva, com sua inteligência, com sua maneira discreta de proceder e, sobretudo, com sua lealdade. Quantas e quantas vezes V. Exª me substituiu, não só aqui como no estrangeiro, com a capacidade que lhe é própria! De maneira que o elogio que V. Exª faz ao seu colega e amigo é também elogio a V. Exª.

Nós partilhamos, principalmente eu, V. Exª e os Senadores Ronaldo Cunha Lima e Carlos Patrocínio, de uma Mesa que só fez coisas certas, honestas e dignas neste Senado. E quantas vezes tinha os conselhos de V. Exª! E quantas vezes trabalhamos juntos para que, nesses quatro anos, com todo respeito, pudéssemos merecer também o respeito de nossos concidadãos! Digo sempre, na minha Bahia, onde sou muito querido, que quero ser querido e respeitado. Mas, se não puder ser querido, quero ser respeitado. Ter o respeito dos meus concidadãos é mais importante do que ter, até mesmo, o afeto e a estima deles.

Na Bahia, tenho as duas coisas, mas, no Senado, eu tive, pelo menos, o respeito dos homens de bem desta Casa – entre esses, V. Exª.

Não tenho palavras para agradecer. V. Exª me emocionou bastante, relembrando fatos da nossa Presidência e do acontecimento que tanto feriu a minha vida. Mas sempre encontrei V. Exª a meu lado para me dar a mão, para me segurar, como encontrei – a verdade se diga – toda esta Casa para me sustentar naquele momento difícil.

Daí por que V. Exª receba, agora sim, os meus agradecimentos por tudo que fez pelo Senado, comigo, na Mesa Diretora desta Casa.

Muito obrigado, e cumpra a sua missão aqui e no seu Estado, onde V. Exª foi um grande Governador e que ainda espera muito de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM . Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Presidente Antonio Carlos Magalhães, a grande dificuldade para os oradores que sucedem aqueles que têm inteligência e brilhantismo é exatamente o que ocorre comigo agora. É a dificuldade de ser repetitivo, o que espero não ocorra, para alguém que tem a ousadia própria de quem cultiva a amizade.

Todos os discursos que V. Exª acaba de ouvir talvez consagrem uma administração, mas quero chamar a atenção para um ponto que talvez para muitos tenha passado despercebido na tarde de hoje. Fui integrante de uma organização e dela presidente e não lembro que alguma autoridade tenha recebido daquela entidade o que V. Exª recebeu hoje da Ordem dos Advogados do Brasil. O curioso é que a festa do início de quem toma posse, momento propício para os encômios, nem sempre tem na despedida o mesmo tom. Por que é curioso? Porque geralmente na despedida, o sol está se pondo, e muita gente imita o abissínio, que atira pedra no sol que está-se pondo.

Veja a diferença de seus colegas de Senado. Todos, sem exceção, dos que usaram a tribuna e dos que ainda a usarão, cortam esta frase de cima a baixo. V. Exª não comete o pecado do contorcionismo político. O curioso é que, para receber um elogio da Ordem dos Advogados, em sendo médico, o recebeu de um Advogado. E o Advogado é o cirurgião plástico do fato, sem nenhuma dúvida. Ele consegue chegar aonde quer; aponta o caminho; indica a solução.

V. Exª sai do Senado – e agora falo mais uma vez a linguagem da Medicina Legal, que diz que as impressões digitais são eternas –, deixando na Casa e lá no Congresso Nacional as suas impressões digitais, que não poderão ser removidas, que iram ou não. Elas aí ficarão para marcar uma administração.

Veja nas minhas palavras, Sr. Presidente, no momento em que V. Exª sai do topo, e vem para a nossa Bancada, como é bom que eu não esteja ou não tenha estado ao seu lado na Mesa, como tantos. É que, muito de lado, muito de perto, muito de próximo não se consegue ver o tamanho da montanha. É preciso que dela se afaste para se ver o topo. Nós, daqui, estamos vendo o topo da sua administração. Por isso mesmo, sem nenhuma outra palavra para acrescentar, tantos já foram os elogios que não quero repeti-los, mas eu não gostaria de sair desta tribuna sem dizer que a sua administração vai ser reconhecida não apenas pelos seus amigos, não apenas pelos seus Colegas de Partido, não pelos seus companheiros de Senado, mas por uma população que está a reclamar por ética e por seriedade.

Seja feliz na volta aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral, V. Exª que é um dos vultos maiores desta Casa, que foi o Relator da Constituinte, V. Exª sempre se salientou como advogado. Na Ordem dos Advogados do Brasil, seu nome está marcado de forma indelével. E isso V. Exª não esquece porque continua sendo o advogado das boas causas, principalmente do Amazonas. Sua paixão pela sua terra junto à sua capacidade de jurista formam uma personalidade de escol. Mais do que isso, V. Exª é um homem muito amigo. Tenho sua amizade há muito tempo. No senado, a estreitamos mais, o que é uma honra para mim. Daí por que suas palavras ecoaram muito e muito mesmo no meu coração e na minha consciência.

Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira e, depois, ao Senador Edison Lobão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, Presidente Senador Antonio Carlos Magalhães, será seu primeiro dia, o dia da liberdade, o dia da consagração, o dia do amor, o dia da admiração ao seu vulto, à sua dimensão, à sua coragem cívica, à claridade dos seus olhos, à firmeza do seu passo. Amanhã será o seu primeiro dia!

Nesta hora, permita-me V. Exª o tom da intimidade. V. Exª me chama de França, mesmo quando está na Mesa, falando baixo, e mesmo quando V. Exª está na Mesa eu o chamo de Toninho. Pois são essas consagrações nominais que nos identificam como seres políticos e humanos diferentes no mesmo patamar.

Confesso a V. Exª que a minha grande admiração por V. Exª está na honradez. Quem não é honrado não tem coragem. Quem não pratica honradez não tem o destemor que V. Exª. tem. V. Exª. gosta de viver perigosamente. Índio é assim – índio da Bahia, índio de Minas –, índio gosta de viver perigosamente.

E a minha convicção é a de que amanhã é que será o seu primeiro dia, porque V. Exª viverá muito mais perigosamente no plenário desta Casa do que à Mesa que preside a Casa de Rui Barbosa.

Quero dizer a V. Exª que somos mineiros e baianos. A mineiridade e a baianidade, dizia Gilberto Freire, são fundamentais para a destinação do Brasil. É claro que a baianidade de V. Exª não se ajusta muito à chamada mineiridade, mas é verdade que a nossa mineiridade guarda no gatilho a oportunidade para disparar, para tirar e assumir posições que só os baianos foram capazes de assumir perante a História. Por isso mesmo é que mineiros e baianos – e de Ouro Preto saiu o Libertador do Brasil – sempre se entendem, não apenas pela configuração física das nossas fronteiras, mas também pela sua presença não somente na fronteira mineira com a Bahia, mas nas 900 cidades mineiras, nos 18 milhões de mineiros, nas 100 cidades metrópoles que há em Minas, tocando profundamente o coração de Minas, porque Minas gosta dos homens de coragem.

V. Exª é polêmico. Faz da polêmica uma forma de viver. E V. Exª não sabe viver fora dela. Quando não está polemizando, V. Exª não é propriamente nem o Antonio Carlos, nem o Toninho, até porque, em todos os instantes da vida, talvez até dormindo, polemiza.

V. Exª conseguiu algo fantástico: a glória de ser baiano, viver dentro daquela Bahia imensa, cujas cidades conheço, em face da minha posição partidária anos atrás. V. Exª é admirado não apenas pelos cultores, poetas, artistas, mas também pelo baiano pobre, lutador, que faz de V. Exª um caminho para a veneração. Por isso mesmo é que essa aproximação entre nós, embora em estilo diferente, é permanente. E cheguei aqui não por acaso, porque eu imaginava que hoje seria o primeiro ou o começo do primeiro dia de V. Exª. Confesso a V. Exª que não gostaria de falar de alguém; gostaria de evitar falar no seu menino, no seu garoto, no seu jovem Luís Eduardo Magalhães. Um tormento! É uma dor! Pior do que a morte é a dor e a dor é eterna. Na verdade, os homens públicos deviam desaparecer instantaneamente, e Luís Eduardo desapareceu instantaneamente. Estava eu em Belo Horizonte quando o telefone tocou e alguém disse: Luís Eduardo morreu. Peguei o avião e fui diretamente para o aeroporto, no pressuposto de que ele não estava morto, mas estava saindo para São Paulo. Não encontrei ninguém nos hangares e fui para o hospital. E chegando lá encontrei V. Exª sentado, com um lenço nas mãos. Eu, quase que de joelhos, perante V. Exª, perante o amigo, ouvia-o atentamente que dizia: Por que não eu? Por que logo Luís Eduardo? E V. Exª apertava as minhas mãos. O destino estava traçado. Mas, naquele momento, a grandeza de V. Exª em ultrapassar a fronteira da Bahia e tornar-se um nome nacional, respeitado nacionalmente, fez com que a Bahia, mais uma vez, desse ao Brasil um dos homens mais ilustres desta Pátria.

Meu caro Antonio Carlos Magalhães, meu caro Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, meu querido amigo, Toninho, sei que já dei alguns momentos de felicidade a V. Exª. No momento em que tomamos decisões, todas no sentido de reconduzir o Brasil à democracia, trabalhamos juntos, eu, V. Exª, Petrônio Portella, Marco Maciel, Jorge Bornhausen; todos enfrentamos, com coragem e determinação, sob a inspiração do Presidente Ernesto Geisel, a tarefa de reconduzir este País à democracia ele o fez e, por isso mesmo, é respeitado até hoje.

Quero lhe dizer, portanto, em nome de 18 milhões de mineiros – e confesso a V. Exª que posso falar o porquê de Minas Gerais ter o dom do recomeço –, do meu amor, da minha paixão, da minha admiração, na discordância ou na concordância, pela trajetória de vida de V. Exª, do amigo que sempre foi e é.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Francelino Pereira, eu o admiro há muito tempo. V. Exª me deu uma grande alegria no dia 15 de abril de 1975, quando foi escolhido Presidente do nosso Partido. Eu estava na Bahia e, aproximadamente às 10 horas e 15 minutos da manhã, tive essa notícia. Fiquei feliz, porque sabia que íamos ter um bom timoneiro. V. Exª foi um grande Presidente de Partido. Daí, partiu para sua Minas Gerais.

Fico muito feliz que V. Exª tenha lembrado o nome do Presidente Ernesto Geisel, que sempre foi nosso amigo e merece o nosso respeito e o do Brasil.

Nós partimos para governar os nossos Estados e V. Exª, com muita competência, conquistou o apoio dos mineiros. Os mineiros o admiravam e o admiram, porque V. Exª trabalha por eles incessantemente. E, até exageradamente mineiro, não pelos métodos, mas pelo amor a Minas Gerais, V. Exª presta grandes serviços a sua terra. V. Exª é homem de grandeza e, todo dia, dá passos de grandeza.

Por sua Minas Gerais, V. Exª ainda hoje partiu para a indicação de um candidato de sua terra. Isso é extremamente importante, porque só os grandes são capazes de gestos como esse.

Aqui, no Senado, V. Exª também tem trabalhado intensamente nas Comissões, sempre produzindo pareceres magníficos.

Queria dizer que muito do que tenho feito é inspirado também em V. Exª, e meu amor à Bahia é comparável ao seu amor por Minas. Daí por que cada vez nós nos identificamos mais, fazemos mais unidos os nossos Estados e abolimos as fronteiras.

Espero sempre observar em V. Exª, neste Senado ou onde quer que se encontre, a sua coragem cívica e, sobretudo, o seu bom senso, próprio da terra que V. Exª ama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Presidente Antonio Carlos Magalhães, com esta sessão estamos apenas prosseguindo as homenagens que se iniciaram na sessão do Congresso Nacional. Houve ali tantos e tantos oradores, sobretudo da Oposição, que nós, seus amigos mais chegados, preferimos até nem falar para que outros tivessem a oportunidade de fazê-lo.

Hoje, esta sessão segue homenageando um grande homem, uma grande figura da vida pública brasileira. Lembro-me de que, quando V. Exª se candidatou a Presidente do Senado – a primeira vez há quatro anos –, houve quem pensasse que o Senador Antonio Carlos Magalhães deveria esperar um pouco mais e não se lançar a uma disputa naquele momento. Entretanto, ao dizer-me isso aquele companheiro, lembrei-me das lições de Joaquim Nabuco para quem as vitórias que vêm tarde já chegam frias. V. Exª precisava daquela conquista não para se servir do mandato elevado de Presidente do Senado Federal, mas para, com ele, engrandecer as instituições e o Brasil inteiro. Assim fez V. Exª.

Na Presidência do Senado, V. Exª tinha uma causa que era a do bem público, ou seja, do povo. Por essa causa lutou e obteve relevantes vitórias. Não pretendo dissertar sobre elas porque o Senador José Fogaça e outros companheiros já o fizeram. Apenas digo que a causa foi cumprida até por tudo quanto disse ao longo dos quatro anos – e inclusive pelo que não disse em benefício do sossego nacional.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª é um líder e tem esse traço. O líder é aquele ser afável, solidário e paciente. Ele sabe ouvir, mas é firme quando precisa ser. Não conheço grupos sociais, instituições, Estados nem Nações que tenham obtido grandes triunfos sem alguém para liderá-los com a têmpera que V. Exª sempre demonstrou.

Amanhã, V. Exª descerá as escadas dessa Presidência, mas não descerá a escada da liderança, porque o líder que V. Exª sempre foi continuará o mesmo. Por muito tempo, V. Exª nos tem conduzido na vida pública e nas ações mais importantes que o seu Partido e seus companheiros têm tomado. Por muito tempo ainda esta liderança se exercerá.

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, há cinco minutos, telefonou-me o Presidente José Sarney, lastimando que, por razões de saúde, não tivesse podido estar aqui para nos acompanhar nesta homenagem a V. Exª, mas me pediu que lhe dissesse que a administração Antonio Carlos Magalhães foi uma administração vitoriosa. Tudo quanto S. Exª iniciou e não concluiu, V. Exª, com grandeza, concluiu. Tudo quanto na administração de S. Exª se concluiu, V. Exª consolidou. E mais: V. Exª ampliou o que havia sido feito nos diversos campos de ação do Parlamento brasileiro.

S. Exª pede-me ainda dizer-lhe que, amigo de 40 anos, V. Exª é detentor do apreço, da estima e da amizade eternos dele.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª é um dos símbolos da grandeza deste poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Meu querido Senador Edison Lobão, sou um observador e, na sessão do Congresso, vi quanto interesse V. Exª demonstrava em dizer algumas palavras a seu amigo que presidia a sessão. V. Exª, ao lado de sua esposa, só saiu do microfone quando o Senador Hugo Napoleão falou, e V. Exª, provavelmente, se reservou, para hoje dar um depoimento ao seu amigo Presidente que está deixando esta Presidência.

V. Exª é um homem inteligente, culto, preparado. Chegou à política por seus próprios passos e fez uma sólida amizade com o Presidente José Sarney, a quem V. Exª neste instante representa, trazendo-me palavras de tanta afetividade, próprias de uma amizade minha com ele de 40 anos. Ao Presidente Sarney, transmita a minha gratidão por ter servido com ele no Governo e de ter aprendido com ele a presidir esta Casa.

José Sarney é um estadista, mas V. Exª é um Parlamentar dos mais brilhantes desta Casa. O que estou lhe dizendo agora tenho lhe dito particularmente, mas queria externar de público: V. Exª é no debate uma figura notável; não assisti a nenhum debate aqui em que V. Exª se saísse mal, e, desta posição, podemos assistir melhor às sessões do que das poltronas dos nossos queridos colegas. Daí por que a sua palavra para mim tem muito valor, e tenho certeza de quanto V. Exª ainda vai fazer na vida pública pelo Maranhão e pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, meu amigo Antonio Carlos Magalhães, poucas pessoas do Senado sabem da nossa amizade e do tempo em que ela persiste. Conhecemo-nos há quase 30 anos, e nasceu daquele momento uma empatia recíproca, que corre esses anos todos.

Jamais estivemos distanciados desta amizade. Mesmo em outras fronteiras, eu em São Paulo, V. Exª na Bahia, como Prefeito, como Governador, fui algumas vezes à Bahia para visitá-lo como civil, como seu amigo. Em nenhum momento, mesmo em trincheiras às vezes diferentes, esta amizade arrefeceu.

Queria dizer, Sr. Presidente, que hoje V. Exª colhe aqui neste plenário os mesmos frutos que, pela sua capacidade, pela sua inteligência, pelo seu esforço pela dignificação desta Casa, colheu dos Deputados no Congresso Nacional há alguns dias. Naquela ocasião, V. Exª foi aclamado pelos seus companheiros, pelos seus amigos e até pelos seus adversários.

V. Exª deu exemplo de como se preside o Congresso Nacional, na forma como orientou os momentos difíceis por que passou esta Nação, como se conduziu, ora apoiando, ora divergindo, mas sempre pensando no bem melhor, que é o nosso País.

Aprendi com V. Exª, Sr. Presidente, a defender também o meu Estado. Sempre lhe disse que era seu discípulo na defesa intransigente do meu Estado de São Paulo, como V. Exª o era do seu: um leão defendendo seus filhotes, sua fêmea, agarrado à sua terra, ao seu chão, às suas raízes, defendendo o que achava melhor.

E segui o seu exemplo. Nos meus embates aqui nesta Casa, até às vezes com o Senador Paulo Souto, bati-me pela independência, pelo que achava melhor para o meu Estado. Às vezes até podia não ser, mas aprendi com V. Exª.

Tenho pela Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, um carinho especial. Hoje tenho até interesses grandes naquele Estado. Tenho interesses maiores ainda na amizade dos Parlamentares, na amizade dos Senadores que representam nesta Casa o Estado da Bahia. E tenho também, Presidente Antonio Carlos Magalhães, uma alegria muito grande, porque V. Exª é recebido no meu Estado como se na Bahia estivesse. Cheguei até a brincar com V. Exª. Estou dando aqui um tom de alegria e de futuro, Sr. Presidente, e não de passado. Vamos pensar, porque caminhamos para frente. Quando V. Exª vai a São Paulo, é recebido como um Senador paulista. E já lhe disse:

se fizer uma campanha para o Senado por São Paulo, quero andar um pouco com V. Exª pelo Parque do Ibirapuera para conseguir os votos dos baianos, de todos os nordestinos que lá estão, dos quais nós, paulistas, orgulhamo-nos.

Queria repetir, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que Fernando Pessoa dizia: "Navegar é preciso; viver não é preciso." V. Exª navegou no limite de suas forças. Lutou por elas. Navegou até o limite da sua saúde. Navegou no limite de tudo o que pôde fazer por este País.

Tenho orgulho de ser seu amigo amizade que se consolidou ainda mais neste plenário. Mesmo que possamos divergir, tenho orgulho da sua amizade, com a qual desejo contar sempre aqui, na Bahia ou em São Paulo, em qualquer lugar, até o fim de nossos dias, Senador.

Seja feliz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Piva, V. Exª é uma unanimidade nesta Casa. Ninguém talvez tenha essa unanimidade, pela maneira cavalheiresca e elegante com que V. Exª trata os colegas e pela vontade que V. Exª traduziu muito bem e que tem sido muito útil ao seu Estado de defender São Paulo.

Assim como defendo a Bahia, V. Exª defende São Paulo. Assim como os baianos que vivem em São Paulo adoram São Paulo, os paulistas agora estão invadindo a Bahia. De modo que, a cada dia, a nossa amizade se consolida. Conhecemo-nos há mais ou menos 30 anos. Daí para cá, nunca tivemos divergências pessoais.

Eu queria agradecer a V. Exª pelas palavras carinhosas, afetuosas, que são fruto muito de sua generosidade. Aqui neste plenário, todos sabem que V. Exª, entre nós, talvez seja o mais generoso. E isso lhe faz não apenas um cidadão de São Paulo, mas um cidadão do País, porque esta Casa representa todo o Brasil.

Muito obrigado por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela primeira vez estou usando o microfone desta cadeira. Eu estava no meu gabinete, assistindo à sessão, quando parei e pensei que não podia deixar de vir ao plenário para tentar expressar um pouco do meu sentimento neste momento.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Exª e aos Srs. Senadores pela maneira como fui acolhido neste plenário. Perto de seis meses se passaram, e eu aqui dentro ouvindo V. Exª, acompanhando os seus trabalhos. Quero dizer a V. Exª que, no resto do meu mandato que Deus vai me ajudar a cumprir aqui, vou me espelhar nesses seis meses em que estive acompanhando os seus trabalhos.

V. Exª é um homem de coragem. O Brasil precisava ter mais pessoas iguais a V. Exª.

Recordo-me do dia 21 de abril de 1998. Eu estava sentado próximo da Torre de Televisão, por volta das 17 horas, quando ouvi pelo rádio a notícia da morte do Luís Eduardo. Veio-me logo à cabeça que o Brasil e os brasileiros haviam perdido um homem que seria o nosso Presidente da República, um homem que tinha valor, que tinha trânsito em todos os Partidos e que lutava por este Brasil. Fui correndo ao Hospital Santa Lúcia, tentar conhecê-lo pessoalmente, mas não consegui entrar. Passei aquela noite vendo seu sofrimento e nunca imaginei que V. Exª fosse ter tanta força para enfrentar aquele fato.

Sr. Presidente, deixo registrada a minha admiração pelo trabalho de V. Exª. Se Deus quiser, vou desenvolver um excelente trabalho nesta Casa, pelo que aprendi com V. Exª durante estes seis meses que aqui estou.

Muito obrigado pela acolhida de V. Exª e dos demais Senadores.

Boa sorte, Sr Presidente. V. Exª merece muito mais ainda. Tenha a certeza de que o Brasil ainda necessita muito de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Valmir Amaral, V. Exª chegou a esta Casa num momento difícil. Com certa humildade, talvez até excessiva, conquistou seus colegas por seu procedimento, por sua coerência, por sua correção. Suas palavras muito me sensibilizaram. Apesar das divergências partidárias, tenho muito apreço por V. Exª. Tenho certeza de que, jovem como é, galgará ainda muitos postos na política do Distrito Federal. Congratulo-me com V. Exª. Seja sempre essa pessoa agradável, simpática, que merece a consideração e o respeito de todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tirei algumas conclusões da vida, como um homem oriundo do Estado de Minas Gerais, que já exerceu a atividade de produtor

rural, de homem do campo e de Ministro da Agricultura.

Veio-me à mente a frase "Feliz daquele que consegue plantar, cultivar e depois colher". Há quatro anos, V. Exª assumia a Presidência desta Casa e semeava uma forma de presidir, respeitando a democracia e a possibilidade de participação de todos. Paralelamente, houve uma busca intransigente da defesa da Constituição e do Regimento desta Casa. A partir daí, V. Exª impôs um sistema sério, dinâmico, corajoso, audacioso, firme, para a tomada de suas posições, semeando, ao mesmo tempo, condições de oportunidades a todos.

Ouvimos, hoje e na semana passada no plenário do Congresso Nacional, quando V. Exª encerrava aquela memorável sessão, as manifestações dos amigos que cultivou nesse semear ao longo desse tempo. Como foi difícil o cultivo ao longo desse tempo, quantas intempéries, quantas dificuldades, quantas idas e vindas, quantos confrontos. Mas V. Exª sempre administrou de maneira correta e definida, com respeito a esta Instituição. V. Exª foi e é um democrata e conseguiu elevar o nome desta Casa do Poder Legislativo acima de qualquer interesse, seja ele pessoal ou qualquer outro que pudesse macular a imagem desta Casa.

Por ter cultivado tão bem, hoje V. Exª colhe o respeito dos seus Pares, recebe manifestação de Parlamentares de todos os Partidos, colhe a consciência tranqüila do dever cumprido. V. Exª, depois de amanhã, deixará essa cadeira que com muita honra ocupou durante estes quatro anos, mas estará aqui, neste plenário, continuando a defender os interesses da Bahia – a nossa querida Bahia – e do Brasil. Nessa condição, nessa consciência da responsabilidade que V. Exª sabe que tem, V. Exª deverá continuar ao nosso lado, na busca intransigente do que todos desejamos: oportunidade no processo democrático e respeito às instituições, para que Oposição e Situação, divergindo no processo ideológico e conflitando nos interesses partidários, possam transformar o Brasil numa nação que todos queremos mais justa, mais séria, mas legítima, mais autêntica; e num País que todos desejamos progressista e que possa colocar, em primeiro plano e em principal ação, a possibilidade da participação de todos.

Parabenizo V. Exª. Que a sua consciência esteja sempre na linha de quem cultiva, porque aquele que semeou e cultivou merece colher. Boa colheita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Arlindo Porto, V. Exª é um homem muito querido nesta Casa. Participando da Bancada de um só, V. Exª tem o respeito de todos, e isso é muito importante.

Ressalto em V. Exª uma situação: sua atuação no Ministério da Agricultura. V. Exª foi um excelente Ministro da Agricultura, e a maneira como tratava todos seus colegas, sem exceção, o fazia e o faz merecedor do respeito e da amizade de todos. V. Exª deixou o Ministério, e lhe foi oferecido outro. Mas V. Exª, coerente com sua consciência, não o aceitou.

V. Exª voltou a esta Casa sem nenhuma mágoa, sem nenhum sentimento de vindita em relação ao Governo. Ao contrário, mostrou-se um Senador independente, votando com sua consciência quando o Governo estava certo e votando contra quando V. Exª o julgava errado. Essa característica o credenciou bastante entre os seus colegas e marca a sua personalidade. Nenhum colega esquece, hoje, amanhã ou enquanto V. Exª estiver nesta Casa, a sua competência, a sua humildade mineira e a sua sabedoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, no primeiro discurso que fiz nesta Casa, citei V. Exª como o único que tinha representação no governo da revolução que teve a coragem de ir ao enterro do Presidente Juscelino Kubitschek. Aquela atitude muito me marcou, quando eu ainda não era político.

Depois, V. Exª teve uma atuação decisiva na virada democrática deste País, quando se apresentou no momento das eleições diretas, na Frente Liberal, conseguindo fazer com que este País voltasse à democracia. O País não tem como esquecer isso.

Quem somos nós para falar a respeito das suas qualidades, se o povo da Bahia o elegeu com tanta expressividade, por tantos mandatos, na sua terra natal? V. Exª é um grande líder.

No momento, lideranças do meu Partido passam por um litígio com V. Exª, mas creio que isso será mínimo na história brilhante da atuação firme e decidida que V. Exª tem tido na nossa República e na construção da democracia brasileira.

Obrigado, Presidente Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Mauro Miranda, damo-nos muito

bem há muito tempo por esse traço comum de afeto e de respeito à memória de Juscelino Kubitschek.

Quantas vezes brinquei com V. Exª dizendo que quando o olhava via a figura de Juscelino, que V. Exª tinha muitos traços pessoais do Presidente Kubitschek. Com os goianos desta Casa sempre tive amizade e afeto e desejo inclusive o êxito de todos eles.

Formamos aqui, partidariamente, algumas posições diferentes, mas tenho certeza de que Goiás está muito bem representado por seus três Senadores, que aqui também defendem o interesse do Brasil.

V. Exª merece minha amizade, meu respeito e minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço desculpas ao meu querido amigo Moreira Mendes, que inclusive estava inscrito para fazer outro discurso e não me foi permitido lhe dar a palavra. Concedo-lhe agora a palavra. Peço que releve não lhe ter dado a palavra com a anterioridade que lhe era devida.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Senador, Presidente Antonio Carlos Magalhães, eu realmente tinha uma comunicação importante a fazer à Casa a respeito do meu Estado. Mas deixarei de fazê-lo, porque penso que, neste momento, nada é mais importante do que manter o brilho desta homenagem prestada, com muita justiça, a V. Exª na tarde de hoje.

Quero aqui, com muita alegria, por ser o último a usar da palavra, registrar também o meu apreço. Por que fico feliz por ser o último a usar da palavra? Porque espero que, na memória de V. Exª, possa valer aquele velho ditado de que os últimos serão os primeiros. Pois tantos foram os que me antecederam, amigos de longas lutas e caminhadas, que usaram da palavra com muito brilhantismo que eu, seguramente, modesto advogado de aldeia, como disse em certa ocasião, vindo do modesto Estado de Rondônia, ficarei muito feliz por ser o último a registrar aqui o meu apreço.

E o faço com muita determinação, porque ao chegar a esta Casa lugar aonde nunca imaginei pudesse um dia chegar, mas para o qual o destino acabou me trazendo , vindo substituir, com muita honra, o ex-Senador e hoje Governador do meu Estado, José Bianco, uma das primeiras mãos que me foram estendidas foi exatamente a de V. Exª. Digo isso, sem me descurar, entretanto, que outros eminentes Senadores sempre tiveram muito apreço por mim. Estão aqui os Senadores Edison Lobão, Bernardo Cabral, Romeu Tuma e tantos outros que me auxiliaram. Mas foi V. Exª lembro-me bem da primeira visita que fiz ao seu gabinete, quando ainda nem havia assumido, junto com o Governador José Bianco – que me ensinou as primeiras regras de boa conduta dentro desta Casa, para que eu conquistasse, com muita humildade, este espaço e para que eu fosse hoje reconhecido pelo trabalho que aqui realizo de forma muito clara e transparente.

Quantas vezes ouvi V. Exª, nessa cadeira, rugir como um leão na defesa das suas idéias, das suas posições, mas quantas vezes também, Sr. Presidente – isto me marcou profundamente –, vi V. Exª se transformar num menino e até chorar. Isso demonstra efetivamente que V. Exª é uma pessoa diferente, que consegue, ao mesmo tempo, ser um leão e uma criança. Pode ter certeza de que aprendi muito.

Sendo o último orador, espero poder merecer de V. Exª, quando ocupar seu lugar na Bancada do Estado da Bahia, sua amizade e poder um dia conquistar espaço igual ao de tantos outros que me antecederam, como seu verdadeiro amigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não posso concordar com o Senador Moreira Mendes. O último tem que ser o mais humilde, o mais simples, o menos preparado, o menos intelectualizado.

Mesmo sendo o mais simples ou menos preparado, quero, por isso mesmo, patentear aquilo que já foi dito por todos: V. Exª. é unanimidade nesta Casa.

Todos nós reconhecemos o seu talento, a sua liderança, a sua coragem, a sua ousadia, enfim, reconhecemos que V. Exª. conduziu esta Casa com muita sabedoria.

V. Exª. soube interpretar os sentimentos do povo brasileiro quando apoiou, de forma corajosa, a CPI do Judiciário, e deu no que deu; quando V. Exª. apoiou, de forma destemida, a Comissão visando erradicar a fome e a pobreza no Brasil. Criou-se então o fundo de combate à pobreza neste Brasil que resultou na aprovação de R$ 4 bilhões, ainda para este ano, para os mais pobres, os mais humildes, os desempregados, os excluídos do nosso País.

V. Exª. agiu com firmeza, com determinação, quando nos propusemos relatar a medida provisória

que tratava do esporte brasileiro, impedindo a entrada descarada do capital externo na compra de clubes brasileiros. Hoje, o patrimônio de todos os clubes brasileiro está protegido. Multinacional nenhuma, banco nenhum pode comprar mais do que 49% das ações de qualquer clube profissional do Brasil.

V. Exª. agiu de forma determinada em todas as CPIs. Apoiou decididamente todas as comissões, inclusive delas participei, ou como Presidente, ou como Relator.

V. Exª. exerceu, realmente, uma liderança muito grande. Foi um Presidente extremamente democrático, permitiu que Senadores de todos os Partidos tivessem aqui independência.

V. Exª soube – repito – corresponder aos anseios da Nação. O Brasil, esta Casa e todas as instituições precisam de homens determinados, corajosos, ousados e que tenham, de fato, amor a este País, a esta Pátria.

Tive oportunidade de conhecê-lo quando eu ainda era Vice-Governador de Goiás e V. Exª, Governador da Bahia. Fui ao seu gabinete, visando dirimir dúvidas a respeito dos conflitos entre goianos e baianos, no tocante às divisas dos nossos Estados. V. Exª recebeu aquele humilde Vice-Governador com muita educação, cortesia, e discutimos transparentemente os problemas que envolviam os nossos Estados.

Na Câmara Federal, fui colega do seu irmão Ângelo Magalhães e de seu filho Luís Eduardo Magalhães, grande amigo que tive naquela Casa. Tenho motivos demais para admirá-lo como político, que já havia entrado para a História do Brasil mesmo antes de presidir esta Casa. Agora, mais do que nunca, estará na História do País como um homem realmente determinado, firme, corajoso, que sabe o que quer e que quis o melhor para o Senado Federal.

Deixo aqui registrados os meus agradecimentos a V. Exª pelo trabalho magistral que desenvolveu em favor do Senado e do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela.

Tem V. Exª uma liderança incontestejuntamente com o Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda no seu Estado. Acompanho a sua vida política há muito tempo, nem sempre ficava torcendo por V. Exª na disputa que travava com Tasso Jereissati e Paulo Souto pelo título de melhor Governador do Brasil – eu era um torcedor natural do Paulo Souto. Mas sempre V. Exª se destacava, como ele se destacou como Governador, e o Tasso Jereissati, no Ceará. De modo que daí fizemos uma amizade. E, no Senado, o que caracterizou V. Exª foi a sua independência, que, às vezes, eu até pedia uma certa calma, porque V. Exª vinha sempre com aquele espírito de defender Goiás mais do que tudo. E é por isso que V. Exª é querido na sua terra.

Agradeço muito suas palavras e espero que a nossa convivência continue por muito tempo aqui e fora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Alencar .

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, todos os Estados da Federação gostariam de possuir um homem público como Antonio Carlos Magalhães.

Como representante de um Estado vizinho da Bahia e militando muito em uma região próxima do seu Estado, que é o norte de Minas, conheço muitos baianos que lá chegam e trazem a força que V. Exª imprime àquele povo. Por isso, todo o Brasil o admira e o respeita.

V. Exª merece a admiração de todos os brasileiros também pela forma com que defende as cores do Brasil e pela sensibilidade social que demonstra em tudo que faz. Aqui, no Senado, V. Exª deu provas absolutamente incontestáveis dessa sensibilidade social aguda. Além disso, V. Exª representa aquela probidade de que tanto o Brasil carece no exercício da vida pública. Assim, V. Exª tem sido alvo da admiração e do respeito desta Casa. Comecei a enxergar isso a partir do momento em que aqui cheguei. Por tudo isso, tenho grande admiração por V. Exª. E mais ainda: pelo amor, pela emoção que demonstra quando alguém lembra de seu estimado filho. Essa emoção é uma prova do seu valor como chefe de família, como pai extremoso. V. Exª também nunca deixou de dizer que recebia conselhos de seu filho, Luís Eduardo Magalhães.

Não tive a oportunidade de conviver aqui, no Congresso Nacional, com Luís Eduardo Magalhães, mas, em Minas Gerais, todos sempre exaltaram o valor dele, como um estadista que nascia.

Então, é realmente admirável participar desta Casa, assistindo a tudo isso, que nos ensina que a vida pública é exercida com amor, com paixão, com dedicação, com probidade. Isso é absolutamente inerente à personalidade de V. Exª.

Dessa forma, eu também não poderia deixar de trazer a minha palavra, ainda que tudo que poderia ser dito provavelmente já o foi. Eu não poderia, também, deixar de trazer o meu testemunho e a minha

admiração especialmente pela sua lhaneza. V. Exª é uma figura corajosa da vida pública brasileira, mas é lhano. V. Exª sempre nos trata com carinho, lhaneza, educação, bondade e ternura.

Por tudo isso, não poderia deixar de trazer a V. Exª o testemunho de um Senador recém-chegado, do PMDB – que não é o Partido de V. Exª –, e, independentemente da coloração partidária, devoto a V. Exª todo o meu apreço e toda a minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Alencar, muito obrigado pelas suas generosas palavras. V. Exª, mais do que ninguém, sabe que a admiração é recíproca.

Desde que V. Exª aqui chegou, todos os seus companheiros o admiram. V. Exª é um homem vitorioso como empresário e dá grandes passos na política, conquistando também vitórias. Daí por que o seu testemunho é importantíssimo para mim. V. Exª conhece todos os lados da atividade humana não só como político, mas como empresário e homem de Minas Gerais.

Queria agradecer-lhe e dizer que foi um prazer muito grande, como Presidente do Senado, recebê-lo e conviver com V. Exª. Sempre estivemos juntos – não muitas vezes no gabinete –, mas as poucas vezes representaram momentos muito agradáveis de troca de impressão e eu sempre aprendendo o outro lado que não conhecia e que V.Exª conhece.

Agradeço a V. Exª as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa e, em seguida, vamos encerrar.

O SR. DJALMA BESSA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, é compreensível que, como Senador pela Bahia, eu me sinta altamente confortado, alegre e por que não dizer vaidoso pelas manifestações que V. Exª tem recebido. Isso não só nos envaidece, aqui no Senado e na Câmara, ou seja, os representantes da Bancada baiana, mas também vai mais longe e alcança os milhões de eleitores de V. Exª.

O relacionamento entre V. Exª e o seu eleitorado hoje não é apenas eleitoral, político, é, sim, um relacionamento afetuoso, é um caso de amor. O eleitorado da Bahia ama V. Exª. O casamento de V. Exª com a Bahia não é como esses casamentos de hoje que são "separáveis", é um casamento indissolúvel, e aí está o segredo e a razão do aplauso, do apoio e da consideração que V. Exª tem tido no nosso Estado. Além disso, merece um louvor especial, por ter saído consagrado em tantas eleições. Só esse detalhe, considerando-se as eleições que V. Exª tem enfrentado, lhe dá uma dimensão muito grande e muito ampla. Por quê? Porque ao político vale ser julgado pelo eleitorado ao se submeter a eleições, e V. Exª nesse aspecto, não há dúvida, tem nota dez, considerando-se os demais políticos. Entretanto, V. Exª não se distingue apenas pela disputa nas eleições. Basta que se considerem os aplausos, o apoio, a consideração, a homenagem que V. Exª tem recebido não só desta Casa como da Câmara dos Deputados. É, realmente, Sr. Presidente, um recorde, e isso não é por acaso. V. Exª fez por merecer das duas Casas, acima dos Partidos, uma consagração. É, portanto, altamente dignificante que V. Exª assim tenha procedido. Mas sendo indiscutivelmente homenageado pelo seu trabalho como Presidente do Senado não é menos dignificante, nem menos importante a atuação de V. Exª como Senador. Examine-se a atuação de V. Exª como Presidente do Senado, e o louvor é unânime; examine-se a atuação de V. Exª como Senador, e o louvor é unânime. É realmente um privilégio. Vale também acentuar, Sr. Presidente, que V. Exª desce dessa cadeira maior do que entrou, maior do que subiu a escada para nela assumir a Presidência da Casa. V. Exª desce mais engrandecido. Entretanto, é salutar que se sublinhe que V. Exª se fixou nesta Casa desde o primeiro instante quando assomou à tribuna para expor dificuldades, desacertos e mazelas de certa parte do Poder Judiciário. V. Exª não entrou aqui por acaso; veio já sabendo o que iria fazer e, naquela oportunidade, a celeuma foi também grande. Mas o certo é que V. Exª sacudiu o Poder Judiciário, e não há dúvida de que deu nova dimensão a esse Poder sem conturbar, sem perturbar, sem dificultar a atuação do Judiciário, sem discriminá-lo, ou seja, na sua movimentação, alcançou todo o Poder Judiciário. Prosseguindo nessa sua campanha, V. Exª partiu para a CPI do Judiciário, que, no princípio, também sofreu diversas alterações. Mas no fim foi o coroamento, foi o aplauso, foi também uma etapa que valeu sobremodo, porque acordou, despertou e fez com que o Judiciário verificasse que havia problemas, mazelas, dificuldades em seu seio. V. Exª não se conforma, e é justo que isso seja compreensível com o marasmo, com a paralisação. V. Exª é um inovador, e para ser um inovador, para modificar, para se atualizar, é preciso vencer obstáculos, e V. Exª os tem vencido.

Sinto-me, portanto, Sr. Presidente, altamente gratificado, como representante da Bahia, porque V. Exª não só se projeta, mas projeta seus amigos, projeta seus correligionários, projeta o seu Estado. E não é

exagero dizer, pelas manifestações, pelos aplausos que tem recebido, que V. Exª é um homem da maior expressão nacional. A Bahia agradece a V. Exª, por meu intermédio, por um trabalho altamente dignificador e patriótico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Djalma Bessa, V. Exª é o mais antigo companheiro político que tenho. Começamos juntos na Assembléia Legislativa do Estado, nos idos de 1955. Fomos eleitos em 54. Daí para cá, V. Exª, ou como Deputado Estadual ou Federal, sempre se destacou. Depois, veio como suplente para o Senado e está honrando a cadeira do titular, que é o Ministro Waldeck Ornelas. Hoje, V. Exª traz a palavra da Bahia, como ontem no Congresso o Senador Paulo Souto o fez. A Bahia agradece aos seus representantes.

Hoje já chegaram e amanhã, para nossa alegria, centenas de prefeitos baianos também chegarão a Brasília para me confortar na hora em que deixo a Presidência do Congresso e ratificar o apoio que eles, em sofridas cidades do interior, me oferecem. Alguns estão ali; outros tantos já estiveram, mais de 100, hoje, no meu gabinete. Todas as homenagens que colho levo para o meu Estado, a Bahia, que é a razão da nossa vida.

Mas, neste instante, eu queria dizer aos Senadores – amanhã farei a minha fala oficial de despedida – que vivi momentos de muita alegria na Presidência do Senado. Cheguei, como salientou Edison Lobão, muito rapidamente à Presidência: na primeira parte do primeiro mandato. Isso foi coisa rara, que talvez só tenha acontecido uma vez no Parlamento brasileiro. Mas o que posso dizer aos Senadores é que cumpri meu dever. Cumpri meu dever com a paixão que dedico a tudo que faço. Falhas tantas devem ter ocorrido. Aquelas que não foram justas eu me desculpo. Os excessos que foram justos eu os mantenho. E os mantenho na certeza de que estava e estou trilhando o bom caminho.

Seja como for, esta Casa cresce a cada dia aos olhos da Nação. Vamos trabalhar por ela, para que ela se engrandeça cada vez mais e todos nós possamos voltar aos nossos Estados, nas ocasiões dos pleitos eleitorais, com a cabeça erguida por termos cumprido os nossos deveres. Isso acontece agora no Senado. E eu, deixando amanhã a Presidência, o faço feliz, porque vou descer aqueles degraus convencido de que não desonrei o mandato do povo baiano e muito menos a confiança dos meus dignos Colegas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14-A, DE 2000

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000 (Complementar), que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário como o exercício financeiro.

Sala da Sessões, de fevereiro de 2001. – Senador **Lúcio Alcântara.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Maguito Vilela e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, desejo registrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a intenção do Japão, através de sua Agência Japonesa de Cooperação – JICA, de implantar mais um corredor ecológico no Cerrado Brasileiro – provavelmente no Vale do Paranã, no Estado de Goiás ou na região do Jalapão, abrangendo parte do Estado do Tocantins, do Maranhão e da Bahia.

O registro deve vir acompanhado por alguns comentários que desejo sejam considerados por esta Casa.

O primeiro deles refere-se à importância das regiões dos Cerrados para o Brasil, uma importância que vai muito além da que lhe é dada pelo país em termos de investimentos, considerando-se, de um modo especial, a necessidade de investir em pesquisa e em infra-estrutura, de modo a permitir, através da pesquisa, o máximo de produtividade aliado ao máximo de sustentabilidade e, através das condições de infra-estrutura, o escoamento da produção, integrando esta imensa região produtiva aos mercados de consumo internos e externos.

Desejo, apenas como lembrança oportuna, voltar a dizer que os Cerrados cobrem quase 2 milhões de Km², ou seja, quase ¼ do território nacional. Constituem também uma das maiores reservas de biodiversidade do Planeta somando, juntamente com a Amazônia, em torno de 50% de sua biodiversidade.

A ocupação dos Cerrados tem ocorrido de forma quase espontânea, à margem de políticas oficiais, exceção talvez ao extraordinário esforço de pesquisa da Embrapa, com bons resultados, porém resultados setoriais e locais onde sua atuação foi possível. Esta imensa região, apesar de algumas iniciativas, continua, como a Amazônia, sem uma rede adequada de transportes que lhe permita expandir sua produção, em níveis adequados à sua potencialidade.

No entanto, Sr. Presidente, se pensarmos em ocupar produtivamente 30% da área dos Cerrados, poderíamos produzir ali mais de cem milhões de toneladas de alimentos, mais do que o dobro da atual produção agrícola do País atualmente.

É necessário, em conseqüência, da mesma forma como para o imenso patrimônio da Amazônia, que os Governos Federal e Estaduais, em cooperação, formulem planos globais de desenvolvimento que contemplem seu aproveitamento máximo e sustentável.

Produtividade e sustentabilidade constituem, Sr. Presidente, eixos essenciais para ocupação urgente e necessária deste imenso Brasil, o que implica em um plano global de pesquisa, incluindo:

– áreas de preservação, como são os referidos corredores, como garantia de sobrevivência da fauna e da flora dos cerrados.

– áreas de ocupação e produção intensiva.

– áreas de manejo misto onde determinadas atividades passam ser promovidas através do desenvolvimento e aplicação de modelos de ocupação e de tecnologias apropriadas.

Para isto não faltará, pela dimensão planetária dos recursos da Amazônia e do Cerrado, a cooperação internacional no pressuposto de um plano concreto de desenvolvimento, que o país infelizmente não possui.

A existência deste plano seria, inclusive, a resposta brasileira às ameaças continuamente denunciadas à soberania do país, ameaças que se revelam dessa forma por falta de uma proposta brasileira de cooperação dirigida no sentido da produção sustentável de alimentos.

A cooperação oferecida pelo Japão, através da JICA, é apenas um programa de cooperação internacional, entre outros referentes aos Cerrados e à Amazônia. Mas como outras propostas, é apenas localizada e setorial. Serão US$ 250 mil da JICA como contrapartida a igual quantia que deverá ser investida pelo governo brasileiro.

É motivo de satisfação este registro. Mas, evidentemente, é pouco, muito pouco em relação à dimensão dos recursos, às potencialidades do Cerrado, sua preservação ou ocupação sustentada, em favor do Brasil e das necessidades do Planeta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é lugar-comum dizer que o futuro é dos jovens e das crianças; no entanto, neste caso, a idéia-feita corresponde à realidade. Nós, que nos ocupamos da gerência da coisa pública, tudo o que fazemos é administrar, por breve tempo, o patrimônio que haveremos de entregar às próximas gerações.

Nesse sentido, é de todo natural que as crianças e os jovens figurem entre nossas prioridades políticas. Precisamos nos preocupar não somente em promover seu bem-estar hoje, o que é óbvio, mas também em prepará-los para nos sucederem nessa condição de curadores dos bens dos pósteros.

Ora, constitui verdade igualmente óbvia a asserção segundo a qual, para desenharmos uma política eficaz em benefício de todos os brasileiros, ou de determinado segmento populacional, precisamos conhecer com exatidão suas necessidades e demandas reais. De duas aparentes platitudes, portanto, chegamos necessariamente à conclusão de que a informação sobre a população jovem é essencial à nossa atividade de parlamentares comprometidos com a Nação e com seu futuro.

A essa tarefa de, pelo fornecimento de dados e análises estatísticas, fazer-nos conhecer nossa população em geral e os jovens em particular, em seus potenciais, carências e sua tendência de crescimento ou decrescimento relativo ao todo da população, dedica-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da informação bruta obtida nos censos nacionais e nas Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (Pnad), esses dados e análises são postos em disponibilidade para todos os que se interessam pelo conhecimento da realidade demográfica do País.

É precisamente para os dados e análises contidos em uma publicação recente daquele órgão, chamada População jovem no Brasil, pertencente à série "Estudos e pesquisas", que desejo chamar a

atenção de meus Pares e do público em geral neste pronunciamento.

A primeira consideração a ser feita incide sobre a definição do que é a população chamada "jovem", para efeito desta pesquisa. Trata-se de questão controvertida: muitas possibilidades teóricas se oferecem para esse recorte, conforme se avancem ou recuem, segundo critérios médicos, psicológicos, sociológicos ou de outra ordem, a idade mediana de passagem da infância para a adolescência – ou "juventude" – e a desta para a idade adulta. O IBGE optou, para o estudo dessa questão demográfica, pela camada de pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade, e é a ela que se referem todas as informações publicadas no trabalho a que me refiro.

Alguns marcos conceituais estão envolvidos nessa escolha. Em primeiro lugar, 14 anos é a idade mínima constitucional para o ingresso no mercado de trabalho; aos 16, o cidadão adquire o direito ao voto; a maioridade penal chega-lhe aos 18, a civil aos 21. Os 24 anos, por fim, constituem a idade-limite para os filhos capazes serem mencionados como dependentes de seus pais ou responsáveis nas declarações de Imposto de Renda. Essa faixa de idade, portanto, abrange os principais marcos de passagem da minoridade para a cidadania e capacidade plena das pessoas em nosso País.

Constatados esses marcos, torna-se claro que essa camada etária é a que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho, desde os que buscam o mercado de empregos uma vez concluído o 1° grau do ensino, até os que só o demandam após o término de algum curso superior. Isso, por si, já seria suficiente para nos obrigar a dirigir nossa atenção para essa gente. Em tempos de desemprego, esses jovens que, sem experiência de trabalho, buscam seu primeiro emprego, são provavelmente as pessoas que encontram maior dificuldade de colocação.

E não pode haver, Srªs e Srs. Senadores, coisa socialmente mais danosa que a existência de uma legião de jovens que desejam um emprego no setor formal da economia e não o conseguem. Na melhor das hipóteses, cairão no subemprego e na informalidade; na pior, o crime organizado está ali mesmo na esquina, de braços abertos para recebê-los.

Há, porém, dois outros aspectos socialmente muito relevantes a respeito dessa faixa etária. Em primeiro lugar, é nela, entre os indivíduos do sexo masculino, que se encontra as mais altas taxas de mortalidade por causas violentas – homicídios e acidentes em geral. A criminalidade e a conseqüente insegurança das periferias das grandes cidades é a grande causa desse verdadeiro holocausto. O outro aspecto refere-se às moças: é essa faixa etária a que mais contribui para a taxa de fecundidade geral das mulheres brasileiras. É cada vez maior o número de adolescentes grávidas e de mães jovens, que, além de incidirem em gravidez de risco, vêem-se afinal forçadas a abandonar os estudos, o que haverá de agravar, certamente, suas dificuldades de entrada no mercado de trabalho em boa condição.

São dois problemas sociais da mais alta gravidade, que temos a responsabilidade de abordar, e a que temos a obrigação de dar solução. Esses jovens precisam de segurança, de uma educação que os capacite para um mercado competitivo de trabalho, de oportunidade real de emprego e de informação correta sobre sexualidade responsável e contracepção. Tudo isso cabe ao Estado, seja por prescrição legal, seja em face da desarticulação atual das estruturas familiares, às quais caberia, em princípio essas informações de orientação comportamental. E esse Estado, Srªs e Srs. Senadores, que precisa agir sobre esse quadro, nos inclui, como legisladores federais, responsáveis pelas leis e pelos orçamentos nacionais que orientarão a ação pública nos próximos anos.

O número de jovens aumentou, entre o censo de 1991 e a contagem populacional de 1996, à taxa de 1,7 por cento ao ano. Esse valor é aproximadamente igual ao do crescimento vegetativo de nossa população total, em contraste com a faixa populacional acima de 65 anos, que cresceu à taxa de 3,5 por cento ao ano e com a faixa populacional abaixo de 14, que decresceu à taxa de 0,6 por cento ao ano – negativas, portanto – no mesmo período. Os atuais jovens entre 15 e 24 anos, constata-se facilmente, representam a onda demográfica dos nascidos no período anterior à acentuada queda da taxa de natalidade verificada no Brasil a partir de 1980.

Essa população jovem é majoritariamente citadina. Cerca de 79 por cento de seus integrantes residem em zona considerada urbana, segundo os critérios utilizados pelo IBGE. Registra-se, ainda, uma pequena maioria para o sexo feminino, com um índice de 99,2 rapazes para cada cem moças. Essa taxa, na verdade, cai de 100,1 na faixa entre 15 e 19 anos, para 98,2, na faixa entre 20 e 24 anos. Isso se deve ao fato mencionado anteriormente, de que nessa faixa etária é elevado o índice de mortes por causas violentas entre os indivíduos do sexo masculino.

Para se ter uma idéia mais exata, esse índice cai de cerca de 102, aos quinze anos, para cerca de 95, à idade de 25 anos, índice que se mantém estável até os 50 anos, quando torna a cair, pela maior incidência das doenças do sistema cardiovascular sobre a população masculina, a partir da meia-idade. Mas esse não é o assunto deste pronunciamento.

Grave mesmo, Srªs e Srs. Senadores, é o que acontece entre os 15 e os 25 anos, faixa em que nenhum problema de saúde poderia explicar esse diferencial entre as mortalidades de homens e mulheres. Os números revelados pelo IBGE indicam que muita coisa precisa ser feita para conter essa sangria de nossos moços.

No que diz respeito ao quesito cor, o IBGE registra, nessa faixa etária, um crescimento relativo da população considerada negra. De acordo com os dados dos censos, os jovens brancos eram 54,7 por cento em 1980 e caíram para 49,2 por cento em 1991; os negros, por sua vez, passaram de 44,8 para 50,5 por cento.

Esses números, entretanto, devem ser lidos com certa cautela. Se, por um lado, é certo que a taxa de fertilidade das mulheres negras vem se mantendo acima da taxa das brancas, é também verdade que se operou, nesse tempo, uma mudança de mentalidade, com forte estímulo cultural para a afirmação da negritude. Isso quer dizer que muitas pessoas de ascendência africana, mas de pele clara, podem estar se declarando negras agora, o que talvez não fizessem antes. De todo modo, parece estar havendo mesmo um "escurecimento" da população, sensível nos dados relativos aos jovens.

Se considerarmos a correlação usual entre cor e renda no País, essa mudança pode estar expressando também um aumento da demanda relativa de educação e saúde públicas, utilizadas pela população mais pobre, com implicações evidentes para a política social.

Em termos espaciais, o Norte é a região que apresenta, de longe, a maior taxa de crescimento anual da população jovem, com o índice de 3,3 por cento ao ano. Mais abaixo vem o Centro-Oeste, com 2,2 por cento. Em torno da média nacional de 1,7 por cento ao ano estão o Sudeste, com 1,8 por cento, e o Nordeste, com 1,6 por cento. Em decrescimento relativo à média nacional está a Região Sul, com taxa de crescimento de 0,8 por cento ao ano.

O que se depreende imediatamente dessa informação é que as Regiões Norte e Centro-Oeste devem receber atenção especial no que diz respeito a políticas para os jovens. Nelas devem ser concentradas as ações públicas nesse sentido, mesmo que os valores absolutos da contagem da população jovem ainda sejam maiores no Sudeste. É nessas regiões que o crescimento desse contingente se faz explosivo, pressionando mais fortemente os serviços sociais a ele dirigidos, como escola, treinamento profissional e postos de trabalho para iniciantes.

Uma palavra final cabe ser dita a respeito das jovens dessa faixa etária. Do mesmo modo que as mulheres em geral, as jovens entraram no mercado de trabalho, conquistando espaços antes impensáveis. No entanto, muitas dessas conquistas limitam-se à letra da lei: políticas discriminatórias são ainda regra; a informalidade e o subemprego ainda atingem mais agudamente a parcela feminina da população jovem. Mesmo as que conseguem emprego no setor formal da economia, muitas vezes, recebem vencimentos inferiores aos dos homens da mesma faixa etária e na mesma função.

Não devemos nos esquecer, ademais, que a prostituição ainda é a única opção de trabalho para muitas.

Outro problema é a alta taxa de fecundidade constatada nessa faixa etária. Isso é preocupante sobretudo quando se considera o aumento do número de jovens grávidas e mães abaixo dos 19 e mesmo dos 15 anos. Isso significa uma demanda extraordinária sobre os serviços sociais de saúde dirigidos à maternidade e à infância, por constituírem, muitas vezes, gestações de risco. Além disso, a gravidez e a maternidade nessas idades significam a perda de oportunidades de estudo, de melhoria da qualificação profissional e até de colocação no mercado de trabalho formal, não somente porque este se torna cada vez mais exigente quanto à capacitação dos trabalhadores, mas também porque muitas empresas discriminam as mulheres com filhos.

Esse segmento demanda das autoridades nacionais, estaduais e municipais a imposição do cumprimento da lei nos casos, por exemplo, de empregadores que se recusem a observá-la. O direito das mães à disponibilidade de creches para seus filhos, por exemplo, deve ser observado, tanto pelo poder público ou organizações comunitárias, quanto pelas empresas com grande número de empregados.

Essas são apenas algumas das considerações inspiradas pela leitura da publicação do IBGE e que eu gostaria de trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores. O futuro do Brasil – nunca é demais repeti-lo – depende daquilo que formos capazes de oferecer aos

jovens. Das suas possibilidades de desenvolvimento pessoal.

Com o futuro de uma Nação não se brinca, Senhoras e Senhores! Nossos filhos e netos estarão aqui amanhã para louvar nossos acertos e lamentar nossos equívocos. É portanto, de certa forma, em nosso benefício que devemos cuidar de dar-lhes o melhor que pudermos. A História será um juiz implacável.

Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, venho, mais uma vez, ocupar lugar nesta tribuna para externar preocupação com o teor de matérias veiculadas no **Correio Braziliense**, nas edições de ontem e de hoje, relativas a uma técnica que promete revolução e desafia a ética da ciência: a clonagem humana.

O periódico publicou entrevista com os cientistas Panayotis Zavos e Severino Antinori, norte-americano e italiano respectivamente, que garantem que, em dois anos, em algum país mediterrâneo, irão clonar casais que não podem ter filhos nem pelas vias naturais nem por fertilização **in vitro**.

O Dr. Zavos é PhD em Reprodução Humana há 23 anos, pela Universidade de Minnesota, e possui mais de 500 artigos publicados nas revistas mais importantes da área de reprodução assistida; tem 30 anos de carreira e é o diretor clínico do Instituto de Andrologia da América, em Lexington, nos Estados Unidos.

O médico italiano Severino Antinori é um renomado especialista em reprodução humana e um dos pioneiros nas técnicas de fertilização **in vitro** – principalmente para tratamento de mulheres que estão na menopausa.

O médico norte-americano comunicou ao **Correio** que tem dez casais cadastrados com problemas de fertilidade que se apresentaram como voluntários para a experiência, e alegou que , mesmo sendo a clonagem humana uma técnica proibida em todo o mundo, já há grupos de pesquisadores tentando realizá-la na surdina. Sua proposta é de fazer clones sem impedimentos legais, atendendo a anseios de pessoas que querem ter seu próprio filho biológico sem ter que utilizar os óvulos ou o esperma alheio.

Os pesquisadores pretendem utilizar uma técnica parecida com a usada no processo de duplicação, em 1997, que resultou na ovelha Dolly.

O anúncio dividiu as opiniões dos especialistas em reprodução assistida e em bioética, porque existem inúmeras e inquietantes questões técnicas e éticas a serem respondidas nesse campo.

A primeira delas, por exemplo, reacende a polêmica sobre a idade dos seres duplicados. Eles teriam a idade celular da mãe ou do pai?

É necessário clonar um ser humano e produzir uma criança que terá os mesmos problemas genéticos do pai ou da mãe?

A revista **Nature Genetics** aponta que os experimentos precisam ainda ser aprofundados, a partir da avaliação da clonagem da ovelha Dolly. Os cientistas admitem que a clonagem pode gerar seres com malformações e riscos de morte prematura. A publicação indica, ainda, anomalias no funcionamento do coração e defeitos no sistema imunológico.

Há poucos meses, o Instituto Roslin, de Edimburgo, na Escócia, admitiu não ter feito nenhum progresso significativo na clonagem de animais desde o nascimento da ovelha Dolly. Mas nega estar abandonando as experiências, como noticiou a imprensa britânica, depois que um cientista que participou da criação de Dolly declarou à revista **Science** que a clonagem é "muito cara" e não há perspectivas de torná-la comercialmente viável.

Como a maioria das tentativas posteriores resultou em morte ou aberrações, a clonagem de tecidos humanos para fins terapêuticos ainda é um sonho. "No atual nível de conhecimento, a clonagem humana reprodutiva seria um crime", diz a revista.

O Dr. Harry Griffin, diretor-científico-adjunto do Instituto Roslin, afirmou que, para gerar Dolly, foram necessários 400 ovos que resultaram em 277 embriões manipulados e apenas um deu certo. O pesquisador reconheceu que o índice de sucesso da clonagem de mamíferos é de cerca de 1%. Em outras palavras, foram necessárias 400 mortes para a obtenção de apenas um embrião clonado, conforme destaca a pesquisadora Mayana Zatz.

Embora outros mamíferos tenham sido clonados por diferentes laboratórios, as razões dos escassos sucessos ainda fogem ao domínio da ciência. Segundo o jornal inglês **The Observer**, isso levou diversos cientistas a abandonarem suas tentativas.

O professor Keith Campbell, da Universidade de Nottingham, na Inglaterra, que participou do projeto Dolly disse que, depois de Dolly, vários cientistas pensaram que em breve seria possível produzir clones em série. Descobriram, mais tarde, que o processo é muito mais complicado. Há inúmeras dúvidas, por exemplo, sobre os tipos de células a serem usadas e o ambiente mais adequado para desenvolvê-las.

Muitos animais morrem pouco depois do nascimento ou têm anormalidades. No caso de vacas, mais de 25% dos clones são exageradamente grandes. E simplesmente os cientistas não sabem por que isso acontece. Os interesses econômicos envolvidos nas pesquisas impedem que os cientistas se reunam para discutir esses problemas, porque as empresas que financiam os projetos exigem sigilo e segurança.

Quanto à viabilidade comercial, o diretor do Instituto Roslin afirma que tudo depende do "tipo de aplicação" da tecnologia. Mas, se esse tipo de técnica fosse autorizada, criaria um mercado de US$ 10 bilhões por ano. A PPL Therapeutics, empresa que financiou e detém os direitos sobre a tecnologia de Dolly, está certa de que é possível clonar porcos para produzir órgãos para seres humanos. Mas serão necessários pelo menos cinco anos para isso.

No ano passado, o Governo britânico, ao permitir as pesquisas de clonagem humana para uso médico, estimulou uma das mais polêmicas áreas da ciência, que é a produção de tecidos humanos sob medida.

Os benefícios são imensos, como chances de curar doenças como câncer, diabetes e mal de Alzheimer. Mas há um desafio colossal: decidir entre o direito à vida de embriões e o de pessoas doentes que lutam para não morrer.

No Brasil, a discussão está no início, mas os avanços dessa tecnologia não devem ser desprezados.

Cientistas acreditam que a própria clonagem perderá terreno para uma área ainda mais revolucionária: a transformação de células-tronco de adultos em qualquer tecido humano, pondo fim à disputa por embriões. Células-tronco são progenitoras de todas as células que existem no organismo. Há até pouco tempo pensava-se que só células-tronco de embriões originavam diferentes tecidos. Pesquisas recentes, todavia, mostraram que o mesmo é válido para as células de adultos, quando cultivadas num meio especial.

Mas há riscos. Um dos maiores desafios da ciência é descobrir como controlar as substâncias que fazem com que as células-tronco se transformem em células de tecidos específicos. Um passo em falso pode ter conseqüências desastrosas. Teoricamente, um erro pode levar, por exemplo, a células do cérebro a formar dentes. Já se sabe que isso acontece na natureza e não se pode arriscar que aconteça na cabeça dos pacientes. Certos problemas no início da gestação causam erros de diferenciação celular que fazem com que se desenvolva uma massa disforme de ossos, músculos, dentes e outros tecidos no lugar do feto. É um problema chamado teratoma. Cerca de mil fatores de diferenciação celular já foram descobertos, porém devem existir mais de dez mil. E não basta saber quais são, é preciso saber como utilizá-los.

Para alguns cientistas, o uso de células-tronco do próprio adulto vai tornar a clonagem uma técnica do passado. Não será mais preciso usar embriões. A ciência começa a descobrir como transformar as células-tronco de pessoas adultas em diferentes tecidos do corpo. Companhias de pesquisa de ponta, como a Geron, já desistiram da clonagem de embriões e começaram a investir no estudo de células de adultos.

O emprego das células-tronco, como uma alternativa à clonagem, é apenas mais um exemplo dos inumeráveis pontos de discussão da matéria.

Quais as motivações por trás destas questões? Progresso da ciência? Amor à humanidade? Altruísmo? Vaidade? Lucro? Ganância? Narcisismo? Auto-promoção? Medo da impermanência? O que mais poderíamos enumerar?

Na verdade, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, não podemos nos furtar de conhecimentos que podem ser benéficos para a humanidade.

A matéria publicada no **Correio Braziliense** nos enche de preocupação porque os entrevistados não apontam para uma utopia distante. Ao contrário, denunciam pesquisas feitas na surdina, no campo incontrolável da Biotecnologia, e buscam aliados em países que possuem legislação favorável aos seus interesses.

Trago, mais uma vez, esta questão ao Senado porque sei que a ciência gera conhecimento, mas é nosso papel, enquanto legisladores, aprofundarmos uma reflexão crítica acerca dos limites para o uso desse conhecimento e da necessidade da proteção da sociedade contra o mau emprego da tecnologia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com o retorno dos trabalhos da CPI do Futebol e a proximidade da data final para que entre em vigor a Lei do Passe, vários temas ligados à Lei do Esporte voltam ao centro das atenções, provocando manifestações as mais diferenciadas. Algumas bem abalizadas, outras desinformadas e outras totalmente fora de sintonia com a realidade do esporte e do futebol brasileiro, o que causa algumas preocupações.

Leio nos jornais de hoje a iniciativa do ministro dos Esportes, Carlos Melles, de angariar o apoio do ex-ministro Pelé para a tese de ampliação do prazo de

adaptação dos clubes à Lei do Passe e do tempo mínimo de vigência do primeiro contrato.

Acho louvável a preocupação do ministro, embora, no primeiro ponto, eu concorde com a posição defendida por Pelé. A Lei do Passe foi promulgada em 1998. Os clubes tiveram três anos para se adaptarem. Se ainda não fizeram é porque não vão fazer nunca. Não tem cabimento um novo adiamento.

A Lei Pelé foi aprovada pelo Congresso há três anos. No capítulo concernente à questão do passe, foi referendada em julho do ano passado por uma nova comissão mista do Congresso. Seria no mínimo um casuísmo retardá-la uma vez mais em função de casos isolados de um ou outro clubes que se dizem prejudicados.

Não podemos ficar nesse eterno ir e vir, sob pena de ficarmos desmoralizados e o futebol continuar afundado em problemas. Se a lei tivesse sido aprovada de forma precipitada, tudo bem. Mas não. Ela foi exaustivamente discutida por congressistas e desportistas em duas ocasiões, chegando-se a mesma conclusão. A Lei do Passe é arcaica e promove o atraso no futebol, na medida em que não obriga os clubes a buscarem alternativas para se sustentarem, como, por exemplo, investindo na qualidade do espetáculo e na exploração da marca do clube. Precisa mesmo ser extinta, sem mais delongas.

Por outro lado, concordo com a vontade do ministro Melles em mudar o artigo da lei, estabelecendo um prazo maior para a vigência do primeiro contrato do atleta profissional. Mudança essa, é bom frisar, que já tinha sido proposta por nós no projeto de conversão da medida provisória do governo, em julho do ano passado. Propusemos aumentar de dois para quatro anos o prazo do primeiro contrato, mas este artigo foi vetado, de forma equivocada, pelo presidente Fernando Henrique.

Tanto foi uma decisão equivocada que o próprio ministro dos Esportes propõe agora esta mudança, que já poderia estar em vigor. Uma modificação importante, para que o clube formador do atleta tenha um mínimo de garantia e de aproveitamento sobre um atleta em que ele investiu e trabalhou para formar. Se não levarmos isso em consideração correremos o sério risco de vermos fechadas tantas escolinhas de futebol país afora, instituições que, além de revelarem craques, cumprem também um importante papel social. O próprio Pelé admite apoiar essa mudança, rejeitada pelo governo que, agora, felizmente, pensa em voltar atrás.

Mas esse assunto me leva a outro, levantado ontem pelo senador Geraldo Althoff, que tão bem vem relatando a CPI do Futebol aqui no Senado. Preocupou-me a colocação do senador propondo novas alterações na Lei do Esporte.

Preocupou-me primeiro porque a Lei foi aprovada há pouco mais de seis meses. O Congresso Nacional trabalhou arduamente, ouviu centenas de desportistas, dirigentes, cronistas e profissionais ligados ao setor. E fez uma lei, a meu ver, totalmente sintonizada com a realidade e as necessidades do desporto nacional.

Propor novas mudanças, que podiam ter sido apresentadas há seis meses, é atrair para o Congresso Nacional críticas assentadas em despreparo, desconhecimento do assunto e improvisação. As leis não podem ser mudadas todos os dias, em função de interesses de ocasião.

Fiquei preocupado também com o principal item aventado pelo senador Althoff: retomar a exigência de que todos os clubes se transformem em empresas. Trata-se de uma exigência tão absurda quanto querer que todas as empresas se transformem em clubes.

Além disso, mais do que o fim da lei do passe, esse artigo sim provocaria desemprego no setor, com o fechamento de milhares de clubes de futebol no interior do Brasil. Centenas deles não teriam a mínima condição de obedecer tal exigência. A grande maioria funciona em função do idealismo e da paixão de seus dirigentes e torcedores. Se quer possuem renda ou lucro. Pelo contrário, são quase todos deficitários e, repito, sobrevivem com a ajuda de pessoas apaixonadas pelo futebol, desenvolvendo um grande trabalho social e de revelação de jogadores. Aí eu pergunto: como estruturas como essa vão conseguir manter-se como empresas? Simplesmente não vão conseguir.

Não encontra-se aí o foco das irregularidades no futebol. Pelo que a CPI tem apurado, elas estão centradas numa minoria de grandes clubes, cuja transformação em empresas também não resolveria o problema. Ou alguém acredita que a entrega desse patrimônio a grandes multinacionais que visam única e tão somente o lucro financeiro vá resultar em moralização? Claro que não. A prova disso está nítida nos recentes escândalos europeus de transferência de jogadores, passaportes falsos e tantos outros.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

No ano passado, trabalhamos duro na elaboração de uma Lei do Esporte. Uma comissão mista do Senado e da Câmara debruçou-se sobre o tema por

mais de 100 dias. Ouvimos especialistas de todas as áreas, atletas, dirigentes, juristas. A nova lei ganhou repercussão positiva na maioria da crônica especializada do país, foi aprovada por unanimidade no Congresso e teve a sanção imediata do presidente, com poucos vetos. Um deles, que deverá ser revisto por iniciativa do próprio governo.

Mantivemos a base da Lei Pelé, mudando alguns pontos que a prática mostrou estarem em desacordo com a nossa realidade. Formulamos uma lei moderna, que estimula investimentos internacionais no esporte, sobretudo no futebol, sem que isso implique em simplesmente entregar esse patrimônio nacional à ganância de investidores de outros países, que, pelo texto anterior, poderiam fazer do nosso futebol o que bem entendessem.

A exploração de marcas e patrocínios continua livre, sem nenhuma restrição. Os clubes, porém, devem continuar sob o comando de seus associados, que ficam com o poder para decidir o destino de suas agremiações. Essa foi uma tese apoiada por ampla maioria, pois permite a entrada de recursos sem que os interesses meramente comerciais venham a sobrepujar o interesse esportivo.

Referendamos o fim da famigerada Lei do Passe, criando garantias para o clube formador do atleta, como a possibilidade de assinar o primeiro contrato e a preferência na renovação. Queríamos, inclusive, que o primeiro contrato tivesse quatro anos e não apenas dois, artigo que, como já disse, foi vetado pelo governo e deve agora ser revisto.

Recriamos o Superior Tribunal de Justiça Desportiva. A existência de um tribunal superior, de caráter recursivo, evitará que problemas de ordem desportiva cheguem à Justiça Comum, evitando transtornos como o que tivemos no ano passado, que acabou resultando no fracasso que foi a Copa João Havelange.

Pela minha experiência de longos anos na área esportiva, tenho a convicção de que esta lei espelha a vontade e o entendimento da maioria dos representantes do esporte nacional. Foi um projeto criado a partir da manifestação de todos os setores do desporto brasileiro, que tem todas as condições de ser um elemento protetor e impulsionador do nosso esporte. Um projeto consistente, que tem tudo para ser eficiente e duradouro.

Sempre fui avesso a radicalismos. E é claro que estou aberto a novas discussões. Acredito, no entanto, que propor mudanças estruturais numa lei aprovada há seis meses, com o respaldo obtido por ela, não seria uma boa coisa nem para o Congresso e muito menos para o esporte. Principalmente por que vejo nessa tentativa não um nobre interesse no desporto, mas o atendimento a interesses minoritários de ocasião.

O esporte brasileiro, bem como o Congresso Nacional, não podem se mover levados por interesses e modismos sazonais. Não é porque determinado clube de futebol ou um ou outro órgão de imprensa quer, que as leis devam ser indefinidamente modificadas. Até por que, daqui a pouco serão esses os primeiros a nos criticar por adotarmos medidas impensadas e precipitadas.

De qualquer forma, devemos estar sempre abertos ao diálogo construtivo. Essa semana, estarei me encontrando com o ministro Carlos Melles para discutir essas questões.

Mas temos sempre que ter em mente, como objetivo principal e inarredável, o avanço do esporte e a imagem do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a gravidade dos problemas relativos à concentração da propriedade fundiária no Brasil é bem conhecida. Temos, ainda hoje, vastas extensões de terras inaproveitadas e um grande número de brasileiros que desejam viver da produção agropecuária mas não têm acesso à terra. As aspirações não realizadas desse segmento populacional geram graves tensões sociais, situação que se torna tanto mais preocupante na medida em que pode ser instrumentalizada com objetivos políticos.

A falta de oportunidades no campo acarreta, também, seriíssimas repercussões no meio urbano. Expulsas da zona rural, vagas de migrantes deslocam-se para as cidades em busca de emprego. Quase sempre com pouquíssima ou nenhuma qualificação, esses ex-agricultores praticamente não têm chance no disputado mercado de trabalho de nossos dias. Acabam, portanto, engrossando o cinturão de miséria, favelado em torno das cidades de médio e grande porte, aumentando a pressão por equipamen-

tos urbanos. Muitas vezes, a absoluta falta de perspectiva conduz os filhos desses migrantes à marginalidade criminosa, contribuindo para compor o quadro de alarmante insegurança em que todos vivemos.

Essa problemática, que pode ser observada nas mais diversas regiões do País, é vivida de forma particularmente aguda pelo Estado do Paraná, apesar da grande pujança da agricultura local, responsável pela maior produção de grãos do País. As mudanças estruturais da economia rural, associadas à política de estímulo à exportação de grãos em detrimento da produção de alimentos por pequenos proprietários, tornaram o Paraná palco daquele que tem sido nada mais, nada menos do que o mais intenso êxodo rural do mundo, no menor espaço de tempo.

Os números são, de fato, impressionantes, caracterizando uma verdadeira diáspora, identificada em estudos de instituições acadêmicas e órgãos governamentais de pesquisa. Só na década de 70, dois milhões, seiscentas e cinqüenta mil pessoas abandonaram o campo no Paraná. Quase um milhão e meio delas foram empurradas para as periferias das médias e grandes cidades do Estado, onde vivem em péssimas condições, sendo o restante jogada em direção às fronteiras agrícolas do Oeste do Brasil. Em apenas duas décadas e meia, entre 1970 e 1995, a população rural do Estado foi reduzida em mais de 50%, enquanto a população urbana quase triplicou. E, ainda mais estarrecedor: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, de 1995 para 1996 o número de propriedades rurais caiu de 466 mil 397 para 371 mil 881! Um decréscimo superior a 20% em apenas um ano!

Um dos resultados desse processo foi a criação da figura do trabalhador rural volante, o chamado "bóia-fria", que migra nas entressafras à procura de trabalho e geralmente encaminha-se para centros urbanos. Privado de um rendimento regular ao longo de todo o ano, o "bóia-fria" fica despojado de condições dignas de vida. Hoje, eles representam nada menos que 27% da população rural paranaense, um vasto segmento social que até recentemente não havia merecido um programa especial voltado às suas necessidades de cidadãos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, confrontado com esse gravíssimo problema social, o Governador Jaime Lerner, ao iniciar seu primeiro mandato, em janeiro de 1995, lançou o Programa Vila Rural, que combina habitação e produção agrícola.

Partindo do entendimento de que é impossível dissociar os problemas urbanos dos problemas do campo, e de que é necessário atuar simultaneamente sobre os efeitos e as causas do processo migratório, começou-se a colocar em prática um programa em que assentamentos humanos estão associados a atividades econômicas, visando a assegurar terra, moradia, educação, sustento, trabalho e bem-estar à comunidade.

Ao evitar a dissociação entre os problemas urbanos e os rurais, o Poder Público garantiu condições para realizar um planejamento global que vincula moradia e trabalho para as famílias; geração de empregos e aquecimento das economias dos Municípios no setor da construção civil; e, ainda, localização ideal dos núcleos rurais em função do planejamento urbano de cada cidade em que se instala. Contribuindo para diminuir o êxodo rural, o Programa confere tempo às cidades para melhor responder às pressões por equipamentos urbanos.

O programa das Vilas Rurais caracteriza-se como uma reforma agrária moderna, eficaz e não traumática, ao proporcionar ao trabalhador rural e sua família, além de uma habitação e um pedaço de terra, um processo de reeducação e de valorização de sua dignidade humana.

Uma ampla variedade de cursos e treinamentos vêm sendo oferecidos nos Centros de Convivência Familiar instalados nas Vilas Rurais, objetivando capacitar as famílias não apenas para obterem maior produtividade agrícola, como também aumento de seus rendimentos, mediante o aprendizado de técnicas de transformação da sua produção. Além de alimentos, as Vilas Rurais vêm produzindo vassouras, chinelos, temperos e artesanatos de todo tipo, entre outros produtos. São resultados da transformação dos produtos primários, que garantem uma renda complementar às famílias. Na agricultura de subsistência e também para a venda de excedentes, são produzidos hortaliças, arroz, feijão, milho, ovos, carne suína, mandioca e outros alimentos.

A elevação dos padrões de consumo, juntamente com a melhoria da higiene e o abastecimento de água tratada, já se reflete em uma sensível me-

lhora nos níveis de saúde dos moradores dos núcleos. Já com o objetivo de assegurar um mercado estável para a colocação dos produtos das Vilas Rurais, a coordenação agrícola e social do Programa trabalha para fechar a cadeia produtiva, estabelecendo acordos com agroindústrias e com o setor de comércio alimentício.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a implantação das Vilas Rurais pelo Governo do Paraná é feita em parceria com as prefeituras de Municípios onde mais intensamente se manifesta o problema do êxodo rural. As Vilas criam um chão para que o trabalhador rural volte a ter suas raízes na terra, asseguram sustento para a família – garantindo trabalho durante todo o ano – e representam uma alternativa na qual a manutenção do homem no campo ocorre com respeito à sua dignidade.

Os lotes que compõem as Vilas Rurais são definidos e têm cerca de 5 mil metros quadrados, com um módulo de moradia inicial de 44 metros quadrados. A proposta é que o morador faça, com tempo e na medida de suas possibilidades e necessidades, ampliações de acordo com seu gosto pessoal, planejamento familiar e a cultura construtiva de cada região.

Nas Vilas Rurais, o trabalhador tem abrigo e trabalho, tendo todas as condições de trabalhar nas safras como diarista e de, nas entressafras, cuidar de sua própria atividade, produzindo alimento para sua família e comercializando os excedentes. Para garantir seu sucesso nesse novo modo de vida, os trabalhadores e suas famílias recebem assistência técnica, treinamento para capacitação e insumos, mediante ações de que participam, principalmente, quatro Secretarias de Estado: Habitação; Agricultura e Abastecimento; Criança e Assuntos da Família; e Trabalho.

Um aspecto que evidencia a inteligente formulação do Programa é o fato de que as Vilas Rurais, sempre que possível, ficam localizadas próximas a distritos rurais, aproveitando a infra-estrutura comercial, escolar e de saúde já existente, como forma de não sobrecarregar as prefeituras com a construção de novos equipamentos e também a fim de garantir trocas sociais na convivência com outros núcleos habitados. A implantação do programa orienta-se, prioritariamente, para regiões com grande concentração de mão-de-obra rural temporária, como o são as regiões produtoras de algodão e cana-de-açúcar, por exemplo.

As vantagens do sistema de autogestão garante a geração de empregos no mercado de trabalho de cada região, bem como o aquecimento das economias municipais com a venda de materiais de construção. Nos três primeiros anos de funcionamento do Programa Vila Rural, foram gerados 126 mil empregos na construção civil habitacional, e o aquecimento dos mercados locais de materiais ficou entre 20% e 30%.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a iniciativa recebeu premiações, como as conferidas, em 1997, pelas Fundações Ford e Getúlio Vargas. Entre 300 projetos brasileiros de gestão pública e cidadania, o Programa Vila Rural foi premiado como um dos 20 melhores do País. As Vilas Rurais também foram consideradas pelo Programa Comunidade Solidária como um exemplo a ser seguido.

De fato, o Programa Vila Rural não representa apenas o primeiro projeto massivo de habitação rural do Brasil. Mais do que isso, ele aponta um caminho para qualquer Unidade da Federação que deseje revitalizar sua vocação agrícola, ao mesmo tempo em que busca a consolidação de novas alternativas econômicas e trabalha no sentido de assegurar uma convivência social mais harmoniosa, como via para o desenvolvimento e o bem-estar de sua população.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o processo de concentração fundiária no País aprofunda-se cada vez mais e vai alcançando proporções dramáticas, com repercussões gravíssimas não apenas para os excluídos do campo, mas também para a qualidade de vida nas cidades. É urgente que se faça algo antes que seja tarde. O Programa Vila Rural, ao associar assentamentos humanos e atividades produtivas, dentro de uma proposta economicamente racional, com cunho humanístico e democrático, aparece como uma excelente opção para o enfrentamento desse sério problema.

Era o que tinha a dizer.

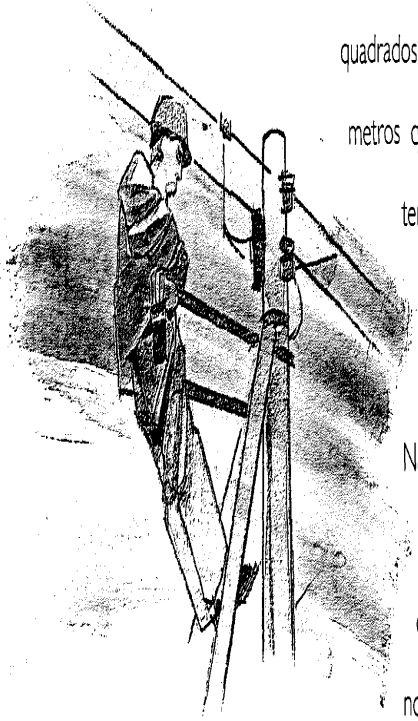
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

As Vilas Rurais, um novo horizonte

In a partnership with the municipalities where the rural exodus problem is a fact, the government of Paraná is implementing Rural Villages. They provide soil for migrant farmhands to once more take root, granting sustenance to their families, "holding" them in the fields with dignity and year-round work. The Rural Villages have defined lots averaging 5 thousand square meters and an initial 44 square meter house module, so that dwellers may eventually enlarge it according to their needs, tastes and regional usage.

In Rural Villages, families ensured shelter and work cultivate their land in the off-season. To guarantee the success of this new direction in life, workers and their families receive technical support, training and input, through multidisciplinary efforts that involve mainly four State Secretariats: Housing, Agriculture and Supply, Children and Family Affairs, and Labor. To qualify for the program, the head of the family must be 55 at most, having lived in the municipality for over three years, have no real property, and work as a temporary farmhand earning between one and three minimum wages. Rural Villages are built, on average, within six months.



Em parceria com as prefeituras de municípios onde o problema do êxodo rural existe, o governo do Paraná vem implantando as Vilas Rurais. Elas criam um chão para que o trabalhador rural volte a ter suas raízes na terra, asseguram sustento para a família, "seguram" com dignidade o homem no campo e garantem trabalho durante todo o ano. As Vilas Rurais apresentam lotes definidos em torno de 5.000 metros quadrados e com um módulo de moradia inicial de 44 metros quadrados, para que o morador faça, com tempo e na medida de suas necessidades, suas próprias ampliações, de acordo com seu gosto pessoal e costumes regionais.

Nas Vilas Rurais, as famílias, com abrigo e trabalho, plantam na sua terra nos períodos de entressafra. Para garantia do sucesso desse novo sentido de vida, os trabalhadores e suas famílias recebem assistência técnica, treinamento para capacitação e insumos, através de ações multidisciplinares que envolvem principalmente quatro Secretarias de Estado: Habitação, Agricultura e Abastecimento, Criança e Assuntos da Família e Trabalho.

Para participar do programa, o chefe da família deve ter no máximo 55 anos, ser morador do município há mais de três anos, não ser proprietário de qualquer imóvel e exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais, tendo renda entre um e três salários mínimos. As Vilas Rurais são construídas, em média, em seis meses. A partir de sua ocupação, através de um contrato de comodato com a família selecionada, durante 30 meses é cobrada uma taxa de permanência para que o trabalhador tenha tempo suficiente para preparar sua terra, fazer a semeadura e colheita, consolidando o novo horizonte de vida. A partir desse prazo, desde que a família tenha se adaptado, é assinado um contrato de financiamento por 25 anos, com prestações que não devem ultrapassar 15% da renda familiar.

As Vilas Rurais, sempre que possível, ficam localizadas próximas a distritos rurais, aproveitando a infra-estrutura existente, como escola, posto de saúde, comércio, para não sobrecarregar as prefeituras com a construção de novos equipamentos e também para garantir trocas sociais na convivência com outros núcleos habitados. O programa vem sendo implantado, preferencialmente, em regiões com grande concentração de mão-de-obra rural temporária, como são as regiões produtoras de algodão e cana-de-açúcar, por exemplo.

Para participar do programa, a prefeitura interessada deve viabilizar a doação da área necessária, aprovada após estudos de viabilidade técnica e agrícola.

After being admitted, under a loan for use agreement, families pay a permanence fee for 30 months, so they have time enough to till the land, sow and harvest, within their new horizon. After that period, families that have adapted sign a 25-year credit agreement, to be repaid in installment not above 15% of the family income.

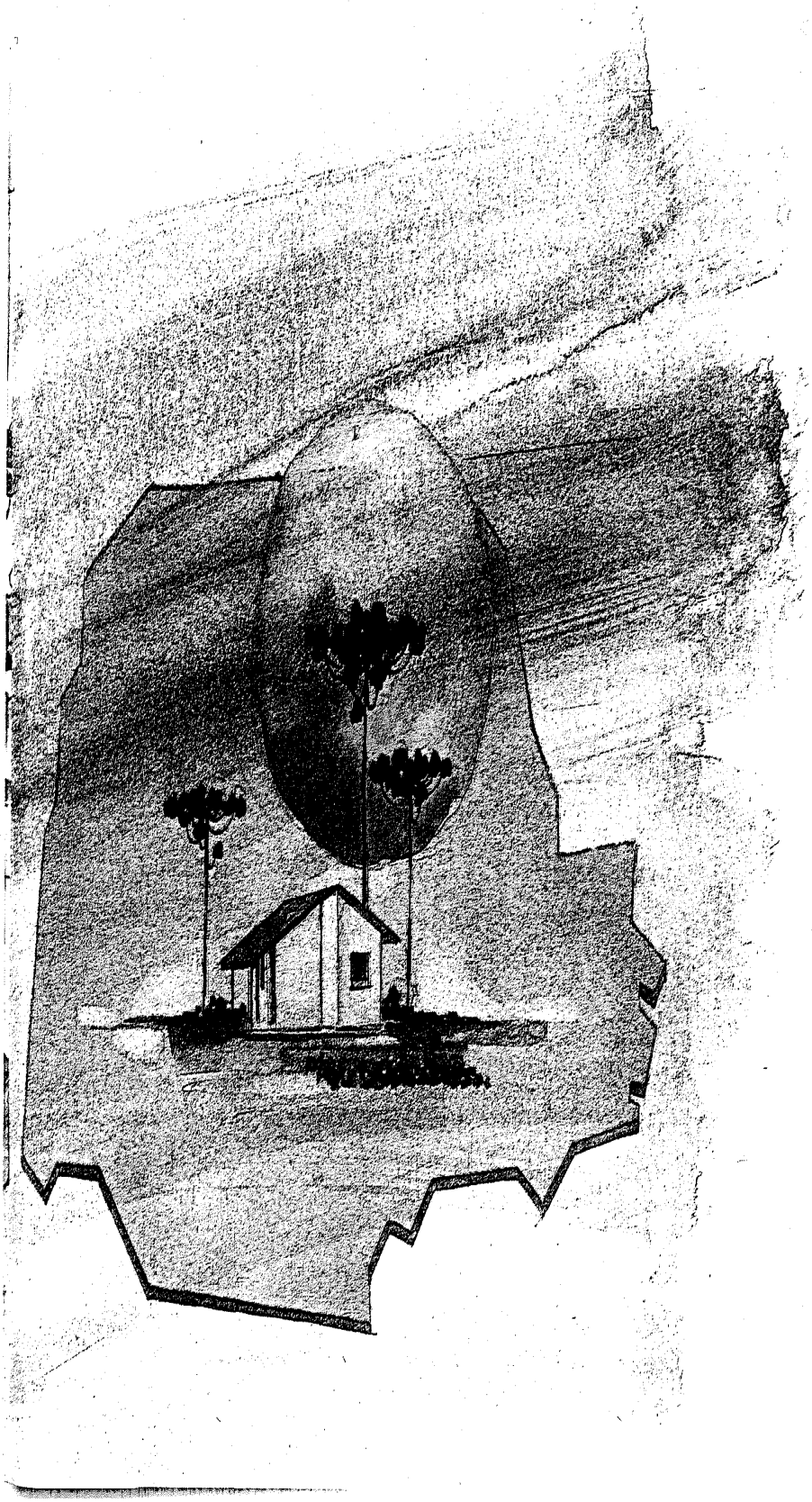
Rural Villages, whenever possible, are located close to rural districts, taking advantage of the existing infrastructure, such as schools, health care centers, and shops, so as not to overburden municipalities with the construction of new facilities, and also to ensure social exchange with other inhabited nuclei. The program is being implemented preferably in areas with a high concentration of temporary rural labor, as the cotton- and sugar cane-producing regions.

To participate in the program the municipality must grant the land needed, after approved by technical and agricultural feasibility studies. The purchase of the land is funded by the State Government by passing on to the municipality 75% of the land price, payable in 48 installments after a grace period of one year. The 25% balance corresponds to the State counterpart funds. Infrastructure works are provided by state agencies, such as CODAPAR (streets), COPEL (electricity) and SANEPAR (water and sewerage).

The municipality provides machinery and, when needed, labor. SEAB provides each Rural Village with a chicken coop and a shed to store tools and produce. Houses are built in the self-managed system, allowing future dwellers to define their own house. In this system, selected families know which lot and house will be theirs, because they are drawn before works start. Self-management is based on human nature, leading human beings to take better care of what they possess. Thus, future dwellers are entitled to choose their plot in the Rural Village area, as well as the plan of their choice. They may use the building material they like, buy it where convenient and employ the labor needed. The module alternative plans were devised to allow different locations and future additions in any direction of the plot. Other advantages of self management is job generation in each regional labor market, as well as the warming up of municipal economies with the sale of building materials. In three years, the Government of Paraná generated 126 thousand jobs in housing and a 20% to 30% warm-up of the local building materials markets.

A compra dessas áreas é financiada pelo governo do Estado, com 75% do valor da terra repassado ao município com um ano de carência, podendo ser amortizado em 48 prestações. O saldo de 25% corresponde à contrapartida do Estado. As obras de infra-estrutura são executadas por órgãos governamentais, como Codapar (arruamento), Copel (energia elétrica) e Sanepar (água e esgoto). A prefeitura apóia com máquinas e, quando necessário, com mão-de-obra. A Seab equipa cada lote da Vila Rural com um galinheiro e uma tulha para armazenamento de ferramentas e produção. As moradias são construídas pelo sistema de autogestão, com o objetivo de permitir que o futuro morador defina a sua casa.

Nesse sistema, a família selecionada sabe de antemão qual será seu lote e sua casa, pois o seu sorteio é a primeira providência antes do início das obras. A autogestão está baseada na natureza humana, que leva o ser humano a cuidar melhor do que é seu. Assim, o futuro morador tem o direito de escolher o seu terreno na área destinada à Vila Rural, bem como o projeto do seu agrado. Pode utilizar o material de construção que quiser, comprar onde preferir e utilizar a mão-de-obra de que necessitar. As alternativas de projetos dos módulos foram pensadas para permitir a sua variada localização, além de ampliações futuras em qualquer direção no terreno. Outras vantagens da autogestão são a geração de empregos no mercado de trabalho de cada região, bem como o aquecimento das economias municipais com a venda de materiais de construção. Em três anos, o governo do Paraná gerou 126 mil empregos na construção civil da área de habitação e promoveu o aquecimento em 20% a 30% dos mercados locais de materiais.



O reconhecimento e a certeza de trilhar o melhor caminho

Acknowledgement and certainty of being on the right path

Rural Villages were acknowledged as the main effort of the current administration in Paraná, after the implementation of automobile plants in the state, according to a poll of 40 thousand citizens. This acknowledgement is also shown by mayors, regional leaders, institutions and, above all, by those benefited by the program. This high level of satisfaction is mirrorred in awards, as happened last year with Ford and Getúlio Vargas foundations. Among 300 Brazilian examples of public administration and citizenship programs, the Rural Villages program was chosen as one of the top 20 in the country. Rural Villages were also highlighted by the federal Supportive Communities program as an example to be followed. The program, by the way, points to a path Paraná believes to be the right one to maintain its agricultural vocation, consolidate new economic alternatives (a diversified, bold and competitive industrial park) and provide healthy living conditions so that its people may develop, in all senses. This is an example Paraná wants to have debated, analyzed, questioned and, if possible, adopted by all those who deem it viable in the short, medium and long term.

Before it is too late.

As Vilas Rurais foram reconhecidas como a principal ação da atual administração do Paraná depois da implantação da indústria automobilística no Estado, segundo pesquisa realizada com 40 mil paranaenses. É o reconhecimento demonstrado também por prefeitos, lideranças regionais, instituições, mas principalmente pelos beneficiados pelo programa. Este grau de satisfação tem-se refletido em premiações, como aconteceu no final do ano passado com as Fundações Ford e Getúlio Vargas. Entre 300 exemplos brasileiros de gestão pública e cidadania, o programa das Vilas Rurais foi premiado como um dos 20 melhores do país.

As Vilas Rurais também foram consideradas pelo programa federal das Comunidades Solidárias como um exemplo a ser seguido. O programa, aliás, indica um caminho que o Paraná acredita ser o certo para manter sua vocação agrícola, consolidar novas alternativas econômicas (um parque industrial diversificado, ousado e competitivo) e tornar sua convivência saudável para, sobretudo, buscar o desenvolvimento, em todos os sentidos, das pessoas que vivem em seu território. Um exemplo que o Paraná quer ver discutido, analisado, questionado e, se possível, adotado por todos aqueles que o entenderem viável, a curto, médio e longo prazo. Antes que seja tarde.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Mais que sangue, esperança

JAIME LERNER

A PRIMEIRA obrigação de um religioso é com a verdade. E o Evangelho diz que "só a verdade vos libertará".

Artigo publicado por Frei Betto, ontem, nesta Folha, atribuiu a mim responsabilidade pelo lamentável assassinato do militante Sebastião de Maia, ocorrido no último dia 21 de novembro, *durante a terceira invasão patrocinada* pelo MST na fazenda Água da Prata, em Querência do Norte (PR). O autor fala em 16 vítimas de um "regime de terror implantado na zona rural do Paraná, desde 1995". A afirmação é absolutamente falsa. Pior que a crítica é a estatística equivocada.

O governo do Estado tem buscado incessantemente o diálogo para a solução dos problemas agrários, frequentemente atuando como mediador entre as partes envolvidas. Assim, a parceria com o Incra e com o governo federal assegurou, desde 1995, o assentamento de 11.570 famílias no Paraná, em 205.000 hectares de terra — 74% de tudo o que *se fez no Estado desde o início do programa* de reforma agrária, há 14 anos.

Apenas no ano passado foram assentadas 3.046 famílias, em 65 projetos do Incra. Neste ano, mais 1.200 famílias receberam terra para trabalhar. Outras 500 receberam títulos de posse definitiva e 2.545 foram beneficiadas com eletrificação rural.

De outro lado, o Banco da Terra viabilizou o assentamento de 349 famílias e deve liberar amanhã verba para atendimento de mais 959 famílias inscritas no programa.

Com o programa Vila Rural, o governo do Estado promove o atendimento a um segmento até então esquecido, o *dos trabalhadores rurais volantes, os* chamados "bóias-frias". Com essa iniciativa, já foram assentadas 11.322 famílias desde 1995, em 301 vilas rurais. Outras 94 vilas estão em construção ou sendo projetadas, e vão atender mais 3.952 famílias.

A estrutura fundiária do Paraná não é baseada no latifúndio. Ao contrário, das 369 mil áreas rurais cadastradas no Estado, 92% são pequenas propriedades, com até cem hectares de extensão. Outros 7% possuem entre cem e mil hectares. Só 17 propriedades, todas produtivas, possuem mais de 10.000 hectares.

Sabemos que é preciso avançar mais na reforma agrária. Mas sabemos tam*bém que o caminho a ser trilhado deve* ser balizado pelo respeito à lei. Nesse sentido, o cumprimento de ordens judiciais para reintegração de posse de propriedade tem recebido críticas por parte de lideranças do MST. Como se a lei devesse ser ignorada. Neste ano, a Polícia Militar auxiliou o trabalho de oficiais de Justiça, garantindo-lhes a sua integridade no cumprimento do dever, na desocupação de 38 propriedades produtivas.

O assentamento de novas famílias e o cumprimento da lei na garantia do direito de propriedade fez com que o MST reduzisse o número de novas invasões no Estado. Até agora, foram dez invasões este ano, contra 64 ano passado.

*Levantamento desta Folha, na sema*na passada, aponta que em 2000 foram registradas 12 mortes em conflitos envolvendo sem-terra no país, dois casos no Paraná. Ambos, incluída a morte de Sebastião de Maia, estão sendo investigados em inquéritos policiais para os quais determinei formalmente ao secretário da Segurança Pública o máximo rigor na apuração, para a punição dos culpados.

É preciso avançar na reforma agrária, mas o caminho a ser trilhado deve ser balizado pelo respeito à lei

Há vários inquéritos abertos pela Polícia Civil para esclarecer denúncias envolvendo sem-terra no Paraná. Um dos casos mais graves é a morte de uma família de dissidentes do MST, em Rio Bonito do Iguaçu, no centro-oeste do Paraná. No dia 12 de abril deste ano, o agricultor Aldenir Almeida de Souza, de 34 anos, a mulher dele, Noemi Marconssoni, 24, e os filhos Roni, 3, e Paulo Antônio, 5, foram mortos com tiros de espingarda e depois degolados. Militan*tes do MST foram detidos e são apon*tados como os principais suspeitos do crime.

Com relação à morte de Sebastião de Maia, as investigações desencadeadas pela Polícia Civil do Paraná, com a participação da Polícia Federal e do Ministério Público, estão encontrando dificuldades neste momento, pela falta de colaboração das testemunhas indicadas pelo MST. Tudo indica que o MST prefere acobertar o assassino para lançar a culpa nos governos estadual e federal. É, mais uma vez, o uso da técnica da vitimização, com propósitos inconfessáveis.

Todos sabemos que só nos totalitarismos a falsidade das versões é mais forte do que a verdade dos fatos. Mais importante que jogar uns contra os outros é trazer o povo dentro de si.

Também tenho sede de justiça e quero uma reforma agrária eficiente. Tenho o sonho de ver a questão fundiária no Brasil despida de máscaras e alucinações ideológicas, que só servem ao atraso. Tenho também a convicção de que esse sonho será concretizado, com respeito à lei e aos direitos das pessoas e, principalmente, com o triunfo da verdade sobre a mentira.

No Paraná, a verdade é que os programas de assentamento já garantiram, no meu governo, 24.200 novos proprietários rurais.

Jaime Lerner, 62, é governador do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando as Srªs e os Srs. Senadores para a Primeira Reunião Preparatória da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Primeira Legislatura, a realizar-se amanhã, dia 14 do corrente, às 15 horas, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal para o biênio 2001/2002.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

———

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2000

(Publicada no **DSF** de 3 de junho de 2000)

RETIFICAÇÃO

À página nº 11.478, 1ª coluna, na Emenda nº 15-CAE, constante do Parecer nº 565, de 2000, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar,

Onde se lê:

Emenda nº 15-CAE

Art. 43. (...)

A ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, assim como a ação de quebra de sigilo fiscal, bancário e de correspondência, só poderão ser propostas após o encerramento do processo administrativo que comprove irregularidade fiscal." (NR)

.....

.....

Leia-se:

Emenda nº 16-CAE

Art. 43. (...)

A ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, assim como a ação de quebra de sigilo fiscal, bancário e de correspondência, só poderão ser propostas após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal." (NR)

.....

.....

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

13-2-2001
Terça-feira

11h – Inauguração da sede do Programa Interlegis Via N2 – Anexo E do Senado Federal

15h20 – Senhor Jaime Gama, Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal

15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Ata da 1ª Reunião Preparatória em 14 de fevereiro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Há número regimental. Declaro aberta a reunião preparatória da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Primeira Legislatura.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente reunião destina-se à eleição e posse do Presidente do Senado Federal, que dirigirá os trabalhos da Casa durante o biênio 2001/2002. De acordo com o disposto no inciso I do § 1º do art. 60 do Regimento Interno, a eleição para Presidente do Senado far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado.

Quero de logo salientar que é óbvio que o Senado sabe da existência de três candidaturas. Entretanto, só enviou à Mesa ofício com a sua candidatura o Senador Jefferson Péres. Portanto, peço que os demais candidatos ou os seus Líderes digam que são candidatos, para que, posteriormente, possamos confeccionar as chapas.

É o seguinte o ofício recebido:

OF. Nº 12/2001 – GLDPT

Brasília, 14 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Bloco Parlamentar da Oposição está indicando o Senador Jefferson Péres como candidato à Presidência do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Heloísa Helena,** Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar, em nome do PMDB, a candidatura do Senador Jader Barbalho para Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Exª.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal está apoiando a candidatura do Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, na condição de Senador pelo PTB, requeiro que seja registrada a minha candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Exªs.

Com a concordância das lideranças partidárias, estabeleceremos as seguintes regras a serem observadas no procedimento eleitoral:

Cédulas de votação.

1.1 – Cédula única contendo os nomes dos candidatos em ordem alfabética e o respectivo espaço para apor a escolha do votante, que deverá ser assinalado com um ”x“.

1.2 – Os envelopes serão rubricados previamente pelo Presidente e pelo Primeiro-Secretário,

com caneta BIC de tinta cor azul, na presença de fiscais de partidos, e serão colocados – envelopes e cédulas de votação – na extremidade da mesa, onde serão apanhados pelos Senadores. Uma vez de posse da cédula e do envelope, o Senador dirigir-se-á para votar na cabine telefônica, transformada em cabine indevassável, e retornará para depositar o seu voto na urna, que se encontra sobre a mesa.

1.3 – No ato de assinalar o voto, os Senadores usarão caneta BIC, tinta de cor azul, que está à disposição na cabine de votação.

Apuração.

2.1 – Os votos serão apurados por escrutinadores designados pelos Partidos (PMDB, PFL, PSDB, Bloco, PSB e PPB) e acompanhados por fiscais que desejem – talvez seja desnecessário que haja representantes de todos os Partidos.

2.2 – Após a votação, os escrutinadores retirarão os envelopes das urnas, descartá-los-ão e empilharão as cédulas para contagem e confrontação do número de votos com o de votantes.

2.3 – Se houver qualquer tipo de marca na cédula de votação que identifique o voto, este será invalidado.

2.4 – Imediatamente após a proclamação do resultado da votação, as cédulas de votação e os envelopes serão destruídos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência esclarece ainda que, uma vez que a deliberação é secreta, não haverá declaração de voto, nos termos do parágrafo único do art. 316 do Regimento Interno.

A Presidência vai suspender a reunião por alguns minutos para que se proceda à impressão da cédula de votação com os nomes dos Senadores Arlindo Porto, Jader Barbalho e Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 14 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está reaberta a reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores serão chamados de acordo com a lista oficial de comparecimento e se dirigirão à mesa, onde apanharão a cédula de votação e o envelope. Uma vez de posse da cédula e do envelope, o Senador se dirigirá à cabine indevassável para exercer o seu voto e retornará à mesa, onde depositará na urna o seu voto.

Prestados esses esclarecimentos, nos termos do art. 56, letra "a", do Regimento Interno, o Sr. 3º Secretário procederá à chamada dos Srs. Senadores.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Gostaria de indagar à Mesa em que momento as Lideranças devem indicar os representantes para efeito da apuração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quando a votação for concluída, a Mesa pedirá a cada Líder que indique o seu representante.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Senadores para a votação.

São os seguintes os Srs. Senadores presentes:

Senado Federal

LISTA DE COMPARECIMENTO

1ª E 2 ª REUNIÕES PREPARATÓRIAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 51 ª LEGISLATURA

Nº Sessão: 1
Data Sessão: 14/02/2001

Data Início: 14/02/2001
Data Fim: 14/02/2001

Hora Início: 7:12:40
Hora Fim: 21:56:56

Partido	UF	Nome do Senador	Lista	Vot.	Quo.
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	X	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	
PTB	MG	ARLINDO PORTO	X	X	
PFL	MA	BELLO PARGA	X	X	
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	X	X	
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	X	X	
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	X	X	
BLOCO	PE	CARLOS WILSON	X	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X	
PFL	BA	DJALMA BESSA	X	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	X	X	
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	
PPB	RO	FERNANDO MATUSALÉM	X	X	
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	X	X	
PFL	PI	FREITAS NETO	X	X	
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	X	X	
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	X	X	
PSDB	RN	GERALDO MELO	X	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X	
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	X	X	
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	X	X	
PMDB	GO	IRIS REZENDE	X	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X	
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	X		
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X	
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	X	X	
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	X	X	
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	X		
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X	
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	X	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X		
PFL	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X	
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	X		
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X	
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	X	X	
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	X	X	
	PA	LUIZ OTÁVIO	X		
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X	
BLOCO	AC	MARINA SILVA	X	X	
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	X	X	
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	X	X	
PFL	RO	MOREIRA MENDES	X	X	
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X	
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	X	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X	
PSDB	RJ	NILO TEIXEIRA CAMPOS	X	X	
PSDB	PR	OSMAR DIAS	X	X	
BLOCO	ES	PAULO HARTUNG	X	X	
PFL	BA	PAULO SOUTO	X	X	
PSDB	SP	PEDRO PIVA	X	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X	
PSDB	ES	RICARDO SANTOS	X	X	
BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	X	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X	
PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	X		
PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X	
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	X	X	
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	X	X	
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	X	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	X	
BLOCO	AC	TIÃO VIANA	X	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	X	
PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	X	X	

Compareceram: 81 Senadores

Não Registraram: 0 Senadores

Operador: HÉLIO F. LIMA

Emissão em: 14/02/2001 - 22:20:26

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Solicito aos Líderes do PFL, PSB e PPB que indiquem escrutinadores dos seus Partidos à Mesa.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, atendendo à determinação da Mesa, o Partido da Frente Liberal indica como escrutinador o Senador José Agripino, da representação do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro indica o Senador Fernando Matusalém para o escrutínio da votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O PSB não deseja indicar? (Pausa.)

Os Srs. Renan Calheiros e Romero Jucá e a Sra. Heloísa Helena são designados para escrutinadores.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procede à chamada nominal dos Srs. Senadores:

(Procede-se à chamada nominal para a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vai-se proceder à apuração do modo anunciado inicialmente.

Votaram 81 Srs. Senadores.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram 81 Srs. Senadores. O número confere.

O Sr. Senador Ronaldo Cunha Lima anotará os votos do Sr. Senador Jefferson Péres.

O Sr. Senador Carlos Patrocínio anotará os votos do Sr. Senador Jader Barbalho.

O Sr. Senador Leomar Quintanilha anotará os votos do Sr. Senador Arlindo Porto.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Senador Arlindo Porto obteve 28 votos. O Senador Jader Barbalho obteve 41 votos, e o Senador Jefferson Péres obteve 12 votos.

Proclamo eleito, como Presidente do Senado Federal, o Senador Jader Barbalho.

(Palmas).

(Cumprimentos).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Solicito aos presentes na galeria que não se manifestem, como está previsto no Regimento Interno.

Peço aos Parlamentares que tomem assento nos seus lugares.

Peço às pessoas alheias ao Plenário que não ocupem as cadeiras dos Parlamentares, salvo Senadores ou Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Srªs e Srs. Senadores, há quatro anos assumi o mandato de Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, a maior honra da minha vida, de um Parlamentar, a que fui conduzido pela confiança dos nobres Pares.

Neste momento, portanto, em que me desincumbo da missão que me foi conferida, cumpre-me a satisfação de rememorar compromissos firmados naquela ocasião e que fizemos realizar muitas vezes até além das expectativas, graças ao ritmo de trabalho, levado a efeito nas últimas sessões legislativas, em perfeita sintonia com os Membros desta Casa.

Prometi, então, que lutaria por algumas proposições cuja aprovação era considerada indispensável para o melhor funcionamento das instituições.

Assim, declarei que o Senado Federal votaria o Efeito Vinculante, imprescindível para o funcionamento do Poder Judiciário, que só foi combatido pelo corporativismo.

O Projeto do Código Civil, que tramitava há tantos anos no Senado Federal – desde 1984 – foi aprovado pelos Senadores e remetido à Câmara dos Deputados, onde, infelizmente, até hoje se encontra. Pasmem, com tantos avanços na Ciência e na sociedade, o nosso Código Civil data de 1916.

O Senado também aprovou a regulamentação da imunidade parlamentar, que é uma aberração completa quando invocada fora do exercício da atividade no Parlamento. O povo não aceita essa discriminação. Daí por que tenho a certeza de que não vai demorar muito a ser aprovada pela Câmara dos Deputados.

Tantos têm sido os crimes contra o Erário que a quebra do sigilo bancário se torna indispensável, pelo menos para os que exercem função pública. Não pode haver sigilo bancário.

Em relação às medidas provisórias, como não era fácil a sua extinção, limitar-lhes o uso já seria extremamente útil ao País e, sobretudo, ao Poder Legislativo, que não abdica, mas é usurpado no cumprimento dos seus deveres de legislar.

Foi o Legislativo o responsável pelo aumento do salário mínimo. A idéia de elevá-lo era antiga, mas só tomou força quando entramos em campo decididamente, com outros companheiros de todos os Partidos, para lutar pela sua melhoria. Ainda é pouco, mui-

to pouco, mas já se deu o primeiro passo em prol de uma menor desigualdade entre os assalariados do País.

Outras proposições relevantes ainda terão que ser aprovadas, espero, até janeiro de 2003, quando finda a presente Legislatura.

Cresce, dia a dia, a nossa responsabilidade pelo desenvolvimento do País e também pela democratização das oportunidades.

Somos uma Nação desigual, onde a concentração de renda é cada vez maior, levando a falsas alegrias os que podem e a maiores tristezas os permanentemente infelizes. Essa é uma situação que chama a atenção dos brasileiros e de todo o mundo, porque continuando, e será mais ainda, causa de perturbações sociais.

O exercício do mais elevado posto do Poder Legislativo, em meu currículo de homem público, haveria de ser coroado com a aprovação concreta para o avanço do saneamento da situação de miserabilidade em que se encontram, ainda hoje, quase 40 milhões de brasileiros.

Tracei como uma das minhas metas na Presidência do Senado a busca da erradicação da pobreza. Hoje, já podemos considerá-la com alcance garantido, ainda que em futuro longínquo. Mas a sua diminuição tem que ser atingida já.

Por isso, apresentei Proposta de Emenda à Constituição, criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que reuniu Parlamentares da Situação e da Oposição, na busca de soluções definitivas. Aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional e promulgada a Emenda Constitucional nº 31, de 2000, já em 2001 proporcionará ao Governo cerca de R$4 milhões, a serem aplicados em programas voltados para populações de baixa renda.

Agora, precisa ser regulada, com a presença também do Legislativo na sua execução, pois os representantes do povo e o Executivo podem perfeitamente trabalhar juntos, com vistas a minorar o sofrimento dos milhões e milhões de miseráveis que ainda temos no Brasil. Mas não pode ser apenas o Executivo que vai dirigir uma proposta que foi realizada exclusivamente pelo Congresso Nacional.

Fiz questão de incluir na pauta das nossas discussões a adoção do Orçamento Impositivo, um objetivo a ser alcançado, se possível, ainda no presente ano.

O Orçamento tem que ser o retrato da Administração Pública. Tem que ser cumprido sem favorecimentos a quem quer que seja – como está sendo, infelizmente, agora cumprido. Assim, vão se evitar absurdos e, tenho certeza, os abusos proporcionados pela prática do contingenciamento e as liberações negociadas com ilicitudes.

Seria impossível, nesta hora, declinar todas as proposições e medidas adotadas no desenrolar da nossa gestão, mas todas estarão elencadas no Relatório Final da Presidência que V. Exªs vão receber agora e que será uma bússola para os Srs. Senadores.

Não posso deixar de realçar, entretanto, o êxito da CPI do Judiciário, criada por iniciativa minha, com debates muito acalorados contra ela. Quando todos viram os seus resultados foi cumprido o nosso papel, o Brasil todo aplaudiu. Foi realmente a Comissão Parlamentar de Inquérito que produziu e continua produzindo os melhores resultados no Senado, revelando fatos que não poderão ser renegados pelo Poder Judiciário no cumprimento dos seus deveres, maiores ainda do que os de qualquer outro Poder, quando se fala em defender a moralidade pública.

Esse êxito foi possível graças principalmente ao trabalho do Senador Paulo Souto, que, como Relator, foi coadjuvado por competentes funcionários desta Casa.

A missão constitucional do Congresso, e principalmente do Senado Federal, de fiscalizar a atuação dos demais Poderes da República, teve o seu ponto alto no desenrolar das atividades dessa CPI.

O trabalho Legislativo, voltado para a apuração de irregularidades e ilicitudes dos agentes públicos, estendeu-se além dos limites estipulados pela simples apresentação de um relatório final conclusivo. O Senado Federal tem feito cumprir a sua missão fiscalizadora na cobrança efetiva da ação dos demais órgãos responsáveis, tais como os Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Atendendo à vontade nacional, votamos, quase que por unanimidade, a extinção do cargo de juiz classista, na Justiça do Trabalho. Será necessário, entretanto, atenção para que, por intermédio de outros mecanismos não sejam criados sucedâneos de sistemas comprovadamente viciados.

Os méritos pelos avanços alcançados por esta Casa Legislativa, batendo todos os recordes de realizações em sua história, deverão ser atribuídos não apenas às figuras de seu Presidente e da Mesa Diretora, como também à eficiência e responsabilidade com que se houveram os nobres Pares nesse período de transformações significativas da atuação parlamentar, na condução dos destinos nacionais.

No plenário e nas comissões, todos fizeram ecoar, principalmente através dos veículos de comunicação social do Senado Federal, suas preocupações e o seu alerta sobre as necessidades do povo, da sociedade brasileira como um todo.

É indiscutível que houve um esforço permanente para redimensionar o prestígio do Poder Legislativo, mantendo-o vinculado a tudo quanto, em cada momento, representasse o próprio sentimento popular. E um dos requisitos fundamentais foi a fiel observância da transparência dos atos praticados, mostrando a realidade institucional dentro de sua precisa configuração, sem tangenciar aquelas medidas que merecem ressoar para o pleno conhecimento da opinião pública brasileira, que nem sempre recebe a notícia certa, a não ser pelos veículos de comunicação do Senado.

O tempo dirá, quanto mais distante ficam esses quatro anos, o quanto foram úteis ao Legislativo brasileiro.

O Poder Executivo alcançou grandes êxitos em vários setores, principalmente mediante as reformas que implantou, e teve a sua atuação efetiva a partir do processo de negociação política, iniciado e implementado pelo saudoso Deputado Luís Eduardo Magalhães, incansável batalhador pelas reformas propostas pelo Governo Fernando Henrique e aperfeiçoadas, todas elas, pelo Congresso Nacional. Os resultados, embora não sentidos ainda, como é natural, por toda a população, já são percebidos na melhoria de nossa economia.

Portanto, o Governo Fernando Henrique tem do que se gabar, mas, nem por isso, a minha fala o exime das falhas que ocorreram, mas creio que elas poderão ser sanadas, porque são, sobretudos, falhas em ministérios que não atentam bem para a moralidade pública.

Quero repartir com os meus colegas da Mesa, sem exceção, mas especialmente com o 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, o êxito da nossa administração. Elevo as minhas homenagens e gratidão aos demais companheiros: Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente; Senador Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente; Senador Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Senador Nabor Júnior, 3º Secretário; Senador Casildo Maldaner, 4º Secretário; como também aos suplentes de Secretário, Senadores Eduardo Suplicy, Lúdio Coelho, Jonas Pinheiro e Marluce Pinto. Todos foram igualmente empenhados, nesses anos, de maneira despojada nos trabalhos aqui empreendidos pelo engrandecimento do Senado Federal.

É também do meu dever dirigir uma palavra de louvor ao excelente funcionalismo da Casa, formado por pessoas altamente competentes, que ajudam os Srs. Senadores no trabalho legislativo que produzem. Nesse caso, cumpre salientar o papel que desempenharam nesse período o Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva e o Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia.

Srªs e Srs. Senadores, esta é uma Casa política por excelência, onde se travam os debates mais acalorados e onde se luta para se prevalecer a moralidade pública. Não é só a produção legislativa; é também a qualidade da legislação. Por tudo isso é que o Senado, nesses quatro anos, a despeito de nem sempre ser compreendido pela mídia, teve um papel relevante no País e pôde apresentar um balanço de realizações poucas vezes visto nas duas Casas do Congresso Nacional.

Foram mais de duas mil medidas apreciadas pelo Senado, inclusive decisões de maior importância, incluindo-se o fortalecimento da cidadania, do regime democrático e o aumento da qualidade de vida da população. O Senado cresceu aos olhos de todos, obteve a maior projeção e sintonia com a sociedade e o seu complexo de comunicação social, formado pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado de Notícias, pelo Jornal do Senado, teve papel importante na divulgação das atividades de trabalho árduo e sério aqui desenvolvido. E graças, tudo isso, ao eficiente trabalho do seu diretor, o jornalista Fernando César Mesquita.

A moralidade imperou na administração criteriosa desta Casa. Não há um caso sequer que se possa apontar de irregularidade nos quatro anos em que dirigimos o Senado Federal. Desafio os Srs. Senadores, quaisquer que sejam e de quaisquer Partidos, a apontarem um só.

Da mesma forma foi conduzida a Presidência do Congresso Nacional, em que procurei atender a todas as reivindicações justas apresentadas pelo Poder Executivo.

E não poderia citar o Congresso Nacional sem me referir às calorosas manifestações de apoio recebidas dos seus Membros por ocasião da última sessão realizada na semana passada. Homenagens que credito à generosidade dos Srs. Congressistas – filiados a todos os Partidos políticos com assento nesta e na outra Casa – e que transfiro, nesta hora, aos Senadores que me apoiaram nesse período.

Aprovaram-se as propostas mais importantes do Governo Fernando Henrique. Entretanto, a subserviência não passou por esta Casa. Somos um Poder, e, como Poder, temos de ser considerados pelos outros

Poderes, para que se cumpram a independência e a harmonia tão desejadas pela própria Constituição.

Acredito que continuaremos assim. E eu, depois de honrado com a Presidência da Casa, como Senador da República, estarei – como sempre estive – alerta para a Administração Pública e da Casa, no sentido de que o Brasil ocupe posição entre as nações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, se não conseguir abolir, pelo menos diminua a triste sina que carrega, há tantos anos, quando se fala justamente em corrupção na Gestão Pública.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que o Poder Legislativo entregou à sociedade, é uma ferramenta básica para esse fim.

Srs. Senadores e amigos, Rui Barbosa, que honrou o Senado e que ilumina com a sua presença no Plenário, dá-nos, em toda a sua vida, exemplos flagrantes de como se pode, com autonomia, ajudar na consecução de objetivos maiores do Poder Executivo. Foi no espírito do grande civilista que absorvi os princípios sacrossantos que todo homem público tem a obrigação de conhecer e defender.

Em relação ao Brasil, permito-me firmar alguns pontos cimentados em conceitos inabaláveis. O Brasil não merece que seus governantes não tenham conhecimentos das graves irregularidades que infelizmente ocorrem, beneficiando apaniguados alheios à moralidade do Governo. A honra do Poder Executivo não pode ser posta em dúvida pelos que, por uma questão de confiança do Governante, não seguem a sua tradição de honradez.

O Brasil não merece um Judiciário sujeito à corrupção, vulnerável às vaidades pessoais e à busca de vantagens e galardões que conspurcam o seu exercício. Luto por um Poder Judiciário independente, de homens probos e constituído de Magistrados voltados sempre para a aplicação limpa da Justiça, que alcance igualmente grandes e pequenos, necessitados e abastados.

A Justiça demorada e tardia – já proclamava o grande baiano – "é uma injustiça".

O Brasil não merece um Legislativo aberto a corrupção, a cartas de intenção de compra e venda no mercado de vaidades, balcão de negociatas eivado de oportunismo e exposto a política pessoal e a defesa de interesses individuais nos dedos dos vendilhões que não honram o mandato recebido pelo povo.

O Congresso Nacional é o nervo exposto dos sentimentos e esperança do povo e do eleitorado que o elegeu, na confiança de ser correspondido e atendido nas suas necessidades.

Legislativo é a expressão mais alta do exercício da política.

O Brasil e o Senado Federal não merecem trilhar caminhos de penumbra conduzidos por aqueles que não são acreditados pela sociedade.

Sr.ªs e Srs. Senadores, saio feliz pela consciência do dever cumprido. Saio feliz pelo apoio que obtive de meus colegas todos os anos em que presidi a Casa. Não tenho, é claro, a unanimidade, e me gabo de não tê-la, até porque, se assim fosse, provavelmente não teria bem cumprido os meus deveres.

Encerramos este período de quatro anos à frente da Mesa do Senado Federal plenamente convencido de que ajudamos a escrever, de fato, uma página importante na História do Brasil, que será lida, no futuro, pelas novas gerações, para grande orgulho do nosso Parlamento.

No exercício do mandato que ora se encerra, sei que contei com as preces dos homens e das mulheres da Bahia, que, como sempre, rezam para o êxito do meu destino, que, mais do que nunca, se confunde com o da minha terra.

Permitam-me, pois, os meus ilustres Colegas, que as últimas palavras dessa oração se voltem para a minha Bahia e para o seu Governador aqui presente, a Bahia que é a razão da minha vida e que me deu todas as oportunidades para servi-la e, por extensão, ao País.

À minha terra e ao meu povo, quero afirmar que não desonrei o seu nome no exercício do mandato que meus Pares me confiaram. Ao contrário, sempre inspirado na Bahia e recebendo as bênçãos do Nosso Senhor do Bonfim, que iluminou e ilumina o meu caminho, servi na Presidência do Senado com a mesma dignidade e honradez com que tenho pautado minha conduta na defesa única e exclusiva dos interesses da Bahia e do Brasil!

Muito obrigado a V. Exªs. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Convido S. Exª, o Senador Jader Barbalho, a assumir a Presidência do Senado do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero registrar, inicialmente, que entendo a função de presidir o Senado Federal como um ato de exercício democrático. Isso quer dizer que nesta Casa somos Pares; logo, o seu Presidente deve ter como norte a responsabilidade compartilhada.

Penso que a discrição e a austeridade são imprescindíveis, não só à boa administração, mas, sobretudo, nas relações entre os Poderes da República.

A confiança nos Poderes Constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – é, com certeza, o primeiro passo da governabilidade do País. Por isso mesmo, estou determinado a evitar que se lance o Senado da República na torrente da agitação política pura e simples. É necessário haver equilíbrio. O Parlamento é o lugar da negociação e do diálogo permanente. Há que se conciliar a ênfase na defesa de determinadas posições com a manutenção de um clima de respeito e de cordialidade.

É forçoso reconhecer que as eleições que me conduziram à Presidência desta Casa ocorreram em clima atípico, que acabaram por abalar fortemente a sua própria imagem.

A hora é, portanto, de elevar o conceito de respeito do Senado Federal. Há que se restabelecer, também, o clima de cordialidade que sempre reinou na história do Senado entre os Senadores e entre eles e o corpo funcional da Instituição. As divergências devem ficar para trás, fazendo parte de um passado que nenhum de nós deve desejar.

É tempo, também, de reconstrução política, de busca de tranqüilidade, decisiva no passado recente para que o País enfrentasse as crises econômicas, e que repousou, principalmente, no equilíbrio entre os Poderes.

Hoje não sou mais Presidente de um partido político ou seu Líder no Senado Federal. Sou Presidente da Casa e minha atuação deve pairar acima de eventuais disputas partidárias, para que os trabalhos sejam desenvolvidos de forma acelerada e eficiente. É indispensável que o entendimento entre os diferentes Partidos que têm assento no Senado se faça de forma elevada, tomando em consideração os superiores interesses da Nação.

No momento em que o País dá evidentes sinais de vitalidade econômica, sendo apontado como um dos melhores locais para investimentos no mundo globalizado, é necessário que o Senado continue a fazer a sua parte, colaborando para uma agenda de solidariedade social e competitividade econômica, a fim de que os ganhos alcançados tenham a participação do povo.

Por outro lado, considero imprescindível a discussão e a votação da Reforma Tributária, da Reforma Política e da Reforma do Judiciário. Quanto à primeira, não há mais como adiá-la. A discussão sobre ela está exaurida. Os caminhos estão claros. Os estudos já efetuados nas duas Casas do Congresso, com a inestimável ajuda da sociedade brasileira, esgotaram a matéria, que está pronta para ser votada. Agora, é necessária apenas a vontade política para que ela se torne realidade, libertando a nossa produção das amarras que a impedem de crescer, permitindo que as empresas gerem os empregos necessários e as riquezas que irão resgatar a imensa dívida social que todos nós temos com o povo brasileiro.

Quanto à Reforma Política, considero que será uma grande contribuição não só para a melhoria da imagem da classe política, mas também para a atividade partidária, que ganhará em eficiência e legitimidade. Há assuntos para os quais a sociedade exige transparência, como o financiamento das campanhas políticas, as coligações em eleições e a fidelidade partidária, cujas definições irão aprimorar o processo democrático no Brasil. O Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB, já encaminhou relatório com inestimável contribuição à discussão do assunto; e o PFL, por intermédio do ilustre Senador Jorge Bornhausen e do nobre Vice-Presidente da República, Marco Maciel, vem conduzindo negociações com todas as forças políticas, incluindo a Oposição.

Quanto à Reforma do Judiciário, ela é urgente, para que todos possamos usufruir de uma justiça eficiente e rápida. É necessário reconhecer que a culpa do que ocorre não cabe aos juízes, mas sim à processualística, que permite que os processos se perpetuem em suas mesas, com a inesgotável possibilidade de recursos, a maioria deles única e exclusivamente com o fim protelatório.

O Congresso Nacional pode em muito modernizar a Justiça brasileira, se for capaz de modificar a legislação processual, que permite a protelação. A justiça deve ser feita no Brasil e, como prestadora de serviço, efetivamente atender aos seus usuários.

Quanto às medidas provisórias, nossa Casa já realizou brilhante trabalho – relatado com mestria pelo Senador José Fogaça –, que está para ser votado na Câmara dos Deputados, com a brevidade requerida pela sociedade brasileira.

Como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, tudo farei para manter um bom entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que conseguiremos, no mais breve espaço de tempo, fazer com que a elaboração legislativa seja feita pelo Poder Legislativo, até com relação às medidas provisórias. (Aplausos.)

Agradeço, do fundo do coração, aos meus companheiros do PMDB, que cerraram fileiras ao meu lado. Sem eles, certamente, não estaria ocupando este lugar. Agradeço também aos companheiros do PSDB e de outros Partidos que se juntaram a nós, dando-me um inesquecível crédito de confiança.

O Regimento do Senado prevê apenas a maioria simples para a escolha do seu Presidente. E senti muita emoção, alegria e orgulho, porque, como político, sou julgado, acima de tudo, por aqueles que convivem comigo nestes seis anos; e quem me julgou, nesta tarde, foi a maioria absoluta do Senado, a quem sou penhoradamente grato. (Aplausos.)

Aos meus eventuais concorrentes, Senadores Jefferson Péres e Arlindo Porto, meu reconhecimento pela conduta lhana, exemplar, cordial, fazendo com que a disputa tivesse um momento mais nobre que os períodos que, lamentavelmente, a antecederam. Convido S. Exªs e todos os Senadores da Casa para me ajudarem na difícil tarefa que me cabe a partir de hoje: de cumprir o honroso trabalho de presidir o Senado Federal.

Que Deus proteja o Senado e o Brasil.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

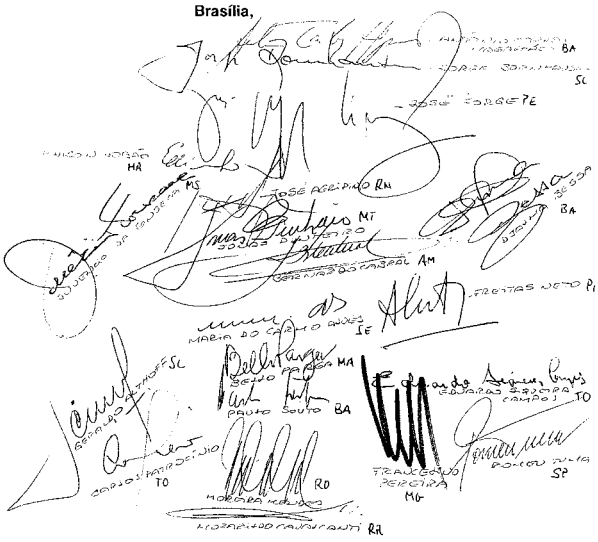
OF, LPFL. S/Nº

Brasília, de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Os abaixo-assinados, integrantes do Partido da Frente Liberal-PFL, do Senado Federal, nos termos do § 6º do Art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, indicam o Senador **HUGO NAPOLEÃO** para exercer as funções de Líder do Partido.

Brasília,



OF. Nº /LPSDB

Brasília, de de 2001

À publicação
em 14-2-2001

Exmº
Senador **Jader Barbalho**
DD. Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a V. Exª para comunicar que os membros do PSDB, com assento nesta Casa, decidiram reconduzir o Senador Sérgio Machado para o cargo de Líder da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira no biênio 2001/02.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Senador **Alvaro Dias** – Senador **Luiz Pontes** – Senador **Antero Barros** – Senador **Ricardo Santos** – Senador **Osmar Dias** – Senador **Geraldo Melo** – Senador **Pedro Piva** – Senador **José Roberto Arruda** – Senador **Romero Jucá** – Senador **Lúcio Alcântara** – Senador **Teotônio Vilela** – Senador **Lúcio Coelho** – Senador **Sérgio Machado**.

Brasília, 13 de fevereiro de 2001.

À publicação
em 14-2-2001

Emº Senhor
Presidente da Mesa Diretora
Senado Federal

Senhor Presidente,

O Partido Socialista Brasileiro – PSB, comunica, por meio de seus membros, que a partir desta data assume a liderança o Exmº Sr. Senador Ademir Andrade. – Senador **Ademir Andrade** – Senador **Roberto Saturnino Braga** – Senador **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência, de acordo com as Lideranças, convoca as Srªs e os Srs. Senadores para a segunda reunião preparatória, a realizar-se hoje, neste plenário, às 20 horas, a fim de proceder-se à eleição e posse dos demais membros da Mesa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 7 minutos.)

Ata da 2ª Reunião Preparatória em 14 de fevereiro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Jader Barbalho

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Presentes 81 Srs. Senadores. Há número regimental.

Declaro aberta a segunda reunião preparatória da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Primeira Legislatura.

A Presidência comunica ao Plenário que a sessão solene do Congresso Nacional, destinada à instalação dos trabalhos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Primeira Legislatura, será realizada amanhã, às 15 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para dissertar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproximadamente sessenta Srªs e Srs. Senadores de todos os Partidos – e ainda está aberta a possibilidade de os demais assinarem –, inclusive os três Srs. Senadores que, hoje, disputaram a Presidência do Senado – V. Exª, Senador Jader Barbalho e os Senadores Jefferson Péres e Arlindo Porto – assinaram ofício que encaminho a V. Exª, a fim de que faça chegar à mão do Senhor Presidente da República. O referido ofício está vazado nos seguintes termos:

> Senhor Fernando Henrique Cardoso,
>
> Sr. Presidente,
>
> As Srªs e os Srs. Senadores da República Federativa do Brasil vêm convidar Vossa Excelência para comparecer perante o Congresso Nacional, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, para apresentar sua mensagem e seu plano de Governo, quando poderá expor a situação do País e as metas que espera possam ser atingidas.
>
> Atualmente, o Chefe da Casa Civil traz a mensagem ao Parlamento e ela é lida pelo 1º Secretário da Câmara dos Deputados, sem que haja uma interação maior entre o Presidente e os Parlamentares.
>
> Seria importante que, como autor da mensagem, e a exemplo do que fez o Presidente José Sarney, em 15 de fevereiro de 1990, e como acontece em vários países, Vossa Excelência comparecesse ao Congresso Nacional e expressasse, de viva voz, seu plano de Governo.
>
> Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.
>
> Apuseram aqui suas assinaturas Senadores de todos os Partidos.

Gostaria de assinalar, Sr. Presidente, que alguns poderiam pensar que essa prática costuma ser adotada apenas em países parlamentaristas, como a Inglaterra, onde o Primeiro-Ministro comparece toda semana, às quartas-feiras, para dialogar, por meia hora, com os Srs. Congressistas. Na verdade, tal prática é de enorme importância nos próprios regimes presidencialistas, a exemplo do que ocorre com a tradicional e importante presença do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte quando S. Exª lê o **Estado da Nação**, a sua mensagem, aos americanos, com enorme repercussão em todos os meios de comunicação.

Gostaria de assinalar que dialoguei, há mais de ano, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito dessa proposição, que, inclusive, é objeto de proposta de emenda à Constituição sob exame do Senado, já com parecer favorável do Senador Sérgio Machado, e Sua Excelência, na oportunidade em que apresentei-lhe a idéia, disse-me que teria muita satisfação em comparecer pessoalmente ao Congresso para fazer a leitura de sua própria mensagem.

Assim, Sr. Presidente, encaminho o presente ofício a V. Exª para que o faça chegar ao Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.**O SR. PRESIDENTE** (Jader Barbalho) – Faremos o encaminhamento do expediente referido ao Chefe do Poder Executivo.

É o seguinte o ofício recebido:

SENADO FEDERAL
Gab Sen Eduardo Suplicy

Ofício n.º 00060/2001 Brasília, 14 de Fevereiro de 2001.

Senhor **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**,

Sr. Presidente,

As Senhoras e os Senhores Senadores da República Federativa do Brasil vêm convidar Vossa Excelência para comparecer perante ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, para apresentar vossa mensagem e vosso plano de governo, quando poderá expor a situação do País e as metas que espera possam ser atingidas.

Atualmente, o Chefe da Casa Civil traz a mensagem ao Parlamento e ela é lida pelo 1º Secretário da Câmara dos Deputados, sem que haja uma interação maior entre o Presidente e os Parlamentares.

Seria importante que, como autor da mensagem, e a exemplo do que fez o Presidente José Sarney, em 15 de fevereiro de 1990, e como acontece em vários países, Vossa Excelência comparecesse ao Congresso Nacional e expressasse, de viva voz, vosso plano de governo.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
PRESIDENTE
PALACIO DO PLANALTO
70000-000 BRASILIA - DF

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A presente reunião destina-se à eleição e posse do Primeiro e do Segundo Vice-Presidentes, do Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Secretários, bem como dos Suplentes de Secretários, que comporão a Mesa do Senado Federal durante o biênio 2001/2002.

De acordo com o disposto no art. 60 do Regimento Interno, a eleição se fará por escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição da Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em reunião com a participação de todos os Líderes dos Partidos com assento nesta Casa, foi acordada a seguinte chapa única para a ocupação dos cargos restantes da Mesa: 1º Vice-Presidente, Senador Edison Lobão; 2º Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; 1º Secretário, Senador Carlos Wilson; 2º Secretário, Senador Antero Paes de Barros; 3º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima; 4º Secretário, Senador Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: 1º Suplente, Senador Alberto Silva; 2ª Suplente, Senadora Marluce Pinto; 3ª Suplente, Senadora Maria do Carmo; 4º Suplente, Senador Nilo Teixeira.

Foi acordado também entre as Lideranças, para ajudar os trabalhos da Presidência, que, como se trata de chapa única, a votação pudesse ser única e por meio do painel eletrônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Tendo havido acordo entre as Lideranças, a Presidência propõe ao Plenário fazer uma única votação pelo sistema eletrônico para os cargos de 1º e 2º Vice-Presidentes, de 1º a 4º Secretários e de 1º a 4º Suplentes de Secretário, cujos nomes são os seguintes: 1º Vice-Presidente, Senador Edison Lobão; 2º Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; 1º Secretário, Senador Carlos Wilson; 2º Secretário, Senador Antero Paes de Barros; 3º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima; 4º Secretário, Senador Mozarildo Cavalcanti. Suplentes: 1º Suplente, Senador Alberto Silva; 2ª Suplente, Senadora Marluce Pinto; 3ª Suplente, Maria do Carmo Alves, 4º Suplente, Senador Nilo Teixeira Campos.

Não havendo objeção do Plenário e com o acordo de Lideranças, submeterei a chapa única à votação pelo painel eletrônico.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário para a votação.

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

ELEIÇÃO DO 1º E 2º VICE-PRESIDENTES, 1º A 4º SECRETÁRIOS E 1º A 4 º SUPLENTES

EM CHAPA ÚNICA

Nº Sessão: 2 Nº vot.: 1 Data Início: 14/02/2001 Hora Início: 22:00:35
Sessão Data: 14/02/2001 Hora: 20:00 Data Fim: 14/02/2001 Hora Fim: 22:09:21

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou
BLOCO	PE	CARLOS WILSON	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PPB	RO	FERNANDO MATUSALÉM	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou
PFL	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PSDB	RJ	NILO TEIXEIRA CAMPOS	Votou
PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
BLOCO	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PSDB	CE	SERGIO MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
BLOCO	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou

Presid.: **JADER BARBALHO**
1º Secr.:
2º Secr.:
3º Secr.:
4º Secr.:

Operador: **HÉLIO F. LIMA**

Votos SIM: 73

Votos NÃO: 1

Votos ABST: 1

Total: 75

Emissão em 14/02/2001 - 22:09:23

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Votaram SIM 73 Srs. Senadores; e NÃO 1 .

Houve 1 abstenção.

Total de votos: 75.

Declaro eleitos e empossados os Senadores anteriormente mencionados.

É a seguinte a composição da Mesa Diretora do Senado Federal para biênio 2001/2002.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Jader Barbalho - PMDB-PA	**3º Secretário** Ronaldo Cunha Lima - PMDB-PB
1º Vice-Presidente Edison Lobão - PFL-MA	**4º Secretário** Mozarildo Cavalcanti - PFL-RR
2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares - PSB-SE	**Suplentes de Secretário** 1º - Alberto Silva - PMDB-PI 2º - Marluce Pinto - PMDB-RR
1º Secretário Carlos Wilson - PPS-PE	3º - Maria do Carmo Alves - PFL-SE 4º - Nilo Teixeira Campos - PSDB-RJ
2º Secretário Anteró Paes de Barros - PSDB-MT	

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 27/GSSR/01

Brasília, 14 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, desejamos comunicar a V. Exª, que em reunião da bancada do Partido Democrático Trabalhista, realizada em 14 de fevereiro de 2001, composta pelos senadores seguintes: Senador Jefferson Péres, Senadora Emilia Fernandes e Senador Sebastião Rocha, foi reconduzido à condição de Líder do Partido Democrático Trabalhista, no Senado Federal, o Senador Sebastião Rocha, PDT – AP.

Aproveito a ocasião para externar meus sinceros votos de apreço, amizade e consideração. – Senador **Sebastião Rocha –** Senadora **Emilia Fernandes –** Senador **Jefferson Péres.**

SENADO FEDERAL
LIDERANÇA DO PT

Ofício nº 13/2001 - GLDPT

Brasília, 14 de fevereiro de 2000.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 62 do Regimento Interno, indicamos o Senhor Senador José Eduardo Dutra para ocupar a Liderança do Bloco Parlamentar de Oposição, a partir da presente data.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Exmº Sr.
Senador Jader Barbalho
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lida a seguinte:

Brasilia,14 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Jáder Barbalho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 39, alínea **b,** do Regimento Interno do Senado Federal, meu afastamento do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte a fim de, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, assumir o cargo

de Ministro de Estado da Integração Nacional, no próximo dia 15 de fevereiro.

Atenciosas saudações, Senador **Fernando Bezerra.**

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Convido para tomar assento à Mesa os Secretários que acabam de ser empossados: os Srs. Senadores Carlos Wilson, Antero Paes de Barros, Ronaldo Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência renova a comunicação ao Plenário de que a sessão solene do Congresso Nacional, destinada à instalação dos trabalhos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Qüinquagésima Primeira Legislatura será realizada amanhã, dia 15, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

A Presidência convida, ainda, os Srs. Líderes para uma reunião a realizar-se na próxima terça-feira, após a Ordem do Dia, no gabinete da Presidência, para tratar da composição das Comissões Permanentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 22 horas 13 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas durante a 4ª Sessão Legislativa Extraordinária 51ª Legislatura

(29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Presidente da República.....2

Total.....2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal que trata dos crimes contra a administração pública.

Sessão: 8-2-2001

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social).

Sessão: 13-2-2001

MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR

De iniciativa do Presidente da República..... 1

Total.....1

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1996 (nº 724/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

(Retirado nos termos da Mensagem nº 87, de 2001)

Sessão: 8-2-2001

CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADES

De iniciativa do Senado Federal.....2

Total.....2

Requerimento nº 6, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que solicita a convocação do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, para, perante o Plenário do Senado, prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

Sessão: 6-2-2001

Requerimento nº 7, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que solicita a convocação do Senhor Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional.

Sessão: 6-2-2001

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....5

Total.....5

Requerimento nº 1, de 2001, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Alencar, Arlindo Porto e Francelino Pereira, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Vivaldi Moreira, ocorrido no dia 26 de janeiro de 2001, em Belo Horizonte (MG).

Sessão: 30-1-01

Requerimento nº 3, de 2001, do Senador Nabor Júnior, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito Municipal da cidade de Senador Guiomard, no Estado do Acre, Sr. Manoel Gomes Socorro da Silva, ocorrido no dia 31 de janeiro de 2001.

Sessão: 2-2-01

Requerimento nº 4, de 2001, do Senador Sebastião Rocha, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Tartarugalzinho, no Estado do Amapá, Sr. Adelino Gurjão, ocorrido no dia 20 de janeiro de 2001.

Sessão: 2-2-01

Requerimento nº 10, de 2001, do Senador Sebastião Rocha, solicitando Votos de Pesar pelo falecimento do cientista político, escritor e filósofo amapaense, Osvaldino Raiol, ocorrido em 1º-2-01.

Sessão: 8-2-01

Requerimento nº 13, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar com inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista, advogado e ex-dirigente do PSB-CE, ocorrido em 12-2-01, Sr. José Rosa de Oliveira Neto.

Sessão: 13-2-01

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001)

Não deliberativas.....6
Deliberativas ordinárias.....2
Total.....8

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001)

MATÉRIAS APROVADAS.....4

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....2
• De iniciativa do Presidente da República.....2
Convocação de Autoridades 2

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO.....1
Matéria retirada pelo autor.....1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS.....5

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of/011/2000-SGM	Diretora da Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal.	Encaminha um exemplar do relatório do Seminário Internacional sobre Segurança e Eficiência de Sistemas Financeiros, promovido pelo Banco Central do Brasil.
Of/015/2001-SGM	Meritíssimo Juiz de Direito Marcos Alexandre Coelho Zilli.	Informa que em 27 de dezembro foi encaminhado ao Departamento de Inquéritos policiais 7,8 quilos de documentos.
Of/017/2001-SGM	Meritíssimo Juíz de Direito da Vara Cível da Comarca de Marialva-Fórum, Dr. Izaías Rogério Lorenzone.	Encaminha cópia do processado e folha de tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1992, que cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 23º Região da Justiça do trabalho e dá outras providências, que resultou na Lei nº 8.469, de 1992.
Of/018/2001-SGM	Drª. Valquíria Souza Teixeira de Andrade - Delegada da Polícia Federal.	Encaminha a cópia dos volumes V e VI da Representação nº 2, de 1999, apresentados para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão.
Of/083/2001-SGM	Drª. Marília de Campos Souza - Procuradora de Justiça do Estado da Bahia.	Informa que a documentação protocolada perante a CPI do Judiciário, sob o nº 000852-95 foi encaminhada a essa procuradoria em 29/12/2000, conforme comprovante em anexo.

CONGRESSO NACIONAL - 2001

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 29 DE JANEIRO A 14 DE FEVEREIRO

(Convocação Extraordinária – Período 29-01 a 14-02-2001)

PLVs – sancionados..... 03
MPVs – promulgadas..... 23
MPV – rejeitada..... 01
PDN – promulgado..... 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Janeiro	36/2001-CN (nº 76/2001, na origem)	**MP nº 2.096-89,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.	31-01-2001 às 15 horas	Lei nº 10.179, de 6-2-2001 (DO 7-2-2001)
Janeiro	56/2001-CN (nº 92/2001, na origem)	**MP nº 2.112-88,** Publ. no D.O. de 27-1-2001-Ed. Extra	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	31-01-2001 às 15 horas	Lei nº 10.180, de 6-2-2001 (DO 7-2-2001)
Janeiro	20/2001-CN (nº 60/2001, na origem)	**MP nº 2.079-77,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	31-01-2001 às 15 horas	Rejeitada. Ao Arquivo.
Fevereiro	58/2001-CN (nº 93/2001, na origem)	**MP nº 2.114-75,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.199, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	16/2001-CN (nº 56/2001, na origem)	**MP nº 2.074-73,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.192, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)

Fevereiro	55/2001-CN (nº 91/2001, na origem)	**MP nº 2.111-49,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.184, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)
Fevereiro	54/2001-CN (nº 90/2001, na origem)	**MP nº 2.110-40,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.198, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	19/2001-CN (nº 59/2001, na origem)	**MP nº 2.078-36,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.193, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	5/2001-CN (nº 45/2001, na origem)	**MP nº 2.053-35,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Aprovado o PLV nº 1/2001. À sanção
Fevereiro	11/2001-CN (nº 51/2001, na origem)	**MP nº 2.069-31,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.190, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	12/2001-CN (nº 52/2001, na origem)	**MP nº 2.070-28,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.191, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	9/2001-CN (nº 49/2001, na origem)	**MP nº 2.067-26,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.181, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)

Fevereiro	77/2001-CN (nº 106/2001, na origem)	**MP nº 2.135-24,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.188, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)
Fevereiro	30/2001-CN (nº 70/2001, na origem)	**MP nº 2.090-18,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.183, de 12-2-2001 (DO 14-2-2001)
Fevereiro	68/2001-CN (nº 99/2001, na origem)	**MP nº 2.124-18,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.186, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)
Fevereiro	69/2001-CN (nº 100/2001, na origem)	**MP nº 2.125-12,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.187, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)
Fevereiro	50/2001-CN (nº 86/2001, na origem)	**MP nº 2.106-11,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.197, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)

Fevereiro	64/2001-CN (nº 97/2001, na origem)	**MP nº 2.120-9,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.201, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	6/2001-CN (nº 46/2001, na origem)	**MP nº 2.061-4,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.189, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	66/2001-CN (nº 98/2001, na origem)	**MP nº 2.122-2,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.185, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)
Fevereiro	23/2001-CN (nº 63/2001, na origem)	**MP nº 2.082-40,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.194, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	10/2001-CN (nº 50/2001, na origem)	**MP nº 2.068-38,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.182, de 12-2-2001 (DOU-E 14-2-2001)
Fevereiro	37/2001-CN (nº 77/2001, na origem)	**MP nº 2.098-25,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.195, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)

Fevereiro	49/2001-CN (nº 85/2001, na origem)	**MP nº 2.105-15,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.196, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	71/2001-CN (nº 102/2001, na origem)	**MP nº 2.127-6,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.	07-02-2001 às 11 horas	Aprovado o PLV nº 2/2001. À sanção.
Fevereiro	8/2001-CN (nº 48/2001, na origem)	**MP nº 2.066-23,** Publ. no D.O. de 26-1-2001	Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Aprovado o PLV nº 3/2001. À sanção.
Fevereiro	61/2001-CN (nº 95/2001, na origem)	**MP nº 2.117-14,** Publ. no D.O. de 27-1-2001 (Ed. Extra)	Acresce e altera dispositivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	07-02-2001 às 11 horas	Lei nº 10.200, de 14-2-2001 (DOU-E 16-2-2001)
Fevereiro	Autor: Dep. Aloizio Mercadante e outros senhores congressistas	**PDN nº 1/2001**	Susta a tramitação congressual dos acordos bilaterais firmados entre Brasil e Canadá.	07-02-2001 às 11 horas	Decreto Legislativo nº 1/2001-CN (Public. no DOU-E de 8-2-2001)

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 29 DE JANEIRO A 14 DE FEVEREIRO 2001

PLVs – sancionados.....	03
MPVs - promulgadas.....	23
MPV – rejeitada.....	01
PDN - promulgado.....	01
Total de matérias apreciadas.....	28

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 43/2001-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, fragmento das notas taquigráficas da Sessão Conjunta realizada no último dia 14-12-2000, no Plenário da Câmara dos Deputados, onde consta questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Arthur Virgílio, e respondida por esta Presidência, quando da apreciação da MP nº 2.035-27, de 23-11-2000, convertida no PLV nº 8/2000.

Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência (OCFEPNI)

(art. 6º da Lei nº 9.883, de 7-12-1999)

Presidente: Senador José Sarney

DEPUTADOS
Líder da Maioria (Bloco PSDB/PTB) - Deputado Aécio Neves
Líder da Minoria (PT) - Deputado Aloizio Mercadante
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB)

SENADORES
Líder da Maioria (PMDB) – Senador Jader Barbalho
Líder da Minoria (Bloco PT/PDT) Senadora Heloísa Helena
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador José Sarney (PMDB)

Instalado em 21-11-2000 (SF)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares	UF/Ramal	Suplentes	UF/Ramal
PMDB			
1. Casildo Maldaner (1)	SC/2141	1. Mariuce Pinto	RR/1301
2. Ramez Tebet	MS/2221	2. Gerson Camata	ES/3203
3. Nabor Júnior	AC/1478	3. Jader Barbalho	PA/2441
4. Ney Suassuna	PB/4345	4. Renan Calheiros	AL/2261
5. Amir Lando	RO/3130	5. Carlos Bezerra	MT/2291
PFL			
1. Geraldo Althoff	SC/2041	1. José Agripino	RN/2361
2. Francelino Pereira	MG/2411	2. Carlos Patrocínio	TO/4058
3. Paulo Souto	BA/3173	3. Djalma Bessa	BA/2211
4. Juvêncio da Fonseca	MS/1128	4. Freitas Neto	PI/2131
PSDB			
1. Lúcio Alcântara	CE/2301	1. Antero Paes de Barros	MT/1246
2. Osmar Dias	PR/2124	2. Ricardo Santos	ES/2022
3. José Roberto Arruda	DF/2014	3. Romero Jucá	RR/2111
Bloco de Oposição			
1. Lauro Campos	DF/2341 (PT)	1. José Eduardo Dutra	SE/2391 (PT)
2. Heloísa Helena	AL/3197 (PT)	2. Marina Silva (2)	AC/2183 (PT)
3. Jefferson Peres	AM/2061 (PDT)	3. Roberto Saturnino	RJ/4229 (PSB)

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.
(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.
(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265

SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES –PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	CARLOS WILSON–PPS (1)	PE	2451/2457
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em : 08/03/2001

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA			7. VAGO		
CAMPOS	TO	4070/4071	8. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA – PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE–PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES – PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Quartas–feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em: 08/02/2001

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
BLOCO (1) PPS/PDT/PT/PV	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB		
	VAGO (2)	
	MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL		
	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
	DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB		
	ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO PT/PDT/PSB		
	SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB		
	LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM 22/11/2000

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63
PSDB	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PV)	
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB	
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PV)	
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)
Secretário: Altair Gonçalves Soares
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em : 08/02/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB - 3	
PFL - 2	
PSDB - 1	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PV) - 1	

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311-4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- *Retirada as indicações pelas Lideranças*
- *em 6 e 13.9.2000.*

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8.	ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071	6.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES,	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	2.	OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3.	PAULO HARTUNG (PPS)	ES	1031/1231
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2.	ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5.	JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1.	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças–feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizada em 08/02/2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSICIONISTA (PDT-PT)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES – PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 3[illegible]0/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES			
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)			
ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em 06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7.	VAGO		
VAGO			8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1.	JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6.	FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	CARLOS WILSON (PPS)	PE	2451/2457
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES–PSB (1)	SE	2201/2207	1.	EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Atualizada em 08/02/2001

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062				
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346				
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195				

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057				
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237				
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255				

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117				

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PV)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3216	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	2.	ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES – PDT	AM	2061/2067				

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.
(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários.

Atualizada em :06/10/2000

II – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA (ART. 58, CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

[redacted]

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http//www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas) e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

Í N D I C E O N O M Á S T I C O

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 1ª À 8ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª À 2ª REUNIÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
DE 30 DE JANEIRO A 14 DE FEVEREIRO DE 2001

V.25 Nº 01

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ADEMIR ANDRADE

Protestos contra o atraso imposto pelo Governo Federal na construção das eclusas de Tucuruí, obras fundamentais para hidrovia Araguaia-Tocantins. 067

Requerimento nº 5, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. 074

Considerações sobre o Movimento dos Focolares, da 1ª Conferência Juvenil para o Futuro realizada no Japão. 207

Preocupação com a dengue na região de Tucuruí – PA. 268

Críticas à decisão do Governo Federal devido ao interesse de privatização da Eletronorte, conseqüentemente, a Hidrelétrica de Tucuruí. 268

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

Requerimento nº 1, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Vivaldi Moreira, ocorrido no último dia 26 do corrente, em Belo Horizonte/MG. 024

Censura pública ao Procurador Geral da União, Sr. Geraldo Brindeiro, acerca de ausência de resposta ao Poder Legislativo e de providências referentes a documentos enviados pelo Conselho de Ética do Senado Federal relativos aos Srs. Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. 133

Agradecimentos aos Senadores Carlos Patrocínio e Geraldo Melo, como integrantes da Mesa durante o período em que exerceu a Presidência do Senado Federal. 312

Desmentido à notícia veiculada na imprensa sobre supostos entendimentos seus com senadores da oposição visando sua sucessão. 348

Resposta ao Sr. Eduardo Suplicy, destacando sua exemplar atuação como parlamentar. 353

Discurso referente à sua despedida da Presidência da Casa. 372

ARLINDO PORTO

Homenagem de pesar pelo falecimento do presidente da Academia Mineira de Letras, Vivaldi Moreira. 049

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 367

BELLO PARGA

Aplauso à atuação do Governo no episódio relativo à edição da Medida Provisória nº 2.088-35, que prevê penalidades aos procuradores do Ministério Público Federal. 103

BERNARDO CABRAL

Parecer nº 1, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública. 059

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 363

CARLOS PATROCÍNIO

Considerações sobre o aumento da pobreza no País e no mundo, enaltecendo a importância do Fórum Social Mundial de Porto Alegre – RS. 089

Aplausos ao requerimento de iniciativa do Senador Paulo Hartung, que solicita a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial à carne bovina brasileira. 148

Defesa da aprovação de projeto de lei que flexibiliza a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para aquisição da casa própria por qualquer sistema financeiro habitacional. 148

Consolidação do Estado de Tocantins como a nova fronteira agrícola do País. 214

Parecer nº 3, de 2001 – Comissão Diretora, que dá Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998. 237

Realização do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins – PERTINS, que trouxe luz elétrica ao município de Mateiros, no Estado de Tocantins. 260

Defesa do fim do horário de verão, destacando como solução para a demanda de energia elétrica o uso alternativo da energia solar. 273

Aplausos pela reação da sociedade brasileira ao embargo comercial adotado pelo Canadá. 308

Comentários ao processo de eleição das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. 308

Congratulações com a atual Mesa Diretora do Senado Federal, da qual S. Ex.ª é segundo secretário, pela condução dos trabalhos nos últimos quatro anos. 308

Considerações sobre o processo de concentração fundiária no País. 379

CARLOS WILSON

Justificativas à apresentação de requerimento de informações ao Ministro dos Transportes sobre a privatização da ferrovia Transnordestina. 251

Requerimento nº 11, de 2001, solicitando ao Ministro dos Transportes as informações que menciona. 252

Repúdio à paralisação das obras do Programa Luz no Campo em Pernambuco. 274

Apelo aos órgãos competentes para esclarecimento sobre a não aplicação dos recursos liberados para a Companhia Elétrica de Pernambuco – CELP, no início do ano passado, para execução do programa. 274

CASILDO MALDANER

Parecer nº 4, de 2001, da Comissão Diretora do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 668, de 2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações objetivando esclarecer questões levantadas pelo Relatório da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações, referente ao período compreendido entre 10 de agosto de 1999 e 31 de março de 2000. 239

Necessidade de uma política de Defesa Civil para prevenir situações de inundações e desabamentos como ocorridos em 24 municípios catarinenses. 259

DJALMA BESSA

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 371

EDISON LOBÃO

Necessidade de uma política demográfica para evitar o inchaço dos grandes centros urbanos. 223

Requerimento nº 9, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. 236

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 365

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Exaltação das iniciativas do Governo do Estado do Tocantins na área educacional, com destaque para a implementação da Universidade Interativa e do Projeto de Educação Continuada. 054

Acelerado processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Tocantins, com destaque para preservação ambiental. 104

Preocupação de S. Ex.ª com o processo de adequação do Estado do Tocantins aos limites de gastos públicos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. 167

Referências às excepcionais condições de paisagem encontradas no Estado de Tocantins para realização de filmes. 211

Necessidade de apoio do governo federal ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. 211

Satisfação com a criação da FARMATINS – Fábrica de Medicamentos do Tocantins, uma iniciativa do governo daquele Estado no sentido de proporcionar à população de baixa renda medicamentos mais acessíveis. 258

Congratulações ao Governo do Tocantins, pela iniciativa de investir recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT na educação e qualificação profissional de quinze mil trabalhadores no Estado. 290

Cumprimentos à Prefeita de Palmas – TO, Sr.ª Nilmar Gavino Ruiz, pelo trabalho desenvolvido em prol da infância e juventude. 315

Registro da intenção da Agência Japonesa de Cooperação – JICA, de implantar um corredor ecológico no cerrado brasileiro. 372

EDUARDO SUPLICY

Congratulações ao Senador Júlio Eduardo pelo trabalho realizado durante o período em que substituiu a Senadora Marina Silva no Senado Federal. 145

Votos de plena recuperação ao cantor e compositor do conjunto Paralamas do Sucesso, Herbert Vianna, acidentado ontem no Rio de Janeiro. 153

Defesa da possibilidade da quebra administrativa do sigilo bancário. 165

Considerações sobre a regulamentação da tramitação de Requerimentos de informações pela Mesa Diretora. 165

Relatório da visita feita ontem, em São Paulo, ao Senador José Sarney, submetido a procedimento cirúrgico. 165

Sugestões aos candidatos à Presidência do Senado Federal. 169

Considerações sobre a necessidade de aumentar o crescimento econômico brasileiro. 169

Anúncio, pelo Presidente da República, de modificações no Programa de Bolsa Escola, na Lei nº 9.533, de 1997. 325

Defesa do adiamento da criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. 349

Apelo aos candidatos à Presidência do Senado Federal para que compareçam ao Plenário para expor suas propostas, a exemplo do que fez o Senador Jefferson Péres, candidato do Bloco de Oposição. 349

Elogios a atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães na presidência do Senado Federal. 349

Leitura do Ofício nº 60/2001, solicitando o comparecimento do Presidente da República, no Congresso Nacional, para esclarecimentos sobre o Plano de Governo de 2001. 399

EMÍLIA FERNANDES

Transcrição da Declaração Final do Fórum Parlamentar Mundial no contexto do Fórum Social Mundial, realizado recentemente em Porto Alegre/RS. 134

FRANCELINO PEREIRA

Homenagem de pesar pelo falecimento do escritor mineiro, Vivaldi Wenceslau Moreira. 011

Registro da realização da 4ª Mostra de Cinema de Tiradentes, entre os dias 19 e 28 de janeiro, naquela cidade histórica de Minas Gerais. 103

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 364

FREITAS NETO

Precariedade das rodovias brasileiras, em especial no Estado do Piauí. 093

Recebimento de expediente do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, acerca das providências para amenizar os problemas nas estradas federais. 093

GERALDO CÂNDIDO

Reflexão sobre as causas das tragédias ocorridas no estádio de São Januário, na queima de fogos e no estúdio do programa Xuxa Park, no Rio de Janeiro. 240

Preocupação com o surto de dengue averiguado no Estado. 240

Indignação com a impunidade em episódio que culminou com a morte de cadete em treinamento militar. 240

Preocupação com a iminência de uma epidemia de dengue na cidade do Rio de Janeiro. 348

Premência no cumprimento de decisão judicial que determina a reintegração dos mata-mosquistos, pela Fundação Nacional de Saúde. 348

GERALDO MELO

Requerimento nº 12, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. 288

Leviandade da retaliação comercial patrocinada pelo Canadá; lembrando que o Brasil pode questionar, sob o mesmo argumento de natureza sanitária, o trigo transgênico canadense. 300

Comentários sobre requerimento de informações encaminhado ao Ministro da Defesa, referente à participação da empresa Bombardier e suas subsidiárias no Projeto Sivam. 300

Preocupação com o processo de eleição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 300

Parecer nº 6, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000. 347

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 361

HELOÍSA HELENA

Saudação de despedida ao Senador Júlio Eduardo e de boas-vindas à Senadora Marina Silva. 251

Satisfação com a integração do Partido Popular Socialista ao Bloco de Oposição no Senado Federal. 307

Posicionamento contrário do Bloco de Oposição ao adiamento das eleições das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. 307

IRIS REZENDE

Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para cobrar explicações ao governo do Canadá sobre a proibição de importação de carne bovina brasileira. 227

JEFFERSON PÉRES

Formalização da candidatura de S. Ex.ª à Presidência do Congresso Nacional. 184

JOÃO ALBERTO SOUZA

Repúdio à contratação irregular de estagiários e aprendizes pelas empresas brasileiras, privando os do processo de aperfeiçoamento e qualificação da mão-de-obra e, ainda, de quaisquer direitos estabelecidos pela lei. 257

JOSÉ ALENCAR

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 370

JOSÉ EDUARDO DUTRA

Repercussão econômica para o Estado do Espírito Santo com a privatização da FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras. 244

Requerimento nº 13, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista, Advogado e ex-Dirigente do PSB, José Rosa de Oliveira Neto, do Estado de Sergipe, ocorrido em 12 do corrente. 325

JOSÉ FOGAÇA

Parecer nº 2, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (estabelecendo que a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração da Lei Orgânica da Seguridade Social ou do seu regulamento, incidirá nas penalidades nela previstas). 221

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 357

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Registro da ampliação do Programa Nacional de Bolsa-Escola, divulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. 299

Anúncio da apresentação de projeto de Resolução que institui o Prêmio João Calmon, destinado aos Prefeitos que conseguirem altos índices de freqüência escolar. 299

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por

ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 359

JÚLIO EDUARDO

Registro da viagem de S. Ex.ª em caravana pelo País, visando aferir o crescimento do Partido Verde no território nacional e destacando os trabalhos realizados pela comunidade ambientalista. 074

Elogios à candidatura do Senador Jefferson Péres à Presidência do Senado. 074

Balanço da atuação parlamentar de S. Ex.ª por ocasião de sua despedida do Senado Federal. 142

Transcrição do artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Jefferson Péres é perigoso. É um homem decente”. 145

JUVÊNCIO DA FONSECA

Saudações ao Senador Tasso Rosado. 054

Precariedade da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. 129

Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que dá autonomia administrativa e financeira às defensorias públicas. 130

LAURO CAMPOS

Críticas pelo desequilíbrio orçamentário dos países com regimes neoliberais, sustentando a impossibilidade do pagamento da dívida externa pelo Governo brasileiro. 283

Expectativas sobre o mandato do presidente norte-americano George W. Bush. 283

Elogios pela aprovação do projeto de lei que proíbe a publicidade de cigarro em locais públicos. 283

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 355

LEOMAR QUINTANILHA

Preocupação com os riscos da técnica da clonagem humana. 376

LÚCIO ALCÂNTARA

Elogios à atitude dos presidentes do Senado Federal e da Câmara

dos Deputados de incluir na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 472, de 1997, que regulamenta o uso de medidas provisórias pelo Presidente da República. 008

Expectativas de que a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca seja um instrumento benéfico para todos os países envolvidos, a propósito da reunião que terá o presidente George W. Bush com Fernando Henrique Cardoso para tratar do assunto. 066

Congratulações ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, pelos seus 22 anos de existência. 133

Justificativas à apresentação de requerimento de retirada de projeto de lei, de sua autoria, sobre a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando uniformizar mandatos dos dirigentes do Poder Judiciário com o exercício financeiro. 235

Regozijo pelo anúncio da ampliação do Programa de Renda Mínima vinculado à educação, a partir da utilização de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. 292

Requerimento Nº 14-A, de 2001, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000 – Complementar, que acrescenta dispositivo à Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro. 372

LUIZ PONTES

Satisfação com a conquista dos beneficiários do INSS, proporcionada com a sanção da Lei nº 10.099, de 2000, que dispensa da exigência de precatórios judiciários para recebimento de benefícios concedidos judicialmente no valor de até R$5.180,25. 254

MAGUITO VILELA

Justificativa à apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, que reduz o recesso parlamentar em 30 dias por ano. 210

Considerações sobre a restrição à carne bovina brasileira como retaliação originada por disputas comerciais na comunidade internacional. 247

Congratulações ao pronunciamento do Senador Iris Rezende, na presente sessão. 247

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 369

Comentários à intenção do Ministro dos Esportes Carlos Melles, em ampliar o prazo de adaptação dos clubes à Lei do Passe e do tempo mínimo de vigência do primeiro contrato. 377

Preocupação com as propostas de alterações na Lei do Esporte. 377

MARIA DO CARMO ALVES

Reflexão sobre o alijamento do Nordeste dos planos de desenvolvimento econômico, em prol da Região Centro Sul. 014

Preocupação de S. Ex. com a possível extinção da Sudene. 014

MAURO MIRANDA

Solidariedade aos trabalhadores autônomos transportadores de carga face ao aumento do ICMS sobre combustíveis adotado pelo governo do Estado de Goiás. 163

Defesa do aproveitamento racional do amianto. 225

Considerações sobre a inconveniência de lei sancionada pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, proibindo a fabricação, ingresso, comercialização e a estocagem dos produtos à base de amianto no Estado. 225

Premência na liberação de verbas destinadas à duplicação de Rodovias Federais no Estado de Goiás – BR 153, 365, 050 e 060. 314

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 368

MOREIRA MENDES

Aplauso à indicação do engenheiro Hamilton Nobre Casara para a presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. 027

MOZARILDO CAVALCANTI

Críticas a ação de algumas ONG, envolvidas em irregularidades na compra de terras indígenas no Estado de Roraima. 079

Cobrança da instalação da CPI das ONG. 079

Defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia, em contrapartida ao movimento de internacionalização daquela área. 162

Reflexões sobre o desenvolvimento racional da Amazônia. 319

NABOR JÚNIOR

Requerimento nº 3, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito Municipal da cidade de Senador Guiomard, no

Estado do Acre, Sr. Manoel Gomes Socorro da Silva, ocorrido na última quarta-feira. 072

NEY SUASSUNA

Registro da reunião da bancada do PMDB, que confirmou a unidade de seus membros na escolha do Senador Jader Barbalho para representar o partido na disputa pela presidência do Senado. 050

Relatório da viagem oficial de S. Ex.ª a Líbia. 050

Apelo ao Ministro do Planejamento para que repasse os recursos necessários a Sudene, possibilitando a distribuição de água às regiões atingidas pela seca. 338

Apoio à busca de uma solução definitiva para o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. 338

OSMAR DIAS

Requerimento nº 7, de 2001, solicitando a convocação do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional. 007

Satisfação com a inclusão na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional de projeto de lei, de sua autoria, que amplia de cinco para dez anos o período para redução dos índices do Fundo de Participação dos Municípios – FPM a serem transferidos para os municípios que tiveram sua população reduzida segundo o último censo. 043

Justificativa à apresentação de Requerimento de convocação dos Ministros Pratini de Moraes, da Agricultura, e Celso Lafer, das Relações Exteriores, para expor as providências adotadas pelo Brasil frente à proibição de importação de carne brasileira por parte dos países integrantes do Nafta. 159

Abordagem sobre o embargo do Canadá, Estados Unidos da América e México à importação de carne brasileira. 180

PAULO HARTUNG

Requerimento nº 6, de 2001, solicitando a convocação do Ministro das Relações Exteriores, para, perante o Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, bem como, sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação. 148

Satisfação com a indicação da Pastoral da Criança da CNBB, para receber o Prêmio Nobel da Paz. 154

Justificativa à apresentação de Requerimento de Convocação do Ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre o contencioso Brasil x Canadá. 173

Considerações sobre o conflito comercial entre Brasil e Canadá e a necessidade de reavaliação do Mercosul. 295

Expectativa quanto ao comparecimento a esta Casa do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Lafer. 295

Considerações sobre a próxima reunião do Comitê de Política Monetária – Copom, e a possibilidade de queda dos juros com retomada do crescimento econômico do País. 318

PEDRO PIVA

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 366

RAMEZ TEBET

Satisfação pela sanção da lei que trata dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro – Oeste. 034

Solicitação ao governo federal para exclusão do Estado de Mato Grosso do Sul como zona de risco de febre aftosa. 139

Homenagem ao jornal **Correio do Estado**, do Mato Grosso do Sul, pelo transcurso de seu 47º aniversário de fundação. 224

Alerta sobre a necessidade de criação de mecanismos de defesa dos interesses nacionais, por ocasião da retaliação comercial imposta à carne brasileira pelo Canadá. 303

Defesa de um projeto de desenvolvimento para o Pantanal mato-grossense. 303

Apelo ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que atenda às reivindicações dos Defensores Públicos daquele Estado. 339

RENAN CALHEIROS

Parabeniza os 40 anos da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, transcorrido no dia 25 de janeiro. 212

RICARDO SANTOS

Expectativas diante do Plano Plurianual de Educação, sancionado pela Presidente da República. 046

Análise da produção siderúrgica brasileira e das restrições norte-

americanas à importação do aço brasileiro. 252

ROBERTO FREIRE

Concordância com o teor do artigo da jornalista Dora Kramer, na coluna “Coisas da Política”, na edição de hoje, do **Jornal do Brasil**, no qual critica a utilização de grampo telefônico nas dependências do Congresso Nacional. 335

ROBERTO REQUIÃO

Denúncia grave de desvio de verbas por três administrações consecutivas de Maringá, Estado do Paraná. 024

Requerimento nº 2, de 2001, solicitando providências para identificação do beneficiário de cheque emitido pela Prefeitura Municipal de Maringá e depositado em nome do Instituto de Providência dos Congressistas, conforme apuração do Ministério Público do Estado do Paraná. 065

Posicionamento contrário à possibilidade de privatização da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. 101

Requerimento nº 14, de 2001, solicitando ao Ministro do Trabalho e Emprego as informações que menciona. 341

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 359

ROBERTO SATURNINO

Registro da realização do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, marco para o movimento de mudanças no neoliberalismo. 040

Apoio à indicação do jornalista Fernando Barbosa Lima para presidir a Associação Cultural e Educacional Roquete Pinto. 088

Defesa da vinculação da TVE e da Rádio MEC ao Ministério da Educação ou ao Ministério da Cultura. 088

Análise dos aspectos político e comerciais do contencioso Brasil x Canadá. 174

ROMERO JUCÁ

Considerações sobre a evolução da Aids no Brasil, conforme relatório elaborado pela Coordenação Nacional de DST e Aids, da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde. 055

Solicitação ao Ministro da Justiça de providências no estado de

Roraima, tendo em vista notícia veiculada sobre treinamento de policiais militares por traficantes. 198

Análise do Balanço Energético Nacional – BEN 2000, elaborado pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia. 255

Registro da realização de sessão solene na Câmara dos Deputados, ontem, em homenagem ao Dia do Aposentado. 285

Apelo ao Governo Federal para a criação de programas e políticas públicas, visando a reinserção dos aposentados na vida econômica e social do País. 285

Elogios ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na questão da crise comercial com o Canadá. 285

Perspectiva de melhoria na Eletronorte com a reestruturação promovida pelo seu presidente, Dr. José Antônio Muniz Ramos, e assunção, pela Eletrobrás, dos sistemas Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas. 295

Análise do trabalho intitulado “População jovem no Brasil”, da série “Estudos e pesquisas” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 373

ROMEU TUMA

Congratulações à diretoria e aos associados do Esporte Clube Sírio de São Paulo, pela inauguração das novas instalações sociais. 097

Importância do Disque Denúncia, criado pela CPI Mista destinada a investigar o crescimento do roubo de cargas no País. 097

Considerações sobre a escalada da violência no Brasil. 242

Manifestação de solidariedade à família do delegado Oscar de Matos Neto, falecido no último dia 5, em São Paulo. 242

Homenagem à cidade de São Paulo pelo transcurso de seu 447º aniversário. 289

Realização, entre 16 e 19 de janeiro último, da 28ª edição da Couromoda, em São Paulo. 312

Congratulações pelo transcurso dos 75 anos da Samello Calçados, empresa sediada na cidade paulista de Franca. 312

RONALDO CUNHA LIMA

Defesa do Programa Especial de Treinamento – PET, face ao processo de desmonte do programa, iniciado por órgãos vinculados ao

Ministério da Educação. 098

SEBASTIÃO ROCHA

Requerimento nº 4, de 2001, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Tartarugalzinho, no Estado do Amapá, Sr. Adelino Gurjão, ocorrido no dia 20 de janeiro de 2001. 073

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Tartarugalzinho, Sr. Adelino Gurjão e do escritor Osvaldino Raiol. 203

Requerimento nº 10, de 2001, solicitando Votos de Pesar pelo falecimento do cientista político, escritor e filósofo amapaense, Osvaldino Raiol, ocorrido no dia 1º de fevereiro último. 252

TASSO ROSADO

Pronunciamento inaugural de S. Ex.ª., salientando a preocupação com a má distribuição de rendas no país. 052

TIÃO VIANA

Elogios ao programa Saúde da Família, implantado pelo Governo do Acre há mais de um ano. 265

Importância da parceria do Governo do Acre com o Ministério da Saúde. 265

Inovação da iniciativa da formação de profissionais de saúde, com a implantação de cursos de pós-graduação no Acre. 265

VALMIR AMARAL

Homenagens ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa. 367